

FRENTE B

CAPÍTULO

7

Bandeirantismo, Mineração e Período Pombalino

Desenhando Fronteiras e Constituindo Povos



Até o início do século XVII, os portugueses não haviam se aventurado de forma mais consistente pelo interior de sua principal colônia na América. Porém, o mesmo século XVII reservaria mudanças importantes para a história colonial portuguesa. A ação empreendida pelos bandeirantes, seja na captura de índios para a escravidão, seja na busca de metais preciosos, contribuiu para a ampliação das fronteiras lusas nas terras da América. A dimensão do Brasil Colonial se multiplicou inúmeras vezes. E a nova situação levaria as terras americanas a um papel de profunda relevância para as autoridades do reino português. Era o tempo do ouro! O Brasil assumiria, a partir de então, o centro das atenções imperiais lusitanas.

Muito tempo depois desses acontecimentos, algumas cidades brasileiras, como Ouro Preto e Diamantina, em Minas Gerais, foram consideradas patrimônios, por manterem seus centros históricos preservados e trazerem consigo uma imensa riqueza arquitetônica e artística, oriundas do Período Colonial. Minas Gerais é um estado da Federação que leva esse nome em razão da diversidade de minas de metais preciosos descobertas pelos bandeirantes paulistas.

Tais acontecimentos nos levam às seguintes perguntas: como a ação dos bandeirantes desenhou nossas fronteiras? Como esses personagens se tornaram parte integrante da construção do “ser brasileiro”? Como a mineração marcou a sociedade colonial e ainda hoje deixa marcas, sobretudo em Minas Gerais? Esses e outros questionamentos serão abordados ao longo deste capítulo.

1. Interiorização da colônia

Um dos aspectos mais marcantes da estrutura colonial portuguesa na América, até a primeira metade do século XVII, foi a ocupação da faixa litorânea, que ocorreu sem a realização de esforços sistemáticos e com a chancela da Coroa para a efetiva interiorização. Essa situação resultou da opção da monarquia lusitana, e dos setores burgueses a ela ligados, por um regime econômico nas terras americanas vinculado aos interesses metropolitanos e que, portanto, exigia uma logística para a obtenção de lucros. Assim, estar no litoral facilitava o escoamento de mercadorias, como o pau-brasil e a cana-de-açúcar, visadas no mercado europeu. Nas palavras de frei Vicente do Salvador, “os portugueses, semelhantemente aos caranguejos, apenas arranhavam a costa do Brasil”.

Com o avançar do século XVII, esse cenário apresentou substancial mudança devido a uma série de fatores. Em primeiro lugar, o ingresso pelo interior da América Portuguesa, realizado por determinados setores sociais de certas capitanias, se explica pela necessidade econômica, uma vez que algumas áreas litorâneas não conseguiram se desenvolver satisfatoriamente enquanto permaneceram vinculadas, prioritariamente, ao projeto exportador. Foi o caso da capitania de São Vicente, que, nas primeiras décadas do século XVI, empreendeu uma agricultura de cana-de-açúcar que se mostrou fracassada devido à inadequação do solo e à distância dos principais mercados. Por consequência, a capitania precisou buscar alternativas econômicas para a sua sobrevivência, desenvolvendo, desde os anos 1600, as chamadas bandeiras, atividade extremamente importante para o processo de interiorização da colônia portuguesa.

Fred. Pinheiro / Getty Images

Em segundo lugar, as aventuras de paulistas pelos sertões americanos foram facilitadas pela junção das Coroas portuguesa e espanhola, com a criação da União Ibérica, a partir de 1580. A união das monarquias tornou difusos os limites entre suas possessões coloniais, de modo que os paulistas puderam transitar entre elas, alcançando várias vezes o Paraguai e o Peru. Nessas incursões, eles contaram, inclusive, com o auxílio de autoridades coloniais espanholas, como D. Bernardino de Cárdenas, bispo e governador do Paraguai. Em 1640, por ser inimigo dos jesuítas, ele auxiliou os paulistas em suas lutas contra esses religiosos, ao longo da bacia do Paraná-Uruguaí.



CALIXTO, Benedito. *Fundação de São Vicente*. 1900. Óleo sobre tela, 192 cm x 385 cm. Museu Paulista, São Paulo.



Colégio Jesuíta da Vila de São Paulo do Piratininga, no centro histórico de São Paulo. A partir de suas origens jesuítas, o povoado cresceu para se tornar a principal cidade do Brasil no século XX.

1.1. Sertanismo

A capitania de São Vicente distinguiu-se das demais por apresentar uma estrutura econômica de subsistência e por possuir um quadro social marcado por intensa miscigenação com os indígenas locais, com considerável presença de **mamelucos**, que seguiam os hábitos indígenas no cotidiano das vilas fundadas na região. A reduzida importância de São Vicente para a economia metropolitana e a grande miscigenação de sua população fizeram com que as autoridades portuguesas tivessem, ao longo dos séculos XVI e XVII, grande desconfiança em relação aos habitantes da capitania, mesmo os membros da elite local. Para os **reinóis**, e até para pernambucanos e baianos do período, os paulistas pouco se diferenciavam dos indígenas, sendo considerados selvagens. Em certa medida, essa visão negativa encontrava razões no modo de vida dos paulistas, que absorviam inúmeros traços culturais da vida indígena, necessários para o cotidiano no interior da América Portuguesa e indispensáveis nas longas jornadas pelo Sertão. Tais jornadas foram as principais alternativas encontradas pelos paulistas para a precariedade socioeconômica da região, como veremos a seguir.

A população masculina mameluca de São Paulo organizava várias expedições rumo ao Sertão, tornando-se, assim, a grande protagonista do movimento sertanista. Os objetivos dessas expedições, variaram ao longo do tempo. Podemos citar, por exemplo, o apresamento de indígenas e a guerra contra esses povos, a busca por ouro e pedras preciosas, a destruição de quilombos e a exploração das potencialidades do território interior da América Portuguesa. À época, essas expedições ficaram historicamente conhecidas como **bandeiras**. Também ocorriam as chamadas **entradas**, armações ou tropas, realizadas por meio do inter-relacionamento de interesses públicos e privados.

DIFERENÇAS ENTRE ENTRADAS E BANDEIRAS

[...]

1. – As entradas eram expedições oficiais (organizadas pelo governo) que saíam do litoral em direção ao interior do Brasil.
 - As bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas. Partiam de São Paulo e São Vicente principalmente, rumo às regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil.
2. – As entradas tinham como objetivo principal fazer o mapeamento do território brasileiro, principalmente da região interior. Estas informações eram enviadas a Portugal, com objetivo de aumentar o conhecimento e viabilizar a colonização do interior do Brasil.
 - As bandeiras tinham como objetivo principal descobrir minas de ouro, prata e pedras preciosas.
3. – As entradas também atuavam no combate aos grupos indígenas que ofereciam resistência aos colonizadores.
 - As bandeiras atacavam missões jesuíticas, capturando índios, que seriam comercializados como escravos.
4. – As entradas eram compostas, em sua maioria, por soldados portugueses e brasileiros (a serviço das províncias).
 - Já as bandeiras eram lideradas por paulistas chamados de bandeirantes e tinham em sua composição familiares, agregados, brancos pobres e mamelucos.

[...]

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. Entradas e bandeiras – resumo, diferenças, história, objetivos. *História do Brasil*, 9 set. 2019. Disponível em: https://www.historiadobrasil.net/resumos/entradas_bandeiras.htm. Acesso em: 20 maio 2020.
[Fragmento]



BERNARDELLI, Henrique. *Os bandeirantes*. 1889. Óleo sobre tela, 400 cm x 290 cm. Essa obra de Henrique Bernardelli foi elaborada no período de eclosão da República brasileira.

As bandeiras não eram expedições simples e apresentavam inúmeros perigos para os que se aventuravam pelos desconhecidos sertões da América Portuguesa. Os perigos mais comuns eram o desconhecimento do caminho, que podia abruptamente revelar depenhadouros, corredeiras ou cachoeiras; os ataques de animais ferozes, como onças, jacarés, sucúris e piranhas; a morte por doenças tropicais (malária e febre amarela); e o perigo de se perder em pantanais. Além disso, eles só podiam viajar (e principalmente navegar) de dia, depois das nove horas da manhã, quando a neblina já havia se dissipado. Era comum os viajantes terem febres, pneumonias e diarreias, serem atingidos por raios, etc.

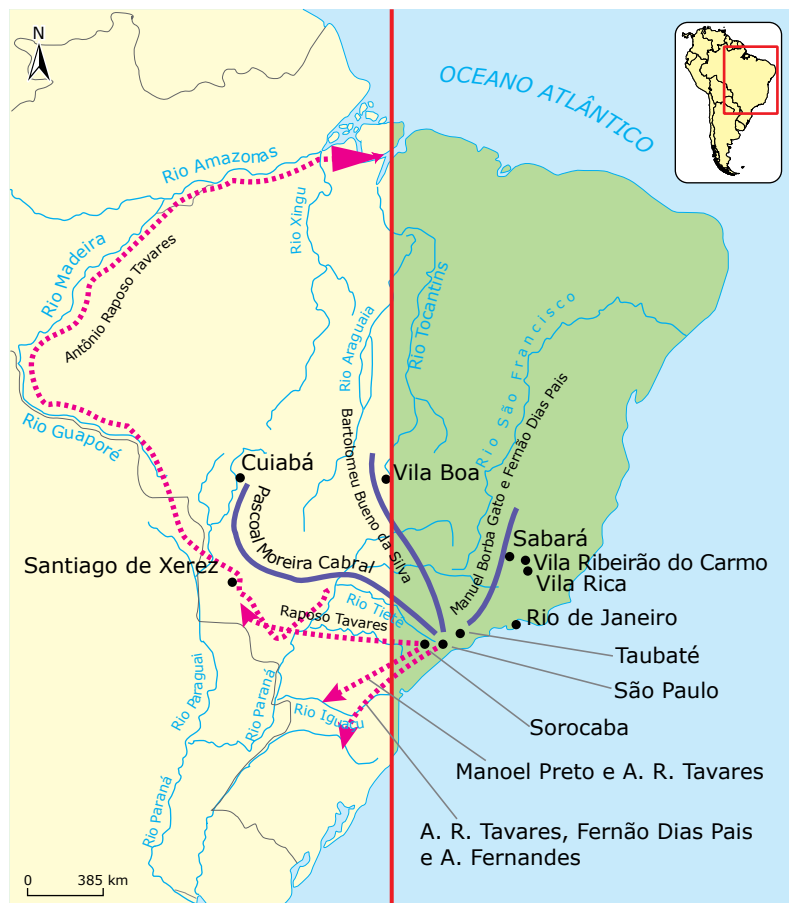
Uma grande preocupação dos bandeirantes eram as fontes de subsistência durante as viagens, que poderiam durar meses ou anos. Todas as expedições levavam grandes quantidades de mantimentos e valiam-se também da caça, da pesca e da extração. Todavia, foram comuns longos períodos de fome. Para remediar essa situação, os bandeirantes desenvolveram o costume de plantar roças ao longo dos caminhos que percorriam, para que expedições de longa duração pudessem encontrar suprimentos no Sertão. As roças plantadas pelos paulistas em suas bandeiras estão na origem de muitos povoados de Minas Gerais e São Paulo, que, com o passar dos séculos, transformaram-se em importantes cidades.

Morrer no Sertão era uma grave preocupação dos paulistas que, mesmo sendo majoritariamente mamelucos, não deixaram de ser católicos e submetidos aos dogmas da Igreja marcada pela Contrarreforma. Assim, muitos escolhiam receber os últimos sacramentos antes de partir para o Sertão, pois temiam não voltar. Escrivães acompanhavam as bandeiras para que, entre outras ocupações, pudessem registrar possíveis descobrimentos minerais e confeccionar o testamento de bandeirantes moribundos. Os corpos, em geral, ficavam insepultos nos matos e nos rios, muitas vezes devido a afogamentos.



Representação de uma bandeira de acordo com a historiografia contemporânea. As bandeiras eram compostas por mestiços de portugueses e indígenas (mamelucos). Os bandeirantes usavam muito da cultura tupi-guarani para sobreviver nas matas dos sertões, andando descalços, ao lado de guias indígenas, e sempre atentos para possíveis fontes de alimento (pela caça ou coleta) e para os diversos perigos do Sertão.

As principais bandeiras



- Bandeiras que procuravam ouro e pedras preciosas
- - - Bandeiras de apresamento de indígenas
- Meridiano de Tordesilhas

Os caminhos dos sertões

Em suas andanças pelos sertões da América Portuguesa, os bandeirantes – cuja maioria sempre foi de paulistas – trilhavam alguns caminhos que remontam a antigas trilhas que ligavam as diversas comunidades indígenas. Os principais eram a via Tietê-Paraná-Cuiabá, que exigia a realização de expedições fluviais (as monções, como se verá a seguir), a via do Paraíba do Sul, também um caminho fluvial, e a via do São Francisco, o caminho fluvial das expedições saídas da Bahia. Pode-se dizer que, em geral, as bandeiras que saíam de São Paulo eram, sobretudo, de natureza privada, e as que saíam da Bahia ou do Espírito Santo eram apoiadas pela Coroa.

Durante o século XVI, o destino predominante foi o interior de São Paulo e o norte do Paraná – o alvo das expedições nesse período eram as missões jesuíticas da região. Ao longo do século XVII, as expedições focaram principalmente na Região Sul (região do Guairá, Rio Grande do Sul e Uruguai). Ao final do século XVII, as bandeiras (que buscavam principalmente descobrir minerais preciosos) dirigiram-se com maior intensidade para o Sertão de Minas Gerais e, depois, para Goiás e Mato Grosso.



DÉBRET, Jean-Baptiste. *Prisioneiros indígenas*. 1830. Óleo sobre tela. Nessa obra, Debret representou a captura dos povos indígenas pelas bandeiras de apresamento.



SILVA, Oscar Pereira da. *Combate aos índios botocudos em Mogi das Cruzes*. 1920. Óleo sobre tela, 100 cm x 150 cm. Museu Paulista.

1.2. Tipos de bandeira

Bandeiras de apresamento

Desde o final do século XVI e principalmente ao longo da primeira metade do XVII, a região de São Vicente se destacou pela realização de expedições para os sertões, no intuito de capturar indígenas para serem escravizados. Essa atividade, praticada em alguma escala desde o início da colonização, transformou-se em uma possibilidade de enriquecimento e engrandecimento social para os paulistas em virtude da agressiva política externa holandesa, a partir do final do século XVI, contra o Império Espanhol.

Os conflitos entre Holanda e Espanha (que dominava Portugal, devido à União Ibérica) escalaram para a estadia holandesa no Nordeste açucareiro. Ao mesmo tempo, para abastecer suas novas possessões de mão de obra, a Holanda invadiu as praças portuguesas fornecedoras de escravizados na costa africana. Uma vez que os flamengos garantiam apenas o abastecimento das regiões controladas por suas companhias de comércio, por exemplo, o nordeste da América Portuguesa, algumas áreas ficaram carentes de mão de obra, como as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. Desse modo, os paulistas partiram em expedições pelos sertões interiores na intenção de aprisionar os gentios e vendê-los nas regiões carentes de mão de obra.

A exploração dos indígenas como escravizados não era bem aceita pela Coroa luso-espanhola. Oficialmente, a Coroa e a Igreja condenavam a escravização desses povos e várias leis foram decretadas para coibi-la, como a Lei sobre a Liberdade dos Gentios.



Eu, D. Sebastião [...], faço saber aos que esta lei virem, [...] defendo e mando que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil, dos modos que se até ora usou fazer em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa que os portugueses fizerem aos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu Governador [...]; ou aqueles que costumam saltar os portugueses, ou a outros gentios para comerem; assim como são os que se chamam Aimorés, e outros semelhantes. [...]

LEI sobre a Liberdade dos Gentios, Évora, 20 mar. 1570. In: VARNHAGEN, Adolfo. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 345. [Fragmento]

Tais leis foram sempre ignoradas pelos paulistas, e, com o domínio flamengo sobre os portos de escravizados na África, foram igualmente ignoradas pelos senhores de engenho e pelas autoridades coloniais nas demais regiões da América Portuguesa. A legislação ibérica sobre o tema previa uma exceção à proibição da escravização dos nativos da América, que era o caso da **guerra justa**. Era lícita somente a escravização do gentio que atacasse portugueses ou indígenas pacificados. Os paulistas cedo descobriram que era fácil provocar ou falsificar a guerra justa, transformando o que seria uma exceção na regra geral dos contatos entre paulistas e indígenas.

Em suas bandeiras de apresamento, os paulistas avançaram por todo o interior da América do Sul, alcançando regiões distantes como o Peru e a Amazônia. Porém, durante a primeira metade do século XVII, os principais focos do bandeirismo foram as regiões sul e sudoeste, onde os paulistas defrontaram-se com a expansão missioneira dos jesuítas espanhóis.

Os jesuítas espanhóis estabeleceram-se desde 1610 na vasta região banhada pelos formadores e afluentes da Bacia do Prata. As **reduções jesuítas** – comunidades de indígenas aldeados, isto é, aculturados pelos padres da Companhia – pertenciam administrativamente à província do Paraguai, criada em 1617, que abrangia um largo território no interior da América do Sul. As reduções jesuítas despertaram desde cedo a cobiça dos paulistas, pois elas contavam com centenas de indígenas pacificados e aculturados pelos jesuítas, que ofereceriam resistência muito menor à escravização do que o indígena selvagem, de mais difícil e perigosa captura.

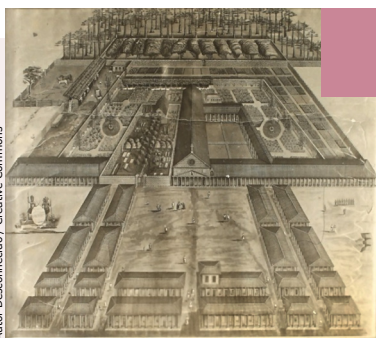
Entre 1610 e 1640, os paulistas organizaram diversas bandeiras para atacar as reduções. Essas expedições foram responsáveis pela destruição de inúmeras missões jesuíticas, principalmente na província de Guairá, território do atual estado do Paraná. Muitos missionários optaram por avançar ainda mais para o sul, com o intuito de fugir das ações abusivas dos bandeirantes. Foi nesse contexto que ocorreu a fundação da redução jesuítica de **Sete Povos das Missões**, a partir de 1687.

Segundo a historiadora Myriam Ellis, as bandeiras de apresamento praticadas pelos paulistas ao longo do século XVII tiveram importantes consequências, tais como:



A manutenção e a sobrevivência do núcleo social paulista, o fornecimento de braços para as lavouras piratininganas e para a região da cana-de-açúcar e outras, na falta de escravo negro, o devassamento do interior facilitando o povoamento, o recuo da expansão castelhana representada pelos jesuítas, rumo ao Atlântico e sustada pelos bandeirantes, a conquista e o alargamento territorial do Brasil a sul e a sudoeste pela posse de extensa área correspondente à margem esquerda do Paraná e ao território do atual estado do Rio Grande do Sul.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. v. 1, p. 315. (História Geral da Civilização Brasileira). [Fragmento]



Autor Desconhecido / Creative Commons

Redução de São João Batista, no Rio Grande do Sul. Essa redução foi uma das mais acabadas expressões idealizadas pelas missões jesuíticas no Brasil Colonial.



MIRANDA, Joaquim José de. *Cena da expedição do tenente-coronel Afonso Botelho*. 1771-1772. Aquarela, 42,50 cm x 55 cm.



SILVA, Oscar Pereira da. *Fundação da Cidade de São Paulo*. 1909. Óleo sobre tela, 185 x 340 cm. Museu Paulista Universidade de São Paulo, São Paulo.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01** Entre 1600 e 1641 as populações Carijó, do grupo linguístico guarani – localizadas ao sul e a sudoeste de São Paulo –, foram as mais visadas. O movimento atingiu seu ápice nas décadas de 1620 e 1630, quando, ao arripio da lei e diante do protesto dos jesuítas, expedições bandeirantes quase pareciam grupos paramilitares, tal era seu tamanho e os recursos mobilizados. Bandeiras sob o comando de Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, apenas para mencionar alguns nomes, dizimaram populações locais e causaram muita tensão com os jesuítas e a Coroa.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 91-92. [Fragmento]

Explique a razão de as bandeiras citadas no texto terem causado tensão no âmbito do Brasil Colonial.

- 02** (Unicamp-SP) Os ventos e as marés constituíam um entrave considerável ao tráfico de escravos índios pela costa do Atlântico Sul. Nos anos 1620, houve transporte de cativos “tapuias” do Maranhão para Pernambuco, mas parte do percurso foi feita por terra, até atingir portos mais acessíveis no litoral do Ceará. Ao contrário, nas travessias entre Brasil e Angola, zarpava-se com facilidade de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro até Luanda ou a Costa da Mina.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 61-63 (Adaptação).

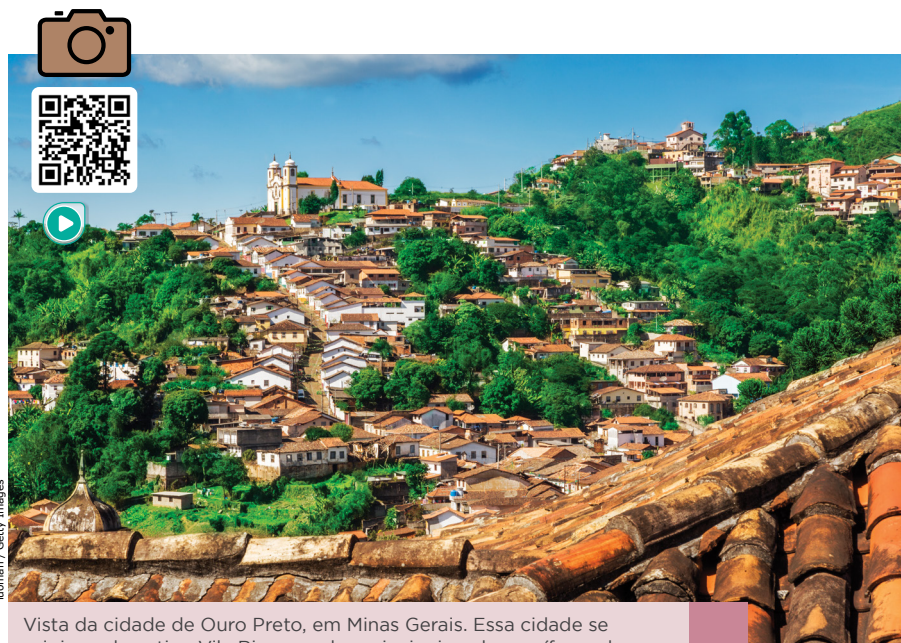
- A. A partir do texto e de seus conhecimentos, explique de que maneira o sistema de exploração colonial da América Portuguesa foi influenciado pelas condições geográficas.
- B. Relacione essas condições geográficas às atividades dos bandeirantes.

Bandeiras de prospecção

Na segunda metade do século XVII, intensificou-se a procura por metais preciosos no interior da colônia. Vários fatores foram determinantes para essa situação, como a necessidade de revitalização econômica do Estado português após a danosa dominação espanhola, além da crise da economia açucareira. A experiência obtida pelos paulistas nas bandeiras de apresamento, em crise naquele período histórico, contribuiu para a desenvoltura na busca de metais e de pedras preciosas pelo interior da colônia, como foi o caso da expedição de **Fernão Dias Pais**, em 1674, em busca de esmeraldas. É importante lembrar que a Coroa portuguesa contribuiu financeiramente para determinadas bandeiras de prospecção, por meio da formação das chamadas Estradas Reais. Portanto, na segunda metade do século

XVII, houve uma junção de esforços entre o Estado português e os bandeirantes, na tentativa de implementar uma nova atividade econômica que gerasse maior rentabilidade, no caso, a mineração.

Antônio Rodrigues de Arzão foi o primeiro bandeirante a localizar jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais, em 1693, nas proximidades de Cataguases. Já em 1698, Antônio Dias Oliveira encontrou ouro na região que passaria a ser designada de Vila Rica. A vila, hoje conhecida por Ouro Preto, em Minas Gerais, foi o principal núcleo de exploração mineral na América Portuguesa, mudando por completo as estruturas políticas e econômicas vigentes na relação entre Portugal e Brasil com o avançar do século XVIII. Cabe ressaltar que a atuação dos bandeirantes contribuiu para a delimitação das atuais fronteiras brasileiras.



Vista da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Essa cidade se originou da antiga Vila Rica, um dos principais polos auríferos do Brasil Colonial.

FERNÃO DIAS PAIS

Fernão Dias Pais, nascido provavelmente em Piratininga, em 1608, é um dos mais famosos bandeirantes. Descendente dos primeiros povoadores de São Vicente, tomou parte de várias expedições de apresamento indígena no Sul do Brasil, na primeira metade do século XVII [...]. Foi com a expedição denominada "bandeira das esmeraldas", iniciada em 21 de julho de 1674, quando tinha 67 anos de idade, que acabou explorando e tornando conhecida grande parte das terras do que seria mais tarde a capitania de Minas Gerais, desde a cabeceira do Rio das Velhas até a zona do Serro Frio, região que se tornou uma das mais ricas e cobiçadas com a descoberta do ouro. O bandeirante achou somente "pedras verdes", na verdade turmalinas e não esmeraldas, como buscava e acreditava. Junto com ele, conforme o costume dos "paulistas", fizeram parte da expedição vários parentes, entre os quais Borba Gato (futuramente descobridor do rico veio aurífero em Sabará), seu genro, e dois filhos, Garcia Rodrigues Pais e José Dias Pais. O último, filho ilegítimo, foi enforcado pelo pai por ter liderado uma conspiração. Durante sete anos, Fernão Dias Pais andou em busca das "esmeraldas", mas acabou morrendo de febre palustre, no arraial denominado Sumidouro, próximo a Sabará, em 1681.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 232. [Fragmento]

Bandeiras de contrato

Também deve ser lembrado, como atividade vinculada aos bandeirantes, o **sertanismo de contrato**, que consistia na contratação de bandeirantes com o intuito de capturar escravizados fugidos ou mesmo destruir quilombos. O dinheiro para o pagamento de tal ação, normalmente, era fornecido pelos grandes proprietários, que se uniam para a eliminação de ameaças ao sistema escravista. O grande exemplo dessa ação consiste na destruição do Quilombo dos Palmares, em fins do século XVII, pelo bandeirante **Domingos Jorge Velho**.

Monções

A expansão para o interior do Brasil Colonial também contou com a colaboração das **monções** – expedições que utilizavam as vias fluviais no processo de deslocamento para as regiões longínquas da América Portuguesa. As principais vias fluviais eram realizadas pelos rios Tietê, Paraná e Paraguai. E os principais pontos de partida e chegada eram Porto Feliz, na capitania de São Paulo, e Vila Bela.



ALMEIDA JÚNIOR, José Ferraz de. *Partida da monção*. 1897. Óleo sobre tela, 390 cm x 640 cm. Museu Paulista da USP.

Os rios brasileiros passaram a ser utilizados como aliados no processo de ocupação, já que, muitas vezes, impediam o avanço das expedições terrestres quando o leito era muito extenso e dificultavam a passagem dos bandeirantes. O nome “monções” se origina dos ventos que ajudavam a trazer as caravelas portuguesas para a costa da colônia americana. É curioso notar que as embarcações que iam para o interior partiam no mesmo período em que os barcos europeus se deslocavam para a América, entre os meses de março e abril. Porém, cabe ressaltar que as pequenas embarcações que buscavam o interior não utilizavam a energia eólica, sendo movidas apenas pela força dos remos.

A historiografia tradicional costuma associar as monções às expedições para o Centro-Oeste e à interiorização da região do Mato Grosso. Entretanto, no contexto da mineração do século XVIII, as monções assumiram um importante papel no processo de abastecimento da região mineradora, saindo para o interior algumas frotas que contavam com aproximadamente 300 embarcações. A preferência pelos comboios era fundamental para se evitar os ataques indígenas e outras adversidades que o interior colonial poderia apresentar.

1.3. A construção do heroísmo bandeirante

A historiografia acerca dos bandeirantes mostra-se intensamente controversa e, muitas vezes, romantizada. Os primeiros trabalhos da história brasileira, produzidos no século XIX, tinham o interesse de construir uma narrativa que fosse gloriosa e capaz de estimular o nacionalismo dos estudantes para a nova nação que se formava. Com isso, construiu-se a imagem dos bandeirantes como heróis pioneiros no processo de constituição do Brasil como nação. As ideias de coragem, de espírito civilizador e missionário somam-se ao desejo de vincular a figura do bandeirante à presença portuguesa no interior da colônia. Seria a contribuição lusa para a formação territorial de nossa nação.

A historiografia paulista, durante todo o Período Republicano até as décadas de 1970 e 1980, continuou a glorificação do bandeirante, com o objetivo de proporcionar ao estado de São Paulo (que apresentou, durante esse período, os maiores índices de desenvolvimento econômico do país) uma história honrosa e repleta de méritos, sedimentando a ideia de que as elites econômicas paulistas eram a força motriz do país. Dessa forma, escreveu-se a ideia do bandeirante, em que a contribuição indígena foi reduzida, ou mesmo omitida, dando a esse personagem traços europeus e colocando-o como o herói do processo de construção do Brasil, tendo auxiliado a nação ao alargar as fronteiras do país.

Com o avançar do século XX, a historiografia buscou aproximar o bandeirante de uma concepção mais realista e menos anacrônica para o cenário colonial português dos séculos XVII e XVIII. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a presença de poucos portugueses nessas expedições. As bandeiras eram compostas, em sua maioria, de mestiços. Com hábitos tipicamente indígenas, esses mamelucos não foram responsáveis por estender a civilização portuguesa para o interior, já que sequer compartilhavam desse conceito civilizatório. Destaca-se, portanto, que as bandeiras foram movidas pelo desejo de enriquecimento pessoal, e que as ações dos paulistas no interior do Brasil se distanciaram, em virtude da ganância e da violência, especialmente contra comunidades indígenas, das idealizadas ações referendadas pelos historiadores conservadores.

DÁ O QUE PENSAR

Mudou a imagem

Um herói. É esse o modelo que transpira da pose altiva, do olhar penetrante, das armas novas e da roupa impecável do bandeirante Domingos Jorge Velho, retratado por Benedito Calixto [...]. Mas o desbravador não era branco, e sim mameluco, fruto da mestiçagem entre portugueses e índios. Usava tão bem o arcabuz, sua arma de fogo, quanto o arco e a flecha, que aprendeu a manusear com os nativos. Falava mais tupi do que português, como a maioria dos paulistas. [...]

Aqui, o bandeirante ideal. Ali, o real

Aparência majestosa

O bandeirante aparece como homem imponente e altivo, de olhar severo. [...]

Pele clara

Os dois sertanistas do quadro de Benedito Calixto são brancos, traços tipicamente europeus. A cor também remete à elite paulista, que no início do século passado quis se associar à imagem dos desbravadores.

Físico robusto

O retrato mostra um desbravador opulento, forma pouco provável para um homem que se embrenhava na selva. A silhueta avantajada se justifica porque essa é a representação típica dos ricos da época.

Traje de gala

Impecavelmente alinhados, o chapéu, a baeta (manta), a calça, a camisa e as botas eram um vestuário urbano, geralmente utilizado em festas religiosas – jamais durante expedições no meio da mata. [...]

Na virada do século 20, o que era sugestão virou política pública. A partir de 1903, o governo paulista começou a destinar verba pública a obras de arte que apoiassem a concepção mítica dos bandeirantes – naquele ano surgiram quadros como o de Calixto, por exemplo. [...]



CALIXTO, Benedito. *Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio F. de Abreu*. 1903. Óleo sobre tela, 140 cm x 99 cm. Museu do Ipiranga. A tela de Benedito Calixto representou de forma idealizada o bandeirante Domingos Jorge Velho.

Nas últimas duas décadas, a análise cuidadosa dos registros de época ajudou a contar outra versão dos fatos. Já há consenso entre os historiadores, por exemplo, sobre os objetivos principais das bandeiras dos séculos 17 e 18. Longe de buscar conscientemente a ampliação do território em nome de um suposto nacionalismo, o que os desbravadores tinham como meta era buscar metais preciosos e aprisionar índios. Depois de capturados, os nativos eram vendidos para trabalhar nos canaviais do Nordeste ou usados como mão de obra particular dos paulistas. No seu encaço, os sertanistas andavam enormes distâncias mata adentro [...].

MARTINS, Ana Rita. Mudou a imagem. *Nova Escola*, 1 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2430/mudou-a-imagem>. Acesso em: 24 mar. 2020. [Fragmento]

No início do século XX a figura dos bandeirantes foi valorizada pela política vigente, conforme aponta o texto anterior. Pesquise mais informações acerca do momento político que o Brasil vivia na época em que a pintura do bandeirante Domingos Jorge Velho foi produzida e, em seguida, responda: por qual razão o bandeirante foi representado dessa maneira? Por que o momento político vivido pelo país influenciou nessa representação? Anote suas conclusões no espaço a seguir.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



03 (FUVEST-SP) As interpretações históricas sobre o papel dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII apresentam, de um lado, a visão desses paulistas como heróis e, de outro, como vilões. A partir dessa afirmação, discorra sobre os bandeirantes

- A. como heróis, ligando-os à questão das fronteiras.
- B. como vilões, ligando-os à questão dos índios.

04 As incertezas em relação aos benefícios da extração aurífera e à importância do estabelecimento de um aparato administrativo consolidado beneficiou, nos primeiros anos do século XVIII, os paulistas que encontraram naqueles sertões recém-descobertos um terreno propício para agirem. A valentia destes homens, [...] que mais do que ninguém sabiam vencer os perigos de um território povoado de índios e súditos rebeldes, foi útil à empresa colonizadora nas Minas [...]. Pelo que nos primórdios a Coroa aproveitou-se da ambição dos paulistas pelas distinções para cooptar seus serviços, provendo-os em cargos políticos importantes e beneficiando-os com o primeiro Regimento que regularizava a distribuição das datas.

STUMPF, Roberta. Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. Resenha de: ROMEIRO, Adriana. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 375-378, jan. / jun. 2011. [Fragmento]

De acordo com o texto, explique de que maneira os bandeirantes paulistas foram úteis aos interesses da Coroa no processo que levou à exploração das Minas.



05 Explique de que maneira a historiografia recente se difere da visão clássica sobre os bandeirantes.

06 (FUVEST-SP) Observe a seguinte foto:



Imagens das estátuas de Antônio Raposo Tavares [esq.] e Fernão Dias Pais [dir.], existentes no salão de entrada do Museu Paulista, São Paulo.

Essas duas estátuas representam bandeirantes paulistas do século XVII e trazem conteúdos de uma mitologia criada em torno desses personagens históricos.

- A. Caracterize a mitologia construída em torno dos bandeirantes paulistas.
- B. Indique dois aspectos da atuação dos bandeirantes que, em geral, são omitidos por essa mitologia.

07 Se as diretrizes fundamentais da historiografia brasileira já estão bem definidas, precisam ainda ser mais bem elaboradas por estudos mais sistemáticos das peculiaridades da sociedade colonial, permitindo-nos uma compreensão mais completa desse processo de interiorização da metrópole, que parece ser a chave para o estudo da formação da nacionalidade brasileira.

DIAS, M. O. L. S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2009. p. 31. [Fragmento]

Indique um dispositivo utilizado no processo de interiorização do Brasil no Período Colonial.

08 (Unicamp-SP) Durante o século XVIII, a capitania de São Paulo sofreu grandes transformações territoriais e administrativas. Em 1709, nasceu a capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, abrangendo imenso território correspondente à quase totalidade das atuais regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, à exceção da então capitania do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Até 1748, sucessivos desmembramentos formaram as regiões de Minas, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Goiás e Mato Grosso. O novo capitão-general, mais conhecido como Morgado de Mateus, foi diretamente instruído pelo futuro Marquês de Pombal a ocupar-se da fronteira oeste ameaçada pelos espanhóis e a fomentar a produção de gêneros de exportação.

MEDICCI, Ana Paula. São Paulo nos projetos de Império. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de. *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2007. p. 243 (Adaptação).

- A. Cite duas atividades econômicas que sustentavam a capitania de São Paulo no século XVIII.
- B. Considerando a política territorial na América Portuguesa nos séculos XVI e XVII, comente as mudanças significativas do século XVIII nesse aspecto.

09 (UERJ)



Fotografia das ruínas do Real Forte do Príncipe da Beira.

Disponível em: funceb.org.br.

Tela *Conquista do Amazonas* (1907), de Antonio Parreiras.

Disponível em: dezenoevinte.net.

As imagens remetem a dois marcos históricos do processo de conquista e ocupação da Região Amazônica pela Coroa de Portugal: a construção do Real Forte do Príncipe da Beira na margem direita do Rio Guaporé, entre 1776 e 1783, e a expedição à região do Amazonas comandada por Pedro Teixeira, ocorrida entre 1637 e 1639. Identifique duas estratégias da colonização portuguesa na Amazônia ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em seguida, aponte duas características físicas ou demográficas dessa região que tenham interferido nas estratégias de colonização.

2. A região das Minas coloniais

2.1. A legislação das minas

A notícia a respeito das minas de ouro e de diamante rapidamente se espalhou pelo território brasileiro e por Portugal. A consequência imediata dessa situação foi a ampliação do fluxo migratório, em especial o português, para a região. Essa situação exigiu um controle maior pela Coroa portuguesa, já que, diferentemente da cana-de-açúcar, o ouro era uma riqueza não renovável, e, portanto, se a tributação fosse perdida, não seria possível uma segunda arrecadação.

Assim, já em 1702, foi fundada a **Intendência das Minas**, órgão português responsável pela gerência das atividades de exploração da região aurífera. A Intendência apresentava duas atribuições fundamentais:

- Distribuir as datas de ouro (lotes em que as minas eram divididas) para a extração. O principal critério para a aquisição desses lotes por seus pretendentes era ter a propriedade de escravos, que seriam os braços responsáveis pela extração do ouro. Esse critério favorecia os exploradores com maior poderio econômico e permitia à Coroa portuguesa maior arrecadação tributária.
- Promover a tributação do ouro, visando garantir o aumento do tesouro português.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Lavagem do minério de ouro, proximidades da montanha de Itacolomi*. 1835. Aquarela, 30 cm x 26 cm.

Nesse sentido, a política tributária na região das Minas variou conforme as circunstâncias presentes no decorrer do século XVIII. Naturalmente, a opressão tributária ocasionou vários conflitos, como a **Revolta de Filipe dos Santos** em 1720, que será estudada posteriormente. Destaca-se a cobrança do Quinto, ou seja, 20% do ouro extraído pelo minerador deveria ser pago à Coroa portuguesa. Para facilitar e registrar a tributação, o ouro era quintado nas **casas de fundição**, criadas em 1720. A Coroa portuguesa também chegou a cobrar a **capitação**, caracterizada pela cobrança de 17 gramas de ouro por cada cabeça de escravo. A exploração lusitana chegou ao auge quando se estabeleceu a **Finta**, em 1750, que consistia na arrecadação anual mínima de 100 arrobas de ouro (1 468,9 kg). Caso essa cota não fosse atingida, seria realizada a Derrama – cobrança de impostos atrasados e confisco do ouro até atingir a meta estabelecida pela Finta. A Coroa também cobrava impostos para a circulação de mercadorias na região das Minas, conhecidos como **impostos de entrada**.

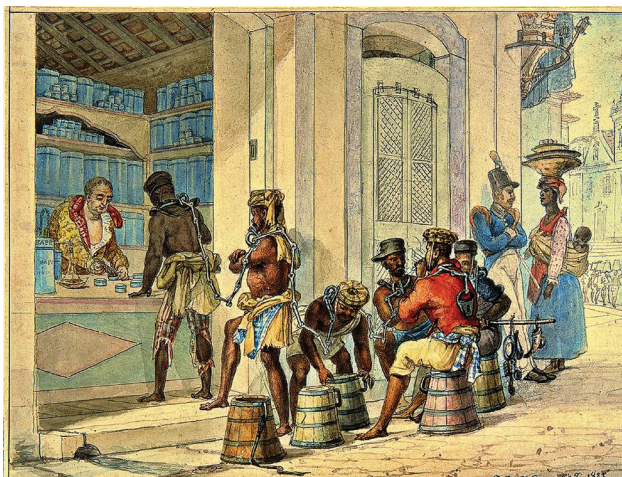
2.2. Sociedade

A mineração foi marcada pela fundação de núcleos urbanos em torno das principais áreas de exploração do ouro, como Vila Rica, Mariana e Sabará. Tais cidades foram formadas às pressas e sem planejamento, fato que acarretou crises de fome em um primeiro momento. Para acabar com o problema, foi necessário o abastecimento dessas regiões, visto o considerável número de pessoas dedicadas aos setores vinculados direta ou indiretamente à extração do ouro.

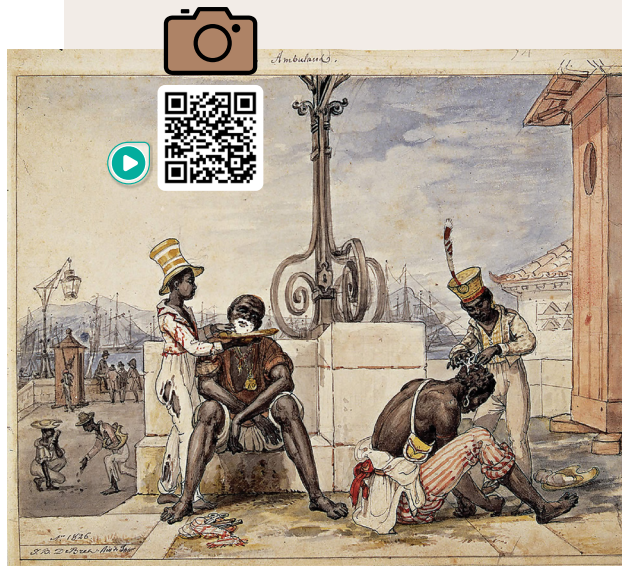
A consequência dessa situação foi o fortalecimento do comércio intercolonial, com destaque para a vinda de gado proveniente da Região Sul. O escoamento da produção intercolonial foi facilitado por meio da **Estrada Real**. A Estrada Real foi criada ainda no século XVIII pela metrópole lusitana e objetivava fiscalizar e controlar riquezas e mercadorias que transitavam entre as minas de ouro e diamante e o Rio de Janeiro, de onde essas riquezas eram enviadas para Portugal.

Dessa forma, pode-se notar que a colônia iniciava o lento processo de integração territorial. Com o intuito de obter fácil lucro, muitos fazendeiros intensificaram a atividade agrícola em torno das minas, com o objetivo de abastecer milhares de habitantes da região. Essa situação não impediu momentos de precariedade e crises de abastecimento, especialmente nas primeiras décadas de ocupação do território, o que causava constante preocupação da Coroa portuguesa, já que isso ocasionava instabilidade sociopolítica.

A relação de trabalho se baseava na exploração da mão de obra escravizada. O universo urbano acarretava, naturalmente, novas relações entre senhores e escravizados, as quais reduziam, em algumas situações, o quadro de opressão tão presente nas atividades rurais. A presença dos **escravos de ganho** em setores de comércio e serviço enriquecia a diversidade social das minas. Essa situação não esconde a opressão que muitos escravizados sofreram quando foram submetidos a longas jornadas de trabalho nas minas com o objetivo de enriquecer seus proprietários mineradores.

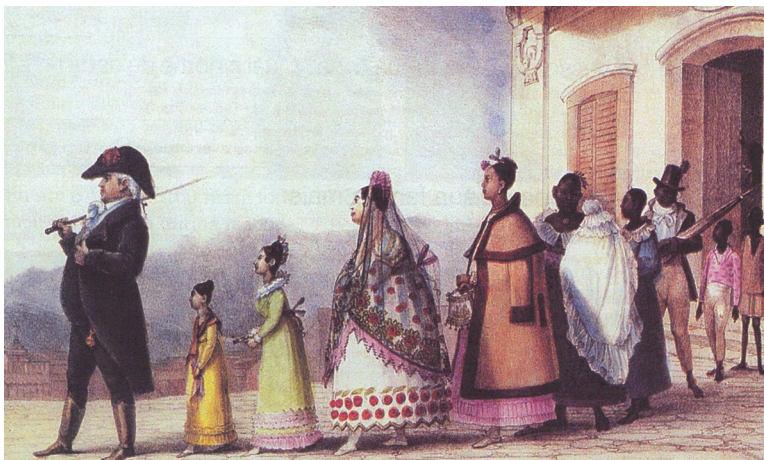


DEBRET, Jean-Baptiste. *Loja de rapé*. 1823. Aquarela, 18 cm x 23 cm.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Barbeiros ambulantes*. 1826. Aquarela, 18,7 cm x 23 cm. Nessa obra, Debret representou os barbeiros ambulantes – escravizados de ganho na sociedade colonial.

A região das Minas também se destacou pela diversidade social comum do espaço urbano. Comerciantes, artífices, padres, funcionários públicos, escravizados e mineradores se misturavam a outros estratos sociais, fazendo das minas um espaço até então nunca visto no território colonial, com o nascimento de uma cultura urbana, dotada de suas próprias peculiaridades e promotora de uma maior circulação de informação e conhecimento. A historiografia tradicional vincula essa variação populacional e cultural a uma maior possibilidade de ascensão social, em decorrência da riqueza imediata que o ouro representava e das inúmeras atividades econômicas que surgiram em seu entorno. A despeito dessa situação, cabe ressaltar que o historiador Sérgio Buarque de Holanda referenciou que os negócios em torno do ouro e dos diamantes ocupavam apenas um terço da população, sendo que o restante vivia de atividades secundárias à mineração.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Um funcionário passeia com sua família*. 1839. Aquarela, 21,7 cm x 34,2 cm.

Leandro Neumann Cluffo / Creative Commons

2.3. O Distrito Diamantino

Durante o período de exploração do ouro nas Minas, foram descobertos os primeiros diamantes na região do **Arraial do Tijuco**, atual cidade de Diamantina. A exploração, iniciada em torno de 1729, era de complexa fiscalização, já que o diamante é um produto facilmente contrabandeado, uma vez que era impossível fundir as pedras preciosas e impor a mesma cobrança de impostos como era realizada com o ouro.



Passadiço da Casa da Glória em Diamantina-MG. O prédio é composto por duas construções de meados do Período Colonial brasileiro. A atuação dos órgãos de Patrimônio Nacional (IPHAN) e Estadual em Minas Gerais (IEPHA) tem sido essencial para manter as construções erguidas.

A situação extrema da região do Serro acabou levando a Coroa portuguesa a empreender um controle direto da extração de diamantes, fundando a **Real Extração**, em 1771, já sob a vigência das reformas do Marquês de Pombal. A área do Arraial do Tijuco ficou submetida ao controle direto do Estado lusitano, sendo proibida a livre entrada na região. O **intendente do diamante**, responsável pela exploração da região, era nomeado diretamente pelo rei, não sendo submetido ao controle das autoridades coloniais, como o governador-geral. O modelo da Real Extração adentrou o século XIX e foi mantido pelo Estado imperial após a Independência. A sua extinção ocorreu somente no Segundo Reinado.

TÁ NA MÍDIA

FelipeGolfman / Getty Images

SITE / VÍDEO

Acesse o primeiro QR Code e conheça algumas cidades brasileiras que trazem consigo ainda hoje um pouco do universo colonial.

O segundo QR Code proporciona um passeio 3D pela Praça Tiradentes, em Vila Rica, no ano de 1760.

DÁ O QUE PENSAR

Chica da Silva sem X

[...] Chica, em verdade, Francisca da Silva, mulata, filha de negra e português, nascida entre 1731 e 1735 (data incerta) na região de mineração de diamantes do Arraial do Tijuco, comprada e alforriada pelo contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, com quem viveu 16 anos e teve 13 filhos. [...] Conhecer a Chica com “ch” é descobrir que a pretensa “democracia racial” do Brasil é um mito tão sem fundamento como o da própria escrava que foi rainha. “Chica frequentava a elite branca da cidade e todas as irmandades brancas do Tijuco e, ao morrer, foi enterrada no cemitério da Igreja de São Francisco de Assis, privilégio dos brancos endinheirados. Isso tudo prova que ela era uma mulher que se portava de acordo com os padrões sociais e morais da época”, argumenta a pesquisadora Júnia Ferreira Furtado, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). [...] Em contraponto com a mítica, Júnia mostra que Chica não foi caso *sui generis*, embora especial, em que uma mulher negra forra, em busca de ascensão social, se unia a um homem branco poderoso. E que, na contramão das histórias, Chica queria mesmo a inserção na elite da época, sem nenhum caráter libertário. [...]

CHICA da Silva sem X. *Pesquisa FAPESP*, 93. ed., nov. 2003. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2003/11/01/chica-da-silva-sem-x/>. Acesso em: 9 mar. 2023. [Fragmento]

Chica da Silva foi tema de diversas pesquisas, trabalhos e produções midiáticas. Pesquise mais informações acerca das representações de Chica da Silva e responda: de que forma tais criações evidenciaram a construção mitológica acerca da personagem? Produza um parágrafo com suas conclusões.



Reprodução

Os atores Victor Wagner e Taís Araújo interpretaram o contratador de diamantes João Fernandes e Chica da Silva em uma novela.

ESTÁ NO MUNDO

Os desastres da mineração no Brasil podem ser julgados como crimes contra a humanidade

[...]

A escocesa Polly Higgins tinha uma bem-sucedida carreira como advogada em Londres, atuando como especialista em direito corporativo e trabalhista. Uma mudança na área do Direito, porém, acabou por torná-la conhecida como a “advogada da Terra”. Ao migrar para a área civil, ela se questionou de que maneira seria possível criar formas legais de cuidar daquele que seria seu principal cliente a partir de então, o próprio planeta.

Nessa jornada, ela tem um objetivo: incluir o ecocídio como quinto item na lista de crimes contra a paz, ao lado de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e os crimes de agressão. [...]

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



ONU Brasil



[...] A sociedade era pobre, e creio poder dizer que as festas eufóricas do século XVIII tenham sido grandemente responsáveis por uma manipulação “autoritária” da estrutura social, na medida em que uma das visões possíveis da sociedade foi imposta como a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social – no caso, a visão de riqueza e de opulência. Na sociedade mineradora – como, de resto, nas outras partes da colônia –, eram privilegiados os elementos que tivessem mais número de escravos. Mais da metade das lavras estavam concentradas nas mãos de menos de 1/5 dos proprietários de negros; o próprio critério de concessão de datas assentava-se na quantidade de cativos possuídos, as maiores extensões indo para as mãos dos grandes senhores. Para estes, o luxo e a ostentação existiram de fato – não como sintomas de irracionalidade, conforme disseram muitos, mas como sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando. Acumulação de escravos e luxo aparecem, aqui, como características de uma sociedade escravista específica, própria ao sistema colonial, e indicam o seu caráter extremamente restritivo [...].

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. [Fragmento]



VON SPIX, Johann Baptist. *Festa da rainha, manifestação cultural das camadas mais populares da sociedade mineradora*. Litografia, 46 cm x 59 cm. Biblioteca Nacional Digital.

EFEITOS DA MINERAÇÃO NA COLÔNIA

Visando reter apenas as linhas mais importantes do impacto da mineração sobre o conjunto da economia colonial, poderíamos dizer que:

- A. a mineração alargou, de forma considerável, a faixa de ocupação do território brasileiro;
- B. a economia do ouro conseguiu atrair para si a pecuária sulina, através de São Paulo, e a nordestina, através do Rio São Francisco, integrando as “ilhas” de povoamento em que se convertera a colonização portuguesa;
- C. o surto do ouro alterou, profundamente, as bases políticas e administrativas da colônia, realçando o papel do Rio de Janeiro, capital colonial depois de 1763, e incentivando a vida urbana.

Ao mesmo tempo, os núcleos mineradores demandaram um número crescente de escravos – a capitania das Minas Gerais seria, em breve, a maior concentradora de escravos do país – exercendo um efeito de drenagem sobre as áreas agrícolas do Nordeste e, também, relançando, agora a partir do Rio de Janeiro, o tráfico negreiro, como uma fonte inesgotável de lucros.

O efeito negativo do ouro sobre a agricultura, ponto por demais sublinhado pela historiografia brasileira, deve ser encarado com cuidado; se de fato inflacionou o preço dos escravos, criou, também, um mercado interno com patamares de remuneração mais elevados, pagando-se em ouro por bens agrícolas. Coube-lhe acionar, ainda, a pecuária do sul e a economia de São Paulo, que vinham atravessando uma fase de acentuada pobreza, levando a uma especialização dessas regiões, principalmente na produção de alimentos para os núcleos urbanos mineiros.

LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 87. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

10 O povoamento acelerado nessa região redundaria na criação das primeiras três vilas das Minas, todas no ano de 1711: em janeiro, o arraial de Nossa Senhora do Carmo foi alçado à condição de vila; em junho, os núcleos mineradores de Ouro Preto, Antônio Dias, Padre Faria e Tripuí reuniram-se para dar origem a Vila Rica; e, ainda em julho, no arraial do Sabarabuçu foi oficializada a fundação da vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará – hoje, as cidades de Mariana, Ouro Preto e Sabará.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. [Fragmento]

O texto anterior demonstra uma consequência da atividade mineradora. Que consequência foi essa? Como essa consequência promoveu o desenvolvimento do comércio na colônia?

11

O grande fluxo de pessoas na região das Minas produzia uma estrutura social diferenciada. Dela faziam parte os setores mais ricos da população, chamados “grandes” da sociedade – mineradores, fazendeiros, comerciantes e altos funcionários, encarregados da administração das minas e indicados diretamente pela metrópole. [...] Por outro lado, crescia na capitania real o número de indivíduos sujeitos às ocupações incertas. Vivendo na pobreza, na promiscuidade e muitas vezes no crime, não tinham posição definida na sociedade mineradora. Esta camada causava constante inquietação aos governantes. Ela era geralmente composta por homens livres: alguns brancos, mestiços ou escravos que haviam conseguido alforria.

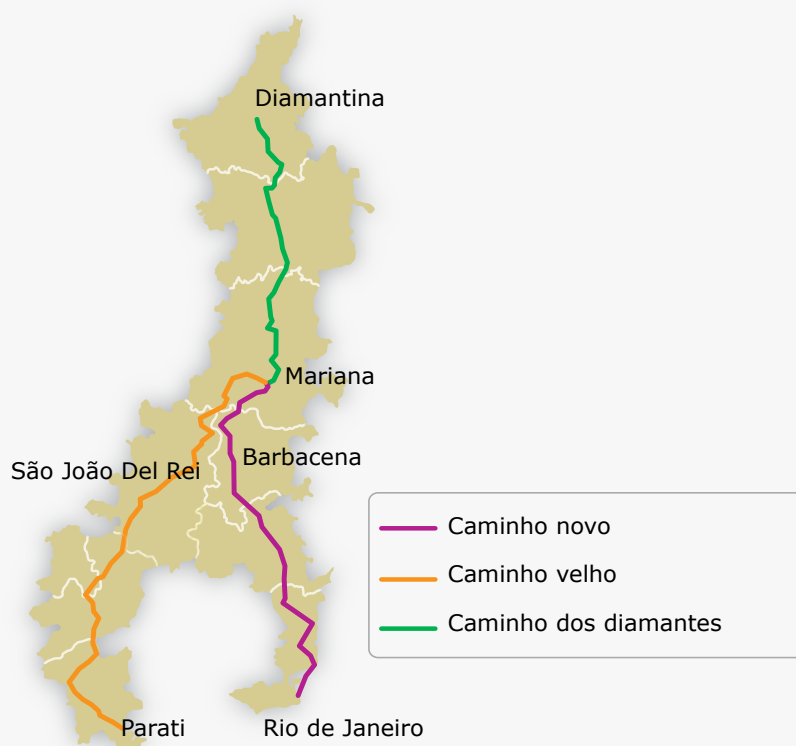
A SOCIEDADE mineradora. *MultiRio*. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/85-atividade-mineradora/8791-a-sociedade-mineradora>. Acesso em: 3 abr. 2020. [Fragmento]

Aponte a dicotomia da sociedade mineradora apresentada no texto anterior.

12

(UERJ)

Mapa da Estrada Real



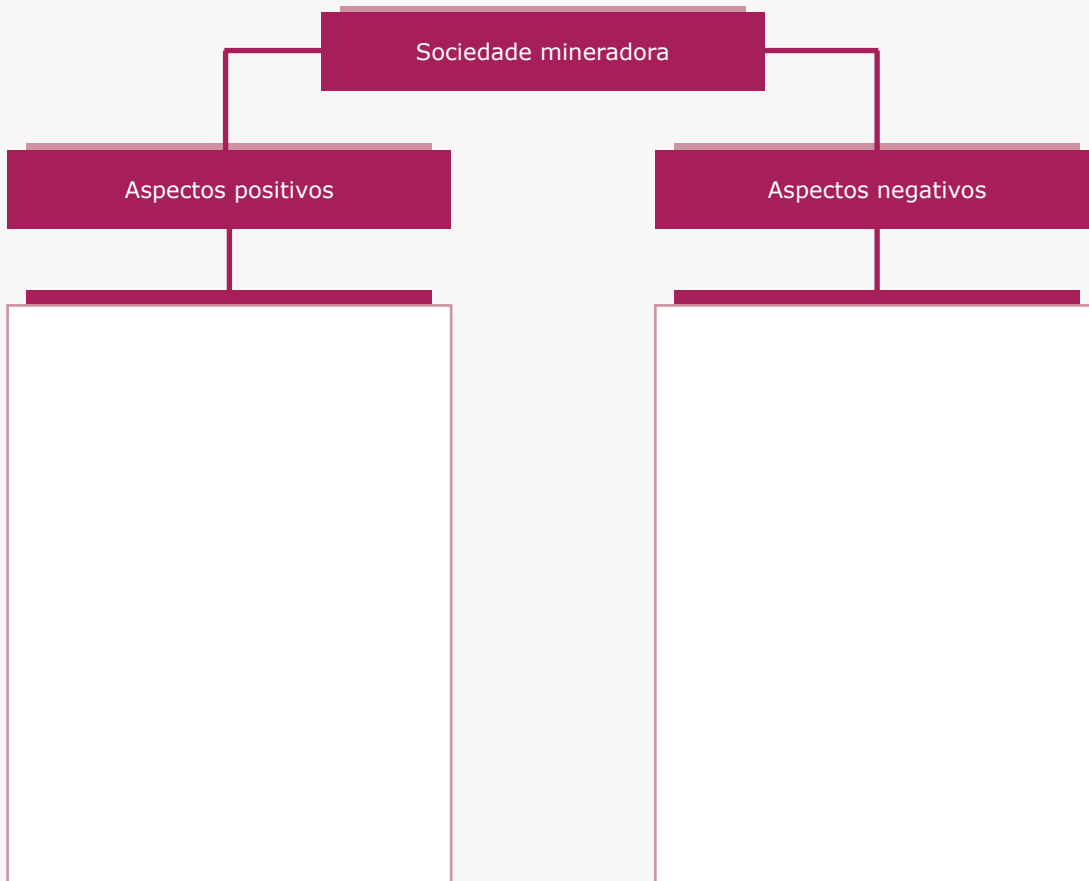
Disponível em: <http://direitomonarquicodobrasil.blogspot.com>.

A Estrada Real, nos dias de hoje, é a reunião dos vários caminhos construídos no Brasil Colônia, principalmente nos séculos XVII e XVIII, para o transporte das riquezas do interior para o litoral do Rio de Janeiro, de onde seguiam para a metrópole portuguesa. São 1 512 km que permitem mergulhar na história brasileira. A circulação de pessoas, mercadorias e riquezas era obrigatoriamente feita por aqueles caminhos, constituindo crime de lesa-majestade a abertura de outros não autorizados pela administração metropolitana.

Disponível em: <http://360graus.terra.com.br> (Adaptação).

A expansão da colonização na América Portuguesa, nos séculos XVII e XVIII, ocasionou o surgimento de novas atividades econômicas, de núcleos de povoamento e de caminhos e estradas, como os que compuseram a Estrada Real. Cite a principal atividade econômica que condicionou o surgimento dos caminhos da Estrada Real e identifique dois interesses da Coroa portuguesa em controlar esses caminhos, no decorrer do século XVIII.

- 13** Organize, no esquema a seguir, os aspectos positivos e negativos da sociedade mineradora, tendo em vista questões relacionadas à mão de obra, à produção de riqueza e à organização territorial.



- 14** Em meados de 1697, chegou a Salvador a notícia de que fora encontrado um ouro escuro e meio fosco misturado ao cascalho do córrego que havia no fundo de um vale coberto de mata úmida, varrido por finas rajadas de vento e cercado pela seqüência de picos altíssimos que formam o maciço do Espinhaço [...]. O governador-geral ainda não sabia, mas [...] era só o início: o achado do “ouro preto” iria revelar a ponta de uma massa gigante de metal precioso que se estendia até o ribeirão do Carmo e ao Sabará, no local exato de seu encontro com o Guaicuí, o nome original do Rio das Velhas.

SCHWARCZ, Lillian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 229. [Fragmento]

Aponte as primeiras medidas implementadas pela Coroa portuguesa a partir da notícia indicada no texto.

- 15** Com a descoberta de diamantes, em 1729, na região do Arraial do Tijuco (atual Diamantina), Portugal criou um sistema administrativo para controle da região. Descreva essa política administrativa.

- 16** (UEM-PR) A descoberta de ouro em Minas Gerais no final do século XVII atraiu para aquela região milhares de indivíduos das mais diversas condições sociais. Segundo um escritor daquela época, eram “homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal e outros vadios”.

ANTONIL, Padre André João.

Sobre a produção aurífera em Minas Gerais no século XVIII, responda:

- A. Qual o significado do termo “cabedal” utilizado por Antonil?
- B. O que eram as Casas de Fundição estabelecidas a mando da Coroa portuguesa?
- C. Qual a relação entre a ação dos bandeirantes paulistas e a mineração nas Minas Gerais?

3. Período Pombalino

Na segunda metade do século XVIII, ascendeu ao trono lusitano D. José I, que nomeou como primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o **Marquês de Pombal**, que governou Portugal e suas colônias portuguesas por mais de 25 anos.

Desde o início de seu governo, Pombal mostrou forte disposição para tirar Portugal do atraso em que se encontrava – comparado aos centros mais desenvolvidos da economia europeia – e diminuir a dependência da nação portuguesa em relação à Inglaterra.

Para ter maior liberdade de ação, Pombal buscava diminuir a influência de todos aqueles que poderiam fazer frente ao poder real e à sua política, sobretudo alguns nobres de maior importância e os membros da Companhia de Jesus. Uma vez fortalecido politicamente na metrópole, voltou-se para os domínios ultramarinos, especialmente para o Brasil, que era a colônia mais importante de Portugal. Sua primeira ação foi atender às questões relativas à reorganização do Estado e do comércio português.

O que se percebeu foi uma clara influência dos conceitos iluministas nas medidas tomadas por Pombal, possibilitando defini-lo como um **déspota esclarecido**, embora não agisse na condição de monarca. No entanto, a influência iluminista chocava-se com alguns conceitos do mercantilismo por ele reiterados.

Visando preservar a colônia da influência inglesa, Pombal criou para o Brasil duas companhias privilegiadas de comércio: a **Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)** e a **Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. A criação das companhias de comércio visava revigorar o comércio colonial, submetendo-o, de fato, ao poder metropolitano e às regras restritivas do mercantilismo. Entretanto, suas ações provocaram protestos e revoltas entre os colonos cujas reivindicações se chocavam com os interesses dessas companhias.

É importante lembrar que, durante o Período Pombalino, em 1755, um forte terremoto, seguido de um maremoto e vários incêndios, destruiu grande parte de Lisboa, gerando uma demanda extra por capital. Foram necessárias ações de emergência para conter o caos, as epidemias e a violência. O Marquês de Pombal usou essa oportunidade para implementar uma reforma urbana em Lisboa, reconstruindo a cidade sob critérios racionais, preparando-a para enfrentar novos tremores. Pombal também usou o terremoto como pretexto para perseguir seus inimigos políticos, culpando-os pela tragédia. Assim, foram perseguidos os jesuítas e grandes famílias nobres – algumas implicadas na tentativa de regicídio ocorrida em 1758, motivada, na verdade, por um adultério do rei.



Autor desconhecido. Retrato do Marquês de Pombal. Por volta do século XVIII. Óleo sobre tela, 119 cm x 97,5 cm.

TÁ NA MÍDIA



João Gilana Strohbert / Domínio Público

Acesse o QR Code para assistir a um documentário sobre o terremoto de 1755 e analisar a importância da visão modernizadora do Marquês de Pombal na reconstrução da cidade de Lisboa.



VÍDEO

Entre as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, destacam-se:

- criação do subsídio literário, imposto que deveria custear a educação, já que a expulsão dos jesuítas enfraqueceu as estruturas educacionais;
- reforma da Universidade de Coimbra, priorizando a ciência moderna;
- reforma do ensino em Portugal, com a criação da Diretoria de Estudos (1758), a instituição das aulas régias em várias vilas e cidades do Império e a concessão de bolsas para estudantes brasileiros em Coimbra;
- centralização administrativa na América Portuguesa, por meio da extinção do sistema de capitanias hereditárias;
- tentativa de modernização da administração imperial, procurando incorporar os grupos locais ao corpo administrativo do Estado – foi o caso da elite econômica de Minas Gerais, cuja posterior exclusão da administração do Estado está nas origens da Inconfidência Mineira;
- proibição da escravidão indígena em 1757, passando a considerar o nativo submetido legalmente às regras portuguesas;
- expulsão dos jesuítas do reino em 1759, com o intuito de reduzir o poder político da ordem religiosa e de ampliar as ações laicas;
- subordinação da Inquisição ao rei em 1769;
- abolição da distinção entre cristãos-novos e velhos a partir de 1773;
- maior controle fiscal das atividades mineradoras. Como exemplo, cabe ressaltar a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), a instauração da primeira Derrama (1762-1763) e a criação da Real Extração (1771).

Apesar das grandes realizações entre 1750 e 1777, Pombal não se sustentou no poder após a morte do monarca José I. Seus adversários políticos conseguiram se aliar à monarca D. Maria I (o que resultou no afastamento de Pombal de seus encargos e em uma reação conservadora, contrária às medidas modernizantes do governante) e implementar a reaproximação do reino luso com a Inglaterra, elemento determinante para o rumo da Coroa portuguesa nas décadas iniciais do século XIX.



BERNOULLI PLAY

O Período Pombalino >> KQIC

A videoaula apresenta os principais acontecimentos ocorridos no período em que o Império Português foi governado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

4.A consolidação das fronteiras

O século XVIII também foi fundamental para a consolidação das novas fronteiras que separavam as possessões portuguesas e espanholas na América. O movimento bandeirante e algumas atividades econômicas, como a pecuária no vale do São Francisco e no Sul e a extração de drogas do sertão na Amazônia, expandiram, entre os séculos XVI e XVIII, a ocupação portuguesa para muito além dos limites do Tratado de Tordesilhas. Assim, tornou-se importante para as Cortes ibéricas a renegociação das fronteiras de suas possessões coloniais. As mudanças foram oficializadas com a assinatura do **Tratado de Madrid**, em 1750.

O novo limite substituiu o Tratado de Tordesilhas, de 1494, e apresentou como principal ponto de referência a aplicação do princípio do *uti possidetis*, ou seja, as fronteiras seriam traçadas conforme a ocupação territorial realizada até a metade do século XVIII.

O Tratado de Madrid



Assim, os avanços portugueses promovidos durante os primeiros séculos de ocupação foram reconhecidos, fortalecendo o espaço de domínio lusitano na América. Como principais pontos dessa nova limitação, destacam-se:

- a ampliação da fronteira norte para o oeste, chegando ao limite das últimas missões jesuíticas portuguesas na Bacia Amazônica;
- a ampliação da região central do Brasil para oeste, conforme a ocupação realizada pela pecuária e pela extração aurífera;
- a anexação do território de Sete Povos das Missões pelos portugueses no Sul do Brasil;
- a entrega da Colônia de Sacramento aos espanhóis, visto que essa região se apresentava incrustada nas possessões espanholas da América.

Apesar dos vários desacordos entre as duas Coroas após a assinatura do Tratado de Madrid, devido aos conflitos europeus da segunda metade do século XVIII – fato responsável pela assinatura de novos acordos –, as fronteiras do Tratado de Madrid marcam de maneira mais legítima as atuais fronteiras do Brasil.

TUDO SE ENCAIXA

Mapa feito na França em 1748 delineou novas fronteiras do Brasil continental depois do Tratado de Tordesilhas

Na concepção iluminista do século XVIII, mapas eram espelhos perfeitos do território, projeções gráficas sobre o mundo real, ainda que a própria região retratada ou suas fronteiras não fossem completamente conhecidas. Assim pensavam o embaixador português em Paris, dom Luís da Cunha, e o principal geógrafo europeu do período, o francês Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville. Em 1724, ambos deram início a uma parceria que levou D'Anville a desenhar a *Carte de l'Amérique Meridionale*, impressa em 1748. Trata-se do primeiro mapa da América do Sul (ou América Meridional) que deu ao Brasil feições parecidas com as que tem hoje. "O mapa concebido por eles – ao fundirem política, diplomacia, geografia e cartografia – 'inventou' um Brasil continental ao traçar as fronteiras que os portugueses desejavam para sua possessão na América do Sul", diz a historiadora Júnia Ferreira Furtado, da Universidade Federal de Minas Gerais e autora do livro *O mapa que inventou o Brasil* [...].

[...] D'Anville era geógrafo de gabinete, erudito, que nunca saiu de Paris. Concebia suas cartas coligindo e estudando dezenas de documentos – outros mapas, relatos de exploradores e viajantes, dados de astrônomos, matemáticos e cosmógrafos. Com essas informações ele montava mapas muito próximos da realidade. E foi assim, com a preciosa ajuda de informações sigilosas passadas por dom Luís, além do conhecimento que o português dispunha sobre o território brasileiro, que foi desenhada a *Carte de l'Amérique Meridionale*.

Com a carta pronta, em 1748, dom Luís a despachou para Lisboa. Alexandre de Gusmão, diplomata que era secretário particular de dom João V, deu ordens para que ela não fosse mostrada aos espanhóis e avisou que estava sendo feita outra carta em Portugal, sob suas ordens. Essa nova carta, *Mapa dos confins do Brasil* com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional, que ficou conhecida como o *Mapa das Cortes*, foi a utilizada no Tratado de Madrid, de 1750, que deu novos contornos às fronteiras sul-americanas.

"O *Mapa das Cortes* foi coligido a partir de vários mapas, incluindo o de D'Anville, do qual copiou a parte referente à Região Norte do Brasil", diz Júnia Furtado. "Ele foi feito sob medida para se conseguir mais terras na negociação com os espanhóis e traz erros propositais ao situar territórios colonizados por portugueses mais ao leste do que estavam". A pesquisadora diz, porém, que nenhum mapa do período foi tão próximo da realidade do que o trabalho de D'Anville, ao mostrar um território brasileiro que, a rigor, não existia oficialmente.

MARCOLIN, Neldson. Espelhos do mundo. *Pesquisa FAPESP*, nov. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/espelhos-mundo/>. Acesso em: 3 abr. 2020. [Fragmento]

O estudo das Relações Internacionais tem tido um crescimento expressivo no Brasil. Um diplomata é um profissional que tem a responsabilidade de conduzir as relações entre o seu país e os demais, seja evitando conflitos, estreitando comércios, seja realizando acordos de ajuda mútua. Disserte sobre como as disciplinas de História e Geografia são essenciais para um profissional da diplomacia.



D'ANVILLE, Jean-Baptiste. *Carte de L'Amérique Meridionale*. 1748. Biblioteca Nacional da França.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

17 Na segunda metade do século XVIII foi criada pelo marquês de Pombal a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Fundada em 1755, ela visava controlar e fomentar a atividade comercial, e, diante da proibição da escravidão indígena na região, passou a explorar e comercializar africanos. A Companhia recebeu não só privilégios como o monopólio por vinte anos do tráfico de escravos e do transporte naval de todas as mercadorias no lugar.

SCHWARCZ, Lillian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 547. [Fragmento] Relacione a criação da companhia citada no texto com a influência inglesa na América Portuguesa.

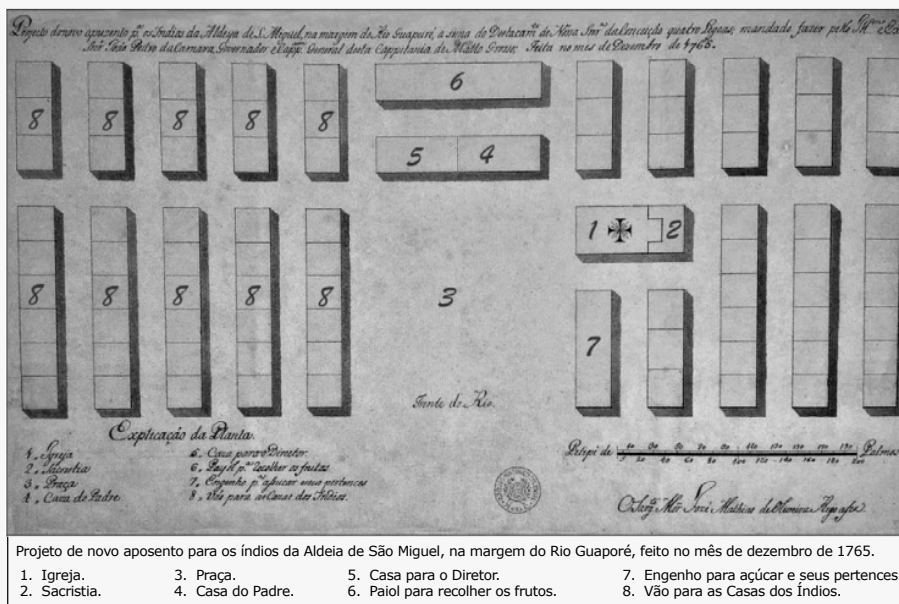
18 (Unimontes-MG) Leia o texto:

Para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem a dependência da metrópole.

MARQUÊS DE POMBAL *apud* LAPA, J. R. A. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Explique o pensamento de Pombal dentro dos padrões mercantilistas.

19 (FUVEST-SP)



Essa planta foi elaborada no contexto da nova política estabelecida pela Coroa Portuguesa para suas possessões na América, durante o chamado Período Pombalino (1750-1777). A partir dela,

- A. identifique dois elementos que contrastam a organização espacial das comunidades indígenas com a organização espacial proposta pelos poderes coloniais.
- B. descreva as principais diretrizes políticas e culturais do projeto pombalino para a população indígena da América.

20 A legislação pombalina foi aplicada em toda a extensão dos territórios da América Portuguesa [...] Com o acordo, Portugal assegurava a posse da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha ficava com a maior parte da baixa do Prata. A celebração desse tratado, sem dúvida, assentou as bases para a futura demarcação geopolítica do imenso território brasileiro.

OLIVEIRA, L.; FRANCO, J. E. O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil: Coordenadas Históricas. *Revista de estudos de cultura*, n. 4, p. 26-27, abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/issue/view/474>. Acesso em: 9 mar. 2023. [Fragmento]

- A. A qual tratado o texto anterior se refere?
- B. Associe a ascensão de Marquês de Pombal ao poder com a expansão das fronteiras coloniais do Brasil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (FUVEST-SP) A respeito dos espaços econômicos do açúcar e do ouro no Brasil Colonial, é correto afirmar:
- A pecuária no Sertão nordestino surgiu em resposta às demandas de transporte da economia mineradora.
 - A produção açucareira estimulou a formação de uma rede urbana mais ampla do que a atividade aurífera.
 - O custo relativo do frete dos metais preciosos viabilizou a interiorização da colonização portuguesa.
 - A mão de obra escrava indígena foi mais empregada na exploração do ouro do que na produção de açúcar.
 - Ambas as atividades produziram efeitos similares sobre a formação de um mercado interno colonial.
- 02** (UFV-MG) Com relação à América Portuguesa, é correto afirmar que foi decisivo(a) para o processo de interiorização da colônia o(a)
- apresamento e a busca de minerais preciosos através das bandeiras.
 - transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.
 - resistência dos colonos ao domínio holandês em Pernambuco.
 - incentivo à cultura de cana-de-açúcar no interior do Nordeste.
- 03** (UNIFESP) As atividades das bandeiras, durante a colonização do Brasil, incluíam
- impedir a escravidão negra e indígena.
 - garantir o abastecimento do interior.
 - perseguir escravos foragidos.
 - catequizar os povos nativos.
 - cultivar algodão, cana-de-açúcar e café.
- 04** (FAMERP-SP-2021) Os protestos antirracismo iniciados nos Estados Unidos após a morte de George Floyd por um policial colocaram o mundo em polvorosa no final de maio. Além dos protestos em solo americano, cidadãos de diversas nações intensificaram a discussão acerca do racismo e resolveram pôr as mãos na massa – literalmente. No último dia 7, em Bristol, Inglaterra, uma multidão enfurecida derrubou de seu pedestal a estátua do traficante de escravos Edward Colston e a jogou no rio da cidade. O ato foi um protesto contra a reverência a personalidades históricas cuja conduta é atualmente considerada condenável. Na Bélgica, os moradores da cidade de Antuérpia agiram de forma parecida. Na semana passada, os belgas vandalizaram e removeram a estátua do rei Leopoldo II, lembrado sobretudo por ter colonizado o Congo Belga. [...] O Brasil não ficou para trás na discussão – e nem poderia, diante do fato de ter sido o país das Américas que mais recebeu escravos entre os séculos XVI e XIX. Aqui, estátuas de personalidades históricas que atualmente seriam julgadas pelos mais diversos crimes habitam cidades de todos os tamanhos.

BRITO, Sabrina. *Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica?* Disponível em: <https://veja.abril.com.br>. Acesso em: 9 jun. 2020.

No caso brasileiro, alguns dos principais alvos de protestos são as estátuas e monumentos dedicados a

- políticos associados a casos de corrupção, uma vez que dilapidaram os recursos financeiros do país, inviabilizando a superação da crise econômica e a implementação de programas sociais.
- presidentes do período militar brasileiro, uma vez que lideraram a ação repressiva contra os opositores, consolidando um regime de caráter ditatorial no país.
- jesuítas que atuaram nas missões e reduções indígenas da colônia, uma vez que converteram os nativos ao catolicismo, impedindo a livre expressão da religiosidade e das manifestações culturais desses povos.
- militares e civis que participaram da Guerra do Paraguai, uma vez que o conflito provocou a dizimação de parte da população, destruindo econômica e socialmente o país vizinho.
- bandeirantes, uma vez que atuaram na captura de nativos e na destruição de quilombos, contribuindo para a ampliação e manutenção do trabalho compulsório na colônia.

05 (Unifor-CE) Reflita sobre o texto.

Na versão dos estudiosos das bandeiras, o bandeirante, que em suas ações é homem de seu tempo, na perspectiva histórica, realmente rompe com o curso dos eventos, ele altera as disposições de Portugal, Espanha e da Santa Sé sobre a distribuição geográfica do Novo Mundo, modifica os desígnios da expansão espanhola e jesuítica, faz descobertas que redirecionam o curso da História [...].

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 88-89.

De acordo com o autor do texto, o movimento bandeirante

- direcionou o interesse metropolitano para o interior do território espanhol a fim de explorar os recursos naturais dessa região.
- possibilitou o abastecimento de escravos ameríndios nas regiões da colônia espanhola, durante a dominação francesa no Brasil.
- expandiu as fronteiras geográficas do território português no continente americano, ao avançar além de seus limites oficiais.
- fundou núcleos populacionais para servir de escoadouro dos produtos oriundos das capitanias do Sul, em um projeto da metrópole portuguesa.
- manteve a integridade do território português no continente americano ao assegurar a atividade produtora açucareira, durante o domínio holandês.

06 (PUC-GO-2023) Leia com atenção o fragmento extraído da obra *História de Goiás*, de Luis Palacín e Maria Augusta de S. Moraes:

O Anhanguera era um homem obstinado: disse que preferia a morte a voltar fracassado. No fim acabou tendo sorte, pois numa das voltas da bandeira, quando já lhe restavam poucos companheiros, descobriu ouro nas cabeceiras do rio Vermelho – na região da atual Cidade de Goiás.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de S. *História de Goiás*. 7. ed. Goiânia: ed. da UCG; Vieira, 2008. p. 22 (Adaptação).

Acerca do movimento das bandeiras, que deu início à empresa mineradora no atual território goiano, assinale a única alternativa correta:

- O movimento das bandeiras foi iniciado por brasileiros, como o Anhanguera, que armou indígenas e negros para combaterem povos invasores, a exemplo dos holandeses no Nordeste brasileiro e os espanhóis que exploravam o ouro no atual Mato Grosso e em Goiás.
- Os bandeirantes desenvolveram uma cultura mestiça na caça dos povos indígenas e na busca por pedras preciosas, a exemplo do Anhanguera. Com essa técnica sertanista, acabaram por expandir o território brasileiro.
- As bandeiras eram formadas por brancos livres que combatiam as revoltas escravas e faziam a vigilância das regiões exportadoras de açúcar. Com o passar do tempo, dedicaram-se também à mineração de ouro e de diamantes, a exemplo do Anhanguera.
- Os bandeirantes eram militares enviados por Portugal para que expandissem o território sob seu domínio. Após a consolidação da colonização, passaram a explorar as minas auríferas visando desenvolver economicamente as regiões, a exemplo do Anhanguera.

07 (FUVEST-SP-2023) Os vadios são o ódio de todas as nações civilizadas, e contra eles se tem muitas vezes legislado; porém as regras comuns relativas a este ponto não podem ser aplicáveis ao território de Minas; porque estes vadios, que em outra parte seriam prejudiciais, são ali úteis.

Desembargador J. J. Teixeira Coelho. Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais (1780) *apud* SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

A partir da leitura do excerto, que aborda aspectos da sociedade mineira do século XVIII, é correto afirmar que, nessa sociedade,

- os vadios viviam na ociosidade, o que provocava preocupações constantes nos administradores coloniais.
- a legislação colonial limitava a circulação dos vadios pela colônia, impedindo-os de ingressar na região das Minas.
- os vadios participavam de atividades complementares à mineração, o que justificava a tolerância das autoridades locais.
- os contratadores preferiam engajar vadios no trabalho nas minas, gerando revoltas dos trabalhadores especializados.
- os vadios participavam ativamente do contrabando de ouro, o que motivava sucessivas ações policiais repressivas.

08 (Unesp–2023) Observe a imagem de Nossa Senhora do Rosário, produzida na região das Minas Gerais no século XVIII.



SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2018.

Essa imagem revela uma prática que ocorria na região das Minas durante a exploração de minérios:

- A. A funcionalidade dupla da peça, que podia ser utilizada como objeto de culto nas igrejas e como porta-moedas no cotidiano.
- B. A conjugação entre apuro artístico de inspiração barroca e estratégia para contrabando de riquezas.
- C. O emprego exclusivo de padrões artísticos renascentistas na produção das imagens religiosas brasileiras.
- D. A atitude herética dos artistas, que frequentemente contrariavam a proibição de representar figuras religiosas femininas.
- E. A representação apenas de elementos da natureza na composição de peças de cunho religioso.

09 (UERJ) As expedições destinadas ao apresamento de indígenas constituíram, como se pode observar no mapa a seguir, a principal atividade realizada pelos bandeirantes paulistas entre os séculos XVI e XVIII.



Esquema geral das expedições de apresamento (1550-1720)



Estabeleça a relação existente entre as expedições de apresamento e as atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes da capitania de São Vicente. Em seguida, identifique um efeito dessas expedições para a colônia portuguesa na América.

- 10** (UECE–2019) Segundo nos informa Darcy Ribeiro (1995, p. 194), em fins do século XVI, a colônia possuía 3 cidades, a maior delas, Salvador, então sede do Governo-Geral, contava com aproximadamente 15 mil habitantes; no final do século XVII, Salvador tinha em torno de 30 mil habitantes e Recife tinha 20 mil. Ao final do século XVIII, enquanto cidades centenárias como Salvador e Recife tinham por volta de 40 mil e 25 mil habitantes, respectivamente, a jovem cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, elevada à categoria de Vila somente em 1711, já possuía cerca de 30 mil habitantes.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 194.

O fenômeno demográfico do rápido crescimento populacional de Vila Rica (Ouro Preto) no século XVIII é atribuído

- ao processo de interiorização da colonização portuguesa no Brasil a partir da expansão da atividade pecuarista, por meio das correntes do sertão de dentro, oriunda da Bahia, e do sertão de fora, originária de Pernambuco.
- à grande migração de colonos e de pessoas oriundas de Portugal para a região que hoje é Minas Gerais, em função das descobertas de jazidas de ouro e pedras preciosas, o que fez surgirem vários centros urbanos na área.
- ao estímulo ao desenvolvimento da colônia, promovido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino, sob o reinado de D. José I, que incentivou a indústria e a educação no Brasil.
- à ocupação de vastos espaços do território da colônia por colonos espanhóis das regiões do Potosi e do Rio da Prata, quando ocorreu a União Ibérica (1580-1640), época em que reis hispânicos governaram o reino de Portugal.

- 11** (Unicamp-SP–2019) Tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às Minas Gerais o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes. De todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. Daqui se seguiu, mandarem-se às Minas Gerais as boiadas de Paranaguá, e às do rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginaram poderia apetecer-se de qualquer gênero de cousas naturais e industriais, adventícias e próprias.

ANTONIL, André. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia-Edusp, 1982. p. 169-171 (Adaptação).

Sobre os efeitos da descoberta das grandes jazidas de metais e pedras preciosas no interior da América Portuguesa na formação histórica do centro-sul do Brasil, é correto afirmar que:

- A demanda do mercado consumidor criado na zona mineradora permitiu a conexão entre diferentes partes da colônia que até então eram pouco integradas.
- A partir da criação de rotas de comércio entre os campos do sul da colônia e a região mineradora, Sorocaba e suas feiras perderam a relevância econômica adquirida no século XVII.
- O desenvolvimento socioeconômico da região das Minas e do centro-sul levou a Coroa a deslocar a capital da colônia de Salvador para Ouro Preto em 1763.
- Como o solo da região mineradora era infértil, durante todo o século XVIII sua população importava os produtos alimentares de Portugal ou de outras capitânicas.

- 12** (PUC-SP) A presença africana está de tal maneira mesclada a formas de ser, fazer e viver europeias e ameríndias, que é difícil distinguir o que é puramente africano. O que é certo é que os nossos antepassados africanos trouxeram para o Brasil os conhecimentos e as técnicas que desenvolveram ao longo dos séculos.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 154-155.

Entre os conhecimentos expostos no texto, é correto citar:

- Técnicas de navegação, como o barco a vela, e o desenvolvimento do sistema de irrigação por canaletas.
- Técnicas de preparação do solo, como as chinampas, e o domínio da escrita pictográfica.
- Técnicas de cultivo, como a coivara, e a edificação de grandes obras, como as pirâmides.
- Técnicas de extração de metais nobres, como o ouro, e o cultivo do quiabo e do dendê.
- Teve como base do trabalho a mão de obra escrava, que era trazida da África, tendo em vista que, por receio de rebelião das populações originais da colônia, não houve escravidão indígena.



(UPF-RS-2019) No Brasil do século XVIII, a mineração marcou o deslocamento do eixo econômico para o centro, incorporando os territórios que viriam a compor as capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Sobre essa atividade, leia as seguintes afirmações:

- I. A ocupação das regiões mineradoras ocorreu de modo diverso daquela ocorrida nas áreas litorâneas e pecuaristas, pois deu início à urbanização do interior.
- II. O Rio de Janeiro foi o porto de escoamento do ouro para a Europa e ingresso de mercadorias que iam para as minas.
- III. O Rio Grande do Sul integrou-se à economia nacional enviando gado de corte e animais de carga para a região mineradora, tendo a vila de Sorocaba (SP) como principal eixo comercial.
- IV. A estratificação social nas minas era marcada por uma grande participação dos setores populares e dos escravos na tomada de decisões.
- V. A convergência dos caminhos no centro do país foi denominada de Cruzeiro Rodoviário.

Está correto apenas o que se afirma em

- A. I, II e V.
- B. I, II e III.
- C. II, III e IV.
- D. II, IV e V.
- E. III, IV e V.

14

(UEPB) Uma das patranhas da nossa história, tal como se conta nas escolas, é a da pretendida riqueza e até opulência das Minas Gerais na época da abundância do ouro. Em boa e pura verdade nunca houve a tão propalada riqueza a não ser na fantasia amplificadora de escritores inclinados às hipérboles românticas.

MELO, Laura de. In: FREITAS NETO; RICARDO, Célio. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Harbra, 2006. p. 318.

Sobre a sociedade mineira do século XVIII, é correto afirmar:

- A. A maioria da população era formada por homens livres pobres que sobreviviam como fiscoiros, pequenos roceiros, biscateiros e garimpeiros.
- B. Eram privilegiados os elementos que tivessem o maior número de escravos.
- C. A concentração fundiária era pequena, apesar de a maioria da população ser elite agrária.
- D. Grande era o número de empreendedores com alto poder aquisitivo e forte descentralização de poder; ausência de advogados, artesãos e intelectuais.
- E. Devido ao grande número de alforrias, não havia escravos de ganho.



(UEFS-BA) Integralmente devotada à mineração, pelo menos em seus primórdios, a economia aurífera introduziu dois fenômenos novos e profundamente renovadores no quadro colonial.

CASTRO, Antônio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. 1971 *apud* FENELON, Dea Ribeiro (org.). *50 textos de história do Brasil*. 1986.

Os “dois fenômenos” mencionados no texto foram:

- A. A autonomia plena perante a metrópole e o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência.
- B. O equilíbrio social entre os grupos presentes na região e o estímulo ao desenvolvimento de novas formas de expressão artística.
- C. A vida econômica voltada para o mercado e a população predominantemente distribuída por centros urbanos.
- D. O predomínio da mão de obra assalariada sobre a escrava e a fácil obtenção de alforria pelos escravizados.
- E. A comunicação fácil com as demais regiões da colônia e o surgimento de uma economia monetarizada.

16 (UFMG) Leia este trecho de documento:

Mando que todos e quaisquer naturais ou moradores dos meus reinos e domínios de qualquer estado, sexo ou condição que seja que (na boa fé de que se trata somente de espiritualidade) se acharem ou incorporados na dita companhia chamada de Jesus ou nela professar ou associar a alguma confraria que haja sido estabelecida debaixo da direção da mesma companhia, sejam obrigados debaixo de penas a se manifestarem aos juízes e magistrados, depois dos quais serão as penas irremissivelmente neles executadas.

Palácio de Nossa Senhora D'Ajuda, 28 ago. 1767.

Esse trecho faz referência à conjuntura da

- A. expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, em razão da política do reino de reafirmar a subordinação da Igreja ao Estado.
- B. guerra entre Portugal e França, devido ao avanço das ideias defendidas pelos huguenotes nos reinos portugueses.
- C. proibição da presença de ordens religiosas regulares nos países ibéricos, determinada pela bula papal *Animarum Saluti*.
- D. visitação do Santo Ofício aos domínios ultramarinos de Portugal, em busca de hereges, integrantes de confrarias e irmandades.

17 (UFJF-MG) Entre 1750 e 1777, o primeiro-ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, comandou a política e a economia portuguesas.

A respeito desse período da história portuguesa e do Brasil, é incorreto afirmar que

- A. o Período Pombalino pode ser caracterizado como "despotismo esclarecido", visto que foi marcado por medidas modernizantes, mas também manteve a centralização e o fortalecimento do poder real.
- B. Pombal adotou práticas típicas do mercantilismo, visando fortalecer os comerciantes portugueses para que pudessem competir com os ingleses e, também, combater os contrabandistas.
- C. a transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro foi motivada pela crescente importância das regiões mineradoras do Sudeste.
- D. a expulsão dos jesuítas de Portugal e dos domínios portugueses, inclusive do Brasil, visava centralizar a administração e redefinir o projeto educacional.
- E. o governo pombalino reforçou a escravidão indígena, visando solucionar o problema da mão de obra nas colônias e reduzir a dependência do tráfico atlântico.

18 (PUC-Campinas-SP) A corrida para o ouro fundará cidades, lastreará um novo ciclo da colonização, que será erguido, porém, sobre a cobiça, a opressão, a barbárie. É a hora de a poesia dizer:

"Mil galerias desabam;
 mil homens ficam sepultos;
 mil intrigas, mil enredos,
 prendem culpados e justos.
 Já ninguém dorme tranquilo,
 que a noite é um mundo de sustos."

A história vai correndo, e há quem conte, se é historiador da máquina econômica, quanto ouro foi arrancado aos socavões de Vila Rica, quanto chegou ao reino, quanto passou às mãos dos mercantes da astuta Inglaterra. A lírica, porém, pede momentos de contemplação, e pode focalizar o caso de uma donzela assassinada por um pai que sofre vê-la enamorada de um jovem de condição desigual; e de ouro é feito o punhal, arma do crime.

BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*. São Paulo: Duas Cidades, 2003. p. 142-143 (Adaptação).

Entre os fatores que contribuíram para que o ouro brasileiro passasse “às mãos dos mercantes da astuta Inglaterra”, pode-se citar o(a)

- A. Tratado de Methuen, acordo comercial entre Portugal e Inglaterra, que implicava em facilidades alfandegárias e teve como consequência a intensificação da dependência econômica portuguesa.
- B. hegemonia inglesa em matéria de prospecção, extração, fundição e lapidação de minérios, que tornou Portugal dependente dessa tecnologia, principalmente com a escassez do ouro de superfície.
- C. Tratado dos Panos e Vinhos, ao estipular que produtos de alto valor no mercado e bastante consumidos na colônia, como os tecidos ingleses e os vinhos portugueses, deveriam ser pagos exclusivamente em barras de ouro.
- D. endividamento português em relação à Inglaterra, país que financiou capital necessário para a instauração das linhas férreas que transportavam o ouro fundido aos portos litorâneos.
- E. Tratado de Lisboa, que regulamentou as relações econômicas bilaterais entre Portugal e Inglaterra, conferindo exclusividade aos mercadores ingleses na exportação de produtos manufaturados às colônias portuguesas.

- 19.** (PUC-Campinas-SP) Se a obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda foi um olhar para o passado brasileiro a partir da história de São Paulo (as monções, as entradas e bandeiras, os caminhos e fronteiras) entre a generalidade do ensaio, em *Raízes do Brasil*, e a sistematização acadêmica de sua produção na USP, a cidade do Rio de Janeiro funda um universo poético e um horizonte criativo inteiramente novos em Chico Buarque, no cruzamento das atividades do “morro” (o samba, sobretudo) com as da “cidade” (a bossa nova e a vida intelectual do circuito Zona Sul).

FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 451.

As entradas e bandeiras, durante o Período Colonial, foram expedições

- A. contratadas pelos donatários das capitanias, a fim de mapear as populações indígenas que habitavam a região e instalar missões e aldeias visando à sua pacificação, etapa indispensável para o sucesso do empreendimento colonial.
- B. idealizadas por autoridades coloniais e pelos primeiros moradores instalados na Vila de São Paulo, com o objetivo principal de combater os colonizadores espanhóis que vinham desrespeitando os limites do Tratado de Tordesilhas e tomando-lhes as minas de ouro e prata.
- C. planejadas pelos brancos colonizadores, empreendedores particulares ou encarregados da Coroa, compostas de dezenas de índios e mestiços contratados para desbravar o “Sertão” e viabilizar rotas comerciais de minérios, especiarias e gado entre as isoladas vilas do interior.
- D. articuladas e executadas pelos bandeirantes, a mando da Coroa, da Igreja Católica ou por iniciativa própria, a fim de assegurar o controle português das minas de ouro e o plantio em terras férteis, dizimando índios hostis e fundando vilas jesuíticas para o branqueamento da população.
- E. organizadas e financiadas, respectivamente, pela Coroa portuguesa e por particulares, em busca de metais preciosos, do apresamento de indígenas e da efetivação da posse das terras por colonizadores portugueses.

SE LIGA NO ENEM



- 01** (Enem) Todos os anos, multidões de portugueses e de estrangeiros saem nas frotas para ir às minas. Das cidades, vilas, plantações e do interior do Brasil vêm brancos, mestiços e negros juntamente com muitos ameríndios contratados pelos paulistas. A mistura é de pessoas de todos os tipos e condições; homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; fidalgos e povo; leigos, clérigos e religiosos de diferentes ordens, muitos dos quais não têm casa nem convento no Brasil.

BOXER, C. *O Império Marítimo Português: 1435-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

A qual aspecto da vida no Brasil Colonial o autor se refere?

- A. À imposição de um credo exclusivo.
- B. À alteração dos fluxos populacionais.
- C. À fragilização do poder da metrópole.
- D. Ao desregramento da ordem social.
- E. Ao antilusitanismo das camadas populares.

02 (Enem) É preciso ressaltar que, de todas as capitanias brasileiras, Minas era a mais urbanizada. Não havia ali hegemonia de um ou dois grandes centros. A região era repleta de vilas e arraiais, grandes e pequenos, em cujas ruas muita gente circulava.

PAIVA, E. F. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

As regiões da América Portuguesa tiveram distintas lógicas de ocupação. Uma explicação para a especificidade da região descrita no texto está identificada na

- A. apropriação cultural diante das influências externas.
- B. produção manufatureira diante do exclusivo comercial.
- C. insubordinação religiosa diante da hierarquia eclesiástica.
- D. fiscalização estatal diante das particularidades econômicas.
- E. autonomia administrativa diante das instituições metropolitanas.



03 (Enem) A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant. 2 jan. 1751
apud CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas* (Goiás: 1749-1811).
São Paulo: Nobel, Brasília: INL, 1983 (Adaptação).

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função

- A. das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
- B. da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
- C. do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
- D. da política racista da Coroa portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
- E. da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

04 (Enem) Gregório de Matos definiu, no século XVII, o amor e a sensualidade carnal:

O Amor é finalmente um embaraço de pernas, união de barrigas, um breve tremor de artérias. Uma confusão de bocas, uma batalha de veias, um rebuliço de ancas, quem diz outra coisa é besta.

VAINFAS, R. Brasil de todos os pecados. *Revista de História*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 1, n. 1, 2003.

Vilhena descreveu ao seu amigo Filopono, no século XVIII, a sensualidade nas ruas de Salvador:

Causa essencial de muitas moléstias nesta cidade é a desordenada paixão sensual que atropela e relaxa o rigor da Justiça, as leis divinas, eclesiásticas, civis e criminais. Logo que anoutece, entulham as ruas libidinosos, vadios e ociosos de um e outro sexo. Vagam pelas ruas e, sem pejo, fazem gala da sua torpeza.

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 1. (Coleção Baiana) (Adaptação).

A sensualidade foi assunto recorrente no Brasil Colonial. Opiniões se dividiam quando o tema afrontava diretamente os "bons costumes". Nesse contexto, contribuía para explicar essas divergências a(o)

- A. existência de associações religiosas que defendiam a pureza sexual da população branca.
- B. associação da sensualidade às parcelas mais abastadas da sociedade.
- C. posicionamento liberal da sociedade oitocentista, que reivindicava mudanças de comportamento na sociedade.
- D. política pública higienista, que atrelava a sexualidade a grupos socialmente marginais.
- E. busca do controle do corpo por meio de discurso ambíguo que associava sexo, prazer, libertinagem e pecado.

05 (Enem) Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil Colonial. A palavra tropeiro vem de “tropa” que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão-preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão-tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em: <http://www.tribunadoplanalto.com.br>.

Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão-tropeiro na culinária brasileira está relacionada à atividade

- A. comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- B. culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das Minas.
- C. mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- D. agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- E. mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

06 (Enem) No princípio do século XVII, era bem insignificante e quase miserável a Vila de São Paulo. João de Laet dava-lhe 200 habitantes, entre portugueses e mestiços, em 100 casas: a Câmara, em 1606, informava que eram 190 os moradores, dos quais 65 andavam homiziados*.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*.

São Paulo: Brasiliense, 1964.

*homiziados = escondidos da Justiça.

Na época da invasão holandesa, Olinda era a capital e a cidade mais rica de Pernambuco. Cerca de 10% da população, calculada em aproximadamente 2 000 pessoas, dedicavam-se ao comércio, com o qual muita gente fazia fortuna. Cronistas da época afirmavam que os habitantes ricos de Olinda viviam no maior luxo.

FEST, Hildegard. *Pequena história do Brasil Holandês*.

São Paulo: Moderna, 1995 (Adaptação).

Os textos anteriores retratam, respectivamente, São Paulo e Olinda no início do século XVII, quando Olinda era maior e mais rica. São Paulo é, atualmente, a maior metrópole brasileira e uma das maiores do planeta. Essa mudança deveu-se, essencialmente, ao seguinte fator econômico:

- A. Maior desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no planalto de Piratininga do que na Zona da Mata nordestina.
- B. Atraso no desenvolvimento econômico da região de Olinda e Recife, associado à escravidão, inexistente em São Paulo.
- C. Avanço da construção naval em São Paulo, favorecido pelo comércio dessa cidade com as Índias.
- D. Desenvolvimento sucessivo da economia mineradora, cafeicultora e industrial no Sudeste.
- E. Destruição do sistema produtivo de algodão em Pernambuco quando da ocupação holandesa.

FRENTE **B** CAPÍTULO 7

Bandeirantismo, Mineração e Período Pombalino

Aprendizagem

- 01** A tensão ocorria entre bandeirantes e jesuítas, já que os primeiros capturavam povos indígenas para escravizá-los – prática que se tornou possibilidade de enriquecimento desde o início da colonização. Em contrapartida, os jesuítas que catequizavam os indígenas eram contra essa prática, que era altamente violenta e dizimava uma vasta quantidade de populações.
- 02** A. Essa influência se deu na medida em que, como aponta o texto, transitar entre o Brasil e a Angola, na África, era mais fácil, pois os portugueses conheciam bem as principais correntes marítimas desse percurso, ao contrário dos percursos de navegação costeira no Brasil, onde os ventos predominantes na região dificultavam a navegação do Sul para o Norte, e a ocorrência de bons portos naturais, particularmente no Nordeste e no Norte, era pouco numerosa.
B. As condições geográficas da costa e as correntes marítimas tiveram pouca ou nenhuma influência na atividade dos bandeirantes, uma vez que, para esse grupo, o que mais importava era a rede fluvial, os caminhos pelas serras e planaltos e o regime de chuvas.
- 03** A. Essa visão foi construída por meio da oligarquia cafeeira de São Paulo que exaltou a atuação dos bandeirantes paulistas na extensão dos limites da América Portuguesa.
B. Essa visão se constrói porque os bandeirantes capturavam, escravizavam ou exterminavam os povos indígenas, destruindo missões jesuíticas e falsificando episódios de “guerra justa”, em que a Coroa permitia a apreensão desses povos.
- 04** Os bandeirantes foram úteis aos interesses da Coroa, na medida em que adentraram no território da América Portuguesa à procura de metais e pedras preciosas e capturaram povos indígenas, facilitando a posse da região.
- 05** A nova historiografia tem evidenciado que os bandeirantes agiam em causa própria, ambicionando o enriquecimento pessoal na busca por metais e pedras preciosas e no aprisionamento de indígenas para serem escravizados – momento em que agiam com grande violência com esses povos.
- 06** A. Ao longo do século XX, a oligarquia paulista procurou mitificar a figura do bandeirante, apresentando-o como o valente desbravador que contribuiu para ampliar as fronteiras de nossa pátria. De acordo com essa visão romântica, o bandeirante paulista seria um verdadeiro herói nacional.
B. A atuação dos bandeirantes no aprisionamento e na dizimação de comunidades indígenas, e a destruição de quilombos.
- 07** Pode ser indicada a prática das monções.
- 08** A. Produção açucareira e monções.
B. Na América Portuguesa do século XVIII, ocorreram mudanças significativas, como a definição de novas fronteiras a partir do Tratado de Madrid e da interiorização da colônia.
- 09** Duas estratégias foram a construção de fortes para defender as terras conquistadas e a utilização da mão de obra indígena. Duas características são os leitos hidrográficos navegáveis e a grande extensão da floresta.
- 10** A consequência foi o povoamento na região das Minas, que fez surgir as primeiras vilas coloniais. Essas vilas promoveram o desenvolvimento do comércio na colônia, pois precisavam ser abastecidas com alimentos, o que a longo prazo promoveu a integração territorial da América Portuguesa.
- 11** O trecho apresenta as condições de vida na sociedade mineradora, que, apesar de haver grande pujança econômica na extração de minerais, essa riqueza não era vista em todas as camadas sociais, uma vez que a grande maioria da população vivia em condições precárias.
- 12** A atividade foi a mineração, especificamente a extração de diamantes. Dois interesses da Coroa que podem ser citados foram as tentativas de burlar o fisco real e de garantir o monopólio dos produtos.

- 13** Pode ser citado como aspecto positivo a fundação de vilas, e como negativo a escravização de pessoas para a extração de recursos minerais.
- 14** A partir da notícia da existência de ouro em determinadas regiões da colônia, a Coroa portuguesa teve de controlar o fluxo de pessoas para o interior, principalmente as áreas indicadas no texto (Ouro Preto, Ribeirão do Carmo, Sabará, etc.). Desse modo, foi fundada a Intendência das Minas, um órgão da Coroa que deveria gerenciar a atividade extrativista nas Minas, inclusive tributando o ouro extraído.
- 15** Para controlar a região, Portugal fundou a Real Extração, que foi responsável por monopolizar a exploração dos diamantes e evitar o tráfico dessas pedras. Esse modelo gerou o isolamento da região do Arraial do Tijuco em relação às outras áreas, uma vez que o acesso a essa área era fiscalizado pelas autoridades portuguesas e locais.
- 16** A. O termo se referia ao indivíduo detentor de poder econômico.
B. Eram instituições fiscais que detinham a função de transformar o ouro explorado em barras e de contabilizá-lo para aplicar impostos sobre ele.
C. Os bandeirantes foram os “primeiros” exploradores a chegarem na região das Minas.
- 17** O Marquês de Pombal pretendia resguardar a América Portuguesa da influência da Inglaterra. Desse modo, criou a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780) e a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão – citada no texto. Tais companhias tinham por objetivo fortalecer o pacto colonial, submetendo o comércio da colônia de fato ao domínio metropolitano.
- 18** O mercantilismo se fundamentava na valorização da acumulação de metais preciosos pelo Estado. Assim, as áreas coloniais, compreendidas como periféricas pelas metrópoles, deveriam apresentar baixa autonomia econômica para que a metrópole se fortalecesse nas dinâmicas comerciais e atingisse seu objetivo metalista.
- 19** A. A organização dos espaços dos poderes coloniais, que não se aproximam da organização das comunidades indígenas, e a hierarquização social e religiosa.
B. Remover a influência jesuítica sobre os indígenas, proibir a escravização do gentio e estimular os casamentos mistos.

- 20** A. Tratado de Madrid.
B. Durante o Período Pombalino foi assinado o Tratado de Madrid. Esse acordo assegurou a expansão da fronteira colonial do Brasil para além dos limites do Tratado de Tordesilhas. Assim, a interiorização portuguesa promovida nos primeiros séculos de ocupação do território foi oficialmente reconhecida, o que fortaleceu o domínio lusitano na América.

Propostos

- 01** C
 02 A
 03 C
 04 E
 05 C
 06 B
 07 C
 08 B
- 09** A ocupação das terras do planalto pelos paulistas ocasionou conflitos com as populações nativas locais, que foram, em grande parte, aprisionadas e, então, utilizadas como mão de obra escravizada na lavoura de gêneros alimentícios. Por sua vez, o desenvolvimento dessa lavoura, destinada ao comércio intracolonial, estimulou a organização de novas expedições, que visavam ao apresamento de indígenas. Um dos efeitos dessas expedições é o desbravamento e conhecimento dos sertões.
- 10** B
 11 A
 12 D
 13 B
 14 B
- 15** C
 16 A
 17 E
 18 A
 19 E

Enem

- 01** B
 02 D
 03 E
 04 E
 05 C
 06 D





Rebeliões Nativistas e Separatistas, Período Joanino e Independência do Brasil

Origens de Nossa Busca por Soberania

Independência é um conceito que pode ser relacionado à soberania. Quando dizemos que um Estado é independente, tal como dizemos que é soberano, queremos indicar que o poder estatal aparece em toda sua plenitude na política, na economia, na sociedade, nas relações internacionais, etc. No Brasil, uma série de movimentos e manifestações buscaram, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a autonomia política de suas regiões. É muito importante ter em mente que tais expressões de insatisfação não ocorreram de forma simultânea ou mesmo coordenada: as dificuldades de comunicação e de vínculos entre as distintas regiões fez com que cada movimento tivesse demandas próprias de sua realidade. Com o passar do tempo, essas reivindicações tomaram maiores dimensões, sobretudo com a descoberta do ouro, quando a ganância portuguesa aumentou, bem como sua interferência no país.

Muitos séculos se passaram e ainda podemos nos perguntar: qual o legado deixado por esses movimentos? Em quais termos podemos pensar nossa Independência? Quais elementos dessa Independência e do processo dela foram e são lembrados pelo Estado brasileiro? Ainda há a busca por soberania na sociedade brasileira? Esses e outros questionamentos serão abordados ao longo do capítulo.

1. O processo de Independência

A dominação portuguesa sobre a América, desde a Restauração de 1640 até o século XIX, não se deu de forma pacífica. A América Portuguesa foi marcada por rebeliões que demonstraram que os colonos (mineiros, cariocas, baianos, pernambucanos, mas ainda não brasileiros) não admitiriam facilmente as imposições metropolitanas que ferissem o que consideravam seus direitos e privilégios. Assim, de certa maneira, as rebeliões, ainda que, em sua maioria, não reivindicassem uma ruptura ou pensassem em termos de uma nação brasileira, representavam tentativas de contestação da exploração portuguesa do território colonial, apontando, com relativa clareza, a crise cada vez maior na relação metrópole-colônia, centrada na insatisfação de uma parcela da população quanto ao excessivo controle português sobre o território colonial.

Ao estudar o processo de Independência da América Portuguesa, é importante ter em mente que ele não se deu de uma forma linear e direta. Isso significa dizer, por exemplo, que os paulistas que guerrearam contra os **emboabas** no início do século XVIII, ou os senhores de engenho de Olinda que lutaram contra os **mascates** de Recife no mesmo período, não compreendiam suas lutas como parte de um processo que resultaria na Independência de uma nação chamada Brasil. Também os colonos que se revoltaram contra Portugal ao longo dos séculos XVII e XVIII não tinham sequer a noção do que seria essa a nação brasileira. Assim, o nacionalismo brasileiro foi de lenta maturação histórica, e só se consolidou ao longo do século XIX, já na fase imperial.

No Período Colonial, palavras como “país”, “pátria” e “nação” tiveram significados mutantes e bastante diferentes dos atuais, de modo que não se pode dizer que as diversas rebeliões fizeram parte de um processo linear que culminou na emancipação política do Brasil. As identidades cultivadas pelos colonos rebeldes foram várias e tiveram mais a ver com suas localidades e regiões. Os inconfindentes de Minas Gerais, por exemplo, ao final do século XVIII, não propuseram a Independência de todo o Brasil, apenas da região em que viviam: Minas Gerais e talvez Rio de Janeiro e São Paulo.



Atlântide Phototravel / Getty Images

Por essas razões, muitos historiadores hoje preferem pensar o processo de Independência do Brasil não como um processo secular inexorável, mas antes como um longo e tortuoso conflito entre vários projetos de emancipação, dos quais apenas um logrou resultados.

As revoltas ocorridas nos últimos séculos da colonização podem ser divididas, para fins didáticos, em dois blocos: as **rebeliões nativistas** e as **rebeliões separatistas**. As primeiras reagiam contra as posturas metropolitanas que estivessem desagradando setores da sociedade em certa época e local, porém sem um esforço emancipatório, típico das rebeliões separatistas, que, conforme a indicação do nome, desejavam a ruptura política entre regiões da colônia portuguesa e a metrópole.

Enquadram-se nas revoltas nativistas: a Revolta de Beckman, a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates, a Revolta de Filipe dos Santos, entre outras. São consideradas rebeliões separatistas aquelas que, a partir de finais do século XVIII, manifestavam ideias de ruptura política em relação a Portugal. Podemos citar como exemplos a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Insurreição Pernambucana, entre outras.

As principais revoltas do Período Colonial



*No século XVII, já existia a divisão institucional entre as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, porém essas capitanias tinham o mesmo governador, que residia no Rio de Janeiro.

Observe a transformação das divisões internas do território colonial em função da sucessiva eclosão de revoltas, especialmente na região mineradora. Cada nova divisão territorial sugere a intenção da Coroa portuguesa de levar o Estado cada vez mais para o interior da colônia, procurando aumentar, assim, seu controle sobre ela. Por outro lado, a continuidade das revoltas coloca dúvidas sobre a eficácia dessa medida.

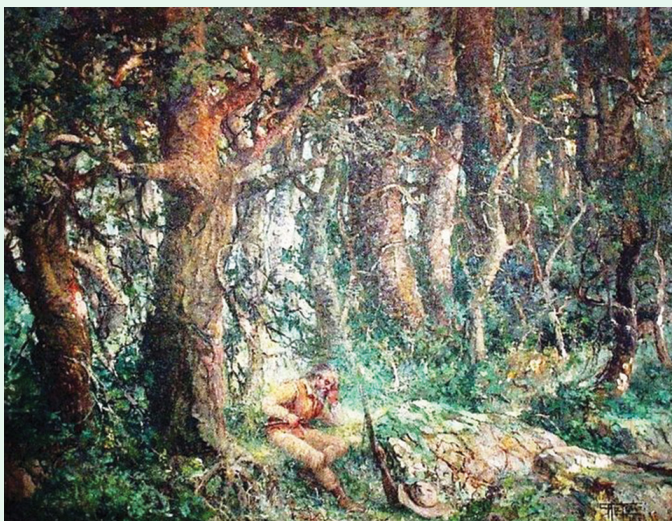
1.1. Rebeliões nativistas

Revolta de Beckman (Maranhão, 1684)

Inúmeras foram as divergências entre os europeus quanto à questão indígena nos primeiros séculos de colonização. O testemunho desse embaraço ficou registrado na ampla, complexa e contraditória legislação lusitana a respeito do gentio, indivíduo sujeito à escravidão nas primeiras leis portuguesas, mas poupado de tamanha violência com o decorrer do tempo, pelo menos na lei. A escravização indígena era permitida caso se configurasse a chamada “guerra justa”, a qual os colonos tinham facilidade em forjar.

Como o jogo de interesses em torno da questão indígena era amplo, as críticas à legislação régia partiam de inúmeras áreas coloniais, entre as quais se destacavam as regiões de São Paulo e Maranhão, locais nos quais houve fortes conflitos entre colonos e jesuítas em decorrência da escravização dos nativos. Enquanto os padres da Companhia estabeleciam as missões que evangelizavam os índios, os colonos queriam utilizá-los nas fazendas como mão de obra cativa. Deve-se ressaltar que, no século XVII, devido, especialmente, às invasões holandesas, ocorreram graves problemas de mão de obra na América Portuguesa. No caso maranhense, a crise levou à expulsão da Companhia de Jesus, em 1661, por causa da oposição à transformação do índio em escravo. A presença dos jesuítas na região foi retomada apenas em 1680, quando o governo português declarou ser totalmente proibida a utilização dos indígenas na região – também chamados no período de “negros da terra” – como mão de obra forçada, dando aos religiosos poder espiritual e temporal sobre as aldeias.

Para solucionar o problema da falta de abastecimento de escravos, a metrópole criou a **Companhia de Comércio do Estado do Maranhão**, em 1682, que exercia as funções de fornecer escravizados, vender manufaturas europeias e comprar os produtos coloniais, tendo funcionado durante um período de 20 anos. Esse monopólio comercial da Companhia permitiu uma série de abusos, como os exorbitantes preços cobrados na venda das mercadorias europeias, além dos baixos preços pagos pela compra de baunilha, cacau, pau-cravo, cana-de-açúcar, algodão e tabaco. A situação tornou-se insustentável quando se tornou explícita a incapacidade da Companhia em garantir o abastecimento anual de 500 escravizados, conforme havia sido acordado com os colonos.



PARREIRAS, Antônio. *Beckman refugiado nos sertões do Alto Mearim*. 1936. Óleo sobre tela, 45,7 cm x 146,2 cm. Museu Antônio Parreiras. Niterói-RJ. A imagem romantiza a história da revolta, mostrando o líder Manuel Beckman em um momento reflexivo em meio à natureza.

Insatisfeita com essa situação, uma parcela do clero, junto aos fazendeiros abastados, resolveu apoiar, em 25 de fevereiro de 1684, a revolta liderada por **Manuel Beckman**, rico fazendeiro que conseguiu tomar o governo do Maranhão, expulsando os jesuítas e abolindo a Companhia de Comércio. Na tentativa de uma negociação com a metrópole, foi enviado para Portugal **Tomás Beckman**, irmão do líder da revolta, que deveria informar ao rei as principais exigências dos rebelados à metrópole. No entanto, Tomás foi preso ao expor suas ideias à Coroa. O rei português enviou um novo governador para o Maranhão, Gomes Freire de Andrada, que conseguiu restabelecer a ordem, perseguindo o fugitivo Manuel Beckman, que, após ser delatado por seu sobrinho, foi preso e enforcado. O governo português permitiu o retorno dos jesuítas e restabeleceu a Companhia de Comércio do Maranhão, acabando, porém, com o monopólio que ela detinha.

Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1708-1709)

Quando a notícia da descoberta das minas de ouro na colônia chegou a Portugal, houve um fluxo intenso de lusitanos e colonos para a região aurífera na busca de riqueza fácil e rápida. Segundo o padre Antonil, importante cronista do Período Colonial, em seu livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, “a sede do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão”. A presença cada vez maior de estrangeiros desagradou os bandeirantes paulistas, responsáveis pela descoberta do ouro, que enxergavam os recém-chegados como invasores do rico território, conquistado com muito esforço.

Os paulistas, tendo como base o fato de terem sido os primeiros a se estabelecer na região e de serem reconhecidos pela Coroa como os descobridores das minas, reivindicavam o direito exclusivo de exploração da região, tratando com desdém os estrangeiros (portugueses, baianos, cariocas, etc.), chamados, de modo pejorativo, de **emboabas**, já que estavam sempre de botas, com panos enrolados nos pés, lembrando uma ave da região, que tinha as patas emplumadas e era conhecida como emboaba. Essa crítica baseava-se no fato de os bandeirantes paulistas estarem sempre descalços, comportamento natural para uma população mestiça e acostumada a participar das bandeiras pelo interior da colônia. Esse cenário de rivalidade era aflorado pela insuficiente presença da Coroa portuguesa, em um contexto de forte deslocamento populacional para a região mineradora.

Um dos líderes dos paulistas era o conhecido bandeirante **Manuel de Borba Gato**, que detinha o cargo de guarda-mor, responsável pela distribuição das datas minerais (lotes de terras que poderiam ser explorados). Entre os líderes dos emboabas, estava o riquíssimo e poderoso **Manoel Nunes Viana**, mais tarde eleito pelos emboabas como presidente da capitania de Minas Gerais (que não existia até então), até a chegada de um governador apontado pelo rei.

O conflito armado aconteceu em várias regiões de Minas Gerais, como Caeté, Sabará, Vila Rica e São João Del Rei, onde os paulistas, menos preparados para o combate, sofriam derrotas sucessivas. O episódio mais dramático da batalha ficou conhecido como **Capão da Traição**. Alguns paulistas, cercados pelos portugueses liderados por Bento do Amaral Coutinho, receberam a promessa de que suas vidas seriam poupadas caso entregassem as armas. Porém, ao se desarmarem, foram massacrados impiedosamente. Os paulistas ainda tiveram força para se organizar posteriormente, mas não foram capazes de derrotar os forasteiros. Após a derrota, parte dos paulistas partiu para outras regiões, como Mato Grosso, Goiás e o sertão do São Francisco, em busca de novas minas de ouro, encontrando-as, em 1718, na região do atual Mato Grosso. Com o objetivo de ampliar o controle da região, a Coroa portuguesa promoveu a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separando-a da jurisdição do governador do Rio de Janeiro em 1709. Mais tarde, em 1720, as regiões de Minas e São Paulo foram separadas e as **comarcas**, melhor delimitadas. A mudança política assinalou uma característica fundamental do conflito: a disputa pelo poder administrativo de uma nova área de exploração colonial pelos poderes emergentes nas minas no início do século XVIII. A vitória dos emboabas acabou por possibilitar a sistematização da retirada do ouro de Minas Gerais, que durou aproximadamente 80 anos.

Nos anos seguintes ao conflito dos emboabas, a Coroa achou por bem prosseguir com o processo de imposição da ordem nas Minas, por meio do estabelecimento de órgãos da administração régia. Em 1714, a região das Minas foi dividida em três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes. Entre 1711 e 1714, foram elevados os povoados de Vila do Carmo, Vila de São João, Caeté, Serro do Frio, Vila Rica de Ouro Preto, Sabará e Pitangui. Transformar povoados em vilas era uma estratégia da Coroa para organizar o poder do Estado nas localidades. Assim, eram instaladas as **Câmaras Municipais**, órgãos que tinham a vantagem de possibilitar a participação dos "homens bons" dentre as elites locais, e que serviram como elemento organizador e de constituição do Estado nas áreas de fronteira da colonização.



Estátua representando Manuel Borba Gato em Sabará, Minas Gerais.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

01 Nos séculos XIX e XX, a historiografia de orientação paulista, engajada na construção do mito do paulista como bandeirante, derivada diretamente das obras de Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus, retomaria a Guerra dos Emboabas concebendo-a como a luta aguerrida dos homens do Planalto em defesa dos interesses da pátria, ameaçados pelos reinóis.

ROMEIRA, Adriana. Guerra dos Emboabas: Balanço Histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p. 109. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/ensaio01_2009.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023. [Fragmento]

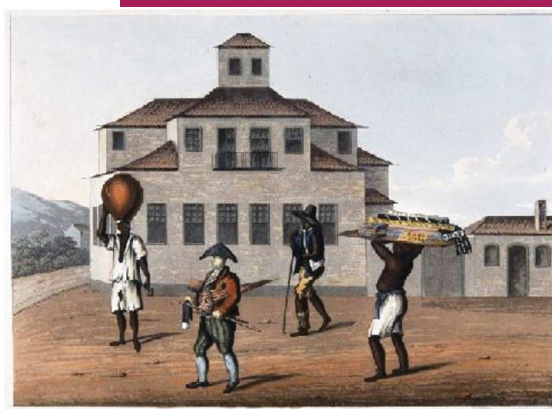
- Exponha a ideia principal do texto.
- Apresente uma consequência da Guerra dos Emboabas.

Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710)

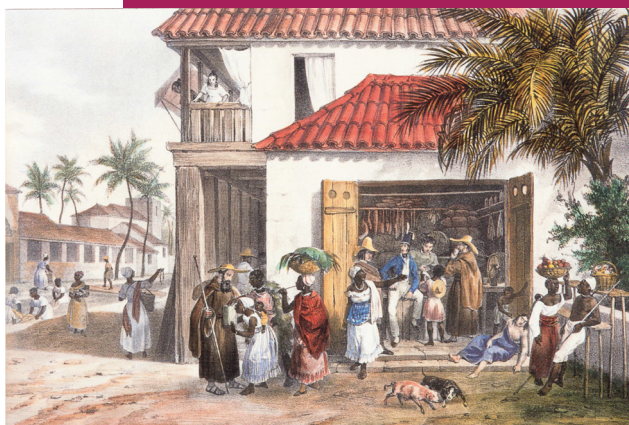
Ocorrida em Pernambuco, a Guerra dos Mascates representou uma consequência da decadência da produção açucareira da região de Olinda, desde o início da concorrência holandesa nas Antilhas. A aristocracia de Olinda, anteriormente rica e poderosa, vivia uma situação de crise econômica. Para manter sua prestigiosa posição social, costumava pedir empréstimos aos comerciantes de Recife, distrito marcado por uma profunda expansão econômica desde a presença holandesa na região, na primeira metade do século XVII, e cujos moradores eram tratados pejorativamente de **mascates** pelos olindenses. Já os cidadãos de Recife chamavam os fazendeiros de Olinda de "pés-rapados", já que viviam em plena decadência. Dessa forma, pode-se constatar que a elite de Olinda, fragilizada pela perda do poder econômico, encontrava-se prestes a ver também a diminuição de seu domínio político.

Em 1709, devido ao desenvolvimento econômico de Recife, o rei D. João V elevou a região à condição de vila, o que desagradou os olindenses, já que a emancipação de Recife daria maior poder aos fortalecidos comerciantes. Quando se iniciou a demarcação da separação das duas vilas, teve início o conflito, sendo os recifenses chefiados por **João da Mota**, enquanto os olindenses eram coordenados por **Bernardo Vieira de Melo**.

Nas primeiras batalhas, o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, foi atingido por um tiro na perna e fugiu para a Bahia, abandonando uma tensa situação entre as duas regiões, as quais se armaram para novos conflitos. A solução só veio com a nomeação, em 1714, de um novo governador, Felix José Machado de Mendonça, que anistiou os envolvidos no conflito e confirmou a autonomia da vila de Recife perante Olinda, elevando Recife à capital de Pernambuco.



CHAMBERLAIN, Henry. *Um mascate e seu escravo*. 1822. Água-tinta e aquarela sobre papel, 20 cm x 27,80 cm.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Venda no Recife*. 1835. Litografia, 19 cm x 26 cm.

Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (Minas Gerais, 1720)



PARREIRAS, Antônio. *Julgamento de Filipe dos Santos*. 1923. Óleo sobre tela. Museu Antônio Parreiras, Rio de Janeiro.

A Revolta de Filipe dos Santos ocorreu devido à rigidez metropolitana na elaboração de instrumentos eficazes para a cobrança tributária na região das Minas. Sua origem está relacionada à proibição da circulação de ouro em pó por parte da Coroa portuguesa no ano de 1720, pois este convertera-se em moeda informal nas Minas, facilitando o contrabando.

Nesse período, foi determinada a transformação de todo o ouro circulante em barras nas Casas de Fundição, buscando-se evitar a sonegação do Quinto, imposto referente a 20% da produção aurífera. A notícia da implantação das Casas de Fundição e da proibição da circulação do ouro em pó, demonstrando um Estado português cada vez mais atuante e mercantilista no trato com as Minas, levou à eclosão de um levante armado, que contou com a participação de, aproximadamente, dois mil mineiros e que teve a liderança de **Filipe dos Santos** e de **Pascoal da Silva Guimarães**, rico português que sofria as pressões do fisco da Coroa.

A Revolta de Vila Rica voltou-se contra o conde de Assumar, governador recém-chegado a Minas e conduzido ao cargo com o intuito de impor as ordens vindas de Portugal.

O governador, não podendo reagir imediatamente contra os revoltosos, já que não detinha força militar para restabelecer a ordem, aceitou as reivindicações dos mineradores contra as leis metropolitanas. Porém, assim que conseguiu tropas suficientes, o conde de Assumar prendeu e deportou os revoltosos e ordenou a queima de suas casas. Filipe dos Santos, português e considerado uma das lideranças dos setores menos favorecidos do movimento, foi condenado à morte, sendo enforcado e esquartejado em plena Vila Rica, como demonstração de força da Coroa portuguesa. As Casas de Fundição foram efetivamente implantadas em 1725, e a Capitania de Minas foi separada da Capitania de São Paulo (1720), com o intuito de ampliar o controle administrativo na região.

EXERCÍCIOS DE **APRENDIZAGEM**

02 (UFOP-MG) Que relações podem ser estabelecidas entre a tributação sobre o ouro e as revoltas que se verificaram em Minas Gerais no século XVIII?

03 Complete o quadro a seguir apresentando características de cada uma das revoltas:

	Revolta de Beckman	Guerra dos Emboabas	Revolta de Vila Rica
Liderança			
Motivo			
Objetivo			



TÁ NA MÍDIA

ronaldoalmeida10 / Getty Images

Acesse o QR Code e conheça a Revolta da Cachaça, a primeira rebelião nativista na América Portuguesa.



SITE

1.2. Rebeliões separatistas

Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789)

Mapa demonstrando o rendimento aurífero nas Casas de Fundição em Minas Gerais, em 1767. Códice 97, v. 1, documento 8. Arquivo Nacional.

Comarcas	Quintos					Subúrbios	
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º		
Vila Rica	13	4	0	2	0	0	1.836.270
Salvador	6	5	7	0	2	1	1.255.268
Rio das Mortes	6	2	1	2	0	0	3.863.970
Araucária	0	2	3	3	6	3	136.632
total	27	11	7	2	18	2	7.802.170
Minas Geraes	7	2	3	7	1		

Em q^{ta} de moedas impresas de Real 5^o cento 5^o centenas & 116^o a quatrocentos e sessenta e seis, com o mesmo de Cores que tem a mesma designação. © 7^o de Maio de 1767. 2^o de Maio de 1767. O rendimento das Casas de Fundição de Minas Gerais em 1767.

Uma das rebeliões mais importantes ocorridas no Período Colonial, a partir de fins do século XVIII, foi a Inconfidência Mineira. O termo “inconfidência” foi dado pelo governo português, e possui um sentido negativo: “falta de fidelidade”; a não observância de um dever, especialmente com relação ao soberano ou ao Estado.

A insatisfação que provocou o levante teve início a partir do aumento da fiscalização e do controle tributário exercidos pelo governo metropolitano, que não aceitava a ideia de esgotamento das reservas auríferas e preferia acreditar que estivesse acontecendo o aumento do contrabando de ouro na colônia.

Assim, em 1750, o governo português estabeleceu a cota de 100 arrobas como imposto anual a ser pago em ouro pelos mineradores, independentemente do volume total extraído. Como a escassez do ouro impedia que os mineradores cumprissem o estabelecido, foi criada a **Derrama**, cobrança dos impostos atrasados por meio do confisco dos bens da população (mineradores ou não).

A perspectiva da decretação da Derrama gerava um clima de medo e indignação entre a população da região das Minas. Para completar o quadro de opressão, em 1785, a rainha de Portugal, **D. Maria I**, decretou um alvará proibindo as manufaturas no Brasil. O governador da capitania de Minas Gerais, D. Luís da Cunha Menezes, executou as determinações do Alvará de 1785 com grande violência, mandando prender e espancar todos que, por desconhecimento ou mesmo por necessidade, continuavam trabalhando em seus teares. Com essas atitudes, o governador provocou um ambiente de insegurança e insatisfação na colônia.

Nesse contexto, podemos identificar a ação de intelectuais da capitania de Minas Gerais, filhos de famílias ricas que iam estudar na Europa. Ao voltarem para o Brasil, esses jovens, que haviam conhecido a filosofia iluminista, traziam consigo as ideias de pensadores como Voltaire e Montesquieu, que, na Europa, atacavam o Antigo Regime e que, no Brasil, serviriam para questionar o colonialismo português. A forte influência da Independência das Treze Colônias Inglesas também deve ser considerada, pois reforçava a ideia de que era possível uma colônia tornar-se livre de sua metrópole.

Alguns desses intelectuais, como José Joaquim Maia, já haviam, inclusive, sondado Thomas Jefferson, um dos redatores da Declaração de Independência dos Estados Unidos, então embaixador estadunidense na França, quanto à possibilidade de o país apoiar uma revolta na região mineradora da América Portuguesa. Além da conversa entre José Joaquim Maia e Thomas Jefferson, merece destaque a busca de apoio de José Álvares Maciel junto aos comerciantes ingleses para uma possível rebelião em Vila Rica.

Assim, o pensamento sobre a ruptura com Portugal foi se constituindo por meio do exemplo bem-sucedido dos Estados Unidos e do contato com os princípios iluministas e liberais que estimulavam o indivíduo à liberdade, servindo, assim, de base intelectual para os colonos.

Como é perceptível, já que o movimento da Inconfidência teve o apoio de mineradores, de fazendeiros, de ricos advogados, de intelectuais da elite e de alguns membros dos setores médios, seu caráter foi elitista, ou seja, não havia preocupação com a melhoria de vida da população mais pobre, muito menos com a da grande massa de escravizados. Embora a questão da escravidão fosse pauta das discussões, não havia a intenção, por parte dos inconfidentes, de libertar os cativos, já que parte dos envolvidos no levante eram senhores de escravos. O único compromisso de que se tem notícia é a alforria para os mestiços e escravizados participantes do movimento.

As mudanças desejadas pelos inconfidentes se restringiam aos âmbitos político, econômico e cultural; as questões sociais ocupavam um local periférico. Entre os principais líderes, estavam os poetas Cláudio Manuel da Costa (jurista e desembargador da Coroa), Inácio José de Alvarenga Peixoto (latifundiário, minerador, jurista e antigo ouvidor da comarca do Rio das Mortes) e Tomás Antônio Gonzaga (advogado e ouvidor dos defuntos e ausentes da Comarca de Vila Rica), os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Melo e Manuel Rodrigues da Costa; o tenente-coronel Francisco de Paula Freire Andrade; os coronéis Domingos de Abreu e Joaquim Silvério dos Reis; e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como **Tiradentes**. Este último foi o articulador da sedição junto aos setores populares, visto que possuía menor condição econômica e era mais próximo da população.

É difícil estabelecer com plena fidelidade as principais propostas da revolta, sendo conhecidas apenas aquelas que foram expostas por alguns inconfidentes nos autos da devassa. Entre os objetivos do movimento estavam:

- A Independência apenas da capitania de Minas Gerais, apesar de contatos de lideranças do movimento com setores da vida política de São Paulo e Rio de Janeiro também preverem a emancipação dessas capitanias;
- A defesa da adoção do livre-comércio, da livre extração de diamantes, da instalação de manufaturas e do livre uso de cetim por todas as pessoas;
- A criação de uma universidade em Vila Rica;
- A instituição da cidade de São João Del Rei como capital de uma República elitista, inspirada nos Estados Unidos;
- A criação de uma nova bandeira para a nação com os dizeres em latim: **Libertas qual sera tamen**, que significa “Liberdade ainda que tardia”.

O plano de ação elaborado pelos participantes do levante deixava clara a necessidade da ocorrência de um fato que atingisse profundamente a população, criando, assim, um clima propício para o início da rebelião. O momento escolhido foi o dia de cobrança da Derrama, cuja decretação era iminente.

Em meados de 1788, chegou ao Brasil Luís Antônio Furtado de Mendonça, **visconde de Barbacena**, que foi nomeado o novo governador da capitania de Minas Gerais, com a incumbência expressa de decretar a Derrama. Nessa época, Tiradentes estava no Rio de Janeiro, onde conheceu muita gente, principalmente comerciantes e intelectuais liberais, e não escondia suas ideias revolucionárias. Em agosto desse mesmo ano, retornou a Vila Rica e, com entusiasmo, foi atraindo adeptos para o movimento. A Derrama era esperada para o primeiro semestre de 1789 e, quando ela fosse lançada, seria desencadeada a revolta. Ficou acertado entre os inconfidentes que Tiradentes seria o encarregado do assalto ao palácio do governador. Os demais inconfidentes também já tinham definidas as suas respectivas missões, podendo contar com pólvora suficiente, doada pelos mineradores, assim como armas e mantimentos para a resistência contra as tropas que certamente seriam enviadas pelo governo português.

Embora seja comum destacar que o movimento fracassou devido à traição de um participante do movimento, **Joaquim Silvério dos Reis**, em troca do perdão de suas dívidas com a Coroa portuguesa, os estudos historiográficos mostram que, já prevendo as convulsões sociais que seriam provocadas pelo decreto da Derrama, o visconde de Barbacena suspendeu-a antes mesmo da traição. Silvério dos Reis contribuiu, assim, para denunciar os possíveis conspiradores. Sobre esse tema, leia o que o historiador da Universidade Federal de Minas Gerais, João Pinto Furtado, escreve:



A importância da Derrama como principal gerador de descontentamento era tão capital que foi naturalmente percebida também pelas autoridades da capitania que não só a suspenderam, como jamais voltaram a mencionar o tema após a desestruturação do levante, em demonstração de grande habilidade e, ao mesmo tempo, de grande realismo quanto à percepção da conjuntura vivida pela capitania ao se aproximar o final do século XVIII. É importante destacar, nesse caso, que a suspensão se deu antes mesmo da denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, isto é, tão logo o visconde de Barbacena se deu conta de seu potencial de geração de instabilidade na capitania.

FURTADO, João Pinto. *Verbete Inconfidência Mineira*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/verbeteinconfidenciamineira.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020. [Fragmento]

Como foram pegos de surpresa e possuíam limitada capacidade de organização e mobilização, todos negaram a participação no movimento. Apenas Tiradentes, que estava no Rio de Janeiro, assumiu o envolvimento. Após a maioria dos delatados terem sido condenados à morte, D. Maria I resolveu substituir a pena capital pelo envio dos condenados para o degredo na África, por se tratar de homens de prestígio. Já para Tiradentes, por ser o menos influente entre os inconfidentes, e para servir de exemplo, foi mantida a condenação à morte por enforcamento. Tiradentes foi então executado no Rio de Janeiro e seu corpo, esquartejado e espalhado pela estrada de Minas. Sua casa foi derrubada e a terra foi salgada, prática comum da época. Sua cabeça foi exposta na praça central de Vila Rica.

Alguns mitos que rondam a Inconfidência Mineira devem ser desconstruídos. Em primeiro lugar, cabe observar que, apesar de a tentativa de sedição ter ocorrido no ano da Revolução Francesa (1789), esta não influenciou os fatos ocorridos em Vila Rica, já que as principais reuniões do movimento ocorreram no final de 1788, ou seja, antes do levante francês. Assim, coube a influência externa às ideias iluministas e liberais vigentes na Europa e à Independência dos Estados Unidos, o que permite afirmar que a Inconfidência foi uma utopia americana, de acordo com o historiador Kenneth Maxwell. Em segundo lugar, destaca-se que a imagem mítica de Tiradentes, tratado como herói do movimento, só foi construída de forma positiva no contexto da Proclamação da República, quando a historiografia brasileira carecia de um **mártir** para o movimento republicano nacional.

No período anterior, orientado pelos anseios de um regime monárquico, a imagem de Tiradentes fugia desse referencial heroico, sendo ele tratado com desdém e com desinteresse pelos primeiros historiadores do Brasil. Em terceiro lugar, ressalta-se que a Inconfidência Mineira não pretendia a Independência do Brasil, pois seus autores não se percebiam como brasileiros (uma forma de identidade ainda em estágio inicial de desenvolvimento no período), mas sim como mineiros ou luso-brasileiros. Percebe-se, com isso, que a construção da ideia de Brasil foi bastante lenta na História.



Gabrielle & Michel Thierf-Weise / Getty Images



Estátua de Tiradentes com o Museu da Inconfidência ao fundo, na praça que leva o nome do mártir em Ouro Preto, Minas Gerais.

TIRADENTES ESQUARTEJADO, DE PEDRO AMÉRICO: UMA LEITURA CRÍTICA

O pintor Pedro Américo (1843-1905) já era um artista renomado quando pintou *Tiradentes esquartejado*, em 1893. A tela foi feita por iniciativa do próprio pintor, que pretendia criar um conjunto de obras sobre a Conjuração Mineira. O conjunto nunca foi feito, mas *Tiradentes esquartejado* reforçou a imagem do herói-mártir dos republicanos. [...] O paraibano Pedro Américo [...] foi um pintor da chamada Escola Romântica, um estilo artístico que vigorou na Europa em meados do século XIX e que teve, entre suas características, a exaltação dos sentimentos nacionalistas. [...]

O desafio de substituir um governo e construir uma nação exigia uma população unida em torno do novo projeto político. Uma das estratégias para tal era eleger um herói “integrador e portador da imagem do povo inteiro”. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. [...]

Qual a cara do herói?

Quase nada se sabe sobre a aparência física de Tiradentes. Não há retratos do século XVIII e as poucas descrições são imprecisas. [...] Transformou-se em um mito sem ter sido plenamente conhecido como personagem histórico.

[...] A representação de Tiradentes ganhou contornos religiosos: o mártir foi associado a Cristo e recebeu a aparência consagrada pela iconografia cristã. A barba crescida, o rosto sereno e o olhar elevado aos céus reforçavam a associação de Tiradentes com a imagem de Cristo. Mas é bom lembrar que a representação de Tiradentes como Cristo não foi invenção dos republicanos e nem de Pedro Américo. Poetas e escritores já tinham feito essa associação ainda na época do Império. Há, inclusive, registros de festas comemorativas da Conjuração Mineira e da morte de Tiradentes nas últimas décadas do século XIX.

[...] A tela de Pedro Américo traz, contudo, alguns símbolos que reforçam a representação mítica de Tiradentes. Além da aparência de Cristo, o crucifixo ao lado da cabeça reforça a semelhança do herói martirizado com Jesus supliciado. A cabeça decepada e o corpo esquartejado sobre o cadafalso, como sobre um altar, destacam a violência do sistema colonial e também evocam a traição de que Tiradentes fora vítima. Traído por Joaquim Silvério dos Reis, o novo Judas, e também pelos companheiros que se acovardaram e deixaram cair sobre ele toda a culpa. Culpa que ele assumiu de boa vontade – fatos que calavam profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã. A pintura de Pedro Américo deu continuidade à mitificação e heroização de Tiradentes. [...]



AMÉRICO, Pedro. *Tiradentes esquartejado*. 1893. Óleo sobre tela, 270 cm x 165 cm.

DOMINGUES, Joelza Ester. “Tiradentes esquartejado”, de Pedro Américo: uma leitura crítica. *Blog Ensinar História*, 21 abr. 2015. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/tiradentes-esquartejado-uma-leitura-critica/>. Acesso em: 6 abr. 2020. [Fragmento]

DÁ O QUE PENSAR

Como os mitos são forjados: a Inconfidência, Tiradentes e sua utilização pela Ditadura Militar

No período de Ditadura Militar, não só a história da Inconfidência Mineira, mas toda a história dos grandes fatos ocorridos no Brasil foi aproveitada para incutir ideias preciosas aos governantes. Na maioria dos textos didáticos que se referem à Inconfidência Mineira, o fato de Tiradentes ter sido alferes, portanto, militar foi extensamente explorado. Foi uma forma de demonstrar que desde os primórdios da "nacionalidade" o meio militar já estava consciente de seu papel como líder das mudanças mais importantes para a nação em formação.

CARVALHO, Aline. *A conveniência de um legado adequado: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 116. [Fragmento]

A historiadora Aline Carvalho analisou alguns livros didáticos da época da Ditadura e a forma como o evento da Inconfidência Mineira e o personagem Tiradentes foram tratados. Considerando que Tiradentes também foi militar, pesquise mais informações sobre a utilização da imagem de Tiradentes após o período do

Governo Militar no Brasil e discuta com seus colegas e com o(a) professor(a) como fatos históricos podem ser utilizados de acordo com interesses políticos distintos. Anote as conclusões desse debate no espaço a seguir.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



04 (UERJ) QTY



FIGUEIREDO E MELO, Francisco Aurélio de. 1893. Disponível em: museuhistoriconacional.com.br.

Martírio de Tiradentes

Na história brasileira, a representação de Tiradentes, um dos protagonistas da Inconfidência Mineira (1788-1789), exemplifica um processo de transformação de alguns de seus personagens em heróis nacionais. Apresente duas propostas políticas da Inconfidência Mineira e justifique a transformação de Tiradentes em herói nacional, com a implantação da República no Brasil.

05 (Unesp–2019)

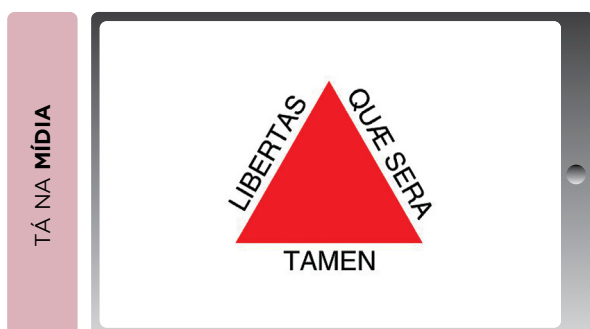
Disponível em: www1.folha.uol.com.br.

- A. Indique o momento histórico em que a tela foi pintada e cite uma dificuldade política, social ou econômica vivida naquele momento.
- B. Identifique, através da análise da imagem, um elemento visual que acentue seu caráter dramático e um elemento visual que enfatize a caracterização de Tiradentes como mártir.

06 A Conjuração Mineira foi o mais relevante movimento anticolonial da América Portuguesa: pôs em dúvida o próprio sistema e adaptou para as Minas um projeto de poder de natureza nitidamente republicana.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 275. [Fragmento]

Relacione as propostas da Inconfidência Mineira à adoção de um projeto republicano, conforme pondera o texto.



Romanceiro da Inconfidência (1953), de Cecília Meireles. O livro conta a história da rebelião separatista em Minas Gerais, associando-a à memória nacional. Por meio de uma linguagem poética e autêntica, Cecília Meireles narra o que foi ouvido e pensado na antiga Vila Rica.

Os inconfidentes. Brasil, 1972. Baseado no livro *Autos da devassa da Inconfidência Mineira* e na obra de Cecília Meireles, *Romanceiro da Inconfidência*, o filme apresenta uma contestação às visões oficiais da história da Inconfidência Mineira, mostrando o regime autoritário da Coroa portuguesa e a posição dos intelectuais diante da prática de políticas revolucionárias.

Acesse o QR Code para ouvir um interessante *podcast* sobre a figura de Tiradentes.



Conjuração Carioca (Rio de Janeiro, 1794)

Assim como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Carioca não chegou a ser concretizada. Inspirados pelas ideias do Iluminismo, intelectuais fluminenses fundaram a **Sociedade Literária**, em 1786, realizando inúmeras reuniões na cidade do Rio de Janeiro. Esses encontros, comuns na Europa, buscavam discutir variados temas, sem nenhuma pretensão de modificação social. No momento em que os membros da Sociedade Literária Fluminense começaram a intensificar a crítica aos elementos sociais do Brasil Colônia, eles foram denunciados por um dos signatários, conhecido como José Bernardo da Silva Frade, que acusou o grupo de conspirar contra a religião e o governo português. Foram delatados, em 1794, como membros do movimento Vicente Gomes, João Manso Pereira e o poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga. Durante dois anos e meio, esses homens ficaram presos, tendo sido colocados em liberdade no ano de 1797, por falta de provas.

Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (Bahia, 1798)

Das insurreições que ocorreram durante o Período Colonial, aquela que apresentou um caráter mais popular foi a Conjuração Baiana. Em sua formação original, o movimento contava com a participação das elites baianas, como médicos, advogados e comerciantes, assumindo, posteriormente, um caráter popular, com o apoio de ex-escravizados, sapateiros e vários alfaiates, motivo pelo qual ficou também conhecida como **Revolta dos Alfaiates**.

As razões que provocaram a eclosão do movimento foram variadas. Em termos estruturais, depois da decadência da produção açucareira no Nordeste, a primeira capital brasileira já não apresentava todo o seu esplendor, ainda mais quando o eixo político-econômico da colônia havia se deslocado para o Sudeste. Isso ocorreu devido à exploração do ouro, levando à transferência da capital brasileira, decretada pelo Marquês de Pombal, para o Rio de Janeiro, em 1763. Vale destacar que a população de Salvador era majoritariamente negra, destoando da governança branca que passou a aplicar uma carga tributária elevada que recaiu sobre uma população pobre. Nesse momento as ideias de liberdade começaram a se ampliar cada vez mais. As notícias da Revolução Francesa, bem como as ideias iluministas, percorriam cada vez mais o círculo da população baiana, que já vislumbrava o sucesso de episódios como a Independência dos Estados Unidos e a **Revolução dos Escravos** ocorrida no Haiti, que acabou por culminar na Independência da região, em 1793.

Essas informações eram discutidas em sociedades secretas, que conspiravam contra as autoridades portuguesas, com destaque para o grupo maçônico conhecido como **Cavaleiros da Luz**, coordenado pelo farmacêutico Figueiredo Melo. No momento em que se estabeleceu o interesse comum das classes em realizar uma conspiração e em promover a sedição, a discussão partiu para as mudanças internas que deveriam ser postas em prática. Os grupos populares insistiam em promover algumas reformas sociais após a ruptura, levando os grupos da elite a se afastarem da direção do movimento.

Entre os líderes do levante, podemos citar os alfaiates **João de Deus** e Manuel Faustino dos Santos Lira; os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Luís Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro; o padre Francisco Gomes; o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo; o professor Francisco Barreto e o médico Cipriano Barata.

Entre as principais ideias defendidas pelo motim, podemos citar o fim da escravidão, o aumento de salário para os soldados (ressaltando que essas duas reivindicações representaram os interesses dos populares envolvidos no movimento) e a formação de um governo republicano na Bahia, além do desejo de emancipação frente à Coroa portuguesa.

Os revolucionários, no dia 12 de agosto de 1798, fixaram panfletos e **pasquins** nos principais prédios públicos e nas igrejas, convidando as pessoas a participarem da rebelião. Rapidamente, o governador conseguiu informações, por meio de denúncias, sobre os líderes da rebelião, prendendo mais de uma dezena de pessoas. Muitos deles foram condenados ao enforcamento e ao esartejamento, como João de Deus, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luís Gonzaga. Os membros da elite foram condenados a penas menores ou foram inocentados.

A Inconfidência Baiana foi marcada pela mescla de interesses políticos de emancipação, comuns a muitos setores da sociedade colonial do século XVIII, e pelas propostas de cunho social que acarretariam possíveis transformações na lógica estrutural do sistema econômico, construído durante os séculos de colonização portuguesa. O fracasso do movimento não escondeu a ansiedade dos setores menos privilegiados da sociedade em lutar por um sistema mais justo no Brasil, no final do regime colonial.



Representação da bandeira dos revoltosos da Conjuração Baiana, cujas cores são, até hoje, as cores da bandeira da Bahia.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 07 Explique como a Independência dos Estados Unidos influenciou a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.
- 08 (UERJ) No Brasil, em finais do século XVIII, o descontentamento com o poder metropolitano deu origem a rebeliões que questionavam o domínio político português. Dentre essas rebeliões, destacam-se a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).

Aviso ao povo bahiense

Ó vós, Povo, que nascestes para ser livres e para gozar dos bons efeitos da Liberdade, ó vós, Povos, que viveis flagelados com o pleno poder do indigno coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim, para vós ressuscitardes do abismo da escravidão, para levantardes a sagrada Bandeira da Liberdade. As nações do mundo todas têm seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos. O dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e da nossa felicidade está para chegar. Animai-vos que sereis felizes.

Trecho do panfleto revolucionário afixado nas ruas de Salvador na manhã de 12 de agosto de 1798.
In: DEL PRIORE, M. et al. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997 (Adaptação).

Aponte duas diferenças entre a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Cite, também, dois movimentos políticos ou filosóficos que influenciaram essas insurreições.

Conspiração dos Suassunas (Pernambuco, 1801)

Uma das conspirações contra o controle de Portugal de que se tem menos conhecimento foi a Conspiração dos Suassunas, ocorrida em Pernambuco, em 1801. O nome da revolta originou-se do fato de que os principais líderes do movimento eram proprietários do Engenho Suassuna: Francisco de Paula, Luís Francisco e José Francisco, tratados como os irmãos Cavalcanti de Albuquerque.

Segundo os incompletos autos da devassa (cuja investigação foi bastante improdutiva, indicando que talvez tenha sido barrada para poupar os envolvidos), os conspiradores faziam parte de uma sociedade secreta chamada **Areópago de Itambé**, que era ligada à maçonaria e pretendia criar uma República liberal no Brasil com o auxílio de Napoleão Bonaparte, que então governava a França.

Como nos episódios anteriores, membros da própria sociedade conspiraram contra as ideias do grupo, acusando seus companheiros de traidores do reino português. Os possíveis conspiradores foram presos, mas libertos logo em seguida, devido à falta de provas.

Revolução Pernambucana (Pernambuco, 1817)

Esse movimento revolucionário tem sua origem no aumento considerável dos impostos estabelecidos por D. João VI, príncipe regente de Portugal, quando da presença da família real portuguesa no Brasil. A Revolução de 1817 também foi marcada pela busca por autonomia da elite local frente aos desmandos vindos da Corte sediada no Rio de Janeiro, além de possuir um claro espírito antilusitano.



PARREIRAS, Antônio. *Bênção das bandeiras da Revolução de 1817*. c. 1917. Óleo sobre tela. Arquivo público de Recife.

A região de Pernambuco ainda sentia as dificuldades oriundas da decadência da produção açucareira, que completava quase um século, quando começou a receber a crescente pressão econômica do Rio de Janeiro, por meio da alta dos impostos. Essa excessiva tributação visava manter os exorbitantes gastos da família real, que se encontrava no Brasil após a fuga de Portugal devido à invasão napoleônica. Assim, membros da elite e da classe média organizaram-se para estabelecer uma República no Nordeste, separada do Brasil, que teria a sua capital na cidade de Recife. A rebelião contou com o apoio das províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Entre os principais líderes do movimento, destacam-se o comerciante **Domingos José Martins** e os padres **João Ribeiro** e **Miguel Joaquim de Almeida e Castro**, este último conhecido como **padre Miguelinho**.

Mais organizado que as incondições anteriores, fato pelo qual é tratado como “Revolução”, esse movimento conseguiu derrubar o governador da região e decretar a República, além de promover a extinção dos impostos, a liberdade de imprensa e a igualdade entre os cidadãos. Dava também garantia à propriedade, inclusive a de escravos, ou seja, o movimento não tocou na questão da mão de obra cativa. Os revolucionários tentaram obter, sem resultado, o reconhecimento dos governos da Inglaterra, dos EUA e de Buenos Aires.

Apesar da ocorrência de alguns conflitos entre os participantes da sedição e soldados da Coroa, o resultado foi o fracasso, devido à rápida reação de D. João VI, que derrotou o movimento ainda em 1817. Mais de duzentas pessoas foram presas, sendo muitas condenadas à morte, como o padre Miguelinho. Somente em 1821 alguns revoltosos foram soltos, por meio da anistia concedida pela Corte portuguesa.

1.3. Período Joanino



No início do século XIX, os Estados Nacionais da Europa assistiam à expansão das ideias liberais por meio dos desdobramentos militares da Revolução Francesa. A partir do ano de 1799, Napoleão Bonaparte assumiu o governo francês, tornando-se responsável por consolidar os valores burgueses no período posterior à Revolução. Com o objetivo de fortalecer as atividades comerciais da França, Napoleão proibiu as nações do continente europeu de realizarem quaisquer atividades comerciais com a Inglaterra, inimiga histórica. Esse fato, ocorrido no ano de 1806, ficou conhecido como Bloqueio Continental.

Como muitas nações tinham suas economias ligadas à Inglaterra, tornava-se difícil obedecer às determinações de Napoleão. Entre esses países, estava Portugal, que carecia de manufaturas e dependia dos produtos industriais britânicos. Assim, os lusos encontravam-se em uma delicada situação diplomática: se mantivessem os vínculos econômicos com os ingleses, poderiam ver seu país invadido pela França. Ao mesmo tempo, a Inglaterra pressionava para a manutenção das práticas comerciais, visto que os dois países eram tradicionalmente aliados.

Com o objetivo de manter o mercado, a Inglaterra passou a pressionar a Coroa portuguesa para que ela não aderisse ao Bloqueio Continental, propondo que a família real, ou alguns membros dela, como o príncipe herdeiro, o infante D. Pedro, se refugiasse no Brasil em caso de uma invasão francesa. A ideia da transferência para a colônia, que já era debatida entre os servidores régios mais próximos aos monarcas desde o século XVIII, passou a ser encorajada pelo habilidoso diplomata inglês Strangford, que tentava convencer o príncipe regente D. João da necessidade do deslocamento da Corte para a América.

A dúvida de D. João quanto à vinda para o Brasil foi sanada quando as tropas francesas e espanholas entraram em solo português logo após assinarem o **Tratado de Fontainebleau**, que estabelecia, além da ocupação de Portugal, a derrubada do governo dos Bragança e o desmembramento do reino e de suas colônias. Restava à Corte, sediada em Lisboa, a fuga para o Rio de Janeiro, que se deu em dezembro de 1807, iniciando um processo único na história dos países americanos e dando espaço para que a Independência do Brasil fosse feita à luz de projetos conservadores. Esse período histórico ficou conhecido como **Período Joanino**, já que o Brasil foi governado pelo príncipe D. João.

A abertura dos portos (1808)

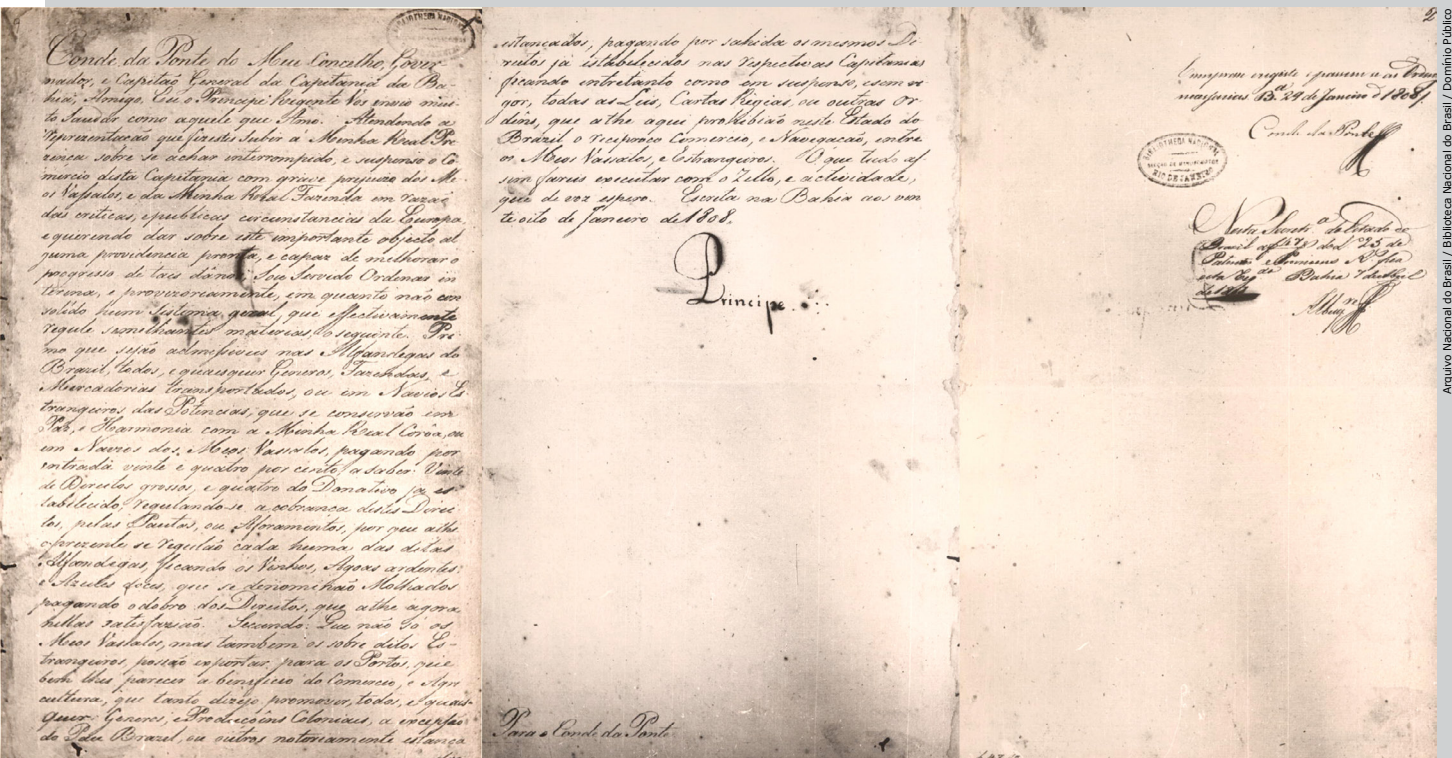
Ao chegar ao Brasil, a Corte portuguesa deixou a população colonial completamente atordoada, afinal, em um momento inesperado, o príncipe regente português e a maior parte da nobreza lusitana, em um total aproximado de 15 mil pessoas, estavam no Rio de Janeiro para ficar por tempo indeterminado.

Ao chegar à América, D. João desembarcou primeiro na Bahia, onde tomou logo uma de suas principais decisões (e de mais longo alcance) no Brasil, que foi a **abertura dos portos brasileiros às nações amigas**, o que significava, em termos práticos, naquele momento, apenas a Inglaterra.

Esse decreto, assinado em 28 de janeiro de 1808, estabelecia a liberação do comércio colonial a qualquer nação amiga de Portugal, beneficiando diretamente a Inglaterra, que passou a vender seus produtos à numerosa Corte sediada no Brasil.

A Inglaterra passou a ter acesso e controle não somente sobre o mercado brasileiro, mas também sobre o mercado dos países hispânicos, pois o Rio de Janeiro tornou-se o principal porto de entrada de produtos ingleses na América do Sul, sendo encaminhados depois para o Rio da Prata e para a costa do Pacífico. A abertura dos portos beneficiou também os proprietários rurais que produziam bens destinados à exportação (destaque para o algodão e para o açúcar), que não mais eram obrigados a vender seus produtos a intermediários portugueses. Por outro lado, a abertura prejudicou os comerciantes luso-brasileiros, que realizaram muitos protestos contra a medida. Em resposta a eles, D. João modificou o decreto original limitando o livre-comércio a Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, reservando o comércio interno e costeiro aos interesses luso-brasileiros.

No entanto, o significado da abertura dos portos às nações amigas é muito mais amplo. No momento em que o príncipe regente permitia ao Brasil o livre-comércio, ele estava estabelecendo o fim da exclusividade metropolitana portuguesa, base das relações econômicas coloniais entre Brasil e Portugal, e iniciando o processo de introdução do liberalismo econômico no Brasil, mesmo que de forma rudimentar. A medida de 1808, que encerrou o controle econômico da metrópole sobre o Brasil, significou o início do processo de Independência da principal colônia.



Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. 28 de janeiro de 1808. Príncipe regente Dom João VI. Na prática, o decreto significou o fim da colonização portuguesa sobre o Brasil.

A certeza da importância da abertura dos portos para a formação de uma colônia independente era compartilhada até por D. João, que, ao assinar o decreto, estabeleceu que este fosse provisório enquanto houvesse interesse da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. No entanto, o processo histórico nos mostra que o decreto de 1808 foi o início da emancipação brasileira.

Além da abertura dos portos, D. João extinguiu o Alvará de 1785, decretado por D. Maria I, que proibia a existência de manufaturas no Brasil. O efeito prático dessa medida foi quase nulo, já que os produtos industrializados ingleses chegavam a um preço bem inferior a qualquer produção nacional nascente, impedindo o desenvolvimento das manufaturas nacionais. Esse cenário negativo foi agravado pela assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, destacando-se o **Tratado de Comércio e Navegação** e o **Tratado de Aliança e Amizade**.

O Tratado de Comércio e Navegação estabelecia que os produtos portugueses pagariam 16% sobre o valor da mercadoria, enquanto a Inglaterra seria beneficiada com tarifas de 15% e as demais nações continuariam pagando taxas de 24%. Ou seja, os comerciantes ingleses pagariam taxas menores que os comerciantes portugueses no comércio com o Brasil, o que deixava evidente a enorme influência inglesa nas decisões tomadas por Portugal. O Tratado de Aliança e Amizade, por sua vez, estabelecia que o governo português deveria indenizar a Inglaterra pelos prejuízos sofridos durante o fechamento dos portos portugueses, além de conceder o direito de cortar madeiras, como o jacarandá, construir navios e manter permanentemente uma esquadra de guerra no litoral brasileiro. O governo português comprometia-se, ainda, a abolir gradualmente o trabalho escravo no Brasil.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

09 [...] A partir de 1808, o que antes era proibido e indesejável passou a ser implementado: com a abertura dos portos, os comerciantes estrangeiros passaram a ser bem-vindos; um decreto real determinou que fábricas, antes proibidas, fossem criadas em alguns pontos do Brasil; estradas foram abertas ou melhoradas e a navegação de cabotagem e nos grandes rios brasileiros foi estimulada. [...]

LUSTOSA, Isabel.
O Período Joanino e a *Eficiência Analítica de Alguns Textos Desbravadores*. Escritos II. *Revista Escritos*, ano 2, n. 2, p. 353, 2008.
Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero02/FCRB_Escritos_2_16_Isabel_Lustosa.pdf.
Acesso em: 10 mar. 2023. [Fragmento]

Explique por que a abertura dos portos às nações amigas favoreceu o comércio inglês.

A Corte portuguesa no Rio de Janeiro

A presença da Corte no Brasil, além de redefinir a condição colonial brasileira, deu início à criação de um sentimento de nacionalidade. Isso porque, até a chegada da Corte, não havia uma ideia do que era "ser brasileiro". A elite luso-brasileira sentia-se, até então, como se fosse composta de portugueses no Brasil, e, a partir da presença da Corte, ficou claro que havia uma grande diferença entre o português e o indivíduo nascido no Brasil. Não se pode esquecer de que esse sentimento ganhou relevância progressivamente, somente criando uma identidade nacional um pouco mais consolidada ao longo do Segundo Reinado.

A presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro exigiu, ainda, a transformação da cidade mediante o reordenamento do espaço urbano, com vistas a tornar o Rio capaz de assemelhar-se ao que a nobreza portuguesa esperava da capital imperial. Assim, a fisionomia e a vida cultural do Rio de Janeiro transformaram-se intensamente. Ainda em 1808, publicou-se o primeiro jornal editado na colônia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de caráter semioficial, e, nos anos seguintes, abriram-se teatros, bibliotecas (como a Biblioteca Real, transportada de Lisboa, e que deu origem à atual Biblioteca Nacional) e academias literárias e científicas.

Vale lembrar a existência de um jornal brasileiro de oposição, o *Correio Braziliense*, que foi editado em Londres, entre 1808 e 1822, por Hipólito José da Costa. Visando instalar o aparelho burocrático-administrativo do Império, D. João criou ministérios e tribunais, e fundou a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. Os gastos para as iniciativas da Coroa foram elevados, o que levou ao aumento dos impostos sobre as demais capitanias, sendo essa uma das origens, como vimos, da Revolução Pernambucana, o principal movimento de contestação à centralização do Império Lusitano em torno do Rio de Janeiro, que se processava durante o Período Joanino.



Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado por meio de uma medida joanina no início do século XIX.

Hanis / Getty Images

O príncipe regente fundou, também, a Faculdade de Medicina na Bahia, primeiro núcleo de ensino superior do Brasil, e promoveu o desenvolvimento cultural no país, acolhendo a vinda de importantes artistas europeus – que teriam formado uma suposta **Missão Francesa**, ainda que estudos recentes apontem para o fato de que não houve uma deliberação nem dos artistas nem do governo de D. João de formar uma atividade conjunta no Brasil – após a queda de Napoleão. Entre esses artistas, estavam nomes como **Felix Émile Taunay** e **Jean-Baptiste Debret**, responsáveis por representar o cotidiano do Rio de Janeiro no início do século XIX, por meio de centenas de telas. Nesse período, foram fundados, ainda, o Jardim Botânico, a Imprensa Real, a Academia de Belas Artes, a Academia Real Militar, o Teatro Real e a Biblioteca Real.

As medidas culturais de D. João abriram o território interior do Brasil – até então fechado à visitação estrangeira, especialmente o território das Minas, salvo exceções – à curiosidade científica de naturalistas de vários países europeus. Assim, vieram ao Brasil pessoas como o naturalista e mineralogista britânico John Mawe, o botânico Carl Martius, o zoólogo Johann Spix (ambos bávaros e que vieram acompanhando a comitiva da arquiduquesa D. Leopoldina, noiva do príncipe herdeiro D. Pedro) e o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire. Esses viajantes compuseram diários de suas viagens que, além de terem se tornado sucesso de público e de vendas na Europa, constituindo um novo estilo literário, são hoje fontes preciosas para os historiadores investigarem a vida cotidiana das pessoas desse momento histórico e das regiões por onde passaram os viajantes.

Os historiadores se interrogam sobre quais seriam as intenções de D. João ao se instalar no Brasil. Estaria ele apenas aguardando uma normalização da política europeia ou pretendia permanecer indefinidamente na América? Algumas atitudes do príncipe regente, como a criação de uma fábrica de pólvora e a invasão de dois territórios dos seus inimigos europeus – a Guiana Francesa e a Cisplatina, pertencentes à França e à Espanha, respectivamente (os dois territórios deixaram de pertencer ao Brasil no decorrer da primeira metade do século XIX) – sugerem que ele poderia ter planos de maior duração no Brasil. Tais atitudes apontam para uma disposição do príncipe de permanecer na colônia e construir um novo Império no continente americano. Vale lembrar que a mística do Quinto Império, o novo Império Português, era presente na mentalidade portuguesa de então.

Ao mesmo tempo em que procurava estender seu poder na América, D. João articulava modos de integrar o Brasil e Portugal ainda mais, tornando-os partes igualmente importantes do Império dos Bragança. Nesse sentido, em 1815, o Brasil foi elevado à posição de **Reino Unido a Portugal e Algarves**. Essa manobra também foi fundamental para garantir a presença portuguesa no Congresso de Viena, segundo o princípio da legitimidade, pois apenas um rei que estivesse governando seu reino e não uma colônia poderia ter assento no encontro conservador. Em 1818, a rainha D. Maria I veio a falecer, e o príncipe regente foi coroado rei, no Rio de Janeiro, com o título de D. João VI.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

10 Explique de que maneira a vinda da família real colaborou para a demarcação social de brasileiros e lusitanos.

11 (UERJ) Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América Portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que [...] nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

O texto anterior revela o entusiasmo e as esperanças daqueles que assistiram à chegada da família real portuguesa ao Brasil. Indique duas inovações de caráter científico ou cultural decorrentes da política de D. João. Indique também uma mudança política ou econômica observada durante a permanência da Corte e sua respectiva consequência para o Brasil.

12 (UEM-PR) Em 22 de janeiro de 1808, a frota que trazia a Corte de Portugal ao Brasil aportou em Salvador. Assim, entre os anos de 1808 e 1821, o Brasil tornou-se a sede político-administrativa do Império Luso. A vinda da família real para o Brasil relaciona-se às guerras napoleônicas e ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte. A esse respeito, responda:

- A. O que foi o Bloqueio Continental?
- B. O que foi a "abertura dos portos às nações amigas" decretada por D. João na chegada ao Brasil?

13 (UERJ) O enriquecimento da vida cultural do Rio de Janeiro, e até mesmo do país, após 1808, decorreu, sobretudo, das necessidades da elite dominante. No ambiente acanhado da sociedade americana, a novidade dos procedimentos característicos do círculo real exerceu extraordinário fascínio, produzindo um poderoso efeito "civilizador" em relação à cidade. Em contrapartida, a Coroa não deixou de adotar também medidas de controle mais eficientes. Após a tormenta da Revolução Francesa e ainda vivendo o turbilhão do Período Napoleônico, era o medo dos princípios difundidos pelo Século das Luzes, especialmente as "perniciosas" ideias francesas, que ditava essas cautelas.

NEVES, L. M. B. P.; MACHADO, H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (Adaptação).

O texto aborda um duplo movimento provocado pela presença da Corte portuguesa no Brasil: o estímulo às atividades culturais na colônia e, ao mesmo tempo, o controle conservador sobre essas atividades. Indique duas ações da Coroa que enriqueceram a vida cultural da cidade do Rio de Janeiro. Explique, ainda, como o Estado português exercia controle sobre as atividades culturais.

TÁ NA MÍDIA



Autor Desconhecido / Domínio Público

Carlota Joaquina, princesa do Brasil. Brasil, 1995.

Além de retratar a vida de Carlota Joaquina, o filme, de forma satírica, também demonstra parte da história da monarquia portuguesa e a ascensão do Brasil de colônia a Império Ultramarino Português.

Acesse o QR Code para mais informações acerca de Carlota Joaquina, imperatriz honorária do Brasil.



FILME / SITE

DÁ O QUE PENSAR

[...] Museu Nacional reinaugura fachada de prédio histórico e jardim da frente

Há exatos quatro anos, o Museu Nacional [...] pegava fogo, destruindo 85% de acervo. A fachada do prédio histórico foi recuperada e vai ser reinaugurada [...] junto com o jardim da frente do museu. Esta é a primeira grande entrega da obra de reconstrução do paço histórico. Além das obras de engenharia e arquitetura, foram recolocadas as réplicas das estátuas que ficavam na parte superior do prédio. As esculturas originais serão colocadas quando as obras de recuperação do museu estiverem concluídas. A previsão é de que isso aconteça somente em 2027.

O diretor do museu Alexandre Kellner destacou que 75% das obras de restauração estão sendo entregues [...] dez meses após o início dos trabalhos de recuperação do prédio. E que em janeiro de 2023 todo o bloco 1 do casarão histórico estará concluído. [...] A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, anunciou o lançamento da campanha *Recompõe*, para recomposição dos acervos para o Museu Nacional voltar a estar totalmente aberto em 2027. [...]

DIAS, Daniella; COELHO, Henrique. Quatro anos após incêndio, Museu Nacional reinaugura fachada de prédio histórico e jardim de frente. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/02/quatro-anos-apos-incendio-museu-nacional-reinaugura-fachada-de-predio-historico-e-jardim-da-frente-na-quinta-da-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2023. [Fragmento]

Os restauradores são profissionais que realizam intervenções em obras de arte, prédios, patrimônios e outros itens da cultura material de modo a preservá-los, dada a sua importância para a sociedade. Com base nessas informações, pesquise um item do Museu Nacional que foi restaurado e roteirize em uma lista os procedimentos feitos pelos restauradores para a recomposição da peça danificada.



Oliver Heilig / Getty Images

Revolução do Porto

A presença da Corte portuguesa no Brasil e as realizações empreendidas a partir dessa transferência assinalaram uma mudança fundamental: uma inversão nas relações entre colônia e metrópole. Ficou evidente, a partir de 1808, que as ordens do Império Lusitano passaram a ser emitidas na antiga colônia, colocando Portugal em segundo plano nas determinações políticas. A consolidação do ideal emancipatório no Brasil seria uma consequência sentida em médio prazo nesse novo cenário.

Enquanto o Brasil via a mudança de sua face com certas liberdades e realizações promovidas por D. João VI, Portugal enfrentava uma grave crise. Após a expulsão dos invasores, com a ajuda inglesa, o reino português ficou sob o controle de autoridades britânicas, merecendo destaque o papel empreendido por lordes Beresford. Uma parcela da Corte portuguesa que retornou à metrópole, somada à maioria da população, não aceitava que o monarca continuasse a administrar os interesses do reino estando no Rio de Janeiro. Assim, a partir de 1818, iniciou-se uma luta, coordenada por Manuel Fernandes Tomás, que, na cidade do Porto, em Portugal, criou uma associação liberal responsável por organizar uma revolução, que eclodiu em 24 de agosto de 1820, em meio às revoluções que se alastraram pela Europa da Restauração naquele ano.

Além de não aceitarem mais a autoridade do lorde inglês, os revolucionários da Corte prepararam uma comissão que estabeleceria as mudanças importantes para a reorganização de Portugal. Entre as principais medidas, podem-se citar a formação de uma Constituição liberal e o desejo de transformar o Brasil de D. João VI novamente em colônia. Essas medidas mostraram as contradições da revolução: liberal internamente e conservadora e mercantilista em relação ao Brasil. Dessa forma, fazia-se necessária a volta de D. João VI – até então adaptado à vida no Brasil e aborrecido com a possibilidade de abandonar a antiga colônia – para Portugal. Porém, a pressão exercida pelos lusos do reino e a possibilidade da perda do trono levaram D. João VI a retornar a Portugal no ano de 1821, deixando o Brasil sob o controle de seu filho, o príncipe D. Pedro.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

14 Toda essa problemática vivenciada pelos acontecimentos da Revolução do Porto era resultado de uma conjuntura histórica que permeava a vida política luso-brasileira desde 1815, quando o Brasil fora elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves. [...] A ausência do monarca acentuava a urgência de medidas que contivessem a situação, corroborando para que os líderes políticos se sentissem aptos e livres para dirigirem os destinos do Reino.

MEIRELLES, J. G. Revolução do Porto e a volta da Família Real para Portugal. In: *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015 p. 58-59. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j56gd/pdf/meirelles-9788568576960-05.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023. [Fragmento]

De que maneira a Revolução do Porto influenciou nos ideais de emancipação do Brasil?

2. A Independência do Brasil (1822)

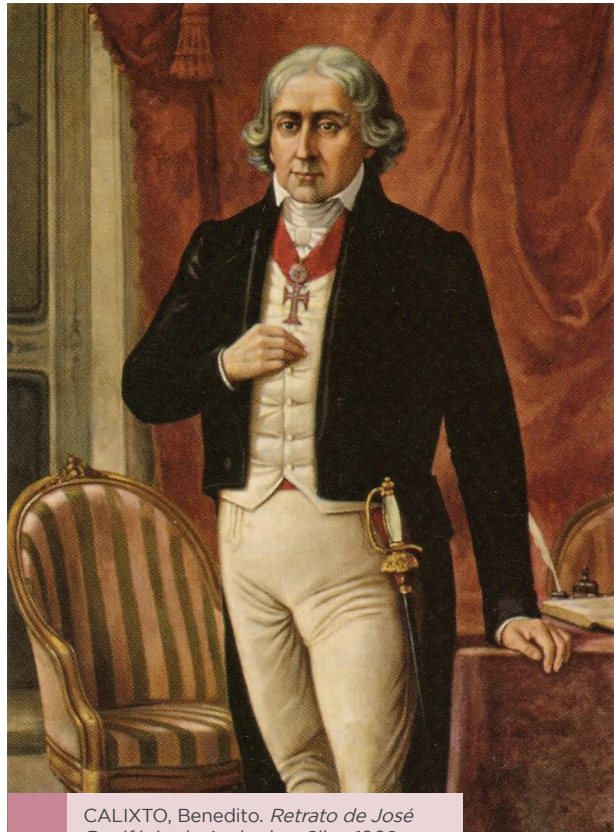
Temendo a ação das cortes portuguesas, grupos das elites brasileiras, especialmente de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, começaram a discutir a urgência da defesa da autonomia brasileira frente a Portugal, formando o que se convencionou chamar de Partido Brasileiro, constituído, em sua maioria, pela aristocracia rural ligada à Corte. Entre os líderes desse partido, destacam-se os nomes de Gonçalves Ledo, Januário Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrada e Silva.

A oposição ao Partido Brasileiro vinha do chamado Partido Português, composto de comerciantes nascidos em Portugal e favoráveis ao processo de recolonização do Brasil. Vale ressaltar que os membros da Corte permaneceram no Brasil, mesmo após a partida de D. João VI.

As articulações políticas que precederam a Independência tiveram caráter personalista e patriarcal, tendo sido processadas, sobretudo, dentro da maçonaria, organização secreta europeia que encontrara grande popularidade entre os poderosos do Brasil, dela tendo participado inclusive o príncipe D. Pedro.

Nas primeiras reuniões das cortes portuguesas, assembleias responsáveis pelo andamento das reformas em Portugal, tornou-se consenso a necessidade de se exigir o retorno do príncipe regente à metrópole, já que sua presença no Brasil dificultaria o processo recolonizador. A pressão vinda do reino levou o Partido Brasileiro a realizar um abaixo-assinado, com cerca de 8 mil assinaturas, pedindo a permanência de D. Pedro. No Brasil, ao receber o documento, o príncipe declarou: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". A data de 9 de janeiro de 1822 acabou eternizada como o **Dia do Fico**. Era o primeiro embate entre D. Pedro I, apoiado pelas elites brasileiras, e as cortes portuguesas, em uma rápida escalada das tensões, que logo transformariam a defesa da autonomia em luta pela Independência. Alguns portugueses, sediados no Brasil, não aceitaram a postura de D. Pedro, como é o caso das tropas lusas, lideradas por Jorge Avilez, que se amotinaram contra a medida, nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, mas foram expulsas do Brasil sob a ordem do príncipe regente. Depois disso, foi proibido o desembarque de novas tropas portuguesas no território brasileiro.

Logo em seguida, D. Pedro nomeou um gabinete composto de brasileiros, sob a liderança de seu amigo, **José Bonifácio**, político influente e favorável ao processo de emancipação do Brasil. Assumindo o cargo de ministro do Reino e dos Estrangeiros, José Bonifácio, com o auxílio de seus irmãos, Antônio Carlos e Martin Francisco, iniciou uma considerável luta de reação frente às medidas das cortes portuguesas.



CALIXTO, Benedito. *Retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva*. 1902. Óleo sobre tela, 140 cm x 100 cm. Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

15 Identifique os interesses defendidos pelo Partido Brasileiro e pelo Partido Português.

Em 16 de fevereiro de 1822, foi criado o **Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil** com o objetivo de auxiliar D. Pedro na administração. No entanto, a principal função do Conselho seria evitar a radicalização de alguns setores que defendiam a emancipação a partir de um processo mais popular, temido pelos aristocratas brasileiros, inclusive por José Bonifácio. Em maio de 1822, D. Pedro assinou o decreto do "Cumpra-se", determinando que qualquer ordem que viesse de Portugal deveria ser aprovada pelo príncipe regente. Em 13 de maio de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, apoiando o novo decreto, conferiu a Dom Pedro o título de defensor perpétuo do Brasil. Sob a pressão do liberal Gonçalves Ledo, D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte para o Brasil no mês de junho de 1822.



ALBUQUERQUE, Georgina de. *Sessão do Conselho de Estado*. 1922. Óleo sobre tela, 210 cm x 265 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Como a situação encaminhava-se para uma ruptura definitiva, as cortes portuguesas exigiram o retorno imediato de D. Pedro para a metrópole, em setembro de 1822. Orientado por José Bonifácio e pela princesa D. Leopoldina, regente do Brasil enquanto D. Pedro estava em viagem a São Paulo, o príncipe, insatisfeito com as ordens vindas da Europa, declarou, por meio de uma carta, no dia 7 de setembro de 1822, a Independência do Brasil em relação a Portugal.

TÁ NA MÍDIA



Pedro Américo / Domínio Público



FILME / SITE

A Independência inconclusa: o documentário do bicentenário. Paraguai / Venezuela / Equador / México / Cuba / El Salvador / Colômbia / Bolívia / Argentina / Chile, 2010. O documentário aborda os grandes temas pendentes da América Latina, que ainda não cumpre o sonho emancipador dos libertadores, mas que, em seu bicentenário, segue lutando pela Independência definitiva.

Acesse o QR Code e leia uma análise crítica sobre o famoso quadro *Independência ou Morte*, produzido por Pedro Américo no século XIX.

Com tudo isso, ficou claro que a ruptura colônia-metrópole não foi construída por meio da participação popular. A Independência do Brasil, realizada por um português, assinala a ausência de uma fundação política inovadora que garantisse as mudanças necessárias para um país explorado como colônia durante séculos. A ruptura política não foi acompanhada de transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira. Assim, apesar da existência de liberais empenhados na formulação de uma nova nação, como Gonçalves Ledo, que propunha eleições diretas e um país mais democrático, a tendência da política brasileira, após a Independência, foi optar por uma linha conservadora, liderada por José Bonifácio. Quanto a D. Pedro, nota-se que ele foi o instrumento das aristocracias rurais para que o Brasil rompesse com Portugal, sem permitir as mudanças tão temidas por essas elites, conservando o modelo socioeconômico do latifúndio e da escravidão, preservando também a unidade territorial da colônia. Além da ausência de uma luta revolucionária, nosso país também representou uma exceção na América: foi criado um sistema monárquico que governou a nação até o final do século XIX.

Após setembro de 1822, ocorreram algumas lutas para a consolidação da Independência. Essas batalhas se concentraram nas províncias da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Pará e da Cisplatina, onde existiam tropas portuguesas dispostas a permanecerem fiéis ao governo lusitano. Para combater a resistência, D. Pedro I, título obtido ao se tornar imperador do Brasil, organizou tropas brasileiras, que foram orientadas por oficiais estrangeiros, principalmente mercenários ingleses. A guerra pela Independência chegou a mobilizar um grupo de mais de 20 mil soldados, número maior do que o das tropas que promoveram outras Independências no restante da América, inclusive a Independência estadunidense. Após sangrentas batalhas, o país foi pacificado, sendo eliminadas as forças resistentes ao novo governo brasileiro: o Império de D. Pedro I.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

16 (FUVEST-SP) Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América Lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da Independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1965. t. II, v. 1, p. 9.

- Explique qual a diferença entre as aspirações de “Independência” e de “unidade” a que o autor se refere.
- Indique e caracterize ao menos um acontecimento histórico relacionado a cada uma das aspirações mencionadas no item A.

17 (Unesp) O temor da população culta e ilustrada diante da perspectiva de agitação das massas explica por que a ideia de realizar a Independência com o apoio do príncipe pareceria tão sedutora: permitiria emancipar a nação do jugo metropolitano sem que, para isso, fosse necessário recorrer à rebelião popular.

COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: *Brasil em perspectiva*.

Com base na leitura do texto, explique a emancipação política do Brasil como um movimento elitista e conservador.

18 [...] Cercado de Repúblicas por todos os lados, o Brasil colocaria no centro do poder um rei, ou melhor, um imperador, para espanto e desconfiança dos vizinhos latino-americanos.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 483. [Fragmento]

O texto anterior destaca alguns aspectos da Independência brasileira em relação aos países latino-americanos. Indique um aspecto da Independência do Brasil que diverge desses países.

19 O Sete de Setembro representa um momento simbólico destacado de um longo processo de ruptura iniciado até antes da vinda da corte, e que levou, ao fim e ao cabo, a uma solução monárquica, implantada bem no meio das Américas.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 482. [Fragmento]

O texto anterior destaca os processos ocorridos no Brasil antes da vinda da Corte que contribuíram para a Independência brasileira. Quais foram esses processos?

20 (Unicamp-SP) No tempo da Independência, não havia ideias precisas sobre o federalismo. Empregava-se “Federação” como sinônimo de “República” e de “democracia”, muitas vezes com o objetivo de confundi-la com o governo popular, embora se tratasse de concepções distintas. Por outro lado, Silvestre Pinheiro Ferreira observava ser geral a aspiração das províncias à autonomia, sem que isso significasse a abolição do governo central da monarquia. Mas a historiografia da Independência tendeu a escamotear a existência do projeto federalista, encarando-o apenas como produto de impulsos anárquicos e de ambições personalistas e antipatrióticas.

MELO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 12-14 (Adaptação).

- Identifique no texto dois significados distintos para o federalismo.
- Quais os interesses econômicos envolvidos no processo de Independência do Brasil?

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (UECE) Ocorridos entre os meados do século XVII até as primeiras décadas do século XVIII, os movimentos nativistas apresentam-se como os primeiros sinais de uma crise do sistema colonial. Sobre esses movimentos, é correto afirmar que
- tinham como principal objetivo a separação política entre colônia e metrópole, com a autonomia administrativa e a formação de novas nações livres nas regiões onde ocorriam.
 - em Minas Gerais, com a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos, no Maranhão, com a Revolta dos Beckman, e em Pernambuco, com a Insurreição Pernambucana e a Guerra dos Mascates, aparecem as divergências entre os interesses dos colonos e os da metrópole.
 - ocorreram somente em locais que vivenciavam crises econômicas, como o Rio Grande do Sul (Farroupilha, 1835-1845) e Pernambuco (Revolução Pernambucana de 1817).
 - somente a Confederação do Equador, ocorrida no Nordeste brasileiro, pode ser tomada como um legítimo movimento nativista, uma vez que não pretendia a separação política em relação a Portugal, mas somente maior autonomia administrativa.

- 02** (UFMG) O século XVIII foi palco de uma série de movimentos e sedições, nos quais, em diferentes graus e a partir de diferentes estratégias, os vassallos da América Portuguesa procuraram redefinir o formato de suas relações com a Coroa portuguesa. Considerando-se esse contexto, é correto afirmar que
- a Revolta de Filipe dos Santos, em Minas Gerais, na primeira metade desse século, reforçou os mecanismos de controle sobre os vassallos.
 - a Revolta do Vintém e a do Quebra-quilos, na segunda metade desse século, ao desafiarem a Coroa, colocaram em crise a sede do vice-reinado.
 - a Revolta dos Távora procurou estabelecer novos limites para a cobrança do Subsídio Literário, destinado à educação dos vassallos.
 - os conflitos entre paulistas e emboabas, nas Minas Gerais, levaram à instalação das Casas de Fundição nessa capitania.

- 03** (ESPM-SP) O senso comum anunciou, durante décadas, a índole pacífica do povo brasileiro, alegando que teríamos sofrido poucos momentos de revolta. No entanto, somente durante o Período Colonial foram registrados mais de sessenta motins, insurreições, revoltas e rebeliões na América Portuguesa. Um desses movimentos reivindicatórios foi liderado por Manuel Beckman.

RAMOS, Fábio Pestana; MORAIS, Marcus Vinícius de. *Eles formaram o Brasil*.

A chamada Revolta de Beckman

- reclamava o fechamento das Casas de Fundição criadas pelos portugueses na região da mineração.
 - escancarava atritos entre portugueses e espanhóis na região de São Paulo.
 - derivou de conflitos entre bandeirantes e forasteiros na região mineradora.
 - ocorreu em Pernambuco, onde ocorriam conflitos entre brasileiros e portugueses.
 - reclamava da exploração econômica da metrópole, praticada pela Cia. de Comércio do Maranhão, e dos clérigos que pregavam contra a escravidão dos indígenas.
- 04** (UESPI) Nem sempre os portugueses firmavam seu poder político sem a resistência dos colonos. Na revolta liderada por Filipe dos Santos, no século XVIII, os colonos
- lutaram contra a cobrança de impostos e a violência utilizada pela metrópole.
 - estabeleceram critérios para importar produtos vindos da Europa.
 - acusavam os jesuítas de defenderem a escravidão e oprimir os nativos.
 - divulgaram ideais republicanos contrários às práticas mercantilistas.
 - queriam apenas a autonomia de Minas Gerais e a liberdade comercial.

05 (UECE–2023) Enquanto Tomás Antônio Gonzaga, sob o pseudônimo de Critilo, escrevia as *Cartas Chilenas*, obra satírica em que criticava a corrupção do governo local, Cláudio Manuel da Costa produzia obras que inauguraram o Arcadismo na Colônia. Esses dois representantes da cultura brasileira foram

- A. deputados da Assembleia Constituinte, que, depois de dissolvida por D. Pedro I, conduziu o país a revoltas como a Confederação do Equador.
- B. membros do Areópago de Itambé, primeira loja maçônica fundada no Brasil e que foi importante na Revolução Pernambucana de 1817.
- C. participantes da Inconfidência Mineira, movimento que pretendia a autonomia da região das Minas Gerais em relação à Coroa portuguesa.
- D. componentes do Partido Conservador que organizaram a mudança na lei que garantiu a maioria de D. Pedro II com menos de 15 anos.

06
F01N


(FUVEST-SP) Os ensaios sediciosos do final do século XVIII anunciam a erosão de um modo de vida. A crise geral do Antigo Regime desdobra-se nas áreas periféricas do sistema atlântico – pois é essa a posição da América Portuguesa –, apontando para a emergência de novas alternativas de ordenamento da vida social.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1. (Adaptação).

A respeito das rebeliões contra o poder colonial português na América, no período mencionado no texto, é correto afirmar que,

- A. em 1789 e 1798, diferentemente do que se dera com as revoltas anteriores, os sediciosos tinham o claro propósito de abolir o tráfico transatlântico de escravos para o Brasil.
- B. da mesma forma que as contestações ocorridas no Maranhão em 1684, a sedição de 1798 teve por alvo o monopólio exercido pela companhia exclusiva de comércio que operava na Bahia.
- C. em 1789 e 1798, tal como ocorrera na Guerra dos Mascates, os sediciosos esperavam contar com o suporte da França revolucionária.
- D. tal como ocorrera na Guerra dos Emboabas, a sedição de 1789 opôs os mineradores recém-chegados à capitania aos empresários há muito estabelecidos na região.
- E. em 1789 e 1798, seus líderes projetaram a possibilidade de rompimento definitivo das relações políticas com a metrópole, diferentemente do que ocorrera com as sedições anteriores.

07 (UECE) Leia atentamente o seguinte excerto:

O papel de herói da Inconfidência Mineira cabe ainda a Tiradentes porque ele foi o inconfidente que recebeu a pena maior: a morte na forca, uma vez que o próprio réu, durante a devassa, assumiu para si toda a culpa. Sabe-se, no entanto, que sua morte se deve também em grande parte à acusação dos demais inconfidentes, bem como a sua condição social: pertencente à camada média da sociedade mineira, sem importantes ligações de família, sem ilustração nem boas maneiras.

GANCHO, Cândida Vilarés; TOLEDO, Vera Vilhena de. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 45. (Série Princípios).

Sobre a Inconfidência Mineira, ocorrida em Vila Rica no período da mineração aurífera, é correto afirmar que:

- A. Representou o exemplo de revolta popular contra a dominação colonial portuguesa no Brasil, uma vez que, oriunda das camadas mais humildes de Minas Gerais, inclusive escravos, chegou a contagiar indivíduos pertencentes às mais altas posições sociais.
- B. Foi uma representação dos interesses de grupos da elite local, intelectuais, religiosos, militares e fazendeiros, em livrarem-se do controle e dos impostos cobrados pela Coroa portuguesa na região, mas não havia consenso em relação à libertação dos escravos.
- C. Marcou o início do processo de Independência do Brasil, baseado na luta armada do povo contra as forças leais a Portugal, e em defesa dos ideais liberais e republicanos, como o fim da escravidão, direito ao voto universal masculino e governo presidencialista.
- D. Apesar de bem-sucedida, com a proclamação da Independência de Minas Gerais, teve pouco impacto na história do Brasil, uma vez que seus objetivos extremamente populares não foram bem aceitos pelas elites econômicas de outras regiões da colônia.

- 08** (UEPB) Considerando os conflitos sociais que ocorreram na segunda metade do século XVIII na América Portuguesa, podemos afirmar:
- Tanto na Inconfidência Mineira quanto na Baiana, estava presente, em parcela dos integrantes, a noção de que os governos deveriam existir para garantir direitos naturais dos homens, como a liberdade e a propriedade.
 - A Inconfidência Mineira não recebeu influência do movimento de Independência dos EUA ocorrido em 1776.
 - As ideias liberais e iluministas não motivaram os principais proprietários de terras e de áreas extrativas de ouro.
 - Tendo participação dos alfaiates como líderes da Conjuração Baiana, não se percebe influência de ideais iluministas no movimento.
 - Os inconfidentes mineiros tinham como projeto a ruptura com Portugal e a criação da República Federativa do Brasil, conforme conhecemos hoje.

- 09** (FUVEST-SP) Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco, em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido [colocar] sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos tratar.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. 1854.

O texto trata da Revolução Pernambucana de 1817. Com relação a esse acontecimento, é possível afirmar que os insurgentes

- pretendiam a separação de Pernambuco do restante do reino, impondo a expulsão dos portugueses desse território.
- contaram com a ativa participação de homens negros, pondo em risco a manutenção da escravidão na região.
- dominaram Pernambuco e o norte da colônia, decretando o fim dos privilégios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.
- propuseram a Independência e a República, congregando proprietários, comerciantes e pessoas das camadas populares.
- implantaram um governo de terror, ameaçando o direito dos pequenos proprietários à livre exploração da terra.

- 10** (PUC-Campinas-SP) Leia o texto a seguir:

Sob a perspectiva histórica, o que faz Cláudio Manuel da Costa um homem de seu tempo é a nítida identificação com a terra natal [...]. Revela-se nele o dilaceramento interior do intelectual que vê com olhos críticos a paisagem natal, como nestes versos de um soneto seu: "Destes penhascos fez a natureza / O berço, em que nasci: oh quem cuidara / Que entre penhas tão duras se criara / Uma alma terna, um peito sem dureza".

KHÉDE, Sonia Salomão. Apresentação. In: *Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Agir, 1983. p. 15. (Coleção Nossos Clássicos).

O poeta, influenciado pela Revolução Americana, participou da Inconfidência Mineira, especialmente no que diz respeito à construção do edifício jurídico projetado para o regime político a ser implantado em Minas Gerais, no final do século XVIII. Nas propostas dos dois movimentos, pode-se destacar a

- eliminação do pacto colonial, a instalação de uma monarquia constitucional e a abolição gradativa da escravidão.
- luta pela Independência, a instalação de um governo republicano e o adiamento da discussão sobre a escravidão.
- demolição do sistema colonial, a instalação do sistema federalista e a extinção imediata do trabalho escravo.
- conquista de liberdade político-administrativa, a instalação do regime presidencialista e a abolição da escravidão.
- luta pela autonomia política, a instalação de um governo parlamentarista e a extinção do sistema escravista.



(PUC-Campinas-SP) Tiradentes era alguém com todas as características e ressentimentos de um revolucionário. Além do mais, ele se apresentava para o martírio ao proclamar sua responsabilidade exclusiva pela Inconfidência. Era óbvia a sedução que o enforcamento do alferes representava para o governo português: pouca gente levaria a sério um movimento chefiado por um simples Tiradentes (e as autoridades lusas, depois de outubro de 1790, invariavelmente se referiam ao alferes por seu apelido de Tiradentes).

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 216.

O texto de Kenneth Maxwell, ao se referir a Tiradentes, nos remete à Inconfidência Mineira. Sobre a Inconfidência Mineira, é correto afirmar que

- o fracasso do movimento deveu-se, entre outros, à precária organização do movimento e à falta de coesão efetiva entre os conspiradores.
- a conjuração resultou em reuniões nas quais se travaram debates políticos e filosóficos sem que com isso resultasse em proposta de revolta.
- a ausência de princípios iluministas, como os de liberdade e igualdade jurídica, deu ao movimento um caráter verdadeiramente revolucionário.
- o êxito da conspiração deu-se em função de ser formada, principalmente, pelas camadas médias e urbanas e dos grupos pobres da população.
- as ideias do despotismo ilustrado deram origem a um movimento conspiratório e libertário no processo de ruptura política do país.



(UECE–2019) Sobre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, é correto afirmar que

- ocorreu sem nenhum transtorno para a população do Rio de Janeiro, que recepcionou os nobres portugueses de forma planejada, sem que fossem necessárias grandes mudanças na cidade.
- teve como causa direta a invasão das tropas francesas ao território português como forma de forçar a adesão do país luso ao Bloqueio Continental.
- foi provocada pela ameaça inglesa de invasão ao Brasil, caso Portugal aderisse ao Bloqueio Continental ao comércio britânico, imposto por Napoleão Bonaparte no Decreto de Berlim, emitido em 1806.
- somente foi realizada como forma de garantir o cumprimento do Tratado de Fontainebleau, assinado com a França, que garantia a mudança para o Brasil no caso de ameaça espanhola a Portugal.



(UEMG) Quanto à vinda da Corte portuguesa ao Brasil, assinale a alternativa correta.

- Em janeiro de 1808, Portugal estava prestes a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, Dom João, resolveu transferir a Corte portuguesa para o Brasil, sua mais importante colônia. Para isso, obteve a ajuda de alguns aliados, apenas franceses, contrários a Napoleão.
- Nos quatorze navios, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas à Corte portuguesa. Porém, trouxeram pouco dinheiro, deixando suas obras de arte, livros, bens pessoais, objetos de valor e joias em Portugal, na pressa para vir para o Brasil, fugindo das tropas francesas de Napoleão.
- Uma das principais medidas tomadas por Dom João foi abrir o comércio brasileiro aos países amigos de Portugal. A principal beneficiada com a medida foi a Inglaterra, que passou a ter vantagens comerciais e a dominar o comércio com o Brasil. Os produtos ingleses chegavam ao Brasil com impostos de 15%, enquanto os de outros países chegavam com impostos de 24%. Essa prerrogativa fez com que, no Brasil, chegassem muitos produtos ingleses, por vezes, desnecessários. Tal medida acabou atrasando o desenvolvimento da indústria brasileira.
- Dom João adotou várias medidas econômicas que favoreceram o desenvolvimento brasileiro. Entre as principais, encontram-se: desestímulo ao estabelecimento de indústrias no Brasil em prol das importações, construção de estradas, reforma de portos, criação do Banco do Brasil e instalação da Junta de Comércio.



14 (UFTM-MG) Há mais de 200 anos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil deu início a uma série de transformações, principalmente no Rio de Janeiro. Constituem exemplos de mudanças na economia, na política e na cultura, respectivamente,

- A. a ruptura do pacto colonial, a transferência da capital do vice-reino para o Rio e a criação da primeira universidade no Brasil.
- B. a introdução do cultivo de café, a supremacia do Rio como sede do Império Português e a publicação do primeiro jornal brasileiro.
- C. o fim do monopólio comercial, a elevação do Brasil a Reino Unido e a influência de costumes estrangeiros no cotidiano do Rio.
- D. o início da dependência à Inglaterra, o estabelecimento do Poder Moderador no governo e o apogeu do estilo barroco nas artes.
- E. o alvará de proibição industrial, o fim do sistema de capitanias hereditárias e a fundação da Biblioteca Real na capital.

15 (PUC Rio) Sobre as transformações político-sociais e econômicas ocorridas durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil (1808-1821), estão corretas as afirmações a seguir, exceto

- A. A vinda da família real para o Brasil transformou a colônia no principal centro das decisões políticas e econômicas do Império português.
- B. A abertura dos portos favoreceu os interesses dos proprietários rurais produtores de açúcar e algodão, uma vez que se viram livres do monopólio comercial.
- C. A permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro satisfaz os interesses dos diferentes grupos sociais da colônia e trouxe benefícios para todas as regiões do Brasil.
- D. Durante o Período Joanino, organizaram-se novos órgãos e instituições, como o Banco do Brasil e a Casa da Moeda.
- E. Dentre as medidas que mudaram o perfil político-econômico da colônia, destacaram-se os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, que deram benefícios aos ingleses.

16 (UFF-RJ) A vinda da família real para o Brasil decorreu das tensões que se manifestaram na Europa, por conta da oposição entre interesses ingleses e a política de expansão da França praticada por Napoleão Bonaparte.

- A. Indique dois dos tratados que se referem, no período, às relações entre Inglaterra e Portugal.
- B. Explique a contradição existente no fato de a vinda da família real para o Brasil ter, ao mesmo tempo, fomentado um surto manufatureiro e criado condições para seu próprio declínio.

17 (Unesp–2023) [...] Foi sem dúvida entre os meses de janeiro e outubro de 1822 que o Brasil, finalmente, se fez independente: isto é, separou-se de Portugal. Nada garantia que essa independência seria duradoura, é verdade, mas foi entre esses meses que ela se concretizou, exigindo esforços posteriores de consolidação; mas seriam antes esforços de reforço de algo que já existia do que de criação abrupta de algo novo. E o que, afinal, ocorreu no dia 7 de setembro de 1822? Um pequeno acontecimento que não foi imediatamente valorizado justamente por não ser de grande importância em comparação com os demais que tinham ocorrido e ainda ocorreriam naquele ano; mas que posteriormente se tornaria o principal marco da memória da Independência. Um marco da memória, e não da história.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. 2022.

Ao tratar da Independência do Brasil em relação a Portugal, o excerto enfatiza

- A. o caráter processual da emancipação, que resultou de diversas articulações e ações políticas.
- B. a negociação entre colônia e metrópole, que assegurou o caráter pacífico da emancipação.
- C. o esforço do príncipe regente, que visava promover a consolidação da emancipação política brasileira.
- D. o imediatismo do gesto ruptural, que provocou surpresa na população de toda a colônia.
- E. a percepção imediata da importância dos eventos ocorridos às margens do riacho do Ipiranga, que mudaram politicamente o país.

- 18** (UNISC-RS–2023) No dia 7 de setembro de 2022, rememorou-se no país o bicentenário da Independência brasileira. Sobre esse episódio, Lilia Moritz Schwarcz considerou que a Independência do Brasil foi obtida valendo-se de compromissos intercontinentais, uma vez que era preciso garantir a continuidade do comércio lícito, com os Estados Unidos e a Europa, assim como a importação de escravos africanos. O governo brasileiro permaneceu, porém, intimamente ligado ao “comércio infame” que, apesar da pressão britânica, só se resolveu em 1850. Frutos de muitos acordos, a originalidade e a garantia de uma emancipação monárquica, em pleno contexto americano e republicano, não eram tarefas fáceis, nem interna, nem externamente.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Companhia das Letras, 1999, p. 38.

Considerando o contexto histórico de independências no continente americano, é correto afirmar que o Brasil foi

- o único país da América a deslegitimar o comércio infame de escravos, o que garantiu a permanência de um regime monárquico, ao passo que, nesse mesmo contexto, nações da América hispânica adotaram regimes republicanos com ampla participação popular.
- um dos países independentes a estabelecer um regime republicano de condenação ao sistema escravagista, ao passo que, nesse mesmo contexto, nações da América hispânica mesclaram sistemas republicanos com monarquias parlamentares, amplamente sustentados na escravidão indígena.
- o único país independente a permanecer sobre um regime monárquico e diretamente vinculado ao sistema escravagista, ao passo que, nesse mesmo contexto, nações da América hispânica adotaram regimes republicanos.
- um dos países independentes a estabelecer um regime republicano e parlamentarista de negação ao sistema escravagista, ao passo que, nesse mesmo contexto, nações da América hispânica mesclaram sistemas republicanos e monarquias absolutistas.
- o único país independente a permanecer uma monarquia absolutista, que aboliu a escravidão indígena e parte da africana, ao passo que, nesse mesmo contexto, nações da América hispânica mesclaram regimes republicanos e monarquias parlamentares.

SE LIGA NO ENEM



- 01** (Enem–2020) O movimento sedicioso ocorrido na capitania de Pernambuco, no ano 1817, foi analisado de formas diferentes por dois meios de comunicação daquela época. O *Correio Braziliense* apontou para o fato de ser “a comoção no Brasil motivada por um descontentamento geral, e não por maquinações de alguns indivíduos”. Já a *Gazeta do Rio de Janeiro* considerou o movimento como um “pontual desvio de norma, apenas uma ‘mancha’ nas ‘páginas da História Portuguesa’, tão distinta pelos testemunhos de amor e respeito que os vassallos desta nação consagram ao seu soberano”.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (Adaptação).

Os fragmentos das matérias jornalísticas sobre o acontecimento, embora com percepções diversas, relacionam-se a um aspecto do processo de independência da colônia luso-americana expresso em dissensões entre

- quadros dirigentes em torno da abolição da ordem escravocrata.
- grupos regionais acerca da configuração político-territorial.
- intelectuais laicos acerca da revogação do domínio eclesiástico.
- homens livres em torno da extensão do direito de voto.
- elites locais acerca da ordenação do monopólio fundiário.

- 02** (Enem–2019) Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a

- A. rigidez hierárquica da estrutura social.
- B. inserção feminina nos ofícios militares.
- C. adesão pública dos imigrantes portugueses.
- D. flexibilidade administrativa do governo imperial.
- E. receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.

03

1CQ6



(Enem) O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América Portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição no Império Luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência.

JANCÓS, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

As diferenças entre as sedições abordadas no texto encontravam-se na pretensão de

- A. eliminar a hierarquia militar.
- B. abolir a escravidão africana.
- C. anular o domínio metropolitano.
- D. suprimir a propriedade fundiária.
- E. extinguir o absolutismo monárquico.

04

(Enem) Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a Colônia tinha acabado de passar por uma explosão populacional. Em pouco mais de cem anos, o número de habitantes aumentara dez vezes.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 (Adaptação).

A alteração demográfica destacada no período teve como causa a atividade

- A. cafeeira, com a atração da imigração europeia.
- B. industrial, com a intensificação do êxodo rural.
- C. mineradora, com a ampliação do tráfico africano.
- D. canavieira, com o aumento do apresamento indígena.
- E. manufatureira, com a incorporação do trabalho assalariado.

05

(Enem) É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o Período Colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário,

fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de Independência à construção do Estado Nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da

- A. ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- B. estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- C. realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- D. concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- E. afirmação de um regime constitucional monárquico, que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.

06

(Enem) A transferência da Corte trouxe para a América Portuguesa a família real e o governo da metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da Corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de Independência da América Portuguesa por terem

- A. incentivado o clamor popular por liberdade.
- B. enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C. motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- D. obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- E. provocado os movimentos separatistas das províncias.

FRENTE **B** CAPÍTULO 8

Rebeliões Nativistas e Separatistas, Período Joanino e Independência do Brasil

Aprendizagem

- 01** A. O texto indica a evidência dada pela historiografia paulista nos séculos XIX e XX à figura dos bandeirantes, destacando-os como “heróis” que desbravaram o território brasileiro, retomando inclusive narrativas de conflitos, como a Guerra dos Emboabas.
- B. Pode ser indicado a mudança da estrutura política para a região das Minas, já que a vitória dos emboabas possibilitou a sistematização da exploração aurífera na região por quase um século.
- 02** A relação se faz presente na medida em que a metrópole portuguesa endurecia a política de fiscalização na região das Minas, o que prejudicaria parte da população, fazendo eclodir revoltas, como a de Filipe dos Santos em 1720.

03

	Revolta de Beckman	Guerra dos Emboabas	Revolta de Vila Rica
Liderança	Irmãos Beckman	Líderes paulistas: Manuel de Borba Gato e Bento do Amaral Coutinho Líder dos emboabas: Manoel Nunes Viana	Filipe dos Santos e Pascoal da Silva Guimarães
Motivo	Abusos comerciais cometidos pela Companhia de Comércio, instaurada no Maranhão, e a incapacidade dessa Companhia de fornecer escravizados.	Reivindicação paulista do direito exclusivo de exploração na região das Minas, por terem sido os primeiros a se estabelecer na região.	Rigidez da metrópole portuguesa em elaborar instrumentos eficazes para tributação na região das Minas. Proibição da circulação de ouro em pó, que havia se tornado moeda de troca informal no início do século XVIII. Instauração das Casas de Fundição, que dificultavam o contrabando de ouro e diminuía o lucro dos mineradores.
Objetivo	Acabar com a Companhia de Comércio e expulsar os jesuítas.	Paulistas e emboabas: ter controle político e administrativo da região das Minas, local de grande abundância aurífera.	Acabar com as Casas de Fundição, com os elevados impostos sobre o ouro e com o rígido controle administrativo da metrópole.

- 04** Defesa da República e defesa da liberdade dos colonos. Tiradentes foi eleito mártir para legitimar a imposição do novo regime político vigente no país, implantado por militares.
- 05** A. A tela foi pintada no momento de implantação da República no Brasil (República da Espada). A principal dificuldade política do período era a consolidação do próprio regime republicano, ameaçado por movimentos contestatórios (Revolta Federalista / Revolta da Armada) e por aqueles que queriam a volta do sistema monárquico.
- B. O corpo em pedaços dá a dramaticidade da cena. Sua fisionomia lembrando o próprio Jesus Cristo, bem como seu sacrifício por uma causa justa, compõem a idealização de Tiradentes como mártir.
- 06** A Inconfidência Mineira foi uma rebelião separatista que propunha a emancipação da região com base nas ideias de liberdade e na construção de uma República elitista cuja capital seria São João Del Rey. Inclusive, o lema do movimento foi “*Libertas quae sera tamen*”, que significa “Liberdade ainda que tardia”, que hoje em dia é a frase da bandeira do estado de Minas Gerais. Por conter tais características, esse movimento foi lembrado e evidenciado pelo projeto republicano recém-instaurado no século XIX que tornou Tiradentes um mártir da República brasileira.
- 07** A influência se deu na medida em que a Independência estadunidense trouxe à tona os ideais de liberdade.
- 08** A Conjuração Baiana apresentava um caráter popular, já a Inconfidência Mineira, um caráter elitista. Além disso, a Conjuração Baiana propunha a abolição da escravidão, elemento que não era cogitado na Inconfidência Mineira. Dois movimentos que podem ser citados como influenciadores são o Iluminismo e a Revolução Americana.

- 09** Na época em que abertura dos portos foi instituída, a Inglaterra era a grande "nação amiga" de Portugal. Isso fez com que o comércio inglês atuasse com mais precisão dentro do Brasil, dado que a Inglaterra passou a ser uma grande fornecedora de produtos para a Corte que acabava de chegar no país. A Inglaterra também foi beneficiada por outras vertentes, já que o Rio de Janeiro se tornou o principal porto para a entrada de produtos ingleses na América do Sul.
- 10** A presença da Corte no Brasil ajudou a definir as diferenças entre quem era da elite nascida no Brasil e quem era português e legislava aqui. Havia diferença no tratamento, na forma dos privilégios e nos interesses.
- 11** Medidas de caráter científico e cultural: criação da Biblioteca Real e da Imprensa Real. Mudança política: abertura dos portos às nações amigas.
- 12** A. Foi um bloqueio realizado por Napoleão Bonaparte na intenção de cessar as relações comerciais com a Inglaterra, sob pena de invasão dos países que desobedecessem a medida.
B. Foi o momento em que o príncipe regente D. João abriu os portos brasileiros para as nações amigas, principalmente para a Inglaterra, que foi privilegiada por ser credora de Portugal e por ter escutado a Corte até o Brasil.
- 13** Duas ações: contratação de artistas franceses e fundação do Jardim Botânico. O controle do Estado português era exercido por meio dos órgãos públicos, criados em 1808 com a função de fiscalizar e censurar a produção cultural e informacional produzida no Brasil.
- 14** A Revolução do Porto pressionou D. João VI a retornar para Portugal. Cedendo às pressões, D. João VI voltou para seu país de origem, deixando o trono brasileiro para seu filho, D. Pedro I. Como o Brasil já vivia em liberdade econômica, não havia o desejo de se retornar à situação de colônia, dada a reclusão das práticas mercantilistas. Essas condições deram margens para a emancipação brasileira em 1822.
- 15** Partido Português: era favorável à recolonização. Era formado por comerciantes que defendiam que o comércio deveria ser controlado por Portugal e por militares desfavoráveis à Independência do Brasil. Partido Brasileiro: defendia a autonomia brasileira, especialmente o livre-comércio.
- 16** A. Para Sérgio Buarque de Holanda existem diferenças no que tange à Independência e à unidade. Enquanto o primeiro conceito se refere ao processo político de distanciamento da Coroa portuguesa, o segundo refere-se à unidade territorial.
B. A busca por emancipação pode ser associada à Inconfidência Mineira, que tinha como característica separar a capitania de Minas Gerais, torná-la independente e formar uma República. Já a busca por unidade pode ser associada ao projeto unionista de D. Pedro I.
- 17** A realização da Independência pelas mãos do príncipe regente D. Pedro garantiria, aos olhos da elite nacional, a manutenção do quadro socioeconômico existente no Período Colonial. Naquele contexto, interessavam a essa elite a perpetuação do modelo escravista e a garantia da propriedade. Assim, o projeto conservador foi consolidado no momento da Independência em virtude da ligação dos interesses da elite Centro-Sul com o príncipe representante de Portugal.
- 18** O Brasil optou por um regime monárquico, e passou a ser governado por um imperador, D. Pedro I. Nos processos de Independência da América Espanhola, as antigas colônias se fragmentaram formando Repúblicas.
- 19** Foram as rebeliões separatistas, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.
- 20** A. Primeiro significado: República e democracia. Segundo significado: autonomia.
B. Interesses comerciais da aristocracia rural exportadora e interesses britânicos em ampliar os mercados fornecedores de matérias-primas e produtos primários, além de mercados consumidores.

Propostos

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 01 B | <input type="checkbox"/> 09 D |
| <input type="checkbox"/> 02 A | <input type="checkbox"/> 10 B |
| <input type="checkbox"/> 03 E | <input type="checkbox"/> 11 A |
| <input type="checkbox"/> 04 A | <input type="checkbox"/> 12 B |
| <input type="checkbox"/> 05 C | <input type="checkbox"/> 13 C |
| <input type="checkbox"/> 06 E | <input type="checkbox"/> 14 C |
| <input type="checkbox"/> 07 B | <input type="checkbox"/> 15 C |
| <input type="checkbox"/> 08 A | |
| <input type="checkbox"/> 16 A. Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação.
B. D. João derrubou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia as manufaturas no Brasil, mas, ao mesmo tempo, deu espaço para os produtos ingleses, que eram de melhor qualidade e mais baratos que os brasileiros, circularem pelo território, fato que contribuiu para o declínio da manufatura no Brasil. | |
| <input type="checkbox"/> 17 A | |
| <input type="checkbox"/> 18 C | |

Enem

- 01** B
 02 A
 03 B
 04 C
 05 E
 06 B





Do Congresso de Viena à Independência da América Espanhola e do Haiti

A Liberdade Guiando os Povos

Após o Período Napoleônico, teve início, na Europa, uma época de reação marcada pelo conservadorismo do Congresso de Viena. O embate entre as forças de transformação e as de conservação avançou, e a Europa sofreu três grandes ondas revolucionárias nos anos de 1820, 1830 e 1848, chamadas “Revoluções Liberais”, em que os povos buscaram guiar-se cada vez mais pela procura da liberdade e pelo anseio de pôr fim às bases do Antigo Regime. O Congresso de Viena redesenhou o mapa político europeu favorecendo a hegemonia da Inglaterra, França e Áustria-Hungria. Nessa nova configuração geopolítica, a Itália e a Alemanha permaneceram, durante a primeira metade do século XIX, como regiões fragmentadas em estados e reinos independentes. Enquanto a Europa passava por intensas modificações políticas, econômicas e sociais, o sistema colonial implantado na América, especialmente o espanhol, sofria profundas crises, que resultaram em seu esgotamento e declínio nas primeiras décadas do século XIX. Mais uma vez, os povos guiavam-se pela busca de liberdade.

Você sabe indicar outros momentos da História em que essa busca ocorreu? É possível dizer que, ainda hoje, estamos à procura de liberdade? Quais resquícios desses processos estão presentes na configuração do mundo em que vivemos? Essas e outras questões serão abordadas ao longo deste capítulo.

1. O Congresso de Viena e a Restauração

Até o começo do século XIX, o continente europeu estava sob o domínio de Napoleão Bonaparte. Entretanto, em 1813, o Exército napoleônico foi derrotado na **Batalha de Leipzig** (ou **Batalha das Nações**), fazendo com que Napoleão fosse obrigado a assinar o **Tratado de Fontainebleau**, no qual abdicou ao trono francês, recebendo em troca uma pensão e plena soberania da ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo, onde foi exilado. Com a derrota de Bonaparte, iniciou-se a reação conservadora, em que os países vencedores da **Batalha das Nações** se reuniram numa conferência internacional que ficou conhecida como **Congresso de Viena**.



Autoria desconhecida. Representação da reunião do Congresso de Viena. Sem data definida.

O Congresso de Viena reuniu os monarcas e ministros plenipotenciários das nações que haviam lutado contra a França, sendo as decisões ali tomadas o resultado dos acertos feitos entre as grandes potências vencedoras: Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria, que constituíram o **Comitê dos Quatro**. Os representantes dos demais países pouca influência tiveram no Congresso. Os ministros das quatro potências, às quais se uniu a França pós-**-napoleônica**, foram os condutores da política internacional nas três primeiras décadas do século XIX, os mais destacados representantes do conservadorismo europeu e, ao mesmo tempo, consagraram a diplomacia como forma de resolver as questões entre as nações. Lorde Castlereagh, inglês, Talleyrand, da França e Metternich, austríaco, figuras dominantes do Congresso, foram os negociadores mais expressivos.

1.1. Os princípios do Congresso de Viena e seus impactos nas relações internacionais europeias

As negociações e as decisões levadas a efeito pelo Congresso de Viena basearam-se em três princípios políticos:

Princípio de legitimidade	Princípio da restauração	Princípio do equilíbrio europeu
Defendido pelo ministro francês, Talleyrand, esse princípio estabelecia o direito das antigas dinastias que haviam sido depostas por Napoleão a ocuparem suas antigas posições. Com isso, Talleyrand conseguiu justificar as reivindicações de volta ao poder da dinastia Bourbon na França.	Resultante da aplicação do princípio da legitimidade, ou seja, da recondução dos antigos monarcas ao poder – vistos como legítimos pelo Congresso de Viena. Esse princípio defendia o retorno da Europa à situação política anterior à Revolução Francesa, ou seja, a restauração do Antigo Regime.	Visando fortalecer a velha ordem restaurada e a preservação da nova paz entre as potências, o mapa da Europa foi redesenhado de forma a garantir uma suposta equivalência de forças entre as grandes potências, que teriam, assim, todo o interesse em preservar o arranjo político-geográfico arquitetado pelo Congresso de Viena.

Em consequência da aplicação do princípio da legitimidade, antigas dinastias foram restauradas nos tronos de diversos países europeus, como os Bourbons, que retornaram aos reinos da França, da Espanha e de Nápoles; a dinastia de Saboia, restaurada no reino do Piemonte; os reis de Bragança, que voltaram a governar Portugal; e a dinastia Orange, que regressou à Holanda.

Ao pretender restabelecer o equilíbrio entre as grandes potências europeias, o Congresso de Viena alterou bastante o mapa político da Europa, não levando em conta as aspirações dos povos submetidos aos Impérios continentais. Sendo assim, o equilíbrio se revelou precário, provocando a insatisfação das potências e dos povos que não tiveram o seu direito de autodeterminação respeitado. As alterações no mapa europeu evidenciaram o nítido interesse em beneficiar a Áustria e a Prússia com a eliminação do antigo Sacro Império Romano-Germânico, que já havia sido alterado por Napoleão, em 1806, com a criação da **Confederação do Reno**.

O Sacro Império compunha-se de mais de 350 pequenos estados autônomos, na região que hoje corresponde à Alemanha. Esse território foi reorganizado em uma **Confederação Germânica** composta de 34 monarquias e quatro cidades livres (Frankfurt, Lübeck, Hamburgo e Bremen) e tinha a Áustria e a Prússia como as supostas protetoras dos interesses do povo alemão.



Sir Thomas Lawrence / Domínio Público; Pierre-Paul Prud'hon / Domínio Público / Adaptação

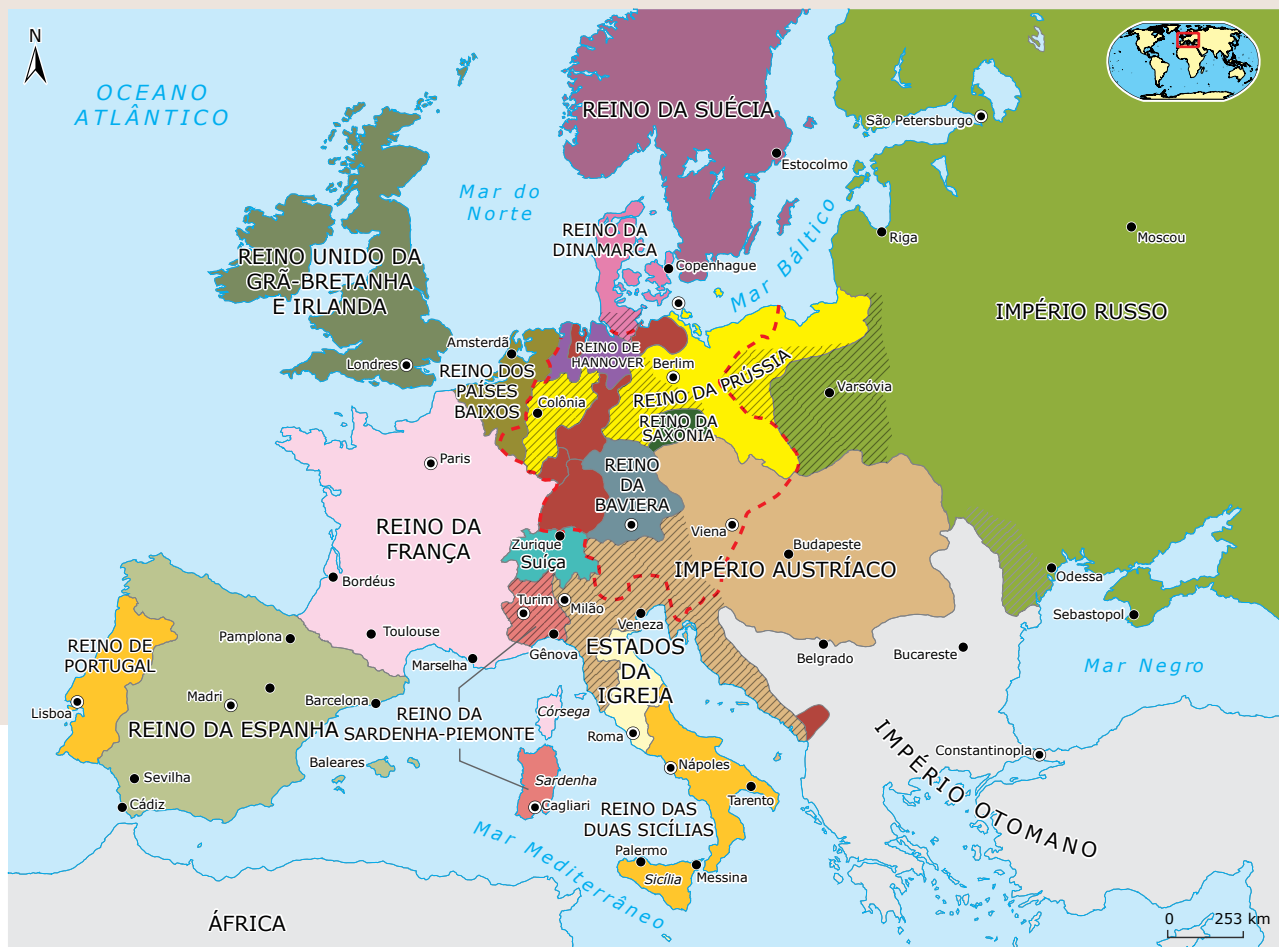
PRUD'HON, Pierre-Paul. *Retrato de Charles Maurice de Talleyrand-Perigord*. 1817. LAWRENCE, Thomas. *Robert Stewart (1769-1822), visconde de Castlereagh, mais tarde segundo marquês de Londonderry*. 1817. LAWRENCE, Thomas. *Klemens Wenzel von Metternich (1773-1859), diplomata alemão-austríaco, político e estadista*. 1815-1819.

SAIBA+

Os três grandes nomes do Congresso de Viena: Robert Stewart (à esquerda), segundo marquês de Londonderry, representante britânico; Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (à direita), representante francês; Klemens Wenzel Fürst von Metternich (ao centro), chanceler austríaco. As articulações entre os três e as demais potências presentes no Congresso determinaram as condições da política europeia no século XIX.

O mapa político europeu desenhado pelo Congresso de Viena contava com cinco grandes potências: duas monarquias constitucionais, a Inglaterra e a França, e três monarquias não constitucionais, a Áustria, a Prússia e o Império Russo. A Itália e a Alemanha continuaram sendo conjuntos divididos, politicamente fracos e economicamente atrasados em relação às potências europeias.

A Europa após o Congresso de Viena (1815)



Territórios anexados:

- | | | | | | | | |
|--|----------------------|--|-----------------------|--|-------------------------|--|--------------------------------------|
| | ao Império Russo | | ao Reino da Prússia | | ao Reino da Sardenha | | Fronteiras da Confederação Germânica |
| | ao Império Austríaco | | ao Reino da Dinamarca | | Vários pequenos Estados | | |

1.2. A Santa Aliança e o Concerto Europeu

Além das diferenças de caráter político-institucional, havia também diferenças econômicas e sociais muito grandes entre as regiões europeias. Os países da Europa Centro-Oriental, por exemplo, eram essencialmente agrícolas, e ainda predominava neles a servidão e sua população era formada por uma variedade de povos que falavam línguas distintas e possuíam costumes diferentes, devido à própria extensão territorial.

As decisões do Congresso de Viena não foram aceitas pacificamente. Por isso, o czar Alexandre I propôs que as potências assinassem um pacto, conhecido como **Santa Aliança**, um compromisso de ajuda mútua entre os monarcas, para garantir a repressão aos movimentos liberais que colocassem em risco os princípios consagrados pelo Congresso de Viena.

Tratava-se, portanto, de um novo tipo de política intervencionista, destinada a manter a ordem restaurada pelo Congresso de Viena.

O acordo da Santa Aliança tinha também um fundo religioso-moral, uma vez que os monarcas juraram defender a religião, a paz e a justiça e se comprometeram a instalar governos de natureza cristã e patriarcal. Embora não estivesse explícito no texto do acordo, havia também uma tendência a utilizar a pressão da Santa Aliança para impedir que as lutas de independência no mundo colonial fossem vitoriosas, principalmente na América Espanhola, onde tais movimentos ganhavam corpo. Compuseram a Santa Aliança a Rússia, a Prússia e a Áustria.

A Santa Aliança não contou com a adesão da Inglaterra, que via como inevitáveis as reformas políticas na Europa absolutista. Além disso, os interesses britânicos eram mais amplos que a política continental europeia, uma vez que os mercados coloniais eram importantes para sua economia. O desenvolvimento econômico inglês necessitava de mercados, de matérias-primas e de garantias de livre-navegação nos mares e oceanos das Américas, da Ásia e da África. Por isso, a Inglaterra tinha interesse nos movimentos de emancipação da América Latina, que eliminariam os monopólios coloniais de Portugal e Espanha, favorecendo os interesses comerciais britânicos. Assim, a Inglaterra não poderia concordar com a aplicação do princípio de policiamento dos movimentos revolucionários, defendido pela Santa Aliança, nas áreas coloniais.

A Inglaterra propôs, então, a criação da **Quádrupla Aliança**, com os mesmos países e formada pelos mesmos motivos. Com a aceitação da participação da França, formou-se a **Quíntupla Aliança**, em 1818, que também é conhecida como **Concerto Europeu**. Seus membros se comprometiam a cooperar na supressão de quaisquer distúrbios decorrentes de tentativas dos povos de depor os seus governos assumidos como legítimos ou mudar as fronteiras internacionais definidas pelo Congresso de Viena.

A Santa Aliança e o Concerto Europeu, símbolos mais visíveis da restauração absolutista na Europa, foram responsáveis pela reação diplomática contrária das nações europeias às Independências latino-americanas. A **Doutrina Monroe** fundamentou-se na ideia de que o Novo Mundo deveria solucionar suas questões internas sem nenhuma interferência das potências europeias.

No cenário europeu, a Santa Aliança não conseguiu impedir o avanço das Revoluções Liberais em várias regiões do continente.



FORCEVAL. *Le Congrès*. 1815. Gravura colorida à mão, 21 x 27,9 cm. Museu Britânico, Londres. Caricatura dos representantes das monarquias que participaram do Congresso de Viena. O concerto orquestrado pelas potências europeias presentes no Congresso determinou o ritmo das relações internacionais na Europa durante o século XIX.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01 [...] O Congresso de Viena, além de encetar uma nova tentativa de regulação internacional, que pretendeu suplantar mais de duas décadas de instabilidade e conflitos na Europa, deixou importantes legados para o direito internacional. Os artigos de seu Ato Final, e seus anexos, redefiniram as fronteiras europeias, trataram da abolição do tráfico de escravos, institucionalizaram a classificação dos agentes diplomáticos e abordaram a livre navegação dos rios internacionais. [...]

BUENO, E. P.; OLIVEIRA, V. A. P. O Congresso de Viena de 1815 e suas Contribuições para o Direito Internacional Público. *Instituto Hispano Luso Americano de Derecho Internacional*, v. 24 (2019–2020), p. 365. Disponível em: <https://ihladi.net/wp-content/uploads/2020/01/19.-Articulo-O-Congreso-de-Viena-de-1815-e-suas-contribucoes-para-o-direito-internacional-publico-Elen-de-Paula-Bueno-y-Victor-Arruda-Pereira-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023. [Fragmento]

Além das indicações do texto, aponte duas consequências do Congresso de Viena.

02 (Unicamp-SP) Com a derrota de Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena e os tratados de 1814-1815, delinearum-se os rumos da reconstrução da Europa pós-Revolução Francesa e pós-guerras napoleônicas.

- A. O que estabeleceram esses tratados e qual a ameaça que desejavam evitar seus signatários?
- B. Quais os países que saíram fortalecidos com o sistema de alianças?

03 (Unesp) Considere as duas afirmações seguintes:

- I. A Declaração Francesa dos Direitos, em 1795, estabeleceu o princípio segundo o qual “Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõem e a extensão do território que ocupa. Essa soberania é inalienável”.

Apud HOBBSBAMM, Eric. *Nações e nacionalismo*.

- II. Depois da derrota napoleônica, o Congresso de Viena adotou como um dos princípios da reorganização do mapa político europeu o da legitimidade.
- A. Qual o princípio expresso na Declaração dos Direitos em 1795?
- B. Em que consistiu o princípio da legitimidade?

2. As Revoluções Liberais

No início do ano de 1816, a aristocracia europeia considerava que havia conseguido superar os ideais liberais e revolucionários de 1789, podendo, assim, voltar a assumir o controle da Europa. Dessa forma, o principal objetivo político dos governos restaurados era evitar, a qualquer custo, a erupção de movimentos liberais ou nacionalistas, pois o exemplo da Revolução Francesa ainda era muito forte. No entanto, as ideias liberais e o nacionalismo estavam sendo disseminados com bastante intensidade na Europa, atingindo, também, o continente americano. Em pouco tempo, voltaram a manifestar-se as revoltas antiabsolutistas e antiaristocratas.

2.1. As Revoluções Liberais de 1820

Espanha

Ao retornar ao trono após a derrota de Napoleão, Fernando VII jurou a Constituição de 1812, elaborada ainda durante o domínio francês sobre a Espanha. Não levaria muito tempo, no entanto, para o rei espanhol suspendê-la. Seguiram-se outras medidas de caráter conservador, como a deportação de membros liberais do Parlamento espanhol, o retorno de privilégios do clero e da nobreza, a volta da atuação da Inquisição e o fechamento de órgãos de imprensa e universidades. Diante dessa situação, em 1820, iniciou-se em Cádiz e estendeu-se até Madri um movimento contra a volta do absolutismo e a favor da constitucionalização. A revolta contou com a participação de militares que se negaram a embarcar para a América, recusando reprimir os movimentos emancipacionistas na colônia. Pressionado pelos acontecimentos, o rei jurou novamente a Constituição até que tropas da Santa Aliança fossem acionadas e reprimissem a insurreição.



GOYA, Francisco.
Retrato de Fernando VII com manto real.
1815. Óleo sobre tela,
208 cm x 142,5 cm.
Museu do Prado,
Espanha.

Nápoles

A insurreição espanhola inspirou movimentos revolucionários entre os italianos, como em Nápoles, onde o rei Bourbon Fernando IV (também rei do reino das Duas Sicílias) restaurara o regime absolutista, agindo de maneira bastante violenta. As medidas conservadoras provocaram a reação de militares, funcionários e intelectuais, que se organizaram em sociedades secretas com o objetivo de implantar reformas liberais e expulsar os dominadores estrangeiros. A mais conhecida foi a **sociedade dos carbonários** que, além de defender reformas liberais, era favorável à unificação italiana. O movimento liberal de origem napolitana se espalhou pela Península Itálica, chegando à Sardenha, ao Piemonte e a todo o norte da região. Frente a essa situação, Fernando IV recorreu às potências absolutistas em busca de auxílio. O rei de Nápoles teve o seu pedido de ajuda prontamente atendido pela Santa Aliança, que autorizou a invasão da Itália por tropas austríacas que sufocaram o movimento.

Grécia

Na Grécia, a revolução foi, na verdade, a luta pela Independência, uma vez que era uma província subjugada ao Império Turco-Otomano, e teve o apoio da Igreja Ortodoxa. Os gregos tiveram ajuda das potências europeias e, especialmente, da Rússia, que, além de ser grande inimiga do Império Otomano, desejava obter a liberação dos estreitos de Bósforo e Dardanelos para facilitar a ligação entre o Mar Negro e o Mediterrâneo. A luta grega prolongou-se até 1829, quando foi assinado o **Tratado de Adrianópolis**, que assegurou à Rússia a desembocadura do Rio Danúbio e seu direito de proteção à Sérvia e à Grécia. O interesse das potências europeias em ver diminuído o poderio turco na Europa levou-as a auxiliarem a Grécia, ao invés de combatê-la, conforme os princípios da Santa Aliança, que se enfraqueceu consideravelmente.

Estados germânicos

Após a derrota de Napoleão, em 1815, surgiram, nos estados germânicos, diversas organizações de jovens que defenderam e divulgaram os ideais liberais, fazendo forte oposição à Restauração implantada por Metternich. Os grupos mais radicais desses jovens universitários, agrupados em sociedades secretas, pregavam ações imediatas contra o absolutismo. Como dominava a Confederação Germânica, Metternich forçou a aprovação pela Dieta (Parlamento) de um programa de medidas repressivas conhecido como **Decretos de Carlsbad**. Esses decretos estabeleceram que todas as universidades passariam a ter um inspetor oficial, que todos os professores rebeldes deveriam ser demitidos, que as sociedades de estudantes seriam dissolvidas e que a imprensa seria submetida a uma severa censura. Essas medidas sufocaram o movimento liberal, que caiu na obscuridade, da qual saiu somente em 1848.

Portugal

O Estado lusitano vivia uma situação peculiar, pois, mesmo após a derrota dos franceses bonapartistas, o país vinha sendo dominado por oficiais ingleses enquanto a família real se mantinha na nova sede do Império, o Brasil. A crise econômica era grave e, em 1820, eclodiu a **Revolução do Porto**. Como meio de solucionar a crise, os revolucionários desejavam o retorno do Brasil à condição de colônia e o fim do domínio inglês. Do ponto de vista político, no entanto, os revoltosos eram liberais e desejavam o retorno do rei e sua submissão a uma Constituição elaborada pelas Cortes de Lisboa. Em 1821, D. João VI retornou a Portugal e jurou a Constituição. Contrariando o desejo da Revolução, no entanto, o príncipe D. Pedro permaneceu no Brasil, mantendo a condição de Reino Unido e, um ano mais tarde, declarando sua Independência.



GREGORIUS, Albert.
D. João VI. c. 1826. Palácio
D'Ajuda, Portugal.



SEQUEIRA, Domingos. *Retrato de Carlota de Espanha, rainha de Portugal*. 1802-1806. Óleo sobre tela, 102 cm x 77 cm. Museu de Arte de São Paulo.

2.2. As Revoluções Liberais de 1830

França

A série de revoluções que irrompeu na Europa Ocidental em 1830 enfraqueceu ainda mais o movimento reacionário comandado por Metternich. A primeira dessas revoluções foi a de Julho, na França, que resultou na queda de Carlos X.

Após a restauração monárquica na França, Luís XVIII de Bourbon, irmão mais novo de Luís XVI, retomou o poder em 1814 e outorgou uma nova Constituição para a França, em que tentava uma conciliação entre a manutenção da autoridade régia e alguns princípios liberais defendidos pela alta burguesia, adotando um sistema político bicameral (semelhante ao modelo inglês). Porém, a iniciativa legislativa recaía sobre o Executivo, o que fortalecia o poder real. Também foram adotados a igualdade jurídica, o Código Civil, as liberdades burguesas e o sistema eleitoral censitário, fazendo com que as classes mais populares (camponeses, trabalhadores urbanos e pequena burguesia) ficassem excluídas do processo político.

Nessa conjuntura, a política francesa dividia-se em três partidos. Um era composto pela nobreza que fugira da Revolução de 1789 e voltava ao reino. Lutava pela restauração do Antigo Regime, com a retomada de suas posses e dos privilégios perdidos. Formava o grupo dos ultrarrealistas, liderado pelo conde de Artois, irmão do rei e futuro monarca Carlos X. O segundo partido era o dos constitucionalistas, defensores da manutenção do equilíbrio político alcançado pela Constituição de 1814. O terceiro partido era o liberal, composto pela burguesia francesa. Os liberais defendiam as liberdades políticas e individuais e a manutenção do equilíbrio político, fundamentado em uma Constituição elaborada sob os princípios da Revolução. Aceitavam a monarquia constitucional.

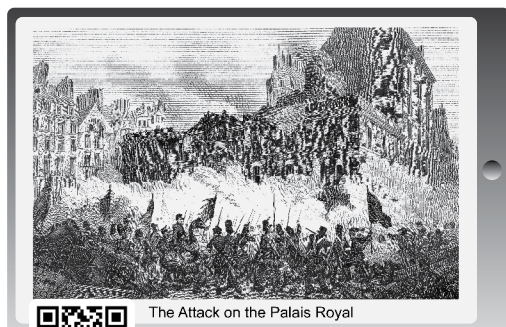
Em 1824, com a morte de Luís XVIII e a ascensão de Carlos X, as forças reacionárias ficaram ainda mais intransigentes, despertando uma oposição implacável dos grupos liberais, principalmente da burguesia. No ano de 1828, o rei foi derrotado nas eleições legislativas, que deram ampla vitória aos liberais. Carlos X respondeu dissolvendo a Assembleia recém-eleita, proibindo a circulação de qualquer jornal sem prévia autorização governamental e restringindo o direito de voto aos burgueses. Essas medidas foram as causas imediatas para a erupção do movimento revolucionário de 1830.

Em pouco tempo, a insurreição generalizou-se pela cidade de Paris, durante os chamados “três dias gloriosos” (27, 28 e 29 de julho), envolvendo tropas reais, proletários, pequena burguesia e estudantes, aos quais se juntaram ex-soldados da Guarda Nacional, terminando na tomada do Palácio das Tulherias e na deposição de Carlos X, que foi obrigado a fugir, exilando-se na Inglaterra. Foram as chamadas **Jornadas de Julho**.

Após essa insurreição, a alta burguesia, favorável à monarquia constitucional, conduziu ao trono francês um parente dos Bourbons: Luís Felipe, duque de Orléans. Apesar de nobre, Luís Felipe era ligado aos especuladores e ao sistema financeiro. Ficou conhecido como “o rei burguês”.

Durante seu governo, empreendeu reformas que concederam à alta burguesia o controle de setores econômicos essenciais (ferrovias, minas de carvão e de ferro, bancos) e assegurou as condições necessárias para a industrialização e o desenvolvimento capitalista do país.

TÁ NA MÍDIA



The Attack on the Palais Royal

mikroman6 / Getty Images

SITE

Acesse o QR Code para ler um artigo publicado na *Revista IHGB* que trata da abdicação de Carlos X na França e das repercussões desse acontecimento no Brasil.

VAI LÁ E FAZ

[...] O quadro *A liberdade guiando o povo*, de Eugène Delacroix (1789-1863), é uma pintura que retrata a Revolução de 1830, importante acontecimento histórico ocorrido na França no mesmo ano em que a obra foi realizada. [...] *A liberdade guiando o povo* é uma daquelas obras de arte que entram para a história como ícone de uma época e de um país (no caso, a França). Entretanto, sua simbologia ultrapassou fronteiras e tornou-se um emblema também na representação da luta por liberdade em diversas partes do mundo. Sendo um pintor da escola romântica, o autor da tela, Eugène Delacroix, valoriza a composição cromática e as emoções, de modo a criar uma unidade em que tais elementos se tornam essenciais para a apreciação da obra. [...]



DELACROIX, E. *A liberdade guiando o povo*. 1830. Óleo sobre tela, 2,6 x 3,25 m. Museu do Louvre, Paris.

Michel Uricado

AIDAR, L. Quadro *A liberdade guiando o povo*, de Eugène Delacroix (análise). In: *Cultura Genial*. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/a-liberdade-guiando-o-povo-de-eugene-delacroix/#:~:text=A%20liberdade%20C3%A9%20retratada%20por,com%20as%20antigas%20esculturas%20gregas>. Acesso em: 8 mar. 2023. [Fragmento]

Tendo como base a obra de Delacroix, as ideias de liberdade e a utilização de linguagem iconográfica, reúna-se em grupo com seus colegas e produzam uma releitura da obra "*A liberdade guiando o povo*". Vocês podem criar uma fotografia, uma pintura, um desenho físico ou digital, etc. com base na obra. Para finalizar, apresentem a criação para a turma.

Eglise Charles Gustave Wappers / Domínio Público



WAPPERS, Gustave. *Episódio dos dias de setembro de 1830 (no Grand Place de Bruxelas)*. 1835. Óleo sobre tela, 444 cm x 660 cm. Museus Reais de Belas-Artes da Bélgica. Representação das jornadas revolucionárias de setembro de 1830 na Bélgica.

Bélgica

O movimento de caráter liberal ocorrido na França influenciou revoltas em outras partes da Europa. Ao conteúdo liberal dessas revoltas aliou-se também um forte sentimento nacionalista. Esse foi o caso da Bélgica.

Durante o Congresso de Viena, em 1815, foi decidida a união da Bélgica à Holanda – a despeito das diferenças linguísticas, culturais e de nacionalidade – formando o **Reino dos Países Baixos** sob governo do rei holandês, da família Orange, Guilherme I. Havia também um problema religioso envolvido na questão, já que os belgas eram tradicionalmente católicos e os holandeses haviam aderido ao calvinismo. Além disso, existia uma divergência entre os dois países no que diz respeito aos seus interesses econômicos. Enquanto os holandeses se

dedicavam, principalmente, ao comércio e à agricultura, os belgas eram, sobretudo, industriais e acusavam a legislação holandesa de prejudicar a sua atividade econômica.

Essas divergências, agravadas pela prepotência do rei holandês, levaram os belgas a se revoltarem, em agosto de 1830, sob o impacto dos acontecimentos de Paris. A insurreição que eclodiu em Bruxelas obrigou as tropas de Guilherme I a abandonarem a cidade, apesar do seu pedido de ajuda formulado às potências da Santa Aliança, que começava a demonstrar sua incapacidade militar. Os belgas proclamaram a sua Independência e convocaram uma Assembleia Constituinte, adotando uma monarquia de poderes limitados como forma de governo, contando com a simpatia da Inglaterra, que esperava ver seus interesses comerciais beneficiados.

O norte da Itália e os estados germânicos

O movimento revolucionário de 1830 atingiu outros países, mas os resultados não foram tão positivos. No norte da Itália ocorreram rebeliões em Parma, Módena e nos Estados Pontifícios, mas as tropas austríacas logo restauraram os governos depostos, garantindo o poder aos soberanos e reprimindo a ação dos rebeldes, cujos líderes foram obrigados a fugir para o exterior. A violenta repressão acabou por estimular o nacionalismo italiano e por reforçar o ódio contra os austríacos.

As insurreições ocorridas em estados alemães menores resultaram na adoção de algumas Constituições moderadas, porém, a Prússia e a Áustria retomaram a repressão policial e a censura à imprensa, suspendendo as Constituições e reinstalando os governos conservadores depostos, conseguindo manter os grupos de oposição paralisados.

Polônia

A Polônia, desde o século XVIII, era cobiçada pelo expansionismo territorial de algumas potências como a Rússia, a Prússia e a Áustria, sendo repartida diversas vezes entre elas. A partir de 1815, a Polônia russa passou a ser comandada por um vice-rei, em nome do czar russo. Esse fato desagradou tanto os nobres quanto os burgueses poloneses, uma vez que pretendiam a reunificação do território e a libertação do país de quaisquer presenças estrangeiras. Porém, divergências entre essas classes e a falta de apoio dos ingleses enfraqueceram o movimento.

Aproveitando-se do deslocamento das tropas russas enviadas aos Países Baixos, os poloneses se sublevaram, depondo o vice-rei e declarando a Polônia russa independente, em janeiro de 1831.

O czar, então, fez voltarem as suas tropas, que reprimiram a revolta com muita severidade, fuzilando os principais líderes e exilando para a Sibéria grande número de revolucionários. A insurreição terminou em setembro de 1831, com a queda de Varsóvia em mãos russas. Os poloneses tentaram nova revolta em 1863, mas foram novamente dominados e a Polônia permaneceu controlada pela Rússia até o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 04** O ano de 1830 marcou, na história europeia, uma nova onda revolucionária liberal, que sucedeu à primeira leva de revoltas, reprimidas pela Santa Aliança no início da década anterior. [...] Não apenas o liberalismo crescia e se fortalecia, mas, dentro dos principais países componentes do sistema (Áustria, Prússia, Rússia), os povos dominados começavam a manifestar-se, exigindo independência: poloneses, belgas, italianos tinham a sua consciência nacional exacerbada e rebelavam-se contra o predomínio estrangeiro.

MENDES JR., Antônio *et al.* *Brasil História: texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1977. v. 2, p. 171. [Fragmento]

- A. A que movimentos o texto anterior se refere?
B. Aponte um efeito desses movimentos na França.

- 05** (Unesp)
JAKS



A liberdade guiando o povo. 1831. Museu do Louvre, Paris.

A tela de Eugène Delacroix celebra a revolução de julho de 1830 na França, que derrubou o rei Carlos X e encerrou o período da Restauração. Explique o significado do movimento de 1830 e identifique, através da análise da tela, dois elementos que atestem sua relação com a Revolução de 1789.

2.3. As Revoluções Liberais de 1848 – Primavera dos Povos

No final da primeira metade do século XIX, a Europa assistiu a uma violenta onda revolucionária conhecida como Revoluções de 1848 ou **Primavera dos Povos**. Essa onda revolucionária foi resultado das mesmas razões que provocaram as revoluções de 1830: crise econômica, propaganda das ideias liberais e nacionalistas e descontentamento da burguesia e do proletariado. Entretanto, as Revoluções de 1848 tiveram como novidade a entrada em cena das ideias socialistas, pregadas por vários pensadores que apresentavam soluções para os problemas do proletariado. Nesse ano, foi editado o Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, que, progressivamente, se tornariam, ao longo das décadas seguintes, os principais teóricos do movimento proletário. Os principais efeitos de suas obras e ações revolucionárias foram sentidos, concretamente, apenas nos movimentos revolucionários do século XX. Porém, ainda no século XIX, participaram de organizações, como a Liga Comunista, em 1847, e acompanharam os movimentos revolucionários europeus de 1848.

As Revoluções de 1848 provocaram o fim do sistema Metternich na Europa Centro-Oriental, onde se manifestou também um forte sentimento nacionalista. Significaram a consolidação do poder da burguesia em diversos países do continente e o avanço das correntes políticas operárias e socialistas na parte ocidental da Europa, onde já existia um proletariado industrial como força política organizada. As revoltas contaram com a participação das massas populares, ganhando um caráter predominante de luta social.

Fatores de ordem econômica também devem ser considerados para o desencadeamento de vários movimentos revolucionários quase simultaneamente. Esses fatores estão relacionados com a grave crise agrícola e industrial que atingiu a Europa entre os anos de 1845 e 1847. As más colheitas, principalmente as de batata, geraram uma grande alta de preços, provocando fome em grande parte da população e a ruína dos camponeses. Em consequência, a indústria sofreu os reflexos da crise, pela diminuição da venda de seus produtos. O resultado foi o desemprego generalizado e a baixa sensível dos salários. Os fatores políticos e econômicos conjugados acabaram por desencadear as numerosas revoluções em todo o continente.

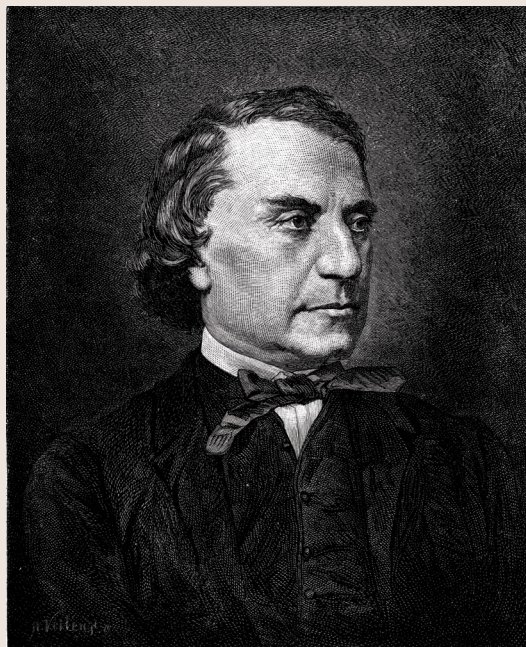
França

O governo de Luís Felipe de Orléans, iniciado com a Revolução de 1830, foi mais liberal do que o de seu antecessor, Carlos X, porém, ao governar, sistematicamente, de acordo com os interesses da alta burguesia, afastou-se das massas populares, ignorando as reivindicações do proletariado em todas as reformas que introduziu.

Ao impor um caráter autoritário em seu governo, Luís Felipe provocou a eclosão de várias revoltas, reprimindo-as duramente, mas sem conseguir calar os inimigos do regime. Em 1835, baixou leis restringindo a liberdade de imprensa, provocando a reação da burguesia liberal. Além disso, e escolha do conservador Guizot para chefe do novo ministério levou um número cada vez maior de pessoas a opor-se ao governo, não apenas entre a burguesia, mas também entre a classe operária.

A insatisfação ficou mais evidente entre 1846 e 1847, quando a Europa foi atingida por uma grave crise agrícola, particularmente desastrosa na França. Aproveitando-se desse momento crítico, a burguesia industrial incentivou a pequena burguesia, os operários e os camponeses a atacarem abertamente o governo.

Após a tentativa fracassada de reprimir uma grande manifestação em Paris, Luís Felipe foi obrigado a abdicar ao trono francês, em 24 de fevereiro de 1848. O Parlamento escolheu um governo provisório, composto de republicanos e socialistas, que proclamou a **Segunda República** (1848-1852) na França, da qual participou o escritor socialista Louis Blanc.



Autoria desconhecida. Retrato de Louis Blanc. Sem data definida.

O desejo de implantar uma república social na França levou os socialistas a fazerem pressão, reivindicando medidas governamentais que garantissem empregos, o direito de greve e a limitação das horas de trabalho. Conseguiram instituir as oficinas nacionais que garantiam trabalho para numerosos desempregados em aterros, fábricas e construções do governo.

A burguesia mostrava-se receosa com o avanço popular. Nas eleições realizadas em abril para a formação da Assembleia Constituinte, os moderados obtiveram a maioria das cadeiras, radicalizando-se a polarização política entre socialistas e burgueses. As massas populares organizaram manifestações de rua, tumultuando Paris. O governo massacrou os revoltosos, suspendeu seus direitos individuais e fechou as oficinas nacionais. Mais de 3 mil pessoas foram fuziladas e 15 mil foram deportadas para as colônias.

Em novembro de 1848, a Constituição entrou em vigor. A nova Carta continha uma declaração de direitos, adotava o sufrágio universal masculino e a separação de poderes. O presidente deveria ser eleito para um mandato de quatro anos e a Assembleia Legislativa seria formada por uma só Câmara. Uma vez realizadas as eleições para o cargo de presidente da República, saiu vitorioso, com 70% dos votos, Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, logo mostrando que tinha pretensões de seguir os passos de seu tio.

Como a Constituição proibia a reeleição, o presidente passou a articular sua permanência no poder, fazendo concessões aos trabalhadores e à burguesia. Entretanto, após suas propostas de reformas na legislação eleitoral serem recusadas (em 1850), Luís Napoleão dissolveu o Legislativo e prolongou seu mandato por mais dez anos, assumindo o poder exclusivo de propor leis, efetivando um golpe de Estado, em 1853 – **Golpe do 18 Brumário de Luís Bonaparte** –, que foi aprovado pela maioria dos eleitores (o voto era censitário) por meio de um plebiscito.

Foi essa tendência para imitar o passado que levou Karl Marx, contemporâneo dos fatos, a escrever a frase de abertura de seu livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: “A História se repete, uma vez como tragédia, outra vez como farsa”.

Em 1852, Luís Napoleão convocou um novo plebiscito e, com a aprovação de 95% do eleitorado, assumiu o título de Napoleão III, imperador dos franceses, inaugurando o **Segundo Império Francês**, que durou até setembro de 1870. Nesse ano, a França sofreu uma derrota na guerra contra a Prússia e o próprio Napoleão III foi feito prisioneiro. Também os desacertos da política interna incentivaram os republicanos franceses a concretizarem um golpe de Estado. Foi convocada uma nova Assembleia Nacional e aprovada a forma republicana de governo, tendo início a **Terceira República na França**.

A Primavera dos Povos

A revolução que eclodiu na França, em 1848, irradiou-se por todo o continente europeu, principalmente na região centro-oriental, atingindo o Império Austríaco, regiões alemãs da Confederação Germânica e a Península Italiana. O certo é que, uma vez iniciado o ano revolucionário de 1848, um movimento influenciou o outro, como uma reação em cadeia.

Aquele ano foi chamado de **Primavera dos Povos** ou **Primavera das Nações**, porque muitos dos movimentos foram realizados em nome de povos que procuravam governar a si mesmos, em vez de serem governados por outros. Deve-se considerar que o Congresso de Viena desenhou o mapa europeu sem considerar muitas nacionalidades, que ficaram submetidas às potências, principalmente à Áustria e à Rússia.



Assim, por toda parte a leste do Reno e ao sul dos Alpes, o movimento revolucionário francês foi visto como uma inspiração. Revoluções eclodiram por toda a Confederação Germânica, ministros caíram e Constituições foram reconhecidas. Em março, aconteceram as maiores revoluções: em Viena e em Berlim. A primeira afastou para o exílio o chanceler Metternich, considerado como o pilar do sistema conservador da Santa Aliança. Também na Itália, na Hungria, na Croácia e na Boêmia aconteceram revoltas.

Contudo, quando a segunda grande revolta que aconteceu em Paris foi esmagada não por um rei, mas pela República, era o indício de uma reviravolta na situação. O posicionamento político dos grupos sociais alterava-se, dada a emergência de um novo ator, o **proletariado**. Temerosa da força dos grupos socialistas compostos pelos operários (que agora assumiam uma agenda política autônoma e em direta oposição aos interesses burgueses), a burguesia, já definitivamente instalada no poder e atravessando uma fase de forte desenvolvimento econômico, passou a rejeitar as reivindicações mais radicais dos movimentos revolucionários, reprimindo-os duramente. Foi o que fez a Segunda República francesa contra os socialistas.

Participação proletária nas Revoluções Liberais

No seu conjunto, as revoluções da primeira metade do século XIX foram burguesas, tanto pelos seus motivos como pelas suas lideranças. Porém, evidenciaram a clara divergência social nelas contida, pois havia duas classes em luta: a burguesia e o operariado, que tinham objetivos e propostas políticas próprias (o proletariado, principalmente, a partir de 1848), mas que muitas vezes atuaram em conjunto contra o absolutismo e as medidas reacionárias.

O crescimento do proletariado e o conseqüente desenvolvimento da sua força política eram inevitáveis no contexto das sociedades capitalistas industriais, que tinham nos assalariados a base econômica e social. Assim, o crescimento da burguesia foi acompanhado do crescimento do proletariado que surgia no cenário europeu, mostrando-se cada vez mais consciente e constituindo um componente inquestionável do processo sociopolítico.

Quando a burguesia tomou o poder, as divergências e contradições entre as duas classes tornaram-se ainda mais evidentes e o proletariado passou a viver em condições cada vez mais penosas e precárias, além de sofrer restrições políticas e perseguições, que se tornaram mais intensas e violentas. Por isso, o operariado passou a desenvolver diferentes formas de organização para conduzir as suas revoltas, reivindicando de maneira autônoma o direito à organização em sindicatos, a redução da jornada de trabalho, o sufrágio universal masculino, a criação de governos republicanos, entre outros.



BERNOULLI **PLAY**



Revoluções Liberais

O século XIX foi palco de diversos movimentos nacionalistas e revoluções de caráter liberal espalhados pelo continente europeu que buscavam acabar com a restauração da ordem do Antigo Regime. Nesse mapa interativo você terá acesso a informações sobre as principais revoluções.



EXERCÍCIOS DE **APRENDIZAGEM**



06 Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha (1820), Nápoles (1820) e a Grécia (1821). Fora a grega, todas as insurreições foram sufocadas. A Revolução Espanhola reviveu o movimento de libertação na América Latina. A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano. Na Europa, a derrubada dos Bourbon na França estimulou várias insurreições. A terceira e maior de todas as ondas revolucionárias, a de 1848, explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos estados alemães, na maior parte do Império dos Habsburgo e na Suíça (1847). Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral. O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, "a Primavera dos Povos" de todo um continente.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 127-130. [Fragmento]

Utilizando os quadros a seguir, indique três movimentos revolucionários apontados no texto anterior e apresente uma característica de cada um deles.

07 Faça uma comparação entre as revoluções de 1830 e as de 1848, apontando semelhanças e diferenças.

08 (PUC Rio) No texto *Lembranças de 1848*, o escritor e parlamentar francês Alexis de Tocqueville observava sobre as insurreições parisienses de junho de 1848: “[...] o que a distinguia ainda, entre todos os acontecimentos do gênero que se sucederam nos últimos sessenta anos na França, foi que ela não teve por objetivo mudar a forma de governo, mas alterar a ordem da sociedade. Não foi, para dizer a verdade, uma luta política (no sentido que até então tínhamos dado à palavra), mas um combate de classe”.

FY94

- A. Identifique as forças que protagonizaram o “combate de classe” a que se refere Tocqueville.
- B. Explique duas demandas políticas e sociais que distinguiam a Revolução de 1848 da Revolução de 1789.

09 Descreva a atuação dos operários nas revoluções do século XIX e identifique as ideologias que influenciaram esses movimentos.

3. Os processos de unificação na Itália e na Alemanha

Para se entender os processos de unificação da Itália e da Alemanha, é necessário analisar a configuração geopolítica da Europa no início do século XIX, tendo como base as decisões tomadas pelo Congresso de Viena. O princípio das compensações utilizado durante esse Congresso definia que as grandes potências que derrotaram Napoleão, libertando a Europa, deveriam receber uma recompensa em contrapartida.

A Áustria, governada pelos Habsburgo, era uma dessas potências, cabendo-lhe os territórios italianos da Veneza e da Lombardia e, ainda, o direito de indicar os governantes dos estados italianos de Módena, Parma e Toscana. O único estado que manteve a sua autonomia na Península Itálica foi o reino de **Piemonte-Sardenha**, situado ao norte. Já entre os estados alemães, foi formada a **Confederação Germânica**, composta inicialmente de 38 estados associados e presidida politicamente pela Áustria. Para que houvesse de fato uma unificação, quer seja entre os estados itálicos, quer seja entre os germânicos, seria necessário, portanto, eliminar a influência austríaca dessas regiões. Devido à hegemônica força política e militar do Império Austríaco, tanto o processo de unificação da Itália quanto o da Alemanha ocorreram somente na segunda metade século XIX e foram marcados por conflitos internos e externos.

É importante ressaltar que, após o Congresso de Viena, estabeleceu-se relativa paz no continente europeu. Assim, os principais conflitos ocorridos na Europa, no período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, foram as guerras decorrentes das unificações e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Outro ponto a se ressaltar é que as duas unificações foram processos elitistas e nada democráticos. O povo, colocado à margem dos processos, assistiu à burguesia italiana do norte e à aristocracia prussiana liderarem as unificações na Itália e na Alemanha, respectivamente. Além da participação das elites nos projetos centralizadores, dois estados independentes – Piemonte, no caso italiano, e Prússia, no caso alemão – tiveram grande influência na condução dos novos governos. Devido à condução desse processo coordenado, vários historiadores consideram que a Itália e a Alemanha até hoje guardam claras heranças dos estados que as originaram e, por isso, podem ser consideradas extensões de Piemonte e da Prússia, respectivamente.

3.1. Unificação italiana

Desde o contexto das Revoluções Liberais, no século XIX, os reinos da Península Itálica já demonstravam o desejo de promover um processo de unificação. Naquele momento, **Giuseppe Mazzini**, à frente da sua instituição – Jovem Itália –, comandou uma insurreição em prol da unificação. O projeto de Mazzini incluía as massas italianas, acreditando que a unificação emanaria das camadas populares. A proposta democrática de Mazzini não agradava às elites da região, que, visando enfraquecer aquele movimento, dividiram os rebeldes, apoiando outra proposta de unificação, que deveria ocorrer sob a tutela de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha, o único reino independente do norte da Península.

Dessa forma, coube a Camilo de Cavour, primeiro-ministro de Vítor Emanuel II e defensor da causa monárquica, a responsabilidade pelo início do processo de unificação. Uma das justificativas para a liderança de Piemonte-Sardenha no processo de unificação era a riqueza desse reino, que contrastava com o caráter agrário dos estados do sul da Península. Apesar de serem vistos como os líderes ideais do processo de unificação, os piemonteses tinham como grande obstáculo para esse processo a hegemonia da Áustria, que, desde o Congresso de Viena, dominava diversos estados italianos. Percebendo as dificuldades que enfrentaria, Cavour passou a buscar aliados no continente europeu, afinal, a Áustria era uma potência militar.

Assim, a França, que desejava enfraquecer o Império Austríaco e, dessa forma, aumentar a sua zona de influência na Europa, prontificou-se a apoiar a causa da unificação, desde que, em troca, recebesse as regiões de

Nice e Savoia. Com o apoio das tropas de Napoleão III, Cavour pôde, enfim, travar uma guerra contra a Áustria, que foi derrotada pelas tropas francesas e piemontesas em 1859. Ainda naquele ano, como sanção à derrota na guerra, a Áustria foi punida com a perda de Lombardia, Toscana, Romagna, Parma e Módena, regiões anexadas ao reino de Piemonte.

As regiões de Savoia e Nice também se libertaram do domínio austríaco e, conforme havia sido acertado, passaram para o controle dos franceses. A exceção foi a região de Venécia, que, apesar de também estar no norte da Península Itálica, continuou subordinada ao Império Austríaco. Diante da vitória das tropas unificadoras, diversas outras regiões da Península Itálica que também se encontravam subordinadas a outras nações, além dos Estados Pontifícios, organizaram revoltas buscando a sua libertação.

Passo a passo do processo de unificação italiana



- Reino da Sardenha-Piemonte (1815)
- Territórios cedidos à França (1860)
- Anexações de 1859-1860 decorrentes da guerra contra a Áustria
- Territórios incorporados em 1861 em razão das campanhas de Garibaldi e de tropas piemontesas
- Anexação em 1866
- Território anexado em 1870
- Territórios pretendidos pela Itália e só anexados em 1919
- Campanha de tropas de Piemonte
- Campanha de Garibaldi

Essa expansão das revoltas, no entanto, não interessava aos católicos franceses, que temiam pela integridade do poder do papa, que, até então, governava o centro da Península. Assim, a ala católica conservadora francesa pressionou Napoleão III a retirar o seu apoio a Piemonte-Sardenha, o que de fato ocorreu. Se, ao norte, o reino de Piemonte foi o grande responsável pela libertação de diversos estados, no sul, destacou-se a figura de **Giuseppe Garibaldi**, revolucionário republicano que havia lutado na **Revolução Farroupilha**, no Sul do Brasil, e que, comandando mil soldados, os Camisas Vermelhas, invadiu o reino das Duas Sicílias e o de Nápoles em 1860.

Devido ao seu caráter republicano, Garibaldi não concordava com o processo de unificação comandado pelo reino de Piemonte. Ao mesmo tempo, ele também sabia que os sulistas não eram fortes o bastante para liderarem a unificação. Diante dessa situação, Garibaldi acabou se retirando das lutas para não atrapalhar o processo iniciado por Piemonte-Sardenha, entregando, assim, as regiões conquistadas ao sul para serem integradas às conquistas piemontesas. Em 1866, enquanto ocorria a **Guerra Austro-Prussiana**, conflito que fez parte do processo de unificação da Alemanha, os italianos aproveitaram-se das derrotas austríacas para conquistar Veneza.

Assim, a Áustria, tendo de enfrentar dois inimigos em duas frentes de batalha, acabou derrotada em ambos os conflitos e, conseqüentemente, foi obrigada a ceder Veneza aos italianos. No final da década de 1860, portanto, foi criado um Estado unificado, com as suas fronteiras bem definidas no norte e no sul da Península Itálica, sendo que os Estados Pontifícios, protegidos por Napoleão III e situados na região central, impediam a completa unificação italiana. Foi necessário o início da **Guerra Franco-Prussiana**, em 1870, para que os italianos, aproveitando-se do enfraquecimento francês, conquistassem os estados papais. Naquele momento, a França estava sendo derrotada pelos prussianos e, por isso, retirou suas tropas da Itália. Como o chefe da Igreja Católica e os seus domínios ficaram desprotegidos, as tropas piemontesas não hesitaram e, naquele mesmo ano, asseguraram a conquista dos territórios sob domínio do papa.

Estava praticamente completo, portanto, o processo de unificação da Itália, apesar de pequenas regiões no norte italiano – Trieste e Trentino, regiões conhecidas como Itália Irredenta – continuarem sob domínio austríaco até o final da Primeira Guerra, quando foram, então, entregues aos italianos.

Também no século XX, foi resolvido o conflito gerado entre a Igreja Católica e o Estado italiano,

conhecido como **Questão Romana**. O processo de unificação italiana havia desagradado ao papa, que se declarou um prisioneiro dos italianos. A solução, em 1929, veio com o **Tratado de Latrão**, pelo qual Mussolini, primeiro-ministro da Itália fascista, desejando o apoio da Igreja, criou o Estado do Vaticano, indenizou a Igreja pelos territórios perdidos e instituiu o ensino religioso católico nas escolas italianas.

3.2. Unificação alemã

A Confederação Germânica, ratificada pelo Congresso de Viena, era uma entidade política formada por estados alemães e submetida ao controle político da Áustria. Assim como no caso italiano, em 1849, após as Revoluções Liberais que se alastraram pela Europa, houve uma fracassada tentativa de eliminar o domínio austríaco na região e de promover a unificação. O fracasso do movimento deveu-se ao poderio bélico austríaco e à atuação das elites germânicas, que, percebendo a participação de operários no processo revolucionário, abandonaram o projeto unificador e criaram meios de facilitar a repressão por parte do Império Austríaco.

Apesar da repressão ao movimento de unificação na primeira metade do século XIX, o projeto de libertar e unificar os estados subordinados aos austríacos não foi abandonado. Nesse sentido, conforme o desejo das elites germânicas, a unificação alemã foi arquitetada por **Otto von Bismarck**, primeiro-ministro da Prússia e representante dos *junkers*, grandes proprietários de terra que defendiam o uso da força para a construção do Estado Nacional alemão.

Antes de concretizar a sua hegemonia sobre os estados germânicos, no entanto, os prussianos deveriam eliminar por completo a influência austríaca que era exercida na região. O primeiro passo nesse processo foi a instituição do **Zollverein** (1834), uma tentativa de unificar a economia dos estados germânicos e a da Prússia. O acordo estabelecia uma união aduaneira entre as regiões, o que facilitaria a circulação de seus produtos em toda a Alemanha. Assim, se a Áustria exercia um domínio político sobre os estados germânicos, a partir da criação do **Zollverein**, cabia à Prússia controlar a economia da Confederação, o que gerou uma grande insatisfação por parte dos austríacos. Além da eliminação das barreiras alfandegárias no comércio entre a Confederação Germânica e a Prússia, esta procurou, principalmente sob o comando de Bismarck, organizar um grande Exército que pudesse fazer frente às forças que se mostrassem contrárias ao projeto unificador.

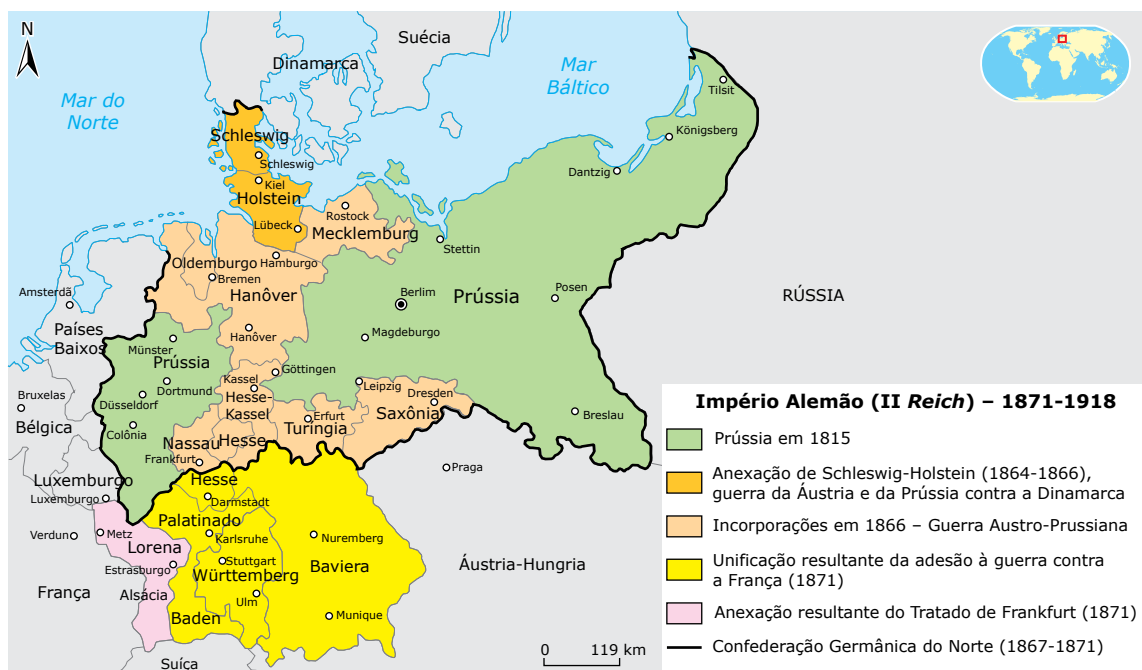
Pode-se afirmar, portanto, que a unificação alemã, assim como a italiana, foi concretizada por meio de diversas guerras, que serão detalhadas a seguir:

Guerra dos Ducados (1864-1866) – Interessadas nos ducados de Schleswig e Holstein, até então vinculados à Dinamarca, a Áustria e a Prússia deixaram suas diferenças de lado para expandirem suas respectivas zonas de influência. Dessa forma, as duas forças se uniram contra a Dinamarca, que não tinha condições de resistir à investida. Conforme havia sido previamente combinado, após a derrota dos dinamarqueses na Guerra dos Ducados, os prussianos ficaram com o controle de Schleswig e aos austríacos coube o controle do ducado de Holstein. É importante ressaltar que, apesar da união entre a Áustria e a Prússia em uma guerra contra a Dinamarca, o objetivo de Bismarck era realizar um confronto militar com o Império Austríaco, já que a Confederação Germânica continuava politicamente vinculada aos austríacos.

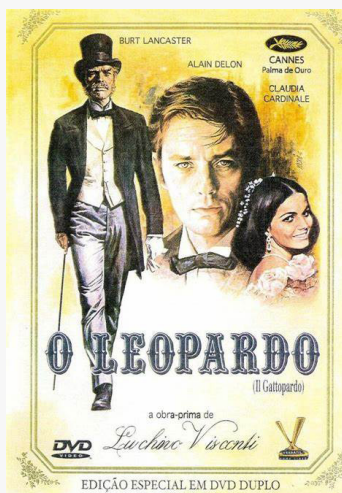
Guerra Austro-Prussiana (1866) – Logo após a Guerra dos Ducados, Bismarck alegou que o Império Austríaco havia descumprido o acordo de divisão dos ducados, pois estaria realizando uma má gestão no ducado de Holstein. Esse era, no entanto, apenas um pretexto para iniciar um conflito com os austríacos, que, de fato, veio a ocorrer em 1866. No momento em que a Guerra Austro-Prussiana se iniciou, a Itália, interessada em domínios austríacos, aliou-se à Prússia, o que favoreceu a derrota do Império Austríaco em poucas semanas. Após a vitória dos prussianos, estes puderam, enfim, eliminar a influência austríaca na região alemã e, assim, criar a Confederação Germânica do Norte, reunindo não só economicamente, como previa a *Zollverein*, mas também politicamente vários estados que, a partir de então, foram integrados aos domínios da Prússia.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – Diante da concretização do projeto unificador alemão, a França, que temia a perda de seu prestígio no continente europeu, manifestou-se contrária à continuidade do processo liderado pela Prússia. Por meio do seu imperador, Napoleão III, os franceses enviaram diversas cartas ao **kaiser** prussiano, Guilherme I, ameaçando-o quanto a possíveis sanções caso o projeto de unificação fosse levado adiante. Temendo a represália francesa, em uma de suas cartas, Guilherme respondeu a Napoleão, alegando que não pretendia unificar toda a Alemanha. Bismarck, no entanto, não era favorável à postura pacificadora tomada pelo *kaiser* prussiano e, por isso, alterou o conteúdo da carta, fazendo com que esta passasse a ter um tom ameaçador e ofensivo a todo o povo francês. Além de alterar o conteúdo do documento, Bismarck ainda fez com que a carta fosse divulgada pela imprensa, o que tornou o conflito entre a França e a Prússia inevitável. Como se pode perceber, o objetivo do primeiro-ministro prussiano era eliminar a resistência francesa à unificação alemã, além de fomentar o nacionalismo e unir todos os estados alemães em torno de um inimigo em comum, o que de fato ele conseguiu. Em aproximadamente seis meses, a França foi derrotada pela união dos alemães e Guilherme I foi coroado imperador de toda a Alemanha dentro da Sala dos Espelhos, em pleno Palácio de Versalhes, em território francês. A França, pelo **Tratado de Frankfurt**, foi obrigada a entregar a Alsácia e a Lorena, regiões ricas em minério de ferro e carvão, para os alemães. A conquista dessas regiões, em 1871, significou a finalização do processo de unificação da Alemanha e contribuiu para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, para os franceses, que tiveram de passar a importar minério de ferro e carvão, a perda dessas regiões acabou criando um forte sentimento de revanche, fator que, aliado a outros, foi um dos responsáveis pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, logo no início do século XX.

A unificação da Alemanha



10 (UERJ)



Disponível em: adorocinema.com.

O leopardo, de Tomasi di Lampedusa, publicado postumamente e popularizado pelo cineasta italiano Luchino Visconti, narra a decadência da nobreza e a ascensão de uma nova classe na Itália do final do século XIX, endinheirada, destituída de sangue azul, mas ávida para comprá-lo. A astúcia do aristocrata Tancredi o levou a perceber a necessidade de sobrevivência numa nova realidade. Em uma de suas falas, ele diz: "Se nós não estivermos presentes [na unificação], eles aprontam a República. Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui claro?"

Disponível em: revistabula.com (Adaptação).

A frase do personagem Tancredi no filme *O leopardo* sintetiza a postura da nobreza italiana em meio ao processo de unificação nacional na década de 1860. Apresente uma característica da unificação italiana que justifique a frase do personagem. Aponte, ainda, um efeito socioeconômico dessa unificação para o continente americano.

11 Cite e explique as consequências da Guerra Franco-Prussiana para a Alemanha, para a França e para a política internacional europeia.

12 O Zollverein [...] foi um importante passo para o movimento de unificação alemã ocorrido no século XIX. Seu surgimento após as Guerras Napoleônicas revela o renovado ímpeto, em especial por parte da Prússia, em forjar uma maior unidade entre os vários estados alemães, reduzindo assim o fosso existente entre a Alemanha e seus rivais.

SILVA, A. H. M. P. *Liderança Prussiana na Formação do Zollverein*. 2012. 35 f. Monografia – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2012. [Fragmento]

Relacione o surgimento do Zollverein com o processo de unificação alemã.

4. Repercussões liberais na América Espanhola e no Haiti: os processos de Independência

Na segunda metade do século XVIII, o sistema colonial ibérico implantado nas Américas passou a enfrentar uma profunda crise, que resultou no seu esgotamento e declínio no século XIX. A Europa passava por profundas modificações políticas, econômicas e sociais, oriundas das expansões napoleônicas e, mais tarde, do Congresso de Viena, que acabaram por influenciar decisivamente o processo de rompimento dos laços que uniam as colônias espanholas e portuguesas às suas metrópoles. A divulgação das ideias liberais e os exemplos da Revolução Francesa baseados nos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade impulsionaram os movimentos de Independência das colônias americanas.



SALAS, Antônio. *Simón Bolívar*. 1825.
Óleo sobre tela, 81 cm x 70,5 cm. Alemanha.

Somava-se a isso a Inglaterra, que, mesmo sendo favorável à Independência das Américas, vivia um dilema, pois não podia perder seu mercado europeu. Era necessário, portanto, apoiar as Independências sem entrar em conflito com as metrópoles, afinal, o objetivo dos ingleses era aumentar seu mercado consumidor, e não o transferir. Esse paradoxo foi resolvido com o apoio indireto da Inglaterra às Independências, por meio da concessão de empréstimos às colônias e de financiamentos a mercenários, que lutaram ao lado dos colonos.

Com a derrota de Napoleão Bonaparte e a restauração absolutista concretizada pelo Congresso de Viena, a situação das colônias mudou de forma drástica, uma vez que elas estavam experimentando, até então, uma cômoda situação de autogoverno. O rei Fernando VII foi reconduzido ao trono espanhol e logo procurou restabelecer o seu império colonial, encontrando resistência generalizada das colônias, cujo processo de emancipação era evidente. De acordo com Simón Bolívar, um dos líderes do movimento de libertação, “os colonos já haviam divisado a luz e não estavam dispostos a deixar-se empurrar de novo para a escuridão”.

4.1. A sociedade colonial da América Espanhola

Internamente, as colônias que formavam a América Espanhola apresentavam uma sociedade estratificada. Os **chapetones**, espanhóis que vinham para a América, tinham a posição social mais privilegiada e, por isso, ocupavam os altos cargos administrativos e controlavam o comércio externo. Outra camada que ocupava posição de destaque era formada pelos **criollos**, elite nativa descendente de espanhóis que controlava a economia colonial e tinha poderes políticos limitados.

A classe intermediária era formada por **mestiços** e **indígenas**, que, por não terem grande prestígio social, eram excluídos de certos direitos políticos, como o voto. Finalmente, é importante apontar a posição social inferior ocupada pelos **negros**. Colocados abaixo de qualquer outro elemento social, muitas vezes eram submetidos à escravidão e aos interesses das elites coloniais.

Com o desenrolar da colonização espanhola, os **criollos** acabaram entrando em divergência com os **chapetones**, pois a elite nativa ganhou muita força econômica pelo fato de controlar as estruturas produtivas das colônias espanholas, estruturas estas que, ao longo do tempo, desenvolveram-se bastante. Apesar de parecer um paradoxo, o investimento estrutural nas colônias era importante para a metrópole, que, a partir de então, teria condições de cobrar mais impostos sobre produção mais volumosa. Assim, em virtude da força econômica alcançada pelos **criollos**, estes passaram a reivindicar maior representação política, uma vez que sustentavam a economia colonial com suas minas e fazendas. A única forma de obter essa participação, no entanto, era rompendo com a metrópole, pois, sendo espanhóis, os **chapetones** tinham maior influência junto à Coroa. Além do desejo de liberdade por parte da elite colonial, a maior parte da sociedade, formada por pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados, mestiços, indígenas e negros, também via a Independência com bons olhos, pois acreditava que, vivendo em um país independente, conquistaria mais direitos sociais e políticos. Às vésperas do século XIX, portanto, a sociedade colonial espanhola, embora apresentasse projetos políticos distintos, demonstrava seus anseios de liberdade, situação preocupante para a metrópole, que via o seu controle sobre as Américas ameaçado.

4.2. Os movimentos precusores da Independência (1730-1810)

O clima de tensão aumentava cada vez mais na América Espanhola. A insatisfação dos colonos com as ações dos representantes da Coroa gerou uma série de revoltas, que, mesmo reprimidas, demonstraram o desgosto dos colonos, mas, num primeiro momento, não se desdobraram em um movimento de emancipação. De modo geral, os rebelados desejavam pôr fim aos abusos cometidos pelas autoridades locais levando a discussão até a metrópole, para que ela resolvesse o problema.

Entre as manifestações consideradas como precursoras dos movimentos pela Independência, podemos identificar o **Movimento Comunero**, no Paraguai (1730), em que os **criollos** locais organizaram o Partido Popular para liderar os comuns, ou seja, o povo, contra o domínio econômico das cidades de Lima e de Buenos Aires. Esse movimento foi derrotado após alguns anos de luta. Entretanto, essa manifestação não pode ser confundida com o Movimento Comunero, de 1781, em Nova Granada.

Tentando pôr fim ao domínio espanhol na região de Nova Granada – atuais Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá –, diversos setores sociais se rebelaram contra o aumento dos impostos cobrados aos colonos. A adesão maciça de populares afastou os *criollos*, que passaram a apoiar os espanhóis. Com o apoio da elite colonial, o governo espanhol conseguiu debelar a rebelião.

Também os *criollos* venezuelanos realizaram, em 1749, uma rebelião contra a Companhia Guipuzcoana de comerciantes espanhóis, detentora do monopólio do comércio na região. O movimento foi reprimido, mas o governo espanhol suprimiu o monopólio, permitindo a atuação de outras companhias na área. Uma violenta rebelião popular ocorreu no Equador, em 1765, contra um imposto sobre vendas no varejo, a chamada *alcabala*. A repressão contra os revoltosos foi violenta e resultou em 400 mortos.

Na década de 1770, no Peru, os trabalhadores indígenas eram atingidos cada vez mais pelas altas cobranças de impostos somadas às limitações cotidianas da vida colonial. A insatisfação dos trabalhadores dos *obrajes* (manufaturas de tecidos) também era alta, levando em consideração que chegavam a uma jornada de trabalho de 16 horas por dia. O clima de exploração culminou em uma revolta comandada por José Gabriel Condorcanqui, que era descendente dos incas por parte de mãe, além de culto e rico. No momento da revolta, José Gabriel passou a se chamar **Tupac Amaru II**.

A revolta comandada por Tupac Amaru II tomou grande proporção e obteve algumas vitórias contra os espanhóis, agrupando cerca de 60 mil indígenas em 1783. Porém, o movimento foi traído e violentamente reprimido pela Coroa espanhola. Tupac Amaru II foi capturado e morto em praça pública. Sua língua foi cortada e seu corpo foi amarrado pelos pés e pelas mãos em quatro cavalos. Os membros que restaram de Tupac Amaru II foram expostos em determinados locais para que a população entendesse a punição que receberia caso houvesse outra rebelião.



Ilustração no verso de moeda peruana homenageia o precursor da Independência do país, Tupac Amaru II.

4.3. O processo de emancipação política

O processo de Independência da América Espanhola pode ser dividido em dois momentos. No primeiro momento (1810-1816), as elites coloniais foram beneficiadas pelas guerras napoleônicas, afinal, diante da desordem criada pelo imperador francês, os *criollos* tomaram frente na política colonial e transformaram os *cabildos* em juntas de governo encarregadas de criar tribunais independentes, recrutar forças militares e estabelecer relações com outros países. Essas juntas governativas, embora apoiando Fernando VII, aproveitaram-se dos problemas da Espanha para abolir todas as restrições do pacto colonial, declarando-se em desobediência ao governo metropolitano.

Ainda assim, nesse primeiro momento, não houve grandes conquistas por parte dos colonos, ou seja, apesar das lutas, a maioria das regiões coloniais não garantiram a sua emancipação política em relação à Espanha. Entre outros argumentos, essa situação se justifica pelo fato da Inglaterra, diretamente interessada na Independência da América, estar envolvida nas guerras napoleônicas, o que acabou inviabilizando o apoio aos movimentos emancipacionistas. Em 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado definitivamente pelas forças conservadoras que, por meio do Congresso de Viena, reconduziram o rei espanhol Fernando VII ao trono.

Fernando VII tinha tendências monárquicas, fato que o levou a reafirmar sua autoridade política e econômica sobre as colônias instaladas na América. Essa imposição não agradou os *criollos*, que não estavam dispostos a abrir mão da autonomia conquistada. Desse modo, entre 1816 e 1825, houve um segundo momento emancipacionista, quando a maioria das regiões coloniais da América conquistou sua autonomia política, formando a maior parte das nações latino-americanas atuais.

Apesar da concretização das Independências, a Espanha, que não concordava em perder seus domínios, passou a reprimir violentamente as lutas de Independência. Os espanhóis contaram ainda com o apoio da Santa Aliança e de países como a França, que, por meio do Congresso de Verona (1822), dispuseram-se a enviar tropas à América em auxílio aos espanhóis. A vitória dos colonos sobre a Espanha só foi possível por causa da aliança realizada entre as elites coloniais e a Inglaterra, diretamente interessada nas relações comerciais com o continente americano.

Essa postura da Coroa inglesa causou, no entanto, uma crise na Quintupla Aliança, uma vez que a Inglaterra desrespeitou o conservadorismo dos aliados e passou a defender os movimentos emancipacionistas nas colônias da América. A partir de então, os ingleses se desvincularam da Aliança, o que enfraqueceu o movimento conservador na Europa, facilitando a Independência da América Espanhola e abrindo espaço para movimentos liberais na Europa.

Após a Independência, os **caudilhos** – lideranças políticas carismáticas, vinculadas a setores sociais tradicionais, como fazendeiros e militares – passaram a controlar politicamente os novos Estados formados. O principal desses líderes foi Simón Bolívar, responsável pela Independência de países como Bolívia, Grã-Colômbia, Venezuela e Equador. Bolívar, um dos libertadores da América, defendia o **pan-americanismo**, mediante o qual toda a América Espanhola se unificaria em torno de uma confederação.

Em 1826, foi organizado o **Congresso do Panamá**, no qual Bolívar defendeu o pan-americanismo com mais veemência. Porém, a maioria dos representantes não compareceu; os caudilhos não tinham interesse nessa união proposta por Bolívar. Nas votações que se realizaram entre os grupos que compareceram, as teses de Bolívar foram rejeitadas e consolidou-se a divisão, prevalecendo os interesses dos grupos dominantes locais e suas divergências políticas internas.

Os adeptos de Simón Bolívar defendiam que o regime republicano, semelhante ao dos Estados Unidos, seria o mais propício ao desenvolvimento econômico. Já os adeptos de José de San Martín, outro libertador da América, defendiam um sistema político mais centralizado. Assim, em virtude dessas divergências surgidas durante o Congresso, o projeto pan-americanista não foi concretizado.

Em parte, a fragmentação das ex-colônias espanholas em Estados autônomos pode ser justificada pelos seguintes fatores:

- Aspectos geográficos que, por vezes, dificultavam a comunicação entre as diversas regiões americanas. A Cordilheira dos Andes, que se estende por grande parte da América do Sul, é um claro exemplo dessa “fronteira natural” existente entre os novos países.
- Participação da Inglaterra, que, mesmo defendendo a Independência das colônias espanholas, não desejava o surgimento de uma nação forte e poderosa no continente.
- A própria divisão política da América Espanhola, promovida pela metrópole, que não permitia a comunicação entre os vice-reinos e as capitanias gerais, foi responsável pela falta de unidade política.
- Por fim, o elemento mais importante para a fragmentação da América Espanhola foram as diferenças de interesses entre os caudilhos, que, após as Independências, passaram a disputar o poder conforme seus interesses. Assim, em vez de ceder parte dos seus poderes ao chefe do Estado, os caudilhos preferiram manter sua influência nas regiões que dominavam, fazendo surgir o fenômeno do **caudilhismo**.



Autoria desconhecida. *Retrato de José de San Martín*. c. 1828. Museu Histórico Nacional, Buenos Aires. San Martín foi um dos grandes líderes do processo de emancipação das colônias espanholas, como Argentina, Chile e Peru.

DÁ O QUE PENSAR

Carta da Jamaica

Kingsnton, 6 de setembro de 1815.

[...]

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América. [...]

BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORREA, Anna Maria Martinez. *Simón Bolívar: política*. 1983. p. 88. [Fragmento]

A “Carta da Jamaica” é um documento histórico que comprova as ideias de Símon Bolívar acerca do pan-americanismo. Você já imaginou como seria a América Latina se os ideais de Bolívar tivessem se concretizado? Em sua opinião, essa unidade seria positiva ou negativa para o desenvolvimento das nações? Organize, no espaço a seguir, prós e contras dessa união, de acordo com seus critérios.

Prós	Contras

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 13** Explique a reação dos espanhóis em relação à Revolta de Tupac Amaru II, ocorrida no Peru, na segunda metade do século XVIII.
- 14** (UEG-GO) Diversos governos da América do Sul procuram se identificar com os ideais de Simón Bolívar. Identifique os principais aspectos do projeto político de Bolívar para as colônias da América Espanhola.
- 15** [...] Desde que a traiçoeira conduta do imperador da França arrancou da Espanha o mais amado de seus monarcas, o reino ficou acéfalo, e dissipado o princípio no qual unicamente podiam concentrar-se os verdadeiros direitos da soberania. [...] Fernando VII tinha um reino, mas não podia governá-lo; a monarquia espanhola tinha um rei, mas não podia ser governada por ele; e neste conflito a nação devia recorrer a si mesma para governar-se, defender-se, salvar-se e recuperar seu monarca. [...]

MADER, M. E. N. S. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. *Revista de História*, 159. p. 226. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19094/21157/22625>. Acesso em: 8 mar. 2023. [Fragmento]

O trecho anterior foi falado por Mariano Moreno, atuante na Independência do Prata – região da América Espanhola. Tendo como base as ponderações de Mariano Moreno, explique de que forma o contexto europeu favoreceu a emancipação dos domínios espanhóis na América.

4.4. Movimentos emancipacionistas particulares

Haiti

O processo de emancipação do Haiti ocorreu de uma maneira nunca antes vista na América. O primeiro ponto a ser destacado é a característica da população: entre 500 mil habitantes, 465 mil eram escravizados negros, 5 mil eram brancos (que compunham o grupo dominante) e o restante da população era formada por negros livres e por mulatos. A partir do século XVII, a parte ocidental da então colônia de Hispaniola foi colonizada por franceses, ao passo que a parte oriental já era ocupada pelos espanhóis. No século XVIII, a porção oriental se tornou a colônia francesa mais lucrativa, devido à lavoura de cana-de-açúcar e à exploração da mão de obra escravizada.

Em 1754, o escravizado **François Mackandal** comanda a primeira grande rebelião negra. Mackandal, praticava o vodu – uma religião de matriz iorubá – na guerra contra a população dominante. Após anos de luta, o líder foi preso e condenado à morte na fogueira, sendo também acusado de feiticeiro, uma vez que os brancos confundiam o vodu com feitiçaria. Entretanto, Mackandal conseguiu fugir da prisão e se tornou uma lenda entre os negros, que passaram a acreditar que ele voltaria para libertá-los do duro sistema escravista.



Autor desconhecido. Representação épica de Jean-Jacques Dessalines durante a Revolução Haitiana de 1804. Século XIX. Mural em Porto Príncipe, Haiti.

As notícias da Revolução Francesa deram ânimo para os negros iniciarem outros movimentos de revolta. Quando na França foi declarado que todos os indivíduos eram livres em terras francesas, os escravizados interpretaram que as novas leis valiam para eles também e começaram a se revoltar contra os proprietários de terras franceses. Os franceses conseguiram manter a calma na colônia e proibiram o vodú.

A metrópole, tumultuada pela revolução e pela guerra na Europa, não tinha condições de reforçar militarmente a minoria branca da ilha e, em 1794, teve início uma grande revolta sob o comando de **Toussaint L'Ouverture**, líder negro que tomou o poder com o apoio dos espanhóis, perseguindo os brancos, que foram chacinados ou tiveram que fugir do país.

Em 1796, L'Ouverture torna-se comandante-chefe do Haiti e, quatro anos depois, general. No apagar das luzes do século XVIII, ele se autoproclama "presidente perpetuo da República do Haiti". Na França, Napoleão, que já havia tomado o comando da metrópole, envia um Exército para colocar fim à autocracia de L'Ouverture, pois não deseja ter um poderoso líder negro à frente de uma região que ele ainda considerava pertencer à França. A memória de L'Ouverture é salvaguardada e ele é considerado o libertador do Haiti, mesmo tendo morrido na prisão.

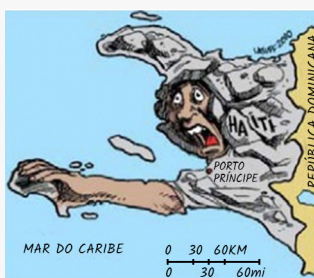
O movimento de emancipação haitiana não terminou com a morte de L'Ouverture. Em 1804, **Jean-Jacques Dessalines**, também negro, declarou a Independência da ilha, sendo apoiado por 100 mil rebeldes. Vale destacar que esses acontecimentos dizem respeito à porção francesa, uma vez que o outro lado ainda era colonizado pelos espanhóis e apenas em 1821 foi anexado ao Haiti. A Independência da região é consagrada em 1844, quando São Domingos (atualmente República Dominicana) adquire emancipação política.

O processo da Revolução Haitiana, também chamada de Revolução de São Domingos, causou nas classes escravocratas um grande medo de que a revolta ocorrida no Haiti pudesse influenciar todo o continente. Surgiu, a partir daí, o medo de rebeliões negras, um fenômeno que ficou conhecido como **haitianismo**. Vale ressaltar que o movimento de São Domingos foi tão importante na história americana que teve a capacidade de expor, de um lado, o medo das elites e de outro, a esperança para os então escravizados.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

16 (UERJ)
YP38



Disponível em: <http://oubarbarie.wordpress.com>.

No século XVIII, durante a Revolução Francesa, Saint-Domingue, uma pequena colônia na América Central, rebelou-se contra sua metrópole, dando início à luta pela Independência do Haiti, em um processo diferente daqueles que ocorreram nas demais colônias do continente americano. Aponte uma proposta da Revolução Francesa que influenciou a Independência do Haiti e a principal diferença entre este processo e as outras lutas pela Independência das colônias americanas.

17
FYJO

(Unicamp-SP) A Revolução de Saint-Domingue (Haiti), entre 1791 e 1803, destruiu a economia de *plantation* na colônia europeia mais rica da época. Como resultado disso e da abolição do tráfico de escravos para as colônias britânicas, em 1807, a exportação de açúcar, café e outros produtos tropicais cresceu em Cuba e no Brasil, que experimentaram um enorme aumento no afluxo de escravos. Essas regiões são caracterizadas no século XIX por uma “segunda escravidão”, mais próxima de um sistema industrial na disciplina do trabalho e na inovação técnica na produção. Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, esta “segunda escravidão” demonstrou sua adaptabilidade e vitalidade.

TOMICH, Dale W. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p. 69, 80 (Adaptação).

- A. Segundo o texto, o que caracterizava a vitalidade e a adaptabilidade da “segunda escravidão”, desenvolvida no século XIX?
- B. Identifique duas características da Revolução de Saint-Domingue (Haiti).

18

(UFOP-MG) O emancipacionismo negro foi um produto de toda a experiência extraordinária da década e meia após a revolta de 1791. No caso de São Domingos, o rompimento com a escravidão forneceu a base indispensável para o rompimento com o colonialismo. O emancipacionismo negro era algo mais profundo e constante do que o febril patriotismo tropical. Antecipou em muito a declaração de Independência e garantiu que a Independência tivesse conteúdo emancipacionista. O Haiti não foi o primeiro Estado americano independente, mas foi o primeiro a afirmar a liberdade civil de todos os habitantes.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 279.

Em 1789, a colônia de São Domingos possuía aproximadamente 465 000 escravos, 300 000 brancos e 28 000 homens livres – negros e mestiços. A abolição da escravatura e a Independência, seguida da criação da República do Haiti, em 1804, provocou um profundo impacto no mundo escravista colonial americano. Explique qual foi a reação causada pelo emancipacionismo revolucionário de São Domingos na América Colonial.

México

No México, as primeiras insurreições foram populares, realizadas principalmente por índios e mestiços contra espanhóis e *criollos*. Em 1810, o padre **Miguel Hidalgo**, pároco da aldeia de Dolores, levantou os indígenas e mestiços sob a bandeira de Nossa Senhora de Guadalupe. O levante dos camponeses de Dolores teve início em 16 de setembro, quando 600 camponeses marcharam em direção à cidade do México, aos gritos de “viva a Virgem de Guadalupe e morte aos *gachupines*”. Esse pequeno exército foi sendo engrossado pelos camponeses das regiões por onde passava e chegou a reunir 80 000 soldados, fato conhecido como o **Grito de Dolores**. Apavorados, *criollos* e espanhóis uniram-se para fazer frente ao movimento popular e proclamaram Nossa Senhora dos Remédios como a protetora do Exército realista.

Apesar de o movimento tornar-se cada vez mais popular, os revolucionários careciam de armas e, principalmente, de disciplina. Hidalgo e centenas de seus partidários acabaram derrotados, sendo executados em 1811. Apesar dessa derrota, o padre revolucionário Hidalgo foi considerado o pai da Independência mexicana, tornando-se herói nacional. Um partidário de Hidalgo, o padre **José Maria Morelos y Pavón**, continuou a luta, liderando um exército de camponeses mais disciplinados. Assim, foi possível dominar a maior parte do território mexicano e, em 1813, no **Congresso de Chilpancingo**, foi proclamada a Independência, sendo redigida uma Constituição que instituía a República.

A união de *criollos* e espanhóis foi reforçada em 1815, com a chegada de novas tropas da metrópole, possibilitada pela derrota de Napoleão. Morelos foi derrotado e fuzilado no mesmo ano. A resistência popular ainda continuou, mas foi tornando-se cada vez mais fraca.



O'GORMAN, Juan. *Grito de Dolores*. Detalhe. 1961. Mural. Castelo de Chapultepec, México. O mural retrata o movimento liderado por Miguel Hidalgo (ao centro) que deu início ao processo de Independência do México.

Depois da rebelião de Morelos, a elite *criolla* percebeu que era importante tirar das mãos do povo a bandeira da Independência que, a partir de 1820, começava a se agitar novamente. Destacou-se, nessa época, **Agustín de Iturbide**, um mestiço que se fazia passar por *criollo* e que ocupava o posto de general no Exército espanhol, contando com o apoio dos *criollos* mais conservadores. Sob sua liderança, em 1820, foi elaborado um acordo para a emancipação denominado **Plano de Iguala**, que estabelecia, entre outras coisas, a formação de um governo monárquico moderado, que deveria ser ocupado pelo próprio rei Fernando VII, da Espanha. Como Fernando VII recusou a oferta de ocupar o trono mexicano, em 1821 foi proclamada a Independência. No ano seguinte, o general Iturbide proclamou-se imperador do México. Entretanto, durou pouco o seu Império, pois, em março de 1823, a elite *criolla* depôs e fuzilou Iturbide, proclamando a República e promulgando a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

19 **Texto I**

Em 1808, por exemplo, no México eram espanhóis o vice-rei e todos os seus dependentes, todos os funcionários graduados na escala da administração, no Exército (da patente de capitão para cima) e na Igreja (havia um bispo *criollo*). Esse fato foi muito importante para fomentar a insatisfação, particularmente entre os setores médios das cidades, muitas vezes cultos e ilustrados, mas que, estando alijados dos quadros privilegiados das classes proprietárias, não encontravam possibilidade de ascensão. Vendo a eles fechadas as portas das carreiras administrativas e política, esses setores se radicalizaram e passaram à crítica ao sistema colonial, transformando-se assim em importantes figuras do processo de emancipação.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994. p. 8-9.

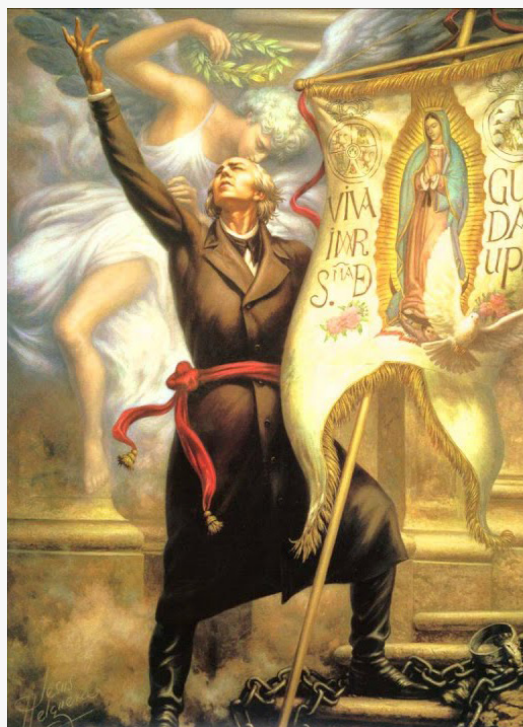
Texto II

[...] com restrições chocantes; tais são as proibições do cultivo de frutos da Europa, a proibição das produções que o rei monopoliza, o impedimento das fábricas que a mesma península não possui, os privilégios exclusivos do comércio incluindo os objetos de primeira necessidade; as limitações entre províncias americanas para que não se comuniquem, entendam-se, nem negociem entre si.

BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica. *Archivo Del Libertador*. Disponível em: <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article1268>. Acesso em: 8 dez. 2019. [Fragmento]

Com base nos textos, aponte um motivo que provocou a insatisfação das elites *criollas* locais com a administração metropolitana das colônias.

20 (UFG-GO) Analise a imagem a seguir:



HELGUERA, Jesús. *Rompiendo las cadenas*. 1959. Óleo sobre tela. Museu Soumaya, Cidade do México.

Produzida em 1959, a pintura de Jesús Helguera alude ao Grito de Dolores (1810), marco do processo de Independência do México. Na referida obra, o pintor elege e representa, em primeiro plano, dois importantes símbolos que constituem a nacionalidade mexicana. Com base na análise dessa imagem e considerando o contexto histórico da Independência, explique

- A. os símbolos nacionais presentes na composição do quadro.
- B. a relação entre os referidos símbolos e o processo de Independência do México.

Argentina

As Províncias Unidas do Prata compreendiam o território onde hoje se situam a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia. Já em 1811, a região iniciou um processo de emancipação fragmentada, pois, naquele ano, o Paraguai se tornou independente. Logo depois, foi a vez dos argentinos, que, apesar de jurarem fidelidade ao rei espanhol Fernando VII, não toleraram as atitudes absolutistas tomadas pelo monarca após a sua volta ao poder, em 1815. Assim, reunidos no **Congresso de Tucumã (1816)**, os argentinos se declararam independentes sob o comando de José de San Martín. Mesmo com a Independência argentina, o processo de fragmentação continuou, afinal, poucos anos após a libertação da Argentina, o Brasil anexou a região da Cisplatina, hoje chamada de Uruguai. A fragmentação do vice-reino do Prata, no entanto, nunca agradou aos argentinos, que sempre mantiveram vivo o sonho de reconstrução da unidade do Prata. Esse posicionamento era paradoxal, porque, até a década de 1860, não havia unidade política interna na Argentina; até então, cabia ao presidente argentino comandar a província de Buenos Aires, que era autônoma. Em cada uma das outras províncias, o poder era exercido por caudilhos, que se opunham ao governo central.

Confederação da Grã-Colômbia

Em 1819, as elites coloniais do vice-reino de Nova Granada se reuniram no Congresso de Angostura, quando anunciaram o rompimento da região com a metrópole e a criação da **Confederação da Grã-Colômbia**. Naquele momento, os colonos indicaram Simón Bolívar como o presidente da República ali instalada, e, como vice-presidente, foi nomeado **Santander**,

que foi, de fato, quem governou, já que Bolívar continuava liderando lutas de Independência em outras regiões americanas. Apesar da emancipação política, os chefes de Estado da recém-formada Grã-Colômbia entraram em divergência, afinal, enquanto Bolívar defendia o unitarismo, por meio de um governo forte e centralizado, Santander apoiava o federalismo, com descentralização do poder. As disputas internas entre os dois grupos foram tantas que, em 1829, a Confederação da Grã-Colômbia iniciou um processo de fragmentação, dando origem a Colômbia, Equador e Venezuela.

Cuba

Último país da América Espanhola a se livrar do domínio colonial, Cuba recebeu o apoio dos Estados Unidos para sua Independência, o que contrariava os interesses espanhóis. A justificativa para tal atitude veio em 1898, quando um navio estadunidense, ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado. Alguns historiadores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, que serviria como um motivo para entrar em conflito com a Espanha. Fato é que tal incidente provocou a Guerra Hispano-Americana, travada entre os Estados Unidos e a Espanha, que acabou sendo derrotada. Pelo **Tratado de Paris (1898)**, além da Independência de Cuba, os espanhóis reconheciam o domínio dos Estados Unidos sobre as Filipinas e Porto Rico. Em troca do apoio prestado na luta pela Independência, os Estados Unidos, em 1902, impuseram a incorporação da **Ementa Platt** à Constituição cubana. Esse dispositivo dava ao governo estadunidense o direito de intervir no país e de construir bases militares na baía de Guantánamo, utilizada, ainda hoje, como prisão.



BERNOULLI PLAY

Processo de Independência das Américas Espanhola e Portuguesa >> SMCH

Com essa videoaula você entenderá as principais semelhanças e diferenças entre o processo de Independência da América Espanhola e da América Portuguesa.

TÁ NA MÍDIA



Universal History Archive / Getty Images



SITE

Acesse o QR Code e obtenha mais informações sobre as Independências da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, de Cuba, do Equador, da Guatemala, de Honduras, do México, da Nicarágua, do Paraguai, do Peru, do Uruguai e da Venezuela.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (FMP-RJ–2020) “Viva la Pepa”, gritavam os deputados das Cortes de Cádiz em dezembro de 1813, comemorando a Constituição Espanhola de 1812. As tropas napoleônicas que ocupavam a Espanha haviam sido derrotadas; José Bonaparte, o rei estrangeiro, foi obrigado a renunciar ao cargo que lhe havia sido concedido pelo irmão. Os representantes da Assembleia de Cádiz ainda não sabiam que sua Constituição, ratificada em 19 de março de 1812, seria abolida por Fernando 7º. Bourbon, restituído, contava com o apoio do Congresso de Viena e dos espanhóis, os quais o apelidaram de O Desejado.

MANAUT, Luna Bolívar. Invasão da Espanha pelos franceses influenciou independências na América Latina. In: *Portal DW*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/invas%C3%A3o-da-espanha-pelos-franceses-influenciou-independ%C3%Aancias-na-am%C3%A9rica-latina/a5272750>. Acesso em: 10 jul. 2019. (Adaptação).

As oposições entre o movimento de Cádiz e o Congresso de Viena, conforme o texto descreve, estão sintetizadas pelo antagonismo entre

- A. capitalismo e socialismo.
 - B. anarquismo e imperialismo.
 - C. medievalismo e renascimento.
 - D. liberalismo e absolutismo.
 - E. colonialismo e bonapartismo.
- 02** (FGV-SP) Entre 1814 e 1815, representantes das nações europeias reuniram-se no chamado Congresso de Viena.
- As principais discussões desses encontros giraram em torno
- A. da adoção do Código Napoleônico por todos os Estados europeus, como forma de modernizar as instituições sociais e adequá-las ao desenvolvimento capitalista do período.
 - B. da reorganização da Europa após as guerras napoleônicas, procurando garantir à burguesia os avanços conquistados após anos de revoluções.
 - C. da definição de fronteiras e governantes europeus a partir da ideia de legitimidade, isto é, a restauração do poder e das divisões territoriais anteriores à Revolução Francesa.
 - D. da necessidade de banir definitivamente os princípios fundamentais do Antigo Regime, tais como a desigualdade jurídica, a dominação aristocrática e o absolutismo.
 - E. da implementação do Parlamentarismo como a única forma de garantir a dominação aristocrática e a restauração das dinastias destronadas pelas revoluções.

- 03** (FGV-SP) Os soberanos do Antigo Regime venceram Napoleão, em quem eles viam o herdeiro da Revolução, e a escolha de Viena para a realização do Congresso, para a sede dos representantes de todos os Estados europeus,

é simbólica, pois Viena era uma das únicas cidades que não haviam sido sacudidas pela Revolução e a dinastia dos Habsburgos era o símbolo da ordem tradicional, da Contrarreforma, do Antigo Regime.

REMOND, René. *O século XIX: introdução à história do nosso tempo*.

Acerca do Congresso de Viena (1815), é correto afirmar que

- A. tornou-se a mais importante referência da vitória do liberalismo na Europa, na medida em que defendia a legitimidade de todas as dinastias que aceitavam a limitação dos seus poderes por meio de Cartas Constitucionais.
- B. países como a Inglaterra, Portugal e a Espanha, os mais prejudicados com o expansionismo napoleônico, defendiam que a França deveria tornar-se republicana, com o intuito de evitar novos surtos revolucionários.
- C. foi orientado, entre outros, pelo princípio da legitimidade – que determinava a volta ao poder das antigas dinastias reinantes no período pré-revolucionário, além do recebimento de volta dos territórios que possuíam em 1789.
- D. presidido pelo chanceler austríaco Metternich, mas controlado pelo chanceler francês Talleyrand, decidiu-se por uma solução conciliatória após o caos napoleônico: haveria a restauração das dinastias, mas não a volta das antigas fronteiras.
- E. criou, a partir da sugestão do representante da Prússia, um organismo multinacional, a Santa Aliança, que detinha a tarefa de incentivar regimes absolutistas a se modernizarem com o objetivo de sufocar as lutas populares.

- 04** (UFC-CE) Entre 1792 e 1815, a Europa esteve em guerra quase permanente. No final, os Exércitos napoleônicos foram derrotados. Em seguida, as potências vencedoras, Rússia, Prússia, Grã-Bretanha e Áustria, conjuntamente com a França, reuniram-se no Congresso de Viena, que teve como consequência política a formação da Santa Aliança.

A partir do comentário anterior, marque a alternativa que contenha duas decisões geopolíticas aprovadas pelo citado Congresso.

- A. Defesa do liberalismo e auxílio aos movimentos socialistas na Europa.
- B. Restabelecimento das fronteiras anteriores a 1789 e isolamento da França do cenário político europeu.
- C. Valorização das aristocracias em toda a Europa continental e ascensão dos girondinos no governo da França a partir de 1815.
- D. Restauração das casas reais destituídas pelos Exércitos napoleônicos e criação de um pacto político de equilíbrio entre as potências europeias.
- E. Apoio aos movimentos republicanos e concentração de poderes na Coroa britânica, permitindo a esta a utilização da sua Marinha de Guerra como instrumento contrarrevolucionário.

05 (FUVEST-SP-2019) A história do século XIX foi marcada pela tensão entre tradições políticas e intelectuais que apelava ora para a força do nacionalismo, ora para o vigor das ideias internacionalistas.

QUP3

Indique a alternativa que traduz uma dessas tradições.

- A formulação de alianças militares, a união de forças monárquicas e a abolição das fronteiras políticas contribuíram para minar o poder dos Estados Nacionais.
- O 1º de Maio e os rituais trabalhistas manifestavam a ascensão de partidos e de movimentos de massa, expressão do nacionalismo da classe trabalhadora.
- As guerras de caráter religioso que eclodiram na Europa demonstram um enfraquecimento do poder universal da Igreja Católica e a ascensão de tradições religiosas nacionais.
- O apelo ao direito de autodeterminação dos povos questionou o poder das casas dinásticas e contribuiu para a posterior fragmentação dos grandes Impérios europeus.
- O culto do progresso e da liberdade despertou os ideais republicanos e democráticos que contribuíram para o estabelecimento de federações supranacionais.

06 (UFU-MG) 1848 foi a primeira revolução potencialmente global. [...] Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos [...] eles pensaram poder reconhecer. De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras.

SHMG

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 30.

Sobre as revoluções de 1848, assinale a alternativa correta.

- O caráter de “revolução mundial” de que se revestiram esses movimentos deveu-se à influência da Associação Internacional dos Trabalhadores – a 2ª Internacional – que possibilitou estender os movimentos não só por toda a Europa, mas também pelas principais cidades do continente americano.
- As revoluções de 1848 foram movimentos do proletariado industrial num contexto de crise econômica, começando na Inglaterra e atingindo França, Alemanha e Bélgica, derrubando os governos burgueses e instalando repúblicas de orientação socialista.

- Foram movimentos que mesclaram os interesses liberais e nacionalistas da burguesia, em sua luta contra o absolutismo, às reivindicações e ao descontentamento das massas populares, canalizadas pelo socialismo, que pregava reformas radicais.
- Essencialmente urbanas, as revoluções de 1848 foram movimentos de resistência contra o conservadorismo, organizadas e controladas pela burguesia europeia, e inspiradas no liberalismo radical, sem presença popular.

07 (UERJ)



Disponível em: www.inpeau.ufsc.br.

O mapa político apresentado demonstra a fragmentação ocorrida na América Colonial Espanhola, a partir dos movimentos de Independência. Esse processo resultou não só de fatores internos, mas também de fatores externos às colônias, como a tentativa de restauração levada a cabo pela Santa Aliança, utilizando como regra básica o princípio de legitimidade enunciado no Congresso de Viena (1814-1815).

Cite duas consequências políticas ou territoriais para a Europa pós-napoleônica da utilização do princípio de legitimidade. Em seguida, explique a influência desse princípio nas lutas pela Independência das colônias espanholas na América.

08 (UEL-PR) A respeito da Revolução de 1848 na Europa, é correto afirmar:

- A. Restringiu-se a Paris e às pequenas cidades periféricas.
- B. Contou com uma reduzida participação do proletariado.
- C. Caracterizou-se pela disputa entre liberais, nacionalistas e socialistas.
- D. Foi marcada pelo radicalismo dos camponeses republicanos.
- E. Nela, os revolucionários defendiam a continuidade da monarquia e de Luís Filipe à frente do governo.

09 (PUC-Campinas-SP) No contexto histórico da geração de 1848, a França tornou-se palco inicial e de expansão de revoltas em toda a Europa que enfraqueceram definitivamente os movimentos

- A. liberais, que ganhavam força política com a restauração dos Estados absolutistas.
- B. socialistas, que pregavam o fim da propriedade privada e da sociedade sem classes.
- C. nacionalistas, que procuravam enfraquecer a política intervencionista da Santa Aliança.
- D. conservadores, que procuravam restaurar o Antigo Regime desde o Congresso de Viena.
- E. anarquistas, que defendiam o fim do poder político e o domínio superior do ideal humanista.

10 (FUVEST-SP-2023) Quatro anos atrás, neste dia, a esta mesma hora, chegava ao Panteão, em Roma, o carro fúnebre que levava o cadáver de Vittorio Emanuele II, primeiro rei da Itália, morto depois de 29 anos de reinado, durante os quais a grande pátria italiana, antes despedaçada em sete estados e oprimida por estrangeiros e tiranos, tinha renascido como um só país, independente e livre [...].

AMICIS, Edmondo de. *Coração: um livro para jovens*. São Paulo: CosacNaify, 2011.

Esse livro foi publicado pela primeira vez na Itália em 1886. Obteve grande sucesso entre os jovens leitores e foi, desde cedo, amplamente utilizado como livro de leitura nas escolas do país. O texto mobiliza representações que iam ao encontro do culto

- A. à nação na Itália recém-unificada.
- B. à divisão da Itália por Vittorio Emanuele II.
- C. aos ideais republicanos que deram origem ao país.
- D. aos antigos reinos e ao domínio estrangeiro.
- E. à reconstrução do antigo Império romano.

11 (UFTM-MG) Pode-se apontar, como característica comum das unificações da Alemanha e da Itália,

PC10

- A. a criação de uma república liberal, comandada pela pequena burguesia e ligada às tradições românticas do século XIX, em especial com a música.
- B. a participação de todas as classes – em especial do operariado –, associada à constituição de uma monarquia que respeitava as culturas regionais.
- C. o apoio militar da Áustria para efetivar os interesses nacionais dos povos que lutavam contra as forças reacionárias francesas e do papado.
- D. a ação inglesa contra as forças reacionárias que, apoiadas nas decisões do Congresso de Viena, impediam a formação de novos Estados.
- E. o fato de esse processo ter sido liderado pelas classes dominantes de regiões de crescente industrialização.

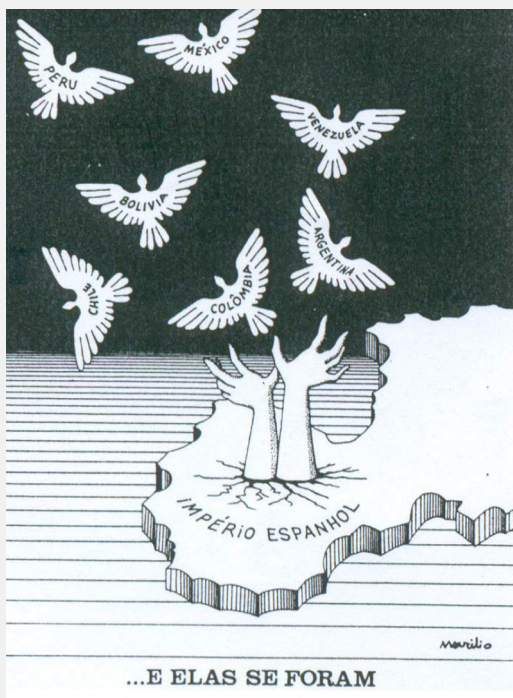
12 (UFG-GO) A unificação italiana, no final do século XIX, ameaçou a integridade territorial da Igreja. Esse impasse resultou

- A. no reforço dos sentimentos nacionalistas na Itália, provocando a expropriação das terras da Igreja.
- B. no envolvimento da Igreja em lutas nacionais, criando congregações para a expansão do catolicismo.
- C. na adoção de atitudes liberais pelo papa Pio IX, como forma de deter as forças fascistas.
- D. na assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando Mussolini criou o Estado do Vaticano.
- E. no *Risorgimento*, processo em que segmentos ligados à Igreja defenderam a Itália independente.

13 (PUC RS) Em 1871, alterava-se profundamente o quadro geopolítico europeu com a conclusão do processo de Unificação da Alemanha sob hegemonia prussiana e a criação do Segundo *Reich*. É correto afirmar que um componente político fundamental da estratégia prussiana de unificação foi o _____, tendo como base social decisiva _____.

- A. Republicanismo; a alta burguesia.
- B. Nacional-socialismo; os operários fabris.
- C. Militarismo; a aristocracia fundiária.
- D. Nacional-socialismo; a alta burguesia.
- E. Militarismo; os operários fabris.

- 14** (UEPB) Analise a charge a seguir, que tematiza o processo de emancipação política da América Espanhola, e assinale a alternativa correta.



- A. As ideias iluministas, que se opunham à autoridade despótica dos reis, defendiam a liberdade e pregavam ideias democráticas, fundamentaram o ideal *criollo* de autonomia política da terra que consideravam sua.
- B. No sentido de assegurar mercados, os ingleses influenciaram sobremaneira a Espanha, de forma a impedir a Independência das colônias americanas.
- C. A Doutrina Monroe não excluía a tentativa da Santa Aliança de intervenção nas recém-independentes nações americanas.
- D. Os interesses das populações indígenas tiveram peso igual ou superior aos dos *criollos* no processo de emancipação das colônias.
- E. No seu conjunto, o processo de Independência das colônias hispano-americanas refletiu a vitória das revoluções burguesas, assumindo integralmente esse caráter.

- 15** (FEPECS-DF) A Independência da América Ibérica não foi um fato isolado. Ela se deu em um quadro de esgotamento do Antigo Regime e de estabelecimento de um novo padrão de relações internacionais. Ao se estabelecer relações entre esses dois processos, deve-se chamar atenção para

- I. a política de estímulo ao processo de Independência da América levada adiante pelas potências europeias que formavam a chamada Santa Aliança – a Rússia, a Prússia e a Áustria-Hungria –, à época, inimigas declaradas dos países ibéricos.
- II. a crescente importância econômica e política do Império Britânico, interessado em ampliar as suas relações políticas e comerciais com os países americanos.
- III. a disseminação do ideário liberal e o avanço de proposições anticolonialistas entre as elites brasileiras e hispano-americanas.
- IV. a crise dos regimes monárquicos português e espanhol na década de 1820, processo esse que serviu de estímulo ao avanço das lutas emancipacionistas no Brasil e na América Espanhola.

Assinale a alternativa correta.

- A. Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B. Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- C. Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- D. Todas as afirmativas estão corretas.
- E. Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

- 16** (UPF-RS-2023) A charge a seguir faz uma sátira a Napoleão Bonaparte. O título principal, *Um homem pequeno com um grande apetite para o jantar*, é uma referência à baixa estatura do imperador e seu “apetite” por conquistas territoriais demonstrado pelo expansionismo praticado por ele. Os processos de Independência dos países da América Latina, incluindo o Brasil, estão atrelados a essa expansão napoleônica pela Europa.



De que forma esse “apetite” de Napoleão Bonaparte ajudou a deflagrar o processo de Independência das colônias portuguesa e espanhola na América?

- A. Ao executar a expansão territorial, Napoleão Bonaparte impedia as regiões conquistadas de comercializar com os ingleses. Assim, sem ter para quem vender seus produtos, a Inglaterra vai patrocinar as independências latino-americanas para abrir novos mercados. Para isso, manda sua marinha de guerra ajudar os “libertadores” da América.
- B. Ao invadir a Rússia, Napoleão obriga a participação de Portugal e Espanha naquela aventura; com isso, as metrópoles ibéricas não têm condições de manter o controle sobre suas colônias e estas deflagram o processo de independência.
- C. Napoleão invade Portugal e Espanha; a corte portuguesa foge para o Brasil. As colônias hispânicas aproveitam que o rei espanhol Fernando VII foi aprisionado pelo imperador francês e deflagram o processo de independência.
- D. Não satisfeito com a expansão territorial na Europa, Napoleão Bonaparte vai patrocinar o processo de independência na América, para poder exercer o domínio político e econômico sobre os novos países que estavam surgindo.
- E. Napoleão incentiva as independências das colônias luso-hispânicas na América porque contava com o auxílio desses novos países na luta contra os velhos países imperialistas europeus.

- 17** (Unicamp-SP-2022) Mas, enquanto isso, e os escravos? Eles ouviam falar da Revolução e conceberam-na à sua própria imagem. [...] Antes do final de 1789, houve levantes em Guadalupe e na Martinica. Já em outubro, em Forte Dauphin, um dos futuros centros da insurreição de São Domingos, os escravos estavam se agitando e realizando reuniões de massas nas florestas durante a noite. Na Província do Sul, observando a luta entre os seus senhores a favor e contra a Revolução, eles mostraram sinais de inquietação. [...] Pela dura experiência, aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando para a Revolução. O vodu era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos.

JAMES, Cyrik Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 87-91.

Com base no excerto e em seus conhecimentos sobre as revoluções atlânticas de finais do século XVIII e início do XIX,

- A. cite e analise dois elementos característicos dos modos de ação política da população escravizada do Haiti (São Domingos).
- B. identifique e explique dois impactos da Revolução Haitiana no mundo atlântico.

SE LIGA NO ENEM

01 (Enem-2021)

Por que o Brasil continuou um só enquanto a América Espanhola se dividiu em vários países?

Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no Brasil, parte da sociedade era muito mais coesa ideologicamente do que a espanhola. Carvalho argumenta que isso se deveu à tradição burocrática portuguesa. “Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia”. Por outro lado, na América Espanhola, entre 1772 e 1872, 150 mil estudantes se formaram em universidades locais. Para o historiador mexicano Alfredo Ávila Rueda, as universidades na América Espanhola eram, em sua maioria, reacionárias. Nesse sentido, o historiador mexicano diz acreditar que a livre circulação de impressos (jornais, livros e panfletos) na América Espanhola, que não era permitida na América Portuguesa (a proibição só foi revertida em 1808), teve função muito mais importante na construção de regionalismos do que propriamente as universidades.

BARRUCHO, L. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 8 set. 2019 (Adaptação).

Os pontos de vista dos historiadores referidos no texto são divergentes em relação ao

- A. papel desempenhado pelas instituições de ensino na criação das múltiplas identidades.
- B. controle exercido pelos grupos de imprensa na centralização das esferas administrativas.
- C. abandono sofrido pelas comunidades de docentes na concepção de coletividades políticas.
- D. lugar ocupado pelas associações de acadêmicos no fortalecimento das agremiações estudantis.
- E. protagonismo assumido pelos meios de comunicação no desenvolvimento das nações alfabetizadas.

- 02** (Enem-2020) fenômeno histórico conhecido como “tráfico de *coolies*” esteve associado diretamente ao período que vai do final da década de 1840 até o ano de 1874, quando milhares de chineses foram encaminhados principalmente para Cuba e Peru e muitos abusos no recrutamento de mão de obra foram identificados. O tráfico de *coolies* ou, em outros termos, o transporte por meios coativos de mão de obra de um lugar para outro, foi comparado ao tráfico africano de escravos por muitos periodistas e analistas do século XIX.

SANTOS, M. A. Migrações e trabalho sob contato no século XIX. *História*, n. 12, 2017.

A comparação mencionada no texto foi possível em razão da seguinte característica:

- A. Oferta de contrato formal.
- B. Origem étnica dos grupos de trabalhadores.
- C. Conhecimento das tarefas desenvolvidas.
- D. Controle opressivo das vidas dos indivíduos.
- E. Investimento requerido dos empregadores.

03



DELACROIX, Eugène. *A Liberdade guiando o povo*. 1830. Óleo sobre tela, 260 cm x 325 cm. Museu do Louvre.

O quadro representado anteriormente – assinado pelo francês Eugène Delacroix – retrata a Revolução Liberal parisiense de 1830 que destituiu o rei absolutista Carlos X e levou ao trono a monarquia constitucional de Luís Filipe de Orléans, que tinha forte apoio burguês. Na imagem, a Liberdade é representada por uma figura feminina seminua que empunha uma bandeira da França e uma arma. Além da Liberdade, membros de vários setores da sociedade francesa são guiados para frente, passando por cima daqueles que haviam morrido pelos ideais revolucionários.

Esse quadro reflete alguns dos principais valores burgueses inerentes ao século XIX, já que

- A. denota o caráter socialista preconizado por Karl Marx, expresso, na tela, pela luta revolucionária armada.
- B. ao representar a Tomada da Bastilha, remete à Revolução Francesa que, no final do século, consolidaria a burguesia no poder.
- C. evidencia o republicanismo que, inerente à Revolução de 1830, acabou sendo disseminado pela Europa.
- D. representa a participação das mulheres naquelas lutas, o que levou os países europeus a constituírem leis que as integrassem efetivamente à política.
- E. faz menção ao nacionalismo, um dos elementos presentes nas revoluções que varreram a Europa durante o século XIX.

04 [...] os homens que naquele momento estavam encarregados de pôr termo à Revolução de 1848 eram precisamente os mesmos que fizeram a de 1830. [...] O que a distinguia ainda, entre todos os acontecimentos que se sucederam nos últimos sessenta anos na França,

foi que ela não teve por objetivo mudar a forma, mas alterar a ordem da sociedade. Não foi, para dizer a verdade, uma luta política [...], mas um embate de classe [...]. Havia se assegurado às pessoas pobres que o bem dos ricos era de alguma maneira o produto de um roubo cujas vítimas eram elas [...]. É preciso assinalar ainda que essa insurreição terrível não foi fruto da ação de certo número de conspiradores, mas a sublevação de toda uma população contra a outra [...].

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*. 1991.

A comparação feita por Tocqueville, no trecho anterior, entre a Revolução de 1830 e a Revolução de 1848, ambas ocorridas na França, demonstra que

- A. a Revolução de 1830 foi liderada pelos mesmos indivíduos que estiveram à frente das jornadas de 1848, que destronaram Luís Felipe de Orléans.
- B. a Revolução de 1848 representou uma luta dos trabalhadores contra os burgueses, algo que não esteve presente em Paris no ano de 1830.
- C. as Revoluções de 1830 e 1848 foram fortemente influenciadas pelos ideais socialistas em expansão na Europa, durante o século XIX.
- D. a Revolução de 1848 expressou o desejo da alta burguesia francesa por maior participação no cenário político, por meio da derrubada da monarquia.
- E. a Revolução de 1830 dividiu a França, gerando uma sangrenta guerra civil; já em 1848 os franceses se uniram em torno de um ideal nacional.

05 Após as Independências dos países latino-americanos, a autonomia política foi sendo limitada pela dependência econômica. Na maioria das vezes, a Inglaterra substituiu as antigas metrópoles na exploração econômica, mantendo, com isso, o baixo padrão de vida das camadas populares. Podemos afirmar que essa situação pós-Independência da América Latina foi fruto do(a)

- A. descaso das elites nativas em participarem do processo de emancipação política, o que foi feito por uma massa de camponeses sem consciência política.
- B. falta de participação política das massas durante o Período Colonial e da ligação comercial das elites nativas ao capital inglês.
- C. oposição dos EUA às Independências latino-americanas, o que levou essas jovens nações a buscarem o apoio da Inglaterra.
- D. fragmentação territorial da América Espanhola, levando à sua fragilidade, apesar da coalizão dos caudilhos, chefes políticos locais.
- E. baixo desenvolvimento econômico do subcontinente, que possuía uma economia baseada somente no extrativismo mineral e animal.

FRENTE **A** CAPÍTULO 10

Do Congresso de Viena à Independência da América Espanhola e do Haiti

Aprendizagem

- 01** Podem ser indicadas a recondução de antigas monarquias ao poder na Europa e a contenção do avanço de ideias liberais.
- 02** A. Esses tratados restauraram as antigas fronteiras europeias, estabeleceram equilíbrio de poder entre as potências, como forma de evitar novas rivalidades e conflitos, e, além disso, afirmaram a legitimidade das monarquias absolutistas. Seu objetivo era evitar o avanço das ideias liberais e das revoluções burguesas.
B. Inglaterra, França, Áustria, Rússia e Prússia.
- 03** A. Autodeterminação dos povos.
B. O princípio da legitimidade dava às antigas dinastias, que haviam sido depostas por Napoleão, o direito de usufruírem da antiga posição que possuíam, ou seja, deveriam ser restauradas, o que significava que os legítimos reis (na visão conservadora do Congresso) seriam reconduzidos aos seus tronos.
- 04** A. Revoluções Liberais de 1830.
B. Na França, as Revoluções Liberais de 1830 resultaram na queda de Carlos X, que ascendeu ao poder devido à morte de Luís XVIII.
- 05** O movimento revolucionário de 1830 significou o progressivo avanço do liberalismo contra a restauração proposta pelo Congresso de Viena. Ele constituiu uma reação liberal contra as tentativas de Carlos X de restaurar o absolutismo. Na tela de Delacroix percebem-se alguns elementos que remetem à Revolução Francesa, como a figura feminina que representa a liberdade, um dos pilares dessa revolução, o homem que ergue a espada ao lado, representando a participação popular, e a burguesia, representada pelo personagem com cartola.
- 06** Movimentos de 1820 na Espanha, Nápoles e Grécia: Na Espanha o movimento caracterizou-se por ser contra a volta do absolutismo e a favor da constitucionalização. Em Nápoles a revolta foi inspirada pelos movimentos ocorridos na Espanha e objetivou ampliar as reformas liberais e expulsar os dominadores estrangeiros. Na Grécia, caracterizou-se pela busca por Independência, uma vez que a província estava submissa ao Império Turco-Otomano, com o apoio da Igreja Ortodoxa.
- Revoluções de 1830: ocorreram na França, na Bélgica e na Polônia. De forma geral, como característica, pretendiam estabelecer uma nova ordem liberal, enfraquecendo o movimento reacionário do sistema Metternich.
- Primavera dos Povos em 1848: caracterizada pela onda revolucionária violenta resultado da crise econômica,

da propagação do liberalismo e do nacionalismo, e do descontentamento da burguesia e do proletariado, com a inserção de uma grande novidade, as ideias socialistas.

- 07** Revoluções de 1830: fortaleceram-se com o enfraquecimento do sistema Metternich, evidenciaram manifestações favoráveis à Independência e ao desenvolvimento do nacionalismo.
- Revoluções de 1848: resultaram dos mesmos motivos que provocaram as revoluções de 1830, tais como a crise da economia, a divulgação do liberalismo e do nacionalismo, etc.
- Diferença: em 1848 entrou em cena o socialismo, que propunha soluções para o problema da classe trabalhadora.
- 08** A. A pequena burguesia e o proletariado.
B. Revolução de 1789: objetivava acabar com o Antigo Regime e as desigualdades por ele geradas. Revolução de 1848: foi um combate de classes sociais distintas que desejavam combater a ordem social vigente. Os revolucionários da Primavera dos Povos, por exemplo, defendiam a adoção de direitos trabalhistas e o sufrágio universal.
- 09** Nas revoluções da primeira metade do século XIX, os operários atuaram no apoio à luta contra o absolutismo e as medidas reacionárias. No entanto, a partir da Revolução de 1848, essa classe passou a defender objetivos e propostas políticas próprias. As ideologias que influenciaram os movimentos do século XIX foram o liberalismo, o nacionalismo e o socialismo.
- 10** Uma característica que justifica a frase do personagem é que o processo de unificação italiana foi conduzido pela elite, sem participação popular, e adotou uma monarquia constitucional. Um efeito socioeconômico desse processo para o continente americano foi que as classes populares emigraram para a América em busca de melhores condições de vida e na tentativa de escapar dos conflitos sociais.
- 11** A França, derrotada na Guerra Franco-Prussiana, foi obrigada a ceder para a Alemanha o território da Alsácia-Lorena e pagar uma indenização a esse país. Essa situação provocou o desenvolvimento de um revanchismo francês em relação à Alemanha. Foi nessa guerra que a Alemanha concluiu seu processo de unificação e assumiu posição dianteira no crescimento econômico e industrial na Europa. O clima de rivalidade prosseguiu nos anos seguintes, agravado pelo Imperialismo na África e na Ásia. Esses fatores fizeram eclodir a Primeira Guerra Mundial.
- 12** O Zollverein foi uma união aduaneira que propôs a unificação econômica da Prússia com a Confederação Germânica, facilitando a circulação de mercadorias na região. Desse modo, se os austríacos dominavam politicamente os estados germânicos, com o estabelecimento do Zollverein, a Prússia passou a exercer domínio sobre a economia, o que não foi bem-aceito pela Áustria. O novo acordo aduaneiro eliminou barreiras alfandegárias entre a Confederação Germânica e a Prússia, que sob o comando de Otto von Bismarck fortaleceu um Exército para dar andamento ao processo de unificação, que se desdobrou na criação da Alemanha.

- 13** Os espanhóis promoveram uma violenta repressão contra os envolvidos na Revolta de Tupac Amaru, que foi preso e depois esquartejado em praça pública.
- 14** Bolívar propôs, no período das Independências na América Espanhola, um projeto de cooperação continental por meio de uma unificação política entre as ex-colônias. Suas ideias, aliadas à implantação do regime republicano, conformavam o pan-americanismo, que visava ao fortalecimento dos novos países perante as grandes potências mundiais. Seu projeto, contudo, fracassou devido à oposição dos caudilhos e dos interesses mercantis da Inglaterra e dos EUA.
- 15** Mariano Moreno fala durante o contexto em que Napoleão Bonaparte governou a França. Concentrado nas expansões territoriais, Bonaparte acabou deixando as colônias em segundo plano, o que deu a elas maior autonomia política e anseio por emancipação. Com a reação conservadora do Congresso de Viena, a situação das colônias mudou de forma intensa, já que o rei Fernando VII, ao ser reconduzido ao trono espanhol, buscou restabelecer o império colonial. Tal atitude encontrou resistência na América, o que deu abertura para o processo de Independência política da região.
- 16** Uma proposta foi a ideia de liberdade e igualdade, e os direitos dos indivíduos. A diferença foi a participação da população negra na luta pela emancipação da colônia.
- 17** A. De acordo com o texto, a “segunda escravidão” foi caracterizada pela adaptação dos escravos a um regime de trabalho semelhante ao dos operários de uma fábrica. Dessa forma, a escravidão no século XIX acabou destoando das antigas relações paternalistas de trabalho travadas no início da colonização nas Américas.
- B. A participação ativa da população negra no processo emancipatório e, após a Independência, a adoção do regime monárquico, posteriormente apropriado por facções sociais que implementaram uma ditadura republicana no país.
- 18** Após a Revolução de São Domingo, espalhou-se pela América o medo de uma proliferação de revoltas escravas, como a ocorrida no Haiti. Em todas as economias escravistas coloniais, o receio do exemplo haitiano provocou uma forte reação dos senhores de escravos, configurando uma atitude conhecida como “haitianismo”, marcada pelo acirramento da repressão à população escrava. Assim, a Independência do Haiti foi considerada um exemplo negativo, tornando-se um caso isolado no contexto americano.
- 19** Um dos motivos foi que as elites *criollas* encontravam-se parcial ou totalmente excluídas da administração colonial na América Espanhola, conforme apontam os textos.
- 20** A. A figura do padre Miguel Hidalgo e o estandarte da Nossa Senhora de Guadalupe, empunhado pelo padre, expressam a importância da Virgem como símbolo de interação entre as culturas hispânica e indígena.

- B. O processo de Independência do México contou com o apoio dos religiosos do chamado “baixo clero” às demandas populares que surgiram naquele contexto. Nesse processo, os padres Hidalgo e Morelos defendiam a divisão das terras com os camponeses, inclusive aquelas que eram patrimônio da igreja. Em 1810, o Decreto de Guadalajara instituiu livres as terras do domínio espanhol, por meio da luta dos exércitos populares, liderados pelo padre Hidalgo, e aboliu a escravidão e o tributo indígena. Nesse contexto, símbolos como o Estandarte de Guadalupe passaram a potencializar o movimento pela Independência, uma vez que estavam atrelados às crenças dos camponeses que lutaram ativamente contra os espanhóis.

Propostos

- 01** D **03** C **05** D
- 02** C **04** D **06** C
- 07** Duas consequências: dissolução da Confederação do Reno e restauração das dinastias europeias. Explicação: Esse princípio, por tentar frear os processos de autonomia que haviam se instalado na região, ampliou ainda mais as insatisfações dos diferentes setores das aristocracias coloniais que, organizadas em *cabildos* livres, comandaram as lutas pela Independência dos vice-reinos coloniais.
- 08** C **11** E **14** A
- 09** D **12** D **15** B
- 10** A **13** C **16** C
- 17** A. O texto destaca elementos da ação política negra relacionados às culturas africanas e a seus modos de sociabilidade. Como exemplo, é possível citar as práticas sociais e políticas ligadas à religião vodu, como cantar e dançar, que propiciavam o planejamento de rebeliões e outras estratégias que demandavam ação coletiva.
- B. De um lado, as notícias da Revolução Haitiana e sua ideologia política influenciaram o horizonte de possibilidades de ação política entre a população negra de diversas regiões do Caribe e das Américas. De outro, o mundo atlântico passa a vivenciar o medo de que o processo revolucionário haitiano chegasse a outros lugares. É possível citar, no caso do Brasil, o chamado haitianismo, que acabou por levar à elaboração de leis mais rígidas e punições mais severas sobre a população escravizada. No plano econômico, é possível citar a queda na produção de açúcar nas Antilhas e o aumento da produção no Brasil.

Enem

- 01** A **03** E **05** B
- 02** D **04** B



MEU APROVEITAMENTO

Acertei ____ de ____ (____%).



Estados Unidos no Século XIX

Como se Constrói um País?

Provavelmente você já assistiu a filmes do gênero faroeste. Nessas produções podemos observar vários estereótipos relacionados à história dos Estados Unidos, como a figura dos indígenas ao longo de paisagens desérticas, a presença de xerifes, a construção de ferrovias, etc. Tal imaginário se relaciona à Marcha para o Oeste, no contexto dos Estados Unidos do século XIX.

Nesse período, as transformações pelas quais a sociedade estadunidense passou, a partir de sua Independência em 1776, resultaram na estruturação de uma nação centrada na necessidade de se desenvolver economicamente, mesmo que isso significasse impor sua dominação a outros povos. Esse sentimento de superioridade, embasado pela doutrina do Destino Manifesto, tornou-se ainda mais evidente após a Guerra de Secessão (ou Guerra Civil Americana), que significou a vitória do capitalismo industrialista. Essa doutrina justificou a expansão territorial do país e as interferências diretas e indiretas em várias regiões do mundo ao longo dos séculos XIX e XX.

Sendo assim, você sabe dizer como a ideologia do Destino Manifesto interferiu no processo histórico de outras nações da América? Sob quais condições a nação estadunidense foi construída? Sabe identificar como as transformações ocorridas nos Estados Unidos do século XIX resultaram no que esse país é hoje?

Essas e outras indagações serão respondidas ao longo deste capítulo, que tratará sobre o processo de construção dos Estados Unidos, na teoria e na prática, e sobre como os resquícios da escravidão ainda são uma “ferida aberta” na história desse país.

1. Estados Unidos após a Independência

1.1. Organização política e econômica

Após a declaração de sua Independência, em 4 de julho de 1776, as antigas Treze Colônias Inglesas da América do Norte precisaram se organizar politicamente para construir uma nação forte o suficiente para conservar a liberdade recém-conquistada. Enquanto lutavam pela libertação frente ao domínio inglês, as Treze Colônias mantiveram-se unidas, ainda que fossem marcadas por divergências estruturais profundas que só aflorariam mais tarde. Em função disso, cada uma das antigas colônias, agora já estados, manteve-se praticamente autônoma em relação ao governo central formalizado pela assinatura do pacto de união durante o Segundo Congresso da Filadélfia.

A primeira atitude tomada pela união das antigas colônias foi a criação da Confederação dos Estados Americanos. Nessa época, foi também organizado o Congresso Continental, mas com um poder de decisão quase nulo, uma vez que cada estado confederado representado, que tinha direito a um voto, podia cunhar moedas, conseguir empréstimos, organizar os correios e resolver as suas disputas de forma autônoma. O poder do Congresso Continental era limitado, por exemplo, em relação à organização do Exército para a defesa do território nacional: o Congresso podia organizá-lo, mas nenhum estado era obrigado a fornecer soldados se não quisesse.

As limitações do poder central logo se evidenciaram. Ele se revelava incapaz de resolver os problemas comuns a todos os estados e de auxiliar os mais fracos contra as imposições econômicas dos mais fortes. Essa debilidade do poder central nos primeiros anos da nação ocasionou a divisão política das elites dirigentes do país, as quais se organizaram em duas correntes, a dos **republicanos** e a dos **federalistas**.

Os republicanos eram liderados por Thomas Jefferson e defendiam a limitação dos poderes do Governo Federal, em nome da preservação dos direitos privados dos cidadãos e dos direitos dos estados que formavam a União. Os republicanos eram, portanto, adeptos das ideias liberais que defendiam um pacto nacional federalista, no qual o poder se concentraria nas mãos dos estados. Essa corrente, que naquela época representava os interesses econômicos dos estados escravistas do Sul, deu origem ao atual **Partido Democrata**.

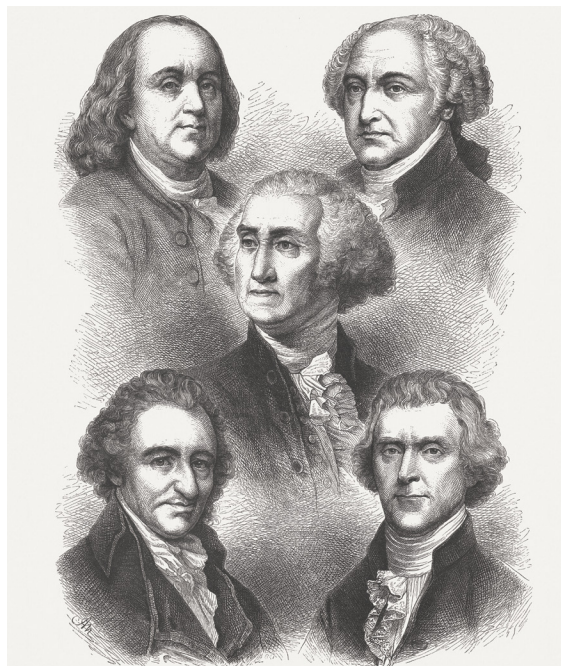
Os federalistas, liderados por Alexander Hamilton, defendiam, em contrapartida, um Governo Federal forte, capaz de programar e executar com eficiência planos econômicos, financeiros e administrativos que atendessem ao desenvolvimento geral do país. Essa corrente, que representava diretamente os interesses econômicos dos estados burgueses do Norte naquele momento, deu origem ao atual **Partido Republicano**.

Diante dessa divergência de interesses entre republicanos e federalistas, foi necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral para a elaboração de uma Constituição que combinasse as duas tendências. Com isso, decidiu-se pela organização de uma **República Federativa Presidencialista**, que assegurasse a cada estado da Federação o direito de ter a sua própria Constituição. Em 17 de setembro de 1787, foi aprovada a **Carta Constitucional**, que entrou em vigor em 1789, quando George Washington foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos da América.

A Constituição garantiu ao Governo Federal os poderes de **cunhagem de moedas**, de fixação do sistema de pesos e medidas, de instituição de impostos, de recrutamento e manutenção do Exército e da Marinha e de supervisão do comércio interestadual, além da responsabilidade sobre as relações internacionais e questões de imigração. O Governo Federal só poderia intervir nos estados, em casos de "violência interna", apenas se fosse solicitado pelo governador. Dessa forma, a Constituição de 1787 preservou a maior parte da autonomia dos estados, que mantiveram o controle do governo local, responsável pelos serviços fundamentais, como tribunais, escolas, policiamento, manutenção das vias de transporte, licenciamento de cidades, incorporação de bancos, etc.

Os estados tinham, ainda, peso considerável no sistema eleitoral do chefe do Executivo, decidindo como e quais cidadãos votariam, uma vez que a eleição do presidente da República era indireta. Desse modo, os estados representavam, originalmente, os guardiões das liberdades civis dos indivíduos.

Do ponto de vista econômico, os estados da porção meridional (Virgínia, as duas Carolinas e a Geórgia), que se dedicavam ao plantio tradicional do tabaco e de algodão, apresentavam uma economia menos desenvolvida, semelhante à economia colonial da América Latina. A mentalidade econômica dos estados do Sul coincidia com os programas do Partido Republicano, uma vez que ao contrário dos estados do Norte (vinculados aos planos industrialistas de Alexander Hamilton e da corrente federalista), desejavam autonomia para conservar seu sistema escravista de produção. Além da escravidão, o Sul defendia uma política de baixas tarifas alfandegárias (livre-cambismo); já o Norte considerava essencial que o país tivesse uma política protecionista (de altas tarifas alfandegárias) para proteger a indústria local. Além disso, o Norte não valorizava a escravidão como força de trabalho, sabendo ser ela incompatível com a atividade industrial.



NEUMANN, Adolf. *Fundadores dos Estados Unidos*. 1876. Xilografia. Representação dos fundadores dos Estados Unidos (do alto à esquerda para baixo à direita): Benjamin Franklin, John Adams, George Washington, Thomas Paine e Thomas Jefferson.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01** Complete a tabela a seguir indicando as principais características entre o Norte e o Sul após a Independência dos Estados Unidos.

	Norte	Sul
Características econômicas		
Características políticas		
Partido político		

- 02** Explique como a Constituição aprovada em 1787 estabeleceu a organização política dos Estados Unidos e identifique o primeiro presidente a aplicá-la.
- 03** Pesquise e explique o significado da denominação “República Federativa Presidencialista”. Cite uma prerrogativa do Governo Federal e uma prerrogativa dos estados que justifiquem essa denominação.

2. Expansão territorial: a Marcha para o Oeste

A expansão territorial para o Oeste gerou a representação simbólica da fronteira ocidental do país que, no imaginário estadunidense, tornou-se um limite móvel, passível de ser empurrado progressivamente até o Pacífico e para além dele. Essa expansão foi feita por meio de compra, conquista e anexação de territórios, tendo sido altamente destrutiva para os povos indígenas que habitavam essas regiões. Ela também mesclava o sonho da expansão civilizacional, a renovação dos valores políticos característicos das elites dos estados da costa atlântica e a imagem de nação. O imaginário da “fronteira sempre aberta” contribuiu para a consolidação do nacionalismo republicano dos Estados Unidos, que ganhava força por ser continuamente reafirmado em cada novo território incorporado à nação.

No Período Colonial, a fronteira oeste coincidia com a **cadeia montanhosa dos Apalaches**, barreira que foi logo superada após a Independência. A partir de então, a fronteira foi progressivamente deslocada para as margens leste e oeste do **Rio Mississippi**, para as Montanhas Rochosas e para o Oceano Pacífico. A chegada à costa oeste não sepultou o imaginário da conquista, uma vez que o Oeste se tornara uma metáfora aplicada a todas as regiões para onde os Estados Unidos pretendessem conduzir sua sociedade. Entre essas pretensões estadunidenses estavam, por exemplo, as ilhas do Pacífico e do Caribe, a costa asiática do Pacífico e toda a América Latina.

Quando as Treze Colônias se tornaram independentes, ocupavam cerca de 600 mil km² entre os montes Apalaches e o Oceano Atlântico. A população do país era então de 3,5 milhões de habitantes, tendo saltado para mais de 7 milhões no início do século XIX, como resultado do desenvolvimento comercial, industrial e financeiro do país, que atraiu milhares de imigrantes europeus. Esse considerável crescimento demográfico resultou na necessidade de se aumentar a produção de alimentos por meio da incorporação de novas terras que serviram não só para plantio e criação de gado, mas também como incentivo à procura de metais preciosos. Essas novas terras foram encontradas em larga escala nos territórios além-Apalaches.

A expansão dos Estados Unidos da América



A expansão territorial rumo ao Oeste se deu por meio de um processo gradativo, não linear, marcado pela violência e por vários empecilhos, como a intervenção de potências europeias (Espanha, França e Inglaterra) e a resistência de mexicanos e povos nativos que habitavam os territórios além-Mississipi. Esses últimos foram praticamente extintos pelas ações expansionistas.



A conquista do Oeste, seja da região das Planícies Centrais (*Middle West*), seja da região além das Rochosas (*Far West*), mudou completamente as perspectivas econômicas do país. O *Middle West*, especificamente, só foi completamente povoado pelos descendentes europeus no final do século XIX, devido à constante presença de povos indígenas bastante combativos na região. Em 1803, a região da Louisiana foi comprada da França napoleônica por 15 milhões de dólares. Em 1819, a Flórida foi adquirida da Espanha, após uma série de conflitos, por 5 milhões de dólares. O Oregon, território situado na costa noroeste, por meio da diplomacia, foi negociado com a Inglaterra mediante um tratado. Também foi por via diplomática que a fronteira norte com o Canadá foi demarcada no acordo assinado com a Inglaterra em 1814. A fronteira mexicana, ao contrário, foi definida por meio da guerra, que permitiu aos Estados Unidos anexar, em 1848, quase a metade do território mexicano constituído pelas regiões do Texas, Novo México e Califórnia. Em 1867, o Alasca foi comprado da Rússia por 7 milhões de dólares e, em 1898, o arquipélago do Havaí foi anexado.

2.1. Estados Unidos *versus* México

As relações conflituosas entre os Estados Unidos e o México iniciaram-se na década de 1820. O Texas, que fazia parte do México, começou a ser ocupado por colonos estadunidenses com a autorização do governo mexicano. Contudo, esses colonos recusavam-se a cumprir a Constituição do México, especialmente a proibição ao trabalho escravizado. No início da década de 1830, o governo mexicano – então exercido pelo ditador **general Santa Anna** – procurou obrigar os estrangeiros a obedecer às leis mexicanas. Esse posicionamento mais severo do governo central do México resultou no início de confrontos com os texanos, que acabaram por aprisionar o próprio general.

Em 1836, o Texas proclamou sua Independência e pediu a sua união aos Estados Unidos, que ocorreu em 1845. No entanto, os estadunidenses desejavam anexar mais terras e o governo da União provocou uma situação de conflito na fronteira, criando um pretexto para iniciar uma guerra contra o México. Essa guerra durou de 1846 a 1848 e terminou com a derrota dos mexicanos. A paz foi assinada com o **Tratado de Guadalupe-Hidalgo**, pelo qual o México foi obrigado a ceder aos Estados Unidos, mediante a indenização de 15 milhões de dólares, os territórios dos atuais estados da Califórnia, Nevada, Utah, Colorado, Arizona e Novo México, garantindo aos vizinhos do norte o acesso ao Oceano Pacífico.

Quando a guerra contra o México terminou, teve início a corrida do ouro, descoberto em Sacramento, na Califórnia. De todas as partes do mundo, chegavam aventureiros em busca de enriquecimento rápido. Nem todos conseguiram o que desejavam, porém contribuíram para o espantoso aumento da população da região, que, de 20 000 habitantes em 1848, passou para 92 000 em 1850, e para 379 000 em 1860. Desse modo, a corrida do ouro acelerou o povoamento da costa oeste, que se intensificou antes da ocupação completa do Meio-Oeste.

A expansão do povoamento ao Extremo Oeste foi apoiada por um programa oficial de construção de ferrovias transcontinentais que atravessaram os Estados Unidos do Atlântico ao Pacífico. As ferrovias transcontinentais constituíram um dos empreendimentos mais rendosos para os capitalistas da costa leste. Elas possibilitaram o transporte do gado texano, conduzido para o abate no Leste, e favoreceram o estabelecimento de enormes fazendas e o enriquecimento dos grandes pecuaristas texanos. Ao final desse processo de expansão e de conquista do Oeste, os Estados Unidos contavam com um território de 7 milhões e 800 mil quilômetros quadrados.



Vida no Extremo Oeste. Revista *The Graphic*, v. XIX, 1879. Ilustração. (a) Emboscada, (b) Cabana, (c) Casa à beira do rio, (d) Jantar.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 04** [...] A próxima conquista seria a Califórnia mexicana, devido ao interesse norte-americano no comércio marítimo da região. Os mexicanos sequer tentaram saídas diplomáticas e os americanos entenderam isso como motivo para mais uma guerra. Ao fim do conflito, em 1848, os mexicanos assinaram o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, reconhecendo a fronteira do Rio Grande e cedendo o Novo México e a Califórnia aos Estados Unidos.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luis E.; MORAIS, Marcus V. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 118. [Fragmento]

Aponte as determinações do tratado citado no texto.

- 05** Nas eleições de 1820 [...] a vitória ficou com John Quincy Adams. [...] Seu programa nacionalista sustentava a construção de estradas, canais e o estabelecimento de uma Universidade e um Observatório, além de uniformizar os pesos e as medidas. Além disso, Adams investiu em novas campanhas para a conquista do Oeste.

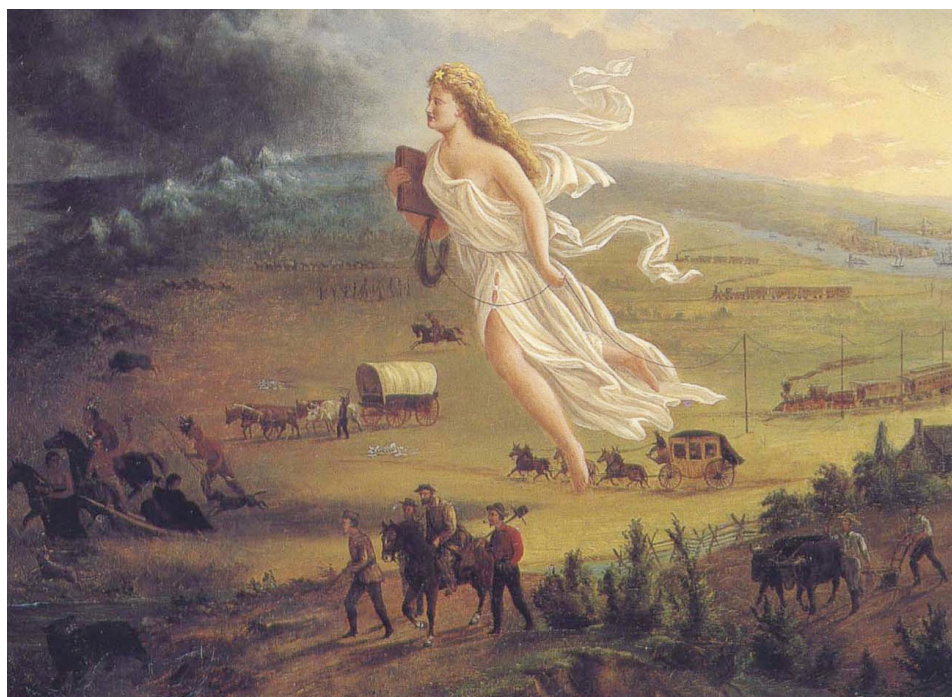
KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luis E.; MORAIS, Marcus V. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 102. [Fragmento]

No século XIX, a expansão das fronteiras marcou a história dos Estados Unidos. Indique três maneiras pelas quais o alargamento territorial foi feito.

- 06** Relacione os seguintes fatores: anexação da Califórnia, construção de estradas de ferro e criação de gado no Texas.

2.2. O Destino Manifesto

A expansão para o Oeste constituiu um dos aspectos mais importantes da história estadunidense. Ela se baseou na doutrina do **Destino Manifesto**, a crença de que Deus havia atribuído aos Estados Unidos a missão de submeter ao seu domínio toda a América do Norte, inclusive as ilhas ao largo da costa. Em meados do século XIX, o jornalista John O'Sullivan reafirmava esse pensamento, expressando: "Nosso Destino Manifesto atribuído pela Providência Divina para cobrir o continente para o livre desenvolvimento de nossa raça".

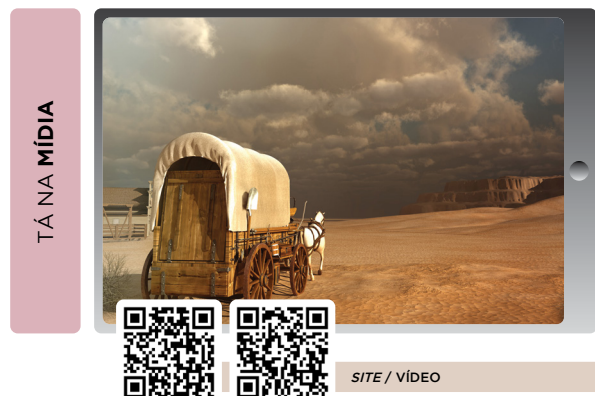


GAST, John. *Progresso americano*. 1872. Óleo sobre tela, 123,4 cm x 163,4 cm. Autry Museum of the American West, Califórnia. A pintura de John Gast é uma representação iconográfica da doutrina do Destino Manifesto e da expansão para o Oeste.

No quadro, a figura angelical da mulher é a personificação da nação estadunidense, levando a luz da civilização capitalista aos lugares ainda "selvagens" do Oeste. A civilização é representada pelas figuras dos colonizadores dos estados do Leste e afugenta os índios nativos e os animais selvagens, para os quais – na concepção dos colonizadores – não havia espaço na "sociedade civilizada".

A conquista da costa oeste até o Oceano Pacífico deu aos Estados Unidos acesso direto ao Oriente e lhes propiciou o contato com os cobiçados mercados da China e do Japão. A anexação da Flórida, por sua vez, abriu caminho para o Golfo do México e para o Mar das Antilhas, meta importante para alcançar toda a América Latina. Os estadunidenses não abandonaram sua política de expansão territorial ao alcançarem o Pacífico e, em 1887, obtiveram os direitos de usar o porto de Pearl Harbor, no Havaí, onde já desenvolviam uma importante agroindústria açucareira. Em 1898, incorporaram definitivamente o arquipélago.

Tais ações demonstram a evolução da política externa dos Estados Unidos em direção a atitudes fortemente imperialistas ao longo do século XX e início do XXI. Apoiados nas ideias do Destino Manifesto, os Estados Unidos pregaram a crença em sua superioridade moral e política em missões supostamente civilizadoras em todas as regiões do globo.



Acesse o primeiro QR Code e conheça alguns aspectos sobre a vida no Velho Oeste.

Acesse o segundo QR Code e conheça alguns estereótipos construídos sobre o Velho Oeste.

DÁ O QUE PENSAR

[...] Faroeste, imagem-ação [...]

Dentre os gêneros que, tradicionalmente, são ligados à imagem-movimento, o faroeste é um dos mais emblemáticos. [...] Na filmografia norte-americana que vai dos anos 1910 até os anos 1960, o faroeste é o gênero que, além de possuir a imagem-ação como sua componente principal, lida com todo o mito de formação da nação norte-americana [...]. Os heróis, [...] a exploração de um grande território desconhecido e a busca pela verdade são elementos básicos da formação da nação norte-americana e estão sempre presentes nos faroestes tradicionais. Assim, quando os Estado Unidos passam, nos anos 1960, por uma crise de valores, com a Guerra do Vietnã [...] nos anos 1960, o faroeste acabou por retratar [...] essa crise na sociedade norte-americana. [...]

COSTA, R. C. O Faroeste em John Ford e Glauber Rocha: a verdade e o mito da imagem. *Revista Poiésis*, n. 14, p. 103, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/27072/15770>. Acesso em: 8 mar. 2023. [Fragmento]



Ian Logan / Getty Images

Com base nas ideias do texto, reúna-se em grupo com seus colegas para realizar os tópicos a seguir:

- Escolham uma produção fílmica sobre faroeste e respondam: de que maneira esse filme retrata a Expansão para o Oeste?
- Há indígenas no filme? Se sim, como eles são representados?
- Você consegue notar a presença da doutrina do Destino Manifesto nessa produção? Justifique sua resposta. Anote suas respostas e compartilhe com a turma.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



07 Comente o significado do deslocamento da fronteira oeste para o imaginário nacional dos Estados Unidos.

08 Explique como se deu a conquista do Oeste.

09 Posturas e concepções presentes nos movimentos religiosos, como a ideia de que existem povos escolhidos e abençoados por Deus, passariam a povoar o imaginário coletivo da nação que se acreditava eleita para um destino glorioso. A fé nas instituições livres e democráticas também se intensificava. [...] Seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luis E.; MORAIS, Marcus V. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 115. [Fragmento]

Relacione a ideia apresentada no texto com a doutrina do Destino Manifesto.

10 Durante quase todo o século XIX e começo do século XX, os Estados Unidos não cessaram sua expansão territorial e política, apoiada nos ideais do Destino Manifesto e voltada para o atendimento das novas necessidades de mercado da economia estadunidense.

Justifique a afirmativa anterior e explicita dois argumentos históricos para os ideais do Destino Manifesto e para a expansão de mercado da economia estadunidense no século XIX.

11 Em ocasião da morte de Osama bin Laden, em 02 de maio de 2011, o então presidente estadunidense, Barack Obama, proferiu um discurso. Leia-o a seguir:

SRDL

A causa da segurança de nosso país não está completa. Mas, esta noite, mais uma vez lembramos que os Estados Unidos podem fazer tudo a que se determinar fazer. Essa é a história de nossa história, seja a busca da prosperidade para nosso povo, ou a luta pela igualdade de todos os nossos cidadãos; nosso compromisso é lutar por nossos valores no exterior, e nosso sacrifício é fazer do mundo um lugar mais seguro. Deixem-nos lembrar de que podemos fazer essas coisas não apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos. Obrigado. Que Deus os abençoe. E que Deus abençoe os Estados Unidos da América.

OBAMA, Barack. Pronunciamento sobre a morte de Osama Bin Laden. *G1*, 2 maio 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/0-pronunciamento-de-obama-sobre-a-morte-de-bin-laden.html>. Acesso em: 23 abr. 2020. [Fragmento]

De que forma essa parte do discurso de Obama pode ser associada à doutrina do Destino Manifesto? Argumente.

2.3. A resistência indígena à marcha colonizadora

Os primeiros colonizadores que se estabeleceram no litoral do Atlântico, formando as Treze Colônias inglesas, no século XVII, iniciaram o processo de ocupação das terras indígenas, empurrando os nativos cada vez mais para o interior. Com a Independência, esse movimento de conquista tornou-se ainda maior e mais violento.

A promulgação da **Lei do Noroeste**, em 1787, foi um marco na luta contra os povos nativos, visto que estabeleceu as normas da ocupação baseadas na premissa de que, quando um território possuísse uma população maior que 60 mil habitantes "livres", poderia ser incorporado à União, nas mesmas condições que os estados originais. Isso significou, na prática, a expulsão, na maioria das vezes violenta, dos índios que habitavam as regiões cobiçadas pelos chamados "colonos da fronteira".

Os colonos da fronteira formavam um grupo variado de homens que se lançavam à conquista das terras. Na vanguarda da imigração iam os caçadores, que promoviam violentas caças aos índios, tratando-os como mais uma fera a ser morta para a ocupação do território. O segundo grupo seria uma mistura de caçadores e fazendeiros que construíam suas casas de troncos, com janelas de vidro, uma boa chaminé e aposentos separados. Rapidamente limpavam a terra, plantavam seus cereais, vegetais e frutas; caçavam, pescavam e colhiam mel nos bosques. Preocupavam-se em comprar grandes áreas de terras baratas que, quando atingiam um bom preço, eram vendidas e eles se mudavam mais para o Oeste. O terceiro grupo incluía médicos, advogados, comerciantes, editores, pregadores, operários, políticos e especuladores de terra.

O povoamento indígena das terras desejadas pela expansão estadunidense era muito esparsa, uma vez que os nativos eram seminômades. Eles viviam, essencialmente, da caça (principalmente de bisões / búfalos) e da pesca. Os índios precisavam seguir a caça nas suas andanças, primeiramente por meio das florestas e depois pelas planícies.

A maior parte dos pioneiros era formada por sedentários que desmatavam, semeavam e cultivavam o solo. Com isso, os povoamentos cortavam os territórios de caça dos índios, privando-os de seu sustento. Isso tornava os interesses dos dois grupos incompatíveis. De tempos em tempos, o antagonismo explodia em ações violentas: uma tribo indígena se lançava de improviso sobre algum povoamento, massacrava os ocupantes, devastava plantações e, em resposta, as milícias dos brancos reagiam com mais violência.

Os indígenas lutaram intensamente e resistiram ao processo de invasão de suas terras, mas não foram capazes de impedir a ação dos pioneiros, que contavam com o apoio das autoridades locais ou federais. Em 1862, foi aprovado o **Homestead Act** (Lei de Cessão de Terras), que dava 160 acres de terra a todo cidadão que as ocupasse efetivamente por cinco anos. As terras que eram ocupadas pelos índios foram violentamente tomadas e, posteriormente, vendidas a baixo preço.



Gravura do século XIX. Indígenas *Secwepem* na região da Colúmbia Britânica.



KURZ, Fred. Nativos americanos caçando búfalos com arco e flecha. 1862. Gravura.



Gravura de 1882 representando o líder indígena da tribo dos *Sioux*, Touro Sentado.

Cada estado tinha autonomia para conduzir as suas políticas em relação aos indígenas, mas todas elas tendiam para a espoliação dos indígenas. Foram vários os conflitos entre brancos e indígenas; dentre os povos nativos, se destacaram os **peles-vermelhas** (exímios guerreiros), os **Sioux**, que em 1867 derrotaram e mataram o general Custer (famoso exterminador de indígenas), e os **Cheyenne**, que enfrentaram os brancos e foram derrotados pelos invasores com o apoio do Exército. Em 1826, todos os indígenas foram transferidos para o outro lado do Mississippi e confinados em reservas. As reservas indígenas, a princípio, tinham dimensões suficientes para a conservação de traços das culturas tradicionais dos povos nativos, contudo, a partir de 1887, quando a **Lei Dawes** acabou com a propriedade tribal e deu um lote individual a cada índio, as reservas tenderam a diminuir drasticamente de tamanho. Como resultado, as populações indígenas foram reduzidas a situações de grande miséria, que somente seriam aliviadas para algumas comunidades com as políticas federais de apoio a essas populações a partir de meados do século XX.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

12 Se vendemos nossa terra a vós, deveis conservá-la à parte, como sagrada, como um lugar onde mesmo um homem branco possa ir sorver a brisa aromatizada pelas flores dos bosques. Assim consideraremos vossa proposta de comprar nossa terra. Se nos decidirmos a aceitá-la, farei uma condição: o homem branco terá que tratar os animais desta terra como se fossem seus irmãos. Sou um selvagem e não compreendo outro modo. Tenho visto milhares de búfalos apodrecerem nas pradarias, deixados pelo homem branco que neles atira de um trem em movimento. Sou um selvagem e não compreendo como o fumegante cavalo de ferro possa ser mais importante que o búfalo, que nós caçamos apenas para nos mantermos vivos.

A CARTA do Cacique Seattle – Cacique Seattle. *Acervo Paulo Freire*.
Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/100/1/FPF_PTF_12_073.pdf.
Acesso em: 26 abr. 2023. [Fragmento]

O texto anterior faz parte de uma carta de 1855 do cacique Seattle, da tribo *Suquamish*, para o então presidente estadunidense Francis Pierce. A carta foi enviada após o governo firmar a pretensão de posse da terra desses povos. A partir dessas informações, responda:

- De acordo com o texto, diferencie a relação dos indígenas e dos não indígenas com a natureza.
- Aponte duas consequências para os indígenas do contato com outros povos.

13 Em sua expansão para o Oeste, os cidadãos dos Estados Unidos encontraram uma numerosa população indígena que ocupava um vasto território. Os pioneiros que para lá se dirigiam tinham apoio legal do Governo Federal e dos estados para essa ocupação, que provocou o deslocamento, o extermínio e, finalmente, o confinamento dos povos indígenas em reservas previamente delimitadas.

Com base no trecho anterior, cite as três leis mais importantes que regulamentaram essa ocupação e explique o que cada uma determinava.



BERNOULLI **PLAY**

A conquista do Oeste >> 2006

A conquista do Oeste pelos Estados Unidos reconfigurou completamente o que naquele momento eram apenas ex-colônias inglesas. Assista ao vídeo para acompanhar o processo.

3. A Guerra de Secessão (1861-1865)

3.1. Antecedentes

A Marcha para o Oeste acentuou as diferenças entre os estados do Norte e do Sul, latentes desde o início de sua formação. Essas diferenças geraram dois polos que se opunham, mas também se complementavam no processo de desenvolvimento do capitalismo estadunidense. A elite do Norte, ao contrário da do Sul, opunha-se à escravidão, pois desejava ampliar o mercado consumidor para seus produtos, sendo necessária, para isso, a existência de um massivo mercado de trabalhadores assalariados. Com essa postura, o Norte, manufatureiro, vendia os seus produtos industriais ao Sul, agrícola e escravocrata, e deste comprava matérias-primas, em especial o algodão.

Os empresários do Norte defendiam o estabelecimento de uma política protecionista que limitasse a importação de manufaturados no país, com o objetivo de proteger suas indústrias da concorrência europeia. Possuíam importantes mercados no Sul e no Oeste em expansão e precisavam, cada vez mais, de tarifas alfandegárias altas que protegessem a produção industrial da concorrência estrangeira, especialmente da Inglaterra.

Um grave problema enfrentado pelos industriais do Norte era a falta de mão de obra. A grande oferta de terras atraía os trabalhadores para o Oeste, onde preferiam se tornar pequenos proprietários a trabalhar nas fábricas insalubres, cumprindo uma jornada que durava das cinco da manhã às sete e meia da noite, com dois intervalos de meia hora para café e almoço. Essa escassez de mão de obra tornou os salários relativamente altos e levou os industriais a utilizarem em larga escala o trabalho de mulheres e crianças.

No final do século XVIII, as plantações de algodão passaram a dominar os estados do Sul. As pequenas propriedades e as culturas tradicionais (arroz, fumo, anil) perderam importância frente ao sistema de *plantation*, grandes fazendas monocultoras que utilizavam mão de obra escrava. Essas propriedades produziam e exportavam algodão para a Inglaterra e para os estados do Norte.

A empresa monocultora de algodão produziu uma rápida expansão do escravismo e enriqueceu os sulistas brancos. A elite sulista aristocratizou-se e as diferenças sociais entre negros e brancos aprofundaram-se. Para poder vender seus produtos agrícolas nos mercados externos com melhores preços, os latifundiários sulistas colocaram-se contra as tarifas protetoras, defendendo o livre-comércio. Essa posição beneficiava a Inglaterra, grande mercado do algodão sulista e fornecedora de produtos industrializados, na concorrência com os estados do Norte.



g. Ernte und Verpackung von Baumwolle in Louisiana.

HIRTS, Ferdinand. *Afro-americanos colhendo e embalando algodão na Louisiana. 1886. Gravura.*

As diferenças econômicas influíram na formação da mentalidade das elites de cada região. Os empresários do Norte formavam um grupo dinâmico e empreendedor, com interesses financeiros atrelados ao desenvolvimento nacional. No Sul, continuava a predominar uma mentalidade rural, aristocrática, voltada para os interesses regionais, dando mais importância à autonomia dos estados e de suas respectivas elites do que ao fortalecimento do país.

O antagonismo entre as duas regiões tendeu a tornar-se mais agudo na primeira metade do século XIX. Nessa época, o debate sobre as tarifas tornou-se mais radical, sobretudo quando, em 1832, a Carolina do Sul ameaçou separar-se da União, exigindo tarifas mais baixas. Outro ponto de tensão referia-se aos gastos de recursos federais. O Norte defendia a construção de canais e estradas de ferro que facilitassem o escoamento de sua produção, especialmente para os estados do Oeste. Essas obras, no entanto, demandavam vultosos recursos e, por isso, deveriam ser financiadas pelo Governo Federal. Os representantes sulistas no Congresso colocaram-se contrários a essa medida, alegando que tais obras beneficiariam apenas os estados do Norte.

A divergência mais grave entre os estados das duas regiões era a questão da escravidão, que está na origem da guerra entre o Norte e o Sul. Entretanto, não devemos supor que isso ocorreu simplesmente porque o Norte desejasse obrigar o Sul a abolir a escravidão. A grande maioria da população nortista não era contra a escravidão. Aceitava-se o escravismo do Sul, desde que ele não se disseminasse pelos estados do Oeste.

Por outro lado, para os sulistas era fundamental que a escravidão fosse permitida no Oeste, porque, dessa forma, o valor dos escravos seria mantido alto, o que era vital para o mercado interno escravista.

A proibição do tráfico negreiro do exterior para os Estados Unidos, decretada pelo Congresso em 1808, fez com que vários estados escravistas do Sul passassem a incentivar esse mercado interno ou mesmo o tráfico negreiro clandestino. Estados como Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Kentucky, Tennessee e Missouri auferiam lucros altos nesse comércio.

Quando o território do Missouri foi elevado à categoria de estado, aumentando a força do Sul no Congresso, os representantes do Norte reagiram e não aceitaram reconhecer o novo estado. Essa crise, desencadeada em 1822, resultou em um acordo denominado **Compromisso do Missouri**, ficando estabelecido que:

- O estado do Maine seria criado a partir de uma seção de Massachusetts, onde não existia escravidão.
- Os estados, a partir de então, seriam criados aos pares, um escravista e outro livre.
- A escravidão não seria permitida ao norte do paralelo 36°30', com exceção do Missouri.

Pouco tempo após a formalização desse compromisso, alguns estados do Oeste, ao sul e ao norte do paralelo, rebelaram-se contra as suas determinações. A Califórnia, ao sul do paralelo, desejava entrar para a União como estado não escravista; o Novo México não desejava ter leis a favor ou contra a escravidão e os territórios de Kansas e Nebraska queriam escolher livremente ser ou não ser escravistas. Em 1854, o Compromisso do Missouri foi revogado e o Congresso aprovou a **Lei Kansas-Nebraska**, que estabelecia como nova linha demarcatória a própria rota da ferrovia que o Governo Federal construiu, ligando o Leste ao Oeste e passando pelos territórios de Nebraska, Kansas e Utah.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

- 14** Uma barganha conciliatória conhecida como o Compromisso do Missouri admitiu aquele estado como escravista [...]. Para manter o equilíbrio, o território do Maine foi [...] admitido como um estado livre. O Compromisso do Missouri assegurou que o equilíbrio de poder entre os representantes dos estados livres e escravistas seria mantido no Senado.

IZECKSOHN, V. Escravidão, Federalismo e Democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 57, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/RvpQxRsnyqPypc8d66GjtTJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022. [Fragmento]

Indique uma determinação do Compromisso do Missouri e explique a razão de o Congresso tê-lo revogado posteriormente.

3.2. A eleição de Abraham Lincoln e o início da Guerra Civil

Em 1854, foi fundado o Partido Republicano, que, desde o início, tinha como objetivo declarado impedir a extensão da escravidão sulista aos novos territórios anexados aos Estados Unidos. Em 1860 foi eleito presidente, por esse partido, Abraham Lincoln. Filho de uma família de pioneiros do estado de Kentucky, Lincoln, como boa parte da população do Norte, não se opunha à escravidão no Sul, no entanto, era radicalmente contra a escravidão nos novos estados.

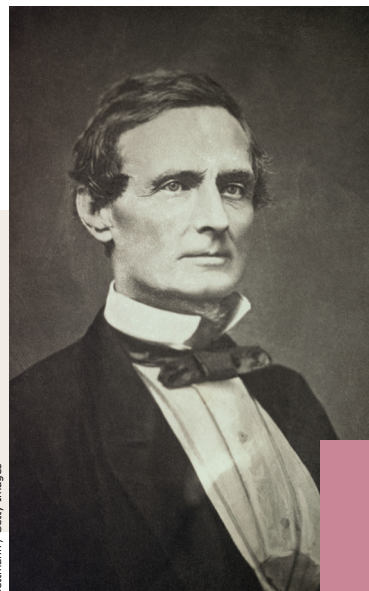
A eleição de Lincoln representou uma derrota efetiva para os sulistas em relação à questão da expansão da escravidão. Era certo que ele usaria o poder presidencial para impedir definitivamente o surgimento de estados escravistas no Oeste. Conhecidos os resultados das urnas, a Carolina do Sul declarou-se separada da União, defendendo o lema: "Resistir a Lincoln é obedecer a Deus". Em fevereiro de 1861, sete estados do Sul fundaram os **Estados Confederados da América**, elegendo Jefferson Davis o seu presidente e demonstrando a disposição de estabelecerem um novo país. A capital da Confederação foi instalada em Richmond, na Virgínia. O novo país, porém, não contou com o apoio de todos os estados escravistas. O Kansas e o Missouri, por exemplo, permaneceram integrados aos Estados Unidos, sem abolir o regime de trabalho escravo.



Abraham Lincoln lê a Bíblia com a ex-escravizada e abolicionista Sojourner Truth. 1862. Fotografia.



Bandeira dos Estados Confederados da América.



Fotografia do Presidente dos Estados Confederados Jefferson Davis (1808-1889).

3.3. O conflito

Lincoln não concordou em retirar as tropas federais dos Estados Confederados e, por isso, os sulistas deram início às ações de guerra atacando o **Forte Sumter**, uma guarnição federal localizada em frente ao porto de Charleston, na Carolina do Sul. Os sulistas obtiveram algumas vitórias iniciais, mas terminaram derrotados pela superioridade populacional, industrial e financeira do Norte. A população nortista era de 22 milhões de habitantes, distribuídos em 23 estados. Suas indústrias fabricavam seus armamentos, inclusive os navios que bloqueavam o Sul, impedindo que essa região recebesse do exterior, principalmente da Inglaterra, os armamentos de que necessitava. O Sul contava com onze estados nos quais vivia uma população de 9 milhões de habitantes, sendo que mais de 3 milhões eram escravos negros.

A região não era sequer autossuficiente no abastecimento de víveres. Por outro lado, possuía uma grande tradição militar, um litoral muito extenso, que praticamente impossibilitava o bloqueio dos navios inimigos, e uma vantagem ainda maior, que era a de lutar em seu próprio território. Os sulistas acreditavam que não precisavam fazer outra coisa senão defender-se até que os nortistas se cansassem e abandonassem a luta.

Em meio à guerra, a escravidão foi abolida nos Estados Confederados por decreto do presidente Lincoln, que afirmou: “Chegou o momento em que percebi que a escravatura devia morrer para que a nação pudesse viver”. Sobre essa medida, Jefferson Davis declarou ter sido “o ato mais execrável da história humana”, fato que levou os sulistas a combaterem até o esgotamento total de suas forças. O objetivo da abolição era desorganizar a economia sulista, instigando os escravizados à rebelião, e, ao mesmo tempo, conquistar a simpatia da Europa, que poderia se sensibilizar pela causa abolicionista. Nesse ponto, é necessário ressaltar que a abolição efetiva só se deu em janeiro de 1865, mas sem nenhum programa de ajuda ou adaptação dos ex-escravos, o que perpetuou a desigualdade e as injustiças contra a população negra nos Estados Unidos.

Em 1865, o general Robert Lee, comandante dos Exércitos Confederados, rendeu-se na aldeia de Appomatox ao general Ulisses Grant, comandante das forças da União, pondo fim ao conflito. No ano anterior, Lincoln havia sido reeleito para a Presidência, porém não chegou a tomar posse porque, quatro dias após a rendição das tropas comandadas pelo general Lee, foi assassinado no interior de um teatro pelo ator sulista John Booth.



BATTLE OF OPEQUAN OR WINCHESTER, VA.

Autoria desconhecida. *Batalha de Opequan*. c. 1893. Litogravura. Representação da Guerra Civil Americana.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

15 É difícil para o velho espírito escravista morrer. Mas morrer, deve.

TRUTH, Sojourner. In: DAVIS, W. C.; SAUERS, R. A. *Civil War chronicle*. Lincolnwood: Legacy, 2004. p. 348. [Fragmento]

Explique a frase anterior relacionando-a à Guerra de Secessão.

16 (Unicamp-SP) A Guerra de Secessão (1861-1865) foi motivada, dentre outras coisas, pela questão do regime de trabalho nos Estados Unidos.

- Caracterize os regimes de trabalho no Norte e no Sul dos Estados Unidos às vésperas da Guerra de Secessão.
- De que modo o desfecho da Guerra de Secessão influenciou a industrialização daquele país?

17 [...] A vitória do Norte ou do Sul poderia representar a vitória ou a derrota de ideais que, fundadas no marco de 1776 e no contexto de uma "era das revoluções", estavam sendo continuamente disputadas no século XIX, colocando em xeque as noções de nação, de povo, de república e de autogoverno. [...]

Oliveira, Juliana Jardim de Oliveira e. *A Guerra Civil no espaço Atlântico: a secessão norte-americana nos debates parlamentares brasileiros (1861-1865)*. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2017. p. 2.

Indique a região vencedora do conflito civil indicado no texto e apresente uma consequência socioeconômica dessa vitória.

TÁ NA MÍDIA



Historical/Getty Images

E o vento levou (*Gone with the wind*). EUA, 1939. Narra a complicada vida de Scarlet O'Hara, herdeira de tradicional família da elite latifundiária sulista, seus amores e desilusões, em uma época marcada pela Guerra de Secessão e pela Reconstrução.

A cabana do Pai Tomás, de Harriet Beecher Stowe. A luta pela abolição da escravidão tomou significado maior com a publicação desse romance em 1852, que vendeu milhares de volumes e despertou grande indignação popular contra a escravidão e o fervor pela luta abolicionista.

FILME / LIVRO

3.4. Os Estados Unidos após a Guerra Civil

A Guerra Civil produziu uma devastação terrível nos estados do Sul. A Virgínia e o Tennessee foram destruídos pelos Exércitos em luta; a Geórgia e a Carolina do Sul tiveram uma faixa de 96 km de largura, entre Atlanta e o Oceano Atlântico, arrasada; grandes áreas do Alabama, do Mississippi e do Arkansas estavam em ruínas. Cidades importantes (Richmond, Columbia, Atlanta) haviam sido devoradas pelo fogo ou destroçadas pelos bombardeios. As pontes haviam sido derrubadas, as estradas estavam em péssimas condições, centenas de quilômetros de ferrovias estavam destroçadas e o gado, destruído. Os bancos fecharam suas portas, as companhias de seguro estavam falidas, os negócios, arruinados e uma grande parte do algodão que havia sido estocado tinha sido queimada ou confiscada pelas autoridades militares. A maior parte das escolas públicas estava fechada e a educação, paralisada. A agricultura estava em estado desesperador. Milhares de fazendas estavam abandonadas, cavalos e gado foram mortos ou roubados e o sistema de trabalho estava desorganizado. Durante o inverno de 1865, a ameaça da fome era iminente para brancos e negros sustentados pelo Exército Federal (da União) que ocupava os estados do Sul.

Os anos que se seguiram à Guerra de Secessão deram origem a um período chamado de **Reconstrução**, que foi marcado por conquistas importantes para a população negra. À vitória abolicionista que representou o fim da escravidão pouco antes do final da Guerra – pela **13ª Emenda** à Constituição – seguiram-se outras, como a que conferiu aos negros emancipados direitos de cidadania (**14ª Emenda**) e a que proibiu que se negasse o sufrágio a qualquer cidadão por motivos de cor ou condição servil anterior (**15ª Emenda**). Entretanto, as leis abolicionistas não garantiram uma real inserção econômica e política dos ex-escravizados à sociedade sulista.

A ausência de artifícios legais para a proteção da população negra resultou na sua marginalização (e posterior segregação) nos anos seguintes à Guerra Civil. Uma vez livres, os negros deviam abandonar as terras de seus antigos senhores, sem ter para onde ir, na maioria das vezes. Como a promessa de Lincoln de que cada família receberia uma terra para viver não foi cumprida, restou aos negros continuar trabalhando nas fazendas dos antigos senhores, recebendo um pequeno salário, em situação que pouco diferia do antigo estado de escravidão.

A partir de 1870, a autonomia política foi restituída aos estados sulistas, terminando a ocupação militar pelo Norte. A elite branca tradicional não tardou em organizar-se para recuperar o seu poder, ficando a população negra entregue à própria sorte. Foram formadas sociedades secretas de combate aos negros e aos abolicionistas. Tais grupos utilizavam toda forma de violência para reafirmar seu ideal de separação e hierarquização racial entre brancos e negros. Essas sociedades secretas de ideologia racista eram compostas por membros da elite branca e logo conseguiram aprovar leis que reduziam drasticamente o contingente eleitoral negro. As regras para obtenção de direitos políticos foram alteradas de modo a excluir a maioria esmagadora dos ex-escravos. Passou-se a exigir que os eleitores fossem alfabetizados ou que tivessem pais eleitores, condição a que poucos dentre a população negra atendiam.

Entre essas sociedades secretas, destaca-se a **Ku Klux Klan (KKK)**, fundada por um grupo de jovens do Tennessee em 1866. Os seus integrantes usavam máscaras e túnicas brancas que ocultavam a identidade e serviam para atemorizar tanto os negros quanto os brancos favoráveis à igualdade de direitos. Visando garantir a hegemonia dos brancos, a KKK recorreu a enforcamentos, tiroteios, incêndios e outros atos criminosos. Rapidamente alastrou-se por outros estados e continuava ativa até o século XX, usando práticas terroristas contra negros, judeus, católicos e, posteriormente, comunistas. Essa ação contribuiu para o desenvolvimento de uma rígida segregação racial, com o objetivo de separar radicalmente negros e brancos em bairros, escolas, empresas ou quaisquer lugares públicos.



Longa marcha para a liberdade: a abolição da escravatura nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, significou apenas o começo da luta do povo afro-americano por respeito e oportunidade de viver e trabalhar em seu próprio país.



TÁ NA MÍDIA

Divulgação

A 13ª Emenda (13th). EUA, 2016. Documentário em que estudiosos, ativistas e políticos analisam a correlação entre a criminalização da população negra dos EUA e o *boom* do sistema prisional do país.

Infiltrado na Klan (Blackkklanman). EUA, 2018. Em 1978, Ron, um policial negro do Colorado, conseguiu se infiltrar na Ku Klux Klan local. Ele se comunicava com os outros membros do grupo por meio de telefonemas e cartas. Ele se torna amigo do líder da seita, sendo responsável por impedir uma série de linchamentos e outros crimes de ódio orquestrados pelos racistas.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

18 Observe as imagens a seguir:



Figura 1. Pôster de Campanha presidencial nos Estados Unidos do século XIX. 1868. Tradução: "Nosso lema: esse é um país de um homem branco: deixe os homens brancos governarem".

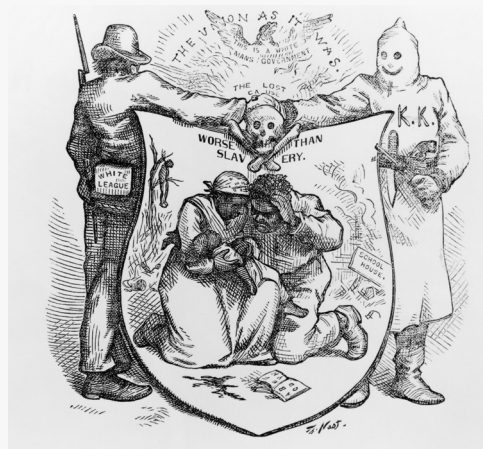


Figura 2. NAST, Thomas. A Liga Branca em parceria com a Ku Klux Klan no processo de segregação racial das pessoas negras. c. 1874. Gravura.

Descreva como agiam os membros das sociedades secretas nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão, com base nas imagens anteriores.

ESTÁ NO MUNDO

Quais as causas e consequências da manifestação de ódio racial nos EUA

[...] Um encontro [...] terminou em confrontos e prisões na [...] cidade americana de Charlottesville, no estado da Virgínia. Participantes gritaram palavras de ódio contra judeus, negros e latinos, além de exibirem publicamente símbolos e gestos ligados ao nazismo, à escravidão e a teorias raciais supremacistas. [...] Diversas cidades americanas estão retirando monumentos erguidos em homenagem a heróis da Guerra de Secessão, que, entre 1861 e 1865, opôs estados do Norte e do Sul dos EUA em torno, principalmente, da questão escravagista.

O estado de Virgínia, onde fica Charlottesville, era um dos Estados Confederados, do Sul, que defendiam a escravidão. Lá, foi erguido o busto do general Robert E. Lee, que, no século 19, se sublevou contra a União e acabou derrotado. A decisão recente de retirar o busto do general Lee fez com que diversos grupos [...] protestassem contra o que eles viam como um ataque à memória do estado e sua história.

[...]

Frases

Algumas das palavras de ordem gritadas por participantes da marcha em Charlottesville, ou proferidas em entrevistas no local: "Judeus não vão nos substituir", "precisamos defender a raça branca" e "se não fizermos algo, seremos expulsos do nosso próprio país", além de "eu sou nazista, eu sou nazista, sim".

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ONU Brasil

Tochas da KKK

Na noite de sexta-feira (11), supremacistas brancos marcharam com tochas acesas, alguns deles vestindo capuzes brancos. As tochas e as indumentárias remetem à Ku Klux Klan, grupo formado originalmente por ex-soldados confederados que, por décadas, promoveu linchamentos e assassinatos de negros, muitos por enforcamento, além da destruição de casas e de incêndios criminosos em igrejas no sul dos EUA.

[...]

CHARLEAUX, João Paulo. Quais as causas e consequências da manifestação de ódio racial nos EUA. *Nexo*, 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/14/Quais-as-causas-e-consequ%C3%A2ncias-da-manifesta%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%B3dio-racial-nos-EUA>. Acesso em: 28 abr. 2020. [Fragmento]

O texto anterior demonstra que, ainda hoje, há resquícios das políticas segregacionistas do século XIX nos Estados Unidos, como, por exemplo, o discurso de ódio presente no movimento da cidade de Charlottesville, citado no texto. Sabendo, da existência desse problema social, proponha formas de combate a discursos de ódio, com base em elementos éticos. Liste suas propostas no espaço a seguir.

O crescimento industrial

A vitória do Norte consolidou o poder político da burguesia empresarial e comercial, que se traduziu no crescimento extremamente rápido da indústria e dos transportes, resultando na formação de imensas fortunas. A veloz industrialização dos Estados Unidos foi consequência direta do aumento do mercado consumidor e da mão de obra, devido, principalmente, ao movimento migratório que se intensificou na segunda metade do século XIX. De 1860 a 1900, entraram no país mais de 14 milhões de estrangeiros, entre europeus, asiáticos e latino-americanos. Nesse período, sua população passou de 31 milhões para 76 milhões de habitantes. Em 1900, a população dos Estados Unidos era cerca de quatro vezes maior que a do Brasil. Outro fator que também favoreceu o desenvolvimento industrial estadunidense foi a grande disponibilidade de recursos naturais, como o petróleo do Texas e uma vasta área das Montanhas Rochosas rica em prata, cobre, petróleo, chumbo, ferro e zinco.

No final de 1860, o **capitalismo concorrencial** chegou ao auge nos Estados Unidos. Várias empresas concorriam entre si pelo domínio do mercado, resultando em um processo que foi comparado à seleção natural postulada por Charles Darwin. As empresas mais fortes, mais adaptadas às necessidades do mercado, eliminavam as mais fracas. A concorrência e a exploração desenfreadas foram fontes de inspiração para as ideias do filósofo inglês Herbert Spencer, chamadas de darwinismo social, em referência à teoria de Charles Darwin.

O darwinismo social afirmava que a concorrência e a exploração dos mais fracos se constituíam como um fenômeno natural e favorável ao progresso da sociedade. As empresas sobreviventes, após a eliminação das mais fracas, se constituíam como uma espécie revigorada. O *dumping*, uma prática que consiste em vender abaixo dos preços de custo para provocar a falência do concorrente e dominar o mercado, foi muito usado, e as empresas vencidas na concorrência eram absorvidas pelas vencedoras, num processo de fusão que deu origem aos **trustes**.

Foi a partir daí que surgiram as grandes fortunas do mundo empresarial. A partir de 1880, começaram a formar-se as corporações, sociedades de muitos acionistas, cuja administração era confiada a um grupo de diretores, desvinculados dos proprietários. Muitos investidores, grandes e pequenos, foram atraídos e logo as corporações se tornaram empresas gigantescas que passaram a controlar setores estratégicos da economia, como as indústrias de siderurgia e de extração de petróleo e as responsáveis pela fabricação de veículos motorizados, de componentes elétricos, de vidros e de máquinas de médio e grande porte.

O temor de que os trustes adquirissem um poder muito grande fez com que logo fossem adotadas leis antitrustes, como a **Lei Sherman**, aprovada em 1890 nos Estados Unidos. Os trustes controlavam o mercado e mantinham os salários baixos, fato que provocou a organização da classe trabalhadora. A formação de organizações de classe, como a American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho), de 1886, e a Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo), de 1905, possibilitou o lento amadurecimento e constituição de uma consciência de luta de classe entre os trabalhadores. Nas décadas finais do século XIX, a grande bandeira de luta da classe operária estadunidense passou a ser a reivindicação da jornada de oito horas de trabalho.

Ficou tristemente marcado na História o dia 1º de maio de 1880, quando uma manifestação operária sofreu uma repressão violenta na fábrica de máquinas agrícolas McCormick Harvester. A partir de então, até hoje, o dia 1º de maio (Dia Internacional do Trabalho) é celebrado como um marco da luta da classe trabalhadora por melhores salários e melhores condições de trabalho. Até o final do século XIX, a burguesia industrial e financeira dividiu com os proprietários de terra do Sul o papel de classe dominante nos Estados Unidos. Entretanto, devido à abolição da escravidão negra, os latifundiários do Sul perderam boa parte do seu prestígio e do seu poder. Por outro lado, os banqueiros e industriais do Norte e do Leste aumentaram seu poder político e sua capacidade de influência na condução dos negócios do país. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, os Estados Unidos já eram uma das nações mais ricas do mundo, com grande desenvolvimento industrial, que foi intensificado após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Na terceira década do século XX, a posição hegemônica dos Estados Unidos na economia internacional já era indiscutível.

4. As relações políticas externas dos Estados Unidos

Na primeira metade do século XIX, a política exterior dos Estados Unidos foi marcada por uma posição de isolacionismo em relação à conjuntura internacional, especialmente da Europa, que se encontrava agitada pelas guerras napoleônicas. A princípio, o governo estadunidense procurou manter-se politicamente neutro diante dos conflitos da Inglaterra contra a França e seus aliados.

Os ingleses, no entanto, não aceitaram tal neutralidade e reagiram, provocando a chamada Segunda Guerra de Independência (1812-1814). Apesar de vitoriosos,

os Estados Unidos acabaram por suspender temporariamente seu comércio com a Inglaterra. Tal fato favoreceu bastante a industrialização dos estados do Norte.

A dominação napoleônica sobre Espanha e Portugal acabou por incentivar as lutas de libertação na América colonial, principalmente na área espanhola, cujos colonos aproveitaram-se da situação para dar fôlego aos seus movimentos emancipacionistas.

Após a queda de Napoleão em 1815, as potências europeias procuraram retomar o domínio sobre as ex-colônias emancipadas e passaram a reprimir duramente os movimentos de Independência em curso. Para isso, contaram com o auxílio da Santa Aliança, uma associação político-militar dos governos de tendências absolutistas europeus, cujo objetivo era combater qualquer movimento de caráter liberal. A Santa Aliança pretendia intervir na América Espanhola e Portuguesa, em nome da defesa dos direitos dos Estados europeus.

O governo estadunidense reagiu imediatamente, através de uma mensagem do presidente James Monroe ao Congresso, em 1823, em que se opunha a toda e qualquer intervenção estrangeira nas Américas. Originava-se, assim, a **Doutrina Monroe**, cuja tese fundamental baseava-se no lema "a América para os americanos".

A Doutrina Monroe possuía três princípios básicos que a norteavam:

- O continente americano não pode ser objeto de recolonização.
- Não se admite a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos.
- Os Estados Unidos se abstêm de intervir nos negócios dos países europeus (isolacionismo frente à Europa).

A Doutrina Monroe viria a se tornar o preceito orientador da futura política dos Estados Unidos para a América Latina. Os estadunidenses formularam sua política para seus vizinhos ao sul do Rio Grande com base na ideia do pan-americanismo, baseado na defesa formal dos direitos do continente e no apoio à causa da Independência das colônias latino-americanas. Esse apoio tinha como objetivo final garantir aos Estados Unidos condições favoráveis para exercer, em longo prazo, o controle hegemônico do continente. Na defesa de seus interesses, os estadunidenses usaram a força da diplomacia, do dinheiro e até das armas.

A Doutrina Monroe e a teoria do Destino Manifesto serviram de base ideológica para que os Estados Unidos estendessem sua hegemonia sobre a América Latina, especialmente sobre a América Central, por meio de um intervencionismo cada vez mais intenso.

No início do século XX, os fundamentos da Doutrina Monroe foram adaptados pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) e passaram a ser conhecidos como Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Por meio deste, os Estados Unidos garantiam a si o direito de usar a força para intervir nos países do continente, na posição de “salvadores da América”. Nesse contexto, o presidente Roosevelt inaugurou a política do **Big Stick** (grande porrete, em tradução livre).

A ideia básica do *Big Stick* era a de que a América Latina devia ser protegida de qualquer tentativa de intervenção externa (não americana) e, com isso, os Estados Unidos passaram a policiar o continente. Essa posição era reforçada pelo fato de que os estadunidenses demonstravam acreditar que muitos governos latino-americanos eram totalmente incapazes de garantir a ordem, a paz e a segurança de seus países.

Um exemplo das pretensões imperialistas estadunidenses foi a intervenção no processo de Independência de Cuba (1898), o que gerou um confronto direto entre os Estados Unidos e a Espanha. A derrota dos espanhóis significou o reconhecimento da Independência de Cuba e a entrega aos Estados Unidos das Filipinas e da ilha de Porto Rico.

A intervenção em Cuba teve continuidade com a imposição, na Constituição Cubana de 1902, **da Emenda Platt**, que concedia aos Estados Unidos o direito de interferir nos assuntos internos de Cuba. A Emenda também cedia aos estadunidenses uma área de 117 km², a baía de Guantánamo, ainda hoje base militar dos Estados Unidos em solo cubano, utilizada como prisão.

Após a guerra contra a Espanha, o presidente Roosevelt voltou sua atenção para um antigo propósito dos Estados Unidos: o controle da ligação Atlântico-Pacífico por meio da construção de um canal cortando o istmo da América Central na região do Panamá. Para isso, os Estados Unidos fomentaram o movimento separatista do Panamá, que era, então, território pertencente à Colômbia. Como o governo colombiano fazia exigências financeiras e as discussões se arrastavam, a Marinha estadunidense desembarcou na região, garantindo a autonomia do Panamá. A Independência do Panamá, em 1903, permitiu aos Estados Unidos não só levar adiante as obras de conclusão do canal, mas também obter do governo panamenho o controle perpétuo da Zona do Canal. Theodore Roosevelt, mais tarde, diria: “Eu tomei o canal”. Esse fato estabeleceu a hegemonia estadunidense na América Central, que mais tarde se estenderia para o Atlântico e para o Pacífico. Na passagem para o ano 2000, uma cerimônia marcou a entrega do controle do Canal do Panamá ao governo panamenho, como resultado de uma campanha nacionalista iniciada na década de 1970.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

19
KVJG

Observe a imagem a seguir:



ROGERS, William Allen. *Tio Sam e a Doutrina Monroe*. 1902. Caricatura.

A imagem anterior representa o contexto em que a Alemanha e a Inglaterra pretendiam invadir a Venezuela. Do lado direito, uma personificação dos Estados Unidos, Tio Sam, impõe limites territoriais a esses países. Com base nessas informações, responda:

- Quais as determinações da Doutrina Monroe?
- Explique como essa doutrina deu bases ideológicas para os Estados Unidos estender-se política e economicamente sobre a América Latina.

20 (UERJ) Com base na referência a seguir, responda à questão.

“Vá para o Oeste, jovem, e cresça com o país”. Essa expressão, criada por Horace Greeley, em 1851, simboliza a expansão territorial realizada pelos Estados Unidos ao longo do século XIX.

Relacione a Marcha para o Oeste com a doutrina do Destino Manifesto.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01** (UFMG) Todas as alternativas apresentam aspectos da expansão da fronteira norte-americana, na segunda metade do século XIX, exceto
- Desenvolvimento da indústria têxtil e metalúrgica na costa do Pacífico.
 - Dizimação dos indígenas e confinamento das comunidades remanescentes.
 - Expansão das ferrovias ligando o Vale do Mississippi ao Oeste.
 - Exploração de ouro, prata e outros minerais em várias regiões do Oeste.

- 02** (FUVEST-SP) A ideia de ocupação do continente pelo povo americano teve também raízes populares, no senso comum e em fundamentos religiosos. O sonho de estender o princípio da "união" até o Pacífico foi chamado de "Destino Manifesto".

NARO, Nancy S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual, 1986. p. 19.

A concepção de "Destino Manifesto", cunhada nos Estados Unidos da década de 1840,

- difundiu a ideia de que os norte-americanos eram um povo eleito e contribuiu para justificar o desbravamento de fronteiras e a expansão em direção ao Oeste.
 - tinha origem na doutrina judaica e enfatizava que os homens deviam temer a Deus e respeitar a todos os semelhantes, independentemente de sua etnia ou posição social.
 - baseava-se no princípio do multiculturalismo e impediu a propagação de projetos ou ideologias racistas no Sul e no Norte dos Estados Unidos.
 - derivou de princípios calvinistas e rejeitava a valorização do individualismo e do aventureirismo nas campanhas militares de conquista territorial, privilegiando as ações coordenadas pelo Estado.
 - defendia a necessidade de se preservar a natureza e impediu o prosseguimento das guerras contra indígenas, na conquista do Centro e do Oeste do território norte-americano.
- 03** (UFPR-2023) A doutrina de "Destino Manifesto" surgiu nos Estados Unidos no século XIX e se tornou influente no pensamento político daquele país. Nesse contexto, "Destino Manifesto" designa uma doutrina
- anticolonial que visa resguardar a autonomia e a soberania das Américas contra a interferência das nações europeias.
 - pan-americana e busca a união política entre os Estados da América Latina e da América do Norte.
 - de excepcionalismo dos Estados Unidos baseada em argumentos religiosos e civilizacionais.
 - emancipatória que propunha a abolição da escravidão nas Américas e a demarcação de terras indígenas.
 - revolucionária que defendia a independência dos Estados Unidos e o fim das relações políticas com o Império Britânico.

- 04** (PUC-SP) A expansão dos Estados Unidos em direção ao Oeste, na primeira metade do século XIX, envolveu, entre outros fatores, a
- intervenção norte-americana na Guerra de Independência do México, da América Central e de Cuba.
 - anexação militar do Alasca, resultado de longo conflito armado com a Rússia.
 - Guerra de Secessão, que opôs os escravistas dos estados do Sul aos abolicionistas do Norte.
 - implantação de um sistema legal rigoroso nas áreas ocupadas, evitando conflitos armados na região.
 - remoção indígena, transferindo comunidades indígenas que viviam a leste do Rio Mississippi para outras regiões.

- 05** (UFU-MG) Os Estados Unidos tornaram-se uma nação economicamente poderosa na segunda metade do século XIX, desenvolvendo um forte mercado interno e uma política externa imperialista em relação ao continente americano.

Assinale a alternativa que retrata corretamente esse contexto.

- A. A Doutrina Monroe, sintetizada na afirmação “A América para os americanos” e criada pelo grupo político democrata, procurava defender os princípios de igualdade de direito à propriedade e à liberdade da Constituição, resguardando a soberania do indivíduo perante o Estado.
- B. A situação dos índios e afro-americanos, nesse contexto, foi sanada, respectivamente, pela criação de reservas mantidas pelo Estado e pela abolição da escravidão logo após a vitória do Norte na Guerra de Secessão, incorporando-os ao mercado de trabalho e de consumo.
- C. A expansão territorial em direção ao Oeste permitiu a anexação de enormes faixas de terras, interiorizando a ocupação. O *Homestead Act* incentivou essa marcha, com a distribuição gratuita de terras aos estrangeiros, além da grande atração motivada pela corrida do ouro na Califórnia.
- D. A política externa norte-americana no século XIX foi sustentada pelo Destino Manifesto, responsável pelo desenvolvimento de áreas atrasadas no continente, tais como México, Cuba, Nicarágua e a região do Canal do Panamá, incorporando-as ao mercado internacional, possibilitando a supremacia dos Estados Unidos como potência mundial.

06 (FMP-MG–2020) Disseram que desejavam nos colocar numa reserva, construir-nos casas e fazer-nos tendas para curar. Não quero nada disso. Nasci na pradaria, onde o vento sopra livre e não existe nada que interrompa a luz do sol. Nasci onde não havia cercas, onde tudo respirava livremente. Quero morrer ali, não dentro de paredes. Conheço cada corrente e cada bosque entre o Rio Grande e o Arkansas. Cacei e vivi nesse território. Vivi como meus pais, antes de mim, e, como eles, vivi feliz. Quando estive em Washington, o Grande Pai Branco disse-me que toda a terra comanche era nossa e que ninguém deveria impedir-nos de morar ali. [...] O lugar em que vocês dizem que devemos viver é pequeno demais.

PARRA-WA-SAMEN (Dez Ursos) *apud* BROWN, D. *Enterrem meu coração na curva do rio*. São Paulo: Melhoramentos, 1985. p. 174 (Adaptação).

Mas nem sempre as relações eram amistosas: os índios procuravam obter mercadorias à força ou através de emboscadas, fatos fartamente ilustrados em livros e filmes. Bastava aos assaltantes vigiar as fontes de água ao longo das rotas mais frequentadas e aguardar pacientemente a passagem de uma caravana.

Isso explica o fato de os índios se terem tornado objeto de um ódio feroz por parte dos viajantes, convencidos de que “o único índio bom é o índio morto.”

FOHLEN, C. *O faroeste: 1860-1890*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 27 (Adaptação).

Considerando a situação social dos Estados Unidos, no século XIX, os dois textos abordam perspectivas

- A. contraditórias sobre os efeitos da expansão territorial para o oeste.
- B. equivalentes quanto à extinção de reservas indígenas.
- C. complementares a respeito do ciclo do ouro na Califórnia.
- D. discrepantes sobre a vigência da escravidão nos estados do sul.
- E. divergentes na abordagem da segregação étnico-racial.

07 (UFMG) Considerando-se as relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir de meados do século XIX, é correto afirmar que

- A. a abertura do estreito do Panamá possibilitou o desenvolvimento das relações comerciais equilibradas entre as Américas.
- B. a consolidação dos Estados antilhanos e centro-americanos viabilizou o apoio constante do governo norte-americano às democracias dessa região.
- C. a derrota do México, na guerra com os Estados Unidos, significou a perda de quase metade do território mexicano para este país.
- D. a política do *Big Stick*, implementada pelo presidente Theodore Roosevelt, visava estreitar o diálogo diplomático entre os países americanos.

08 (Mackenzie-SP) Entre as razões que determinaram a elaboração do dispositivo separatista da Carolina do Sul, que deu origem à Guerra Civil Americana, destacamos

- A. as leis intoleráveis e a Independência dos Estados Unidos da América.
- B. a adoção de tarifas protecionistas e a eleição de Abraham Lincoln.
- C. a ocupação das terras do Oeste e a Guerra dos Sete Anos.
- D. os interesses dos estados industriais do Sul, contrários aos latifundiários do Norte.
- E. a eleição do abolicionista Jefferson Davis, o fim da escravidão e a Guerra Civil.

09 (CEFET-PR) Entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos agravavam-se as contradições herdadas da fase colonial, e que foram aprofundadas pela questão da abolição da escravidão, levando à eclosão da Guerra de Secessão. À primeira vista, parece que o problema da escravidão teria sido mais importante para explicar o conflito, mas, na realidade, a questão econômica é muito mais significativa porque

- A. a economia no Norte era basicamente agrícola, enquanto no Sul era basicamente industrial.
- B. a classe economicamente dominante no Norte era a dos latifundiários, enquanto no Sul era a burguesia.
- C. o Norte era a favor de tarifas protecionistas, enquanto o Sul era contrário a essas tarifas.
- D. o Norte tinha interesse maior no mercado externo, enquanto o Sul tinha interesse maior no mercado interno.
- E. o Norte era contrário à construção de estradas ligando o Leste ao Oeste, enquanto o Sul era favorável a essas construções.

10 (FCMSC-SP) Ao considerarmos a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, podemos identificar a seguinte diferença entre os oponentes:

- A. Os habitantes do Leste americano (enriquecido pelo tráfico marítimo, pelo sistema bancário e pelo desenvolvimento industrial) opunham-se aos do Oeste (proprietário de ricas minas de ouro).
- B. Enquanto o Sul tornou-se abolicionista, o Norte e parte do Oeste eram francamente escravistas.
- C. O partido político majoritário no Sul era o (futuro) Partido Republicano, enquanto no Norte o majoritário era o Partido Democrata.
- D. Os democratas eram representados pelos agricultores, livre-cambistas e escravistas, enquanto os republicanos eram representados pelos industriais antiescravistas.
- E. Com a vitória dos *iankees* sulistas, foi proclamada a libertação dos escravos, enquanto os confederados nortistas relutaram por muito tempo em aceitar tal atitude.

11 (UFPR-2021) Em junho de 2020, os legisladores do estado do Mississippi, nos Estados Unidos, aprovaram a retirada do símbolo dos confederados da bandeira estadual. Com base na história dos Estados Unidos, assinale a alternativa que apresenta quem foram os confederados e qual foi a razão dos protestos atuais contra os símbolos confederados.

- A. Os confederados defendiam o extermínio dos indígenas e a independência das 13 Colônias em relação à Inglaterra, razão pela qual os símbolos confederados são considerados uma defesa do genocídio indígena.
- B. Os confederados defendiam a manutenção da escravidão e a separação do Sul em relação ao Norte dos Estados Unidos no contexto da Guerra Civil Americana (1861-1865), motivo pelo qual os símbolos confederados são considerados racistas.
- C. Os confederados defendiam a expulsão dos judeus e o rompimento de relações com o Estado de Israel no contexto da Guerra dos Seis Dias (1967), razão pela qual os símbolos confederados são considerados antissemitas.
- D. Os confederados defendiam o banimento de muçulmanos e a suspensão da entrada de imigrantes islâmicos no território americano no contexto da Guerra do Golfo (1991), motivo pelo qual os símbolos confederados são considerados islamofóbicos.
- E. Os confederados defendiam a deportação dos mexicanos e a construção de um muro separando os Estados Unidos do México no contexto da Guerra Hispano-Americana (1898), motivo pelo qual os símbolos confederados são considerados xenófobos.

12 (FMJ-SP-2022) As exportações de algodão aumentaram de maneira vertiginosa: de 3 000 fardos em 1790 a 178 000 em 1810 e a 4,5 milhões em 1860. Em torno de 1820, os Estados Unidos haviam se convertido no maior produtor mundial de algodão, e dez estados e territórios dependiam em grande medida do sistema de plantações.

JENKINS, Philip. *Breve história de Estados Unidos*, 2017.

No período mencionado no excerto, o crescimento vertiginoso da produção algodoeira dos Estados Unidos

- A. resultou do processo de desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra.
- B. implicou a expansão da área cultivada em territórios anexados do México.
- C. absorveu a mão de obra imigrante nos latifúndios agrícolas do sul do país.
- D. provocou um aumento acentuado dos preços das mercadorias industriais.
- E. forneceu a base econômica da integração política da nação.

- 13** (UERJ) A assinatura do Compromisso do Missouri estabelecendo que a escravidão não seria permitida a partir do paralelo 36°30' tinha como objetivo
- o controle do apoio do Norte capitalista à luta abolicionista no Sul.
 - a manutenção do equilíbrio de poder entre representantes congressistas escravistas e não escravistas.
 - a defesa dos territórios escravocratas diante do expansionismo capitalista do Norte.
 - a ampliação do comércio entre o Norte manufatureiro e o Sul produtor de matérias-primas.

- 14** (FGV-SP) A Ku Klux Klan representa, entre as organizações de segregação racial, uma das mais conhecidas. Surgida e proibida na segunda metade do século XIX, ainda hoje tem adeptos que a fazem ressurgir em atos isolados e, muitas vezes, apenas simbólicos.

Sobre a KKK, é correto afirmar que

- foi uma resposta de intimidação à vitória do Sul na Guerra de Secessão e à abolição dos escravos nos EUA.
- é uma organização que se inicia no Norte dos EUA, após o assassinato de Lincoln, representando o interesse dos republicanos feridos pela derrota na Guerra de Secessão.
- sua criação está relacionada ao repúdio de setores segregadores sulistas à aprovação da 13ª e da 14ª Emendas Constitucionais, que buscaram definir as relações inter-raciais nos EUA, após a Guerra de Secessão.
- constituiu uma organização secreta, de segregação racial, responsável pela campanha e pela vitória de Lincoln nas eleições presidenciais de 1860, pelo Partido Republicano.
- foi uma resposta, dos negros sulistas, e uma política de integração racial, autoritária e desigual, proposta pelos Estados Confederados.

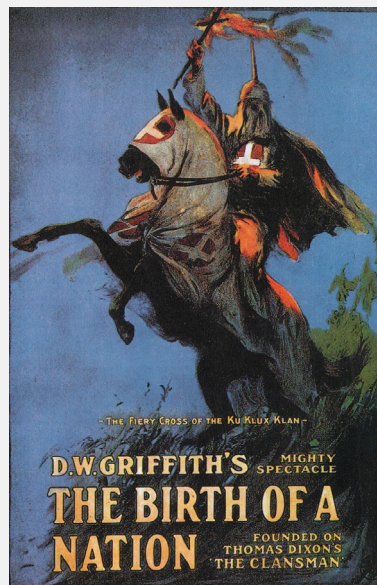
- 15** (PUC Minas) A Idade de Ouro, na segunda metade do século XIX, corresponde ao período em que os Estados Unidos se tornaram efetivamente um país industrializado. Vários fatores conjugados contribuíram para a arrancada dos EUA, exceto

- A ampliação do trabalho escravo para as áreas do Oeste que foram posteriormente incorporadas à União, sendo um dos motivos da Guerra de Secessão.
- As condições excepcionais do território em recursos naturais e fertilidade do solo, contando ainda com uma extensa rede ferroviária e fluvial para os transportes.

- O estímulo do governo com o *Homestead Act* de 1862 (Ato da Propriedade Rural), doando 160 acres de terra a quem se dispusesse a cultivá-los, no mínimo, durante 5 anos.
- O desenvolvimento do mercado interno e da urbanização crescente, além da adoção de medidas de protecionismo e estímulo aos empresários.
- a criação da Lei Antitruste Sherman, em julho de 1890, com o objetivo de punir as empresas que violassem as leis da livre concorrência.

- 16** (UERJ-2020)

O nascimento de uma nação (1915)



Pôster do filme.



Imagem de uma cena do filme.

Disponível em: commons.wikimedia.org.

O filme *O nascimento de uma nação*, lançado em 1915, foi baseado no livro *The clansmen*, publicado em 1905, de autoria do reverendo Thomas Dixon. Assim como Dixon, o diretor do filme, D. W. Griffith, foi um admirador da Ku Klux Klan.

Ainda hoje atuando nos EUA, a Ku Klux Klan defende o seguinte princípio:

- A. Ética capitalista
- B. Destino Manifesto
- C. Supremacia racial
- D. Cultura individualista

17 (UFPR) Alexis de Tocqueville, um dos grandes teóricos da democracia na América, afirma em sua obra de 1835:

Quando comparo as Repúblicas gregas e romanas com essas Repúblicas da América, as bibliotecas manuscritas das primeiras e seu populacho grosseiro com os mil jornais que circulam nas segundas e com o povo esclarecido que as habita; quando em seguida penso em todos os esforços que ainda são feitos para julgar uns com a ajuda dos outros e prever, pelo que aconteceu há dois mil anos, o que acontecerá em nossos dias, sou tentado a queimar meus livros, a fim de aplicar apenas ideias novas a um Estado social tão novo.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 355-356.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a formação da democracia nos Estados Unidos da América, é correto afirmar:

- A. O “Estado social tão novo” apregoado pelo autor refere-se à existência de uma democracia fundamentada nos pressupostos do despotismo esclarecido que caracterizava o sistema político no Antigo Regime na Europa.
- B. Tocqueville sugere que, diferentemente das Repúblicas grega e romana, a experiência democrática americana resultou na formação de uma população grosseira e iletrada, consequência da leitura de jornais em vez de livros.
- C. A instituição precoce da democracia liberal nos Estados Unidos foi responsável pela implementação da “missão civilizadora”, que possibilitou a incorporação pacífica das populações indígenas nativas na sociedade nacional e assegurou a manutenção do seu modo de viver.
- D. Por considerar a democracia na América uma ruptura histórica, Alexis de Tocqueville afirma que a democracia norte-americana foi um episódio original e sem precedentes em experiências históricas anteriores.
- E. Ao destacar o ineditismo da democracia norte-americana, Tocqueville refere-se ao fato de a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) ter conferido igualdade, liberdade e direitos irrestritos às mulheres e aos escravos.

SE LIGA NO ENEM



01 (Enem) Nos Estados Unidos, durante o século XIX, tal como representada no mapa, a relação entre território e nação foi reconfigurada por uma política que



ALBUQUERQUE, M. M.; REIS, A. C. F.; CARVALHO, C. D. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: Fename, 1977 (Adaptação).

- A. transferiu as populações indígenas para territórios de fronteira anexados, protegendo a cultura protestante dos migrantes fundadores da nação norte-americana.
- B. respondeu às ameaças europeias pelo fim da escravidão, integrando a população de escravos ao projeto de expansão por meio da doação de terras.
- C. assinou acordos com países latino-americanos, ajudando na reestruturação da economia desses países após suas Independências.
- D. projetou o avanço de populações excedentes para além da faixa atlântica, reformulando fronteiras para o estabelecimento de um país continental.
- E. instalou manufaturas nas áreas compradas e anexadas, visando utilizar a mão de obra barata das populações em trânsito.

02 (Enem) O Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I, considerava os jesuítas como inimigos, também porque, no Brasil, eles catequizavam os índios em aldeamentos autônomos, empregando a assim chamada língua geral. Em 1755, Dom José I aboliu a escravidão do índio no Brasil, o que modificou os aldeamentos e enfraqueceu os jesuítas. Em 1863, Abraham Lincoln, o presidente dos Estados Unidos, aboliu a escravidão em todas as regiões do Sul daquele país que ainda estavam militarmente rebeladas contra a União em decorrência da Guerra de Secessão. Com esse ato, ele enfraqueceu a causa do Sul, de base agrária, favorável à manutenção da escravidão. A abolição final da escravatura ocorreu em 1865 nos Estados Unidos, e em 1888 no Brasil.

Nos dois casos de abolição de escravatura, observam-se motivações semelhantes, tais como

- A. razões estratégicas de chefes de Estado interessados em prejudicar adversários, para afirmar sua atuação política.
- B. fatores culturais comuns aos jesuítas e aos rebeldes do Sul, contrários ao estabelecimento de um governo central.
- C. cumprimento de promessas humanitárias de liberdade e igualdade feitas pelos citados chefes de Estado.
- D. eliminação do uso de línguas diferentes do idioma oficial reconhecido pelo Estado.
- E. resistência à influência da religião católica, comum aos jesuítas e aos rebeldes do Sul.

03 O povo norte-americano foi escolhido por Deus, com a missão de constituir uma sociedade modelo e de estender seus benefícios da liberdade, das instituições republicanas e da Igreja Protestante no continente americano.

George Washington, primeiro presidente dos EUA.

O trecho do discurso do primeiro presidente estadunidense justifica

- A. a Doutrina Mahan: proclamação a favor da afirmação do poder naval estadunidense.
- B. a política do *Big Stick*: proclamação do direito dos Estados Unidos de utilizarem a força para intervir nos assuntos internos e externos dos países da América Central.
- C. o Destino Manifesto: proclamação da missão providencialista dos Estados Unidos no sentido de anexar ao seu território todas as regiões possíveis.
- D. a Doutrina Monroe: proclamação da oposição do governo estadunidense a toda e qualquer intervenção estrangeira nas Américas.
- E. o pan-americanismo: proclamação da defesa formal dos direitos do continente americano e do apoio à causa da Independência das colônias latino-americanas.

04 ^{5MV9} Por todo o Sul, a sociedade começou a consolidar uma profunda segregação baseada em "critérios raciais". À exceção do mundo do trabalho, em que brancos e negros conviviam, a sociedade sulista comportava dois mundos separados. Por meio de instrumentos legais e ilegais, as pessoas consideradas negras ficavam segregadas das brancas na maioria dos locais públicos, na maioria dos hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos particulares. Mesmo quando os governos republicanos, apoiados pelos negros, assumiram o poder, em 1868, e foram aprovadas leis de direitos civis exigindo acesso igual às instalações públicas, muito pouco esforço foi feito para aplicar a legislação.

KARNAL, Leandro *et al.* *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141. [Fragmento]

O trecho anterior está relacionado com o seguinte fato da história dos Estados Unidos:

- A. A organização de sociedades secretas de ideologia racista que visavam garantir a hegemonia dos brancos e separar de maneira radical brancos e negros em bairros, escolas ou qualquer lugar público.
- B. O início de um período denominado de Reconstrução, marcado por conquistas importantes para a população negra, como o que estabeleceu a 13ª Emenda à Constituição.
- C. A permanência dos ex-escravos nas fazendas de seus antigos senhores em condições que pouco se diferenciavam do antigo estado de escravidão.
- D. A aprovação pelos governos republicanos de leis que concederam aos negros emancipados direitos de cidadania, como a 14ª Emenda à Constituição.
- E. A abolição da escravidão após a Guerra de Secessão que, no entanto, não impediu a marginalização e a segregação da população negra, especialmente nos estados do Sul.

FRENTE **A** CAPÍTULO 11

Estados Unidos no Século XIX

Aprendizagem

- 01** Norte: características econômicas: desenvolvimento industrial e comercial.

Características políticas: defesa de um governo federal forte, capaz de programar e executar com eficiência planos socioeconômicos que levassem ao desenvolvimento do país.

Partido político: Republicano.

Sul: características econômicas: manutenção do sistema de *plantation*.

Características políticas: defesa de limitação dos poderes do Governo Federal, em nome dos direitos privados dos cidadãos e dos estados que formavam a União.

Partido político: Democrata.

- 02** A Constituição estabeleceu a ordem ao combinar interesses políticos de federalistas e republicanos. O primeiro presidente a aplicá-la foi George Washington.
- 03** O termo República Federativa Presidencialista expõe a ideia de que o país tem um chefe de Estado que é eletivo e temporário (República); de que os estados são dotados de autonomia política (Federativa); e que as funções de chefe de governo e chefe de Estado são exercidas pelo presidente (Presidencialista). Prerrogativa do Governo Federal: poder de lançar impostos livremente. Prerrogativa dos estados: regular os interesses da maioria da população local.
- 04** O Tratado de Guadalupe-Hidalgo determinou o fim do conflito entre Estados Unidos e México, obrigando os mexicanos a ceder para os Estados Unidos, mediante indenização, os territórios da Califórnia, Nevada, Utah, Arizona e Novo México.
- 05** A expansão territorial dos Estados Unidos no século XIX foi feita por meio de anexação de territórios, além da conquista e compra de regiões.
- 06** Findada a anexação da Califórnia aos Estados Unidos, iniciou-se a corrida pelo ouro, fato que contribuiu para o aumento populacional do Extremo Oeste. Essa ocupação foi favorecida pela construção de estradas de ferro que cortavam os Estados Unidos do Atlântico ao Pacífico, o que incentivou a criação de gado no Texas, facilitando o abate no Leste.
- 07** Para o imaginário estadunidense a conquista do Oeste significava o avanço da "civilização" contra o outro lado da fronteira, considerado selvagem. Esse imaginário foi alimentado pela doutrina do Destino Manifesto.

- 08** A conquista do Oeste foi feita em duas etapas distintas: a conquista do *Middle West* e a conquista do *Far West*. Os territórios foram incorporados pela compra (Louisiana, Flórida e Alasca); pela diplomacia (o Oregon foi negociado com a Inglaterra); e pela guerra (Texas, Novo México e Califórnia).

- 09** No século XIX, os estadunidenses acreditavam que haviam sido escolhidos por Deus para submeter a porção Norte da América a seu domínio. Assim, conforme pondera o texto, "seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda." Contudo, esse pensamento serviu de justificativa para expandir a fronteira territorial, devastando populações indígenas que viviam a oeste das Treze Colônias.

- 10** A afirmativa do texto se justifica com a vigência da ideologia do Destino Manifesto, a qual pregava que os estadunidenses deveriam expandir e dominar outros territórios (primeiro argumento). Um segundo argumento é que essa ideologia moveu os estadunidenses até a costa do Pacífico, dando aos Estados Unidos acesso direto ao Oriente e aos mercados do Japão e da China. Por meio da Flórida, foi possível controlar o Golfo do México e o mar das Antilhas, estendendo o domínio econômico para toda a América Latina.

- 11** O discurso de Barack Obama se associa à doutrina do Destino Manifesto ao justificar a morte de Osama bin Laden com a luta pela igualdade de todos os cidadãos do país, com a luta pelos valores estadunidenses no exterior e com seu "sacrifício" de fazer do mundo um lugar mais seguro.

- 12** A. Para os indígenas, a ideia da terra como propriedade era estranha, uma vez que concordavam que era a terra que os possuía. Eles também viam a natureza como algo sagrado, que abrigava seus ancestrais, diferentemente dos não indígenas, que têm uma relação exploratória e depredatória com a natureza.

B. Contato com doenças de outros povos e invasão das terras indígenas.

- 13** Lei do Noroeste (1787): baseava-se na premissa de que, quando um território possuía uma população maior que 60 000 habitantes "livres", poderia ser incorporado à União, nas mesmas condições que os estados originais.

Homestead Act (Lei de Cessão de Terras – 1862): dava 160 acres de terras a todo cidadão que as ocupasse efetivamente por cinco anos.

Lei Dawes (1887): acabou com a propriedade tribal e deu um lote individual a cada índio.

- 14** Pode ser indicada a criação do estado do Maine por meio da seção de Massachusetts, lugar onde a escravidão era abolida; a criação de novos estados em pares – um escravista e o outro, não; e a proibição da escravidão no paralelo norte 36°30', exceto o Missouri. Esse acordo acabou sendo revogado em detrimento da Lei Kansas-Nebraska, pois alguns estados do Oeste, do Sul e do Norte do paralelo não aceitaram as determinações.
- 15** A frase se relaciona ao pensamento dos Estados Unidos à época da Guerra de Secessão de que, para se expandir economicamente, a escravidão (o “velho espírito escravista”, conforme cita o trecho) deveria ser abolida.
- 16** A. O trabalho no Sul era predominantemente escravo, enquanto no Norte era predominantemente livre.
B. A parte norte do país, manufatureira, foi incorporando o mercado interno da parte sul e expandindo suas atividades econômicas.
- 17** Os estados do Norte foram os vencedores do conflito. Uma consequência foi a consolidação do modelo capitalista nortista no sul, que só foi possível com o fim da escravidão. Isso marcou definitivamente o modelo progressista de formação dos Estados Unidos.
- 18** Após a Guerra de Secessão, surgiram, nos Estados Unidos, sociedades secretas que promoviam o linchamento de pessoas negras e seus aliados. A primeira imagem destaca o racismo presente naquela sociedade, apontando que o país deveria ser governado pelos brancos. Já a segunda imagem apresenta uma parceria das “Ligas Brancas” com a sociedade secreta Ku Klux Klan (KKK) na opressão da população negra. Esses grupos promoviam enforcamentos, tiroteios, incêndios e outros atos criminosos em prol da “hegemonia branca”.
- 19** A. A Doutrina Monroe determinava que o continente americano não deveria ser recolonizado pelas potências europeias, nem seriam admitidas interferências desses países na América. Em contrapartida, os Estados Unidos se absteriam de intervir nos negócios dos países europeus.
B. A Doutrina Monroe tornou-se o preceito orientador da futura política dos Estados Unidos para a América Latina. Os estadunidenses formularam sua política para seus vizinhos ao sul do Rio Grande com base na ideia do pan-americanismo, baseado na defesa formal dos direitos do continente e no apoio à causa da Independência das colônias latino-americanas. Esse apoio tinha como objetivo final garantir aos Estados Unidos condições favoráveis para exercer, em longo prazo, o controle hegemônico do continente. Na defesa de seus interesses, os estadunidenses usaram a força da diplomacia, do dinheiro e até de conflitos armados.
- 20** A Marcha para o Oeste andou em paralelo com a ideologia do Destino Manifesto, que deu aos estadunidenses a “certeza” de que eram o povo predestinado por Deus a ocupar e colonizar as terras que se estendiam até o Pacífico.

Propostos

- | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 01 A | <input type="checkbox"/> 07 C | <input type="checkbox"/> 13 B |
| <input type="checkbox"/> 02 A | <input type="checkbox"/> 08 B | <input type="checkbox"/> 14 C |
| <input type="checkbox"/> 03 C | <input type="checkbox"/> 09 C | <input type="checkbox"/> 15 A |
| <input type="checkbox"/> 04 E | <input type="checkbox"/> 10 D | <input type="checkbox"/> 16 C |
| <input type="checkbox"/> 05 C | <input type="checkbox"/> 11 B | <input type="checkbox"/> 17 D |
| <input type="checkbox"/> 06 A | <input type="checkbox"/> 12 A | |

Enem

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 01 D | <input type="checkbox"/> 03 C |
| <input type="checkbox"/> 02 A | <input type="checkbox"/> 04 E |



Imperialismo

A Fábula da Civilidade





O ano era 1934 e o local era Lagos, na época colônia britânica. O bairro residencial de Yabá, a uma pequena distância da ilha, fora construído pelos britânicos para os britânicos, embora muitos africanos, como o marido de **Nnu Ego**, trabalhassem lá como serviçais e empregados domésticos; uns poucos estrangeiros negros, funcionários de baixo escalão, viviam em algumas das casas modestas do bairro. Mesmo naquele tempo, Lagos estava crescendo depressa e, pouco depois, seria a capital de um país recém-estabelecido chamado Nigéria.

EMECHETA, Buchi. *As alegrias da maternidade*. Editora Dublinense, 1979. p. 4. [Fragmento]

O trecho anterior é de autoria da escritora nigeriana Buchi Emecheta. A história contada no livro se passa no momento em que o continente africano estava tomado pelos ingleses, em decorrência do mito da civilidade europeia e da política imperialista do século XIX.

Nesse século, as regiões da África e da Ásia foram progressivamente subjugadas de acordo com os interesses das nações dominantes. As profundas transformações enfrentadas pelos países europeus, pelos Estados Unidos e pelo Japão nesse período tiveram início na Inglaterra, a partir de 1750, com a eclosão da Revolução Industrial. Essa revolução atingiu o resto da Europa na segunda metade do século XIX e modificou o panorama econômico, político e social do continente. O Imperialismo, desenvolvido como forma de solucionar as tensões econômicas provocadas pela concorrência industrial, acabou fomentando a exacerbação dos nacionalismos europeus, transformando-se em uma das principais causas dos grandes conflitos militares que ocorreram no século XX, a começar pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Sendo assim, você sabe identificar em quais aspectos se baseou a “civilidade” europeia? Como as ações neocoloniais mudaram os rumos da história da África e da Ásia? Essas e outras questões serão abordadas ao longo deste capítulo.

1. O crescimento industrial e o capitalismo monopolista

1.1. A Segunda Revolução Industrial



Ponte de ferro fundido sobre o Rio Severn, em Coalbrookdale, na Inglaterra, no final do século XIX.

Science & Society Picture Library / Getty Images

Gianga / Getty Images

A segunda metade do século XIX foi marcada por um grande desenvolvimento da indústria, decorrente da evolução técnica, o que ocasionou modificações importantes na estrutura da produção capitalista. Nesse contexto, os investimentos feitos em pesquisas resultaram em inovações, como a utilização do aço como material industrial básico, e no reconhecimento de novas formas de energia, como os derivados de petróleo (substitutos do vapor e da eletricidade), utilizados como força motriz em escala cada vez maior.

A utilização de maquinaria automática passou a exigir um alto grau de especialização do trabalho, sendo responsável pelo aparecimento da produção em série, no início do século XX, e, conseqüentemente, pelo aumento da produção industrial. Ao mesmo tempo, técnicas eficientes de propaganda incentivaram o aumento do consumo, e a produção do aço em larga escala contribuiu para o desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente para a expansão do sistema ferroviário e para a construção de navios a vapor.

Outro setor que conheceu uma verdadeira revolução no século XIX foi o dos meios de comunicação. O aperfeiçoamento de elevado número de inventos, como o telégrafo sem fio, o telefone, o linótipo e a fotografia cinematográfica, contribuiu para encurtar as distâncias e facilitar o comércio. Esse novo quadro da indústria relaciona-se com o que alguns historiadores chamaram de **Segunda Revolução Industrial**, que implicou um significativo avanço no processo de industrialização, tanto no nível da produção quanto no nível da circulação de mercadorias, possibilitando profundas transformações na economia capitalista.

A origem do capitalismo monopolista-financeiro

Se, por um lado, o desenvolvimento tecnológico resultou no aumento da produção, por outro, também fez crescer a tendência à concentração das empresas. As empresas de maior porte faziam concorrência às empresas menores ou familiares, que não conseguiam se manter e eram absorvidas pelas grandes organizações industriais e financeiras. Essa aglutinação das empresas menores às maiores gerava um verdadeiro monopólio, tanto da produção como do próprio mercado.

Ao mesmo tempo, o avanço técnico implicava a necessidade de aplicação de crescentes recursos de capitais, inviabilizando ainda mais as pequenas empresas. Em cada ramo da economia, especialmente na indústria pesada, foram surgindo em pequeno número as empresas líderes, que passaram a determinar a produção e o seu destino. A pequena quantidade de empresas líderes facilitou os acordos para elevar os preços das mercadorias e para coordenar as condições de comercialização dos produtos. Nesse estágio, a fase concorrencial do capitalismo já havia sido finalizada.

Diz-se, portanto, que o capitalismo, nas últimas décadas do século XIX, entrou em sua **fase monopolista-financeira**, marcada pela fusão dos capitais – bancários e industriais. As grandes concentrações industriais que foram se formando dominavam cada vez mais os mercados, controlando as fontes de matérias-primas e a distribuição de produtos. Com isso, limitavam a concorrência e obtinham maiores lucros. Essas grandes concentrações industriais podem ser classificadas em vários tipos, de acordo com a sua organização:

Truste	Holding	Cartel
Constitui o resultado da fusão de várias empresas em uma única, com o objetivo de concentrar todas as fases da produção, desde a obtenção da matéria-prima até a venda do produto. O temor de que os trustes adquirissem um poder muito grande e impusessem monopólios muito extensos fez com que logo fossem adotadas leis antitrustes, como a Lei Sherman , aprovada pelos estadunidenses em 1890.	Forma de organização de empresas que surgiu nos Estados Unidos depois que os trustes se tornaram ilegais. Nesse caso, não há fusão, mas sim uma empresa central que controla as subsidiárias por meio da posse da maioria de suas ações, ainda que permaneçam autônomas. Essas organizações são as Sociedades Anônimas (S.A.) , empresas que abrem seu capital e emitem ações que são negociadas em Bolsas de Valores.	Associação baseada em um acordo contratual entre indústrias do mesmo ramo que, embora conservem sua independência legal, se associam com o objetivo de exercer uma influência monopolizadora no mercado. As empresas conservam sua autonomia jurídica e técnica, mas podem repartir fases da produção, fixar preços mínimos e dividir o mercado. O cartel surgiu na Alemanha e ganhou outras denominações como <i>pool</i> , nos países anglo-saxões; <i>consorzio</i> , na Itália; e <i>comptoir</i> , na França.

A realidade do capitalismo monopolista-financeiro na Europa e nos Estados Unidos (e, mais tarde, no Japão) permitiu a volta da política alfandegária protecionista nas grandes potências industriais. O protecionismo econômico atendia aos interesses da alta burguesia industrial, que desejava afastar a concorrência estrangeira e garantir o monopólio do mercado nacional. Assim, a grande indústria pôde forçar internamente a alta dos preços, garantindo lucros e condições para superar concorrentes por meio de preços mais baixos.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01 [...] Com o desenvolvimento das grandes empresas capitalistas, trustes e cartéis, o livre-comércio deixou de ser o modelo do modo de produção capitalista e deu espaço para o modelo monopolista. Este modelo é o contrário da livre-concorrência entre patrões relativamente na mesma situação financeira e com as mesmas informações e inovações para desenvolver seu próprio negócio. No capitalismo monopolista, a produção das grandes empresas é melhorada através de tecnologias, novas patentes e profissionais qualificados, mas as pequenas empresas terminam por ser compradas ou incorporadas pelas maiores ou, em último caso, abrem falência. [...]

SIQUEIRA, Vinicius. O capitalismo monopolista – Imperialismo. *Colunas tortas*, dez. 2018. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/capitalismo-monopolista/>. Acesso em: 30 abr. 2020. [Fragmento]

Com base no texto anterior e em seus conhecimentos, explique como o desenvolvimento tecnológico resultou no aparecimento de grandes empresas.

- 02 Caracterize o capitalismo monopolista-financeiro da segunda metade do século XIX.
- 03 Identifique os fatores que possibilitaram o surgimento do capitalismo monopolista.

2. O Imperialismo ou Neocolonialismo

A consolidação do capitalismo monopolista-financeiro não se deu de forma tranquila; ao contrário, foi marcada por diversas e frequentes crises econômicas. A industrialização em larga escala gerou excedentes de produção, uma vez que o mercado europeu ficou saturado e houve considerável crescimento demográfico nas regiões industrializadas. A partir de 1830, o capitalismo conheceu crises cíclicas de superprodução e, por isso, as grandes potências se lançaram na busca por novos mercados consumidores e fornecedores de novas reservas de matérias-primas, tais como petróleo, minérios ferrosos e não ferrosos, borracha e nitratos.

Além disso, o crescimento da população urbana aumentou também a demanda por alimentos, cuja produção havia diminuído na Europa em consequência do **êxodo rural** ou mesmo porque era mais barato comprá-los no mercado externo. Dessa forma, os países industrializados precisaram garantir mercados fornecedores de gêneros agrícolas.

Os graves problemas sociais internos dos países industrializados eram também consequência do desenvolvimento do capitalismo. As autoridades governamentais e a alta burguesia industrial-financeira pensaram em resolver a questão por meio do deslocamento dos excedentes populacionais para outras regiões. Pretendiam, assim, enfraquecer o movimento operário que agitava a Europa e comandava inúmeros motins. Os governos europeus perceberam que a exploração colonial poderia possibilitar uma melhora no padrão de vida da classe operária, freando, assim, os levantes populares.

Outra questão importante nesse período era a necessidade de aplicação dos capitais excedentes oriundos dos lucros obtidos pelas empresas. As regiões industrializadas, já saturadas, não conseguiam absorver a necessidade de reinvestimento para a geração de mais lucros. Os capitais exportados foram aplicados como empréstimos, mediante elevadas taxas de juros, ou como investimentos em serviços públicos, construção de ferrovias, rodovias e outros.

Foi nesse contexto que as potências industrializadas se lançaram a uma partilha territorial do globo que se convencionou chamar de **Imperialismo** ou **Neocolonialismo**. Esse período constituiu uma nova etapa do processo de dominação econômica, política e cultural do Ocidente sobre outras regiões do globo, especialmente a **Ásia** e a **África**, como resultado da expansão das forças capitalistas de produção.

Como afirmou Jules Ferry, primeiro-ministro da França na década de 1880:



A política colonial é filha da política industrial. Para os Estados ricos [...] a exportação é um fator essencial da prosperidade pública [...].

FERRY, Jules; FERRO, Marc. *O livro negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 30. [Fragmento]

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

04 [...] O capitalismo se transformou em Imperialismo na Era dos Impérios (1875-1914). Esta nova fase do capitalismo é caracterizada pela formação das grandes empresas monopólicas, fruto do capital financeiro. As oligarquias financeiras formam associações vinculadas com as grandes potências capitalistas com o objetivo de disputar a partilha do mundo para a exportação de capitais e mercadorias. [...]

SOLDERA, R. A.
O Imperialismo e a Era de Ouro do capitalismo.
7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-graduação em História Econômica. p. 2.
Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/SOLDERA.%20O%20IMPERIALISMO%20E%20A%20ERA%20DE%20OURO%20DO%20CAPITALISMO.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.
[Fragmento]

Caracterize o cenário europeu que se desdobrou no Imperialismo.

2.1. Paralelo entre o antigo e o novo Imperialismo

A extensão da dominação europeia fora do continente europeu não foi uma novidade do século XIX. O Imperialismo oitocentista é interpretado por muitos historiadores como um aprofundamento da internacionalização da economia de mercado europeia, atingindo, de modo mais intenso, regiões antes apenas superficialmente exploradas.

A colonização da Idade Moderna e o Imperialismo do século XIX foram, na visão dos colonizadores ou neocolonizadores, movimentos de expansão dos países economicamente mais ativos do Ocidente em direção a regiões periféricas do globo. Enquanto o Colonialismo moderno era ordenado pelos interesses mercantilistas dos Estados Nacionais centralizados nos séculos anteriores, o sentido do Imperialismo oitocentista era ditado pelos interesses do capitalismo monopolista-financeiro. O quadro a seguir apresenta outras características do Colonialismo e do Neocolonialismo do século XIX.

	Colonialismo moderno	Neocolonialismo contemporâneo
Atuação	Principalmente na América	Ásia e África
Países envolvidos	Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda	Potências europeias, Estados Unidos e Japão
Objetivos	Busca de novas fontes de riquezas e expansão da fé católica	Busca de mercados consumidores para produção excedente na Europa e busca por mercados fornecedores de matéria-prima para as indústrias
Contexto	Expansão Marítima Europeia	Segunda Revolução Industrial

Os países latino-americanos, embora independentes, não se livraram de uma dominação indireta, especialmente da Inglaterra, no século XIX, e dos Estados Unidos, a partir do século XX, com a aplicação de capitais, a concessão de empréstimos, a venda de tecnologia e a assinatura de tratados comerciais desvantajosos. Essas ações criaram áreas de influência econômica e, indiretamente, desenvolveram um processo imperialista tão prejudicial quanto o da Ásia e da África.

05
8BU1

(FUVEST-SP) Compare o Colonialismo praticado no século XVI com o praticado no século XIX, com relação aos objetivos e aos territórios submetidos.

2.2. A ideologia imperialista e as formas de dominação

“A missão civilizadora”

No trecho a seguir, retirado do discurso de Jules Ferry, primeiro-ministro francês, observa-se a justificativa racista-ideológica dos europeus utilizada para a corrida imperialista:



As raças superiores têm um direito perante as raças inferiores. Há para elas um direito porque há um dever para elas. As raças superiores têm o dever de civilizar as inferiores. [...] Vós podeis negar, qualquer um pode negar que há mais justiça, mais ordem e moral, mais equidade, mais virtudes sociais na África do Norte desde que a França a conquistou?

FERRY, Jules. Discurso no Parlamento francês em 28 de julho de 1885. In: MESGRAVIS, Laima. *A colonização da África e da Ásia*. São Paulo: Atual, 1994. p. 14. [Fragmento]

Milhões de colonos, aventureiros, empresários, soldados e missionários que protagonizaram o Imperialismo justificaram a ação colonizadora usando o argumento racial, entendido até então como científico, de que o branco, superior, em uma missão “humanitária”, deixava sua família e seu conforto na metrópole para “melhorar” as condições de vida daquelas populações “inferiores” e “primitivas”. Essas pessoas apoiaram-se em uma série de doutrinas científicas, filosóficas ou religiosas, que foram forjadas para justificar o Neocolonialismo e os atos cometidos em seu nome perante a opinião pública.

Foi nesse contexto que surgiu o mito do “fardo do homem branco”, proclamado por Rudyard Kipling, o poeta do Imperialismo. Leia um trecho:



Tomai o fardo do homem branco
Envia teus melhores filhos
Vão, condenem seus filhos ao exílio
Para servirem aos seus cativos;
Para esperar, com arreios
Com agitadores e selváticos
Seus cativos, servos obstinados,
Metade demônio, metade criança.

[...]

KIPLING, Rudyard. *O fardo do homem branco*. 1899. [Fragmento]

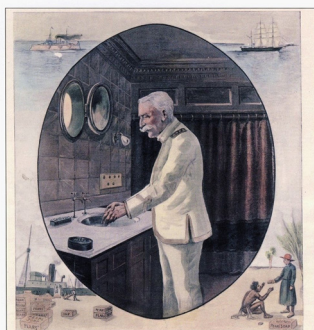
Reforçando essa ideia, Cecil Rhodes, um grande defensor da dominação britânica, assim se manifestou:



Sustento que somos a primeira raça no mundo, e, quanto mais do mundo habitarmos, tanto melhor será para a raça humana. [...] Se houver um Deus, creio que ele gostaria que eu pintasse o mapa da África com as cores britânicas. Eu anexaria os planetas se pudesse.

RHODES, Cecil. In: HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 250. [Fragmento]

Essa ideia de superioridade europeia resultou em uma forte discriminação racial contra outros povos, que se tornou traço característico do comportamento das classes dirigentes coloniais e metropolitanas. Os representantes religiosos católicos e protestantes também se transformaram em verdadeiras “pontas de lança” do Imperialismo, desempenhando um papel que acabou servindo aos objetivos da burguesia industrial-financeira. Ao difundir suas religiões, que consideravam como as únicas verdadeiras, procuraram destruir as bases religiosas de muitos outros povos que pretendiam evangelizar.



Pears' Soap / Domínio Público

Anúncio de sabão das peras. 1890. A imagem demonstra um anúncio que circulava na Europa do século XIX, instruindo pessoas brancas a promoverem a “limpeza” entre outras raças. Propagandas racistas e xenofóbicas como essa se tornaram comuns naquele período.

DASCHER, G. *Capa de um caderno escolar de coleção particular no século XIX. 1900.* Ilustração. Tradução: “As colônias francesas: progresso, civilização e comércio”. Os dizeres na capa do caderno escolar exaltavam o domínio da França nos continentes asiático e africano.



Georges Dascher / Domínio Público



Interdisciplinar BERNOLLI PLAY

Analisando discursos políticos: civilização e Imperialismo >> 1JAX

A narrativa imperialista do século XIX se utilizou de ideais civilizatórios como uma de suas justificativas. Assista a essa videoaula interdisciplinar de Língua Portuguesa e História que analisa como os discursos políticos do período foram imprescindíveis para o avanço do Neocolonialismo pelo globo.

As formas de dominação

O ímpeto imperialista das potências capitalistas avançou sobre sociedades e culturas bastante diversificadas na Ásia e na África. Europeus, estadunidenses e, mais tarde, japoneses enfrentaram Impérios milenares, monarquias ritualizadas e tradicionais, povos nômades ou sedentários, culturas islâmicas, hinduístas, budistas ou politeístas. Dada a diversificação dos povos das áreas colonizadas, as formas de dominação engendradas pelos países industrializados não puderam ser sempre as mesmas, pois os colonizadores precisaram se adaptar às diferentes realidades dos povos que pretendiam conquistar.

Antes da dominação propriamente dita efetuar-se, foi comum o envio de expedições científicas, missionárias ou exploradoras para as regiões cobiçadas. As pessoas que participavam dessas expedições eram motivadas também pela crença no progresso da ciência ou por sua fé (fosse protestante ou católica). Dessa forma, tomavam conhecimento das riquezas locais, verificavam suas possibilidades econômicas e avaliavam o estágio de desenvolvimento cultural e social das populações nativas.

O convívio entre cientistas, religiosos e exploradores e as populações nativas já constituía o início do trabalho de aculturação e rompimento das tradições religiosas locais. Em geral, a política colonialista lançou mão da “diplomacia do canhão e do fuzil” para quebrar a resistência das populações africanas e asiáticas.



Bildagentur-online / Getty Images

Representação de um bombardeio em Alexandria, no Egito, em 1882. Gravura de 1890.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados por inúmeras guerras e revoltas das populações nativas da África e da Ásia contra a imposição da cultura capitalista. Contudo, a superioridade da tecnologia bélica ocidental triunfou sobre os Exércitos tradicionais africanos e asiáticos, e a dominação imperialista foi imposta. A partir de então, as ações de resistência das populações nativas precisaram se adaptar à nova realidade de submissão.

A partilha econômica e política do mundo por meio de guerras, saques, pilhagens e violências de toda ordem não produziu apenas um tipo de relação de dependência entre os países. Surgiram formas transitórias de dependência como os **protetorados**, em que os chefes locais eram mantidos com os poderes formais, mas o controle da política e da economia pertencia ao país imperialista, que enviava funcionários, liderados por um vice-governador. Esse foi o caso do Marrocos em relação à França, e do Egito e da Índia em relação à Inglaterra. Existiam as **colônias**, propriamente ditas, que sofriam ocupação territorial e tinham os serviços político-administrativos e militares dirigidos por funcionários metropolitanos. Nesse caso, incluem-se as situações de Argélia, Angola e África do Sul. Havia, ainda, as **áreas de influência**, países que eram forçados a dar concessões privilegiadas, geralmente de ordem econômica ou jurídica, a alguma potência. Esse era o caso da China.

As empresas dos países capitalistas controlavam as minas, as plantações, as vias férreas, os portos e o comércio exterior da colônia; utilizavam mão de obra local, impondo com frequência o trabalho forçado, ou seja, havia uma dominação econômica e financeira. Quando o país dominado perdia sua independência e passava a ser governado diretamente pelos representantes da potência colonial, ou por um governo local fortemente controlado, ficava também submetido a uma dominação política.

Além disso, os colonizadores reforçavam sua posição ao dominarem ideológica e culturalmente a população. Para isso, impunham sua língua, sua religião e seus costumes, e as escolas eram usadas para formar apenas uma minoria de colonizados mais próximos da civilização ocidental. Dessa forma, afirmavam a "superioridade" de sua civilização, de suas ideias e de sua religião, ignorando as manifestações culturais dos povos locais.

Rickards / Getty Images



Exército da Abissínia (atual Etiópia) em preparo para combater a tentativa de invasão italiana.



FRIPP, Charles Edwin. *Batalha de Isandhlwana (1879) Natal, África do Sul*. 1885. Óleo sobre tela. Nessa batalha os povos Zulu conseguiram vencer as investidas inglesas.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

06 [...] A dominação simbólica na teoria bourdieusiana transporta, traz em si e legitima-se através do poder simbólico, e com ele se obtém o equivalente daquilo que é obtido pela força, sem, porém, fazer uso dela³.

[...]

PEREIRA, W. R. Entre a dominação simbólica e a emancipação política no Ensino Superior em Enfermagem: Between symbolic domination and political emancipation. Estudo Teórico. *Revista da escola de enfermagem da USP*, São Paulo, SP, v. 45, n. 4, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/KwRnQJxSJSQLcFh4r3p6yzQ/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023. [Fragmento]

³ Bourdieu P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

Relacione o conceito de dominação simbólica às formas de dominação imperialista do século XIX.

07 [...] europeus consideravam sua civilização como "a" civilização, por eles mensurada com base não nos produtos do espírito, mas no nível técnico. "De nada importava ter lido o *Ramayana* ou o *Corão* ou ainda contemplado os Templos de Ellora; eles não tinham o canhão, o tear mecânico e o arcabuz e portanto eram "bárbaros". Sob esse ponto de vista, o Colonialismo foi essencialmente um capítulo entre a civilização industrial moderna e outras de civilização ou de cultura tecnicizadas e principalmente agrícolas.

FERRO, Marc. (org.). *O livro negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 346. [Fragmento]

Identifique o processo descrito no texto e aponte um argumento utilizado pelas nações europeias para justificar a dominação sobre os povos africanos e asiáticos.



Partilha da África e da Ásia >> H9TW

Assista a um vídeo para compreender os artifícios e motivações que proporcionaram às potências do final do século XIX a busca por novos mercados em outras partes do globo.

DÁ O QUE PENSAR

Texto I

Eugenia, a biologia como farsa

[...] Em meio ao clima de crença inabalável na ciência, o naturalista inglês Charles Darwin publica em 1859 o livro fundador do evolucionismo: *A origem das espécies*. As descobertas de Darwin mostravam que no mundo animal, na permanente luta pela vida, só os mais bem adaptados sobrevivem e os mais bem “equipados” biologicamente têm maiores chances de se perpetuar na natureza. As teses de Darwin logo são transportadas para outros campos do conhecimento em uma tentativa de explicar o comportamento humano em sociedade. Surge assim o darwinismo social [...]. O cenário estava armado para que o primo de Darwin, o pesquisador britânico Francis Galton, se apropriasse das descobertas do naturalista para desenvolver uma nova ciência. Seu objetivo: o aperfeiçoamento da espécie humana por meio de casamentos entre os “bem-dotados biologicamente” e o desenvolvimento de programas educacionais para a reprodução consciente de casais saudáveis. Seu nome: eugenia. [...]

DIWAN, Pietra.
Eugenia, a Biologia como farsa. In: *Wordpress*. Disponível em: <https://aulasdataisunitau.files.wordpress.com/2017/09/eugenia1.pdf>.
Acesso em: 9 mar 2023. [Fragmento]

Texto II

Educar para a diversidade e respeito aos direitos humanos

A diversidade humana ou social significa infinidade de diferenças entre as pessoas ou grupos que compõem a vida em comunidade. Há pessoas que falam e se comportam de formas diferentes, aprendem em ritmo diferente, não acreditam nas mesmas coisas, não têm opiniões parecidas, nem compartilham os mesmos sonhos. Os costumes de cada povo ou de cada comunidade são específicos, particulares. E, portanto, devem ser compreendidos e respeitados como são. Não há culturas menos importantes do que outras, nem pessoas. Somos apenas diferentes uns dos outros. [...] Cada cultura, cada sociedade, cada pessoa, tem suas contribuições a oferecer, suas invenções, suas conquistas, seu conhecimento. Segundo Bento (1998, p. 15), a História nos esclarece que “a diversidade é um dos fatores responsáveis pelo extraordinário progresso material e cultural da humanidade.” Sem diversidade, não há estímulo para pensar diferente. E pensar diferente é o caminho para viver melhor. [...]

BENJOINO, G.
Educar para a diversidade e respeito aos direitos humanos.
In: *Blogs Uninassau*. Disponível em: <https://blogs.uninassau.edu.br/noticias/pedagogia/educar-para-diversidade-e-respeito-aos-direitos-humanos#:~:text=A%20diversidade%20humana%20ou%20social,nem%20compartilham%20os%20mesmos%20sonhos.>
Acesso em: 9 mar. 2023. [Fragmento]



Peopleimages / Getty Images

Levando em consideração a dicotomia entre os dois textos, de que maneira podemos refutar o conceito de eugenia que vigorou no século XIX? Liste três argumentos e compartilhe com a turma.



08

K1VP



(Unicamp-SP) No século XIX, surgiu um novo modo de explicar as diferenças entre os povos: o racismo. No entanto, os argumentos raciais encontravam muitas dificuldades: se os arianos originaram tanto os povos da Índia quanto os da Europa, o que poderia justificar o domínio dos ingleses sobre a Índia, ou a sua superioridade em relação aos indianos? A única resposta possível parecia ser a miscigenação. Em algum momento de sua história, os arianos da Índia teriam se enfraquecido ao se misturarem a raças aborígenes consideradas inferiores. Mas ninguém podia explicar realmente por que essa ideia não foi aplicada nos dois sentidos, ou seja, por que os arianos da Índia não aperfeiçoaram aquelas raças em vez de se enfraquecerem.

PAGDEN, Anthony. *Povos e Impérios*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 188-194 (Adaptação).

- A. Segundo o texto, quais as incoerências presentes no pensamento racista do século XIX?
 B. O que foi o Imperialismo?

09

(FUVEST-SP) “Quando os brancos chegaram, nós tínhamos as terras e eles a Bíblia: depois eles nos ensinaram a rezar; quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles as terras.”

Essa frase – atribuída a Jomo Kenyatta, fundador da República do Quênia – remete à partilha da África no quadro do Imperialismo europeu. Comente-a e interprete-a.

2.3. A partilha do continente africano

Por meio da supremacia econômica e do grande poderio militar, os europeus subjugarão quase todo o continente africano, não respeitando a diversidade linguística, cultural e étnica de seus povos.

A partilha da África foi iniciada em 1830, com a invasão francesa da região conhecida hoje como Argélia. Em 1876, o rei da Bélgica, Leopoldo II, tomou posse do rico território do Rio Congo e conservou-o praticamente sob seu domínio pessoal até 1908, quando o vendeu ao governo belga. Ao mesmo tempo, Inglaterra e França passaram a agir com um maior interesse pelo desmembramento da África. Os ingleses estabeleceram um protetorado no Egito por volta de 1882 e, em seguida, apossaram-se do Sudão Egípcio, da Rodésia, de Uganda e da África Oriental Inglesa a título de colônias. Em 1881, os franceses ocuparam a Tunísia e, progressivamente, foram conquistando o Saara, o Congo Francês, a Guiné Francesa, o Senegal e o Daomé. A supremacia britânica no norte da África consolidou-se com a atuação do ministro inglês **Benjamin Disraeli**, que conseguiu o controle acionário de uma obra de fundamental importância para o comércio internacional: o **Canal de Suez**.



OPENING OF THE SUEZ CANAL—PROCESSION OF SHIPS.

Gravura de 1851, representando a inauguração do Canal de Suez e uma procissão de navios.

Ligando a cidade egípcia de Port Said, no Mar Mediterrâneo, a Suez, no Mar Vermelho, o canal acabava com a necessidade da circum-navegação pela África para chegar ao Oceano Índico. O ponto de partida para a obra foi um consórcio firmado, em 1850, entre o governo egípcio e empresários franceses. Os ingleses sabiam do perigo que o empreendimento representava para suas possessões orientais, principalmente para a Índia, e buscaram controlar a região. Em 1875, as ações pertencentes ao governo egípcio foram compradas por Disraeli, assim, o Canal de Suez e, na prática, todo o Egito passaram a ter dupla administração – francesa e inglesa. Essa situação permaneceu até 1904, quando os franceses concordaram em abandonar o Egito, recebendo em troca o apoio inglês para a conquista do Marrocos.

Italianos e alemães entraram na disputa por territórios na África tardiamente. Primeiro, precisaram resolver seus problemas internos e se unificar territorialmente. Em 1884, 13 anos após a formação da Alemanha, seu primeiro-ministro, Otto von Bismarck, declarou o sudoeste africano como protetorado de seu país, apossando-se também, em rápida sucessão, dos territórios de Tanganica (porção continental da atual Tanzânia), de Burundi e Ruanda (que juntos formavam a África Oriental Alemã), do Cameroon (Camarões) e do Togo. Os italianos, em 1888, buscaram conquistar os últimos territórios ainda livres da África. Invadiram a Somália e tentaram reduzir a Abissínia (atual Etiópia) a um protetorado. Suas forças militares foram destroçadas pelos **abissínicos** em 1896. As únicas conquistas importantes dos italianos em território africano foram a Trípoli e a Cirenaica, unificadas sob a nova denominação de Líbia.

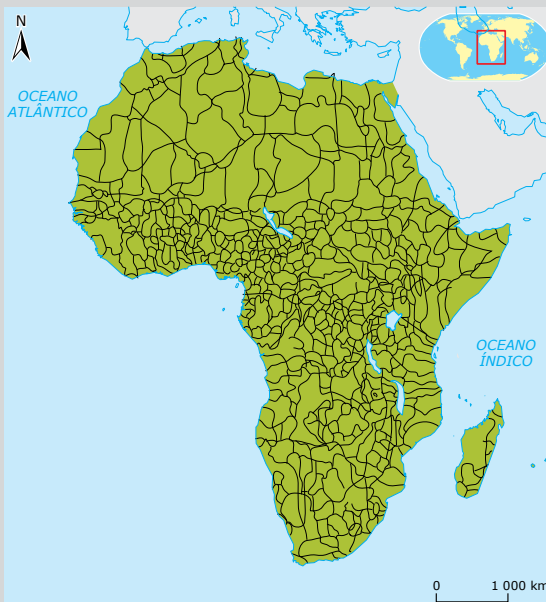
Em relação a Portugal e Espanha, é importante ressaltar que as colônias portuguesas e espanholas não foram conquistadas no decorrer do processo imperialista, pois os dois países não se industrializaram no século XIX. As origens dessas colônias remontam aos séculos XV e XVI, tendo elas permanecido sob domínio dos países ibéricos por serem, em geral, áreas de obtenção de escravos e por terem servido, durante toda a Idade Moderna, como fonte de lucros com o comércio negreiro.

A Conferência de Berlim (1884-1885)

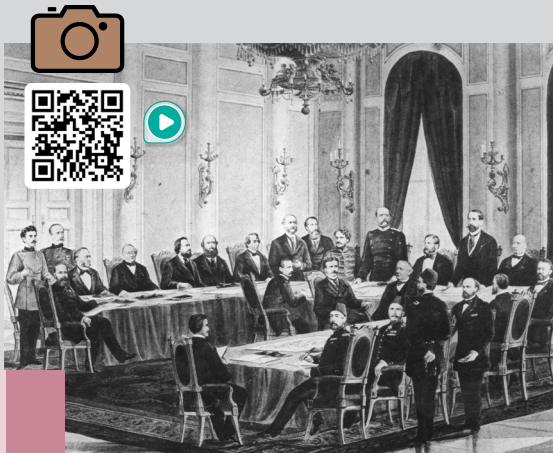
A entrada da Alemanha na corrida imperialista acabou provocando conflitos com países como a França na disputa pelo Marrocos, gerando as crises marroquinas que acirraram as rivalidades entre os dois países. Bismarck conseguiu reunir, na **Conferência de Berlim (1884-1885)**, os principais países imperialistas, com o objetivo de estabelecer as regras do jogo da dominação colonial, obtendo, depois do acordo, uma "partilha mais amigável" dos patrimônios a serem anexados pelas potências europeias.

Um dos pontos estabelecidos foi a decisão de que a conquista de uma faixa litorânea corresponderia a uma igual parcela do interior – desde que fosse efetivamente ocupada. Além disso, foi exigida a notificação de qualquer nova conquista às demais potências europeias. Portanto, estava oficializada uma partilha com fronteiras artificiais, sem necessariamente respeitar as divisões políticas, sociais e étnicas já existentes. Em fins do século XIX, cerca de 90% do continente africano encontrava-se retalhado entre as potências imperialistas europeias. No continente africano, apenas duas regiões mantiveram-se independentes do domínio e da exploração das nações europeias no século XIX: a **Libéria**, criada pelos Estados Unidos para receber ex-escravizados após a abolição da escravidão, e a **Etiópia** (Abissínia), que conseguiu evitar a conquista italiana.

Fronteiras do continente africano antes da partilha europeia – divisão étnica



Impérios coloniais na África definidos no início do século XX



Conferência de Berlim. Estavam presentes o chanceler alemão Otto von Bismarck e o primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

10 [...] A Conferência de Berlim é um evento histórico que está situado no contexto do Imperialismo europeu referente ao continente africano. [...]

MARIANO, A. B. P.
O Relatório de Édouard Engelhardt: notas da presença francesa na conferência de Berlim (1884-1885).
XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. *História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação*. p. 1.
Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600220212_ARQUIVO_29ee370b7f6929f5328d5760ce130c32.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.
[Fragmento]

Explique o que foi o evento citado no texto anterior.

11 (UEG-GO) Prosseguindo nesta obra de civilização, cumpramos o que penso ser a nossa missão nacional, e encontraremos nessa obra aquelas qualidades e aquelas virtudes que fizeram de nós uma grande raça governante.

CHAMBERLAIN, J.

Não vamos deixar a África para os pigmeus, quando uma raça superior se está multiplicando [...]. Esses indígenas estão destinados a serem dominados por nós.

RHODES, C.

As declarações anteriores estão situadas no contexto da expansão imperialista do século XIX e são reveladoras do olhar europeu em relação a determinadas partes do globo terrestre. Identifique duas características da política imperialista europeia e sua relação com a dominação cultural sobre os povos colonizados.

12 (FUVEST-SP) Leia este texto, que se refere à dominação europeia sobre povos e terras africanas:

Desde o século XVI, os portugueses e, trezentos anos mais tarde, os franceses, britânicos e alemães souberam usar os povos [africanos] mais fracos contra os mais fortes que desejavam submeter. Aliaram-se àqueles e somaram os seus grandes números aos contingentes, em geral pequenos, de militares europeus.

COSTA E SILVA, Alberto da.
A África explicada aos meus filhos.
Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 98.

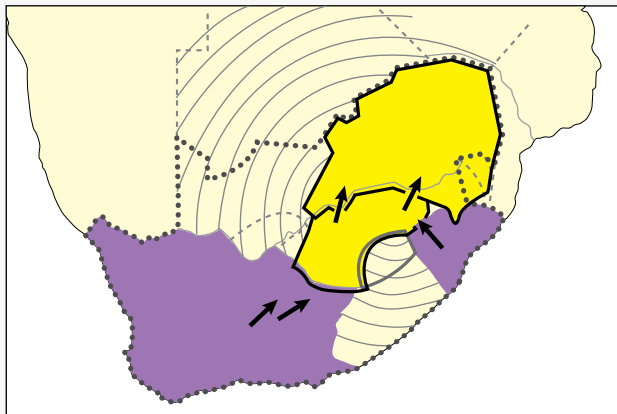
- Diferencie a presença europeia na África nos dois períodos aos quais o texto se refere.
- Indique uma decorrência, para o continente africano, dessa política colonial de estimular conflitos internos.

A Guerra dos Bôeres (1899-1902)

Desde o início do século XIX, os ingleses dominavam a colônia do Cabo, ao sul do continente e, continuando o processo de expansão, começaram a se interessar pela República do Transvaal e pela República de Orange, fundadas pelos **bôeres** (africanos brancos de origem holandesa, também conhecidos como africânderes), especialmente a partir de 1870, quando foram descobertos diamantes na região de Kimberley (Orange) e ricas jazidas de ouro no Transvaal. Esse fato ocasionou um grande fluxo de estrangeiros para essas regiões, o que abalou o precário equilíbrio existente até então entre o governador inglês do Cabo, Cecil Rhodes, e as autoridades bôeres sediadas em Pretória. Tais desentendimentos alcançaram o ponto máximo quando Paul Kruger, presidente do Transvaal, buscou aproximação com a Alemanha e promulgou atos que negavam aos estrangeiros, em sua maioria ingleses, direitos políticos e permissão para explorar as minas, além de recusar a proposta de tutela inglesa feita por Cecil Rhodes. Esses fatos deram início à guerra, em 1899, que se estendeu até 1902, após dois anos de extrema violência e atrocidades. Vencedora, a Inglaterra anexou as Repúblicas do Transvaal e de Orange aos territórios já conquistados (Cabo e Natal) e formou a União Sul-Africana, em 1910.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

13 (UFRJ)



ATLAS HISTORIQUE. Paris: Hachette, 1987. p. 239 (Adaptação).

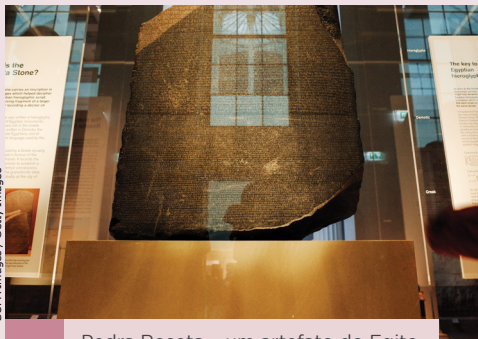
A Guerra dos Bôeres (1899-1902), na África do Sul, levou a Inglaterra a mobilizar aproximadamente 450 mil soldados, trazidos de todo o seu Império. A vitória britânica fez com que fosse limitada a autonomia dos Estados bôeres. No entanto, o sistema eleitoral permitiu que, terminada a guerra, os africanos (bôeres) dominassem o poder político em diversas províncias. No mapa anterior, pode-se observar o cenário dessa guerra e a indicação geográfica de fatores a ela relacionados.

- A. Apresente uma razão para o início dessa guerra.
- B. Explique o que permitiu aos bôeres obter o controle político de diversas províncias, mesmo tendo perdido a guerra para os ingleses.

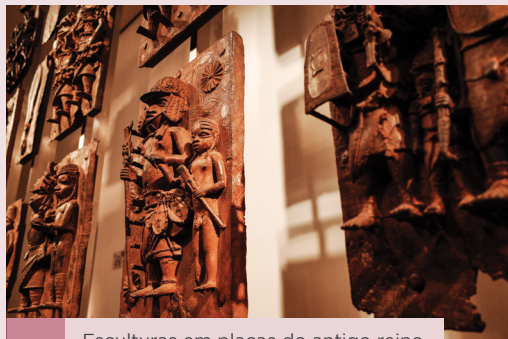
DÁ O QUE PENSAR

Os tesouros “roubados” da África que foram parar em museus da Europa e dos EUA

[...] milhares de artefatos culturais foram levados do continente pelos europeus. Agora, países africanos querem o retorno desses bens de enorme valor artístico e histórico.



Pedra Roseta – um artefato do Egito Antigo no Museu Britânico.



Esculturas em placas do antigo reino de Benin (costa oeste do continente africano), no Museu Britânico.

Bronzes de Benin

[...]

Os Bronzes de Benin são esculturas delicadas e placas que adornavam o palácio real de Ovonramwen Noghbaisi, o obá do reino de Benin (equivalente a um rei). O território, que hoje é a Nigéria, foi incorporado ao Reino Unido durante o Período Colonial. As peças eram feitas de zinco, marfim, cerâmica e madeira. Várias delas foram feitas em homenagem aos ancestrais de reis e rainhas do passado. [...] O Museu Britânico de Londres diz que vários dos objetos de Benin foram entregues à instituição em 1898 pelo Ministério de Relações Exteriores e pela Marinha. Em outubro, os principais museus europeus concordaram em enviar de volta para a Nigéria alguns dos mais valiosos objetos. Eles ficarão no Museu Real, previsto para ser inaugurado em 2021 no país africano. [...]

Pedra de Roseta

Com 1,12 metros de altura, a Pedra de Roseta, que está no Museu Britânico, em Londres, é originariamente do Egito. Trata-se de um fragmento de rocha de granodiorito. O texto encravado nela ajudou pesquisadores a compreenderem os hieróglifos do Egito Antigo – uma forma de escrita que utilizava figuras e símbolos. A rocha contém três colunas da mesma inscrição em três idiomas: grego, hieróglifo e demótico egípcio. O texto é de um decreto escrito por clérigos em 196 a.C., durante o reinado do faraó Ptolomeu V. [...]

Quando Napoleão foi derrotado, os britânicos tomaram posse da rocha, nos termos do Tratado de Alexandria, em 1801. Ela foi, então, transportada à Inglaterra, chegando à cidade portuária de Portsmouth em fevereiro de 1802. O rei George III ofereceu a rocha ao Museu Britânico alguns meses depois. [...]

Tesouros de Magdala

Os tesouros de Magdala incluem uma coroa de ouro do século 18 e um vestido de casamento tirados da Etiópia (antes Abissínia) pelo Exército britânico em 1808. Historiadores dizem que 15 elefantes e 200 mulas foram necessárias para carregar tudo o que foi "roubado" pelos britânicos do imperador Tewodros II, de Magdala, cidade no centro da Etiópia que hoje se chama Amba Mariam. Na época, os britânicos saquearam Magdala em protesto contra a detenção de seu cônsul, quando as relações entre o imperador e o Reino Unido se deterioraram. Parte desses tesouros ficou no Museu Victoria and Albert, em Londres. A coroa e o traje de casamento são símbolos importantes da Igreja Ortodoxa Etíope. Pesquisadores acreditam que a coroa foi encomendada em 1740 pela imperatriz Mentewab e seu filho, o rei Iyyasu, e entregue como presente a uma igreja em Gondar, juntamente com um cálice de ouro. Já o vestido de casamento pertencia à rainha Woyzaro Terunesh, esposa do imperador Tewodros II. Em 2007, a Etiópia exigiu formalmente o retorno dessas peças. Em abril deste ano, o Victoria and Albert ofereceu o retorno à Etiópia em caráter de empréstimo.

[...]

LIME, Ashley. Os tesouros "roubados" da África que foram parar em museus da Europa e dos EUA. *BBC News Brasil*, Nairóbi, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46335947>. Acesso em: 4 maio 2020. [Fragmento]

Como aponta o texto anterior, parte da riqueza cultural dos povos africanos foi saqueada pelos europeus, no século XIX, e ainda hoje é exposta em museus na Europa. Reúna-se em grupo com seus colegas e reflitam acerca da seguinte pergunta: por qual razão a devolução desses artefatos aos respectivos países é necessária? Anote as conclusões do grupo no espaço a seguir.

ESTÁ NO MUNDO

Pantera Negra: um filme revolucionário



[...]

É indiscutível a importância do filme *Black Panther* (*Pantera Negra*) em termos de representatividade, uma vez que seu elenco é majoritariamente composto por pessoas negras [...]. O personagem principal do filme, T'Challa, torna-se rei de Wakanda, nação fictícia superdesenvolvida e fruto da união de cinco tribos. O filme vai muito além do entretenimento típico dos filmes de super-heróis [...], e além da representatividade, aborda discussões políticas e sociais, desde o Colonialismo e a cultura africana até a opressão [...].

A questão colonialista

O filme coloca o debate racial de maneira sutil, mas altamente perceptível, mostrando como questões históricas de exploração do continente africano são cruciais para entender e contar a história do povo negro e do racismo. O filme traz à tona uma reflexão de como até hoje é cultivado um pensamento que tem suas raízes no Colonialismo e nas teorias eugenistas do século XIX.

No século XIX, permeava pela Europa os pensamentos eugenistas e o darwinismo social, ambas teorias racistas e xenófobas, apoiadas basicamente na ideia falsa da supremacia branca. Com a Segunda Revolução Industrial, o auge do capitalismo industrial e a ideia de desenvolvimento e "avanço da civilização", nações europeias imperialistas passaram a invadir e colonizar outros países, por meio de influência militar e da dominação econômica. Os principais alvos foram a África e a Ásia. O argumento era "levar a civilização" a quem consideravam "inferiores", pretexto para explorar seus povos e suas terras de acordo com seus interesses.

Entre 1884 e 1885 houve a partilha da África, em que países como Reino Unido e França dividiram o continente entre si, ignorando os povos e tribos que lá estavam. Nos séculos anteriores, a África já havia sofrido com a captura de negros pelos europeus para escravização no Ocidente. A herança da colonização até hoje é sentida no continente [...].

Wakanda representa o que a África poderia ter sido

Wakanda nasceu da união entre tribos, é superdesenvolvida, tecnológica e igualitária, sem deixar de lado as tradições de seu povo, mas pelo contrário: reforçando sua cultura. O acesso ao *vibranium* (metal mais precioso e resistente do planeta) possibilitou a evolução e o progresso inacessíveis a outros países africanos, submetidos à constante exploração do Imperialismo capitalista; o país não sofreu as adversidades destrutivas do Colonialismo europeu. Logo no começo do filme, a história de como o país se desenvolveu rapidamente com a força do metal é contada como uma lenda: no passado distante, um enorme meteorito maciço composto de *vibranium* caiu em Wakanda, e foi desenterrado uma geração antes dos eventos do presente. A exposição ao *vibranium* transformou todos os nativos da região, e por meio dele a nação se formou da forma tecnológica como é apresentada no filme. [...]

Mas o poder de Wakanda está além do *vibranium*. A atriz Lupita Nyong’o, que faz o papel da guerreira Nakia, lembra na entrevista que, apesar do *vibranium*, “Wakanda é especial porque nunca foi colonizada, então ela faz com que todos nós imaginemos o que poderia ter sido possível se a África tivesse tido a chance de se desenvolver e se descobrir”. A representação de Wakanda no continente africano talvez tenha sido uma das maiores ideias do filme. Wakanda é forte, é inovadora, é tecnológica, é sustentável. Tanto no filme quanto nos quadrinhos, é a nação mais avançada do mundo, tanto social quanto tecnologicamente – uma utopia afrofuturista onde tecnologia avançada e tradições se convergem. [...]

MONTERASTELLI, Alessandra; ROCHA, Isabella; VILELA, Luiza. Pantera Negra: um filme revolucionário. *Contraponto Digital*, mar. 2018. Disponível em: <http://agemt.org/contraponto/2018/03/12/pantera-negra-um-filme-revolucionario/>. Acesso em: 4 maio 2020. [Fragmento]

O filme *Pantera Negra* (2018), entre outros aspectos, apresenta uma versão imagética de um Estado da África que não sofreu a neocolonização europeia no século XIX. Escolha um país do continente africano que foi dominado por alguma nação europeia devido à disponibilidade de recursos naturais e mão de obra. Pesquise sobre sua história e, por fim, produza um parágrafo, no espaço a seguir, apontando como esse país poderia ter sido se não tivesse passado pelo processo imperialista.

2.4. O Imperialismo na Ásia

A Ásia também foi alvo do interesse do Imperialismo europeu, que viu na região grandes oportunidades de aplicação de capitais excedentes, de obtenção de mercados consumidores para seus produtos industrializados e de aquisição de matérias-primas a baixo preço. Além disso, havia a possibilidade de investimentos de capitais em atividades agrícolas, indústrias extrativistas, transportes e outros negócios, com imensas chances de lucro. Por esses motivos, a região foi disputada intensamente, não só pelas potências tradicionalmente detentoras do capital, como Inglaterra e França, mas também pelas nações de industrialização mais recente, como Alemanha, Estados Unidos e Japão.

Impérios coloniais na Ásia e na Oceania no início do século XX



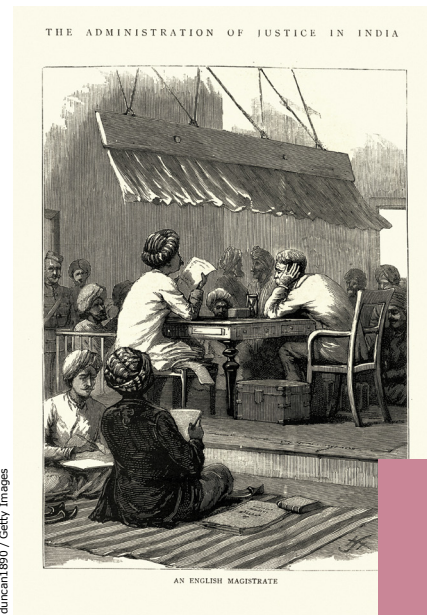
O processo de infiltração, convencimento e acerto de acordos comerciais foi lento. Nesse processo, os tiros de canhões e as conversas diplomáticas se revezaram como argumentos. Em geral, as exigências dos europeus aos governos asiáticos diziam respeito à liberdade comercial em maior número de portos, à maior liberdade de movimentação em direção ao interior, inclusive com o direito de estabelecer empresas comerciais, à autorização para a construção de ferrovias e às melhores condições para os residentes estrangeiros, o que, em termos jurídicos, significava o direito de extraterritorialidade, ou seja, o direito de os estrangeiros serem julgados por tribunais e leis de seu país de origem. Enquanto as autoridades asiáticas acatavam tais exigências, tudo ocorreu pacificamente. Entretanto, quando novas exigências foram feitas e recusadas pelos governos, as relações estremeram e as imposições tiveram início. A conquista da Ásia concretizou-se em três etapas distintas: a conquista da Índia, a conquista da Indochina e a criação de áreas de influência econômica na China.

A conquista da Índia

A região da Índia era desejada pelos europeus desde o século XV, quando da chegada de Vasco da Gama a Calicute, fazendo com que essa região fosse denominada pelo filósofo alemão Hegel, no início do século XIX, de "a terra do desejo". Até o começo do século XIX, os europeus tinham apenas algumas feitorias comerciais instaladas na Índia. A conquista da Índia pela Inglaterra teve sua origem no século XVII, quando os ingleses conseguiram algumas feitorias que pertenciam a Portugal. Com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), as possessões francesas no litoral hindu passaram para a Inglaterra e, com as guerras napoleônicas, os ingleses se apossaram do Ceilão (ilha a sudeste da Índia, hoje chamada Sri Lanka). Para completar sua ocupação, os ingleses interferiram na política interna da região, impedindo o surgimento de um poder local forte por meio da imposição de um regime de protetorado, o que, na prática, significava a intervenção na administração local.

Pouco a pouco, os principados indianos foram submetidos à administração da Companhia das Índias Orientais. A industrialização levou os ingleses a aprofundarem a dominação, não apenas com a conquista territorial, mas também por meio da interferência na economia da Índia. Os ingleses confiscaram propriedades rurais a fim de ampliarem a produção de matérias-primas, estimularam a produção de algodão para abastecer a indústria têxtil na Inglaterra e estabeleceram um imposto individual em dinheiro, obrigando os nativos a buscarem trabalho assalariado e facilitando a oferta de mão de obra.

Uma consequência trágica para a economia nativa gerada pelo domínio inglês foi a desestruturação da produção indiana. Ao abarrotar o mercado hindu com seus produtos industrializados, os ingleses provocaram o declínio da produção de tecidos e do artesanato local. Essa desestruturação mostrou-se fatal para a população. A população de Dacca (atual capital do Bangladesh), por exemplo, principal centro da indústria têxtil indiana, diminuiu, entre 1815 e 1837, de 150 mil para 20 mil habitantes.



Gravura do século XIX, representando administrações britânicas na Índia.

TÁ NA MÍDIA

William Vandivert / Getty Images

SITE / PODCAST

Acesse o primeiro QR Code e conheça a história da Fome de 1943 em Bengala (Índia), no momento de neocolonização britânica.

Acesse o segundo QR Code para ouvir um interessante *podcast* sobre o que foi o Neocolonialismo.

Revolta dos Sipaios (Sipais ou Cipaios) (1857-1859)

O governo opressivo e a exploração sem limites provocaram, em 1857, a primeira grande reação hindu, conhecida como a **Revolta dos Sipaios** (soldados nativos a serviço dos ingleses). A causa mais conhecida para o estopim da revolta foi quando os sipaios foram obrigados a utilizar um novo tipo de cartucho de arma de fogo que vinha untado de gordura de porco e de vaca. Naquela época, havia muçulmanos e hindus na Índia. Os muçulmanos não podiam ingerir carne suína. Para os hindus, a vaca era sagrada e, portanto, imprópria para consumo. Como os sipaios foram treinados para rasgar os cartuchos de munição com a boca, acabavam ingerindo a gordura.



Representação dos soldados indianos atacando as tropas britânicas em Lucknow, durante o motim na Índia, em 1857.

A eclosão dessa revolta esteve também associada à concorrência que a indústria algodoeira inglesa fazia com a manufatura de tecidos indiana, levando à ruína vários príncipes e à extinção da escravidão nos campos, com o objetivo de submeter o camponês a um imposto fixo em dinheiro. O movimento começou com a distribuição de panfletos que conclamavam toda a população indiana – “mulheres e homens, escravos e escravas” – a matar os ingleses com canhões, pedras ou “qualquer coisa que tivessem à mão”. Os ingleses revidaram cruelmente, contando com a ajuda de soldados indianos leais à Inglaterra, o que deu à luta uma conotação de guerra civil, que terminou em 1859.

Uma vez debelada a revolta, a administração inglesa na Índia foi reorganizada da seguinte forma:

- A Companhia das Índias Orientais foi extinta;
- O Parlamento inglês passou a nomear um vice-rei, considerado a autoridade suprema na Índia;
- A rainha Vitória foi sagrada imperatriz da Índia;
- A participação de indianos na administração foi permitida com a criação do Indian Civil Service;
- A Língua Inglesa foi imposta como oficial;
- O ensino passou a ser ministrado em inglês;
- A lei colonial inglesa foi codificada;
- Permitiu-se, a partir de 1885, a existência de partidos políticos de representação nativa, controlados, porém, pela Coroa britânica. Entre esses partidos, destacou-se o **Partido do Congresso Nacional Indiano**, que seria, no século XX, uma das forças responsáveis pela Independência da Índia.

Com a consolidação do domínio inglês na Índia, a Inglaterra estava suficientemente fortalecida para lançar sua política imperialista em direção ao Extremo Oriente.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 14 O 20º Batalhão de Infantaria Nativa de Bengala, que iniciou a rebelião em Meerut em maio de 1857, consistia na maior parte em pequenos proprietários de terras *rajput* e brâmanes do sul do Oudh. O influxo de castas inferiores e forasteiros em suas fileiras, como resultado das políticas radicais de “nivelamento” do governo britânico, causou nos membros do batalhão a sensação tão generalizada de confusão de *status* e referência que, no meio do levante, em outubro de 1857, um oficial escreveu para o jornal *Labore Chronicle* advertindo publicamente que “um lavrador não é um *subadar* só porque foi classificado como tal, e um nobre indiano não o é menos porque o tratamos como um comerciante”.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 280. [Fragmento]

Aponte um motivo que levou à Revolta dos Sipaios.

15 Texto I

[...] Os anos de 1857-1858 foram marcantes nesse contexto, porque foi quando ocorreu a Revolta dos Cipayos na Índia. Os cipayos eram soldados nativos do Exército inglês na Índia, responsáveis pela desocupação de terras pelas comunidades locais [...]. O estopim da revolta foi o fato de os cartuchos de armas de fogo, os quais os soldados deveriam morder, serem engraxados com gordura de vaca e de porco. Para hindus e muçulmanos, essa ação era inaceitável. [...]

PAVAN, Paula Mazzaro. *A Revolta dos Cipayos e o Colonialismo Britânico na Índia*. Orientador: Prof. Dr. Robert Waybe Andrew Slenes. 2012. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, UNICAMP. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xxcongresso/resumos/105513.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023. [Fragmento]

Texto II



GRANGER. *Sipaios amotinados dividindo despojos*. 1859. Nova Iorque. A coleção Granger.

- A. Relacione o conteúdo do texto I ao do texto II.
- B. Indique duas consequências da revolta indicada nos textos.

A Conquista da Indochina

A Indochina, ou Península Indochinesa, é uma região do Sudeste Asiático, entre o leste da Índia e o sul da China. Inclui o Vietnã, o Laos e o Camboja. O nome “Indochina” surgiu porque essa região fica justamente espremida entre duas grandes culturas asiáticas, a indiana (a oeste) e a chinesa (ao norte). As civilizações indiana e chinesa influenciaram os reinos que governaram a Indochina antes da expansão colonial europeia e, em especial, da dominação francesa.

O Imperialismo francês na região dinamizou-se, no século XIX, como resposta à frustração de haver perdido a Índia para os ingleses. O domínio francês na Indochina tinha interesse na extração de matérias-primas, como a borracha. Além disso, havia o interesse comercial, principalmente em relação à China, que podia fornecer seda para a indústria têxtil francesa, a qual estava quase paralisada devido a uma doença que afetava o bicho-da-seda. A cidade de Lyon (França), principal centro produtor de tecidos de seda, para evitar o intermediário inglês, teve de procurar outras fontes produtoras, já que era a Inglaterra, na Europa, que comercializava a seda chinesa. Daí a política expansionista agressiva em direção à Indochina, que serviria de passagem para a China Meridional.

Assim como os ingleses na Índia, os franceses foram conquistando a península por partes. Em 1859, a cidade de Saigon foi invadida por uma expedição militar francesa sob o pretexto de que era necessário dar proteção aos missionários religiosos que encontravam resistência por parte da população local.



Em 1867, a França fundou uma colônia ao sul da península, a **Cochinchina**. Em 1883, instalou dois protetorados ao norte, Anã e Tonkin. Após dominar o Vietnã, a França ampliou seus territórios com sucessivas ações militares e voltou-se para o Reino do Camboja, subordinado ao Reino de Sião (atual Tailândia). Para evitar uma possível conquista por parte de Sião, os franceses estabeleceram o protetorado sobre o Camboja em 1867. A ocupação de Tonquim (1883), no extremo norte, foi de vital importância, pois foi o ponto inicial para a penetração em Iunã, província meridional chinesa. Com a incorporação do Laos (1893), foi aberto, através do Rio Mekong, um importante ponto de penetração no sul da China, consolidando-se, assim, o domínio da França sobre o Sudeste Asiático.

A abertura da China (*break-up chinês*)

O Império Chinês era o maior dos Impérios asiáticos e compreendia, além da China, a Manchúria, a Mongólia, o Tibete e o Turquestão, além de possuir certa suserania sobre a Coreia e o Anã. Esse Império, possuidor de 500 milhões de habitantes, que ocupava um vasto território, com uma área igual à da Europa, representava um atraente mercado consumidor para as manufaturas europeias e um campo aberto para os investimentos, pois, até 1880, não tinha dívida pública, nenhuma ferrovia, indústria ou serviço público moderno. Desde o século XVII, esse povo era governado pelos Tsing, uma dinastia de origem **manchu** (da Manchúria), que não era totalmente aceita por ser considerada estrangeira. Sua economia era de base agrícola, com um artesanato de luxo muito desenvolvido (porcelanas, sedas, nanquins), que alimentava o comércio e era realizado por associações de mercadores que exportavam seus produtos por meio do **porto de Cantão**, o único porto autorizado a comerciar com o exterior.

Apesar de os ingleses sempre demonstrarem o desejo de ampliar suas atividades, restritas ao porto de Cantão, a penetração dos ocidentais no território chinês sempre foi difícil devido à grande resistência do Império Manchu. Como as tentativas de negociação pacífica não foram frutíferas, no século XIX, o governo inglês procurou um meio de forçar a abertura dos portos chineses. O meio utilizado foi o comércio do ópio, produto proibido na China. O ópio era conhecido há muito tempo pelos chineses, que o usavam como medicamento. O produto era produzido em abundância na Índia pela Companhia das Índias Orientais e, por isso, foi fácil, para os ingleses, forçar a entrada de grandes quantidades de ópio na China, disseminando o vício entre a população.

Em 1833, o contrabando de ópio para a China representou a metade das exportações da Inglaterra para aquele país. Em 1838, uma petição popular apresentada ao imperador Tao-Kuang solicitava a pena de morte para os revendedores chineses desse produto. As autoridades chinesas, por sua vez, solicitaram à rainha Vitória que proibisse seus súditos de realizarem esse comércio. Procurando reprimir o consumo de ópio, o imperador determinou o confisco de cerca de 20 mil caixas de ópio que, em seguida, foram jogadas ao mar. A reação da Inglaterra foi imediata, exigindo dos chineses uma indenização pelas perdas e acusando o governo chinês de desacato à autoridade inglesa. Como a indenização não foi paga, iniciou-se a Guerra do Ópio, que durou dois anos (1840-1842) e terminou com a derrota chinesa. A China foi obrigada a assinar o **Tratado de Nanquim**, primeiro de uma série de tratados prejudiciais ao Império. Segundo esse tratado, a China:

- abria cinco portos ao comércio externo;
- entregava a ilha de Hong Kong aos ingleses (devolvida em 1997);
- comprometia-se a pagar uma alta indenização de guerra;
- aceitava que o princípio da extraterritorialidade fosse aplicado aos ingleses.

O Imperialismo das potências europeias avançou sobre a China, e uma série de conflitos provocados pelos europeus levou esse país a assinar outros acordos que permitiam a abertura de mais portos ao comércio externo, os quais tornavam-se zonas de influência dos imperialistas. De fato, as potências imperialistas não desejaram a divisão territorial da China, visto que não era possível saber ao certo se essa divisão atenderia ou prejudicaria os seus interesses. Assim, foi mantida a sua integridade territorial sob o princípio de "portas abertas", para salvar os interesses já estabelecidos de cada potência. No final do século XIX, a China era um país dividido em zonas de influência de sete nações imperialistas: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Rússia, Estados Unidos e Japão. Tal divisão foi a causa da denominação *break-up* da China.

Henri Meyer / Domínio Público



MEYER, Henry. O bolo chinês. *Le Petit Journal*, 1898. A charge francesa mostra a China sendo partilhada, diante do desespero chinês, pela Inglaterra, Alemanha, Rússia, França e Japão (da esquerda para a direita).



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



16 Sobre o Imperialismo na Ásia:

- A. Explique a dominação inglesa na Índia e suas consequências para a população nativa.
- B. Identifique os interesses franceses pela Indochina.

17
030V

(FUVEST-SP) A Índia exporta para a China vastas quantidades de ópio, para cujo cultivo possui facilidades peculiares. O ópio pode ser produzido em Bengala melhor e mais barato do que em qualquer outra parte do mundo; e a China oferece um mercado quase que ilimitado em suas dimensões. O gosto por essa droga espalhou-se pelo Império, a despeito das severas regulações para sua exclusão, e se diz que ele entrou no próprio palácio. Não obstante o consumo desse estimulante pernicioso eventualmente ser reprimido de um ponto de vista moral, é certo que ele promove diversos objetos que são igualmente desejáveis tanto pela Índia como pela Inglaterra. A Índia, ao exportar ópio, auxilia o fornecimento de chá à Inglaterra. A China, ao consumir ópio, facilita as operações de receita entre a Índia e a Inglaterra. A Inglaterra, ao consumir chá, contribui para aumentar a demanda por ópio indiano.

THORNTON, Edward. *India, its state and prospects*. Londres: Parbury, Allen & Co., 1835 (Adaptação).

- A. Indique como o texto caracteriza a cadeia mercantil do ópio e qual sua importância para a economia inglesa do século XIX e para as relações coloniais entre Grã-Bretanha e Índia.
- B. Identifique e explique um conflito posterior a 1835 que se relacione diretamente aos processos descritos no texto.

18 (Unesp) A ocupação de regiões da África e da Ásia, levada a efeito por potências europeias no decorrer do século XIX, não se fez pacificamente, a despeito da supremacia bélica dos conquistadores.

- A. Cite dois conflitos nas áreas dominadas, decorrentes do processo mencionado.
- B. Aponte e comente um motivo que justifique o interesse das potências europeias nessas áreas.



Página do jornal *Le Petit Parisien*. Boxers sabotando uma ferrovia. Junho de 1900.

A Revolta dos Boxers (1900-1901)

As ações imperialistas das nações europeias acabaram provocando a exacerbação da xenofobia popular e a formação de sociedades secretas, como a Sociedade dos Punhos Harmoniosos, cujos membros eram extremamente contrários aos estrangeiros e costumavam ser chamados de **“boxers”** (punhos fechados). Os *boxers* eram secretamente favorecidos pelas autoridades chinesas e pela Corte manchu, que esperava usá-los contra os estrangeiros. Costumavam atacar os chineses convertidos ao cristianismo e os missionários estrangeiros.

Quando os *boxers* se tornaram alvo das ações diplomáticas que visavam à sua eliminação, deram início a uma rebelião em larga escala, aprovada pela imperatriz e pelos seus auxiliares de governo. Houve extensas depredações, as legações de Pequim foram sitiadas e centenas de estrangeiros foram mortos, inclusive o representante alemão. A reação foi rápida e violenta. Uma força militar composta de ingleses, russos, japoneses, alemães, franceses e estadunidenses tomou as fortalezas chinesas a fim de assegurar a rota para Pequim, onde havia uma grande comunidade estrangeira a ser protegida e salva. A sublevação dos *boxers* foi reprimida, Pequim teve seus tesouros saqueados, e a China foi obrigada a pagar uma indenização de guerra. O país permaneceu nas mãos das potências imperialistas.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

19 Observe a charge a seguir e responda ao que se pede.

- O que a charge representa?
- Em que esse processo contribuiu para o *break-up* chinês?



A PARTILHA da China. 1900. Coleção particular.

2.5. A modernização japonesa: Era Meiji

Até meados do século XIX, o Japão vivia um regime comparável ao sistema feudal, denominado **xogunato**. Apesar da existência de um imperador, o **micado**, ele não governava de fato; era a nobreza, camada mais privilegiada da sociedade, quem escolhia um dos seus iguais, muitas vezes por meio de guerras, para governar de acordo com os seus interesses. O regime do xogunato se caracterizava por isolar o Japão do mundo ocidental, afinal, a singular cultura japonesa e a distância geográfica da ilha em relação à Europa acabavam favorecendo tal situação.

Em 1854, a Esquadra Perry (assim chamada devido ao nome de seu comandante), que havia sido enviada pelos Estados Unidos ao Japão, forçou os japoneses a abrirem seus portos aos produtos estadunidenses. Aquele, portanto, era o início da dominação imperialista no país, pois, após a abertura dos portos aos Estados Unidos, algumas potências europeias exigiram os mesmos privilégios, situação que fez com que os japoneses percebessem que seu país deveria se tornar uma potência imperialista para sair dessa condição de submissão. Ainda no século XIX, parte da população japonesa, inconformada com a submissão do seu país, promoveu uma guerra civil, conflito que acabou por derrubar o xogunato.

Em 1868, após o fim das batalhas, o poder foi centralizado nas mãos do imperador **Mutsumoto**, que passou a adotar um conjunto de medidas modernizantes que caracterizaram a chamada **Era Meiji** e transformaram o Japão em uma referência imperialista na Ásia. Entre essas medidas, pode-se ressaltar o investimento em educação. O governo japonês passou a bancar o estudo de alguns jovens no exterior, no intuito de que eles voltassem para aplicar no Japão estratégias semelhantes às adotadas pelas maiores potências da época.

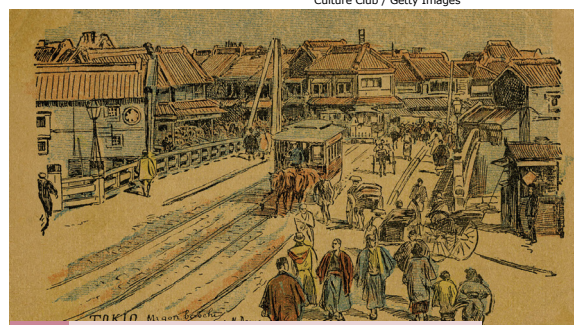
Houve também a modernização dos meios de transporte, com a aplicação de recursos para a construção de ferrovias e, principalmente, para melhorias no transporte marítimo. Pode-se mencionar, ainda, a ampliação e a modernização do Exército japonês, que, equipado com armamentos de origem ocidental, pôde fazer frente a diversos povos no continente asiático e, assim, levar adiante o projeto expansionista japonês.

É importante ressaltar, entretanto, que o Japão só conseguiu promover esse conjunto de mudanças graças ao auxílio de outras nações imperialistas, com destaque para os Estados Unidos.

Um outro alvo dos japoneses foi a China, de quem o Japão reivindicava a região da Manchúria, rica em minério de ferro. Tal disputa acabou levando ambos os países à **Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)**, da qual o Japão saiu novamente vitorioso. Dessa forma, a China, derrotada, foi obrigada a entregar a ilha de Formosa aos japoneses, além de ser obrigada a aceitar a Independência da Coreia, região que foi anexada pelo Japão em 1910. Diante dos benefícios gerados pela Era Meiji e das conquistas oriundas do Imperialismo, o Japão acabou materializando seu desenvolvimento nos **zaibatsus**, grandes conglomerados industriais que passaram a caracterizar a economia japonesa no início do século XX. O crescimento foi tanto que, na década de 1930, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Japão tinha forças suficientes para invadir toda a China, o que de fato ocorreu. Além disso, várias ilhas do Sudeste Asiático foram postas sob o domínio nipônico, o que acabou contrariando os Estados Unidos, contra quem os japoneses lutaram durante a Segunda Guerra.



Imperador Mutsumoto e família. Fotografia de cerca do ano 1880.



A imagem representa a visão de uma rua de Tóquio, capital japonesa, no início da Era Meiji.



O Governo Iluminado na terra do Sol nascente >> LHMx

A Restauração Meiji, também conhecida como Governo ou Regime Iluminado, representou o pontapé inicial para o processo de modernização do Japão. Assista à videoaula interdisciplinar de Geografia e História que analisa o processo de industrialização e a imperiosa realidade da expansão japonesa neocolonial.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

20 [...] A sua antiga civilização asiática era bem mais delicada e talvez bem mais racional do que a nossa, e os japoneses são os primeiros a reconhecê-la, mas se nela continuasse perseverando, o Japão seria hoje muito provavelmente uma simples colônia de qualquer Estado da Europa ou da América – Sacrifique-se a civilização dos antepassados, mas salve-se a independência da pátria – foi a divisa moral que impeliu os japoneses nos seus progressos.

MORAES, Wenceslau de. Cartas do Japão: segunda série, vol. II (1909-1910). Lisboa, Portugal-Brasil: Sociedade Editora, 1928. In: DEZEM, Rogério Akiti. *Através do olhar do "outro": uma breve comparação entre os discursos diplomáticos britânico e lusitano sobre o Japão no período final da Era Meiji (1890-1912)*. Osaka University, 2014. p. 202. Disponível em: https://ir.library.osaka-u.ac.jp/repo/ouka/all/27620/slc_40-193.pdf. Acesso em: 4 maio 2020. [Fragmento]

Aponte como o texto anterior destaca o processo da Revolução Meiji no Japão.

2.6. As consequências do Imperialismo

Além de conflitos entre colonizadores e colonizados, o Imperialismo do século XIX levou ao empobrecimento e à perda das identidades culturais das áreas atingidas. Com o objetivo de explorar, ao máximo, os recursos naturais e a mão de obra disponível nessas áreas, as nações europeias, os Estados Unidos e o Japão deixaram sequelas na maioria dos povos dominados entre a segunda metade do XIX e os anos 1960-1970. Até hoje, alguns países africanos e asiáticos sofrem com a falta de recursos, com conflitos civis, com a miséria, com a violência e com a exploração de suas populações.

Por outro lado, a rivalidade entre França, Inglaterra, Alemanha e Itália aumentou a tensão entre esses países, gerando um aumento gradativo de investimentos militares, a formação de alianças militares e, por fim, a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

TÁ NA MÍDIA



Marin Dimitrov / Getty Images

As montanhas da Lua (*Mountains of the Moon*). EUA, 1990. Em 1860, o capitão Richard Burton e seu colega John Speke realizam uma perigosa expedição: uma longa e acidentada jornada em busca da nascente do rio Nilo, em nome do Império Britânico da rainha Victória. O filme mostra o primeiro encontro deles, o surgimento da amizade e seu fim após a jornada.

Anna e o rei (*Anna and the king*). EUA, 2000. Retrata a história de Anna Leonowens que, em 1860, se muda para o Sião (atual Tailândia), para ser tutora dos 58 filhos do rei Mongkut. Com o passar do tempo, se envolve nos casos do rei e em uma guerra orquestrada pela Inglaterra. A película também retrata o choque cultural entre Anna e o Mongkut.

O último samurai (*The last samurai*). EUA, 2003. Em 1870, é enviado ao Japão o capitão Nathan Algren, um conceituado militar estadunidense. A missão de Algren é treinar as tropas do imperador Meiji, para que elas possam eliminar os últimos samurais que ainda vivem na região.

Accesse o QR Code para ouvir um interessante *podcast* sobre o imperialismo japonês.



FECHA COMIGO

Complete o mapa mental a seguir, sintetizando os processos que envolveram o Neocolonialismo do século XIX.

Imperialismo

Definição

Motivos

Contexto europeu

Ideologias

Consequências

África

Ásia

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01 (Cesgranrio) A partir de 1880, aproximadamente, uma série de mudanças relativamente importantes começam a dar à expansão colonial da Europa uma fisionomia nova.

RÉMOND, René. Século XIX.

Dentre os fatores que geraram o Imperialismo, na segunda metade do século XIX, identificamos a

- A. necessidade de desenvolvimento de novos mercados produtores de manufaturados nas áreas periféricas da África.
- B. preocupação inglesa de fortalecer os movimentos populares de libertação nacional nas regiões asiáticas.
- C. redução acentuada da população europeia, que ameaçava a eficácia produtiva de suas colônias.
- D. busca de novas regiões fornecedoras de matérias-primas e consumidoras de manufaturados dos países industrializados.
- E. consolidação dos ideais democráticos baseados nos princípios de soberania nacional e autogoverno dos povos.

02 (PUCPR) Indique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F). A questão refere-se ao capitalismo monopolista.

- () A necessidade de altos investimentos é uma das causas do aparecimento da concentração de empresas.
- () Surgiram vários tipos de concentração de empresas, entre eles, cartéis e *holdings*.
- () O cartel caracteriza-se por uma concentração vertical, conservando as empresas sua autonomia jurídica e técnica.
- () A *holding* é uma associação de várias empresas sob o controle de uma empresa central.
- () Dominar mercados é uma causa de concentração de empresas.
- () O truste constitui-se em um fundo de reserva adotado pelos cartéis para manter a "guerra comercial" contra as empresas fora do cartel.

- A. V F V F V V D. V V F V F F
- B. F V F V V F E. V F F V V V
- C. F V V F F V

03 (PUC-SP) Podemos dizer que, na segunda metade do século XIX, iniciou-se a "era do petróleo e da eletricidade". A partir de 1870, principalmente, houve não só uma gigantesca expansão da economia mundial, firmemente sustentada na industrialização de numerosos países, como a aceleração da produção de mercadorias e grande concentração de capitais de investimento.



A respeito dessas transformações, é correto afirmar que

- A. marcaram a passagem do sistema de produção artesanal para o sistema de produção fabril, concentrando-se, principalmente, na produção têxtil destinada ao mercado interno.
- B. demonstraram o declínio do capitalismo monopolista, com a perda de poder das grandes corporações, e a sua substituição por um sistema de livre concorrência.
- C. estão relacionadas à chamada Segunda Revolução Industrial, marcada pela substituição das pequenas unidades fabris por complexos industriais com processos de produção mais sofisticados e pela concentração maciça de capital para os investimentos de base.
- D. ficaram restritas à Europa, não chegando a atingir os Estados Unidos, que só se industrializaram a partir do período pós-guerras.
- E. tornaram possível prescindir de mercados fornecedores de matérias-primas, em vista das transformações tecnológicas ocorridas, o que fortaleceu o isolamento da Europa.

04 (Unesp) Colonizar é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza destes países, aproveitá-los no interesse nacional, e, ao mesmo tempo, levar às populações primitivas, que delas se encontram privadas, as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar.

MÉRINHAC. Précis de législation et d'économie coloniales. Paris, 1912 *apud* LINHARES, Maria Yeda. *A luta contra a metrópole* (Ásia e África: 1945-1975). 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 35-36.

O texto reflete a visão europeia do Colonialismo efetuado sobre a Ásia e a África no decorrer do século XIX, resultado do expansionismo do capitalismo industrial-financeiro.

Nesse texto,

- A. estão explicitadas as concepções de superioridade da raça branca e da civilização europeia e do direito e dever de colonizar.
- B. está presente a ideia da colonização como elemento essencial para o desenvolvimento econômico da Europa, da Ásia e da África.
- C. o autor procura mostrar a preocupação dos colonizadores em preservar a cultura dos povos colonizados.
- D. parte-se do princípio da igualdade, para garantir aos europeus o direito e o dever de colonizar países mais atrasados.
- E. percebe-se que o autor vê o Colonialismo europeu como um elemento de desequilíbrio e atraso para as nações colonizadas.

05 (FMP-RS-2022) Na segunda década do século XX (1911-1920), um jornalista norte-americano registrou o seguinte relato sobre suas viagens a nações do Caribe:

Não importa o nome do seu país, se é governado por uma firma de mercadores de café, com sede em Nova Iorque; ou por uma corporação alemã, voltada para construção de ferrovias; por uma frota de vapores costeiros ou uma grande casa comercial com sede em Berlim, Londres ou Bordeaux [...]. Isto ocorre em toda a América Central [...], você não estará em uma República até saber que mercador, que banco ou que corporação de ferrovias a controla [...] e você aprenderá, ao fim de um certo tempo, a olhar com muito mais respeito para uma mula carregada com caixotes que levam gravada a marca de uma determinada grande firma, do que para um soldado que usa as cores do seu governo.

PAMPLONA, M. A. *Revendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1995, p. 30 (Adaptação).

No texto, enfatiza-se a seguinte característica do Imperialismo instituído na região:

- Associação de interesses entre o grande capital e os governos das potências centrais.
- Estímulo à filantropia do Big Stick, em apoio ao desenvolvimento econômico da região.
- Distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida das populações caribenhas.
- Anexação de territórios no Caribe por França, Inglaterra e Espanha.
- Conquista de soberania política e econômica pelas repúblicas da América Central.

06 (UEFS-BA) Com o início da anexação do Marrocos pela França, uma crise violenta eclode entre a França e a Alemanha, que, em 1911, coloca uma canhoneira diante de Agadir, para demonstrar sua decisão de partir para o confronto. A prova de força se resolve com a devolução à Alemanha de parte de Camarões. Em 1912, o sultão do Marrocos decide assinar um tratado de protetorado que põe seu país sob a tutela francesa.

FERRO, Marc. *A colonização explicada a todos*. 2017 (Adaptação).

O historiador descreve as relações de força presentes nos processos de anexação de territórios e mercados pelos países imperialistas europeus. São exemplos dessas relações:

- Oposições culturais entre os povos expansionistas e decisões arbitradas por organizações políticas supranacionais.
- Disputas entre economias industrializadas e acordos em prejuízo de sociedades colonizadas.
- Divergências de sistemas sociais entre nações colonizadoras e missões civilizadoras dos povos cristãos nos países afro-asiáticos.

D. Guerras mundiais desencadeadas nas áreas colonizadas e desindustrialização das nações dominadoras.

E. Divisões dos conquistadores em exploradores e favoráveis aos povos colonizados e formação da liga internacional de nações dominadas.

07 (Unicamp-SP) A Biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das desigualdades humanas da sociedade para a natureza. As vinculações entre Biologia e ideologia são evidentes no intercâmbio entre a eugenia e a genética. A eugenia era essencialmente um movimento político, que acreditava que as condições do homem e da sociedade só poderiam melhorar através do incentivo à reprodução de tipos humanos valorizados e da eliminação dos indesejáveis. A eugenia só passou a ser considerada científica após 1900, com o surgimento da genética, que parecia sugerir que o cruzamento seletivo dos seres humanos segundo o processo mendeliano era possível.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 351-353.

- Quais as implicações políticas do desenvolvimento da genética, no início do século XX?
- Relacione a ciência do final do século XIX e a política externa europeia do período.

08 (UFMG) Entre, aproximadamente, 1880 e 1914, ocorreu a "corrida para a África", ou seja, uma aceleração no processo de conquista desse continente por parte das potências europeias. Nesse curto período – cerca de três décadas –, o continente africano foi quase inteiramente retalhado por alguns Estados europeus, que disputavam a primazia na formação de impérios coloniais.

Considerando-se a conquista imperialista e a subsequente colonização da África, é correto afirmar que

- os missionários religiosos e cientistas que atuavam nesse continente denunciaram as ações praticadas pelos conquistadores, tentando deter a colonização.
- a instalação efetiva de colonos europeus se deu em maior proporção nas atuais regiões da África do Sul e Argélia.
- os Estados dominantes reservaram para si as conquistas, impedindo a participação das potências europeias de menor expressão na divisão das terras.
- os europeus encontraram facilidade para estabelecer o domínio militar, dada a ausência de instituições políticas e de líderes locais capazes de organizar a resistência.

09 (Unesp–2022) Os únicos países africanos não colonizados por potências europeias no século XIX foram

- A. a África do Sul, que vivia sob forte regime de segregação racial, e a Síria, que se manteve livre graças à forte mobilização militar dos grupos muçulmanos.
- B. a Libéria, criada na metade do século XIX por iniciativa norte-americana, e a Etiópia, que uniu cristãos e islâmicos na luta de resistência às investidas armadas italianas.
- C. a Argélia, que obteve sua autonomia em troca de acordos comerciais com países mediterrânicos, e Gana, onde o poderoso Império Axânti conseguiu impedir o avanço britânico.
- D. o Marrocos, ocupado pela França apenas no século XX, e Madagascar, que conseguiu evitar invasões por meio da estruturação de um forte aparato militar marítimo.
- E. o Egito, que se valeu de sua tradição histórica de autonomia e hegemonia regional, e Angola, que obteve sua independência de Portugal no final do século XVIII.

10 (PUCPR–2023) Leia o texto a seguir:

Encontramos, [...], aqui o homem em seu estado bruto. Tal é o homem na África. Porquanto o homem aparece como homem, põe-se em oposição à natureza; assim é como se faz homem. Mas, porquanto se limita a diferenciar-se da natureza, encontra-se no primeiro estágio, dominado pela paixão, pelo orgulho e a pobreza; é um homem estúpido. No estado de selvageria achamos o africano, enquanto podemos observá-lo e assim tem permanecido. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações europeias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 21. *apud* HEGEL, 1928, p. 193-194.

De acordo com seus conhecimentos sobre a colonização da África, assinale a alternativa correta.

- A. A ocupação do continente africano no processo conhecido como Neocolonialismo foi permeada de discursos como o de Hegel que colocavam o africano como a-histórico, negando veementemente a importância cultura dos povos africanos para a história da humanidade.
- B. Hegel foi um importante historiador do continente africano que deu as bases teóricas para os processos coloniais de ocupação da região central e norte da África, fornecendo os argumentos científicos para o Neocolonialismo praticado pelos europeus.

- C. A insistência dos pensadores europeus em negar a história dos africanos está fundamentada nas disputadas territoriais que se instalaram na África entre os europeus, ao final do século XVIII, no processo conhecido como Neocolonialismo e Imperialismo.
- D. O pensamento de Hegel buscou perpetuar a não historicidade da “África negra” embasando-se, sobretudo, em teorias do darwinismo social que contribuíram para justificar o Imperialismo europeu nos processos coloniais de ocupação do continente africano.
- E. No texto de Hegel, é possível observar que ele acreditava que o homem africano era capaz de dominar suas paixões e colocar sua racionalidade acima de tudo, sendo assim, um homem em seu estado de natureza que não acreditava em Deus.

11 (PUC Rio)



Disponível em: www.radiomocambique.com.

A imagem anterior é uma caricatura sobre a política imperialista europeia na África no final do século XIX e início do século XX. Nela, Cecil Rhodes, um dos mais conhecidos exploradores do continente, coloca suas botas sobre o mapa da África ao mesmo tempo que segura uma linha que representa o sonho inglês de construir uma estrada de ferro entre o Egito e o sul da África. Usando-a como referência, é incorreto fazer a seguinte afirmação sobre o Imperialismo:

- A. Buscou-se a integração dos mercados coloniais para o desenvolvimento das potências europeias.
- B. O continente africano foi ocupado e seus territórios tornados domínios das principais potências.
- C. Abandonou-se as ações militares em favor de uma política apoiada no uso da diplomacia internacional.
- D. O Colonialismo foi apresentado como “missão” civilizadora e progressista das potências do Ocidente.
- E. Os europeus foram exaltados como membros de uma sociedade tecnologicamente e militarmente superior às nações africanas.

- 12** (UFMG) Na história da África, jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelos imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema.

BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África*. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo: Ática / Unesco, 1991. p. 25.

Considerando-se o contexto da colonização europeia da África, é correto afirmar que

- a demarcação das fronteiras entre as diferentes colônias respeitou as divisões territoriais previamente existentes entre as etnias africanas.
- a derrota da Alemanha na Primeira Guerra implicou a concessão de Independência aos territórios por ela colonizados, sob a proteção da ONU.
- essa colonização resultou em decréscimo da população africana, devido à intensa exploração dos recursos humanos e materiais.
- os Estados europeus, embora negassem oficialmente a escravidão, adotavam trabalho compulsório em alguns territórios coloniais.

- 13** (CEFET-MG-2020)



DO CABO AO CAIRO
Ainda que o processo seja custoso, a estrada do progresso deve ser aberta.

Biblioteca do Congresso (EUA). Divisão de Fotografias, Impressos, Desenhos. *Puck*, n. 1 345, 10 dez. 1902. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2010652189/>. Acesso em: 19 set. 2019.

Considerando os elementos dessa imagem e o processo histórico de conquista e colonização no continente africano, afirma-se que:

- A "civilização" é representada por homens brancos, soldados e trabalhadores, que rejeitam a igualdade com os nativos.
- O "barbarismo" é representado por homens negros, seminus, que oferecem resistência desorganizada aos invasores.

- A ocupação britânica da África contou com esforços militares e de propaganda ideológica.
- A dominação europeia desse continente utilizou-se de alianças com lideranças políticas locais.

Estão corretas apenas as afirmativas

- I, II e III.
- I, II e IV.
- I, III e IV.
- II, III e IV.

- 14** (UPE)



Os boxers

Tio Sam (para o *boxer* turbulento): "Ocasionalmente eu também dou meus soquinhos por aí." (William Allen Rogers, 09 de junho de 1900, *New York Times*).

Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_Revolta_dos_Boxers.pdf.

O evento histórico evidenciado pela imagem teve como principal característica sociopolítica

- a defesa do antiocidentalismo.
- o apoio da oligarquia colonial.
- a adesão ao movimento colonialista.
- a formação de um governo de coalizão.
- o auxílio dos EUA na guerra contra os invasores.

- 15** (UNEB-BA) O comércio do ópio é feito pelos ingleses. Esse povo, não tendo do que viver na sua terra, procura escravizar outros países, nos quais ele primeiro procura debilitar os habitantes [...].

Memorial recebido pelo imperador Tao Kwang, em 1838.

O texto anterior, elaborado sob visão de mundo do dominado, aplica-se, principalmente,

- ao sentido de submissão e de humildade que as missões religiosas cristãs procuraram desenvolver entre os povos dominados.
- à rebelião dos sipaios, contra a ação humanitária dos dominadores europeus.
- à expansão imperialista da Inglaterra na China.
- à clara submissão dos japoneses à cultura ocidental.
- à mera reação de um súdito chinês, incapaz de realizar uma boa prova por não saber associar conhecimento e percepção crítica da realidade.

16 (UFMG) Em 1793, uma missão comercial britânica chegou à China e conseguiu ser recebida pelo próprio imperador. Os ingleses solicitavam, principalmente, autorização para abrir uma representação diplomática em Pequim, a abertura de mais portos chineses ao comércio internacional e a redução de tarifas alfandegárias. Em sua resposta ao rei da Inglaterra, escreveu o imperador chinês: “Nunca demos valor a artigos engenhosos, nem temos a menor necessidade das manufaturas de seu país. Portanto, ó rei, no tocante à tua solicitação de enviar alguém para permanecer na capital, ao mesmo tempo em que não está em harmonia com os regulamentos do Império Celestial, sentimos também muito que isso não trará nenhuma vantagem para o teu país”.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 134.

Essa atitude do Império Chinês estava relacionada

- A. ao temor dos governantes chineses de afrontar a opinião nacionalista do país, notadamente após a Revolta Taiping.
- B. à autossuficiência do sistema econômico imperial, que admitia receber, preferencialmente, metais preciosos em troca de seus produtos.
- C. à preferência que os chineses davam ao comércio com o Império Espanhol, tradicional parceiro dos negociantes orientais.
- D. à preocupação em proteger a burguesia chinesa, que se sentia ameaçada em relação à concorrência dos produtos ingleses.



Figura 2. Mulher egípcia.

GÉROME. *Almeh com cachimbo*. 1873.

Disponível em: <http://alloilpaint.com>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Comparando as duas pinturas de Gérôme, no contexto da expansão imperialista do século XIX, a visão europeia do outro associava-se a uma subjetividade

- A. exótica e erotizada.
- B. romântica e heroica.
- C. ingênua e universal.
- D. racional e objetiva.
- E. passiva e aristocrática.

02 (Enem) A conquista pelos ingleses de grandes áreas da Índia deu o impulso inicial à produção e venda organizada de ópio. A Companhia das Índias Orientais obteve o monopólio da compra do ópio indiano e depois vendeu licenças para mercadores selecionados, conhecidos como “mercadores nativos”. Depois de vender ópio na China, esses mercadores depositavam a prata que recebiam por ele com agentes da Companhia em Cantão, em troca de cartas de crédito; a Companhia, por sua vez, usava a prata para comprar chá, porcelana e outros artigos que seriam vendidos na Inglaterra.

SPENCE, J. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996 (Adaptação).

A análise das trocas comerciais citadas permite interpretar as relações de poder que foram estabelecidas. A partir desse pressuposto, o processo sócio-histórico identificado no texto é

- A. a expansão político-econômica de países do Oriente, iniciada nas últimas décadas do século XX.
- B. a consolidação do cenário político Entreguerras, na primeira metade do século XX.
- C. o Colonialismo europeu, que marcou a expansão europeia no século XV.
- D. o Imperialismo, cujo ápice ocorreu na segunda metade do século XIX.
- E. as libertações nacionais, ocorridas na segunda metade do século XX.

SE LIGA NO ENEM



01 (Enem)



Figura 1. Mulher europeia.

GÉROME. *Retrato de uma dama*. 1849. Disponível em: <http://www.jeanleongerome.org>. Acesso em: 29 jun. 2015.

03 (Enem) Colonizar, afirmava, em 1912, um eminente jurista, “é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e ao mesmo tempo levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar”.

MÉRIGNHAC. Précis de législation et d'économie coloniales *apud* LINHARES, M. Y. *A luta contra a metrópole* (Ásia e África). São Paulo: Brasiliense, 1981.

A definição de colonização apresentada no texto tinha a função ideológica de

- A. dissimular a prática da exploração mediante a ideia de civilização.
- B. compensar o saque das riquezas mediante a educação formal dos colonos.
- C. formar uma identidade colonial mediante a recuperação de sua ancestralidade.
- D. reparar o atraso da colônia mediante a incorporação dos hábitos da metrópole.
- E. promover a elevação cultural da colônia mediante a incorporação de tradições metropolitanas.

04 (Enem) Em busca de matérias-primas e de mercados por causa da acelerada industrialização, os europeus retalharam entre si a África. Mais do que alegações econômicas, havia justificativas políticas, científicas, ideológicas e até filantrópicas. O rei belga Leopoldo II defendia o trabalho missionário e a civilização dos nativos do Congo, argumento desmascarado pelas atrocidades praticadas contra a população.

NASCIMENTO, C. Partilha da África: o assombro do continente mutilado. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 7, n. 75, dez. 2011 (Adaptação).

A atuação dos países europeus contribuiu para que a África – entre 1880 e 1914 – se transformasse em uma espécie de grande “colcha de retalhos”. Esse processo foi motivado pelo(a)

- A. busca de acesso à infraestrutura energética dos países africanos.
- B. tentativa de regulação da atividade comercial com os países africanos.
- C. resgate humanitário das populações africanas em situação de extrema pobreza.
- D. domínio sobre os recursos considerados estratégicos para o fortalecimento das nações europeias.
- E. necessidade de expandir as fronteiras culturais da Europa pelo contato com outras civilizações.

05 (Enem) A Inglaterra deve governar o mundo porque é a melhor; o poder deve ser usado; seus concorrentes imperiais não são dignos; suas colônias devem crescer, prosperar e continuar ligadas a ela. Somos dominantes, porque temos o poder (industrial, tecnológico, militar, moral), e elas não; elas são inferiores; nós, superiores, e assim por diante.

SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 (Adaptação).

O texto reproduz argumentos utilizados pelas potências europeias para dominação de regiões na África e na Ásia, a partir de 1870. Tais argumentos justificavam suas ações imperialistas, concebendo-as como parte de uma

- A. cruzada religiosa.
- B. catequese cristã.
- C. missão civilizatória.
- D. expansão comercial ultramarina.
- E. política exterior multiculturalista.

06 (Enem) William James Herschel, coletor do governo inglês, iniciou na Índia seus estudos sobre as impressões digitais ao tomar as impressões digitais dos nativos nos contratos que firmavam com o governo. Essas impressões serviam de assinatura. Aplicou-as, então, aos registros de falecimentos e usou esse processo nas prisões inglesas, na Índia, para reconhecimento dos fugitivos. Henry Faulds, outro inglês, médico de hospital em Tóquio, contribuiu para o estudo da datiloscopia. Examinando impressões digitais em peças de cerâmica pré-histórica japonesa, previu a possibilidade de se descobrir um criminoso pela identificação das linhas papilares e preconizou uma técnica para a tomada de impressões digitais, utilizando-se de uma placa de estanho e de tinta de imprensa.

Disponível em: <http://www.fo.usp.br> (Adaptação).

Que tipo de relação orientava os esforços que levaram à descoberta das impressões digitais pelos ingleses e, posteriormente, à sua utilização nos dois países asiáticos?

- A. De fraternidade, já que ambos visavam aos mesmos fins, ou seja, autenticar contratos.
- B. De dominação, já que os nativos puderam identificar os ingleses falecidos com mais facilidade.
- C. De controle cultural, já que Faulds usou a técnica para libertar os detidos nas prisões japonesas.
- D. De colonizador-colonizado, já que, na Índia, a invenção foi usada em favor dos interesses da Coroa inglesa.
- E. De médico-paciente, já que Faulds trabalhava em um hospital de Tóquio.

FRENTE **A** CAPÍTULO 12

Imperialismo

Aprendizagem

- 01** O desenvolvimento tecnológico impôs avanços satisfatórios na estrutura do sistema capitalista e, além disso, conforme aponta o texto, melhorou a produção industrial, fazendo com que pequenas empresas fossem compradas ou incorporadas por empresas maiores, gerando o aparecimento de grandes indústrias.
- 02** O capitalismo monopolista da segunda metade do século XIX se caracterizava pela fusão do capital bancário com o capital industrial, possibilitando o aparecimento do capitalismo financeiro e a formação de empresas gigantescas, e pela grande influência das empresas monopolistas, que tinham facilidade para estabelecer acordos entre si, para elevar o preço das mercadorias e para determinar as condições de comercialização.
- 03** Processos e invenções da Segunda Revolução Industrial, além do surgimento de grandes empresas, que concentravam a maior parte da produção e da mão de obra.
- 04** Na Europa do século XIX, a industrialização em larga escala gerou excedentes que o mercado regional não conseguia absorver. A saturação de produtos pela Europa, somada ao crescimento populacional nas áreas industrializadas, aumentava a demanda por alimentos. Além disso, existiam os problemas sociais das regiões fabris, e a solução encontrada pelo governo foi dispersar a população em outras áreas para enfraquecer o movimento operário e evitar motins. Por fim, também havia a necessidade de reaplicar os lucros da industrialização, já que a Europa estava saturada. Foi nessas circunstâncias que os países industrializados lançaram a política imperialista, expandindo-se rumo, principalmente, à África e à Ásia.
- 05** No século XVI, os europeus voltaram-se para a América e, ao dominarem a região, tinham como objetivo a obtenção de ouro, prata e produtos tropicais para a metrópole. A produção colonial era comercializada na Europa. No século XIX, o Imperialismo europeu voltou-se para a Ásia e para a África, com o objetivo de obter matérias-primas para suas indústrias e mercados consumidores para a produção excedente, obtendo, assim, altos lucros.
- 06** A violência simbólica foi observada nas formas de dominação imperialista na África e na Ásia, uma vez que os países europeus, além de usarem força, também se impunham ideologicamente sobre as regiões dominadas, reforçando seu modo de vida e cultura perante a população. Desse modo, passaram a impor a linguagem, as religiosidades, os costumes, etc. como forma de diminuir a cultura local e de reforçarem-se como supostamente “superiores e civilizados”.
- 07** Neocolonialismo. Um argumento utilizado pelas nações europeias foi a justificativa de “expansão da civilização”, uma vez que os europeus, preconceituosamente, não consideravam civilizadas as culturas africanas e asiáticas.
- 08** A. A crença de que a descendência comum entre ingleses e indianos tornava incoerente a dominação imperialista de justificação racista.
B. O Imperialismo, ou Neocolonialismo, foi a dominação realizada por Estados europeus, pelos Estados Unidos e pelo Japão em países dos continentes africano e asiático, com o objetivo de obtenção de matérias-primas e mercados consumidores, bem como de expansão do capital europeu na forma de investimentos.
- 09** Na segunda metade do século XIX, os principais países europeus lançaram-se numa verdadeira corrida para colonizar a África. Os interesses que moviam os europeus eram os mais variados: econômicos (obtenção de matérias-primas e comércio), sociais (transferência do excesso da população e esvaziamento das tensões nas metrópoles) e políticos (aumento do poder e da riqueza do Estado). Igualmente, foram vários os métodos de ocupação: violência, manipulação e doutrinação religiosa. Os europeus justificavam sua ocupação e expropriação como uma “obra” ou “missão civilizadora”, como um “fardo que o homem branco carregava”. Dessa maneira, ao mesmo tempo que ensinavam sua religião aos nativos, tiravam-lhes as suas terras. Esse é o sentido da frase de Kenyatta, que revela a tomada de consciência dos africanos diante da situação a que foram submetidos.
- 10** A Conferência de Berlim, também conhecida como “Partilha da África”, foi o evento em que os principais países imperialistas se reuniram para dividir o continente africano em áreas de influência de cada Estado.
- 11** Duas características: crença na missão civilizadora e na eugenia. Tais pensamentos deram bases para a ideia de que o europeu era superior e, por isso, deveria colonizar outras partes do mundo.
- 12** A. No primeiro momento, a presença europeia no continente africano ocorreu fundamentalmente na região litorânea, onde se desenvolveram práticas comerciais mercantilistas visando ao tráfico de escravos. No segundo momento, houve maior penetração territorial e destaca-se o avanço do Imperialismo, na busca por matérias-primas e mercados consumidores.
B. A manutenção de conflitos internos nos Estados africanos na contemporaneidade.

- 13 A. Os ingleses desejavam explorar as recentes minas de ouro e diamante encontradas pelos bôeres no sul do continente africano.
- B. Com a vitória dos ingleses sobre as Repúblicas bôeres, foi constituída a União Sul-Africana, sob o domínio do Império Britânico. No entanto, os primeiros governos logo iniciaram uma política de segregação racial, a exemplo da "Lei da Terra", permitindo que os bôeres lograssem o topo da hierarquia social, a despeito de outros grupos sociais.
- 14 Pode ser citado a concorrência algodoeira inglesa com os tecidos indianos.
- 15 A. O texto II é uma representação da Revolta dos Sipaiois, que está devidamente caracterizada no texto I.
- B. Podem ser indicadas:
- A imposição do inglês como linguagem oficial na Índia, ignorando os idiomas locais.
 - A extinção da Companhia das Índias Orientais.
- 16 A. Desde o século XV, os europeus cobiçavam as riquezas da Índia, vista como a "terra do desejo". No século XVIII, os ingleses se apossaram de várias regiões no litoral do país e completaram sua dominação no século XIX, interferindo na política interna do país e impedindo o surgimento de um poder político local forte por meio do regime de protetorado. A presença inglesa resultou em uma consequência trágica para a economia da Índia, com a desestruturação da produção, que passou a sofrer a concorrência dos produtos industrializados ingleses, causando o declínio da produção de tecidos e do artesanato local.
- B. A Indochina interessava à França devido à possibilidade de extração de matérias-primas para alimentar as fábricas francesas, como a borracha. Além disso, havia um interesse comercial, uma vez que a região da Indochina era estratégica para o acesso à China Meridional e para o controle do comércio da seda, produto valioso no período.
- 17 A. Cadeia mercantil: ópio produzido na Índia é vendido à China por ter mercado consumidor; o comércio do ópio gera receita para a compra de chá chinês, que, por sua vez, é exportado para a Inglaterra. A importância dessa cadeia para a economia inglesa é a geração de lucro para a Inglaterra por meio da participação dos comerciantes ingleses no negócio.
- B. Guerra do Ópio (1840-1842). A Inglaterra batalhou contra a China pela venda do produto no território chinês. Em contrapartida, o governo chinês restringia o consumo de ópio. Ao sair vencedora do conflito, a Inglaterra passa a controlar o mercado e a fornecer o produto ao consumo chinês sem restrição.
- 18 A. A Revolta dos Sipaiois (1818) e a Guerra do Ópio (1840-1842).
- B. Necessidade de obtenção de matérias-primas e de mercados consumidores como decorrência da expansão industrialista gerada pela Segunda Revolução Industrial.
- 19 A. A partilha da China entre algumas nações europeias, os Estados Unidos e o Japão.
- B. A partilha da China estabeleceu o princípio de "portas abertas" com zonas de influência da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Rússia, Estados Unidos e Japão, sendo essa a causa do *break-up* chinês.
- 20 O texto destaca que, para atingir os progressos da Revolução Meiji, o Japão abriu mão de permanecer com aspectos culturais da antiga civilização asiática e modernizou-se.

Propostos

- 01 D
- 02 D
- 03 C
- 04 A
- 05 A
- 06 B
- 07 A. Esse desenvolvimento inspirou o surgimento de teorias que tentavam explicar a origem das desigualdades sociais com bases pretensamente científicas, como a eugenia, que estabeleceu "superioridade" e "inferioridade" entre os seres humanos.
- B. A ciência no final do século XIX criou bases para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Os países europeus se lançaram na corrida imperialista em regiões agrícolas do mundo, como África e Ásia, em busca de matérias-primas, de energia e de mercado consumidor para os excedentes. Por outro lado, esse fato foi justificado por correntes racistas como o darwinismo social e a eugenia, que defendiam a "superioridade" dos europeus em relação a esses povos e pregavam uma "missão civilizadora" dos brancos.

- 08 B
- 09 B
- 10 A
- 11 C
- 12 D
- 13 C
- 14 A
- 15 C
- 16 B

Enem

- 01 A
- 02 D
- 03 A
- 04 D
- 05 C
- 06 D



MEU APROVEITAMENTO

Acertei ____ de ____ (____%).

Brasil Império: Período Regencial

Entre os anos de 1831 a 1840 – que vai da abdicação de D. Pedro I, em 1831, à coroação de D. Pedro II, em 1840 –, o Brasil viveu uma experiência singular e marcante: o recente país começava a ser governado pelos próprios brasileiros. Essa fase da nossa história ficou conhecida como Período Regencial. Os regentes eram eleitos para ocupar o Executivo, tinham mandatos temporários e não exerceram o Poder Moderador. Por esse motivo, alguns historiadores reconhecem a Regência como uma “experiência republicana”.

O novo cenário político criou uma natural divergência nos setores da elite nacional, levando a dois momentos distintos no Período Regencial: o “avanço liberal” e o “regresso conservador”. No primeiro período, que engloba as três primeiras regências (Provisória, Permanente e de Padre Feijó), entre os anos de 1831 a 1837, o Brasil seguiu uma linha liberal, conduzida pelos políticos de oposição ao autoritarismo praticado por D. Pedro I e desejosos de uma maior descentralização do poder em favor das províncias. Porém, a fase liberal se encerra com a Regência de Araújo Lima, em 1837, dando início ao “regresso conservador”, assim classificado devido ao temor, por parte da elite, de ver o Brasil ser fragmentado pelas rebeliões regenciais e ao temor da radicalização das reformas, principalmente aquelas que pudessem ter algum caráter democrático.

O Período Regencial também foi marcado por uma grande instabilidade política. O vazio de poder, devido à ausência de um rei, provocou a eclosão de levantes e guerras separatistas no Sul e no Norte-Nordeste. A falta de uma identidade nacional, que integraria todas as regiões do país, também foi fator importante para o surgimento dessas revoltas. Nesse momento, não havia no Brasil uma identificação nacional; as pessoas ainda não se sentiam parte de uma “nação brasileira”, mas com a região ou província em que viviam.

Avanço liberal

- Regência Trina Provisória (abril a julho de 1831)
- Regência Trina Permanente (1831-1835)
- Regência Una de Padre Feijó (1835-1837)

Regresso conservador

- Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (ABRIL A JULHO DE 1831)



Após a renúncia de D. Pedro I, o Brasil ficou sem governante. Segundo a Constituição de 1824, na ausência do imperador, o país deveria ser governado por uma regência composta de três pessoas (trina) eleitas pela Assembleia Geral, que, no momento da renúncia, estava em recesso. A situação de vacância do poder foi solucionada por um grupo de políticos residentes na capital, que assumiu por um curto prazo o controle do país. Assim, essa regência ficou conhecida como Regência Trina Provisória e era formada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva. A primeira ação dessa regência foi readmitir o gabinete do Ministério dos Brasileiros, anteriormente demitido por D. Pedro I, além de anistiar os presos políticos que estavam detidos devido à ação do imperador. Após terem sido convocados, os políticos da Assembleia Geral já estavam aptos a escolher a Regência Trina Permanente.

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835)



A Regência Trina Permanente era composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva e dos deputados João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho e foi eleita pela Assembleia Geral, convocada para a escolha dos regentes e para estabelecer os rumos políticos da nação. Apesar da presença dos três regentes, o destaque ficou por conta do ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, defensor de um Poder Executivo forte e independente. Sua postura se refletiu nos vários conflitos entre ele e a Assembleia Geral.

A vontade política de padre Feijó era deter um poder centralizado para manter a ordem no país, haja vista a instabilidade política do período. A razão do cenário conturbado do início da regência pode ser explicitada pelas distinções dos projetos defendidos após a abdicação de D. Pedro I, o que estimulava o confronto entre os interesses em jogo.

O exemplo dessa diversidade política foi a substituição do modelo partidário anterior, português e brasileiro, por um modelo regencial caracterizado pela existência de três partidos.



Miguelzinho Dutra / Domínio Público

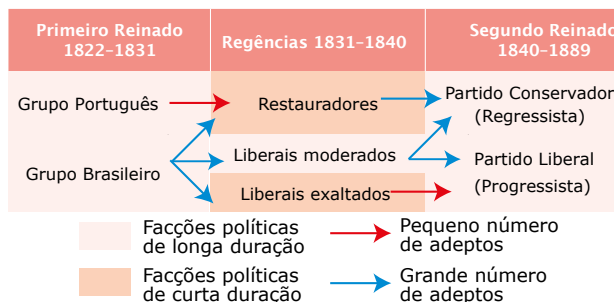
DUTRA, Miguelzinho. *Padre Diogo Antônio Feijó, regente do Brasil (1835-1837)*. Museu Republicano.

Padre Feijó, símbolo maior do avanço liberal.

Organização partidária

- **Restauradores ou caramurus:** defensores de uma monarquia forte e centralizada, desejavam o retorno de Pedro I ao Brasil. O sonho dos restauradores foi interrompido em 1834, quando D. Pedro I faleceu. Os membros dessa agremiação originavam-se dos setores burocratas e dos comerciantes portugueses, que acreditavam que um governo conduzido por um líder lusitano se encarregaria de manter os cargos e os privilégios de cada grupo, respectivamente. A origem política dos restauradores é o antigo Partido Português.
- **Liberais moderados ou chimangos:** buscavam estabelecer reformas que aproximassem o Império Brasileiro de uma estrutura federalista que viesse garantir uma relativa autonomia das províncias. Como o próprio nome indica, os membros desse partido não estavam dispostos a investir em um projeto de grandes rupturas e transformações da sociedade brasileira. Por isso, desejavam a manutenção do regime monárquico, mas lutavam por uma maior divisão dos poderes e por uma organização política com um maior grau de descentralização. Os principais atuantes desse partido eram originários do antigo Partido Brasileiro, entre os quais se destacavam os proprietários escravocratas do Sudeste, responsáveis pelo abastecimento da Corte carioca, garantindo uma maior influência dessa região na política brasileira.
- **Liberais exaltados, farroupilhas ou jurujubas:** partilhavam de vários projetos para o Brasil, variando da redução do poder central até a sua total extinção.

Essa diversidade era reflexo de uma composição heterogênea, social e econômica, visto que estavam presentes desde setores exportadores de gêneros agrícolas tropicais a grupos urbanos, como jornalistas, profissionais liberais e funcionários públicos. Projetavam transformações mais concretas para o país, como a implantação de um sistema político mais democrático e liberal. Eram defensores do federalismo e da descentralização administrativa, exemplificada no desejo da abolição do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado. Alguns dos seus membros mais radicais chegavam a desafiar a autoridade imperial, sugerindo a implantação de uma República e o fim da escravidão.



A diversidade de projetos, somada à ausência da autoridade monárquica, foi responsável pela criação de um quadro de instabilidade que dominou as relações políticas e sociais no Brasil. Como o compromisso das Forças Armadas frente aos interesses dos regentes era sempre carregado de dúvida, padre Feijó propôs a criação de uma força militar que pudesse servir de instrumento contra as insurgências políticas e sociais existentes no período. Essa força militar ficou conhecida como **Guarda Nacional**.



Período Regencial: organização partidária

Analise a configuração da política brasileira nos primeiros anos do Império.

M366

Guarda Nacional

Composta de cidadãos de alta renda, a nova tropa, formada em 18 de agosto de 1831, mostrou-se um considerável instrumento repressor. Dando o título honorário de coronel para parte dos fazendeiros, estes assumiam o controle de milícias regionais, representando a força governamental disposta a abafar revoltas. Nota-se que, graças à Guarda Nacional, criou-se o costume de chamar os fazendeiros de “coronéis”. A Guarda Nacional foi responsável por um enfraquecimento do Exército brasileiro, pois aqueles que participassem da nova força seriam dispensados dos compromissos com as tropas nacionais.

Essa Guarda cumpriu um importante papel controlador e, ao mesmo tempo, indicador do excessivo poder das elites nacionais e da tendência de descentralização da época. Pode-se dizer que a criação da Guarda Nacional e sua prática cotidiana simbolizaram a transferência da função policial do Estado para os detentores do poder local, ou seja, a migração da função pública de repressão para setores privados. Sua extinção só ocorreu na Primeira República, em 1918.

Código do Processo Criminal

Durante a Regência Trina Permanente, foram realizadas algumas mudanças no Código Criminal do país. Até a Independência, nossa legislação penal era orientada pelas ordens portuguesas, visto que a colônia submetia-se às determinações metropolitanas. Porém, após a Constituição de 1824, foi elaborado pelo político Bernardo Pereira de Vasconcelos o Código Criminal (1830), modificado em 1832 pelo governo regencial. Conhecida como Código de Processo Criminal, a nova legislação apresentava como novidade a ampliação de poder dos juizes de paz, eleitos nas localidades para o exercício do papel policial e judiciário. Essa medida reforçou o poder dos coronéis, que exerciam grande influência sobre os juizes de paz. O novo código também determinou a criação de um júri, que seria responsável por julgar crimes, e do habeas corpus, instrumento jurídico que impede prisões arbitrárias.

Apesar dessa legislação descentralizadora, o ministro Feijó exigiu que a Assembleia ampliasse seu poder, ameaçando os deputados por meio da Guarda Municipal, que cercou a câmara. Porém, ele viu seu plano fracassar, pois, mesmo sob ameaça, os deputados não estavam dispostos a conceder ao regente o poder absoluto. O insucesso do golpe levou Feijó a renunciar ao cargo de ministro da Justiça.

A nova situação política gerada pela saída de Feijó possibilitou um consenso entre moderados e exaltados quanto à necessidade de se empreender uma reforma liberal que ampliasse a autonomia das províncias e garantisse uma experiência próxima do ideal republicano. Sendo assim, foram instauradas algumas mudanças na Constituição de 1824, que foram classificadas como Ato Adicional de 1834.

Ato Adicional de 1834

O projeto descentralizador seria a direção política a ser seguida pela nova Lei. Como o maior símbolo do poder central era o Poder Moderador, este foi suspenso durante o regime regencial, junto com o Conselho de Estado, principal instrumento consultivo do monarca. Visando a fortalecer o poder local, o Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, que poderiam nomear funcionários e legislar quanto à questão tributária, rompendo com o controle econômico exercido pelo governo imperial. Quanto ao formato político, optou-se pela criação da Regência Una. Apesar de o comando regencial ser exercido por uma só pessoa, a medida apresentou um ato descentralizador, visto que o regente seria escolhido por um pleito que incluía os eleitores provinciais.

Outra visão...

Existe um consenso acerca do papel descentralizador do Ato Adicional. Porém, esse não representou uma total ruptura com a antiga ordem. Comprova essa teoria o fato de que o Senado Vitalício não foi extinto, os governadores provinciais ainda eram escolhidos pelo governo central e o Poder Moderador foi suspenso, mas não suprimido. Além disso, o Ato Adicional criou o município neutro do Rio de Janeiro, impedindo a influência provincial fluminense nas determinações do governo central, sediado na capital do Império.

O Ato Adicional atendeu aos interesses de exaltados e moderados por meio da criação de um clima de maior pacificação política, mediante a liberalização da vida política brasileira. Porém, após a instauração da Regência Una, iniciou-se um conjunto de revoltas regionais que levaria a elite brasileira a afastar-se da postura liberal para voltar a impor medidas conservadoras, evitando, assim, os distúrbios locais e a ampliação das reformas democráticas, tão desagradáveis para a elite. No ano de 1835, padre Feijó retornou à política brasileira, eleito para chefiar a primeira Regência Una.

REGÊNCIA UNA DE PADRE FEIJÓ (1835-1837)



Apesar das concessões liberais e da maior autonomia política das províncias, o Brasil continuou vivendo um período de instabilidade. Politicamente, ocorreu uma reordenação entre os partidos. Substituindo os três grupos partidários existentes, o poder político brasileiro passou a ser disputado majoritariamente por duas facções políticas: os **progressistas** e os **regressistas**.

O grupo dos progressistas foi formado pelos antigos membros dos Partidos Exaltado e Moderado. Eram defensores do padre Feijó e lutavam pela manutenção da autonomia das províncias. Já o Partido Regressista reuniu políticos do Partido Moderado e do Restaurador – que desapareceu após 1834, com a morte de D. Pedro I, em Portugal, o que inviabilizava seu objetivo político. O Partido Regressista, representante da emergente oligarquia cafeeira que se formava devido à expansão do café, defendia uma maior centralização do poder e o fim das revoltas provinciais que começavam a tomar conta do país.

Feijó enfrentou grande oposição ao Congresso, que acusava o regente de não empregar forças o suficiente para acabar com as revoltas regenciais, ao mesmo tempo em que este entrava em conflito com a Igreja Católica ao defender o fim do celibato clerical. Após pouco mais de dois anos, devido a um enorme desgaste na condução do governo, Feijó renunciou, dando fim à fase conhecida como “maré liberal” e permitindo a ascensão do grupo regressista, representado por Araújo Lima.

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

Araújo Lima, membro do grupo regressista, assumiu interinamente em 1837, mas foi posteriormente eleito, em 1838. Era o início do chamado “regresso conservador”, período em que a elite buscou frear as transformações do Brasil visando à manutenção da ordem aristocrática.

Formando um novo gabinete, composto majoritariamente de regressistas, Araújo Lima criava o “Ministério das Capacidades”, que contou com um antigo representante dos moderados, Bernardo Pereira de Vasconcelos, conhecido por sua liderança liberal. A mudança política de Vasconcelos pode ser facilmente compreendida pelo contexto da época. Como assinalado anteriormente, havia um temor da elite quanto a uma possível radicalização das reformas, levando a maior parte do corpo político nacional a apoiar um projeto regressista. Nas próprias palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista.

VASCONCELOS, Bernardo de. *Manifesto político e exposição de princípios*. Brasília: Senado Federal, 1978. [Fragmento]

Assim, como liberal, Vasconcelos havia combatido o centralismo de D. Pedro I, mas passou a temer que sua luta por descentralização estivesse levando o Brasil a uma reestruturação sociopolítica, desinteressante para a elite. A postura de Bernardo Pereira revela a indisposição dos liberais em apostar em um caminho que ameaçasse os mecanismos de exercício do poder do tradicional corpo aristocrático do país.

Durante o governo regressista de Araújo Lima, houve uma tentativa de abafar as revoltas regenciais que explodiam no Brasil. Nessa ocasião, os regressistas, que já dominavam o Parlamento, culpavam o Ato Adicional de 1834 por tantas revoltas. Afinal, esse ato visava dar maior liberdade às províncias, permitindo que estas flexibilizassem seus laços com o governo sediado no Rio de Janeiro. Para os regressistas, essa autonomia culminou no desejo emancipatório, presente na Farroupilha e na Cabanagem. Isso explica por que os regressistas classificavam o Ato Adicional de 1834 como “Ato da Anarquia”. Para solucionar tal questão, foi aprovada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional** em maio de 1840, responsável pelo fortalecimento do poder central em detrimento das províncias.

Essa lei garantiu ao governo central um controle maior das estruturas judiciária, policial e administrativa e das prerrogativas de nomeação de funcionários obtidas pelas províncias, minimizando o poder das Assembleias Provinciais e seu espaço de ação.

GOLPE DA MAIORIDADE

Apesar da Lei Interpretativa, o Brasil ainda enfrentava as revoltas regionais. Na busca de uma solução que garantisse o interesse dos setores elitistas, foi criado pelos liberais o Clube da Maioridade, que desejava antecipar a ascensão de D. Pedro II e colocar fim nos conflitos existentes. O grupo obteve, com o decorrer dos meses, o apoio dos políticos mais conservadores, também temerosos de uma possível fragmentação do Brasil, como ocorrera na América Hispânica.

O projeto do Clube da Maioridade se confirmou em junho de 1840, quando D. Pedro II foi aclamado imperador do Brasil, em um movimento histórico conhecido como **Golpe da Maioridade**, já que ele assumiu o controle do país com apenas 14 anos de idade, contrariando a Constituição. Encerravam-se as regências, dando início ao mais longo governo da História do Brasil: o Segundo Reinado, período em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. O fato de esse golpe ter sido desferido pelos liberais demonstra como a diferença entre os grupos políticos no Brasil era diminuta. Nesse sentido, é importante perceber que liberais e conservadores, na verdade, desejavam resguardar a manutenção da estrutura política, econômica e social do Brasil, tendo a questão escravista, em especial, maior ênfase.



Arnaud Pallière / Domínio Público

PALLIÈRE, Arnaud. 1830. Óleo sobre tela. Museu Imperial.

Representação de D. Pedro II durante sua menoridade no Período Regencial.

Cabe observar que, além das mudanças na esfera política, a Regência de Araújo Lima foi responsável pela criação do Colégio Pedro II, do Arquivo Público Nacional e do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), responsável pela formação dos primeiros compêndios oficiais que construíram a História Brasileira, entre outras realizações.

REBELIÕES REGENCIAIS

Durante o Período Regencial, principalmente nas Regências de padre Feijó e Araújo Lima, o Brasil foi varrido por um conjunto de revoltas que são genericamente classificadas como rebeliões regenciais. Estas apresentavam uma postura regional de resistência às determinações do governo central e, ao mesmo tempo, a luta por autonomia de algumas regiões, que viviam isoladas politicamente e em condições de miséria. As revoltas regenciais marcaram o momento em que o Brasil esteve com sua unidade territorial ameaçada, visto que buscavam a emancipação de algumas regiões. É necessário ressaltar que, no Brasil do período, não era possível se afirmar a existência de uma efetiva identidade nacional, predominando identidades regionais.

As principais revoltas ocorridas no Período Regencial foram:

- Revolta dos Malês (Bahia, 1835)
- Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)
- Sabinada (Bahia, 1837-1838)
- Balaiada (Maranhão, 1838-1841)
- Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Revoltas Regenciais



Revolta dos Malês (Bahia, 1835)

A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em janeiro de 1835, marcou uma das facetas da resistência escrava no Brasil. Desde o Período Colonial, os africanos transportados para a colônia lutaram contra o cativo que o novo continente lhes impunha.

Tal luta se dava por meio dos quilombos, das revoltas locais e das fugas, entre outras formas de resistência. Porém, a revolta ocorrida na Bahia em 1835 apresentou um maior grau de organização. Esse diferencial foi obtido por uma situação especial: alguns dos escravos rebeldes, os chamados malês vieram para o Brasil alfabetizados em árabe e eram seguidores da religião muçulmana, permitindo uma maior identificação e consequente articulação contra as forças políticas e econômicas da sociedade, a ponto de planejarem a tomada de Salvador e do Recôncavo Baiano.

Apesar de uma relativa organização dos rebeldes, o movimento não obteve o sucesso esperado, principalmente por ter sido denunciado por ex-escravos. A repressão do governo foi violenta: cinco escravos condenados à morte e fuzilados em 14 de maio de 1835, além de mais de 400 presos e deportados para a África.

Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)

A Cabanagem ocorreu no Grão-Pará (província cujo território correspondia aos atuais estados do Amazonas e Pará). Essa região tinha fortes laços com Portugal, só tendo reconhecido a Independência em 1823. Além disso, a província era marcada por um grande desequilíbrio social: uma pequena elite branca e a maioria composta por negros, mestiços e índios e brancos pobres que viviam em situação de miséria. O termo cabanagem é proveniente das habitações típicas das camadas populares que participaram da revolta: casas de palafitas, toscas e simples, cujos moradores recebiam o nome de cabanos.

A revolta originou-se da insatisfação frente ao autoritarismo do governador da província do Grão-Pará, Lobo de Souza. Liderados pelos irmãos Vinagre, por Félix Clemente Malcher e por Eduardo Angelim, os revoltosos conseguiram tomar o governo central do Pará, com a ajuda das camadas mais baixas. Porém, o movimento apresentava divergências internas e ausência de um plano para a região após a tomada do poder. Como reflexo disso, houve uma constante troca de administradores da província durante um ano e quatro meses em que permaneceram no poder. O primeiro a assumir o controle do governo foi Félix Clemente, que, em poucos meses, foi executado pelos próprios rebeldes. Em seguida, assumiu Francisco Vinagre, morto em combate, sendo substituído por Eduardo Angelim, preso pelas forças do governo.

Apesar de ser uma revolta contrária às situações políticas ligadas ao autoritarismo da província e do governo central, os dois primeiros líderes da rebelião se mantiveram fiéis ao Império. Somente o último líder, Eduardo Angelim, ligado aos interesses dos cabanos, conseguiu romper com essa postura, formando uma República no Pará durante os poucos meses em que esteve à frente da administração.

A reação do governo central conseguiu acabar com o movimento na capital, Belém, em maio de 1836. Porém, foram necessários aproximadamente quatro anos para conseguir dissolver a resistência no interior do Grão-Pará, sendo que, durante a rebelião, morreram mais de 40 000 pessoas.

Cabe destacar que essa revolta marcou o primeiro movimento brasileiro em que a população de menor renda conseguiu êxito por certo tempo ao ascender ao poder político de uma província.

Sabinada (Bahia, 1837-1838)

A Bahia era, desde o final do século XVIII, uma região de conflitos políticos que foram retomados durante a instabilidade do Período Regencial. A insatisfação da sociedade baiana originou-se da convocação promovida pelo governo regencial para que a população se alistasse nas forças de combate ao movimento da Farrroupilha no Sul do país. Indispostos a obedecer ao governo, os revoltosos iniciaram um movimento republicano que ficou conhecido como Sabinada, homenagem a um dos líderes do movimento, o médico Francisco Sabino Barroso. Essa insurgência apresentou uma característica distinta, pois a ruptura com o governo do Rio de Janeiro só ocorreria enquanto houvesse o governo regencial, já que os rebeldes manteriam o regime republicano até a aclamação de D. Pedro II. Essa postura indica, com clareza, o respeito que a figura simbólica do imperador exercia sobre o país.

Tomando o poder após uma revolta no dia 7 de novembro de 1837, os rebeldes conseguiram expulsar os representantes do governo central e proclamar a República Bahiense, separada do restante do Brasil. Para obter o apoio de parcela da população negra, os revoltosos prometeram liberdade para os escravos nascidos no Brasil. A República Baiana durou apenas quatro meses, já que as tropas fiéis à Regência cercaram Salvador, prendendo alguns líderes do movimento. Os que sobreviveram à ação repressora do governo foram anistiados por D. Pedro II no ano de 1840.

Balaiada (Maranhão, 1838-1841)

A situação do Maranhão não era diferente da das outras regiões do Brasil. A população vivia em total condição de miséria, sendo mais da metade da população composta de escravos.

Em 1838, um mestiço chamado Raimundo Gomes, apelidado de “Cara Preta”, invadiu a cadeia da Vila de Manga para libertar seu irmão. Seu ato audacioso o fez ficar conhecido na região e obter o apoio de parcela da população marginalizada. Novas investidas contra outras vilas começaram a ocorrer, agora com o objetivo de reivindicar melhorias sociais e econômicas para os excluídos. Raimundo Gomes obteve o apoio de um mestiço, fabricante de balaios, chamado Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido como Balaio. Foi graças a Manuel Francisco que o movimento passou a se chamar Balaiada. Porém, o apoio mais substancial ficou por conta de Cosme Bento das Chagas, conhecido como Preto Cosme, que liderava um grupo de 3 000 escravos fugidos.

Em agosto de 1839, os rebeldes tomaram a cidade de Caxias e enviaram um representante ao governo de São Luís, com um conjunto de exigências para evitar uma batalha com o governo central. As reivindicações não foram aceitas e o clima de impasse se tornou insustentável. Em 7 de fevereiro do ano seguinte, o coronel Luís Alves de Lima e Silva assumiu a presidência da província com a função de acabar com a revolta. Liderando vários grupos de combate, o coronel conseguiu abafar a Balaiada, que se mostrou desorganizada para reunir mais adeptos e para concretizar os principais projetos do grupo. Com a chegada de D. Pedro II ao trono em 1840, Lima e Silva concedeu anistia aos balaios, obtendo a rendição de 2 500 pessoas. Restavam ainda os líderes, que, resistindo na frente de batalha, acabaram sendo presos e mortos, como aconteceu com Preto Cosme, em setembro de 1842.

Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

O mais longo movimento de contestação do poder central ocorreu no sul do Brasil. Apesar de o nome da revolta estar associado aos farrapos dos trabalhadores pobres da região Sul do Brasil, a Guerra dos Farrapos, ou Revolta dos Farrapos, teve a liderança dos grandes fazendeiros e proprietários de gado de corte. A questão econômica por trás dessa luta se explica pelo interesse na redução dos impostos que o governo central impunha sobre a carne-seca, chamada de charque. Havia uma dificuldade na comercialização do produto, já que a concorrência da região platina, que não sofria a carga de impostos do liberal Estado brasileiro, levava a uma fragilização do comércio sulista. Além disso, o fato de argentinos e uruguaios utilizarem mão de obra assalariada proporcionava uma produção de melhor qualidade e em maior quantidade. Além do charque, outros produtos, como o couro e o sebo, enfrentavam o mesmo problema tributário.

Em 1835, data de início da guerra, Bento Gonçalves, filho de um fazendeiro da região, passou a liderar um grupo de revoltosos que conseguiu depor o presidente da província do Rio Grande do Sul e assumir o governo. Acabava de ser fundada a República Rio-Grandense ou República Piratini. A guerra atingiu outras regiões, sendo estabelecida em Santa Catarina a República Juliana, com o apoio da luta armada de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, futuras lideranças do processo de Unificação italiana na segunda metade do século XIX. Assim, grande parte do Sul do Brasil se declarava independente do restante do Império Brasileiro, chegando a realizar uma Assembleia Constitucional que se inspirou nos princípios da Revolução Francesa e na Constituição estadunidense.

A luta pela reintegração do Sul ao Brasil foi intensa. Com a função de abafar o movimento, o barão de Caxias, que após o conflito recebeu o título de "Pacificador do Império", conseguiu obter sucesso na desarticulação da revolta. Atacando os rebeldes, ao mesmo tempo em que mantinha um canal de negociação, o barão conseguiu, em 1845, assinar um acordo de paz que estabelecia a anistia aos revoltosos (Paz de Ponche Verde). Além disso, eles obtiveram outras conquistas, destacando que:

- O Império pagaria as dívidas do governo republicano.
- Os rio-grandenses indicariam o novo presidente da província.
- Os oficiais republicanos seriam incorporados ao Exército imperial nos mesmos postos, com exceção dos generais.
- Seriam declarados livres todos os escravos que tinham lutado nas tropas republicanas (apesar dessa garantia, muitos dos ex-soldados negros foram levados para o Rio de Janeiro e vendidos como escravos, sem que os republicanos protestassem).
- Continuariam válidos todos os processos em julgamento na Justiça republicana.
- Seriam garantidas a segurança individual e a propriedade.
- Seriam devolvidos à província todos os prisioneiros de guerra.
- Os oficiais e soldados que tivessem aderido à causa rebelde seriam anistiados e reincorporados ao Exército imperial.
- O Império demarcaria definitivamente a fronteira com o Uruguai.

Os acordos de paz também estabeleceram a tributação do charque platino, garantindo uma igualdade comercial. Nota-se que a Farroupilha, pelo seu caráter elitista, teve um maior espaço de diálogo com o Império, sofrendo em menor grau a repressão governamental.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (PUC Minas) O Período Regencial no Brasil (1830-1840) foi um dos mais agitados da história política do país. Foram questões centrais do debate político que marcaram esse período, exceto
 - A) A questão do grau de autonomia das províncias.
 - B) A preocupação com a unidade territorial brasileira.
 - C) Os temas da centralização e descentralização do poder.
 - D) O acirramento das discussões sobre o processo abolicionista.

02. (UEPB) Sobre as rebeliões regenciais é correto afirmar:
 - A) Foram motivadas devido à existência de apenas um partido político que fortalecia o poder nas mãos do imperador.
 - B) Tinham como lideranças exclusivamente integrantes da elite agrária do império.
 - C) Lutavam fundamentalmente por transformações na estrutura fundiária de base escravista.
 - D) Seus líderes tinham como projeto a centralização do poder e o fim da escravidão.
 - E) O agravamento da situação econômica, as disputas entre diferentes grupos de proprietários pelo poder e a presença de setores populares na cena política foram elementos motivadores destas rebeliões.

03. (UECE) O denominado Golpe da Maioridade, processo concluído em 23 de julho de 1840, pode ser considerado uma vitória do(s)
 - A) segmentos populares, que promoveram agitações em várias províncias em prol da entronização do futuro Imperador, comprometido com as demandas destes segmentos.
 - B) Partido Conservador, que tramava secretamente pela votação de uma emenda a favor da maioria, visando ampliar sua área de influência política.
 - C) dois partidos – Liberal e Conservador – pois ambos se uniram em torno da causa da maioria do príncipe herdeiro. Afinal, não havia grandes cisões ideológicas entre os dois grupos.
 - D) Partido Liberal, criador do Clube da Maioridade, que dirigiu uma comissão ao príncipe herdeiro, com o pedido de antecipação de sua maioria, recebendo uma resposta positiva.

04. (ACAFE-SC) Durante o Período Imperial do Brasil (1822-1889), diversas revoltas eclodiram nas províncias brasileiras.

Acerca desse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) A Inconfidência Mineira iniciou-se no Período Colonial e perdurou até o início do Período Imperial; foi um movimento tipicamente monarquista e antirrepublicano.
- B) A Confederação do Equador buscava restaurar o domínio português no Brasil e desejava a volta do colonialismo (Pacto Colônia e Metrópole).
- C) A Revolução Farroupilha, iniciada no Rio Grande do Sul, desejava incorporar o território rio-grandense ao Uruguai, separando-se do Brasil.
- D) A Cabanagem ocorreu no Pará e, apesar de tomarem o poder, os “cabanos” tiveram dificuldades para governar e foram violentamente reprimidos pelas tropas do governo.

05. (FGV-SP) A respeito da Revolução Farroupilha (1835-1845), a mais prolongada revolta brasileira no Período Monárquico, é correto afirmar:

- A) Foi motivada por um amplo movimento abolicionista e pela influência das ideias republicanas e democráticas do século XIX.
- B) A República Rio-Grandense, fundada em 1836, estabelecia o voto censitário, preservando o controle social dos latifundiários e grandes comerciantes gaúchos.
- C) Por iniciativa de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, líderes da esquerda gaúcha, iniciou-se o primeiro processo de reforma agrária em terras brasileiras.
- D) Reivindicava a antecipação da maioria de Dom Pedro e a adoção de uma monarquia parlamentarista, nos moldes do Estado britânico.
- E) Derrotados pelas forças comandadas pelo Barão de Caxias, os líderes rebeldes foram deportados para a Itália e para países da região do Prata.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFU-MG) Leia o texto a seguir:

Os malês encontraram na Bahia de 1835 um campo fértil onde semear a rebeldia escrava e tentar mudar a sociedade em favor dos africanos. Fundada na desigualdade etnoracial e social, a Bahia vivia nesse período uma crise econômica e política. As revoltas das classes livres pobres e dos dissidentes liberais de um lado e, de outro, as dos escravos africanos, ameaçavam a hegemonia política dos grandes senhores da Bahia e a própria ordem escravocrata.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 545.

Considerando o texto anterior, assinale a alternativa correta sobre a Revolta de Malês de 1835.

- A) Os malês representavam uma identidade étnica africana que foi recusada pela maioria dos outros grupos de escravos, que vinham de regiões diferentes da África.
- B) Os malês estavam em uma camada intermediária entre as classes livres pobres e os escravos, pois estavam em uma situação social superior à dos escravos.
- C) As classes livres e pobres uniram-se aos grandes proprietários de terra na Bahia para derrotar os malês em sua revolta, pois ambos os grupos queriam preservar a supremacia branca sobre os escravos.
- D) A Revolta de Malês representou uma resistência importante às estruturas sociais vigentes no Brasil, sobretudo à ordem social ligada à escravidão africana.

02. (ESPM-SP) No século XIX, quando o Brasil era um império, ocorreu a aprovação de medida que continha algumas significativas decisões, tais como:

Art. 1º – Câmaras dos Distritos e Assembleias substituirão os Conselhos Gerais, sendo estabelecido em todas as províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais.

Art. 26º – Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.

Art. 32º – Fica suprimido o Conselho de Estado.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*.

Os artigos devem ser relacionados com:

- A) Constituição de 1891
- B) Código do Processo Criminal
- C) Projeto da Mandioca
- D) Código do Processo Civil
- E) Ato Adicional de 1834

03.
3VMW



(IFBA) Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como

- A) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.
- B) a proposta de antecipar a maioria de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.
- C) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.
- D) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.
- E) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.

04. (PUC-Campinas-SP) O universo ficcional de Machado de Assis é povoado pelos tipos sociais que se mesclavam na sociedade fluminense do século XIX: proprietários, rentistas, comerciantes, homens pobres mas livres e escravos. Cruzam seus interesses e medem-se em seus poderes ou em sua falta de poder. É essa a configuração das personagens das obras-primas *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. A tragédia do negro escravizado está exposta em contos violentos, e o capricho dos senhores proprietários dá o tom a narradores como Brás Cubas e Bento Santiago, o Bentinho, que contam suas histórias de modo a apresentar com ar de naturalidade a prática das violências pessoais ou sociais mais profundas.

TÁVOLA, Bernardim da. Inédito.

Violências sociais abundaram no período regencial, momento em que eclodiram rebeliões populares que foram duramente reprimidas, caso da

- A) Guerra de Canudos, que implicou a resistência armada, na Bahia, de milhares de famílias em torno do líder religioso Antonio Conselheiro, resultando em grande massacre.
- B) Farroupilha, conflito iniciado no Rio Grande do Sul, que durou cerca de dez anos e foi motivado pela revolta contra a política de impostos vigente e por anseios separatistas de parte da elite.
- C) Sabinada, originada no Maranhão, em regiões paupérrimas de cultivo de algodão e protagonizada por trabalhadores livres e escravos, que contaram com apoio de parte da elite local.
- D) Guerra dos Palmares, conflito desencadeado pela repressão aos quilombolas liderados por Zumbi dos Palmares, com apoio de pequenos agricultores da região de Alagoas.
- E) Revolta da Chibata, que mobilizou um grande contingente de escravos revoltados contra os maus tratos e a prática das chicotadas em praça pública, na cidade do Rio de Janeiro.

05. (UPF-RS-2019) É praticamente um consenso historiográfico a interpretação de que onde houve escravidão, houve resistência. Os escravos jamais se conformaram com a perda da liberdade e as rebeliões representaram a principal forma de resistência coletiva. Sobre o tema, responda: qual foi a maior revolta de cativos no Brasil, liderada por escravos muçulmanos, tendo a participação de africanos e crioulos, escravos e libertos, atingindo mobilização de cerca de 600 revoltosos?

- A) Revolta de João Congo
- B) Revolta de Nazaré das Farinhas
- C) Levante dos Malês
- D) Insurreição do Haiti
- E) Revolta de Carrancas

06. (IFSC-SC) No ano de 1835, ocorreu em Salvador, Bahia, a Revolta dos Malês. Mas quem são os malês? O vocábulo "male" deriva da palavra da língua ioruba "imale". Eram considerados malês os negros muçulmanos que resistiram e reagiram à imposição do catolicismo, mantendo sua crença e cultura. Bastante instruídos, por vezes, até mais do que seus senhores, os malês organizaram inúmeros levantes, o mais conhecido é a Revolta dos Malês.

ARAÚJO, Felipe. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/periodo-regencial/revolta-dos-males/>>.

Acesso em: 13 out. 2013.

Assinale a alternativa correta.

- A) Vários africanos trazidos para o Brasil não aceitavam as imposições em sua nova moradia, como, por exemplo, a proibição da religião islâmica trazida por alguns dos escravos.
- B) A Revolta dos Malês, ocorrida no período colonial, buscava a oficialização da religião muçulmana para todo o território brasileiro, além da abolição da escravatura.
- C) Malês eram considerados os negros revoltosos, que misturavam a religião católica e a muçulmana, para conseguirem maior influência na política baiana no Segundo Reinado.
- D) D. Pedro II teve como política de seu reinado perseguir todos os negros que não seguiam a religião católica. Dentre as tentativas de manter religiões afro-brasileiras neste reinado, ocorreu a Revolta dos Malês.
- E) O principal motivo de não terem conseguido sucesso na Revolta dos Malês foi a falta de instrução dos líderes e a dificuldade de comunicação entre as diferentes religiões africanas.

07. (ESPM-SP) A antinomia centralização-descentralização foi um dos principais temas presentes nos debates parlamentares. Para alguns a proposta de descentralização era a única capaz de salvar o país da desagregação. Acreditavam que, com a concessão de maior liberdade de ação, as províncias continuariam ligadas ao império. Para outros, era justamente essa maior autonomia que poderia levar a ruptura definitiva. Apesar da oposição dos dois argumentos, o objetivo de ambos os grupos era o mesmo: preservar a unidade nacional. [...] Em 12 de maio de 1840, depois de prolongados debates parlamentares foi aprovada a Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834.

AMARAL, Sonia Guarita do. (Org.). *O Brasil como Império*.

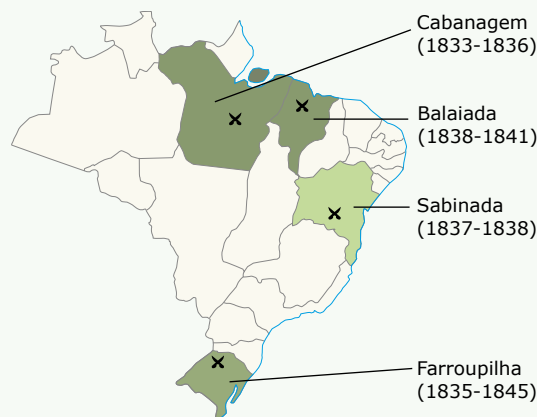
- A Lei Interpretativa do Ato Adicional deve ser relacionada com
- A) a extinção da Regência Trina e a criação da Regência Una;
 - B) a abolição do Conselho de Estado, principal órgão de assessoria do imperador;
 - C) a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, com deputados eleitos que possuíam um relativo poder deliberativo;
 - D) a criação da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e, em grande parte, controlada pelos senhores de terras e de escravos;
 - E) diminuição dos poderes das Assembleias Legislativas Provinciais, assegurando o retorno da centralização dos poderes.

- 08.** (PUC Minas) Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil entra no período denominado Regencial (1831-1840), caracterizado por, exceto
- A) Intensa agitação social, expressa nas rebeliões ocorridas em vários pontos do país.
 - B) Diminuição da interferência britânica na economia no pós-1827, época do término dos tratados comerciais de 1810.
 - C) Fortalecimento do poder político dos senhores de terra, com a criação da Guarda Nacional.
 - D) Dificuldades econômicas geradas pela ausência de um produto agrícola de exportação.
 - E) Agravamento da crise financeira com a utilização de recursos em campanhas militares desvantajosas, como a Guerra da Cisplatina.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.
- O contexto do Período Regencial foi marcado
- A) por revoltas populares que reclamavam a volta da Monarquia.
 - B) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
 - C) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
 - D) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".
 - E) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

- 02.** Observe o mapa a seguir:



As revoltas regenciais exibiram a fragilidade política do Brasil na medida em que a própria ideia de nação passou a sofrer ameaça em meio aos conflitos regionais e projetos separatistas.

A alternativa política para a instabilidade apresentada exigiu o fortalecimento do poder central, visando reprimir os movimentos revoltosos. Assinale a alternativa seguinte que melhor representa essa alternativa.

- A) A Constituição de 1824
- B) O Ato Adicional de 1834
- C) A criação das Assembleias Provinciais
- D) A criação do município neutro do Rio de Janeiro
- E) O Golpe da Maioridade

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. E
- 03. D
- 04. D
- 05. B

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. E
- 03. A
- 04. B
- 05. C
- 06. A
- 07. E
- 08. B

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Bases Políticas do Brasil Império

Finalizadas as Regências, iniciou-se o mais longo período administrativo da história brasileira: o Segundo Reinado. Após o insucesso do processo descentralizador, estava clara para a elite brasileira a necessidade de se manter o poder centralizado nas mãos de D. Pedro II, para a perpetuação dos privilégios baseados na posse de terras, no controle da renda e do poder político e na manutenção do trabalho escravo. A aristocracia afastou a ideia descentralizadora, temendo a radicalização e a fragmentação territorial observada nas revoltas regenciais. O imperador simbolizava o desejo pela unidade política do Brasil, promovendo a coalizão social e política fundamental para manter a aristocracia agrária no poder. O caráter predominantemente latifundiário, exportador e escravista do Brasil não mudaria durante o longo Segundo Reinado.

Analisaremos esse período sob os pontos de vista político, econômico, social e de suas relações externas.



TAURANY, Felix. *Retrato de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II*. Óleo sobre tela, 202,5 x 131,4 cm. Museu Nacional de Belas Artes.

D. Pedro II no contexto do Golpe da Maioridade.

POLÍTICA DO SEGUNDO REINADO



Os primeiros anos (1840-1848)

Ainda no Período Regencial, observou-se a transformação dos partidos Progressista e Regressista em Partido Liberal e Conservador, respectivamente. Nessa fase, o Partido Liberal se preocupava em concretizar os principais pontos do Ato Adicional, já o Partido Conservador queria restringir a capacidade descentralizadora desse ato, o que conseguiu por meio da Lei Interpretativa.

Apesar de algumas diferenças, os dois partidos não apresentavam grandes distinções ideológicas, uma vez que, após as rebeliões regenciais, o setor político liberal progressivamente adotou um discurso mais convergente ao ideário conservador. Compostos de facções políticas que buscavam o poder, não havia nas propostas partidárias o eixo encaminhador de uma discussão que pudesse democratizar a nação ou promover uma melhoria social. Isso é compreensível na medida em que, para compor o quadro partidário ou para exercer o direito de voto no Segundo Reinado, era obrigatória uma seleção censitária responsável por impedir que os representantes das camadas menos abastadas participassem das discussões políticas, ao mesmo tempo que a elite não se preocupava em promover reformas sociais.

Após a ascensão de D. Pedro II, foi instaurado um ministério composto de liberais, conhecido como Ministério dos Irmãos, devido à presença dos irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco) e dos irmãos Cavalcanti (Antônio Francisco e Francisco de Paula). Esse novo Ministério sofria a oposição dos conservadores, que detinham a maioria das cadeiras no Parlamento. Evitando um conflito maior, D. Pedro II dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. No intuito de obter maioria na votação, os liberais utilizaram todos os instrumentos de opressão durante o processo eleitoral, que passou a ser conhecido como "Eleições do Cacete". Após o fraudulento pleito, ocorreu uma enorme pressão dos conservadores junto ao imperador, que optou por colocá-los no poder, dissolvendo o Ministério dos Irmãos.

Os saquaremas retomaram o projeto de centralização do sistema administrativo por meio das seguintes ações:

- reformulação do Código de Processo Criminal Penal, diminuindo o poder regional;
- reorganização da Guarda Nacional, acabando com a eleição de seus dirigentes e instituindo a nomeação;
- restauração do Conselho de Estado – órgão consultivo do Poder Moderador que havia sido fechado temporariamente pelo Ato Adicional de 1834;
- convocação de novas eleições, em 1º de maio de 1842.

O novo processo eleitoral promoveu a vitória dos conservadores por meio dos mesmos métodos das "Eleições do Cacete": o uso da repressão, provocando a insatisfação dos liberais, pois perderam o controle do gabinete e a maioria do Parlamento. O reflexo imediato foi a eclosão de várias revoltas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

As revoltas liberais de 1842

Contestando as reformas e a exclusão do Partido Liberal do poder, insurgentes paulistas iniciaram revoltas liberais, dominando algumas cidades do interior, como Sorocaba, mas sendo derrotados pelas tropas imperiais chefiadas pelo brigadeiro Lima e Silva, responsável pela prisão de uma das lideranças do movimento, o antigo regente padre Feijó. Avançando em direção a Minas Gerais, o futuro duque de Caxias conseguiu desarticular a resistência coordenada pelo liberal Teófilo Otoni. Demonstrando pouca organização, os revoltosos foram rapidamente detidos. Alguns líderes do movimento enfrentaram o exílio ao serem deportados para Portugal, sendo anistiados apenas em 1844, com a posse de um gabinete composto de liberais.

Parte da explicação do longo período do governo de D. Pedro II foi sua habilidade e jogo político de alternância de liberais e conservadores no poder. Esse revezamento conseguia garantir certa tranquilidade política, evitando-se, assim, motins e revoltas. Embora os liberais tenham formado um número maior de ministérios, os conservadores ficaram mais tempo no poder.

O “parlamentarismo às avessas”

Em 1847, D. Pedro II organizou a política brasileira sob a orientação parlamentarista, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, que deveria cumprir a função de primeiro-ministro na estrutura administrativa do Brasil. Porém, no caso brasileiro, o primeiro-ministro se encontrava subordinado à autoridade do Poder Moderador, ou seja, a D. Pedro II. Isso significava que o parlamentarismo no Brasil era o inverso do sistema conhecido na Inglaterra, pois, no modelo clássico inglês, o rei estava subordinado à autoridade do primeiro-ministro, levando essa inversão do nosso sistema político pró-imperador a ser conhecida como “parlamentarismo às avessas”. Assim, a disputa entre o Partido Liberal e o Partido Conservador se restringia ao controle do cargo de presidente do Conselho de Ministros, atendendo aos interesses políticos de D. Pedro II, que se afastava do conflito partidário para governar sem enfrentar oposições. Nota-se que, no parlamentarismo brasileiro, diferentemente do inglês, o peso do eleitor na decisão política era limitado, assumindo o imperador, via Poder Moderador, o protagonismo político. Da mesma forma, essa organização política gerava um esvaziamento do debate político nacional por meio da atuação arbitrária de Pedro II. Durante todo o Segundo Reinado, 21 gabinetes ficaram sob o controle dos liberais e 15 ficaram sob o controle dos saquaremas (conservadores).



D. Pedro II – *Diversão com a política brasileira.*
Periódico *O besouro*, 22 jan. 1872.

Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850)

No ano de 1848, em sintonia com a Primavera dos Povos que se desenrolava na Europa, ocorreu a última revolta que resistiu ao poder centralizado vindo do Rio de Janeiro: a Revolução Praieira. Um grupo de liberais pernambucanos contestava o controle político da província pelas oligarquias regionais, em especial a família Cavalcanti de Albuquerque, que tinha representantes no Partido Liberal e no Partido Conservador. Para demonstrar a insatisfação, os liberais radicais (praieiros) fundaram o jornal *Diário Novo*, principal veículo de comunicação da oposição, localizado na Rua da Praia, em Recife.

Com o decorrer dos anos, os políticos ligados aos praieiros obtiveram destaque no quadro político de Pernambuco, sobressaindo os seguintes líderes: Manuel Nunes Machado, Félix Peixoto de Brito e Melo, Felipe Lopes Neto, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Urbano Sabino Correia de Melo.

Em 1848, o *Diário Novo* publicou um manifesto revolucionário para a população, intitulado “Manifesto ao Mundo”, contendo as principais reivindicações do movimento, entre as quais merecem destaque:

- voto livre e universal;
- plena liberdade de divulgar os pensamentos através da imprensa;
- extinção do Poder Moderador;
- introdução do federalismo e da República no Brasil;
- reforma no Poder Judiciário.

Durante a Revolução Praieira, a temática da escravidão foi objeto de divergência. Alguns setores do movimento se manifestavam favoráveis ao abolicionismo, posição conflitante com os grupos elitistas, que participavam das manifestações apenas por questões políticas. O que se observa é que a publicação do “Manifesto ao Mundo” não faz uma citação direta do tema, porém uma interpretação do documento nos faz acreditar que alguns dos participantes eram simpáticos a tal causa. Exemplo desse conflito fica explícito na discussão historiográfica, caracterizada pela ausência de consenso e pelas divergências de interpretação sobre esse aspecto específico. Na abordagem de historiadores como Nelson Piletti e Cláudio Vicentino, destaca-se o empenho antiescravista do movimento, enquanto Gilberto Cotrim e Francisco M. P. Teixeira discordam dessa opinião.

Apesar da luta armada dos praieiros pelas reformas liberais, o movimento foi massacrado pelas tropas fiéis ao Governo Federal. Alguns líderes foram presos, mas anistiados no ano de 1851.

Estabilização política e conciliação

Após o conflito da Revolução Praieira, o cenário político do Império se estabilizou. Os atritos entre liberais e conservadores permaneceram minimizados, haja vista a semelhança nas propostas dos dois grupos, evidenciada na articulação política ocorrida entre os anos de 1853 e 1858 pelo marquês de Paraná.

Este conseguiu promover a união entre o Partido Liberal e o Partido Conservador dentro de um projeto administrativo conhecido como fase da conciliação, no qual os dois partidos governariam juntos. Aproveitando a situação, D. Pedro II permanecia próximo ao gabinete para exercer o controle sobre os políticos brasileiros. Assim, a condição política mostrou-se estável até o início do movimento republicano na década de 1870.

ECONOMIA

A economia dos primeiros anos do Império apresentou sinais de retração, principalmente durante a instabilidade política e social do Primeiro Reinado e das regências. Além disso, também houve o endividamento originado do pagamento de indenização a Portugal para o reconhecimento da independência do Brasil, o alto custo da montagem de um aparato burocrático-administrativo para o Estado nascente e a ausência de uma economia autossustentável.

A mudança do quadro econômico veio durante o Segundo Reinado por meio da entrada do país no mercado de exportação de um produto primário: o café. Introduzido no Brasil em 1727, o café era utilizado apenas na agricultura de subsistência, não tendo função comercial. Somente no século XIX o produto adquiriu um amplo mercado para exportação, principalmente na Europa. Como a economia das colônias francesas, que já comercializavam café, estava em crise, o Brasil intensificou o plantio da cultura no Sudeste. A partir de 1825, a área plantada alastrou-se pela região do Vale do Paraíba, seguindo o padrão do açúcar, ou seja, utilizando mão de obra escrava em grandes latifúndios. A região do Vale do Paraíba foi a grande responsável pelo avanço da economia cafeeira até os anos de 1870, quando o Oeste Paulista conseguiu ultrapassar a produção do Vale. Deve-se ressaltar que, tanto na produção realizada no Vale do Paraíba quanto na do Oeste Paulista, não houve a ruptura brasileira com o modelo tradicional de divisão internacional do trabalho, permanecendo a nação dependente de gêneros primários.

Essa rápida queda da produção do Vale do Paraíba se explica pelo desgaste do solo e pela ausência de uma racionalidade na produção, que se baseava nos conceitos arcaicos do Período Colonial, sendo a elite da região incapaz de empreender a modernização da produção. Exemplo disso foi a insistência dos fazendeiros do Vale do Paraíba em utilizar o regime de trabalho escravocrata, não investindo na mão de obra livre, que poderia fornecer maior lucro. Havia outras vantagens no Oeste Paulista que colaboraram para o desenvolvimento da lavoura cafeeira durante a segunda metade do século XIX, como a terra roxa – solo propício ao plantio – e o clima muito favorável para a produção. Destaca-se também a utilização da mão de obra livre, principalmente dos imigrantes, fundamental no desenvolvimento de São Paulo, que lentamente assumiria a hegemonia econômica do Brasil.

A expansão do café na região Sudeste também estimulou a formação da malha ferroviária brasileira, fundamental para o escoamento da produção nos portos do Rio de Janeiro e São Paulo. O país apresentou um salto de 14,5 km de estradas de ferro em 1854 para 13 980 km em 1899, sendo que 8 713 km estavam na região cafeeira.

Socialmente, a riqueza oriunda do café foi responsável pela projeção política dos fazendeiros do Sudeste, chamados de barões do café, que foram fundamentais para as mudanças nos rumos políticos do país na transição do Império para a República.



Marc Ferréz / Domínio Público

A produção cafeeira liderou o processo de expansão econômica do Segundo Reinado.

Não se pode esquecer, porém, de que, no século XIX, o Brasil teve outros tipos de produção agrícola que foram importantes para o desenvolvimento da economia nacional. Merece destaque a produção do açúcar, do algodão e do cacau.

Durante praticamente todo o Segundo Reinado, o açúcar manteve a condição de segundo principal produto de exportação, perdendo apenas para o café. Isso mostra que, apesar da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba da Europa, a produção açucareira brasileira ainda detinha uma considerável importância econômica.

Um dos períodos em que o açúcar perdeu a posição de segundo lugar na exportação brasileira foi durante os anos de 1861 a 1870, quando o Brasil apresentou um aumento na venda de algodão para a Europa. Essa exportação esteve associada à queda da produção nos EUA em virtude da Guerra de Secessão, permitindo um rápido e curto processo de desenvolvimento da região do Maranhão, principal área de plantio de algodão no país.

Já no final do século XIX, foi a vez de a borracha assumir um papel importante nas exportações nacionais. Nesse período, as economias inglesa e estadunidense necessitavam desse produto para a fabricação de componentes da indústria automobilística. Como na Amazônia existia uma considerável quantidade de seringais nativos, essa região transformou-se em uma das maiores exportadoras de látex. Porém, a borracha brasileira mostrou-se cara para os países industrializados, já que o extrativismo era realizado no meio de floresta e o trabalho manual era lento e dispendioso. A solução encontrada pela Inglaterra e pelos EUA foi o plantio de seringais na Ásia, o que levou a uma repentina queda das exportações brasileiras, promovendo a decadência econômica da região.

Principais produtos agrícolas para exportação (em porcentagem sobre o valor global das exportações)

Período	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau
1831-1840	43,8	24,0	10,8	1,9	0,6
1841-1850	41,4	26,7	7,5	1,8	1,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,6	1,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,0	0,9
1871-1880	56,6	11,8	9,5	3,4	1,2
1881-1890	61,5	9,9	4,2	2,7	1,6
1891-1900	64,5	6,0	2,7	2,2	1,5

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1939.

O desenvolvimento industrial

A indústria do Período Imperial encontrava alguns obstáculos para promover seu desenvolvimento, como a manutenção da mão de obra escrava, o que restringia o mercado consumidor e potencial, e os privilégios comerciais obtidos pela Inglaterra (acordo de 1810 e renovação no ano de 1827), responsáveis pelo fracasso das manufaturas nacionais, que não conseguiam concorrer com os produtos ingleses. Apesar do cenário adverso para o desenvolvimento industrial nacional, o Brasil assistiu à formação das suas primeiras manufaturas com a contribuição dos elementos descritos a seguir.

Tarifa Alves Branco

Após a independência do país, o governo brasileiro foi pressionado pelos ingleses e por outras nações a conceder taxas de importação de baixo valor. Assim, os produtos estrangeiros que entravam no Brasil impediam o desenvolvimento da nascente indústria nacional, devido ao maior grau de avanço tecnológico da indústria europeia, em especial, inglesa. Esse quadro começou a se modificar em 1844, quando o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, elevou os impostos de importação a uma taxa de 60% para os produtos cujos semelhantes fossem também fabricados no Brasil. Já os produtos que não fossem fabricados em território nacional pagariam apenas 30% de taxa de importação. Assim, a elevação dos preços das mercadorias estrangeiras foi fundamental para incentivar a indústria do Brasil Império. Deve-se lembrar, no entanto, de que a medida imperial não objetivava proteger a indústria nacional, sendo direcionada pelo interesse de aumento da arrecadação estatal.

Desvio do capital antes investido na compra de escravos

Após o ano de 1850, o governo brasileiro, pressionado pelos interesses ingleses, proibiu o tráfico de escravos no Brasil por meio da Lei Eusébio de Queirós. Como havia um considerável investimento no lucrativo comércio de escravos, o fim do tráfico acarretou o excedente de capitais que passaram a ser investidos em outros setores da economia, entre os quais, a indústria.

Lucros provenientes do café

Como o lucro do café ampliava-se cada vez mais, temia-se reinvestir esse lucro na própria produção cafeeira, provocando a queda dos preços. Assim, parte considerável do que era conseguido com as exportações de café era investida em outros ramos da economia, merecendo destaque as atividades industriais. Isso explica o fato de São Paulo e Rio de Janeiro terem tido uma predominância no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, já que o café esteve ligado diretamente à economia desses estados no final do século XIX e início do século XX.

Iniciativas particulares

Algumas iniciativas particulares foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria nacional. Os pioneiros na industrialização foram capazes de lutar contra a própria tendência econômica do Brasil, concretizando projetos que não eram compactuados pela maior parte da elite. Entre os grandes responsáveis por esses empreendimentos, destaca-se Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como barão e depois Visconde de Mauá.



Sébastien Auguste Sisson / Domínio Público

SISSON, Sébastien Auguste. *Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II*. Séc. XIX. 28,8 × 38 cm. Museu do Primeiro Reinado.

Estação ferroviária, a modernização em torno da produção cafeeira.

Construindo obras importantes para a modernização do Brasil, Mauá foi um dos pioneiros no investimento do capital proveniente do fim do tráfico de escravos. Entre as suas obras, destacam-se:

- construção das primeiras estradas de ferro, para facilitar o escoamento do café aos portos brasileiros;
- construção de um estaleiro;
- fundação de bancos;
- implantação da iluminação a gás do Rio de Janeiro;
- criação da companhia de bondes;
- construção do primeiro cabo telegráfico submarino ligando o Brasil à Europa.

O desenvolvimento da indústria brasileira está diretamente ligado à história do Visconde de Mauá. Porém, por falta de incentivo governamental, já que o Império estava atrelado aos interesses da elite agrária, e com a pressão do capital estrangeiro, Mauá viu seus empreendimentos entrarem em falência no ano de 1878.

LEI DE EXTINÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO – EUSÉBIO DE QUEIRÓS (1850)

Dom Pedro por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil: fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

[...]

Art. 4º. A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

[...]

IMPERADOR com Rubrica e Guarda

Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara. [Fragmento]

A TARIFA ALVES BRANCO

A questão orçamentária era um problema de grandes proporções para o Império. Os críticos do governo monárquico apontavam o *déficit* como uma das principais chagas do governo. Afinal, quais os motivos que tornavam a situação tão drástica, se o país despontava como o principal produtor de café do mundo? A grande questão é que a principal fonte de receita do governo era a tributação alfandegária. Como sabemos, as diversas vantagens concedidas ao comércio inglês não propiciavam rendimentos aduaneiros apreciáveis. Devemos acrescentar que a situação orçamentária poderia ter sido mais bem gerida se o Império estabelecesse um imposto sobre a grande propriedade rural e vendesse terras públicas, como forma de aumentar a receita, tal qual o governo norte-americano no século XIX.

Em 1844, visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do protecionismo aduaneiro. Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda, tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei – denominada Tarifa Alves Branco – estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no Brasil).

Não se iluda em relação à proteção à indústria nacional. Se as poucas indústrias existentes fossem favorecidas – ou surgissem novas – seria uma mera consequência. Especialmente para um homem, a tarifa abria as portas de um verdadeiro mundo de negócios. Seu nome, Irineu Evangelista de Sousa, o futuro barão de Mauá.

Diante das perspectivas governamentais, os resultados da Tarifa Alves Branco foram positivos, sendo que as novas diretrizes se manteriam por mais de uma década, apesar da pressão inglesa.

AQUINO, Rubim L. S. de et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do Neoliberalismo.* Rio de Janeiro: Record, 1999. [Fragmento]

“MANIFESTO AO MUNDO”, DE 1º DE JANEIRO DE 1849, ASSINADO PELOS CHEFES MILITARES PRAIEIROS:

Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia deve realizar os seguintes princípios:

- 1º. O voto livre e universal do povo brasileiro.
- 2º. A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.
- 3º. O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.
- 4º. O comércio a retalho só para cidadãos brasileiros.
- 5º. A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
- 6º. A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar.
- 7º. O elemento federal na nova organização [...]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UnirG-TO) No início do Segundo Reinado, o café já era o principal produto de exportação e o Brasil o maior exportador mundial. Essa exportação provocou, além de enriquecimento dos cafeicultores da região do vale do Paraíba, um substancial aumento na arrecadação do governo central. Todas as assertivas trazem mudanças ocorridas devido à exportação do café nesse período, exceto
- Nas principais cidades cafeicultoras surgiram teatro, jornais, associações literárias.
 - Com o enriquecimento, muitos fazendeiros do Vale do Paraíba foram agraciados com o título de nobreza pelo imperador, originando-se daí a expressão barões do café para designá-los.
 - Embora a presença masculina gerenciando essas fazendas fosse predominante, algumas mulheres também as comandavam.
 - Diferentemente dos engenhos do Nordeste, a riqueza extraída dos cafezais era produzida exclusivamente pela mão de obra branca e livre.
- 02.** (UFSM-RS) O processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, no século XIX, foi acelerado pelos seguintes fatores, exceto
- A ampla disponibilidade de terras férteis e a ausência de obstáculos políticos e jurídicos para ocupá-las.
 - A edição da Lei de Terras de 1850, que intensificou a mercantilização das terras, encarecendo-as.
 - A abolição do tráfico negreiro, em 1850, que liberou capitais para investimentos em outros setores dinâmicos de economia.
 - O afluxo de crescentes contingentes de imigrantes europeus para as regiões em expansão.
 - A gradativa abolição do trabalho escravo e a ênfase crescente no trabalho assalariado.

- 03.** (FUVEST-SP) Observe a tabela:



Imigração: Brasil, 1881-1930 (em milhares)

Ano	Chegadas
1881-1885	133,4
1886-1890	391,6
1891-1895	659,7
1896-1900	470,3
1901-1905	279,7
1906-1910	391,6
1911-1915	611,4
1916-1920	186,4
1921-1925	386,6
1926-1930	453,6
Total	3 964,3

BETHELL, Leslie (Ed.).
The Cambridge History of Latin America, v. IV. (Adaptação).

Os dados apresentados na tabela se explicam, dentre outros fatores,

- pela industrialização significativa em estados do Nordeste do Brasil, sobretudo aquela ligada a bens de consumo.
 - pela forte demanda por força de trabalho criada pela expansão cafeeira nos estados do Sudeste do Brasil.
 - pela democracia racial brasileira, a favorecer a convivência pacífica entre culturas que, nos seus continentes de origem, poderiam até mesmo ser rivais.
 - pelos expurgos em massa promovidos em países que viviam sob regimes fascistas, como Itália, Alemanha e Japão.
 - pela supervalorização do trabalho assalariado nas cidades, já que no campo prevalecia a mão de obra de origem escrava, mais barata.
- 04.** (UEFS-BA)

I.

O que é um *conservador*?

É aquele para quem a História é uma carroça abandonada. Ele quer conservar a sociedade do jeito que a encontrou, evitando mudanças. Isso é lógico, a sociedade o favorece:

— Se está boa para mim, deve estar para todo mundo — pensa o conservador. [...]

Não se pense que os conservadores achavam o Brasil uma maravilha! Eles reconheciam os nossos problemas e julgavam saber os motivos: — O brasileiro é preguiçoso e atrasado. Uma raça ruim, resultado da mistura de negros e índios. Um povo mestiço, inferior. Ai do país se não fôssemos nós, a elite!

II.

O que é um *liberal*?

Como o nome diz, é a pessoa que defende a liberdade. Na História da Europa, os liberais surgiram com a burguesia, lutando contra as imposições do tempo do feudalismo e do absolutismo.

Os liberais brasileiros eram *liberais-conservadores*. Donos de fazendas de gado, de açúcar ou de café — como os conservadores — os liberais daqui não podiam agir da mesma maneira que os liberais europeus, que surgiram na História como revolucionários. Nem sempre a nossa aristocracia conseguiu imitar a velha Europa!

ALENCAR; RIBEIRO; CECCON, 1986. p. 137.

Na aristocrática, desigual e racista sociedade brasileira, até o início da década de 70 do século XIX, o exercício da plena cidadania era reservado aos

- donos de propriedade rural, patente militar, origem europeia.
- possuidores de renda mínima estabelecida por lei, nascimento livre e religião católica.
- habitantes das capitais das províncias, senhores de engenho, ex-escravos libertos.
- homens adultos independente de origem, alfabetizados, seguidores de qualquer religião cristã.
- homens e mulheres com direito de voto, soldados de qualquer patente, moradores das áreas urbanas.

- 05.** (UPE) A rica literatura sobre a Insurreição Praieira ensina que sua história tem início na década de 1840, quando apareceu, em Pernambuco, uma dissidência do Partido Liberal, mais conhecida pelo apelido de "Partido Praieiro".

CARVALHO, M. J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, 2003 (Adaptação).

Esse movimento insurrecional teve como principal(ais) característica(s) sociopolítica(s) a

- A) configuração de um movimento militar de caráter republicano.
- B) defesa da emancipação do Brasil com o apoio dos comerciantes.
- C) batalha pelo fim do regime escravista e a liberdade de imprensa.
- D) manutenção do poder das elites e a repressão aos comerciantes.
- E) luta contra oligarquias locais e certa influência do socialismo utópico.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UEL-PR-2020) Leia o texto e observe a imagem a seguir:

O fato é que a imagem pública de D. Pedro viajava por meio de seus objetos e de suas coleções. E desse conjunto de coleções talvez a mais emblemática seja aquela que constou no seu "museu" e que acabou ganhando vida, em separado. [...] Não por coincidência, nesse mesmo momento o monarca fazia todo um projeto em que elevava sua imagem, como grande representante desta nação. E era por meio das artes, da Ciência, da educação, da História ou da Geografia que o monarca fazia jus à ideia de que centralizava a nação. [...] Tendo em mente essa representação de Pedro II, cunhada pessoal e publicamente, pretendeu-se, pois, refletir sobre as coleções particulares do monarca – entre objetos de mineralogia, múmias ou fotografias – mas que eram também públicas, mostrando como, na verdade, essa divisão, no caso da realeza, pouco se verifica.

SCHWARCZ, Lília Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 46, fev. 2008, p. 154.



Museu Nacional em 2 de setembro de 2018, onde estava depositada grande parte das coleções de D. Pedro II. Folha de Londrina.

Com base no texto e na imagem, responda aos itens a seguir.

- A) De acordo com o texto e os conhecimentos sobre o Brasil no século XIX, que imagem de si, como chefe da nação, D. Pedro II buscou projetar por meio de suas coleções? Cite, ao menos, dois elementos que justifiquem sua resposta.
- B) A partir das informações presentes no texto e com base na imagem, quais patrimônios históricos foram atingidos pelo incêndio que assolou o Museu Nacional em 2018? Cite, ao menos, dois exemplos.

- 02.** (UFPA) O surgimento de fábricas na cidade de São Paulo, no final do século XIX, impôs aos proprietários brasileiros a necessidade de melhor disciplinar os trabalhadores. As condições de trabalho nas fábricas eram precárias e, diante desse contexto de fragilidade da classe trabalhadora, o que se observa é a

- A) organização da massa trabalhadora em associações mútuas que tinham o objetivo de impedir que os operários fossem demitidos sem qualquer direito trabalhista previsto em leis sindicais.
- B) presença da polícia nas fábricas, especialmente nas têxteis, como forma de impedir eventos de quebra-quebra das máquinas, organizados pelos anarquistas estrangeiros que tinham longa tradição de luta em seus países.
- C) repressão aos trabalhadores que desafiassem seus patrões com reivindicações, haja vista a fragilidade dos sindicatos, que eram constantemente reprimidos pela polícia.
- D) presença de um número significativo de trabalhadores do campo na área urbana, os quais, por serem mais ingênuos eram mais bem controlados pelos seus patrões, os quais constantemente os enganavam no cumprimento das leis trabalhistas.
- E) ação coletiva dos trabalhadores rurais empregados nas fábricas e acostumados à obediência ao senhor, o que tornou mais difícil a consolidação dos sindicatos de orientação marxista-leninista.

03.
K79U



- (Mackenzie-SP) Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. [...] Tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 179-180.

O texto refere-se

- A) à República Oligárquica, cujo revezamento político das oligarquias paulista e mineira, no plano federal, consolidou os interesses da elite agroexportadora.
- B) ao sistema político vigente no Segundo Reinado, que fortaleceu a figura do monarca e consolidou a ordem aristocrática-latifundiária-escravista imperial.
- C) ao sistema bipartidário do Regime Militar no Brasil, que criou mecanismos fraudulentos de eleições e suprimiu as liberdades individuais dos cidadãos.
- D) às divisões políticas e partidárias da República Populista, com os embates entre os conservadores e os entreguistas, no tocante à condução da política econômica.
- E) aos mecanismos de poder existentes na Era Vargas, que permitiu o fortalecimento do presidente ao alternar no poder os grupos políticos aliados a ele.

04. (UFMG) Leia este texto:

Sigamos os passos da política centralizadora e veremos que é a centralização das luzes o seu complemento. A interpretação do ato adicional roubou às províncias o melhor do seu poder, reconcentrando na Corte a maior parte das atribuições das Assembleias. As reformas judiciárias avocaram para o mesmo centro a nomeação de quase todos os empregos judiciais. As províncias se acham pois já esgotadas de seus recursos; porque até se lhes tirou a administração da maior parte de seus rendimentos. Suas forças físicas, o recrutamento as tem extenuado. Que faltava pois tirar-lhes? A instrução, o único apoio que lhes resta.

O ATHLETA, 16 set. 1843.

A partir das ideias contidas nesse trecho e considerando-se o contexto histórico do Brasil Imperial, é correto afirmar que

- A) o restauracionismo, que congregava as classes médias urbanas, foi, durante esse período, um dos mais severos críticos do processo de centralização imposto pelo imperador.
- B) a centralização do poder foi um dos instrumentos utilizados pela monarquia no sentido de tentar coibir os conflitos que haviam eclodido na primeira metade do século XIX.
- C) o constitucionalismo das elites rurais advogava o fim da anarquia inicialmente vigente nas províncias, o que se faria a partir do controle das novas instituições educacionais.
- D) o corporativismo influenciou diversas instituições na primeira metade do século XIX – como o Exército e a escola, ambos em processo de progressiva profissionalização.

05. (UFG-GO) Leia o trecho da monografia a seguir.



Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.

Ainda restam muitos preconceitos entre as Províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; deve-se procurar provar que o Brasil alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes, os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 24, jan. 1845. p. 402. Disponível em: <www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006.pdf>. Acesso em: 05 out. 2010 (Adaptação).

O viajante europeu Martius notabilizou-se por definir o modo como se deveria escrever a história do Brasil, em uma monografia publicada em 1845. A perspectiva política que modela seu olhar sobre a organização do território brasileiro indica que

- A) a autonomia provincial representaria a base ordenadora da sociedade brasileira.
- B) a organização das províncias resultaria das experiências descentralizadoras do período regencial.
- C) a formação de um Estado Nacional decorreria das relações recíprocas estabelecidas no período colonial.
- D) o regime monárquico conduziria à unidade territorial, necessária ao desenvolvimento da jovem nação.
- E) a unidade territorial levaria ao fim dos preconceitos entre as raças formadoras da nacionalidade.

06. (CEFET-MG) Analise a tabela adiante, referente à representação partidária no Período Imperial brasileiro:

	Partido Conservador	Partido Liberal
Proprietários rurais	47,54%	47,83%
Comerciantes	13,12%	8,69%
Outros	18,03%	26,09%
Sem informação	21,31%	17,39%

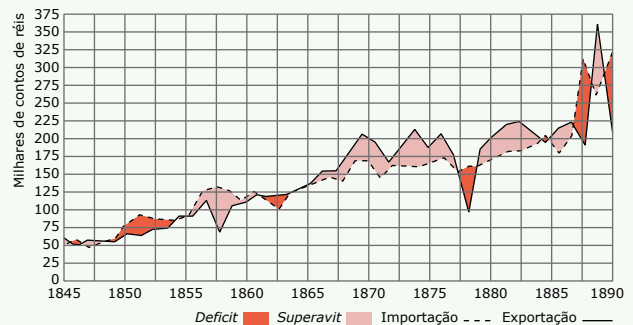
CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 192.

Considerando-se o contexto sociopolítico nesse período e as informações obtidas na tabela, é correto afirmar que

- A) a predominância de proprietários rurais e comerciantes acirrava os conflitos internos.
- B) os partidos políticos no Império representavam igualmente os interesses sociais no Brasil.
- C) o índice de filiados sem informação profissional refletia a atuação de escravos forros na política.
- D) a origem social comum dos membros fazia com que ambos os partidos representassem as elites econômicas.
- E) a presença de classes populares nos partidos facilitava a mobilização de massas através de comitês eleitorais.

07. (UNIFICADO-RJ)

Balança de comércio do Brasil (1845-1889)



FREIRE, Américo, MOTTA, Marly; ROCHA, Dora. *História em Curso: O Brasil e suas relações com o mundo ocidental*. São Paulo: Editora do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 197 (Adaptação).

Após a análise criteriosa do quadro anterior, relativo à balança comercial do Império brasileiro, conclui-se que

- A) a queda nas exportações no final do século XIX pode ser explicada pela recente extinção do tráfico escravo.
- B) o crescimento das exportações de café, principal produto da economia brasileira na época, foi o responsável pelo constante *superavit* da balança comercial entre 1860 e 1880.
- C) o crescimento contínuo das importações pode ser explicado pelo decreto de 1844, que estabeleceu as Tarifas Alves Branco, favorecendo a entrada de produtos estrangeiros a baixos preços.
- D) o equilíbrio da balança comercial na primeira década, demonstrada no quadro, deve-se ao aumento das exportações de bens de produção.
- E) os períodos em que a balança comercial apresentou *deficit* correspondem a momentos de rebeliões internas, durante as quais os investimentos na produção eram desviados para a indústria bélica.

08. (Cesgranrio)

Quadro das exportações brasileiras						
1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890
Açúcar 30,1%	Café 43,8%	Café 41,4%	Café 48,8%	Café 45,5%	Café 56,6%	Café 61,5%
Algodão 20,6%	Açúcar 24,0%	Açúcar 26,7%	Açúcar 21,2%	Algodão 18,3%	Açúcar 11,8%	Açúcar 9,9%
Café 18,4%	Algodão 10,8%	Couros e pele 8,5%	Algodão 7,2%	Couros e pele 12,3%	Couros e pele 9,5%	Algodão 8,0%
Couros e pele 13,6%	Couros e pele 7,9%	Algodão 7,5%	Algodão 6,2%	Couros e pele 6,0%	Couros e pele 5,6%	Algodão 4,2%
			Borracha 2,3%	Borracha 3,1%	Borracha 5,5%	Couros e pele 3,2%

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Imperial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 68.

Analise as afirmativas que se seguem, tomando como base o quadro apresentado, que permite uma visão geral da economia brasileira do Império.

- I. O crescimento da produção cafeeira, após 1850, possibilitou o investimento de capitais em indústrias, serviços e transportes.
- II. A queda acelerada das exportações de açúcar, a partir de 1850, está relacionada ao uso intensivo do solo por trabalhadores livres e inexperientes.
- III. O crescimento das exportações de algodão, entre 1861 e 1870, pode ser explicado pela desorganização da produção norte-americana, atingida, na época, pelos efeitos da Guerra de Secessão.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

09. (UFTM-MG) Sobre o Brasil, no Segundo Reinado:

A sociedade e a economia brasileiras passaram, na segunda metade do século XIX, por significativas transformações que alteraram o processo histórico nacional.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*.

- A) Cite três exemplos dessas "significativas transformações" a que o historiador se refere.
- B) Explique como a Lei Eusébio de Queirós contribuiu para algumas dessas transformações.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem)



O indígena, representando o Império, coroa com louros o monarca. 1869, Xilogravura.

Com seu manto real em verde e amarelo, as cores da casa dos Habsburgo e Bragança, mas que lembravam também os tons da natureza do "Novo Mundo", cravejado de estrelas representando o Cruzeiro do Sul e, finalmente, com o cabeção de penas de papo de tucano em volta do pescoço, D. Pedro II foi coroado imperador do Brasil. O monarca jamais foi tão tropical. Entre muitos ramos de café e tabaco, coroado como um César em meio a coqueiros e paineiras, D. Pedro transformava-se em sinônimo da nacionalidade.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (Adaptação).

No Segundo Reinado, a Monarquia brasileira recorreu ao simbolismo de determinadas figuras e alegorias. A análise da imagem e do texto revela que o objetivo de tal estratégia era

- A) exaltar o modelo absolutista e despótico.
- B) valorizar a mestiçagem africana e nativa.
- C) reduzir a participação democrática e popular.
- D) mobilizar o sentimento patriótico e antilusitano.
- E) obscurecer a origem portuguesa e colonizadora.

02. (Enem)



SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (Adaptação).

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um

- A) jovem maduro que agiria de forma irresponsável.
- B) imperador adulto que governaria segundo as leis.
- C) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- D) soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- E) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

03. (Enem) Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

No texto, o autor compara a composição das forças políticas que atuaram no Segundo Reinado (1840-1889). Dois aspectos que caracterizam os partidos Conservador e Liberal estão indicados, respectivamente, em:

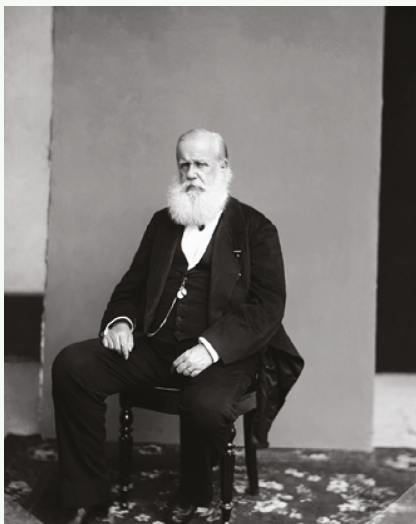
- A) Abolição da escravidão – Adoção do trabalho assalariado.
- B) Difusão da industrialização – Conservação do latifúndio monocultor.
- C) Promoção do protecionismo – Remoção das barreiras alfandegárias.
- D) Preservação do unitarismo – Ampliação da descentralização provincial.
- E) Implementação do republicanismo – Continuação da monarquia constitucional.

04. (Enem)



MOREAUX, F. R. *Proclamação da Independência*.

Disponível em: <www.tvbrasil.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2010.



FERREZ, M. D. *Pedro II*. SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação.

A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- A) Habilidade militar – riqueza pessoal.
- B) Liderança popular – estabilidade política.
- C) Instabilidade econômica – herança europeia.
- D) Isolamento político – centralização do poder.
- E) Nacionalismo exacerbado – inovação administrativa.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. A
- 03. B
- 04. B
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01.

- A) D. Pedro II buscava, por meio de suas coleções, projetar-se como um “grande monarca” que centralizava a nação. Para isso, buscava associar-se às artes, à Ciência, à educação, à História e à Geografia. De outro modo, pode-se dizer que buscava mostrar-se como um homem moderno e culto.
- B) Pelo texto, é possível perceber que o imperador tinha uma série de coleções, de mineralogia, múmias e fotografias, por exemplo. Além dessas coleções, a foto permite pensar que o incêndio assolou o edifício do Museu Nacional, que também era considerado um patrimônio histórico.

- 02. C
- 03. B
- 04. B
- 05. D
- 06. D
- 07. B
- 08. C

09.

- A) Abolição da escravidão, migrações europeias, ascensão da cafeicultura paulista.
- B) A Lei Eusébio de Queirós foi promulgada em 1850 e tinha como objetivo proibir o tráfico de escravizados para o Brasil. Com a assinatura dessa lei, as elites cafeicultoras tiveram que utilizar outras estratégias para suprir a mão de obra de suas lavouras, e uma dessas estratégias foi o incentivo à imigração europeia.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. B
- 03. D
- 04. B

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Grupos Sociais em Conflito no Brasil Império

SOCIEDADE

A sociedade brasileira do Segundo Reinado não rompeu as estruturas constituídas durante o Período Colonial, pautada na autoridade político-social de um restrito grupo de latifundiários monocultores, conhecidos no Império como os coronéis ou os barões do café. O cenário de domínio dos grupos associados à agricultura exportadora permaneceu até o fim da Primeira República em 1930, não impedindo a formação de novos setores sociais ligados às atividades desvinculadas diretamente da produção do café. Essa nova composição social só foi possível graças a um processo de urbanização, que garantiu a formação de uma classe média, composta majoritariamente de profissionais liberais e funcionários públicos que seguiam os padrões culturais e estéticos das principais cidades europeias. Mesmo com o advento de novos setores sociais, a maioria da população brasileira permaneceu marginalizada.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Colheita de Café na Tijuca*. 1835. Litografia colorida à mão sobre papel, 35,5 x 24 cm. Coleção Brasileira Itaú.

O trabalho escravo na produção de café: a persistência da ordem escravocrata.

Cultura

A influência europeia no desenvolvimento cultural do Brasil durante o Segundo Reinado ocorreu, em especial, no esforço da Corte em reproduzir, em terras tropicais, o fenômeno dos salões que se espalhavam por toda a Europa. Espaço comum para os contatos sociais e o deleite da boa música, os salões eram encontros festivos que

serviam para promover a integração das elites urbanas, que, por meio do bom divertimento e de jantares suntuosos, buscavam encarnar, no Brasil, os cafés parisienses, sendo o francês a língua predileta dessa elite emergente. Realizados de maneira periódica e tendo um anfitrião que abria as suas portas para esses encontros, os salões representavam uma reafirmação das estruturas hierárquicas vigentes na sociedade, em especial, a capacidade de influência e de agregação de forças sociais em torno de si. Montar e participar de encontros sociais dessa magnitude era fundamental para a projeção social dos indivíduos que compunham a Corte carioca.

A cultura nacional também apresentou, como destaque, o Romantismo, importante movimento literário. Influenciados pelo mundo europeu, escritores brasileiros como José de Alencar, autor de *O Guarani* e *Iracema*, e Gonçalves de Magalhães, autor de *A Confederação dos Tamoios*, buscaram vincular o Romantismo ao fenômeno indianista. Para esses escritores, a ideia central era transformar o índio em figura principal na construção da imagem do brasileiro, em detrimento da figura do negro, malvisto pelo avanço das teorias de eugenia vigentes no mundo ocidental do século XIX, envolto em um imperialismo racista. Nesse sentido, o Romantismo foi apropriado pelo Estado monárquico, na medida em que essa mensagem idealizada do índio fazia parte de uma política pública de construção dos símbolos nacionais e afirmação de valores e identidades que seriam tipicamente brasileiros. No âmbito da poesia, destacam-se importantes poetas nacionais, como Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

Escravidão

Outro ponto de destaque da sociedade imperial foi a manutenção do trabalho escravo, já que a Independência do Brasil não se comprometeu em libertar a população cativa, que permaneceu durante mais algumas décadas como os “braços do país”. O discurso dominador esteve ligado à ideia de que dar a liberdade para os escravos seria correr o risco de uma perigosa rebelião social. Temendo que o Brasil repetisse a experiência da revolta escravista do Haiti, a elite brasileira adiou a libertação dos escravos o máximo possível, levando o país a preservar suas arcaicas estruturas sociais de trabalho.

A permanência da escravidão trouxe um considerável atrito diplomático com os ingleses, que pressionavam o governo brasileiro a interromper o tráfico de escravos para o país. O empenho britânico em concretizar tal medida se justificava pela intenção de promover o fim do trabalho escravo e criar um mercado consumidor para seus produtos por meio do estímulo à mão de obra assalariada. As motivações da Inglaterra também podem ser explicadas pelo interesse em manter a África isolada de ingerências externas que viessem a atrapalhar o processo de dominação imperialista que se constituía no século XIX. Uma outra leitura possível credita os interesses ingleses no fim da escravidão aos ganhos obtidos na agricultura com o uso de mão de obra livre mais acessível e barata que a escrava, o que, conseqüentemente, provocou a redução no preço dos gêneros agrícolas.

Assim, a legislação responsável pelo fim do regime escravocrata no Brasil foi sendo lentamente elaborada, à medida que os eventos externos (pressão inglesa) e internos provocavam a necessidade de supressão desse tipo de trabalho. Entre os eventos internos que colaboraram para a condução do processo abolicionista está a participação das pessoas que se situavam fora dos setores agrários e, por isso, não estavam vinculadas à escravidão. Pode ser incluída, nesse contexto, a classe média urbana, composta de profissionais liberais, intelectuais, universitários e proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Esse cenário é produto da transformação pela qual passava o Rio de Janeiro, na medida em que a crescente urbanização propiciava a expansão das atividades industriais, a introdução do trabalho assalariado e o crescimento da população livre.



AGOSTINI, Angelo. [Sem Título]. 1883. Coleção Brasileira Itaú.

Crítica à manutenção do trabalho escravo no Brasil, única nação a manter tal regime na década de 1880. Na satirização, D. Pedro II é impedido de participação em congressos internacionais.

O movimento abolicionista

O projeto abolicionista nacional se estruturou dentro de um diversificado caminho, que pode ser exemplificado desde as manifestações de resistência à escravidão ocorridas nas senzalas até o esforço internacional ao combate do trabalho cativo do negro no Brasil.

Dentro desse amplo debate, cabe destacar os esforços empreendidos pelas sociedades abolicionistas, em especial após o ano 1880, que buscavam defender o interesse dos negros em um país economicamente dependente do trabalho escravo. Entre os vários grupos, destaca-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1881 e ligada ao jornal *O Abolicionista*, importante espaço de divulgação das ideias contrárias ao trabalho escravo. Entre as principais lideranças abolicionistas, estão os monarquistas Joaquim Nabuco e André Rebouças, e os republicanos José do Patrocínio e João Clapp.

A ampla divulgação das ideias abolicionistas favoreceu o avanço de ações que iam além das famosas leis que tratavam do tema do trabalho escravo. Nesse sentido, pode-se destacar:

- o apoio dado à fuga de escravos por parte de algumas sociedades abolicionistas, em especial na região Sudeste;
- a criação de fundos de emancipação, que conseguiram acabar com o trabalho escravo nas províncias do Ceará e Amazonas ainda antes da Lei Áurea;
- o contato com sociedades abolicionistas internacionais empreendido por Joaquim Nabuco e José de Patrocínio nas visitas realizadas à Europa nos anos de 1881 e 1884, respectivamente.

Para fazer jus às transformações que julgava necessárias, a nascente classe média fez-se representar no Exército, mais especificamente nos ideais republicanos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes leis acerca do fim do trabalho escravo:

Bill Aberdeen (Lei Inglesa) – 1845

Desde o início do século XIX, a Inglaterra já pressionava o Brasil para pôr fim ao tráfico de escravos, levando as autoridades legais a formalizar uma lei proibindo o tráfico em 1831. Porém, essa lei não saiu do papel ("Lei para inglês ver"), mantendo-se a entrada de levas de escravos africanos no país. Percebendo que as tentativas para acabar com a vinda de escravos para o Brasil eram inócuas, os ingleses mudaram de tática. Em 8 de agosto de 1845, o Parlamento inglês aprovou uma lei chamada *Bill Aberdeen*, que determinava que os navios ingleses teriam autoridade para aprisionar qualquer navio negreiro que encontrassem, de qualquer nacionalidade.

Por ocasião disso, inúmeros navios brasileiros foram apreendidos e afundados pelas autoridades britânicas na busca de coibir o tráfico. A *Bill Aberdeen* também pode ser compreendida como uma reação inglesa frente à aplicação da Tarifa Alves Branco, que dificultou a entrada de produtos industriais britânicos no Brasil. Contudo, apesar das restrições inglesas, o tráfico se manteve vigoroso nos anos seguintes, principalmente pela elevação do preço dos escravos, consequência direta da lei inglesa.

Lei Eusébio de Queirós – 1850

Não resistindo à pressão da Inglaterra, o Brasil criou uma nova lei que proibia o tráfico de escravos e que, ao contrário das ordens anteriores, mostrou-se mais eficaz, haja vista a pressão exercida pelo próprio governo para a sua execução. Criada em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós já apresentava resultados em 1851, quando o Brasil recebeu apenas 3 287 escravos, sendo que, no ano anterior, antes da lei, entraram no Brasil 23 000 escravos. A redução foi ainda maior em 1852, quando entraram apenas 700 escravos.

Lei do Ventre Livre – 1871

No contexto de uma pressão exercida por setores da população urbana e da classe média que discordava da escravidão, a Lei do Ventre Livre, também conhecida por Lei Rio Branco, foi homologada em 1871, sendo uma tentativa de acalmar a discussão sobre o tema. Dando continuidade a um projeto elitista, que visava à lenta extinção do trabalho compulsório, essa lei propunha que todos os escravos nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Porém, o efeito de tal resolução não foi tão significativo para os filhos dos escravos, afinal, como poderia uma criança ser livre se seus pais permaneciam em cativeiro? Além disso, a lei estabelecia a responsabilidade do senhor da fazenda de cuidar da criança até os 21 anos de idade, o que acabou sendo favorável aos senhores, que se aproveitavam do trabalho dos “escravos livres” sob o pretexto de que estavam colaborando para a formação daqueles que haviam sido libertos pela lei.

Lei do Sexagenário – 1885

Declarava livres os escravos com 60 anos de idade ou mais. Essa lei beneficiava, em última instância, os proprietários, afinal, os poucos escravos que chegavam a essa idade não tinham condição de assumir trabalhos pesados, sendo então libertos e dispensados das fazendas, o que reduzia o custo do proprietário. Quando um escravo conseguia chegar a essa idade e se interessava em se beneficiar dessa lei, era muito difícil a aplicação da nova legislação, devido à ausência de comprovantes que pudessem assegurar a sua idade, afinal, todos os documentos relativos à vida de cada cativo ficavam sob a posse de seus proprietários.

Lei Áurea – 1888



Ana Nascimento/ABr / Domínio Público

Lei Áurea.

Assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, visto que o imperador se encontrava em viagem, essa lei estabelecia a liberdade para todos os escravos no Brasil. Entretanto, a Lei Áurea foi omissa sobre possíveis indenizações a serem pagas aos escravos pelos anos de trabalho gratuito aos seus senhores. Isso significa que a maioria dos antigos escravos não tinha como recomeçar a vida sem estarem submetidos ao mesmo sistema econômico que os havia transformado em uma força de trabalho desqualificada. As redes de preconceito e de desvalorização social não foram desfeitas, não houve efetiva integração social e a condição do ex-escravo permaneceu próxima àquela estabelecida durante o período anterior à Lei Áurea. Muitos permaneceram nas fazendas onde já trabalhavam como escravos, visto que desconheciam outros projetos de vida que pudessem permitir seu desenvolvimento econômico. Os libertos que buscavam as cidades após a abolição encontravam poucas opções de trabalho. Acabavam, por conta disso, muitas vezes incorporados à criminalidade.



Movimento abolicionista no Brasil

Em boa parte do Segundo Reinado, as discussões sobre a abolição definitiva da escravidão marcaram o panorama socioeconômico do Brasil. Assista à videoaula para entender as nuances do movimento abolicionista nacional.



WWNT

A imigração para o Brasil

Durante a segunda metade do século XIX, alguns fazendeiros começaram a perceber que a utilização de mão de obra livre poderia ser mais rentável que a mão de obra escrava, devido ao elevado preço dos cativos e ao fato de estes estarem indispostos a elevar a produção, já que não gozavam de nenhum estímulo para tal, o que reduzia a produtividade e a competitividade do gênero agrícola brasileiro. A primeira iniciativa de imigração para o Brasil havia ocorrido durante o governo de D. João VI (1808-1821), por meio da formação de uma colônia de imigrantes suíços em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1818), além da chegada de germânicos no Rio Grande do Sul, em 1824. Entretanto, o empenho sistemático de utilização desse tipo de mão de obra partiu do senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847, depois de adotar em sua fazenda, em São Paulo, o sistema de parceria. Nesse sistema, o fazendeiro custeava a vinda do imigrante e o sustento durante os primeiros anos no Brasil. Os novos trabalhadores deveriam produzir o café e os produtos de subsistência. Após certo período, 1/3 de todo lucro seria entregue aos imigrantes, e o restante ficaria com o proprietário da fazenda.

O **sistema de parceria** não obteve sucesso por vários motivos, entre os quais se destacam os maus tratos dos fazendeiros aos imigrantes, os elevados juros cobrados pelo valor referente ao custeio da viagem e o fato de muitos fazendeiros omitirem a obtenção de lucro, não pagando a parte devida aos trabalhadores. Os fazendeiros ainda tinham uma mentalidade escravocrata e, em função disso, ocorreram revoltas dos imigrantes contra os proprietários, como a de Ibicaba (SP), em 1857. Algumas regiões da Europa, de onde vinha a maioria dos trabalhadores, chegaram, inclusive, a proibir a vinda de novos imigrantes para o Brasil. Posteriormente, o governo brasileiro interveio na questão da imigração, realizando o sistema de **imigração subvencionada**, que, com dinheiro público, pagava a passagem para o imigrante sob a fiscalização governamental, evitando o abuso dos fazendeiros.

Mesmo com tais problemas, a imigração para o Brasil e para outros países da América, principalmente EUA e Argentina, continuou a ocorrer, já que a situação política e econômica da Europa era completamente instável, levando muitos europeus a tentarem obter trabalho na América. Os principais países que enviaram imigrantes ao Brasil foram a Itália e a Alemanha, seguidas de perto pelos povos eslavos, durante o Período Imperial. Após o fim da escravidão e o início da República, pessoas de outras nacionalidades entraram no Brasil, com destaque para portugueses, sírios, libaneses, espanhóis e japoneses. Grande parte dos imigrantes instalava-se nas regiões Sudeste e Sul, sendo o estado de São Paulo o local de maior presença desse tipo de mão de obra. Os imigrantes evitavam trabalhar nas fazendas do Vale do Paraíba, indo, preferencialmente, para a região do Oeste Paulista, onde os fazendeiros estabeleciam uma relação de produção mais racional. Nessa região, existiam melhores remunerações pelo trabalho, seja sob a forma de arrendamentos ou mediante os pagamentos em dinheiro pela formação da lavoura.

O estímulo à imigração também está associado ao projeto de branqueamento do povo brasileiro, orientado por um pensamento europeu em um contexto de avanço imperialista, que pressupunha a ideia de uma raça branca superior. Esse pensamento era defendido por parcela da elite brasileira, em contato com teorias como o evolucionismo social, que lamentava a origem miscigenada de nossa sociedade.

Um determinado grupo de fazendeiros chegou a propor, em 1870, que fossem importados trabalhadores chineses, para que fosse levada adiante a ideia de branqueamento da população brasileira. A proposta, entretanto, foi questionada, visto desejar-se o sangue europeu, tido como vivaz, e não o chinês, visto como "envelhecido" e "envenenado".

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*.
Brasília: UnB, 2003. p. 152. [Fragmento]

O acesso dos imigrantes à posse da terra chegou a acontecer, mas com muitas dificuldades, já que a elite agrária pressionou o Estado Imperial a criar um instrumento legal que possibilitasse a manutenção da arcaica estrutura fundiária brasileira. De acordo com a **Lei de Terras**, aprovada em 1850, as terras públicas só poderiam se tornar propriedade privada por meio de compra, e não mais por doação ou posse. Como a legalização dessas terras exigia a obtenção de títulos e pagamento de elevadas taxas, aqueles que detinham baixa renda não conseguiam ter acesso à propriedade no Brasil. Pode-se realizar o contraste com o *Homestead Act* estadunidense, que, em período próximo ao da Lei de Terras brasileira, facilitou o acesso à terra por meio da doação.

POLÍTICA EXTERNA

As relações externas durante o Segundo Reinado foram marcadas por dois momentos: os conflitos diplomáticos com a Inglaterra e a constante intervenção brasileira realizada nos países que fazem fronteira com a Região Sul.

Conflitos diplomáticos

O conflito diplomático entre Brasil e Inglaterra esteve associado às décadas de interferência econômica e política inglesa nos negócios brasileiros. Durante todo o Período Imperial, o Brasil sofreu a pressão britânica para que os seus interesses fossem plenamente atendidos. Mas, com o amadurecimento da política nacional, principalmente durante o Segundo Reinado, o Brasil começou a romper os laços que o prendiam à Inglaterra, gerando, assim, enormes conflitos diplomáticos que quase culminaram em uma guerra. Entre as questões diplomáticas existentes, merece destaque a pressão do governo inglês para que o Brasil pusesse fim ao tráfico de escravos. A essa exigência, o Brasil não conseguiu resistir e teve de estabelecer novas legislações para atender aos interesses britânicos. Entretanto, os principais conflitos diplomáticos vinculam-se às hostis manifestações do diplomata inglês William Dougal Christie no Brasil. Esses conflitos foram denominados historicamente como a **Questão Christie**.

Irritado com o roubo de uma carga de um navio chamado Príncipe de Gales, que havia naufragado na costa brasileira, o embaixador exigiu que o governo brasileiro pagasse a quantia de 3 200 libras esterlinas para ressarcir o prejuízo inglês. No meio de tal discussão, em 1862, alguns marinheiros ingleses, embriagados e trajados de civis, foram presos no Rio de Janeiro por estarem promovendo arruaças. Mesmo sendo soltos imediatamente, ao se verificar que eram militares, o embaixador William Christie exigiu, além do pagamento da carga do navio, que os soldados brasileiros que prenderam os ingleses fossem encarcerados e que o governo brasileiro fizesse um pedido formal de desculpas. Tal questão beirou a guerra, quando navios ingleses aprisionaram cinco navios brasileiros no Rio de Janeiro. Para evitar o conflito, D. Pedro II solicitou a mediação do rei da Bélgica, Leopoldo I. Durante o processo, D. Pedro II pagou ao governo inglês a carga do navio roubado. Em 1863, diante do parecer favorável ao Brasil, e como o governo inglês se negou a pedir desculpas oficiais pelo incidente, o imperador rompeu laços diplomáticos com os ingleses, até que, em 1865, a Inglaterra, oficialmente, pediu desculpas ao Brasil em virtude desse incidente.

Intervenções no sul

Se o Brasil, em relação à Inglaterra, sofria consideráveis intervenções, sua postura em relação aos países do sul foi idêntica. Porém, nesse caso, era o Brasil que se mostrava autoritário. Envolvido em disputas de fronteira, interessado em garantir o controle da navegação nos rios da região e preocupado com o desenvolvimento de potências políticas no sul que fizessem oposição ao Brasil, o governo imperial realizou intervenções militares nessa região, determinando, de acordo com seus interesses, o funcionamento de sua política. O Brasil chegou a realizar intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

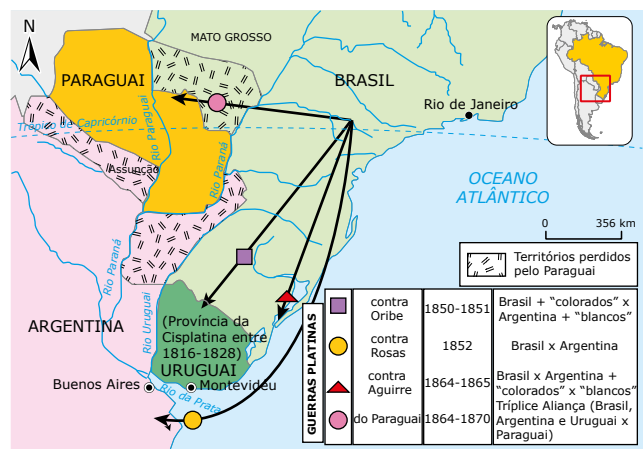
No caso do Uruguai, o Brasil, que havia anexado o território entre 1821 e 1828 (Província da Cisplatina), ainda influenciava a política interna daquele país dividido em duas legendas partidárias: o Partido Blanco e o Partido Colorado. O primeiro contava com a participação dos grandes proprietários de terra, sob a liderança de Manuel Oribe, com o apoio do presidente argentino, Juan Manuel Rosas, que desejava se unir ao Uruguai e formar um poderoso país na região. Já o Partido Colorado contava com o apoio dos comerciantes do Uruguai, liderados por Frutuoso Rivera, que obtinha o auxílio explícito do Brasil e de José Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios e opositor de Manuel Rosas.

Paralelamente, os fazendeiros gaúchos entravam em conflito na fronteira por disputas de terras com fazendeiros uruguaios ligados ao Partido Blanco. Com a vitória de Oribe nas eleições uruguaias e com a intensificação dos conflitos entre fazendeiros, o imperador iniciou a intervenção no sul, de acordo com seus interesses.

Entre 1851 e 1852, o governo brasileiro apoiou a ascensão de Urquiza ao poder na Argentina, financiando sua guerra contra Rosas. Além disso, interferiu de maneira decisiva nos conflitos do Uruguai, que acarretaram na deposição de Oribe e na chegada ao poder de Rivera.

Em 1864, ocorreu novo conflito na região, envolvendo Uruguai, Argentina e Paraguai. Novamente o conflito estava associado aos problemas enfrentados pelos fazendeiros gaúchos e pelos membros do Partido Blanco, que realizavam ações militares nas fazendas brasileiras. Nessa época, o Uruguai estava sob o controle do líder Blanco, Atanásio Cruz Aguirre, que agora detinha o apoio do Paraguai, liderado por Solano López. Mais uma vez, o Brasil invadiu o Uruguai, retirando Aguirre do poder e colocando o líder colorado, Venâncio Flores. O Paraguai, que nessa época era um país fortalecido por sua política econômica e por uma considerável força militar, rompeu relações diplomáticas com o Brasil, devido à intervenção realizada no Uruguai. Era o prelúdio da Guerra do Paraguai.

Política externa do Brasil no Segundo Reinado



Guerra do Paraguai (1864-1870)

A historiografia brasileira apresentou diversas justificativas estruturais para a Guerra do Paraguai. Na década de 1960, acreditava-se que o Paraguai seria um país autossuficiente, desenvolvido, com grande independência do capital estrangeiro, especialmente inglês. Por isso, justificava-se a guerra como articulação inglesa, visando enfraquecer a única referência de desenvolvimento na região. Assim, o Brasil e a Argentina teriam sido instrumentos do capitalismo inglês na região, provocando a guerra contra o Paraguai. No entanto, apesar da simpatia inglesa pelo conflito, não se pode dizer que a principal guerra da história da América do Sul foi motivada por manipulação europeia.

Já a historiografia atual, apresentada por Francisco Doratioto, defende que as principais motivações da guerra foram as disputas por territórios e por interesses dos envolvidos em ter o controle sobre a Bacia do Prata. Além disso, esse conflito foi visto como uma fase do processo de consolidação dos Estados Nacionais da região.

Na primeira metade da década de 1860, o governo paraguaio, presidido por Francisco Solano López, buscou ter participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império. Desse modo, o Paraguai entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos e Solano López acabou por ordenar a invasão do Mato Grosso e Corrientes e iniciou uma guerra que se estenderia por cinco anos. A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. [Fragmento]

Provocando o início da guerra, o governo paraguaio ordenou, em novembro de 1864, o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, no Rio Paraguai, retendo, entre seus passageiros e tripulantes, o presidente da província de Mato Grosso, Carneiro de Campos. Após essa postura hostil, o governo brasileiro declarou guerra ao Paraguai. No início de 1865, continuando a ofensiva, o governo paraguaio ordenou a invasão do norte da Argentina. Para poder realizar a resistência, Argentina, Uruguai e Brasil formaram a Tríplice Aliança contra Solano López.

O Exército brasileiro teve, durante a própria guerra, de se reorganizar para ser capaz de sair vitorioso. No ano de 1866, foi necessária a presença de escravos no Exército para reforçar as fileiras. Inicialmente, o recrutamento foi forçado, o que provocou resistência por parte dos escravos. Porém, posteriormente, o governo brasileiro lançou a promessa de torná-los homens livres ao findar a guerra, aumentando significativamente o número de soldados negros no combate no Paraguai.

Com o auxílio do Barão de Caxias e, posteriormente, sob a liderança do conde D'Eu, marido da princesa Isabel, o Brasil conseguiu sair vitorioso da guerra. Na última batalha, conhecida como Campanha da Cordilheira, Solano López foi encurralado e morto. Acredita-se que a guerra levou à morte cerca de 75% da população paraguaia, sendo que, aproximadamente, 99% da população masculina com mais de 20 anos foi massacrada.

Como consequência dessa desastrosa guerra, merecem destaque a destruição do Paraguai, o endividamento do Brasil com a Inglaterra e o fortalecimento do Exército brasileiro, que, a partir da Guerra do Paraguai, passou a exercer um grande papel político no Brasil, inclusive no Período Republicano.

FIM DO IMPÉRIO

O fim do Império brasileiro esteve vinculado aos desgastes vividos pelo imperador durante seu governo. A oposição ao centralismo imperial foi orientada por um projeto republicano, ou seja, pela necessidade de substituir o sistema imperial por um regime que correspondesse à tendência da América: o presidencialismo e o federalismo. Assim, quatro questões relevantes levaram à queda do Império, as quais serão vistas a seguir.

Questão abolicionista

A política empreendida pelo governo imperial frente ao problema da escravidão acabou por gerar adversários políticos que podem ser divididos entre os que se opunham ao regime escravocrata e aqueles que o apoiavam.

Entre os que discordavam do trabalho cativo no Brasil, nota-se a oposição ao governo de D. Pedro II, que era considerado omissivo quanto ao trato da questão escravocrata. Assim, a campanha abolicionista, desenvolvida pela imprensa e por intelectuais em núcleos urbanos, acabou por associar a luta contra a escravidão ao projeto republicano, gerando a adesão, entre outros setores, da maior parcela do Exército. Paralelamente, grupos começaram a se organizar para libertar os cativos, havendo o empenho, também, de alguns fazendeiros, o que facilitou a fuga de grande parte dos escravos para os núcleos de resistência: os quilombos. Assim, à medida que se desenvolvia a luta pela liberdade dos escravos, crescia o desejo de se implantar a República no Brasil.

O ato de libertar os escravos representava, no jogo político do século XIX, uma tentativa da princesa Isabel de estabelecer um projeto de enfraquecimento daqueles que desejavam a República, visto que a monarquia se mostrou moderna a ponto de conceder a libertação dos escravos.

Porém, quando o governo imperial se propôs à abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea, em 1888, a situação do governo se complicou ainda mais, visto que os fazendeiros escravistas que apoiavam o Império começaram uma oposição ao regime, já que não foram indenizados pela perda dos escravos. Esses fazendeiros optaram pela defesa do movimento republicano, na esperança de serem ressarcidos do prejuízo a que foram submetidos. Dessa forma, tanto fazendeiros do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista, apesar de dotados de motivações distintas, atuaram no enfraquecimento do regime monárquico.

Questão religiosa

A questão religiosa representa o conflito entre Igreja Católica e o governo imperial. O atrito esteve ligado ao fato de D. Pedro II ter a possibilidade, por meio de determinações constitucionais, de envolver-se com os assuntos da Igreja, por meio do padroado e do beneplácito. O padroado determinava que D. Pedro II teria a prerrogativa de nomear bispos e controlar a Igreja Católica no Brasil, uma vez que a Igreja estava a serviço do Estado. Já o beneplácito determinava que qualquer ordem vinda de Roma deveria ser aprovada por D. Pedro II.



Charge satirizando a questão religiosa: o papa repreende o imperador. Publicado no periódico O Mosquito, 1878.

No ano de 1864, o papa Pio IX determinou que a Igreja deveria proibir a presença de maçons entre seus seguidores. Como o Império brasileiro sempre esteve ligado à maçonaria, sendo o próprio D. Pedro II simpático às ideias do grupo, o imperador exigiu que a ordem do papa não fosse acatada no Brasil. Porém, o bispo de Olinda, D. Vidal de Oliveira, e o de Belém, D. Antônio de Macedo, não aceitaram as ordens de D. Pedro II, mantendo-se fiéis à ordem papal. A reação do monarca não se fez esperar: os bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados, sendo anistiados meses depois. O episódio levou a um mal-estar entre Igreja e Império, enfraquecendo a forte aliança entre as duas instituições e impedindo que a Igreja socorresse o imperador caso o seu poder fosse ameaçado.

Questão militar

Desde as primeiras décadas pós-Independência, o Exército brasileiro não exercia participação política. Mostrando-se uma instituição fraca frente à força imperial, o Exército cumpria a função de assegurar a paz nacional. Esse quadro mudou a partir da Guerra do Paraguai, quando o Exército brasileiro passou a exercer uma maior influência nas atividades políticas brasileiras.

Essa mudança se efetuou por vários motivos, entre os quais se destacam a importância do Exército para a vitória brasileira, a reorganização da instituição e o fato de que, nas repúblicas do sul, as Forças Armadas detinham uma considerável influência política. A instituição militar passou por profundas transformações, os altos cargos passaram a ser ocupados paulatinamente por brasileiros, foram estabelecidas normas de promoção por antiguidade, mérito e profissionalização dos oficiais, sem, contudo, incorporar melhorias financeiras. Esse processo fez com que os militares se afastassem dos altos cargos políticos, perdendo terreno para os juristas. Para obterem uma maior participação nos quadros políticos do país, os militares optaram por apoiar a causa republicana. Assim, buscando um papel de protagonismo na vida política brasileira, alguns militares começaram a fazer críticas públicas ao sistema imperial, gerando um cenário de conflito com o governo.

A difícil ligação entre Exército e o imperador se agravou com a prisão de dois oficiais que fizeram declarações públicas contrárias ao regime. Defendendo os militares, Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca lançaram o **Manifesto de 1887**, documento que defendia a honra militar, que estava em jogo com as atitudes despóticas de D. Pedro II. Para evitar o aumento da crise, o monarca anistiu os oficiais presos. Essa atitude mostrou a fraqueza do Império e a força dos militares, que começaram a se empenhar cada vez mais na defesa do republicanismo.

Questão republicana

O ideal republicano no Brasil já havia manifestado sinais desde o Período Colonial mediante revoltas como a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana, defensoras desse projeto político. Durante o Período Regencial, surgiram outras revoltas republicanas. Na segunda metade do século XIX, o movimento voltou a crescer, principalmente entre os militares e na imprensa. Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, São Paulo ocupava posição de progressiva relevância na economia nacional, por conta da produção cafeeira do Oeste Paulista, acarretando a intensificação do poder econômico. A representação política, todavia, não era proporcional à tal expansão, apontando para profundo descontentamento com a excessiva centralização política do Segundo Reinado. O **Manifesto Republicano**, publicado em 1870, foi organizado por membros dissidentes do Partido Liberal, que, em 1873, formaram o Partido Republicano. Este contou com o apoio dos agricultores de café da região do Oeste Paulista e de setores urbanos. Liderando os opositores ao regime imperial estavam civis, como Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Silva Jardim, e militares, como Benjamim Constant e Floriano Peixoto. Todos eles pertenciam à alta hierarquia maçônica, o que corrobora a estreita ligação entre as lojas maçônicas e os centros de discussão da causa republicana, unificando-a ideologicamente e fortalecendo-a no que se refere à articulação de um projeto político comum à elite cafeicultora.

O movimento republicano brasileiro teve uma forte influência do **pensamento positivista** de Auguste Comte (1798-1857). A ideia de progresso defendida por esse pensador acabou por ser a orientação estabelecida pelo grupo de militares que estavam dispostos a derrubar a monarquia. Além do positivismo, o movimento republicano brasileiro, por meio da elite cafeeira, apresentou o **federalismo** como uma tendência marcante, ou seja, o desejo de se constituir uma autonomia autêntica nos núcleos regionais do Brasil, que futuramente seriam representados pelos estados brasileiros. Cabe destacar que o movimento republicano não chegou a mobilizar as massas populares.

Positivismo

Desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), o positivismo representa um conjunto de postulados filosóficos que, em linhas gerais, foi estruturado na crença inabalável na ciência e no primado da razão. O apogeu de sua influência ocorreu na segunda metade do século XIX, em meio à Segunda Revolução Industrial e às críticas aos modelos políticos tradicionais vigentes no Antigo Regime, sendo defendida à República como sistema capaz de superar as amarras tradicionais que ainda inibiam o homem de continuar sua trajetória de evolução. O modelo republicano positivista pode ser caracterizado por seu traço centralizador, chegando-se a afirmar uma “ditadura republicana”. As ideias de Comte serviram como inspiração aos combatentes da monarquia brasileira, que, aos olhos dos positivistas, era compreendida como responsável pelo atraso da nação, e, portanto, injustificada e incapaz de modernizar o país. O apoio ao movimento positivista mostrou-se mais intenso nas academias militares, médicas, de Engenharia e de Direito.

O GOLPE REPUBLICANO



Autor desconhecido. *Entrega da carta de exílio a D. Pedro II.* 60 x 45 cm. Museu Histórico Nacional.

D. Pedro II e o Golpe Republicano.

No final de 1888, D. Pedro II nomeou para primeiro-ministro Afonso Celso Figueiredo, com a intenção que este pudesse estabelecer reformas que aproximassem o Brasil do projeto republicano. Entretanto, o Parlamento brasileiro negou a aprovação das mudanças propostas, o que gerou uma crise que durou meses. Os republicanos aproveitaram a instabilidade para divulgar um boato de que D. Pedro II realizaria uma repressão contra os militares que fossem a favor da República. No dia 14 de novembro de 1889, alguns agrupamentos rebeldes estacionaram suas tropas em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Deodoro da Fonseca, militar experiente, foi convencido pelos republicanos de que ele representaria melhor o grupo de insatisfeitos contra o regime. Assim, Deodoro proclamou a República em 15 de novembro de 1889, informando a D. Pedro II que ele deveria se retirar do Brasil. Este, não conseguindo reagir à força dos opositores, abandonou o Brasil e se refugiou na França. Estava implantada, por meio de um golpe militar, a República no Brasil.

Novamente, o Brasil passava por uma transição sem a participação popular. Os republicanos se mostraram reformistas, mas não revolucionários, permanecendo, assim, a estrutura social vigente.

LEI DE TERRAS

A Lei n. 601 do Império do Brasil, conhecida como Lei de Terras, foi sancionada em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a aprovação da lei da abolição do tráfico atlântico de escravos. Determinou que as terras devolutas do país não poderiam ser ocupadas por qualquer outro título que não o de compra ao Estado em hasta pública, garantindo, porém, os direitos dos ocupantes de terra por posse mansa e pacífica e dos possuidores de sesmarias com empreendimentos agrícolas instalados até aquela data. Previa ainda a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas.

[...]

Os analistas são unânimes em considerar as limitações da aplicação da lei de 1850, embora a considerem um marco na história da propriedade privada da terra no Brasil, e na sua transformação em mercadoria. José Murilo de Carvalho fala em “veto dos barões” à efetiva separação das terras públicas e privadas.

VAINFAS, Ronaldo.

Dicionário do Brasil Imperial.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. [Fragmento]

1870 – O MANIFESTO REPUBLICANO

Aos Nossos Concidadãos

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa, passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América, passamos por ser uma democracia monarquizada, em que o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições, pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de cousas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente que fazemos parte.

O POVO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O golpe do quartel-general fora uma surpresa, não diremos já para a Nação em geral, mas mesmo para a cidade em geral. Dos habitantes desta grande Capital, ninguém esperava por aquilo, ninguém sabia o que aquilo era, ninguém compreendia aquilo.

O povo assistiu àquilo bestializado, atônico, surpreso, sem conhecer o que significava – disse Aristides Lobo, um dos principais corresponsáveis daquele acontecimento. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, quebrando o enleio dos espíritos.

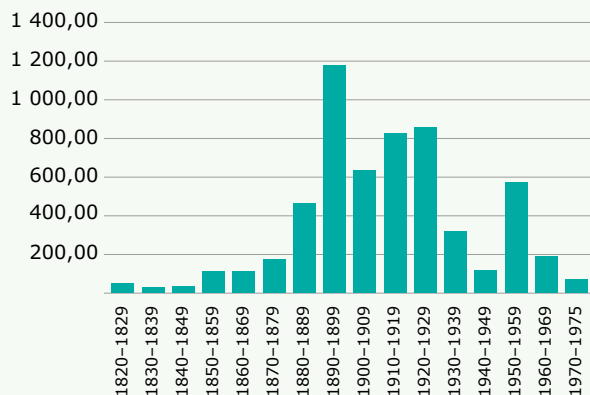
Este entusiasmo, de que falava Aristides Lobo, não foi, porém, o entusiasmo do povo – e sim o entusiasmo da pequena minoria republicana. O povo, o nosso povo, mostrou-se, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia, como aceitaria, amanhã, o regime bolchevista ou o fascismo italiano.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 4. ed. Recife: FUNDAJ Massangana, 1990. p. 161-162. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01. (UERJ)

Imigração no Brasil (1820–1975)



Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

Diversas experiências históricas da sociedade brasileira interferiram nas variações dos fluxos migratórios nos séculos XIX e XX.

Para o período situado entre 1880 e 1899, a variação indicada no gráfico associou-se ao seguinte fator:

- A) Expansão cafeeira
- B) Crise da monarquia
- C) Abolição da escravidão
- D) Modernização industrial

02. (UFMG) Considerando-se os fatos relacionados à Guerra do Paraguai (1864-1870), é correto afirmar que

- A) a Tríplice Aliança agiu sob a ingerência dos Estados Unidos, que pretendiam, após o término da Guerra Civil, ampliar o comércio de seus produtos nos países da Região Platina.
- B) o Brasil e a Argentina romperam a aliança durante essa guerra, o que possibilitou não só o fortalecimento militar e político paraguaio, mas também o retardamento do final do conflito.
- C) o Brasil entrou nessa guerra motivado por interesses relacionados à definição das fronteiras e à garantia de livre navegação pelo Rio Paraguai, principal via de acesso ao Mato Grosso.
- D) o Exército brasileiro, apesar da vitória, se enfraqueceu após essa guerra, em razão do elevado número de baixas e das dificuldades políticas e militares em colocar um ponto final no conflito.

03. (FUVEST-SP) Examine a seguinte tabela:

Anos	N. de escravos que entraram no Brasil
1845	19 453
1846	50 325
1847	56 172
1848	60 000

A tabela apresenta dados que podem ser explicados

- A) pela lei de 1831, que reduziu os impostos sobre os escravos importados da África para o Brasil.
- B) pelo descontentamento dos grandes proprietários de terras em meio ao auge da campanha abolicionista no Brasil.
- C) pela renovação, em 1844, do Tratado de 1826 com a Inglaterra, que abriu nova rota de tráfico de escravos entre Brasil e Moçambique.
- D) pelo aumento da demanda por escravos no Brasil, em função da expansão cafeeira, a despeito da promulgação da Lei Aberdeen, em 1845.
- E) pela aplicação da Lei Eusébio de Queirós, que ampliou a entrada de escravos no Brasil e tributou o tráfico interno.

04. (FGV-2020) Leia uma passagem do livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, publicado em primeira edição em 1881. O trecho citado passa-se na década de 1840 e apresenta a voz de um personagem indignado com o momento histórico brasileiro.

Opinava por várias coisas, entre outras, o desenvolvimento do tráfico dos africanos e a expulsão dos ingleses. [...] Que os levasse o diabo os ingleses! Isto não ficava direito sem irem todos eles barra fora. Que é que a Inglaterra podia fazer-nos? Se ele encontrasse algumas pessoas de boa vontade, era obra de uma noite a expulsão de tais godemes¹... Graças a Deus, tinha patriotismo.

Memórias póstumas de Brás Cubas, 1970.

¹ *Godemes* – neologismo de grande circulação na cultura brasileira do período. Fusão de duas palavras inglesas, god (Deus) e demon (demônio).

Pelo conteúdo dessa passagem, pode-se concluir que

- A) a forte retórica nacionalista do personagem respondia às decisões do Parlamento inglês de combate ao comércio oceânico de escravos.
- B) os comerciantes ingleses disputavam com comerciantes brasileiros o monopólio do fornecimento dos escravos africanos para as colônias britânicas das Antilhas.
- C) a ocupação pela marinha inglesa dos portos da África Ocidental encarecia o preço da mão de obra escrava no mercado internacional.
- D) as ações das mais rentáveis companhias brasileiras de comércio de escravos foram retiradas do sistema financeiro londrino.
- E) o interlocutor apoiava o decreto imperial de ruptura das relações com a Inglaterra, em face das agressões do almirantado contra os navios negreiros em alto mar.

05. (UFRGS-RS-2020) Com relação às dimensões políticas, econômicas e sociais da escravidão, na formação do Estado brasileiro no século XIX, considere as seguintes afirmações:

- I. A proibição do tráfico de africanos, colocada em prática em 1850, ocasionou um aumento do fluxo interno de escravizados, oriundos da região norte, para atender a demanda de mão de obra nas lavouras cafeeiras do sudeste.
- II. As ameaças internacionais de grupos e entidades abolicionistas motivaram esforços de defesa do regime escravista, articulando interesses comuns de setores da elite brasileira com comerciantes da América hispânica e dos Estados Unidos.
- III. A dinâmica do mercado externo e o desenvolvimento do capitalismo industrial tornaram consensual, na elite política imperial, o apoio ao fim da escravidão, aproximando Luzias e Saquaremas, durante a chamada “grande conciliação”, ocorrida no Segundo Reinado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I
- B) Apenas II
- C) Apenas III
- D) Apenas I e II
- E) I, II e III

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp) A tabela contém dados extraídos de *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, 1977, de Ladislau Dowbor, que se referem ao preço médio de um escravo (sexo masculino) no Vale do Paraíba.

Anos	Preço (mil-réis)
1835	375
1845	384
1855	1 075
1865	972
1875	1 256

Indique a alternativa que pode ser confirmada pelos dados apresentados na tabela.

- A) A comercialização interna de escravos permitiu que os preços se mantivessem altos na primeira metade do século XIX.
- B) A Lei do Ventre Livre, de 1871, foi a principal responsável pela diminuição no número de escravos e pela redução dos preços.
- C) A grande imigração, a partir de 1870, aumentou o uso de mão de obra escrava e provocou redução nos preços.
- D) A proibição do tráfico de escravos, em 1850, provocou sensível aumento nos preços, pois limitou drasticamente o ingresso de africanos.
- E) A aplicação da Tarifa Alves Branco, em 1844, aumentou os impostos de importação, dificultou o tráfico de escravos e provocou elevação nos preços.

- 02.** (Unesp) No século XIX a música brasileira teve sua maior expressão na obra de Antônio Carlos Gomes, aclamado uma personalidade musical da corte de Dom Pedro II. A estreia de sua ópera "O Guarani" em 1870 nos teatros de Milão e do Rio de Janeiro trouxe-lhe reconhecimento internacional. A ópera inspira-se no romance indianista *O Guarani*, de José de Alencar, publicado em 1857, que narra um triângulo amoroso entre a jovem Cecília, o índio Pery e o português dom Álvaro.

COLEÇÃO FOLHA GRANDES ÓPERAS.
Carlos Gomes, vol. 7, 2011 (Adaptação).

Assinale a alternativa que se refere corretamente a fatos ocorridos na história do Brasil no período que se estende de 1850 a 1870.

- A) A colonização do Brasil ultrapassou os limites geográficos da linha de Tordesilhas, provocando conflitos permanentes entre as metrópoles portuguesa e espanhola.
- B) A incorporação do território do Acre pelo Estado brasileiro promoveu um desenvolvimento econômico na região da bacia do Rio Amazonas.
- C) O fim do tráfico de escravos da África para o Brasil aumentou o investimento de capital inglês que serviu para fomentar a modernização e o crescimento urbano do Rio de Janeiro.
- D) Com a proibição do tráfico de escravos, o governo imperial adotou uma série de medidas para facilitar o acesso da população brasileira à propriedade da terra.
- E) Em São Paulo, a produção do café continuou restrita à faixa litorânea e ao vale do Rio Paraíba, regiões favorecidas pela fertilidade da terra roxa.

- 03.** (UFRN) No século XIX, na Europa, desenvolveram-se estudos que, reivindicando bases científicas, valorizavam a raça branca, considerada superior a todas as demais. Essas teorias concebiam uma Nação em termos biológicos e valorizavam a homogeneidade racial. "A mistura de raças heterogêneas era sempre um erro e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade."

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação.

In: *Estudos avançados*, v. 8, n. 20, abr. 1994.

Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: abr. 2009.

Frente a essas concepções, a constatação de que o Brasil era uma nação mestiça gerou dilemas para os intelectuais brasileiros no século XIX. Na tentativa de resolver esses dilemas, alguns intelectuais da época

- A) defenderam o progressivo branqueamento da população, como resultado da miscigenação e da imigração europeia.
- B) rejeitaram as ideias europeias, as quais apoiavam a constituição de sociedades puras e homogêneas e condenavam as sociedades racialmente híbridas.
- C) sustentaram a igual capacidade civilizatória de todos os grupos étnicos, combatendo a afirmação da existência de uma "raça degenerada".
- D) ampliaram as concepções europeias, ao propor que a miscigenação racial favorecia as trocas culturais, fazendo mais rica a cultura nacional.

- 04.** (UERJ)



A fala do trono



AMÉRICO, Pedro. 1873.

Disponível em: <galeria.cluny.com.br>.

Batalha naval do Riachuelo (Guerra do Paraguai)

MEIRELLES, Victor. 1872.

Disponível em: <correiobrasiliense.com.br>.

A pintura histórica alcançou no século XIX importante lugar no projeto político do Segundo Reinado. Esse gênero artístico mantinha intenso diálogo com a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por meio da pintura histórica, forjou-se um passado épico e monumental, em que toda a população pudesse se sentir representada nos eventos gloriosos da história nacional. O trabalho de Araújo Porto-Alegre como crítico de arte e diretor da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou a visibilidade da pintura histórica com seus pintores oficiais, Pedro Américo e Victor Meirelles.

CASTRO, Isis Pimentel de.

Disponível em: <periodicos.ufsc.br> (Adaptação).

Considerando as imagens das telas e as informações do texto, as pinturas históricas para o governo do Segundo Reinado tinham a função essencial de

- A) consolidar o poder militar.
- B) difundir o pensamento liberal.
- C) garantir a pluralidade política.
- D) fortalecer a identidade nacional.

- 05.** (FGV) O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele.

Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*, 2003.

No trecho, há um argumento

- A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.
- B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.
- C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.
- D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.
- E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

- 06.** (PUC-Campinas-SP-2017) O setor fabril já se fazia notar, não só em São Paulo, como também em Campinas e Piracicaba, produzindo tecidos, chapéus e calçados. As casas de fundição colocavam à disposição serras, bombas, sinos, prensas e ventiladores [...]. As narrativas de viagem, gênero de escrita muito apreciado por autores e leitores, registravam dessa nova sociedade as impressões colhidas em trânsito e dispostas em painel.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante*. Letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940). São Paulo:

Editora Unesp, 2002. p. 78-79.

As cidades mencionadas, que assistem ao surgimento de pequenas indústrias nas últimas décadas do século XIX, apresentavam em comum

- A) grandes concentrações urbanas provenientes da intensa imigração europeia, que as transformou nas três maiores cidades da região e contribuiu para a instalação de comerciantes e empreendedores responsáveis pelas primeiras indústrias paulistas.
- B) oligarquias rurais endinheiradas, que compartilhavam ideais republicanos, abolicionistas, nacionalistas e que investiam parte substantiva de seu capital em indústrias voltadas para seu próprio consumo de artigos de luxo.
- C) rápido desenvolvimento econômico proveniente do acúmulo de dividendos gerados pela produção cafeeira baseada no latifúndio e no trabalho escravo, que despontara nessas e em outras cidades do vale do Paraíba, repercutindo no desenvolvimento fabril.
- D) ousados investimentos do empresário Barão de Mauá, que, juntamente com negociantes ingleses, fundou inúmeras indústrias fabris e construiu ferrovias, modernizando a região e garantindo o rápido escoamento da produção.
- E) ricos agricultores latifundiários e o acesso facilitado por linhas férreas que se expandiram vigorosamente a partir de 1860, no oeste do estado, momento em que a região se consolida como polo cafeeiro após o declínio das fazendas situadas no sudoeste do Rio de Janeiro.

07.
AW55


(PUC-Campinas-SP-2017) É interessante notar como, em Machado de Assis, se aliavam e se irmanavam a superioridade de espírito, a maior liberdade interior e um marcado convencionalismo. Dois termos que se repelem, pensador e burocrata, são os que melhor o exprimem. Entre *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, a vida nacional passara pelas profundas modificações da Abolição e da República.

– Que pensa de tudo isso, Machado de Assis? indagava Eça de Queirós.

À queda da Monarquia, disse Machado no seu gabinete de burocrata, diante da conveniência de tirar da parede o retrato do imperador:

– Entrou aqui por uma portaria, só sairá por outra portaria.

Era o que tinha a dizer aos republicanos, atônitos com esse acatamento ao ato de um regime findo.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*. 6. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. p. 208.

De acordo com o texto, na segunda metade do século XIX, ocorreram profundas transformações econômicas e sociais no Brasil.

Sobre este tema é correto afirmar que

- A) o abolicionismo, a imigração e o processo de transformações proporcionadas pela cafeicultura, num contexto mundial de expansão capitalista, selaram a sorte da escravidão.
- B) a abolição alterou profundamente as formas de produção agrícola, uma vez que possibilitou o estabelecimento das bases do trabalho livre e assalariado em todo o país.
- C) os movimentos abolicionistas receberam apoio da igreja católica, em especial dos padres templários, e foram idealizados por homens livres, desvinculados de tradições locais.
- D) a incipiente industrialização, a exigência de indenização pelos proprietários e a ineficiente política brasileira de substituição da mão de obra retardaram o fim da escravidão.
- E) a abolição progressiva da escravidão e o movimento republicano contribuíram para a instalação da indústria de bens de consumo e para a urbanização da região sudeste.

08. (Unicamp-SP)



Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/quadrinhos.php?itemid=20522>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

Angelo Agostini (1833-1910) expressou sua crítica a D. Pedro II em uma caricatura publicada na Revista Ilustrada, em 1887.

- A) Conforme a imagem, qual é a crítica de Agostini ao Imperador?
- B) Indique e explique um processo que expresse a situação de crise vivida no final do Império.

SEÇÃO ENEM



- 01.** (Enem–2018) A poetisa Emilia Freitas subiu a um palanque, nervosa, pedindo desculpas por não possuir títulos nem conhecimentos, mas orgulhosa ofereceu a sua pena que “sem ser hábil, é, em compensação, guiada pelo poder da vontade”. Maria Tomásia pronunciava orações que levantavam os ouvintes. A escritora Francisca Clotilde arrebatava, declamando seus poemas. Aquelas “angélicas senhoras”, “heroínas da caridade”, levantavam dinheiro para comprar liberdades e usavam de seu entusiasmo a fim de convencer os donos de escravos a fazerem alforrias gratuitamente.

MIRANCIA, A. Disponível em: <www.opovoonline.com.br>.

Acesso em: 10 jun. 2015.

As práticas culturais narradas remetem, historicamente, ao movimento

- A) feminista.
- B) sufragista.
- C) socialista.
- D) republicano.
- E) abolicionista.

- 02.** (Enem–2017) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

- A) reforma agrária.
- B) expansão mercantil.
- C) concentração fundiária.
- D) desruralização da elite.
- E) mecanização da produção.

- 03.** (Enem–2017)



Fotografia de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica, cartão de visita de 1860.

KOUTSOUKOS, S. S. M. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org>>

Acesso em: 08 maio 2013.

A fotografia, datada de 1860, é um indício da cultura escravista no Brasil, ao expressar a

- A) ambiguidade do trabalho doméstico exercido pela ama de leite, desenvolvendo uma relação de proximidade e subordinação em relação aos senhores.
- B) integração dos escravos aos valores das classes médias, cultivando a família como pilar da sociedade imperial.
- C) melhoria das condições de vida dos escravos observada pela roupa luxuosa, associando o trabalho doméstico a privilégios para os cativos.
- D) esfera da vida privada, centralizando a figura feminina para afirmar o trabalho da mulher na educação letrada dos infantes.
- E) distribuição étnica entre senhores e escravos, demarcando a convivência entre estratos sociais como meio para superar a mestiçagem.

- 04.** (Enem) O número de votantes potenciais em 1872 era de 1 097 698, o que correspondia a 10,8% da população total. Esse número poderia chegar a 13% quando separamos os escravos dos demais indivíduos. Em 1886, cinco anos depois de a Lei Saraiva ter sido aprovada, o número de cidadãos que poderiam se qualificar eleitores era de 117 022, isto é, 0,8% da população.

CASTELLUCCI, A. A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br>. Acesso em: 28 jul. 2012.

A explicação para a alteração envolvendo o número de eleitores no período é a

- A) criação da Justiça Eleitoral.
- B) exigência da alfabetização.
- C) redução da renda nacional.
- D) exclusão do voto feminino.
- E) coibição do voto de cabresto.

- 05.** (Enem)

Texto I

Em todo o país a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (Adaptação).

Texto II

Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiam muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (Adaptação).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no texto I que complementa os argumentos apresentados no texto II é o(a)

- A) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- B) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- C) inovação social representada pela lei.
- D) ineficácia prática da libertação.
- E) significado político da abolição.

- 06.** (Enem) Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de "Fora o vintém!", os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2014 (Adaptação).

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de

- A) capturar os ativistas radicais.
- B) proteger o patrimônio privado.
- C) salvaguardar o espaço público.
- D) conservar o exercício do poder.
- E) sustentar o regime democrático.

- 07.** (Enem)



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. A vida fluminense, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870.

In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (Adaptação).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos "Voluntários da Pátria" que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- A) negação da cidadania aos familiares cativos.
- B) concessão de alforrias aos militares escravos.
- C) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- D) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- E) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

- 08.** (Enem) Respeitar a diversidade de circunstâncias entre as pequenas sociedades locais que constituem uma mesma nacionalidade, tal deve ser a regra suprema das leis internas de cada Estado. As leis municipais seriam as cartas de cada povoação doadas pela assembleia provincial, alargadas conforme o seu desenvolvimento, alteradas segundo os conselhos da experiência. Então, administrar-se-ia de perto, governar-se-ia de longe, alvo a que jamais se atingirá de outra sorte.

BASTOS, T. *A província (1870)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 (Adaptação).

O discurso do autor, no período do Segundo Reinado no Brasil, tinha como meta a implantação do

- A) regime monárquico representativo.
- B) sistema educacional democrático.
- C) modelo territorial federalista.
- D) padrão político autoritário.
- E) poder oligárquico regional.

- 09.** (Enem) Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não há de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manuel Felizardo de Souza e Mello, diretor geral das Terras Públicas, ao senador Vergueiro.

In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998 (Adaptação).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontaram o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de

- A) fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- B) adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- C) definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
- D) regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.
- E) financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

10. (Enem)



Foto de MILITÃO, São Paulo, 1879.
In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do século XIX pode ser identificado a partir da foto do casal retratado anteriormente?

- A) O uso de trajés simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- B) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- C) O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- D) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- E) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

- 11.** (Enem)
 Ó sublime pergaminho
 Libertação geral
 A princesa chorou ao receber
 A rosa de ouro papal
 Uma chuva de flores cobriu o salão
 E o negro jornalista
 De joelhos beijou a sua mão
 Uma voz na varanda do paço ecoou:
 “Meu Deus, meu Deus
 Está extinta a escravidão”

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. *Sublime Pergaminho*. Disponível em: <<http://www.letras.terra.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como

- A) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- B) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos e abolicionistas.
- C) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- D) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos na questão: fazendeiros, governo e escravos.
- E) forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

- 12.** (Enem) Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. As Repúblicas do Prata: da Independência à guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois

- A) representou a afirmação do Exército brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- B) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- C) concretizou a emancipação dos escravos negros.
- D) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- E) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.



- 13.** (Enem) A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou

- A) na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração no trabalho.
- B) no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.
- C) no “branqueamento” da população, para afastar o predomínio das raças consideradas inferiores e concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.
- D) no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.
- E) na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

- 14.** (Enem) Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: *Revista de História*. Ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (Adaptação).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do século XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a

- A) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- B) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- C) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- D) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- E) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

15. (Enem) Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.

CHIAVENATTO, J. J. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979 (Adaptação).

O imperialismo inglês, “destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre”. Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo, essa teoria tem alguma repercussão.

DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (Adaptação).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

- A) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa guerra.
- B) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa guerra.
- C) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
- D) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa guerra.
- E) o nível de crueldade das ações do Exército brasileiro e argentino durante o conflito.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. C
02. C
03. D
04. A
05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D
02. C
03. A
04. D
05. E
06. E
07. A
- 08.
- A) A caricatura produz uma crítica em relação à postura de D. Pedro II frente às questões políticas do país. A construção do imperador dorminhoco busca desvalorizar o regime vigente.
- B) A crise do regime imperial está associada à questão abolicionista, movimento promovido pela imprensa e por intelectuais a favor do fim da escravidão. Alguns setores da imprensa e da sociedade consideravam D. Pedro II omissos a essa questão, que foi tomando ares republicanos. Também pode ser citada a questão religiosa e a questão militar como fundamentais para a crise do fim do império.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. C
03. A
04. B
05. E
06. D
07. A
08. C
09. C
10. C
11. B
12. A
13. B
14. B
15. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

República Provisória e da Espada

A transição do Império para a República no Brasil foi caracterizada por um difícil período de instabilidade política e econômica. Da saída de D. Pedro II do poder até a ascensão do primeiro presidente eleito, Prudente de Moraes, passaram-se cinco anos. Nesse intervalo, o país obteve uma nova Constituição, enfrentou duas revoltas da Marinha, conviveu com conflitos políticos que culminaram na renúncia de um presidente e elegeu o primeiro governante federal por via direta em 1894. Essa fase da nossa história foi dividida em dois momentos: Governo Provisório e República da Espada.

Tendo papel preponderante na implementação do sistema republicano, deve-se lembrar de que, ao longo do século XIX, o Exército brasileiro organizou suas bases, edificou-se sobre o cientificismo positivista e a valorização tecnológica, construindo para si a imagem de agente do progresso e da promoção do bem público. Atraiu para si, em virtude disso, o objetivo de civilizar um Estado Nacional, atuando como sujeito político gestor da República, bem como interventor intelectual e político capaz de levar adiante o projeto de nacionalidade e modernização.



AGOSTINI, Angelo. *Alegoria da República Brasileira*. 16 nov. 1889.

Alegoria da República brasileira segurando a nova bandeira.

GOVERNO PROVISÓRIO

Entende-se por Governo Provisório o curto período de organização das instituições brasileiras após o Golpe Republicano. A administração do Estado ficou a cargo de Deodoro da Fonseca.

Algumas medidas foram tomadas para o estabelecimento da nova ordem. Entre elas, destacam-se:

- Banimento da família real e proclamação de um regime republicano e federativo;

- Abolição do Conselho de Estado e do Senado Vitalício. O sistema político herdado do período de vigência do autoritarismo monárquico concebia Senado, Conselho de Estado e Câmara dos Deputados. O Conselho de Estado e o Senado eram compostos de membros vitalícios; já a Câmara dos Deputados era baseada em eleições. Estavam associados, em termos político-administrativos, às articulações do regime monárquico e, por isso, foram abolidos tão logo foi instaurada a república;
- Dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado;
- Reconhecimento dos compromissos estabelecidos pelo governo anterior;
- Separação da Igreja do Estado (formação do Estado laico) e instituição do casamento civil;
- Grande naturalização, ou seja, concessão da cidadania nacional aos estrangeiros interessados;
- Criação de uma nova bandeira, já que a anterior remetia ao regime monárquico brasileiro;
- Convocação de uma Assembleia Constituinte, visando redigir uma Constituição que assumisse plenamente o ideal republicano do novo regime.



BERNARDELLI, Henrique. *Retrato do General Deodoro da Fonseca*. Ca. 1892. Óleo sobre tela. Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro.

Nessa representação de Deodoro da Fonseca lhe é conferida postura heroica e de liderança.

Reforma econômica: o encilhamento

Em janeiro de 1890, o ministro da Fazenda do novo governo, Rui Barbosa, lançou um projeto econômico que objetivava o desenvolvimento industrial e o aumento de recursos financeiros circulantes para solucionar a baixa quantidade de dinheiro em um período em que a mão de obra passou a ser assalariada.



Autor desconhecido / Domínio Público

Sátira do encilhamento.

Autorizando a emissão de moeda por parte de alguns bancos, o plano econômico de Rui Barbosa surpreendeu pelas suas graves consequências para a economia brasileira. A elevada inflação, a desvalorização da moeda brasileira, o desequilíbrio nas contas externas da nação e a alta do custo de vida foram acrescidos de um considerável corpo de indústrias fantasmas, que surgiram com o único objetivo de obterem o crédito disponível para o desenvolvimento industrial. A crise foi ampliada pela especulação econômica ocorrida na bolsa de valores do Rio de Janeiro, gerando o apelido pejorativo dado ao plano de Rui Barbosa: **encilhamento**. Essa expressão remete à prática de encilhar cavalos, tendo, portanto, uma nítida associação do universo econômico brasileiro a uma corrida hípica e suas apostas. O encilhamento, responsável pela emissão de três vezes a quantidade de moeda circulante no período, gerou como consequência a demissão do ministro da Fazenda, em janeiro de 1891, e um profundo desarranjo nas estruturas econômicas brasileiras.

Constituição de 1891

A segunda Constituição brasileira, a primeira de caráter republicano, foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, que iniciou seu trabalho em dezembro de 1890 e encerrou suas atividades com a promulgação da nova Carta, em 24 de fevereiro de 1891.

Esse documento foi fortemente influenciado pela Constituição liberal estadunidense, afirmando o direito a igualdade, liberdade e propriedade privada. Confirmou ações do Governo Provisório, como a Proclamação da República, o estabelecimento do presidencialismo e do federalismo e a separação entre Igreja e Estado, o que transformou o Brasil em um Estado laico. Estabeleceu ainda:

- tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário;
- relativa descentralização administrativa, já que os estados poderiam legislar conforme seus interesses (em 1926, durante o governo de Arthur Bernardes, foram realizadas modificações que possibilitaram uma maior centralização do poder federal);
- mandato presidencial de quatro anos, sem possibilidade de reeleição;
- eleição direta para os principais cargos do Executivo e Legislativo.

Quanto ao direito de voto, a nova Constituição apresentou uma considerável evolução, quando comparada com a anterior, na medida em que estabelecia o voto universal no lugar do voto censitário. No entanto, ainda existiam consideráveis limitações à participação política, pois o direito de sufrágio era restrito aos brasileiros maiores de 21 anos, excluindo-se vários grupos, como mendigos, soldados, analfabetos e religiosos. Além disso, na Constituição, não havia referência ao voto feminino, o que significava que, de acordo com a cultura patriarcal da época, as mulheres não podiam votar. Além das limitações democráticas expressas na Carta, as votações não eram secretas (voto aberto), possibilitando diversas práticas fraudulentas por parte das oligarquias brasileiras.

A Constituição de 1891 definiu que o presidente e o vice deveriam ser eleitos pelo voto direto. Porém, as determinações provisórias da nova Carta abriam uma exceção apenas para a primeira eleição, que seria indireta. As disputas para o cargo de presidente ficaram entre Deodoro da Fonseca, ainda provisoriamente no controle do país, e Prudente de Moraes, representante das oligarquias cafeieiras de São Paulo. Deodoro venceu com curta margem de votos, tendo como vice Floriano Peixoto, candidato da chapa adversária (até as eleições de Jânio Quadros e João Goulart, em 1961, a eleição para presidente e vice-presidente eram desvinculadas). A ausência de um forte apoio no Congresso, evidente na difícil vitória, seria um preço caro para as pretensões centralizadoras do presidente em um curto prazo. Como os dois responsáveis por assumir o Poder Executivo do Brasil eram militares, esse período passou a ser conhecido como República da Espada.

REPÚBLICA DA ESPADA



O curto governo de Deodoro da Fonseca, na nova fase, foi caracterizado pelo autoritarismo do presidente e pelos reflexos econômicos do encilhamento. Enfrentando uma oposição acirrada do Parlamento brasileiro, Deodoro mostrou-se indisposto com a Lei de Responsabilidade votada no Congresso, que, na prática, cumpria o papel de limitar as ações do presidente e abria a possibilidade de seu afastamento, caso descumprisse as normas legais do Estado Nacional. Como a lei foi vetada por Deodoro, o Legislativo, agindo na contramão do Poder Executivo, aprovou o projeto no dia 2 de novembro de 1891. Insatisfeito, o presidente fechou a casa no dia seguinte e decretou estado de sítio (suspensão de direitos e garantias individuais, na totalidade ou em parte do território nacional). A Primeira República começava autoritária.



Angelo Agostini / Domínio Público

AGOSTINI, Angelo. Caricatura de Deodoro da Fonseca às voltas com as disputas políticas da recém-proclamada República. Revista Ilustrada, 1891. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Deodoro tenta apagar os inúmeros problemas enfrentados pelo seu governo, na charge, representados por serpentes.

A reação à atitude do presidente veio das próprias Forças Armadas. A Marinha brasileira, ainda simpática ao Antigo Regime monárquico, mas sem um projeto de retorno da antiga ordem, deu início à conhecida **Primeira Revolta da Armada**. Conduzida pelo almirante Custódio José de Melo, alguns navios de guerra colocaram suas armas apontadas para a capital e exigiram a restauração da ordem democrática no país. A atitude da Marinha veio acompanhada da oposição de vários setores da sociedade que se indispueram com a arbitrariedade do presidente da República. Este, pressionado pelas surpreendentes reações, renunciou ao cargo no dia 23 de novembro de 1891.

O controle do Executivo cabia agora ao vice-presidente Floriano Peixoto, que reabriu o Congresso e encerrou o estado de sítio. O novo governante, também autoritário, estava longe de representar uma unanimidade no Brasil do período. Um dos elementos mais agravantes de contestação da ordem vigente cabia a uma falha constitucional. A lei determinava que o vice-presidente, após a renúncia de Deodoro, deveria convocar novas eleições para o cargo Executivo. Entretanto, Floriano argumentava que a lei possuía uma contradição jurídica evidente: como convocar novas eleições em um país que nunca tivera uma eleição para presidente? Aproveitando-se da situação, resolveu cumprir o parágrafo 2º do artigo 1º das disposições transitórias, que estabelecia: "O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial". Assim, Floriano governaria até o fim do mandato. Essa manobra interpretativa já apontava para a corriqueira prática política da história republicana brasileira de descumprir os textos constitucionais.



Oscar Pereira da Silva / Domínio Público

SILVA, Oscar Pereira da. *Retrato de Marechal Floriano Peixoto*. Séc. XX. Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP.

Floriano Peixoto: o avanço da consolidação republicana.

A oposição ao novo presidente foi conduzida em várias frentes. Em março de 1892, Floriano recebeu uma carta-manifesto de treze generais, exigindo convocação de eleições. Foram todos punidos. A Marinha, espelhada no sucesso da reação contra Deodoro, repetiu a fórmula e apontou os canhões dos navios para o Rio de Janeiro, em setembro de 1893, no episódio conhecido como **Segunda Revolta da Armada**, conduzida pelo mesmo almirante, Custódio José de Melo.

Paralelamente, no mesmo ano, o Sul foi palco de um dos mais violentos episódios ocorridos em solo nacional durante a República: a **Revolução Federalista** (1893-1895).

Tais episódios ocorreram sobretudo no RS, onde as disputas políticas acerca do projeto republicano e pelo poder se intensificavam. Os defensores do ideal positivista, concentrados no PRR (Partido Republicano Rio-grandense), liderados por Júlio de Castilhos, enfrentavam o Partido Federalista, defensor de um projeto liberal e descentralizador. Entre suas lideranças, destacava-se Gumerindo Saraiva. As disputas no Sul assumiram uma feição de guerra civil a partir do ano de 1893, quando as forças federalistas pegaram em armas contra o governo estadual, chegando a ocupar os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como as tropas de Júlio de Castilhos contavam com o apoio do governo de Floriano Peixoto, os federalistas, também chamados de maragatos, assumiram uma postura antiflorianista, unindo-se aos participantes da Segunda Revolta da Armada, que haviam se deslocado para a cidade de Desterro, capital de Santa Catarina. Apenas em 1895, durante o governo de Prudente de Moraes, as tropas federalistas foram derrotadas por meio da união entre contingentes do governo central e de tropas estaduais. A revolução teve como saldo a morte de mais de cinco mil pessoas, sendo muitas degoladas quando capturadas pelas tropas inimigas. Quanto à Segunda Revolta da Armada, a rebeldia da Marinha foi derrotada no ano de 1894, com o apoio de navios estrangeiros que colaboraram com o governo de Floriano Peixoto.

As atitudes repressoras de Floriano foram responsáveis por duas homenagens: o tratamento como Marechal de Ferro e a mudança do nome da capital de Santa Catarina, que passou de Desterro para Florianópolis.

EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA



Um considerável debate político marcou a organização da República nos seus primeiros anos. O fortalecimento do novo regime foi pautado pela construção de símbolos que pudessem garantir a autenticidade do projeto que, agora, firmava-se como representante do novo e do moderno. A Primeira República brasileira foi erigida por meio de um movimento elitista que excluía grande parte da população brasileira. Nesse sentido, era preciso a criação de símbolos que possibilitassem a necessária identificação entre o povo e o nascente Estado republicano. No livro *A Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho retrata como os símbolos republicanos – como hino, bandeira, monumentos, heróis e outros ícones – foram fundamentais para a consolidação de uma nova concepção de pátria. Porém, na mesma obra, o autor destaca a ausência de uma unanimidade quanto ao projeto político republicano a ser implantado. Não existia no Brasil um consenso acerca do encaminhamento do governo inaugurado em 1889, principalmente no que tange ao controle do poder e à atuação dos setores governamentais nas estruturas de nossa sociedade.

Entre as correntes conflitantes, destacam-se três grupos: positivistas, jacobinos e liberais.

Os defensores do **positivismo** articulavam suas ideias em torno do pensamento do francês Auguste Comte, afirmando que um governo fortalecido e consciente das necessidades do Estado seria capaz de arbitrar as questões gerais da nação. O papel centralizador desse modelo, assim como a secundarização de questões sociais, era condizente com os anseios dos militares, que se tornaram os principais defensores do positivismo. Da mesma forma, a crença positivista no avanço racional e industrial se conformava com o desejo militar de modernização do Brasil. A própria bandeira brasileira, renovada a partir da Proclamação da República, carregava a máxima positivista: Ordem e Progresso.

Já os **jacobinos** projetavam uma pátria com o ideal de participação popular, apesar de não terem um claro conceito em que consistiria o povo brasileiro e quais os mecanismos de participação para este. Os adeptos de tal corrente, oriundos dos grupos urbanos de média e baixa renda e intelectuais, inspiravam-se nas ações de alguns líderes da Revolução Francesa, como Robespierre e Danton. Cercados do imaginário dessa Revolução, os jacobinos interpretavam Floriano Peixoto como uma referência política no Brasil, apesar de o vice-presidente não ter a mesma identificação com o projeto jacobino. Essa ligação com Floriano se deu por conta de medidas progressistas, como construção de casas populares e o incentivo ao desenvolvimento industrial do Brasil feito pelo vice-presidente, sem contar o fato de que este assumiu o poder no lugar de um líder com traços positivistas.



AGOSTINI, Angelo. *Reconhecimento da República brasileira pela França*. Dez. 1889. Revista Ilustrada.

O terceiro projeto, chamado de **liberal**, era defendido pelos cafeicultores, partidários de uma organização política elitista e desejosos de uma estrutura administrativa descentralizada que garantisse a manutenção da propriedade e da liberdade individual. Inspirado na república estadunidense, esse projeto foi aquele que mais influenciou os governos posteriores à República da Espada, principalmente após a vitória de Prudente de Moraes, em 1894, tornando-se hegemônico na vida política nacional durante o Período Oligárquico.

O NÚMERO DE ELEITORES NA REPÚBLICA

Nessa linha, o decreto de 19 de novembro de 1889 estabelece nova qualificação eleitoral. Trata-se da primeira regulação republicana no Brasil a respeito dos critérios de inclusão da população no mundo da cidadania política. Pelo decreto, eliminam-se as restrições censitárias do Império, mas prossegue a exclusão dos analfabetos imposta pela Lei Saraiva. A nova lei propicia um acréscimo do eleitorado, se levarmos em conta o número de eleitores definido pela última reforma eleitoral do Império. Se a memória, contudo, alcançar o contingente eleitoral brasileiro quantificado no censo de 1872 – em torno de 1,1 milhão de eleitores, ou 11% da população – o decreto republicano é tímido. Enquanto que com a Lei Saraiva (1881) o eleitorado passa a representar cerca de 1% da população, com a República, levando em conta as eleições presidenciais de 1894, o percentual alcança 2%.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. [Fragmento]

Observação

A Lei Saraiva (1881), decretada ainda durante o Período Imperial, proibia o acesso ao voto aos analfabetos, reduzindo consideravelmente o número de eleitores, conforme o texto anterior.

OS SÍMBOLOS DO NOVO REGIME

O extravasamento das visões de República para o mundo extralite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, é que me interessarão diretamente. Ele não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos. De fato, um exame preliminar da ação dos jacobinos e positivistas já me tinha revelado o emprego de tais instrumentos, frequentemente sob inspiração francesa. As descrições da época trazem referências ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a república com o barrete frígio; informam também sobre a luta dos positivistas pela nova bandeira e sobre a disputa em torno da definição do panteão cívico do novo regime.

[...]

A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses, tradicionalmente, os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório [...] No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular no novo regime, ganha à revelia da liderança republicana.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [Fragmento]



4RLR

Os primeiros anos da república brasileira

Essa videoaula mostra um panorama das características da república recém-proclamada no Brasil.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (Unesp) Nas palavras de Aristides Lobo, o povo brasileiro assistiu à queda da monarquia “bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”. Sobre a Proclamação da República no Brasil, analise as afirmações a seguir.

1. A implantação do regime republicano no Brasil, em 1889, entre os seus significados, representou culminância do processo de deterioração do poder político de Pedro II.
2. O povo foi surpreendido com o novo regime, cuja implantação se deveu muito mais ao descontentamento dos militares, após a guerra do Paraguai, do que propriamente as ações do Partido Republicano.
3. A Proclamação da República no Brasil foi um ato há muito planejado e contou com a adesão da família real brasileira.
4. A insatisfação militar com o regime monárquico deveu-se principalmente à abolição da escravidão, uma vez que os soldados escravos eram muito apreciados por serem confiáveis e eficientes nas batalhas.
5. O rol das insatisfações com a monarquia intensificou-se com a crise provocada pela tentativa do bispo de Olinda e Recife, D. Vital, de fazer cumprir as ordens papais que condenavam a maçonaria.

Estão corretas apenas

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 5.
- C) 3, 4 e 5.
- D) 2, 3 e 4.
- E) 1, 3 e 5.

02. (UERJ) A febre especulativa começou ainda sob o Império [...]. A libertação dos escravos provocara o súbito aumento da necessidade de pagar salários e os fazendeiros sentiam carência de dinheiro [...]. [O] primeiro governo republicano, [...] convicto de que a circulação monetária era insuficiente e, ademais, aberto a ideias de industrialização, [...] estabeleceu um mecanismo de bancos privados emissores, o que incitou ainda mais a especulação [...].

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O processo descrito anteriormente ilustra a seguinte política econômica desenvolvida no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1891:

- A) Creditismo
- B) Federalismo
- C) Naturalização
- D) Encilhamento

03. (UFF-RJ) Um dos elementos decisivos no tocante à simbologia do regime republicano que foi inaugurado no Brasil em 1889 foi a definição de sua bandeira, de adoção obrigatória e legalmente estabelecida. Segundo alguns autores, essa foi uma batalha decisiva, que revelou clivagens entre os próprios republicanos, apesar de a vitória ter pertencido a um grupo: os positivistas. Sua vitória, nesse caso, pode ser explicada pelo fato de

- A) os positivistas ortodoxos constituírem-se numa seita religiosa que pregava o fim do estágio fetichista em que vivia a totalidade da população brasileira.
- B) os positivistas ortodoxos considerarem que apenas sob o regime monárquico estariam assegurados a ordem e o progresso, tal como o pregara Comte.
- C) os positivistas constituírem a base de apoio ao regime republicano, sobretudo devido a seu prestígio junto aos antigos setores aristocratas e conservadores da população.
- D) os positivistas ortodoxos contarem com maioria no Congresso, fazendo com que os demais projetos de bandeiras apresentados fossem sistematicamente vetados por imitarem ora o modelo francês, ora o modelo norte-americano.
- E) a bandeira ter incorporado o lema dos positivistas ortodoxos, “Ordem e Progresso”, e elementos da antiga bandeira imperial, combinando passado e futuro, além de valores como a fraternidade universal e a conciliação entre extremismos.

04. (PUC Minas) Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o povo acompanhou bestializado a criação do regime republicano no Brasil. Essa afirmação pode explicar nossa Proclamação da República no Brasil como

- A) adoção das teses sobre a ordem e o progresso, inspiradas na revolução estadunidense do século XVIII.
- B) uma ruptura com os valores liberais, instituídos pelo ideário dos membros do clube militar do Rio de Janeiro.
- C) um golpe militar ou quartelada, que instaurou novo modelo político nos moldes que tivemos mais tarde em 1964.
- D) estabelecimento de uma nova ordem social, que promovia a igualdade social com base na organização do trabalho.

05. (Unesp) A chamada crise do Encilhamento, no final do século XIX, foi provocada



- A) pela moratória brasileira da dívida contraída junto a casas bancárias alemãs e italianas.
- B) pela crise da bolsa de valores, que não resistiu ao surto especulativo do pós-primeira guerra mundial.
- C) pelo fim da política de proteção à produção e exportação de café, que enfrentava forte concorrência colombiana.
- D) pela emissão descontrolada de papel-moeda, que provocou especulação financeira e alta inflacionária.
- E) pelo encarecimento dos bens de primeira necessidade, que eram majoritariamente importados dos Estados Unidos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFRGS-RS) Observe o cartum a seguir, que faz referência à Proclamação da República no Brasil.



REVISTA ILUSTRADA, 16 nov. 1889.

Considere as seguintes afirmações, referentes a elementos do cartum.

- I. A figura feminina empunhando a bandeira representa a nova República brasileira, instaurada através do golpe militar de 15 de novembro.
- II. A bandeira representada na imagem constituiria a versão preliminar da atual, que seria acrescida da divisa positivista.
- III. Em segundo plano, montado a cavalo, aparece a figura do suposto "proclamador" da República, o marechal Floriano Peixoto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II
- B) Apenas I e II
- C) Apenas I e III
- D) Apenas II e III
- E) I, II e III

02. (EsPCEX-SP) Durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, colocou em prática uma reforma financeira. Essa reforma

- A) tinha por objetivo controlar a onda inflacionária e reduzir o processo especulativo na Bolsa de Valores.
- B) resultou na amortização da dívida externa, bem como na suspensão do pagamento de seus juros por três anos.
- C) consistiu na elevação dos juros e da taxa cambial, levando ao crescimento da receita pública e diminuição do custo de vida.
- D) tinha por finalidade favorecer a expansão industrial, por meio da ampliação de créditos ao setor.
- E) visava fiscalizar a venda de ações, com a finalidade de impedir a propagação de empresas fantasmas.

03. (FGV-2020) O contrato de trabalho na fazenda de café paulista consistia no pagamento anual de uma certa quantia por cada mil pés de café cuidados [...]. O colono ainda recebia uma quantia estipulada por alqueire (medida) de café colhido. [...] O que tinha uma importância extraordinária no sistema de trabalho nas fazendas paulistas era, entretanto, a possibilidade de plantar produtos de subsistência entre os cafeeiros e a obtenção de um pedaço de terra com essa finalidade, além de um pasto para alguns animais.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração.

In: *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. 1990. tomo III, v. 2.

O estímulo à contratação de trabalhadores estrangeiros pelas fazendas paulistas, no contexto de abolição da escravidão no final do século XIX, implicou

- A) a estagnação relativa da economia de exportação e o predomínio gradual da industrialização sustentada pela formação do mercado consumidor interno.
- B) a permanência da exploração compulsória do trabalho nos moldes coloniais e o fracasso da política de transferência de agricultores estrangeiros para o Brasil.
- C) a ampliação da base monetária da economia do país e a manutenção do ritmo da atividade agroexportadora com a expressiva oferta de mão de obra.
- D) a pacificação das relações de trabalho nos latifúndios paulistas e a dependência política do grande proprietário em relação aos eleitores rurais.
- E) a assinatura de acordos do estado de São Paulo com os países de origem da mão de obra e a pronta aceitação da nacionalidade brasileira pelos recém-chegados.

04. (UFU-MG) Enfim, sabemos que a “história nacional” e a “cultura brasileira” não eram entidades naturais. E todo o esforço dos homens de letras foi o de transformar determinados valores, personagens, sentimentos e acontecimentos em tradições que deveriam por sua vez ser experimentadas e guardadas como entidade natural. Se essas tradições correspondiam ou não à verdade dos acontecimentos não importa, nem constitui uma questão, na medida em que elas não visavam a descrever uma realidade, mas sim conferir-lhe um sentido, bem como produzir a solidariedade social e viabilizar um projeto coletivo, de nação e de República.

DANTAS, Carolina Vianna. Cultura história, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 245 (Adaptação).

A transição para a República, no Brasil, também foi marcada por “batalhas de memórias” e pela criação e recriação de mitos políticos entre os grupos políticos que procuravam afirmar seu poder. Esta dimensão simbólica pode ser ainda exemplificada

- A) pela forte expansão do positivismo que pode ser exemplificada pelo grande número de igrejas positivistas na cidade do Rio de Janeiro.
- B) pela reabilitação de personagens importantes do período colonial que eram identificados com a causa republicana, como Tiradentes.
- C) pelo esvaziamento das forças militares responsáveis pela Proclamação, cada vez mais vistas como retrógradas e incapazes de promover o republicanismo.
- D) pelo afastamento ideológico em relação aos países do continente americano, os quais, com exceção dos Estados Unidos, eram vistos como repúblicas frágeis e atravessadas por conflitos internos.

05.
Y8YD



(FUVEST-SP) Na Belle Époque brasileira, que difusamente coincidiu com a transição para o regime republicano, surgiram aquelas perguntas cruciais, envoltas no oxigênio mental da época, muitas das quais, contudo, nos incomodam até hoje: como construir uma nação se não tínhamos uma população definida ou um tipo definido? Frente àquele amálgama de passado e futuro, alimentado e realimentado pela República, quem era o brasileiro? [...] Inúmeras tentativas de respostas a todas estas questões mobilizaram os intelectuais brasileiros durante várias décadas.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Entre as tentativas de responder, durante a *Belle Époque* brasileira, às dúvidas mencionadas no texto, é correto incluir

- A) as explicações positivistas e evolucionistas sobre o impacto da mistura de raças na formação do caráter nacional brasileiro.
- B) os projetos de valorização dos vínculos entre o caráter nacional brasileiro e os produtos da indústria cultural norte-americana.
- C) o reconhecimento e a celebração da origem africana da maioria dos brasileiros e a rejeição das tradições europeias.
- D) a percepção de que o país estava plenamente inserido na modernidade e havia assumido a condição de potência mundial.
- E) o desejo de retornar ao período anterior à chegada dos europeus e de recuperar padrões culturais e cotidianos indígenas.

06. (PUC-Campinas-SP) O universo ficcional de Machado de Assis é povoado pelos tipos sociais que se mesclavam na sociedade fluminense do século XIX: proprietários, rentistas, comerciantes, homens pobres mas livres e escravos. Cruzam seus interesses e medem-se em seus poderes ou em sua falta de poder. É essa a configuração das personagens das obras-primas *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. A tragédia do negro escravizado está exposta em contos violentos, e o capricho dos senhores proprietários dá o tom a narradores como Brás Cubas e Bento Santiago, o Bentinho, que contam suas histórias de modo a apresentar com ar de naturalidade a prática das violências pessoais ou sociais mais profundas.

TÁVOLA, Bernardim da. Inédito.

A tragédia do negro escravizado, no Brasil, deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Durante a primeira República, a maioria absoluta da população negra continuou excluída da vida política, tendo colaborado para essa exclusão o fato de que

- A) a legislação republicana oficializou medidas segregacionistas em nível nacional.
- B) a população negra livre não era contemplada pelo sistema clientelista.
- C) os negros optaram por permanecer no campo, não se inserindo nas cidades.
- D) os analfabetos, mendigos e soldados não podiam votar.
- E) as organizações políticas ou culturais que agregassem negros eram proibidas.

07.
0509



(UERJ) A República da Espada teve início quando os militares lideraram o país politicamente entre os anos de 1889 a 1894. Assim que a Monarquia foi derrubada, o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca guiou as decisões tomadas no Brasil naquele período. Um dos fatores que contribuiu para a ascensão dos militares ao poder no Brasil, logo no início da República, foi

- A) o apoio incondicional das oligarquias rurais e dos grandes cafeicultores paulistas, que tinham, em sua maioria, representantes no exército brasileiro.
- B) a vitória do Brasil na guerra do Paraguai, que de uma certa forma fortaleceu o exército, que passou a exigir maiores saldos e maior participação política.
- C) a subvenção inglesa na implantação da república brasileira interessada na expansão da Doutrina Monroe, que defendia o fim dos regimes monárquicos na América.
- D) a tendência latino-americana de estabelecer governos ditatoriais e militares, atrelados às concepções imperialistas e bolivarianas e, naturalmente, desvinculados da influência norte-americana.

08. (UEG-GO) Analise as caricaturas a seguir.



PEDERNEIRAS, Raul. Charges publicadas em *O Tagarela* em 3 maio 1902. In: LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 55.

As charges ironizam os primeiros presidentes da República brasileira. Nesse sentido, a “pedra no sapato” do “primeiro presidente” representa um desafio enfrentado durante o seu governo. Esse desafio foi a

- A) crise econômico-financeira do Encilhamento.
- B) política dos governadores.
- C) Revolta de Canudos.
- D) Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

09.
SWW4



(Mackenzie-SP) Os anseios democráticos e os ideais patrióticos contidos na crítica à monarquia e na propaganda republicana tiveram que aguardar outras oportunidades. Eles foram colocados sob controle ou mesmo suprimidos. Policarpo Quaresma, personagem de um romance de Lima Barreto, é o símbolo dos ideais não realizados do republicanismo e teve um triste fim.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. *História do Brasil*.

O texto refere-se à

- A) participação do Partido Republicano e sua preocupação em contar com o envolvimento de toda a sociedade brasileira na construção de um novo regime político.
- B) concepção, por parte dos chamados “republicanos revolucionários”, de que a república somente se instalaria a partir de um movimento envolvendo apenas as elites militares.
- C) ideologia presente no movimento republicano que acreditava que a sociedade brasileira somente se modificaria por meio de uma agitação revolucionária.
- D) mudança verificada no processo histórico brasileiro com o advento da república que, se não alterou as bases sociais, ao menos modificou completamente nosso modelo econômico.
- E) permanência das mesmas bases de organização social do período monárquico, mantendo as classes populares afastadas da participação política, restrita apenas a uma reduzida elite nacional.

10. (UFRJ)

**Porcentagem de votantes nas eleições
presidenciais entre 1894 e 1930**

Candidato vencedor	N. de votantes (em milhares)	% de votantes sobre a população
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2
Campos Sales (1898)	462	2,7
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4
Afonso Pena (1906)	294	1,4
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0
Venceslau Brás (1914)	580	2,4
Rodrigo Alves (1918)	390	1,5
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5
Artur Bernardes (1922)	833	2,9
Washington Luís (1926)	702	2,3
Júlio Prestes (1930)	1890	5,6

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República.
In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.).
República no Catete. Rio de Janeiro:
Museu da República, 2001. p. 72.

Os dados eleitorais presentes na tabela indicam uma pequena participação popular nas eleições presidenciais na Primeira República (1890-1930).

Identifique duas restrições impostas pela Constituição de 1891 ao exercício do voto.

11. (UERJ)

**Bandeira do Império do
Brasil**



**Bandeira adotada pela
República**



CARVALHO, José Murilo de. *A formação das
almas: o imaginário da República no Brasil*.
São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, instituiu a necessidade de revisão dos símbolos nacionais. A nova bandeira, por exemplo, expressou rupturas e continuidades, bem como a valorização de determinadas ideias para o novo regime. Aponte a corrente político-filosófica que interferiu na remodelação da bandeira brasileira e o argumento dessa corrente para a condenação do regime monárquico.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2018)

Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890

Dos crimes contra a saúde pública

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos.

Art. 158. Ministrare, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício denominado curandeiro.

Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2014 (Adaptação).

No início da Primeira República, a legislação penal vigente evidenciava o(a)

- A) negligência das religiões cristãs sobre as moléstias.
- B) desconhecimento das origens das crenças tradicionais.
- C) preferência da população pelos tratamentos alopatócos.
- D) abandono pela comunidade das práticas terapêuticas de magia.
- E) condenação pela ciência dos conhecimentos populares de cura.

02. (Enem-2017) O instituto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória. Merecem, decerto, a nossa estima aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecadores de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

ASSIS, M. *Gazeta de Notícias*, n. 114, 24 abr. 1892.

No processo de transição para a República, a narrativa machadiana sobre a Inconfidência Mineira associa

- A) redenção cristã e cultura cívica.
- B) veneração aos santos e radicalismo militar.
- C) apologia aos protestantes e culto ufanista.
- D) tradição messiânica e tendência regionalista.
- E) representação eclesiástica e dogmatismo ideológico.

03. (Enem)



BROCOS, R. *A redenção de Cam*, 1895. Disponível: <<http://mnba.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época, que era a de

- A) defesa da democracia racial.
- B) idealização do universo rural.
- C) crise dos valores republicanos.
- D) constatação do atraso sertanejo.
- E) embranquecimento da população.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. D
- 03. E
- 04. C
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. D
- 03. C
- 04. B
- 05. A
- 06. D
- 07. B
- 08. A
- 09. E
- 10. A primeira constituição republicana impedia o voto dos analfabetos e das mulheres.
- 11. O positivismo, que compreendia a monarquia como símbolo de atraso, identificando-a como organização política arcaica, e a República, como o regime que traria a modernização e o progresso.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. A
- 03. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Independência da América Espanhola e do Haiti

CONTEXTO

O domínio europeu na América, iniciado no final do século XV, foi colocado em xeque na passagem do século XVIII para o XIX, quando as transformações ocorridas no Velho Continente fomentaram as lutas por independência.

O desenvolvimento industrial da Inglaterra, por exemplo, fez crescer a demanda por matéria-prima e por mercados e, apesar de a América Colonial ser parte do mercado inglês, o comércio era mediado pelas metrópoles, que, por vezes, dificultavam ou inviabilizavam as relações comerciais. Apoiar as independências, no entanto, poderia significar conflito com as metrópoles, o que não era interessante para a economia inglesa. Devido a essa condição, a Inglaterra apoiou indiretamente as Independências, por meio da concessão de empréstimos às colônias e de financiamentos a mercenários que lutaram ao lado dos colonos.

O pensamento iluminista, que atingiu seu ápice na Europa no século XVIII, chamado de Século das Luzes, também influenciou os processos de independência das Américas. Os iluministas eram contrários às distinções sociais oriundas do Período Feudal, defendendo, assim, a igualdade entre os homens, pelo menos juridicamente. O Iluminismo também pregava o liberalismo econômico, que, na prática, significava a não intervenção do Estado na economia. Dessa forma, as relações existentes entre as metrópoles e as colônias – baseadas nos princípios mercantilistas – eram condenadas pelos ilustrados, afinal, os nativos não tinham os mesmos direitos políticos que os indivíduos da metrópole, a colônia não possuía liberdade comercial, e até mesmo a liberdade de expressão era coibida no continente americano.

Posta, portanto, a divergência entre o sistema colonial e as ideias iluministas, as metrópoles buscaram meios de proibir a circulação das obras consideradas subversivas, principalmente as francesas, em seus domínios. Mesmo assim, livros de autores como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, por exemplo, chegavam às colônias, tanto por intermédio das elites que iam estudar na Europa e lá tomavam consciência dos ideais ilustrados, quanto por meio do contrabando de livros para a América. Dessa maneira, formou-se uma elite colonial que via na Independência a única saída para seu desenvolvimento econômico e político. Além disso, essa elite de formação europeia se considerava igual aos europeus, por mais que estes adotassem uma visão etnocêntrica que vinculasse a América à barbárie.

Além de influências ideológicas, como o Iluminismo, os colonos tomaram como exemplo as lutas liberais burguesas ocorridas durante o século XVIII. Uma delas foi a Revolução Francesa, afinal, aquele processo revolucionário burguês, ocorrido em 1789, foi a mais importante luta contra o absolutismo. Além de conseguirem derrubar o governo, considerado o mais despótico de toda a Europa, os revolucionários franceses implementaram novos modelos políticos no país e, assim, evidenciaram o fracasso do Antigo Regime.

Uma clara manifestação da influência revolucionária francesa nos processos de emancipação do continente americano é a grande recorrência de bandeiras tricolores como estandartes das novas nações que se formaram. Porém, diferentemente do azul, branco e vermelho – que representam, respectivamente, liberdade, igualdade e fraternidade – da bandeira francesa, algumas nações americanas adotaram também cores que faziam alusão a elementos próprios do continente, por exemplo o amarelo, que representava a riqueza oriunda dos metais preciosos.



Inspirados na bandeira da França (superior), os estandartes do Chile e da Venezuela apresentam variações tricolores (inferior).

Mesmo tendo passado cerca de dez anos do início da Revolução Francesa, as lutas no continente europeu não cessaram e, já no início do século XIX, a Europa vivenciava as guerras napoleônicas, quando o poderio bélico francês se impôs em praticamente todo o continente. A Europa se rendia ao Exército de Napoleão Bonaparte, e a Inglaterra era a única potência que, devido à sua força econômica e à sua posição insular, conseguia resistir à expansão napoleônica.

Diante da resistência inglesa, o imperador francês decretou o Bloqueio Continental (1806), que proibia os países europeus de comercializarem com os britânicos. A Espanha, assim como outros países da Europa, tinha uma economia muito dependente dos ingleses, e, como a França não estava no mesmo patamar industrial que a Inglaterra, os espanhóis romperam o Bloqueio.

A reação francesa foi imediata e se manifestou por meio da invasão da Espanha e da deposição do rei daquele país, Fernando VII. José Bonaparte, irmão de Napoleão, foi colocado no trono espanhol e, além da resistência interna ao seu governo, o novo rei enfrentou a desobediência das colônias que compunham a América Espanhola.

Se a Revolução Francesa foi a maior inspiração europeia para os colonos que ansiavam por liberdade, o melhor exemplo de luta em pleno continente americano foi a Independência das Treze Colônias, processo também conhecido como Revolução Americana, ocorrido no século XVIII. A luta dos estadunidenses serviu de exemplo aos hispano-americanos, pois o norte da América foi a primeira região do continente a conquistar a liberdade, livrando-se, inclusive, da maior potência da época, a Inglaterra. Além disso, o considerável desenvolvimento tecnológico alcançado por parte dos estados que compunham aquele país levava as elites coloniais a acreditarem que a independência seria a melhor saída naquele momento. Uma clara manifestação da influência estadunidense nas Américas foi o sistema político adotado pela maioria dos Estados formados, que, assim como os Estados Unidos, tornaram-se republicanos.

SITUAÇÃO INTERNA

Internamente, as colônias que compunham a América Espanhola apresentavam uma sociedade estratificada. Os *chapetones*, espanhóis que vinham para a América, tinham a posição social mais privilegiada e, por isso, ocupavam os altos cargos administrativos e controlavam o comércio externo. Outra camada que ocupava posição de destaque era formada pelos *criollos*, elite nativa descendente de espanhóis que controlava a economia colonial e tinha poderes políticos limitados. A classe intermediária era formada por mestiços e índios, que, por não terem grande prestígio social, eram excluídos de certos direitos políticos, como o voto.

Finalmente, é importante apontar a posição social inferior ocupada pelos negros. Colocados abaixo de qualquer outro elemento social, muitas vezes eles eram submetidos à escravidão e, logo, aos interesses das elites coloniais.

Com o desenrolar da colonização espanhola, os *criollos* acabaram entrando em divergência com os *chapetones*, pois a elite nativa ganhou muita força econômica pelo fato de controlar as estruturas produtivas das colônias espanholas, estruturas estas que, ao longo do tempo, desenvolveram-se bastante. Apesar de parecer um paradoxo, o investimento estrutural nas colônias era importante para a metrópole, que, a partir de então, teria condições de cobrar mais impostos sobre produção mais volumosa. Assim, em virtude da força econômica alcançada pelos *criollos*, estes passaram a reivindicar maior representação política, uma vez que sustentavam a economia colonial com suas minas e fazendas. A única forma de obter essa participação, no entanto, era rompendo com a metrópole, pois, sendo espanhóis, os *chapetones* tinham maior influência junto à Coroa.

Além do desejo de liberdade por parte da elite colonial, a maior parte da sociedade, formada por pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados, mestiços, índios e negros, também via a Independência com bons olhos, pois acreditava que, vivendo em um país independente, conquistaria mais direitos sociais e políticos. Às vésperas do século XIX, portanto, a sociedade colonial espanhola, por mais que apresentasse projetos políticos distintos, demonstrava seus anseios de liberdade, situação preocupante para a metrópole, que via o seu controle sobre as Américas ameaçado.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

No processo de emancipação política da América Espanhola, há diversas peculiaridades e diferenças em relação ao das Treze Colônias e ao do Brasil. No caso das Treze Colônias, o que ocorreu após a independência foi um processo de expansão territorial. A Marcha para o Oeste estava associada ao ideário do Destino Manifesto, uma crença na missão dos estadunidenses em expandir os valores da democracia e da liberdade. Já no caso brasileiro, houve a manutenção da unidade territorial, com pequenas alterações sofridas ao longo do século XIX e início do XX.

O processo de independência da América Espanhola, no entanto, gerou uma grande fragmentação territorial em relação às antigas possessões espanholas, que, já no século XIX, desmembraram-se em vários Estados politicamente autônomos.

É importante ressaltar que, mesmo dentro de alguns desses Estados, houve sedições políticas, pois, em virtude da disputa do poder entre os *caudillos* – líderes das independências –, países que haviam conquistado sua emancipação, como a Grã-Colômbia, acabaram sofrendo fragmentações posteriores.

Outra reflexão interessante que devemos fazer é a respeito do termo utilizado: emancipação política. A preferência por esse termo, ao contrário de simplesmente independência, tem por objetivo mostrar que, ao conquistar a sua liberdade política, a América Latina não conseguiu se livrar do jugo econômico europeu. O apoio dado pela Inglaterra às independências acabou por manter laços de domínio econômico, uma vez que as estruturas econômicas e mesmo culturais da região favoreciam a manutenção dessa dependência. Muitos membros das elites coloniais tinham ligações econômicas com a Europa e acreditavam que o Velho Mundo poderia contribuir culturalmente para o desenvolvimento da América, já que grande parte dos membros dessa elite teve sua formação intelectual na Europa.

Um dos mais importantes precursores das Independências latino-americanas aconteceu no vice-reino de Nova Granada – atual Peru –, onde a *mita* e a *encomienda*, tipos de trabalho compulsório indígena, eram utilizadas de forma extensiva nas minas e haciendas. José Gabriel Tupac Amaru, que afirmava ser um descendente dos incas, liderou, em 1780, uma rebelião contra a exploração sofrida pela população indígena e, reunindo índios, mestiços e *criollos*, chegou a derrubar esses tipos de trabalho compulsório em várias cidades da região.

Apesar do sucesso inicial, o movimento acabou fracassando devido a fatores como a inexperiência militar dos rebeldes. Além disso, a elite colonial, que a princípio apoiava o movimento, temendo a radicalização do projeto emancipacionista, passou a facilitar a ação das tropas espanholas na repressão aos rebeldes. Traído, Tupac Amaru foi preso, julgado na cidade de Cuzco e condenado à morte em 1781.

Apesar do aparente fracasso do projeto emancipacionista elaborado por Tupac Amaru, por meio daquele ato, a Coroa espanhola pôde perceber, já no século XVIII, que a contestação ao domínio colonial estava em andamento, e que, no caso da América Hispânica, as massas reivindicavam não só maior liberdade, mas também mudanças sociais. Essa rebelião, ocorrida em uma das principais zonas mineradoras da América, assustou não só a elite metropolitana, como também as elites coloniais, que sentiram que seus privilégios sociais estavam sendo ameaçados. Mais tarde, a Revolução de São Domingos (Haiti) mostrou novamente às elites que as camadas exploradas das sociedades americanas estavam se mobilizando.

Ocorrido majoritariamente durante o século XIX, o processo de independência da América Espanhola pode ser dividido em dois momentos. No primeiro (1810-1816), as elites coloniais foram beneficiadas pelas guerras napoleônicas, afinal, diante da desordem criada pelo imperador francês, os *criollos* tomaram frente na política colonial e transformaram os *cabildos* em juntas governativas, órgãos com maior autonomia política. Ainda assim, nesse primeiro momento, não houve grandes conquistas por parte dos colonos, ou seja, apesar das lutas, a maioria dos países não garantiu a sua emancipação política em relação à Espanha.

Em 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado definitivamente pelas forças conservadoras que, através do Congresso de Viena, reconduziram o rei espanhol Fernando VII ao trono. Devido à sua tendência absolutista, o rei logo se empenhou em reafirmar a sua autoridade política e econômica sobre as colônias instaladas na América. Tal imposição, no entanto, não agradou aos *criollos*, uma vez que a elite nativa americana não estava disposta a abrir mão da autonomia conquistada. Assim, entre 1816 e 1825, houve um segundo momento emancipacionista, quando a maioria dos países da América conquistou sua autonomia política.



Francisco de Goya / Domínio Público

GOYA, Francisco. *Retrato de Fernando VII com manto real*. 1815. Óleo sobre tela, 208 × 142,5 cm. Museu do Prado.

Apesar das declarações de independência, a Espanha, não concordando em perder seus domínios, passou a reprimir violentamente as lutas emancipacionistas. Para tanto, os espanhóis contaram com o apoio da Santa Aliança – associação político-militar dos governos de tendências absolutistas europeus, criada durante o Congresso de Viena para combater os movimentos de caráter liberal – e de países como a França que, por meio do Congresso de Verona (1822), dispôs-se a enviar tropas à América em auxílio aos espanhóis.

A vitória dos colonos sobre a Espanha só foi possível por meio da aliança realizada entre as elites coloniais e a Inglaterra que, com a derrota de Napoleão, já não estava mais em guerra e se mantinha diretamente interessada nas relações comerciais com o continente americano. Tal postura da Coroa inglesa, no entanto, causou uma crise na Quíntupla Aliança (criada durante o Congresso de Viena), uma vez que, desrespeitando o caráter conservador dos aliados, a Inglaterra defendeu os movimentos liberais emancipacionistas nas colônias espanholas da América. A partir de então, os ingleses se desvincularam da Aliança, o que enfraqueceu o movimento conservador na Europa, facilitando a Independência da América Espanhola e abrindo espaço para novos movimentos liberais.

Após a independência, os *caudillos*, como ficaram conhecidas as lideranças políticas e militares que haviam figurado à frente dos movimentos de independência, passaram a controlar politicamente os novos Estados. O principal desses líderes, Simón Bolívar, chamado de Libertador, atuou decisivamente na independência de vários países latino-americanos e defendeu que a Colômbia, a Venezuela, o Equador e o Peru deveriam formar um único país.

Em 1826, Simón Bolívar organizou o Congresso do Panamá na tentativa de reunir os chefes políticos dos Estados recém-formados para a criação de um projeto de cooperação continental na América. A maioria dos representantes, entretanto, não compareceu, pois os *caudillos*, que exerciam grande influência nos seus países, não tinham interesse político e econômico na união desejada por Bolívar. Além disso, os EUA tentaram minar o pan-americanismo, uma vez que essa cooperação era avessa aos seus intentos econômicos na América.

Simón Bolívar acreditava que o regime republicano deveria ser adotado na América independente, por meio da criação de uma única república federativa, semelhante ao que se verificava nos Estados Unidos. Bolívar acreditava que esse sistema seria o mais propício ao desenvolvimento econômico da região hispano-americana. Esse projeto, além de enfrentar a resistência dos *caudillos* e dos EUA, encontrou a oposição de José de San Martín – outro grande libertador da América – que defendia que a adoção do modelo monárquico constitucionalista. Para San Martín, isso garantiria a continuidade do modelo que vigorava no continente desde a colonização e facilitaria o reconhecimento das independências pelas grandes potências.



J. Collignon / Domínio Público

COLLIGNON, J. *Encontro de Guayaquil em 1822*. 1843. Arquivo O Comércio.

Em parte, a fragmentação das ex-colônias espanholas em Estados autônomos distintos pode ser justificada pelos aspectos geográficos que, por vezes, dificultavam a comunicação entre as diversas regiões americanas. A Cordilheira dos Andes, que se estende por grande parte da América do Sul, é um claro exemplo dessa “fronteira natural” existente entre os novos países.

É importante ressaltar, ainda, que a própria divisão política da América Espanhola, promovida pela metrópole durante a colonização, que não permitia a comunicação entre os vice-reinos e capitanias gerais, foi responsável pela falta de unidade política.

Porém, para a fragmentação da América Espanhola, as diferenças de interesses entre os *caudillos* foram cruciais. Após as Independências, eles passaram a disputar o poder conforme seus interesses. Não interessava a eles ceder parte dos seus poderes ao chefe do Estado, preferiram manter a sua influência nos Estados que dominavam.

As Américas na virada do século XX



Algumas colônias conquistaram a independência tardiamente.

Outro fator fundamental para a fragmentação da América foi a participação da Inglaterra no processo de emancipação, afinal, os ingleses – assim como os EUA – não desejavam o aparecimento de um país forte e poderoso no continente.

CASOS PARTICULARES

Haiti

O Haiti faz parte da Ilha de Hispaniola (atual São Domingos), dividida durante o Período Colonial entre Espanha, lado oriental, e França, lado ocidental. O lado francês da ilha possuía três classes sociais distintas: a maior parte da população era composta de escravos; os mulatos e negros libertos, que podiam inclusive se tornar donos de escravos, compunham uma classe intermediária; e, finalmente, os brancos, socialmente privilegiados, compunham a minoria responsável pela exploração econômica e pela administração colonial.

O processo de independência de São Domingos se iniciou em 1791, durante a Revolução Francesa, tendo como líder Toussaint Louverture, que, inspirado no movimento burguês europeu, acabou se convencendo de que o Haiti deveria se tornar uma federação ligada à França. Assim, após a Convenção Nacional abolir a escravidão nas colônias francesas, Louverture incorporou-se ao Exército francês na luta contra os ingleses, o que acabou lhe concedendo prestígio suficiente para realizar mudanças administrativas na ilha. Louverture criou hospitais, construiu parques, estimulou a produção das lavouras de açúcar, criou escolas e chegou a redigir uma Constituição para o Haiti.

A liderança de um negro na América, no entanto, assustou as elites brancas e, principalmente, Napoleão Bonaparte, o homem mais poderoso do mundo na época. A mando do imperador francês, uma expedição militar, comandada pelo general Leclerc, chegou ao Haiti em 1802. Louverture foi derrotado, preso e enviado à França, onde morreu um ano mais tarde.

Apesar da aparente derrota do movimento emancipacionista haitiano, Jean-Jacques Dessalines deu continuidade à obra de Louverture e, assim, proclamou a independência da ilha – agora denominada Haiti – em 1804. Dessalines proclamou-se imperador com o título de Jacques I, mas, em 1806, acabou sendo assassinado.

A Independência do Haiti teve um caráter singular, uma vez que foi o segundo país da América a conquistar a liberdade, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, a emancipação foi realizada pelos escravos, uma classe socialmente subordinada, que exterminaram a elite branca daquela região. Vale ressaltar, no entanto, que essa conquista não significou o fim do preconceito étnico: a minoria mulata que assumiu o comando da nova nação discriminava a maioria negra.

México

As lutas pela Independência do México começaram em 1810, lideradas pelos padres Hidalgo e Morelos, que defendiam mudanças sociais favoráveis à população indígena. Observa-se que essas lutas tinham, em sua origem, um caráter de movimento revolucionário social. Miguel Hidalgo, por exemplo, decretou que os indígenas não seriam obrigados a arrendar suas terras e que elas seriam trabalhadas exclusivamente pelos seus proprietários.

Já José María Morelos apoiou Hidalgo na supressão da escravidão e foi além: defendia a extinção das qualificações discriminatórias entre índios, mulatos e negros, condenando qualquer medida que representasse opressão.

O caráter revolucionário do México assustou não só as elites metropolitanas, mas todos os poderosos da própria colônia. Assim, esses padres foram assassinados, mas a luta pela independência continuou.



O'GORMAN, Juan. *Mural Retábulo da Independência*. 1961. Castelo de Chapultepec. [Detalhe]

Mural que retrata o padre Hidalgo à frente do povo mexicano durante a luta pela independência.

As lutas emancipacionistas chegaram ao seu ápice em 1821, quando o general Iturbide – até então responsável pela contenção às rebeliões separatistas – proclamou o Plano Iguala. Apesar de concretizar a independência mexicana, o plano assegurava os privilégios da Igreja Católica e a proteção à propriedade, favorecendo, assim, os grandes proprietários de terras. A única mudança de fato gerada pela emancipação foi que as riquezas do país não iriam mais para a Espanha, permanecendo agora no México, nas mãos da elite econômica, responsável pelo comando de uma monarquia personificada pelo general Iturbide.

O regime monárquico durou até 1823, quando Iturbide foi forçado a abdicar e a se exilar na Europa, o que levou à implantação da república no México. Assim, a partir daquele ano, o Brasil passou a ser a única monarquia no continente americano.

Argentina

As Províncias Unidas do Prata compreendiam o território onde hoje se situam a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia. Já em 1811, a região iniciou um processo de emancipação fragmentada, pois, naquele ano, o Paraguai tornou-se independente. Logo depois, foi a vez dos argentinos, que, apesar de jurarem fidelidade ao rei espanhol Fernando VII, não toleraram as atitudes absolutistas tomadas pelo monarca após a sua volta ao poder, em 1815. Assim, no Congresso de Tucumã (1816), os argentinos se declararam independentes sob o comando de José de San Martín. Mesmo com a independência argentina, o processo de fragmentação continuou, afinal, poucos anos após a libertação da Argentina, o Brasil anexou a região da Cisplatina, hoje chamada de Uruguai.

A fragmentação do vice-reino do Prata, no entanto, nunca agradou aos argentinos, que sempre mantiveram vivo o sonho de reconstrução da unidade do Prata. Esse posicionamento era paradoxal, porque, até a década de 1860, não havia unidade política interna na Argentina; até então, cabia ao presidente argentino comandar a província de Buenos Aires, que era autônoma. Em cada uma das outras províncias, o poder era exercido por *caudillos*, que se opunham ao governo central.

Confederação da Grã-Colômbia

Em 1819, as elites coloniais do vice-reino de Nova Granada se reuniram no Congresso de Angostura, quando anunciaram o rompimento da região com a metrópole e a criação da Confederação da Grã-Colômbia. Naquele momento, os colonos indicaram Simón Bolívar como o presidente da república ali instalada, e Santander como vice-presidente, que foi, de fato, quem governou, pois Bolívar continuava liderando lutas de independências em outras regiões americanas.

Apesar da emancipação política, os chefes de Estado da recém-formada Grã-Colômbia entraram em divergência, afinal, enquanto Bolívar defendia o unitarismo, por meio de um governo forte e centralizado, Santander apoiava o federalismo, com descentralização do poder. As disputas internas entre os dois grupos foram tantas que, em 1829, a Confederação da Grã-Colômbia iniciou um processo de fragmentação em três países: Colômbia, Equador e Venezuela.

Uruguai

O Uruguai foi incorporado ao território brasileiro em 1820. As pretensões lusas na região eram antigas, pois Portugal desejava o controle sobre a Bacia do Prata. D. João VI, usando o argumento de que sua esposa, Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, da Espanha, era herdeira da região, acabou por anexar a região ao Brasil.

Em 1825, apoiados pela Argentina, que também tinha interesses na região, os uruguaios iniciaram uma guerra para se livrarem do domínio brasileiro. É preciso lembrar que o Brasil, nesse momento, já era independente. A Guerra da Cisplatina (1825-1828), como ficou conhecida, terminou com a intervenção da Inglaterra, que, para não fortalecer um lado ou outro, acabou determinando a criação da República da Banda Oriental do Uruguai, desvinculada do Brasil e também da Argentina.

Cuba

Último país da América Espanhola a se livrar do domínio colonial, Cuba recebeu o apoio dos Estados Unidos para sua independência, contrariando os interesses espanhóis. A justificativa para tal atitude ocorreu em 1898, quando um navio estadunidense, ancorado em Havana, foi misteriosamente queimado. Alguns autores afirmam que os Estados Unidos foram os responsáveis pelo atentado, que serviria como um motivo para o conflito. Esse incidente provocou a Guerra Hispano-Americana, travada entre os Estados Unidos e a Espanha, que acabou sendo derrotada.

Pelo Tratado de Paris (1898), além da Independência de Cuba, os espanhóis reconheciam o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, este está sob tal domínio até hoje. Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que foi incorporada à Constituição cubana. Esse dispositivo concedia a emancipação aos cubanos, mas, ao mesmo tempo, dava ao governo dos EUA o direito de intervir e de construir bases militares no país, e, até hoje, existe uma base militar estadunidense em Cuba, na Baía de Guantánamo.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFJF-MG) A seguir, se encontram descritas diferentes características dos processos de Independência da América Latina e da América do Norte. Sobre esse contexto, leia as afirmativas seguintes.
- I. Nos Estados Unidos, como consequência imediata de seu processo de Independência, ocorreu a abolição da escravidão.
 - II. Em toda a América Espanhola, ocorreu uma aliança entre as elites locais e os setores populares contra os interesses metropolitanos, sem, contudo, produzir mudanças nas formas de governo.
 - III. Na América Portuguesa, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, bem como a abertura dos portos às nações amigas, constituiu-se em importante fator para a crise do sistema colonial.
 - IV. O processo de Independência no Haiti caracterizou-se por uma rebelião escrava, constituindo-se em um singular modelo de luta anticolonial.

Marque a opção correta.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas a I e IV estão corretas.
- D) Apenas a I e III estão corretas.
- E) Apenas a III e IV estão corretas.

02.
K8DE



(FGV-SP) Na Carta da Jamaica, de 1815, [Simon Bolívar] escreveu: "Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela liberdade e glória".

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia.
Oficina de História: história integrada.

- A intenção de uma América Hispânica independente e formando um único país, entre outros motivos, não prevaleceu em razão
- A) de um acordo entre franceses e ingleses, assinado no Congresso de Viena.
 - B) do interesse espanhol em enfraquecer o poderoso vice-reinado da Nova Granada.
 - C) dos fortes e decisivos interesses ingleses, estadunidenses e das próprias elites locais da América.
 - D) da deliberada ação do Brasil, preocupado com a formação de um poderoso Estado na América.
 - E) das tensões entre as elites do México e Peru, que disputavam a hegemonia sobre a América.

03. (UFRGS-RS-2020) Leia o segmento a seguir:

Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da desmobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros). [...] Valiam-se do seu magnetismo pessoal na condução das tropas, que haviam recrutado geralmente nas áreas rurais e mantinham como reses requisitadas em ações guerreiras, seja contra o ainda mal consolidado poder central, seja contra os seus iguais [...].

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

O segmento faz referência a uma categoria que designa os líderes políticos e os chefes militares que, após os movimentos de emancipação da América Espanhola, tornaram-se governantes personalistas de suas nações ou regiões. Assinale a alternativa correta que apresenta essa categoria.

- A) *Chapetones* D) Alcaides
 B) Inconfidentes E) Caudilhos
 C) *Criollos*

04. (UFJF-MG) A respeito do processo de Independência na América Espanhola, é incorreto afirmar:

- A) A invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas levou à reorganização do comércio das colônias, favorecendo a desarticulação do pacto colonial e a implantação de práticas comerciais mais livres.
 B) A Inglaterra ofereceu apoio à Independência das colônias espanholas, pois via na região uma possibilidade de ampliação dos mercados para seus produtos industrializados.
 C) Os índios lutaram contra a Independência e para manutenção do trabalho forçado, pois viam no sistema colonial a única maneira de preservação de suas atividades econômicas.
 D) Os *criollos* pretendiam romper o exclusivo colonial, mas não pretendiam encaminhar uma alteração na estrutura social das colônias.
 E) A emergência de uma revolução liberal na Espanha dificultou o envio de tropas para as colônias, favorecendo o processo de Independência.

05. (UERJ-2018)**Revolta em São Domingos (Haiti)**

DARGENT, Yan. 1860. Xilogravura. Disponível em: <uol.com.br>.

Haiti é um farol elevado sobre as Antilhas, em direção ao qual os escravos e seus senhores, os oprimidos e os opressores, voltam seus olhares.

GRÉGOIRE, Henri. 1824 apud MOREL, M. O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX. *Revista Almanack Braziliense*, n. 2, nov. 2005.

A Revolução Haitiana, iniciada em 1791, causadora da independência daquela região de colonização francesa, gerou repercussões que impactaram tanto as sociedades americanas quanto as europeias. A imagem e o texto exemplificam algumas impressões sobre esse movimento. Indique um aspecto da Revolução Haitiana que a diferenciou dos outros processos de emancipação política de colônias americanas. Em seguida, identifique duas repercussões desse episódio para as sociedades americanas e europeias.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Ibmec-MG) A expansão napoleônica no século XIX influenciou decisivamente vários acontecimentos históricos no período. Dentre esses acontecimentos, podemos destacar

- A) a Independência dos Estados Unidos. Com a atenção da Inglaterra voltada para as batalhas com a marinha napoleônica, os colonos americanos declararam sua independência, vencendo rapidamente os ingleses.
- B) a formação da Santa Aliança, um pacto militar entre Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia que evitou a eclosão de movimentos revolucionários na Europa e impediu a independência das colônias espanholas e inglesas na América.
- C) a Independência do Brasil. Com a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, houve um enfraquecimento da monarquia portuguesa que culminou com as lutas pela independência e o rompimento de D. Pedro I com Portugal.
- D) a Independência das colônias espanholas. Em 1808, a Espanha foi ocupada pelas tropas napoleônicas ao mesmo tempo em que se difundiam os ideais liberais da Revolução Francesa, que inspirou as lutas pela independência.
- E) o Congresso de Viena. A França de Napoleão assinou um pacto com a Áustria, Inglaterra e Rússia cujo objetivo maior era estabelecer uma trégua e reorganizar todo o mapa europeu.

02. (FGV) Cuba começou sua vida política independente com uma organização partidária absolutamente ortodoxa: um partido liberal e um partido conservador. Na realidade, as coisas eram mais complicadas, já que no Partido Liberal se haviam alinhado quase todos aqueles que tinham feito a guerra de independência, enquanto no Partido Conservador haviam convergido os interesses de todos os que até o fim se conservavam favoráveis ao domínio espanhol. Além do mais, os Estados Unidos – libertadores e conquistadores da ilha – continuavam a manter sua tutela e faziam tudo para evitar a vitória dos liberais, dos quais temiam tanto as virtudes quanto os defeitos.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*.

A tutela estadunidense é comprovada

- A) pela exigência dos Estados Unidos de que a conversibilidade da moeda cubana sempre estaria atrelada ao dólar.
- B) pelos acordos econômicos entre Cuba e Estados Unidos que restringiam a exploração do açúcar apenas às empresas norte-americanas.
- C) pela imposição da Emenda Platt à Constituição cubana, que garantia aos Estados Unidos o direito de intervenção no país vizinho.
- D) pela concordância do governo de Cuba de que a sua Marinha fosse comandada pelo almirantado dos Estados Unidos.
- E) pelo preceito constitucional que exigia um alto grau de estatização da economia cubana, especialmente no setor industrial.

03. (UFPR-2020) Considere o texto a seguir:

A emancipação fora conseguida num contexto de violência generalizada, que causara a morte de centenas de milhares de pessoas, em especial na Colômbia, na Venezuela, no México e no Haiti. Os países que sofreram menos baixas foram Brasil, Equador, Paraguai e os da América Central. Os sofrimentos da população foram agravados pelos deslocamentos, como o “êxodo oriental” no Uruguai em 1811 e a fuga em massa dos partidários da Independência do Chile, que tiveram de emigrar de Concepción para Santiago em 1817.

DEL POZO, José. *História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais*. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 41.

Considerando as informações do trecho anterior, os conhecimentos sobre o contexto histórico e os aspectos sociais e políticos da Independência dos países latino-americanos e do Caribe, é correto afirmar:

- A) As políticas liberais que surgiram na década de 1850, no processo de consolidação das independências, favoreceram a aquisição de terras pelas comunidades indígenas.
- B) Líderes políticos como Bolívar e Bernardo O’Higgins, entre outros, passaram a apoiar a Independência do Brasil em 1822, e, sobretudo, incentivaram a instauração do regime monárquico.
- C) A participação das mulheres nos processos de independência assumiu somente o papel atribuído a elas nesse tipo de conflito, como o de preparar comida para as tropas e cuidar dos feridos.
- D) Com o fim dos conflitos, os países emancipados da região saldaram as pesadas dívidas que contraíram com os bancos ingleses.
- E) Somente Cuba e Porto Rico não se emanciparam, permanecendo como colônias espanholas até 1898.

04.
ZUTB



(FGV-RJ) A primeira tentativa de emancipação das antigas colônias espanholas na América foi liderada pelo padre Miguel Hidalgo em 1810. Tal movimentação acabou também combatida por grande parte das elites *criollas* do Vice-reino da Nova Espanha (México e Guatemala) porque

- A) apesar de se apresentar como liderança contra a dominação espanhola, Hidalgo estabeleceu uma série de acordos com as autoridades metropolitanas, o que desagradou setores das elites mexicanas.
- B) profundamente influenciadas pela independência do Haiti, tais setores das elites mexicanas desejavam o aprofundamento das transformações sociais e não apenas a emancipação política.
- C) o projeto de Hidalgo não atendia às reivindicações das populações mestiças, alijadas tanto da administração colonial quanto das estruturas locais de representação.
- D) tais elites da Nova Espanha estavam profundamente influenciadas pelas ideias ilustradas e pela Revolução Francesa e aliaram-se a José Bonaparte, que ocupou o trono espanhol entre 1808 e 1813.
- E) tais elites temeram a implementação de grandes mudanças nas estruturas econômicas e sociais, uma vez que o discurso de Hidalgo incorporara os interesses da população indígena e dos camponeses.

- 05.** (UECE) O Congresso Nacional de Lima, a capital do Peru, situa-se na Praça Bolívar. A principal praça de Bogotá, capital da Colômbia, tem o mesmo nome: Praça Bolívar. A Bolívia recebeu este nome para homenagear Simon Bolívar. Sobre Simón Bolívar, pode-se afirmar corretamente que
- liderou um movimento a favor da independência da América do Sul e idealizou uma unidade continental chamada Gran Colômbia que se desfez em repúblicas.
 - lutou ao lado de José de San Martín, na Argentina, e Bernardo O'Higgins, no Chile, pela libertação desses países do domínio espanhol.
 - foi um revolucionário criador do nacionalismo venezuelano e liderou a Revolução Bolivariana.
 - era um monarquista convicto; por isso, defendeu a centralização do poder, para uma América emancipada.
- 06.** (PUC Rio) Sobre os movimentos de independência ocorridos na América Hispânica nas primeiras décadas do século XIX, estão corretas as afirmações a seguir, à exceção de
- A invasão napoleônica da Espanha em 1808 e a deposição do rei Fernando VII resultaram no estabelecimento de Juntas de Governo locais, tanto na Espanha como na América.
 - A liderança desses movimentos esteve nas mãos da elite *criolla* que, descontente com a política colonial adotada pelos Bourbons desde o final do século XIX, aliou-se aos *chapetones* nessa luta.
 - O ano de 1810 pode ser considerado o ano do início da explosão revolucionária no continente americano, quando os primeiros movimentos de independência manifestaram-se com impressionante rapidez e sincronia.
 - A volta de Fernando VII ao trono da Espanha, em 1814, mudou drasticamente a situação, uma vez que as autoridades régias na América, livres de quaisquer restrições constitucionais, perseguiram e sufocaram a maioria dos movimentos autonomistas.
 - Concretizando o ímpeto revolucionário iniciado em 1810, toda a América Hispânica tornou-se independente até o final da década de 1830, com exceção de Cuba, Filipinas e Porto Rico.
- 07.** (UFMG) O caudilhismo foi um fenômeno político surgido na América Hispânica, na primeira metade do século XIX, a partir da crise do sistema colonial e em meio às guerras de Independência que se seguiram.
- Explique por que a ação dos caudilhos dificultou a consolidação dos Estados Nacionais em vários países hispano-americanos.
 - Explique por que o Brasil, ao contrário do que ocorreu em países da América Hispânica, conseguiu manter sua unidade territorial em meio ao processo de Independência verificado na primeira metade do século XIX.
- 08.** (UNIFESP) A Independência do Brasil, quando comparada com a independência dos demais países da América do Sul, apresenta semelhanças e diferenças. Indique as principais
- semelhanças.
 - diferenças.

SEÇÃO ENEM

- 01.** Após as Independências dos países latino-americanos, a autonomia política foi sendo limitada pela dependência econômica. Na maioria das vezes, a Inglaterra substituiu as antigas metrópoles na exploração econômica, mantendo, com isso, o baixo padrão de vida das camadas populares. Podemos afirmar que essa situação pós-independência da América latina foi fruto do(a)
- descaso das elites nativas em participarem do processo de emancipação política, o que foi feito por uma massa de camponeses sem consciência política.
 - falta de participação política das massas durante o Período Colonial e da ligação comercial das elites nativas ao capital inglês.
 - oposição dos EUA às Independências latino-americanas, o que levou essas jovens nações a buscarem o apoio da Inglaterra.
 - fragmentação territorial da América Espanhola, levando à sua fragilidade, apesar da coalizão dos caudilhos, chefes políticos locais.
 - baixo desenvolvimento econômico do subcontinente, que possuía uma economia baseada somente no extrativismo mineral e animal.

02.

Divisão administrativa	Ano de criação	Regiões atuais
Capitania de Guatemala	1527	Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica
Vice-reino da Nova Espanha	1537	Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Utah, México
Vice-reino do Peru	1543	Peru, parte da Bolívia e parte do Equador
Vice-reino de Nova Granada	1717	Colômbia, Panamá e parte do Equador
Capitania da Venezuela	1773	Venezuela
Vice-reino do Rio da Prata	1776	Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia
Capitania de Cuba	1777	Caribe e Flórida
Capitania de Chile	1778	Chile

A tabela anterior evidencia a divisão política da América Espanhola no contexto da Independência. Entre os vários fatores que justificam essa fragmentação, destaca-se

- a manutenção de um modelo econômico tipicamente colonial após o processo emancipatório.
- a ação das lideranças regionais, conhecidas por caudilhos, que não aceitaram a submissão a qualquer projeto de unificação.
- o apoio dos EUA à Independência, orientado pela Doutrina Monroe e seu projeto da "América para os americanos".
- a interferência brasileira por meio de vários conflitos, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.
- a existência de uma unidade linguística e religiosa que estimulou conflitos e divergências em toda a região.

03. Leia o texto a seguir:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão de obra.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. [Fragmento]

Esse texto retrata o quadro de exploração experimentado historicamente pela América Latina. Diante dessa relação, é possível afirmar que

- A) a América Latina mantém-se como área de exploração das grandes potências mundiais, mas reproduz em escala interna a relação de dominação à qual foi submetida desde o período de colonização europeia.
- B) o processo de Independência dos países da América Latina conferiu, aos mesmos, autonomia para determinarem internamente o melhor processo de relação geopolítica.
- C) a dominação produzida pelos países mais desenvolvidos da América Latina aos países menores da região não pode ser considerada como relação de exploração, como a verificada anteriormente.
- D) o autor se equivoca quando afirma que terra, homens e capacidade de consumo foram explorados no processo de colonização, devido ao fato de serem valores imateriais de uma região.
- E) atualmente a América Latina não pode ser considerada área de exploração, devido ao desenvolvimento verificado em alguns países como o Brasil.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. E 02. C 03. E 04. C
05. Um dos aspectos: levou à criação da primeira República Negra das Américas; o processo de independência foi iniciado por violentas rebeliões escravas; a emancipação política acarretou também o fim da escravidão.
- Dois das repercussões: difusão das ideias liberais; ampliação das críticas à legalidade da escravidão; ocorrência de outras rebeliões escravas nas Antilhas; alterações nos fluxos do tráfico intercontinental de escravizados; crescimento da oposição britânica à continuidade do tráfico de escravizados; difusão do medo em relação à violência de revoltas escravas (haitianismo).

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D 03. E 05. A
02. C 04. E 06. B
- 07.
- A) Os caudilhos, que em muitos casos detinham o poder econômico, político e constituíam a força repressiva em determinadas regiões, colaboraram para a fragmentação da América Hispânica. A defesa de seus interesses foi empecilho para a consolidação das nações latino-americanas.
- B) A transferência da Corte e a manutenção da monarquia portuguesa, após o processo de Independência, aliadas aos interesses de uma elite latifundiária e escravista, garantiram a unidade do território brasileiro.
- 08.
- A) Semelhanças: os processos de independência na América do Sul são resultados em parte da invasão de Napoleão Bonaparte na Espanha e em Portugal, cujas colônias foram obrigadas a se reorganizarem politicamente. De forma similar, em toda América do Sul, repercutiam os movimentos revolucionários da França e dos Estados Unidos, favoráveis ao liberalismo emergente.
- B) Diferenças: Em todos os países da América do Sul, com exceção do Brasil, a independência levou à constituição de repúblicas. Além disso, as colônias espanholas, no processo de independência, foram fragmentadas em federações, ao contrário do Brasil, que manteve a maior parte de seu território unido.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. B 02. B 03. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Ideias Sociais e Políticas do Século XIX

O século XIX foi marcado por grandes transformações de ordem econômica, social, política e ideológica. Serão abordados, agora, os aspectos ideológicos que caracterizaram o século XIX europeu e que deram configuração ao século seguinte.

Um dos grandes debates surgidos no século XIX foi se o avanço tecnológico poderia ou não tornar o homem feliz. Os críticos do capitalismo acreditavam que era possível alcançar a felicidade desde que fosse em uma outra ordem econômica. No entanto, apesar de serem críticos do capitalismo, tais pensadores propuseram ideologias que muitas vezes divergiam entre si.

SOCIALISMO UTÓPICO

Os primeiros socialistas apresentavam críticas aos efeitos sociais negativos do capitalismo, propondo a realização de diversas reformas e melhorias nesse sistema. Esses pensadores acreditavam que a via pacífica seria suficiente para a transição do capitalismo para um sistema mais igualitário e justo, com diminuição das jornadas de trabalho e melhorias na condição de vida do proletariado. Esses socialistas foram intitulados “utópicos” e “românticos” por Karl Marx, que criticava a visão reformista dos mesmos e acreditava que a superação dos problemas estruturais do sistema capitalista só ocorreria com uma revolução proletária.

Principais socialistas e suas ideias

Charles Fourier (1772-1837)

Fourier defendia a criação de falanstérios, que funcionariam como cooperativas em que produtores (industriais e agrícolas) e trabalhadores produziram juntos. Cada um ganharia conforme a sua participação, ou seja, os trabalhadores receberiam menos. Para ele, a função dos falanstérios não era distribuir riquezas igualmente entre os homens, mas sim propiciar que cada um produzisse o que quisesse e, com isso, os homens seriam mais felizes. O projeto de Fourier acabou sendo prejudicado pela falta de financiamento dos burgueses, que possuíam uma ótica de produção voltada para o lucro máximo, mesmo que explorassem os trabalhadores para atingir tal objetivo.

Louis Blanc (1811-1882)

De origem francesa, Blanc propunha a criação de oficinas nacionais ou sociais, também conhecidas como *ateliers*, nas quais todos os trabalhadores de um mesmo setor se uniriam para produzir juntos. O objetivo principal era conseguir melhor preço para os produtos e enfrentar a concorrência dos produtos ingleses, que levavam vantagem sobre os franceses. Em 1848, durante a Revolução que derrubou o rei francês Luís Filipe, a burguesia criou os *ateliers* buscando o apoio do proletariado. Mas, assim que os burgueses assumiram de fato o poder, fecharam as oficinas.

Robert Owen (1771-1858)

Empresário, filho de artesãos, Owen construiu creches para os filhos dos seus empregados, diminuiu a jornada de trabalho nas suas empresas e dividiu os lucros com os funcionários, entre outras medidas. Robert Owen – também conhecido como “Patrão Esclarecido” – chegou a criar uma empresa nos Estados Unidos e entregou o controle aos operários. Acreditava, ao fazer isso, que outros empresários o seguiriam e assim mudariam o mundo. Como agiu sozinho, enfrentando a oposição dos outros industriais, Owen viu as suas empresas, dentre elas a estadunidense New Harmony, falirem.



BATE, F. *New Harmony*. 1838. Gravura, 34,6 x 20,7 cm. Londres.

Representação da New Harmony, indústria idealizada por Robert Owen nos Estados Unidos.

Saint-Simon (1760-1825)

Nobre francês, Saint-Simon propunha uma sociedade na qual não haveria ociosos e nem exploração de um homem sobre o outro. Defendia a associação dos produtores, combinando propriedade privada com planejamento centralizado, projeto que contestava o liberalismo econômico vigente até então.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Considerado por Marx como um socialista utópico, Proudhon defendia a destruição do Estado, da Igreja e da propriedade privada, que, para ele, seria um roubo. Esse posicionamento extremista fez Proudhon ser considerado um dos pais da doutrina anarquista, inspirando teóricos como Peter Kropotkin e Mikhail Bakunin.

SOCIALISMO CIENTÍFICO

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) também criticaram o capitalismo, mas, diferentemente de seus antecessores, propuseram um sistema, criado com base em análises históricas, que visava à substituição do capitalismo. O conjunto de ideias defendido por Marx e Engels ficou conhecido como marxismo.

A primeira grande obra dos dois foi o *Manifesto Comunista* de 1848, mas a principal obra veio somente em 1867, *O Capital*. Para eles, a transformação da sociedade se daria pela via revolucionária, com a derrubada do capitalismo pela classe proletária. Podemos sintetizar o marxismo em quatro teorias fundamentais: a luta de classes, o materialismo histórico, o materialismo dialético e a mais-valia.



Dr. Bernd Gross / Creative Commons

Monumento erguido em Berlim, Alemanha, em homenagem a Marx e Engels.

Teoria da luta de classes

Segundo Marx e Engels, “a história da humanidade é a história das lutas de classes”, ou seja, toda sociedade sofre transformações devido aos conflitos existentes no seu interior. Dessa forma, sempre existiria uma classe dominante e outra dominada: a primeira quer aumentar cada vez mais seu domínio, e a segunda quer sair da condição de dominada. No capitalismo, o grupo dominante é a burguesia e o dominado é o proletariado.

Ainda de acordo com a ideologia marxista, a grande contradição existente no capitalismo é que, para que haja um desenvolvimento cada vez maior desse sistema, o proletariado deve ser cada vez mais explorado. Tal imposição, apesar de parecer benéfica aos capitalistas, geraria uma revolução proletária, por meio da qual os operários tomariam o poder e os meios de produção.

Teoria do materialismo histórico

De acordo com a teoria marxista, toda sociedade é determinada pelo seu modo de produção. A economia é a infraestrutura que sustenta a sociedade. Já a política, a religião, a ciência e a cultura representam a superestrutura que se apoia na economia. Assim, o modo de produção de cada período histórico seria o fator responsável por ditar as características de toda a sociedade. Entre os modos de produção registrados pela história, Marx enfatizou o escravista, o feudal e o capitalista.

Teoria do materialismo dialético

Ao afirmarem que “todo sistema já traz em si os germes da sua destruição”, Marx e Engels dão a entender que os mesmos elementos que levam um sistema a crescer e a se desenvolver também contribuem para o seu declínio. O capitalismo se assenta na exploração do capitalista sobre o proletariado, e é justamente essa exploração que vai criar as condições para a revolução proletária. Segundo Marx e Engels, quanto mais o capitalismo cresce, mais aumenta a exploração da burguesia sobre o proletariado e, quando o capitalismo chegar ao seu auge, atingirá o máximo da exploração. Como o proletariado não terá praticamente nada a perder a não ser os seus grilhões, haverá a revolução que vai derrubar o capitalismo e implantar uma nova ordem, a socialista.

Teoria da mais-valia

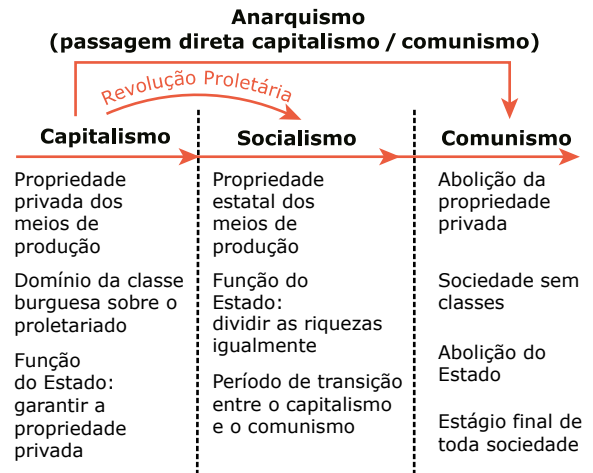
O marxismo defende a ideia de que o proletário vende sua força de trabalho, mas produz um excedente que é apropriado pelo capitalista. Tal ideologia tem as suas origens no pensamento de David Ricardo, que afirma ser o valor de uma mercadoria determinado pelo trabalho embutido nela. Portanto, se o operário produz, deveria ficar com o resultado da venda, afinal, ele produz com o seu trabalho mais do que recebe. Tal excedente é denominado mais-valia.

Segundo a análise marxista, seria necessária a conscientização do proletariado quanto à exploração da mais-valia. Quando os trabalhadores assumissem tal consciência, portanto, seria o momento ideal para a realização da revolução proletária já prevista pelas outras teorias. A burguesia seria derrubada do poder e os meios de produção passariam para as mãos do Estado, que distribuiria as riquezas igualmente. Essa fase de socialização das riquezas foi denominada de socialismo.

Quando as riquezas estivessem distribuídas de forma igualitária, a sociedade entraria na fase comunista. Nessa última fase, não haveria Estado, propriedade privada ou classes sociais. Para o marxismo, toda sociedade caminha para o comunismo, que é o estágio final e desejável para as sociedades humanas.

O socialismo marxista teve uma enorme influência na política e no movimento operário mundial. A Revolução Russa de 1917, por exemplo, teve inspiração marxista e contribuiu, após a Segunda Guerra, para a expansão do regime socialista pelo mundo.

Apesar das semelhanças iniciais, a forma de atingir esse objetivo é controversa entre as duas ideologias. Para o marxismo, a construção do comunismo passa pela fase de transição, o socialismo. Já o anarquismo, contrário ao Estado – existente na fase socialista –, defende a passagem direta do capitalismo ao comunismo. Observe o esquema a seguir, que diferencia o anarquismo do marxismo:



ANARQUISMO

O anarquismo – representado por Peter Kropotkin (1842-1921) e Mikhail Bakunin (1814-1876) – defendia a abolição de toda espécie de autoridade. Para os anarquistas, os homens somente devem estar submetidos à natureza, ao bom senso e ao senso comum. A sociedade seria organizada em comunidades de autoabastecimento, em que as trocas não teriam fins lucrativos. Ainda de acordo com os anarquistas, todo Estado é opressor, devendo ser, portanto, abolido, assim como a propriedade privada e as classes sociais. Em outras palavras, o objetivo final do anarquismo e do marxismo é o mesmo.



Nadar / Domínio Público

Mikhail Bakunin, um dos idealizadores do anarquismo.

Surgiu, paralelamente ao anarquismo, a teoria do anarcossindicalismo, que defende os sindicatos como meios de educação ideológica do operário. Os anarquistas se opuseram a essa adaptação por negarem toda espécie de estrutura hierárquica, inclusive os sindicatos. Assim, o que os diferencia é que os anarcossindicalistas viam uma funcionalidade nos sindicatos, responsáveis por educar o trabalhador para a posterior implantação da sociedade anárquica. Apesar das diferenças, essas duas vertentes tiveram forte influência no movimento operário brasileiro, na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX.

CRISTIANISMO SOCIAL OU SOCIALISMO CRISTÃO

Percebendo os avanços de movimentos sociais que questionavam as estruturas vigentes e, com isso, temendo perder adeptos, a Igreja Católica passou a se posicionar em relação a tais problemas. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em uma tentativa de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho. O documento condenava o capitalismo selvagem, no qual os capitalistas exploravam desmedidamente os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, também condenava o socialismo marxista, por seu caráter ateu e materialista, considerando-o pecado.

Para a Igreja Católica, era possível existir uma variação do capitalismo sem a exploração exagerada, desde que o patrão controlasse sua ânsia excessiva pelo lucro e o trabalhador, sua natural insubordinação contra “aqueles que o alimentavam”. Na verdade, a Igreja, por meio da *Rerum Novarum*, continuava a adotar um posicionamento neutro diante dos grandes debates da sociedade.

A *Rerum Novarum* foi a inspiração para outros posicionamentos da Igreja, como *Quadragesimo Anno* (1931), do papa Pio XI; *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII; e *Populorum Progressio* (1967) e *Humanae Vitae* (1968), de Paulo VI.

LIBERALISMO E DEMOCRACIA

Apesar de ser propagado ainda no século XVIII pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, o liberalismo – em âmbito político ou mesmo econômico – também teve uma grande importância para o ideário dos indivíduos do século XIX. O liberalismo, no entanto, não deve ser confundido com os ideais democráticos, pois os primeiros liberais pregavam a limitação do poder real, mas não a participação democrática de todos os homens na política. Para eles, as massas incultas, consideradas inexperientes e mesmo selvagens, não tinham capacidade de se organizar politicamente e de atuar como agentes transformadores da sociedade.

Assim, por terem sido lideradas pela burguesia liberal, as revoluções liberais do século XIX não efetivaram mudanças estruturais profundas na sociedade europeia. Foi comum, naquele período, portanto, a adoção de regimes políticos que protegessem a propriedade privada e, principalmente, adotassem o sistema de voto censitário, restringindo a participação política àqueles homens mais abastados.

Mesmo se opondo à democracia, a ideologia liberal favoreceu o surgimento e a ascensão desta, posteriormente. Os ideais de igualdade jurídica e política, de liberdade de expressão e do fim dos privilégios sociais, defendidos pelos iluministas, serviram de inspiração para o aumento das reivindicações das massas. Assim, no decorrer do século XIX e principalmente no início do século XX, os trabalhadores de vários países europeus conquistaram o sufrágio universal masculino, além de melhores condições de trabalho e maiores salários. Tais conquistas só foram possíveis por meio de muitas lutas e, principalmente, de concessões por parte da alta burguesia, que, estrategicamente, passou a fazer pequenas concessões de caráter democrático no intuito de evitar rupturas mais traumáticas, como uma revolução proletária, por exemplo.

ROMANTISMO

Apesar de o Romantismo também ter surgido no final do século XVIII, ele influenciou fortemente a cultura europeia no início do século XIX. Os românticos eram conhecidos por discordarem dos iluministas e, ao contrário de valorizar a razão, como faziam os ilustrados, ressaltavam os sentimentos como os principais elementos para a vida de um homem e, logo, para a sociedade. A essência do Romantismo foi bem representada na obra de John Keats, que escreveu: “Oh! Uma vida de sensações é muito melhor que uma só de pensamentos”.

A fala de Keats também revela outra característica do Romantismo: a valorização do “eu interior”, elemento explorado como força primitiva e fonte de inspiração criativa do homem. Esse “eu interior”, tão admirado pelo Romantismo, foi reinterpretado posteriormente e denominado de inconsciente por Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, um dos principais expoentes influenciados pelo pensamento romântico.

Os regimes fascistas surgidos no século XX também se basearam na exaltação dos sentimentos e no desprezo pelo racionalismo para construir sua base de apoio das massas. Deve-se ressaltar, entretanto, que os românticos possuíam um enorme respeito pela individualidade humana, contrariando o nacionalismo exacerbado e racial do nazismo, por exemplo. Dessa forma, não se pode dizer que o pensamento romântico foi o responsável pelo sentimento racista e belicista surgido na Alemanha no início do século XX.



WAPPERS, Egide Charles Gustave. *Dias de Setembro de 1830*. 1835. Óleo sobre tela, 444 x 660 cm. Museu Reais de Belas Artes da Bélgica.

A tela retrata as lutas que compuseram a revolução liberal belga de 1830. Assim, é possível afirmar que o Romantismo foi contemporâneo ao nacionalismo e ao liberalismo europeu do século XIX e esteve associado ideologicamente a eles.

As divergências entre os ilustrados e os românticos também passavam pela interpretação que ambos faziam sobre a Idade Média. Enquanto os iluministas a consideravam uma idade de trevas, mitos e superstições religiosas, os românticos consideravam-na rica em heróis, mistérios e emoções. Para os românticos, a história era dotada da alma e dos sentimentos dos indivíduos que haviam participado da sua construção. Assim, cada período histórico, mesmo o Medieval, seria um momento dotado de mitos e de características culturais próprias, o que o tornaria portador de heranças distintas e necessárias para a composição do ideário humano.

Por fim, os românticos, assim como os socialistas, foram importantes críticos do capitalismo industrial, que, segundo eles, apesar de gerar um grande desenvolvimento tecnológico, acarretava uma subordinação do indivíduo aos interesses do capital e, por isso, era um dos piores males do novo século que se iniciava.

NACIONALISMO

O nacionalismo está relacionado a símbolos como bandeira, língua, cultura, tradição, etc. Esses elementos criam a identidade de um grupo de pessoas que partilham de um sentimento de união, apesar de suas diferenças. A essência do nacionalismo – que ganhou enorme força durante o século XIX – pôde ser percebida ainda no início da Idade Moderna, quando houve a consolidação da maioria dos Estados Nacionais europeus e, logo, a implantação de línguas, bandeiras e culturas comuns nos novos Estados unificados.

A disseminação do nacionalismo no século XIX pode ser atribuída principalmente à atitude de Napoleão Bonaparte. Ainda no início do século, o imperador francês promoveu invasões em diversas partes do continente europeu, exaltando sempre os ideais da Revolução Francesa. Assim, grande parte dos povos que foram submetidos ao Império Napoleônico passou a se apropriar de princípios como a soberania e a cidadania buscando se desvincular econômica, política e racialmente do domínio francês. Os maiores exemplos da ideologia nacionalista do século XIX foram materializados pelas unificações da Itália e da Alemanha, processos que aumentaram ainda mais a rivalidade entre os Estados Nacionais europeus e resultaram em diversos conflitos armados, como a Primeira Guerra Mundial.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01.** (Unit-AL) Nesse contexto, a leitura [...] do Estado é que esse é essencialmente classista, ou seja, representante de uma classe e não da sociedade em sua totalidade, como afirmavam os Contratualistas. “[...] o poder político do Estado representativo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. O Estado seria originário da necessidade de um grupo, ou classe social, manter seu domínio econômico a partir de um domínio político sobre outros grupos ou classes. Segundo [...], “toda classe que aspira à dominação [...] deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento”. É por isso que as ideias dominantes de uma época [...] são as ideias dos grupos dominantes.

PARA ENTENDER... 2016.

O conceito de Estado, exposto no texto, reflete o pensamento

- A) liberal.
- B) socialista utópico.
- C) anarquista.
- D) socialista cristão.
- E) marxista.

- 02.** (UESPI) O capitalismo se propagou em busca de mercados e de novas técnicas de produção. No entanto, o progresso desejado não atingia a todos e provocava desigualdades. Uma crítica radical ao capitalismo se expressou na obra de Marx, que
- A) renovou a concepção econômica da época, negando todos os princípios defendidos pelos economistas clássicos e fisiocratas.
 - B) formulou propostas de revoluções sociais, que lembram as teses anarquistas mais comuns no movimento bolchevique.
 - C) definiu utopias importantes para resolver as questões da desigualdade social, adotadas, com coerência, pelo socialismo no século XX.
 - D) acusou a existência de exploração do trabalho humano, que trazia dificuldades sociais para a maioria da população.
 - E) defendeu a organização da classe operária em sindicatos urbanos com a finalidade de constituir seus movimentos de reivindicação.



EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 03.** (ESPM-SP) Em conjunto com as grandes transformações econômicas, políticas e sociais do século XIX, surgiram doutrinas e correntes ideológicas. Uma delas foi o anarquismo, que pregava
- o respeito à propriedade privada, o controle demográfico e a observância da lei natural da oferta e da procura.
 - a revolução socialista, o controle do Estado pela ditadura do proletariado, o comunismo.
 - a erradicação do Estado, das classes, das instituições e tradições visando à imediata instalação do comunismo.
 - a necessidade de um contrato entre os governados e o Estado, o imperativo da moral e do bem comum como fundamentos do poder político.
 - a religião como instrumento de reforma e justiça social, além da formação de comunidades coletivistas.

- 04.** (UECE) Leia com atenção o texto a seguir:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

Baseado no texto, assinale a afirmação verdadeira.

- A história não é construída pelos homens porque ela é pré-definida pelo destino.
 - A história permite perceber que a realidade depende unicamente das escolhas dos homens.
 - A história é feita pelos homens dentro de condicionamentos herdados do passado.
 - A história não é feita pelo passado e sim pelas circunstâncias das escolhas.
- 05.** (UDESC) Sobre os movimentos sociais, sobretudo na Europa, formados na segunda metade do século XIX, assinale a alternativa correta.
- Problemas sociais como mão de obra barata numerosa e jornada de trabalho de até dezesseis horas por dia indicavam a necessidade de organização e a criação de entidades como associações de ajuda mútua e sindicatos.
 - Os anarquistas foram vitoriosos em quase todas suas iniciativas de organização, e a maior expressão disso foi a formação do Estado Franco-Prussiano.
 - Os movimentos sociais do período buscaram melhorar as relações tranquilas que patrões e operários mantinham nas fábricas.
 - O trabalho infantil e a exploração da mão de obra não pertenciam mais à realidade europeia no período.
 - Os sindicatos criados no período receberam imediato apoio dos patrões, preocupados com a condição de vida de todos.

- 01.** (PUC-SP) No século XIX, o desenvolvimento socialmente desigual da sociedade capitalista liberal deu origem à "questão social". Para resolvê-la, surgiram então
- o socialismo utópico e reformista (de Fourier e outros), que pretendia reconstruir a sociedade a partir de um plano ideal, igualitário e justo;
 - o catolicismo social, preocupado com a defesa da justiça social ameaçada pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista;
 - o socialismo científico de Marx e Engels, baseado no materialismo histórico e dialético, que propunha uma sociedade sem classes;
 - o Movimento Cartista, vitorioso na Inglaterra (1838-1842), que preconizava o anarcossindicalismo.

Assinale se estão corretas apenas

- | | | |
|--------------|-----------------|----------------|
| A) I e II. | C) III e IV. | E) I, II e IV. |
| B) II e III. | D) I, II e III. | |

- 02.** (UFRGS-RS) Leia a descrição que segue:

A doutrina, nascida na França, baseava-se na ideia de que era preciso "reformular conservando" e nos lemas "os mortos governam os vivos" e "ordem e progresso". No Brasil, exerceu influência especialmente nas escolas militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e na Faculdade de Direito do Recife. Também influenciou militares e civis que defendiam a abolição da escravatura, a promulgação de uma república laica e a incorporação do trabalhador à sociedade moderna.

Essa descrição refere-se à doutrina

- ultramontana.
 - liberal.
 - proudhoniana.
 - positivista.
 - marxista.
- 03.** (UFPE) O século XIX foi cenário de movimentos políticos que criticaram o capitalismo. Pensadores como Karl Marx defenderam alternativas políticas diferentes e formularam utopias. Sobre as ideias de Marx, podemos afirmar que elas
- ressaltaram a necessidade política de fazer reformas no capitalismo, contudo, sem grandes radicalizações.
 - restringiram-se ao mundo europeu e ao catolicismo da época, marcados pelo conservadorismo.
 - denunciaram, de forma apaixonada, as injustiças sociais e políticas do capitalismo, sem construir utopias.
 - sofreram influências de algumas ideias do liberalismo, embora construíssem outra concepção de mundo.
 - fortaleceram a crítica à classe dominante, sem, contudo, oferecer alternativas políticas para mudar.

04.
DH08

(FGV-RJ) O direito ao sufrágio torna-se, na viragem do século, o eixo principal da luta feminista. Para as radicais não se trata apenas de um princípio de igualdade, mas de uma condição *sine qua non* da realização dos direitos na vida privada e pública. Para as moderadas, o sufrágio permanece um objetivo longínquo; ele será a coroação de seus esforços: devem merecê-lo graças a uma melhor formação e dar as suas provas por meio de um trabalho de utilidade pública.

KÄPPELI, A.-M. Cenas feministas. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Dir.) *História das Mulheres*. O século XIX. Trad. Porto: Afrontamento, 1994. p. 556.

Os movimentos feministas, no final do século XIX,

- possuíam como objetivo o estabelecimento de cotas de participação de mulheres nas atividades públicas nos países europeus.
- conseguiram a equiparação com os homens no que diz respeito ao direito de voto em todos os países europeus até o final do século XIX.
- tinham como objetivo o direito de voto mesmo que, para as mais moderadas, não fosse uma conquista a ser obtida imediatamente.
- obtiveram o direito ao trabalho para as mulheres e para as crianças nas fábricas e em outros serviços urbanos oferecidos nos países da Europa.
- mantiveram-se isolados e independentes dos movimentos socialistas e anarquistas do período.

05. (UECE) Nacionalismo é o sentimento que une as pessoas de uma nação em busca de objetivos comuns. Esses elementos ganharam muita importância a partir do século XIX, com as revoluções liberais e a consolidação da burguesia no poder, pois representavam uma forma de organização diferente daquela do Antigo Regime.

DIVALTE. *História*. São Paulo: Ática, 2003. p. 248

Entre as revoluções a que o texto se refere é correto afirmar que, nas de 1848, a grande novidade das revoluções ficou por conta

- da organização do cartismo, movimento de massa voltado para a democratização e conquista da igualdade de direitos para os trabalhadores.
- do Congresso de Viena que procurou imprimir um novo rumo nos destinos dos trabalhadores, ao adotar os princípios pré-revolucionários.
- da entrada em cena do socialismo, conjunto de ideias defendidas por instituições e pessoas que agiam como representantes dos trabalhadores.
- dos movimentos em defesa das reivindicações dos trabalhadores que queriam o fim dos laços de servidão e o acesso à terra aos camponeses.
- da capacidade de mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos e da vitória dos partidos comunistas nas eleições europeias.

06.
6L73

(Unit-AL-2018) Todos os dias, na atmosfera esfumada e grave do bairro operário, o apito da fábrica lançava aos ares o seu grito estrídulo. Então, criaturas toscas, com os músculos ainda fatigados, saíam rapidamente das pequenas casas pardacentas e corriam como baratas assustadas.

Na fria meia luz, iam pela rua estreita em direção aos altos muros da fábrica que os esperava implacável e cujos inúmeros olhos quadrados, amarelos e viscosos iluminavam a calçada lamacenta. A lama estalava sob os seus pés. Vozes estremunhadas ressoavam com roucas exclamações; pragas cortavam o ar; e uma onda de ruídos vagos acolhia os operários: a pesada traquinada das máquinas, o regougar do vapor. Sombrias e mal encaradas como sentinelas, as altas chaminés negras perfilavam-se acima do bairro, semelhantes a grossos bastões. [...] A fábrica absorvia o dia, as máquinas sugavam nos músculos dos homens todas as forças de que elas precisavam. O dia fora riscado do cômputo da vida, sem deixar vestígios; o homem tinha dado mais um passo para o túmulo, sem disso se aperceber; mas podia entregar-se ao gozo do descanso, aos prazeres da sórdida taverna, e estava satisfeito.

TODOS OS DIAS... 2017.

O processo de industrialização trouxe um enorme desenvolvimento da técnica e da ciência, contudo esteve relacionado, também, com o aparecimento da questão social. A questão social, por seu lado, contribuiu para o surgimento do

- liberalismo, que atendeu aos interesses do proletariado, ao defender, a partir do movimento iluminista, o sufrágio universal e secreto.
- socialismo utópico, que pregou a ação direta através da luta armada para a destruição do capitalismo e da propriedade privada.
- socialismo científico, que defendeu o fortalecimento dos sindicatos e o processo de tomada do poder pela via eleitoral.
- catolicismo social, que buscou extinguir o capitalismo, coibindo o excesso da exploração capitalista e contendo o avanço das ideias socialistas.
- anarquismo, que pretendeu a abolição da propriedade privada paralela à supressão do Estado, considerado a origem dos males sociais.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política.

In: MARX, K. ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (Adaptação).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que

- o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

02. (Enem)

Texto I

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (adaptado).

Texto II

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. *Dicionário de Sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005 (Adaptação).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- A) Liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada – Conflituosa, exemplificada pela luta de classes.
- B) Heterogênea, favorável à propriedade privada – Consensual, sob o controle de classes com interesses comuns.
- C) Igualitária, baseada na filantropia – Complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas.
- D) Compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam – Individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses.
- E) Libertária, em defesa da razão humana – Contraditória, na qual vigora o estado de natureza.

03. (Enem) Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria? Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem? Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. Os homens da Inglaterra apud HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada

- A) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.
- B) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.
- C) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.
- D) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.
- E) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Aprendizagem

- 01. E
- 02. D
- 03. C
- 04. C

Propostos

- 01. D
- 02. D
- 03. D
- 04. C

Seção Enem

- 01. B
- 02. A
- 03. E

Meu aproveitamento

Acertei _____ Errei _____

- 05. A

Acertei _____ Errei _____

- 05. C
- 06. E

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Unificação Italiana, Alemã e Comuna de Paris

Para se entender o processo de unificação da Itália e o da Alemanha, é necessário analisar a configuração geopolítica da Europa já no início do século XIX, tendo como base as decisões tomadas pelo Congresso de Viena (1814-1815). O princípio de compensações utilizado durante esse Congresso definia que as grandes potências que derrotaram Napoleão, libertando a Europa, deveriam receber uma recompensa em contrapartida. A Áustria, governada pelos Habsburgo, era uma dessas potências, cabendo-lhe os territórios italianos da Veneza e Lombardia e, ainda, o direito de indicar os governantes dos estados italianos de Módena, Parma e Toscana. O único estado que manteve a sua autonomia na Península Itálica foi o reino de Piemonte-Sardenha, situado ao norte. Já entre os estados alemães, foi formada a Confederação Germânica, composta inicialmente de 38 estados associados e presidida politicamente pela Áustria. Para que houvesse de fato uma unificação entre os estados itálicos ou germânicos seria necessário, portanto, eliminar a influência austríaca daquelas respectivas regiões.

Devido à hegemônica força política e militar do Império Austríaco, tanto o processo de unificação da Itália quanto o da Alemanha ocorreram somente no século XIX e foram marcados por conflitos internos e externos. É importante ressaltar que, após o Congresso de Viena, estabeleceu-se relativa paz no continente europeu. Assim, os principais conflitos ocorridos na Europa, no período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, foram as guerras decorrentes das unificações e a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Outro ponto a se ressaltar é que as duas unificações foram processos elitistas e, logo, nada democráticos. O povo, colocado à margem dos processos, assistiu à burguesia italiana do norte e à aristocracia prussiana liderarem, respectivamente, as unificações na Itália e na Alemanha. Além da participação das elites nos projetos centralizadores, dois estados independentes – Piemonte, no caso italiano, e Prússia, no caso alemão – tiveram grande influência na condução dos novos governos.

Devido à condução desse processo coordenado, vários historiadores consideram que a Itália e a Alemanha até hoje guardam claras heranças dos estados que as originaram e, por isso, podem ser consideradas extensões de Piemonte e da Prússia, respectivamente.

Ao final do século XIX, os dois países – que até então eram compostos de vários estados sem unidade – encontravam-se em acelerado desenvolvimento, afinal, as mesmas elites que patrocinaram a centralização política de ambos os Estados passaram a comandá-los politicamente. Assim, itálicos e germânicos passaram a concorrer com as grandes potências da época, Inglaterra e França, provocando o fim do equilíbrio europeu. Por esse motivo, as unificações foram responsáveis pela exacerbação dos nacionalismos europeus que levaram à Primeira Guerra Mundial.

UNIFICAÇÃO ITALIANA

Desde o contexto das revoluções liberais, no século XIX, os reinos da Península Itálica já demonstravam o desejo de promover um processo de unificação. Naquele momento, Giuseppe Mazzini, à frente da sua instituição – Jovem Itália –, comandou uma insurreição em prol da unificação. O projeto de Mazzini incluía as massas italianas, acreditando que a unificação emanaria das camadas populares.

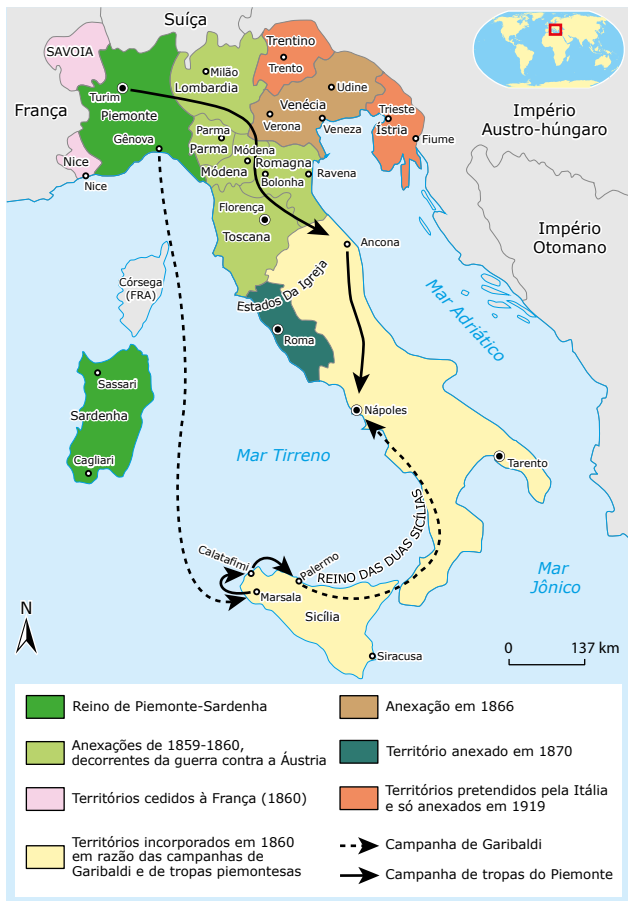
A proposta democrática de Mazzini não agradava às elites da região. Visando enfraquecer aquele movimento, elas dividiram os rebeldes, apoiando outra proposta de unificação, que deveria ocorrer sob a tutela de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha, o único reino independente do norte da Península.

Dessa forma, coube a Camilo de Cavour, primeiro-ministro de Vítor Emanuel II e defensor da causa monárquica, a responsabilidade pelo início do processo de unificação. Uma das justificativas para a liderança de Piemonte-Sardenha no processo de unificação era a riqueza desse reino, que contrastava com o caráter agrário dos estados do sul da Península. Apesar de serem vistos como os líderes ideais do processo de unificação, os piemonteses tinham como grande obstáculo para esse processo a hegemonia da Áustria, que, desde o Congresso de Viena, dominava diversos estados itálicos.

Percebendo as dificuldades que enfrentaria, Cavour passou a buscar aliados no continente europeu, afinal, a Áustria era uma potência militar. Assim, a França, que desejava enfraquecer o Império Austríaco e, logo, aumentar a sua zona de influência na Europa, prontificou-se a apoiar a causa da unificação, desde que, em troca, recebesse as regiões de Nice e Savoia. Com o apoio das tropas de Napoleão III, Cavour pôde, enfim, travar uma guerra contra a Áustria, que foi derrotada pelas tropas francesas e piemontesas em 1859.

Ainda naquele ano, como sanção à derrota na guerra, a Áustria foi punida com a perda de Lombardia, Toscana, Romagna, Parma e Módena, regiões anexadas ao reino de Piemonte. As regiões de Savoia e Nice também se libertaram do domínio austríaco e, conforme havia sido acertado, passaram para o controle dos franceses. A exceção foi a região de Venécia, que, apesar de também estar no norte da Península Itálica, continuou subordinada ao Império Austríaco.

Fases do processo de unificação da Itália



SERRYN, Pierre; BLASSELLE, René. *Atlas Bordas géographique et historique*. Paris: Bordas, 1996.

Diante da vitória das tropas unificadoras, diversas outras regiões da Península Itálica, como os Estados Pontifícios, que também se encontravam subordinadas a outras nações, organizaram revoltas buscando a sua libertação. Essa expansão das revoltas, no entanto, não interessava aos católicos franceses, pois temiam pela integridade do poder do papa, que até então governava o centro da Península. Assim, a ala católica conservadora francesa pressionou Napoleão III a retirar o seu apoio a Piemonte-Sardenha, o que de fato ocorreu.

Se, ao norte, o reino de Piemonte foi o grande responsável pela libertação de diversos estados, no sul, destacou-se a figura de Giuseppe Garibaldi, revolucionário republicano que havia lutado na Farroupilha, no Sul do Brasil, e que, comandando mil homens, os Camisas Vermelhas, invadiu o Reino das Duas Sicílias e o de Nápoles em 1860. Devido ao seu caráter republicano, Garibaldi não concordava com o processo de unificação comandado pelo reino de Piemonte. Ao mesmo tempo, ele também sabia que os sulistas não eram fortes o bastante para liderarem a unificação. Diante dessa situação, Garibaldi acabou se retirando das lutas para não atrapalhar o processo iniciado por Piemonte-Sardenha, entregando, assim, as regiões conquistadas ao sul para serem integradas às conquistas piemontesas.



As três eras do grande general Giuseppe Garibaldi, campeão da causa italiana (Romagna e Veneto, 1848, Sicília 1860 Lombardia 1859). Séc. XIX. Bolonha. Museu Cívico do Risorgimento. Autor desconhecido.

Em 1866, enquanto ocorria a Guerra Austro-Prussiana, conflito que fez parte do processo de unificação da Alemanha, os italianos aproveitaram-se das derrotas austríacas para conquistar Venécia. Assim, a Áustria, tendo de enfrentar dois inimigos, em duas frentes de batalhas, acabou derrotada em ambos os conflitos e, logo, foi obrigada a ceder Venécia aos italianos.

No final da década de 1860, portanto, foi criado um Estado unificado, com as suas fronteiras bem definidas no norte e no sul da Península Itálica, sendo que os Estados Pontifícios, protegidos por Napoleão III e situados na região central, impediam a completa unificação italiana.

Foi necessário o início da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, para que os italianos, aproveitando-se do enfraquecimento francês, conquistassem os Estados papais. Vale ressaltar que, naquele momento, a França estava sendo derrotada pelos prussianos, por isso, retirou suas tropas da Itália.

Como o chefe da Igreja Católica e os seus domínios ficaram desprotegidos, as tropas piemontesas não hesitaram e, naquele mesmo ano, asseguraram a conquista dos territórios sob domínio do papa. Estava praticamente completo, portanto, o processo de unificação da Itália, apesar de pequenas regiões no norte italiano – Trieste e Trentino, regiões conhecidas como Itália Irredenta – continuarem sob domínio austríaco até o final da Primeira Guerra, quando foram, então, entregues aos italianos.

Também no século XX, foi resolvido o conflito gerado entre a Igreja Católica e o Estado italiano, conhecido como Questão Romana. O processo de unificação italiana havia desagradado ao papa, que se declarou um prisioneiro dos italianos. A solução, em 1929, veio com o Tratado de Latrão, pelo qual Mussolini, primeiro-ministro da Itália fascista, desejando o apoio da Igreja, criou o Estado do Vaticano, indenizou a Igreja pelos territórios perdidos e instituiu o Ensino Religioso nas escolas italianas.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ

A Confederação Germânica, ratificada pelo Congresso de Viena, era uma entidade política formada por estados alemães e submetida ao controle político da Áustria. Assim como no caso italiano, em 1849, após as revoluções liberais que se alastraram pela Europa, houve uma fracassada tentativa de eliminar o domínio austríaco na região e de promover a unificação. O fracasso do movimento ocorreu devido ao poderio bélico austríaco e também à atuação das elites germânicas, que, percebendo a participação de operários no processo revolucionário, abandonaram o projeto unificador e criaram meios de facilitar a repressão por parte do Império Austríaco.

Apesar da repressão ao movimento de unificação na primeira metade do século XIX, o projeto de libertar e unificar os estados subordinados aos austríacos não foi abandonado. Nesse sentido, conforme o desejo das elites germânicas, a unificação alemã foi arquitetada por Otto von Bismarck, primeiro-ministro da Prússia e também representante dos *junkers*, grandes proprietários de terras que defendiam o uso da força para a construção do Estado Nacional alemão. Antes de concretizar a sua hegemonia sobre os estados germânicos, no entanto, os prussianos deveriam eliminar por completo a influência austríaca que era exercida na região.



Ludwig Knaus / Domínio Público

KNAUS, Ludwig. *Retrato do Chanceler Fürst Otto von Bismarck*. Data indefinida. Óleo no painel, 20,1 x 29,6 cm.

O primeiro passo nesse processo foi a instituição da *Zollverein* (1818), uma tentativa de unificar a economia dos estados germânicos e a da Prússia. O acordo estabelecia uma união aduaneira entre as regiões, o que facilitaria a circulação de seus produtos em toda a Alemanha. Assim, se a Áustria exercia um domínio político sobre os estados germânicos, a partir da criação da *Zollverein*, cabia à Prússia controlar a economia da Confederação, o que gerou uma grande insatisfação por parte dos austríacos.

Além da eliminação das barreiras alfandegárias no comércio entre a Confederação Germânica e a Prússia, esta procurou, principalmente sob o comando de Bismarck, organizar um grande Exército que pudesse fazer frente às forças que se mostrassem contrárias ao projeto unificador. Pode-se afirmar, portanto, que a unificação alemã, assim como a italiana, foi concretizada por meio de diversas guerras, que serão detalhadas a seguir.

Guerra dos Ducados (1864) – Interessadas nos ducados de Schleswig e Holstein, até então vinculados à Dinamarca, a Áustria e a Prússia deixaram suas diferenças de lado para expandirem suas respectivas zonas de influência. Dessa forma, as duas forças se uniram contra a Dinamarca, que não tinha condições de resistir à investida. Conforme havia sido previamente combinado, após a derrota dos dinamarqueses na Guerra dos Ducados, os prussianos ficaram com o controle de Schleswig e aos austríacos coube o controle do ducado de Holstein.

É importante ressaltar que, apesar da união entre a Áustria e a Prússia em uma guerra contra a Dinamarca, o objetivo de Bismarck era realizar um confronto militar com o Império Austríaco, já que a Confederação Germânica continuava politicamente vinculada aos austríacos.

Fases do processo de unificação da Alemanha



Guerra Austro-Prussiana (1866) – Logo após a Guerra dos Ducados, Bismarck alegou que o Império Austríaco havia descumprido o acordo de divisão dos ducados, pois estaria realizando uma má gestão no ducado de Holstein. Esse, no entanto, era apenas um pretexto para iniciar um conflito com os austríacos, que, de fato, ocorreu em 1866. No momento em que a Guerra Austro-Prussiana se iniciou, a Itália, interessada em domínios austríacos, aliou-se à Prússia, favorecendo a derrota do Império Austríaco em poucas semanas.

Após a vitória dos prussianos, estes puderam, enfim, eliminar a influência austríaca na região alemã e, assim, criar a Confederação Germânica do Norte, reunindo não só economicamente, como previa a *Zollverein*, mas também politicamente vários estados que, a partir de então, foram integrados aos domínios da Prússia.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) – Diante da concretização do projeto unificador alemão, a França, temendo a perda de seu prestígio no continente europeu, manifestou-se contrária à continuidade do processo liderado pela Prússia. Através do seu imperador, Napoleão III, os franceses enviaram diversas cartas ao *kaiser* prussiano, Guilherme I, ameaçando-o quanto às possíveis sanções caso o projeto de unificação fosse levado à frente.

Com medo da represália francesa, em uma de suas cartas, Guilherme respondeu a Napoleão, alegando que não pretendia unificar toda a Alemanha. Bismarck, no entanto, não era favorável à postura pacificadora tomada pelo *kaiser* prussiano, por isso alterou o conteúdo da carta, fazendo com que esta passasse a ter um tom ameaçador e ofensivo a todo o povo francês. Além de alterar o conteúdo do documento, Bismarck ainda fez com que a carta fosse divulgada pela imprensa, o que tornou o conflito entre a França e a Prússia inevitável.

Como se pode perceber, o objetivo do primeiro-ministro prussiano era eliminar a resistência francesa à unificação alemã, além de fomentar o nacionalismo e unir todos os estados alemães em torno de um inimigo em comum, o que de fato conseguiu. Em aproximadamente seis meses, a França foi derrotada pela união dos alemães e Guilherme I foi coroado imperador de toda a Alemanha, em pleno Palácio de Versalhes, em território francês.

A França, por sua vez, pelo Tratado de Frankfurt, foi obrigada a entregar Alsácia e Lorena para os alemães, regiões ricas em minério de ferro e carvão. A conquista dessas regiões, em 1871, significou a finalização do processo de unificação da Alemanha e contribuiu para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, para os franceses, como tiveram de passar a importar minério de ferro e carvão, a perda dessas regiões acabou criando um forte sentimento de revanche, fator que, em partes, foi responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial logo no início do século XX.



Representação do brasão da Prússia em 1871. Nas asas da águia negra, é possível ler o nome de alguns estados germânicos anexados pelos prussianos.

REFLEXOS NA EUROPA

Itália e Alemanha, após suas unificações, passaram por um intenso processo de industrialização e entraram na corrida imperialista disputando mercados com a Inglaterra e com a França, até então as grandes potências da Europa. O equilíbrio de forças na Europa se alterou e os conflitos tornaram-se latentes. A rivalidade entre os países europeus contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra, afinal, além do revanchismo francês gerado pela perda da Alsácia e da Lorena, as nações alemã e italiana entraram atrasadas na corrida imperialista e acabaram, para atender seus interesses, formando uma aliança militar, que foi um dos elementos responsáveis pela deflagração do conflito.

REFLEXOS NO BRASIL

Com as guerras de unificação, o número de pessoas fugindo dos conflitos aumentou. Assim, o fluxo de imigrantes, majoritariamente italianos e alemães, para o Brasil se intensificou, aumentando a oferta de mão de obra, principalmente na cafeicultura. Essa imigração resolveu o problema brasileiro da carência de mão de obra, uma vez que a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibia o tráfico negreiro justamente no momento em que a cafeicultura passava por uma fase de expansão devido ao aumento da demanda no mercado externo.

A expansão do café para o Oeste Paulista, por volta da segunda metade do século XIX, levou os cafeicultores da região a buscarem o trabalho assalariado, representado, principalmente, pelo imigrante europeu. Além disso, o governo brasileiro incentivava a vinda desses imigrantes, com base na crença da superioridade europeia, tão em voga no Velho Continente durante o século XIX.

As elites brasileiras acreditavam que o negro era inferior e despreparado para o trabalho na indústria, já que o trabalhador europeu tinha experiência nesse ofício.

Vale ressaltar que os imigrantes europeus não só atuaram na agroexportação, mas também na indústria. Esses trabalhadores dispunham de experiência nas lutas trabalhistas, impulsionando o movimento operário brasileiro. Os imigrantes, além disso, contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira em várias áreas, como alimentação, cultura, técnicas agrícolas e capitais para o desenvolvimento industrial.

COMUNA DE PARIS (1871)

Quando a França se envolveu na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, Napoleão III foi para a frente de batalha, imaginando que a sua presença aumentaria o fervor militar de seus soldados, que sofriam sucessivas derrotas para o Exército prussiano, mais bem preparado que o francês. A vitória esperada, no entanto, não aconteceu, e, assim, Napoleão III tornou-se prisioneiro dos prussianos após a Batalha de Sedan. Naquele momento, o imperador francês foi obrigado a assinar a rendição do seu país, decisão que não foi aceita pela população francesa em geral. Diante do impasse instalado no país, o Legislativo da França, que até então auxiliava o rei, organizou-se e proclamou uma república na França, conhecida também como Terceira República Francesa.

Essa república, liderada por Thiers, insistiu em manter a soberania francesa e, para isso, manteve as suas tropas na guerra. Mesmo com os esforços empregados pelo novo governo diante dos prussianos, as tropas não resistiram e voltaram a sofrer sucessivas derrotas. Temendo uma rebelião ainda maior, o governo republicano optou pelo mesmo caminho de Napoleão III, ou seja, assinar a rendição, reconhecendo a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana.

Se a atitude dos governistas republicanos assemelhou-se à do imperador deposto, as consequências sofridas pelo regime foram as mesmas e, em 1871, diante do fiasco das tentativas de defesa, as massas de Paris, lideradas por anarquistas e, principalmente, por comunistas, revoltaram-se e tomaram o controle da cidade. Milícias populares formaram-se e foi implantada a gestão operária em várias fábricas durante o período em que a chamada Comuna de Paris comandou as ações da capital francesa.

Durante esse curto período de aproximadamente 72 dias, apesar das evidentes conquistas operárias, houve também uma indecisão entre os *communards*, revolucionários que comandavam o movimento, pois, enquanto alguns achavam que era necessário criar uma aliança com a burguesia, outros defendiam a ideia da luta isolada do povo, sem o auxílio burguês.



Autor desconhecido / Domínio Público

Barricada montada pelos communards em Paris.

Aproveitando a indecisão dos *communards*, as elites parisienses, que haviam sido prejudicadas pela Comuna e temiam a realização de reformas ainda mais profundas, aliaram-se aos prussianos para acabar com a revolta. Assim, a aliança formada entre a alta burguesia francesa e as tropas prussianas derrotou a Comuna através de batalhas que resultaram na morte de milhares de franceses e também na detenção de vários outros. Apesar da aparente derrota do movimento de tendência comunista e anarquista, é importante ressaltar que a Comuna de Paris foi uma das primeiras experiências de governo popular da modernidade, chegando a inspirar Lênin, revolucionário russo de 1917.



Comuna de Paris

Assista a um vídeo que apresenta detalhes da Comuna de Paris. Entenda as razões e as consequências desse movimento.

AO HÔTEL DE VILLE!

Texto I

Atores e atrizes de Paris, pouco tempo depois de acabado o confronto entre versalheses e communards, eram convidados a encenar os principais episódios da Comuna. Cenas de massas em que os "vilões" eram os communards. Para que essas encenações? Para tirar fotos, a arte então em moda em Paris. E de muitas dessas fotos hoje não é possível dizer com certeza se correspondem à realidade ou a uma reconstrução "mitológica". Bem, essa linha difusa de separação, a encontramos permanentemente presente em tudo o que diz respeito à Comuna. Mas ela não parece ser apenas esse tênue fiapo com que se mantêm juntas a reconstrução fotográfica e a realidade. É, na verdade, produto radical de uma transfiguração do espaço histórico que permite que uma guerra entre nações vá se deslizando passo a passo em direção a uma guerra civil. Não há história da Comuna se não se faz a história dessa transfiguração.

No entanto, não são essas as linhas historiográficas mais frequentes. Os historiadores da "nação francesa" veem a Comuna como um momentâneo desvio de rota, uma excrescência originada na derrota francesa às mãos de Bismarck. Basta uma rápida consulta a Seignobos para exemplificar esse modelo de tratamento. Por sua parte, os historiadores do "movimento operário" – aqui, por exemplo, bastaria uma não menos rápida pesquisa nos volumes escritos por Édouard Deolléans – interpretam-na como um ensaio vigoroso, talvez prematuro, da primeira caminhada revolucionária dos movimentos operários europeus, cheia de ensinamentos para os movimentos sociais posteriores. Não é sustentável, porém, a ideia de que a Comuna surge em um momento de "descuido" da nação em guerra exterior, como também não é convincente o elo rígido que a une aos movimentos revolucionários contemporâneos. Nem uma "exceção", nem uma "necessidade"; ou, dito de melhor forma, ela parece ter muito de "necessária" aí onde os historiadores tradicionais a veem como um assalto inesperado e fora de qualquer regra, e parece ter muito de descuido e de "excepcionalidade" aí onde os historiadores dos movimentos trabalhistas a veem como o anúncio inexorável, apenas um pouco corrigível e modelável, que pede e reproduz infinita e linearmente seus herdeiros. Se essas nuances são válidas, elas justificarão este livro e seu duplo distanciamento (por diferentes razões) a respeito das duas grandes abordagens que, contemporâneas à própria Comuna, vêm nos dizendo uma ou outra vez como sonharam, como lutaram e como morreram os homens que ocuparam o Hôtel de Ville durante março, abril e maio de 1871.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114-115. [Fragmento]

Texto II

Na Paris sitiada, a lógica da guerra civil.

Quando chega a Paris a notícia de Sedan – Bonaparte III e o marechal Mac Mahon presos pelos prussianos –, os deputados republicanos, reunidos no Palais Bourbon, a velha sede do Legislativo, não duvidam. Era preciso não deixar escapar essa oportunidade única que lhes oferecia a marcha da guerra. É domingo em Paris e se proclama a República. Estamos a 4 de setembro de 1870. Dúvidas e hesitações. Onde proclamá-la? Uma voz, muitas vozes: "Ao Hôtel de Ville!" A partir de então, os acontecimentos terão como epicentro o edifício da municipalidade de Paris, antiga construção de linhas renascentistas, muito severas, datada de meados do século XVI. Sempre associado às insurreições urbanas, o velho prédio cairá com a Comuna, menos de um ano depois, entre as chamas de um fantástico incêndio. Entre gritos esparsos de "Vive la Commune" – um presságio – começa sua marcha à República, em mãos de um governo de defesa nacional, cuja tarefa principal será a de prosseguir a guerra que o Império tinha começado com tão pouco êxito. Diz-se "defesa nacional" como no século seguinte se dirá "resistência".

Todos estão de acordo quanto a isso.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 30-31. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UECE) O Movimento das Nacionalidades traz em si a concepção de nacionalismo e reafirma os princípios liberais aplicados à ideia de nação. Ao ressaltar eles étnicos, linguísticos e culturais, criam o arcabouço ideológico de algumas unificações europeias. Dos países unificados, no século XIX, destacam-se
- A) a Itália e a Alemanha. C) a Áustria e a França.
B) a Rússia e a Inglaterra. D) a Prússia e a Suíça.



(UFV-MG) A expressão *Risorgimento* designa o conjunto de movimentos heterogêneos que desejaram a unificação da Itália no século XIX. A vertente vitoriosa que promoveu a unificação da Itália foi

- A) o projeto republicano de Giuseppe Mazzini, que criou o movimento Jovem Itália.
B) o movimento popular e secreto dos Carbonários, que defendeu a instituição de um Estado unitário e laico, contra a influência da Igreja e do Império Austríaco.
C) o papado, que defendeu a instituição de uma monarquia teocrática com sede no Vaticano.
D) o movimento liderado pelo reino do Piemonte-Sardenha, que adotou uma monarquia constitucional laica e favoreceu a industrialização.

- 03.** (UEL-PR) As unificações italiana e alemã alteraram profundamente o quadro político da Europa no século XIX, rearticulando um equilíbrio de forças que resultaria na
- A) Primeira Guerra Mundial.
B) Revolução dos Cravos.
C) Guerra Civil Espanhola.
D) Revolta dos Cipaios.
E) Segunda Guerra Mundial.

- 04.** (Cesgranrio) Os movimentos nacionais, na Alemanha e na Itália, na 2ª metade do século XIX, além das diferenças políticas, têm como objetivo a
- A) unidade política e econômica como requisito para o desenvolvimento capitalista através do fortalecimento do Estado e da integração geográfica dos mercados.
B) independência econômica frente à intervenção econômica inglesa com a manutenção de estruturas de produção medievais.
C) valorização do arianismo como instrumento de recuperação do homem germânico e italiano e criador do "espaço vital".
D) construção de um Estado forte inspirado nos modelos orientais como base política para a recuperação da posição que Itália e Alemanha haviam ocupado no final do século XVIII.
E) manutenção de uma política de proteção territorial contra os interesses franceses, resultantes da expansão napoleônica, assentados numa perspectiva política conservadora.

- 05.** (PUC Minas) No processo de unificação da Itália de meados do século XIX, destacam-se, exceto
- A) A preocupação da burguesia em evitar qualquer aliança com a massa camponesa.
B) A permanência de um sistema oligárquico que garante os interesses dos grandes proprietários da terra.
C) A ação dos liberais moderados, liderado por Cavour, para impedir as tentativas revolucionárias.
D) A obtenção da unidade através do alargamento do estado piemontês e não de um movimento nacional.
E) O papel decisivo dos movimentos populares para a concretização da unidade italiana.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFRGS-RS) Leia os itens a seguir que se referem a possíveis resultados imediatos da guerra Franco-Prussiana de 1870.

- I. A ocupação imperialista da Argélia pela França.
II. A fundação da Internacional pelos nacional-socialistas da Áustria.
III. O fim do II Império Francês de Luís Bonaparte e a instauração do II *Reich*.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I. D) Apenas I e III.
B) Apenas II. E) I, II e III.
C) Apenas III.



(Cesgranrio) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre o processo de unificação da Alemanha (1871) e da Itália (1870).

- A) Na Itália, a proclamação da República por Giuseppe Garibaldi, líder do movimento carbonário e republicano, estabilizou economicamente o país, permitindo a fixação das fronteiras internacionais italianas e sua unificação interna.
B) Na Itália, com o apoio do papa Pio IX, o movimento unificador difundiu-se a partir da cidade de Roma, sendo contrário aos interesses econômicos da burguesia do Piemonte e do norte do país.
C) Na Alemanha, Bismarck implementou a unificação com a ajuda econômica e militar do Império Austríaco, opondo-se à política separatista da Prússia de Guilherme I.
D) A criação da União Alfandegária (*Zollverein*) entre os estados alemães desenvolveu a industrialização e a economia da Confederação Germânica, culminando na unificação política com a criação do Segundo *Reich* (Império) Alemão.
E) Ambos os processos unificadores resultaram da derrota dos movimentos nacionalistas locais frente à reação das forças monárquicas reunidas pelo Congresso de Viena.

- 03.** (UECE) As unificações alemã e italiana, em 1860 / 1871, aconteceram, segundo os historiadores, a partir da chamada "via prussiana". Isso significa que
- foram realizadas de cima para baixo, isto é, a partir de uma aliança entre a burguesia e a aristocracia.
 - as mudanças ocorridas naqueles países correspondiam às expectativas plenas dos trabalhadores.
 - as mudanças foram feitas de baixo para cima, isto é, a partir de uma aliança entre setores populares e setores intelectuais da classe média.
 - as transformações políticas na Itália e na Alemanha se verificaram a partir de intervenções de potências estrangeiras, especialmente da Prússia.

- 04.** (UEG-GO) Quem saberá dizer quantos comunardos foram mortos durante a luta? Milhares foram massacrados posteriormente [...]. Esta era a vingança do "povo respeitável". Daquele momento em diante, um rio de sangue correu entre os trabalhadores de Paris e as "classes melhores". E daí em diante também os revolucionários sociais aprenderam o que os esperava se não conseguissem manter o poder.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 234.

No trecho citado, o historiador inglês Eric Hosbsbawn descreve as consequências sofridas pelos participantes da Comuna de Paris, ocorrida em 1871. Esse levante popular que cercou e estabeleceu um governo de inspiração jacobina na capital francesa foi resultado imediato

- da derrota francesa para o exército prussiano e das notícias do aprisionamento de Napoleão III em setembro de 1870.
 - da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, inspirada nas ideias de Karl Marx e Frederick Engels, em setembro de 1864.
 - do resultado das eleições para a Assembleia Nacional, que elegeu em sua maioria deputados ligados aos pequenos proprietários rurais.
 - do enfraquecimento político dos remanescentes do Antigo Regime que ainda ocupavam cargos públicos importantes na administração de Paris.
- 05.** (FGV) A unidade italiana – o processo de constituição de um Estado único para o país – conserva o sistema oligárquico [...] Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*, 1985. p. 40-42.

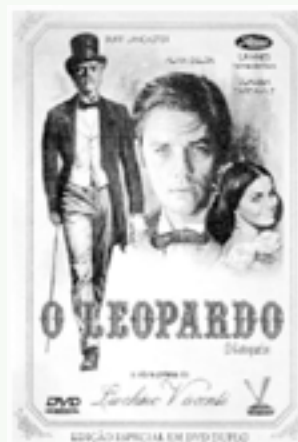
Fizemos a Itália; agora, precisamos fazer os italianos.

D'AZEGLIO, Massimo apud HOBBSBAWN, E. J. *A era do capital*, 1977. p. 108.

A partir dos textos, é correto afirmar que

- apesar de ter nascido antes da nação, o Estado italiano, unificado em 1871, representou os interesses dos não proprietários, o que implicou a defesa de mudanças revolucionárias, que tornaram o Estado não autoritário e permitiram a emergência do sentimento nacional, já fortificado pelas guerras de unificação.
- o Estado italiano, nascido em 1848, na luta da alta burguesia do norte pelo poder, representava os interesses liberais, isto é, a unidade do país como um alargamento do Estado piemontês, na defesa da pequena propriedade e do voto universal, condições para a consolidação do sentimento nacional que cria os italianos.
- em 1848, a criação do Estado italiano, pela burguesia do Reino das Duas Sicílias, foi uma vitória do liberalismo, pois a estrutura fundiária, baseada na grande propriedade, e a exclusão política dos não proprietários permaneceram, encorajando os valores nacionais, condição para diminuir as diferenças regionais.
- em 1871, o processo de unificação e o sentimento nacional estavam intimamente ligados, na medida em que a classe proprietária do centro da península, vitoriosa na guerra contra a Áustria, absorveu os valores populares nacionais, o que legitimou a formação do Estado autoritário, defensor das desigualdades regionais.
- o Estado italiano nasceu antes da nação, em 1871, como uma construção artificial, frágil e autoritária da alta burguesia do norte, cujos interesses de dominação excluíram as mudanças revolucionárias e atrasaram a emergência do sentimento nacional, ainda estranho para a grande maioria das diferentes regiões da península.

- 06.** (UERJ-2017)



Disponível em: <adorocinema.com>.

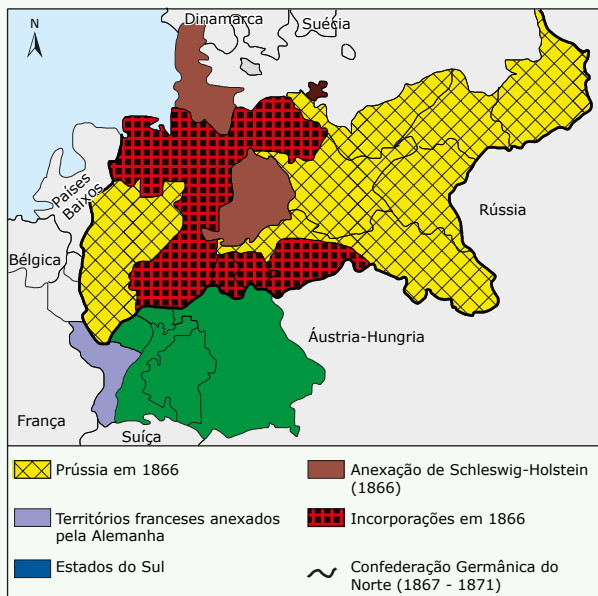
O *Leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, publicado postumamente e popularizado pelo cineasta italiano Luchino Visconti, narra a decadência da nobreza e a ascensão de uma nova classe na Itália do final do século XIX, endinheirada, destituída de sangue azul, mas ávida para comprá-lo. A astúcia do aristocrata Tancredi o levou a perceber a necessidade de sobrevivência numa nova realidade. Em uma de suas falas, ele diz: "Se nós não estivermos presentes [na unificação], eles aprontam a República. Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui claro?".

Disponível em: <revistabula.com> (Adaptação).

A frase do personagem Tancredi no filme *O Leopardo* sintetiza a postura da nobreza italiana em meio ao processo de unificação nacional na década de 1860. Apresente uma característica da unificação italiana que justifique a frase do personagem. Aponte, ainda, um efeito socioeconômico dessa unificação para o continente americano.

07. (UEMA) A ação da Prússia na condução do processo de unificação da Alemanha foi eficaz e, conforme pode ser observado na legenda do mapa ao lado, cronologicamente rápida. A anexação dos territórios que pertenciam à Dinamarca, ao Império Austro-húngaro e à França, todavia, só foi viabilizada por meio de intensos conflitos militares que, embora tenham ocorrido no século XIX, foram de fundamental importância para a definição das alianças que se enfrentaram na I Guerra Mundial (1914-1918).

Mapa da Unificação da Alemanha



PEDRO, Antonio et al. *História sempre presente*. São Paulo: FTD, 2010. v. 3.

Com base no mapa da Unificação Alemã, explique o conflito territorial envolvendo França e Alemanha, presente na Guerra Franco-Prussiana e na I Guerra Mundial.

SEÇÃO ENEM

01. A História possui rupturas e permanências, em que determinados processos se assemelham e, alguns até se repetem. Dentro da história europeia, é possível observar permanências durante o longo processo de construção de nacionalidade da Alemanha e na atual tentativa de promover a unificação europeia.

Podemos considerar como pontos comuns a esses dois momentos distintos da Europa:

- Nos dois momentos, há a presença de uma economia forte que pretende se expandir a partir de uma unificação econômica.
- Nos dois momentos, os objetivos principais foram atingidos a partir de um conflito armado de grandes proporções.
- A Inglaterra assumiu a liderança nos dois momentos citados, devido à sua visão cosmopolita da sociedade europeia.
- A eliminação da xenofobia foi um elemento que garantiu o sucesso das unificações nos momentos citados.
- A rivalidade entre França e Alemanha atrasou tanto a unificação alemã quanto a formação da União Europeia.

02. A unificação da Itália foi dificultada pelo controle que o Império Austro-Húngaro exercia em alguns estados do norte da Itália e pela presença de estados sob o controle do papado. Dessa forma, a centralização política foi viabilizada graças

- à presença de um estado livre e independente, o Piemonte-Sardenha, que liderou esse processo.
- ao fortalecimento do papado, que desejava criar uma unidade religiosa na Itália, região de influência protestante.
- à liderança de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte, ferrenho defensor do republicanismo.
- ao grande desenvolvimento econômico do sul, desenvolvido industrialmente, que liderou a unificação.
- ao apoio dado à Itália pela França, que desejava ter um aliado católico, na Europa, para se opor à Inglaterra anglicana.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. D
- 03. A
- 04. A
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. A
- 04. A
- 05. E
- 06. A unificação italiana foi um processo liderado pelo reino da Sardenha-Piemonte, que tinha como objetivo retirar do território italiano a influência austro-húngara. Para tanto, o processo de unificação foi comandado pela elite sem participação popular e adotou uma monarquia constitucional. Muitos italianos, das classes populares, sobretudo camponeses pobres, emigraram para a América em busca de melhores condições de vida e tentando escapar dos conflitos sociais.
- 07. A Guerra Franco-Prussiana ocorreu nos anos de 1870 e 1871 e pode ser entendida como uma das etapas finais do processo de unificação da Alemanha. Tratava-se de uma guerra para garantir a força política dos estados nacionais envolvidos. A guerra terminou com a vitória do Império Alemão e com a assinatura do Tratado de Frankfurt, que confirmava a anexação da Alsácia e Lorena, regiões ricas em minério e carvão, a indenização de 5 bilhões de francos, a serem pagos pela França como reparação as perdas sofridas pela Prússia. Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador do Segundo Reich no Salão de Espelhos do Palácio de Versalhes, o que foi considerado uma humilhação para os franceses. A anexação da Alsácia e Lorena pelos alemães gerou na França um forte sentimento de revanchismo, sendo uma das causas da Primeira Guerra Mundial.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Estados Unidos no Século XIX

O século XIX foi importante para a história dos Estados Unidos, pois foi o momento de sua expansão territorial e de seu desenvolvimento econômico e bélico, o que fez com que se transformassem em um dos maiores países do mundo. No início daquele século, já era propagada a doutrina do **Destino Manifesto**, segundo o qual os Estados Unidos haviam recebido de Deus a missão de levar o desenvolvimento a toda a América, favorecendo, assim, a postura imperialista do país.

Data do século XIX também a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1812-1815). Naquele contexto, a Inglaterra, envolvida nas guerras napoleônicas, passou a apreender navios e a utilizar suas tripulações nos navios de guerra ingleses. Como existiam embarcações estadunidenses entre as apreendidas pelos ingleses, houve um embate diplomático entre as duas nações, o que acabou culminando em um conflito entre a Inglaterra e a sua ex-colônia. Uma vez que os Estados Unidos não estavam envolvidos em outros conflitos, estes venceram a guerra, consolidando de uma vez por todas a independência das Treze Colônias.

Após a queda de Napoleão em 1815, os países europeus procuraram retomar o domínio sobre as ex-colônias já emancipadas ou em luta pela emancipação. Diante da possibilidade de intervenção europeia na América, o então presidente, James Monroe, fez um discurso alegando que qualquer tentativa de recolonização seria considerada um ataque aos Estados Unidos, dando origem à **Doutrina Monroe**, cuja tese fundamental baseava-se no lema “a América para os americanos”. É importante ressaltar que, ao utilizarem essa frase, os estadunidenses defendiam não só o interesse dos colonos americanos que buscavam sua soberania, mas também os seus próprios interesses, no intuito de exercer um domínio hegemônico sobre o continente americano.

EXPANSÃO TERRITORIAL

A expansão territorial dos Estados Unidos relaciona-se com sua expansão imperialista e com o Destino Manifesto. Inicialmente, o país se restringia ao território das antigas Treze Colônias, e, por isso, a conquista do Oeste significaria expansão de mercado e aquisição de novas terras para o cultivo de monoculturas de exportação ou agricultura para o mercado interno.

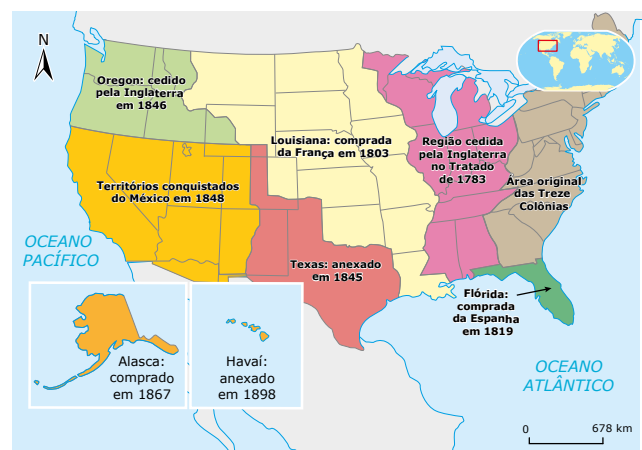
Dando início ao projeto expansionista, os estadunidenses, em 1803, compraram do imperador francês Napoleão Bonaparte, que estava em guerra contra a Inglaterra, o território de Louisiana, por 15 milhões de dólares. Em 1819, foi a vez da compra da Flórida, que pertencia à Espanha, favorecendo, assim, o acesso às Antilhas.

O número enorme de colonos no México levou à Independência do Texas em 1836. Em 1845, para impedir a influência da Inglaterra e da França, os Estados Unidos, com a anuência da própria população local, anexaram o Texas.

As aspirações expansionistas se voltaram, então, para o México, onde o Texas – pertencente ao território mexicano, mas ocupado por um grande número de estadunidenses – declarou-se independente. Os EUA, interessados em obter acesso ao Pacífico, anexaram a região iniciando a Guerra do México. Ao fim do conflito, com a vitória dos EUA, foi assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, pelo qual o México reconheceu a perda do Texas, Novo México, Arizona, Colorado e Alta Califórnia, totalizando cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, nos quais, posteriormente, foram descobertas jazidas de ouro.

Em 1867, os Estados Unidos compraram o Alasca da Rússia, ampliando, assim, a sua produção de petróleo, uma vez que o estado é um grande produtor petrolífero.

Formação territorial dos EUA



A partir da segunda metade do século XIX, vários homens partiram para o Oeste, porção pouco habitada e vista como uma terra sem leis. As regiões mais procuradas eram Califórnia, Colorado e Nevada, que, juntas, tinham uma população que não ultrapassava 400 000 pessoas. Além de apresentar a possibilidade de extração aurífera – o que proporcionou a corrida do ouro e, logo, a obtenção de uma renda *per capita* elevada –, essa região favorecia a caça de animais, como o castor e o bisão, o cultivo da cana-de-açúcar e de algodão, a pecuária e o comércio.

A expansão para o Oeste significou conflitos com os nativos que, com base no Destino Manifesto, eram considerados inferiores aos estadunidenses. Nesse sentido, a Marcha para o Oeste significou a expulsão dos indígenas de suas terras, por meio da demarcação de pequenos territórios, e a morte de milhares de indígenas que habitavam a região.

Mesmo após a grande expansão territorial garantida pelos Estados Unidos durante o século XIX, estes continuaram expandindo suas fronteiras, exercendo um forte imperialismo, principalmente na América do Norte e na América Central. Apesar de o México ter sido o mais prejudicado territorialmente, devido à sua proximidade com os Estados Unidos, outras nações, como Cuba e Porto Rico, sofreram intervenções militares por parte dos estadunidenses, que, principalmente no final do século XIX, adotaram essa tática militar para viabilizar seus interesses econômicos. Essa política de intervenção, que afetou toda a América e favoreceu o imperialismo estadunidense, ficou conhecida como **Big Stick** ("grande porrete", em português).



2UUG

A conquista do Oeste

A expansão para o Oeste pelos Estados Unidos reconfigurou completamente o que naquele momento eram apenas ex-colônias inglesas. Assista à videoaula para acompanhar esse processo.

GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)

A Guerra Civil americana, também conhecida como Guerra de Secessão, foi um dos eventos mais importantes da história dos Estados Unidos, pois, apesar de ter deixado um saldo de mais de seiscentos mil mortos e de ter destruído grande parte da produção de algodão do sul, o conflito contribuiu para o avanço das forças produtivas capitalistas no país. Para compreender melhor o conflito deflagrado no século XIX, entretanto, é necessário remontar o contexto do século XVIII, quando as divergências internas entre os estadunidenses estavam latentes. Mesmo com a vitória dos colonos nas lutas pela emancipação em 1776, a realidade do país ainda era muito heterogênea. O norte, mais voltado às atividades industriais, e o sul, majoritariamente agrário, divergiam em várias questões, criando um ambiente propício à eclosão de uma guerra civil.

Algumas questões foram fundamentais para o início da Guerra de Secessão. A primeira delas foi a **questão alfandegária**: o norte advogava a favor do protecionismo alfandegário com o objetivo de evitar a concorrência estrangeira aos seus produtos industrializados. Já o sul estava a favor da diminuição das barreiras alfandegárias, pois era consumidor e queria estimular a concorrência, diminuindo os preços finais dos produtos industrializados. Diante do impasse gerado, o governo estadunidense buscou amenizar a situação por meio da adoção de tarifas alfandegárias moderadas, e estas seriam aumentadas gradativamente a cada ano. Mesmo com a intervenção do governo, a situação continuou não sendo favorável nem ao norte nem ao sul, o que fomentou ainda mais a animosidade entre esses dois lados.

O segundo impasse interno entre os estadunidenses girava em torno da **questão escravista**: o norte visava à expansão do mercado consumidor interno para os seus produtos, por isso, defendia a abolição da escravidão e, logo, a adoção do trabalho assalariado.

Posto que nos estados do sul a economia era agroexportadora e a mão de obra predominante formada por escravos negros, os sulistas eram contrários à abolição, o que caracterizou mais um conflito de interesses.

Como as leis eram criadas pelo Congresso dos Estados Unidos, formado por representantes do norte e do sul, surgiu um novo problema: a **questão da expansão para o Oeste**. À medida que as terras do Oeste eram incorporadas aos Estados Unidos e ocupadas, elas se tornavam estados. Havia, então, a preocupação, por parte do norte e do sul, se esses novos estados seriam abolicionistas ou escravistas. A fim de manter o equilíbrio, um dos mecanismos adotados foi o Acordo do Missouri (1820), determinando que todo estado surgido acima do paralelo de 36° 30' deveria ser abolicionista, e os estados surgidos abaixo desse paralelo deveriam ser escravistas. Como esse paralelo corta o território dos Estados Unidos quase ao meio, pretendia-se, com isso, manter a harmonia entre abolicionistas e escravistas no Congresso.

Apesar dessa tentativa, em 1849, a Califórnia, estado abaixo do paralelo, pediu a sua entrada na União como estado abolicionista, e o pedido foi aprovado pelo Congresso. Em 1850, o debate sobre a adoção ou não do trabalho escravo no Novo México mostrou a fragilidade do Acordo do Missouri. Diante dos precedentes abertos, portanto, o governo instituiu o Compromisso de 1850, que facultava aos novos estados a decisão sobre a questão da escravidão e, ao mesmo tempo, criava um clima ainda mais favorável à guerra civil.

EUA às vésperas da Guerra Civil



As decisões tomadas pelo governo estadunidense, na segunda metade do século XIX, revelavam que os estados sulistas estavam com menos influência política do que os estados nortistas. A diferença se expressiu nas eleições presidenciais de 1860, com a vitória de Abraham Lincoln, candidato republicano que havia feito uma campanha aberta em favor do protecionismo e do abolicionismo. Percebendo que a derrota do sul poderia significar o fim da escravidão, a Carolina do Sul, seguida por mais dez estados, declarou-se em secessão, formando os Estados Confederados com a capital em Richmond e tendo por presidente Jefferson Davis.

Diante da separação dos sulistas, Lincoln, o presidente de fato, argumentou a favor da **questão da União**, o que talvez tenha sido o principal elemento responsável pela guerra. Lincoln dizia que a manutenção da União era mais fundamental que a abolição e, de acordo com ele, se fosse necessário manter a escravidão para manter a União, ele assim o faria. Por isso, em 1861, não aceitando a separação do sul, o norte se empenhou para reincorporar os estados sulistas ao país e, assim, iniciou-se o mais violento conflito da história dos Estados Unidos da América.

Perante a investida nortista, o sul levava vantagem, pois sua população estava acostumada a atirar, caçar e montar. Além disso, estava defendendo o seu próprio território, que conhecia bem. Por outro lado, o norte tinha maior contingente populacional, algo em torno de onze milhões de pessoas a mais, lembrando que um percentual enorme do sul era composto de escravos. O norte possuía também uma boa rede de transportes, favorecendo a movimentação de tropas e armas e sua autossuficiência industrial. Tais recursos, portanto, faziam com que o sul se tornasse dependente dos produtos industrializados do norte e da Europa. Dessa forma, durante a guerra, uma das saídas adotadas pelos nortistas foi a realização de um bloqueio marítimo, o que impedia os Confederados de venderem sua produção agrícola e comprarem armas dos europeus.

Durante os conflitos, Lincoln, atuando como presidente dos Estados Unidos, além de bloquear as vias de acesso aos estados do sul, tomou duas medidas fundamentais para a vitória dos nortistas. A primeira foi o *Homestead Act* (1862), que previa a doação de terras no Oeste para quem fosse viver na região por 5 anos sem utilizar mão de obra escrava. Com isso, houve um significativo esvaziamento da guerra e um aumento da expansão rumo ao Oeste.



Abraham Lincoln, presidente eleito em 1860.

A segunda foi a Abolição da Escravidão (1863), que permitiu a participação dos negros no Exército, além de provocar a fuga de milhares de negros do sul para o norte, aumentando mais ainda o contingente militar da União. Apesar da conquista por parte dos escravos, é importante ressaltar que os negros tiveram de servir por mais tempo, usar armas inferiores e ganhar menos que os soldados brancos. Assim, ao final da guerra, o número de soldados negros mortos foi três vezes maior do que o de soldados brancos.

Após os quatro anos de duração da Guerra Civil, em 1865, foi determinado o fim dos combates e a reincorporação dos estados do sul aos Estados Unidos. Além de garantir a recomposição dos estadunidenses, os conflitos renderam também a morte de Abraham Lincoln, que, cinco dias antes do final da guerra, foi assassinado por John Booth, um ator sulista.

ESTADOS UNIDOS APÓS A GUERRA



A Guerra Civil americana matou mais estadunidenses do que as duas Grandes Guerras e a Guerra do Vietnã juntas – no total, foram mais de 600 000 pessoas. Se, por um lado, a guerra gerou grande perda humana e material, ao final dos conflitos, dada a vitória do norte, a política protecionista e industrializante foi colocada em prática em todo o território dos Estados Unidos. Desde então, foi registrado um grande desenvolvimento industrial e populacional, o incentivo à instalação de imigrantes, a ampliação da malha ferroviária e a mecanização da agricultura, fatores fundamentais para o fortalecimento do capitalismo no país.

No campo social, houve a aprovação da 13ª Emenda, que ratificava a abolição da escravidão, e da 14ª Emenda, que concedia alguns direitos civis aos negros. Porém, na prática, a situação dos negros era difícil, pois existiam leis discriminatórias em alguns estados, chegando a proibir o casamento de negros com brancos. Surgiram grupos como a Ku Klux Klan, os Cavaleiros da Camélia Branca e os Cavaleiros do Sol Nascente. Esses grupos, formados por brancos radicais, perseguiram os negros e seus aliados, promovendo linchamentos em grande parte dos estados do país.



Membros da Ku Klux Klan durante uma cerimônia.

A mais importante consequência da Guerra de Secessão, no entanto, talvez tenha sido a expansão da influência estadunidense para além de seu território. Os Estados Unidos, após o conflito interno, passaram a se dedicar a uma expansão ideológica, cultural, política e econômica que ultrapassava os seus limites territoriais. Tal postura seria fundamental para as pretensões do país, que, durante o século XX, foi hegemônico no continente americano.

Texto I

Guerra Civil americana

A Guerra Civil norte-americana (1861-1865) merece a atenção do estudante brasileiro por diversos motivos. Primeiro, foi uma guerra que marcou profundamente a evolução histórica dos Estados Unidos da América (EUA). Até essa guerra, todos os conflitos políticos mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, do norte e do sul, tinham sido resolvidos, adiados ou escamoteados entre as linhas da Constituição de 1787, e através de processos pacíficos de barganha, conchavo, negociação e voto. A guerra representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução. Foi uma prova de que, mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos políticos.

O total dos mortos ajuda a apreciar a magnitude desse evento traumático para os EUA. Calcula-se que um total de 618 000 americanos combatentes morreram nos dois lados, um total que excede o de todos os mortos americanos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918, com 125 000 mortos americanos); na Segunda Guerra Mundial (1939-1945, com 322 000 mortos americanos), na Guerra da Coreia (1950-1953, com 55 000 mortos americanos) e na Guerra do Vietnã (1961-1975, com 57 000 mortos americanos).

Em segundo lugar, essa guerra lembra vários aspectos da história do Brasil, quando questões semelhantes surgiram. Para começar, a guerra foi uma reação a um movimento separatista. O sul declarou a sua independência do norte e estabeleceu uma nova nação, os Estados Confederados da América (ECA). O norte teve de invadir o sul e lutar por quatro anos até destruir esse separatismo. Da mesma forma, o governo imperial brasileiro teve de reprimir com armas a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824, a República de Piratini e a República Catarinense, criadas pela Revolução dos Farrroupilhas no Rio Grande do Sul, em 1835-1845.

A abolição da escravidão foi outra questão que convulsionou a vida política dos EUA e do Brasil, no século XIX. No sul dos EUA, a escravidão foi tão importante quanto nas regiões brasileiras de grande lavoura. Em ambos os países, os setores escravistas passaram a maior parte do século à procura de maneiras de preservar essa relação de trabalho contra as restrições gradativamente colocadas por grupos fora desses setores. Mas nos EUA a abolição final foi imposta a ferro e fogo pela vitória do norte no fim da guerra civil, enquanto no Brasil a abolição resultou de uma combinação de longas campanhas de mobilização popular, das revoltas dos próprios escravos e do oportunismo dos escravocratas, que, antes da abolição, já acharam substitutos para os seus escravos, ou entre os trabalhadores nacionais, ou entre os imigrantes estrangeiros.

Finalmente, muitos historiadores norte-americanos entendem a guerra civil como um conflito entre duas sociedades diferentes: a do norte, baseada nas manufaturas e caminhando rapidamente para a industrialização, e a do sul, baseada na economia agrária de exportação e procurando expandir a área dessas lavouras. Embora em escala bem menor, e em data bem posterior, o Brasil também experimentou momentos de atrito entre o setor nascente das manufaturas e o setor agrário, como nos debates sobre o nível de tarifas aduaneiras na Primeira República. É notável, entretanto, que a historiografia brasileira moderna em geral reconheça uma certa complementaridade dos interesses dos industriais e dos grandes agricultores, ao contrário da situação nos EUA no século passado.

Os paralelos entre a história dos EUA e a do Brasil, nessas questões de separatismo, abolição e competição entre a indústria e a agricultura, convidam a uma reflexão bem maior sobre a razão pela qual, no Brasil, tais questões encontraram um encaminhamento e uma solução às vezes bastante diferente dos encontrados pelos EUA, e o que isso teria a ver com as diferenças atuais entre as políticas, as economias e as sociedades dos dois países. Ao longo dessa história, que aliás não pretende fornecer mais do que uma introdução ao estudo da guerra, procuraremos levantar diversos pontos de comparação específica entre os EUA e o Brasil, no século XIX. Caberia ao leitor, entretanto, partir dessas informações para desenvolver as suas próprias explicações das diferenças.

EISENBERG, Peter Louis. *Guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982. [Fragmento]

Texto II

A guerra dos ricos... travada pelos pobres

A Guerra de Secessão, iniciada com um ataque confederado ao Forte – I Sumter, em abril de 1861, foi considerada como a primeira das grandes guerras modernas. "Durante quatro longos anos a luta continuou, com enormes perdas de vidas de ambos os lados (620 000 mortos). Primeiro, ambos os lados recrutaram voluntários; depois, os homens eram convocados para o Exército. Isso causou profundo ressentimento, tanto no norte como no sul. Tanto em um como em outro lado era permitido pagar substitutos para prestar o serviço militar. No sul havia muitas brechas nas leis de convocação, através das quais escapavam os proprietários de grandes plantações, ou os que possuíam mais de 15 escravos (isto quando a guerra tinha sido provocada por eles mesmos). No norte, um indivíduo convocado podia ser isento da convocação se pagasse ao governo 300 dólares. Não se admira que muitas pessoas pobres se referissem à guerra como 'a guerra dos ricos na qual lutam os pobres'."

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza dos E.U.A.* (Nós, o povo). São Paulo: Brasiliense, 1978. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01.** (UFJF-MG) Sobre a história dos Estados Unidos, no contexto da Guerra de Secessão, aponte a afirmativa correta.
- A) A emergente burguesia industrial propunha a criação de uma civilização com bases mais aristocráticas, em que a elite tivesse um comportamento semelhante ao da nobreza inglesa.
- B) Os estados do norte eram contra o protecionismo alfandegário, porque queriam importar livremente produtos manufaturados.
- C) Mesmo com a vitória dos Estados Confederados, não houve uma reconciliação entre as elites do sul e as do norte.
- D) Após a Guerra de Secessão, foi abolida a escravidão e houve uma significativa melhora nas condições de vida dos negros, que foram beneficiados por vários programas do governo.
- E) No sul dos EUA, concentrava-se a elite agrária escravista, que se opunha aos estados do norte, onde se concentrava a elite industrial.

- 02.** (Mackenzie-SP) Dentre as razões que determinaram a elaboração do dispositivo separatista da Carolina do Sul, que deu origem à Guerra Civil Americana, destacamos
- A) as leis intoleráveis e a Independência dos Estados Unidos da América.
- B) a adoção de tarifas protecionistas e a eleição de Abraham Lincoln.
- C) a ocupação das terras do Oeste e a Guerra dos Sete Anos.
- D) os interesses dos Estados industriais do sul, contrários aos latifundiários do norte.
- E) a eleição do abolicionista Jefferson Davis, o fim da escravidão e a Guerra Civil.

- 03.** (UFRGS-RS-2018) Após o fim da Guerra Civil norte-americana (1861-1865), antigos soldados confederados e proprietários rurais sulistas organizaram a Ku Klux Klan, grupo que teria influência duradoura na história política norte-americana.

Assinale a alternativa que indica características ideológicas e práticas dessa organização.

- A) Defesa da supremacia branca e da segregação racial nos Estados Unidos.
- B) Tentativa de construção de um governo socialista no Sul norte-americano.
- C) Adoção de uma plataforma de integração racial em todo o país.
- D) Rejeição ao Cristianismo como a principal religião dos Estados Unidos.
- E) Implementação de um governo independente nos estados do Norte estadunidense.
- 04.** (PUC Minas) A Guerra Civil norte-americana, também chamada de Secessão, por se tratar do conflito entre o sul e o norte dos EUA, trouxe desdobramentos políticos ideológicos graves para a formação da identidade nacional do país.

Assinale o fato que mais aprofundou a radicalização dos conflitos étnicos em território americano ao longo do século XX.

- A) A criação da Ku Klux Klan em território sulista ao final da guerra.
- B) A formação dos Estados Confederados liderados por Abraham Lincoln.
- C) O estabelecimento da Doutrina Monroe, que garantia as liberdades civis a todas as raças nos EUA.
- D) As leis a favor do *Apartheid*, promulgadas após o desfecho do conflito.

- 05.** (Fatec-SP) No caso da história americana, um dos eventos mais retratados pela memória social é, sem dúvida, a chamada Marcha para o Oeste. Mesmo antes do surgimento do cinema, esses temas já faziam parte das imagens da história americana. A fronteira foi um tema constante dos pintores do século XIX. A imagem das caravanas de colonos e peregrinos, da Corrida do Ouro, dos cowboys, das estradas de ferro cruzando os desertos, dos ataques dos índios marcam a arte, a fotografia e também a cinematografia americana.

CARVALHO, Mariza Soares de. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/files/pe02-2.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2009.

Entre os fatores que motivaram e favoreceram a Marcha para o Oeste, está

- A) a possibilidade de as famílias de colonos tornarem-se proprietárias, o que também atraiu imigrantes europeus.
- B) o desejo de fugir da região litorânea afundada em guerras com tribos indígenas fixadas ali, desde o período da colonização.
- C) a beleza das paisagens dos EUA, o que atraiu muitos pintores e fotógrafos para aquela região.
- D) o avanço da indústria cinematográfica, que encontrou no oeste o lugar perfeito para a realização de seus filmes.
- E) a existência de terras férteis que incentivaram a ida para o oeste, de agricultores que buscavam ampliar suas plantações de algodão.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

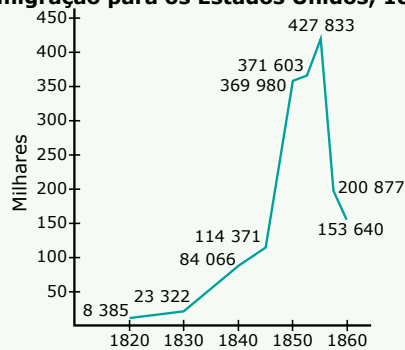


- 01.** (PUC Minas) A catástrofe ocorrida em Nova Orleans, em 2005, chamou atenção do mundo para as diferenças existentes entre o sul e o norte dos Estados Unidos, que se tornaram evidentes desde a Guerra de Secessão (1861-65). É correto afirmar que essa guerra resultou
- A) na integração dos ex-escravos como cidadãos estadunidenses sem direito à participação na vida social e política do país.
- B) no deslocamento em massa dos brancos sulistas, que passaram a se integrar ao processo de desenvolvimento industrial do norte.
- C) na ruína dos latifundiários que, após a reforma agrária, tiveram as suas grandes propriedades divididas e distribuídas aos negros.
- D) na aprovação de leis que consolidaram a segregação racial nos estados sulistas para impedir a concessão de direitos aos negros.

02. (PUC Rio) Observe os gráficos a seguir sobre o movimento migratório para os Estados Unidos entre as décadas de 1820 e 1860.

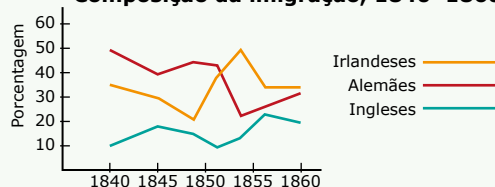


Emigração para os Estados Unidos, 1820-1880



SECRETARIA DO CENSO AMERICANO. *Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1970*. Edição do Bicentenário, Washington, D.C., 1975.

Composição da imigração, 1840-1860



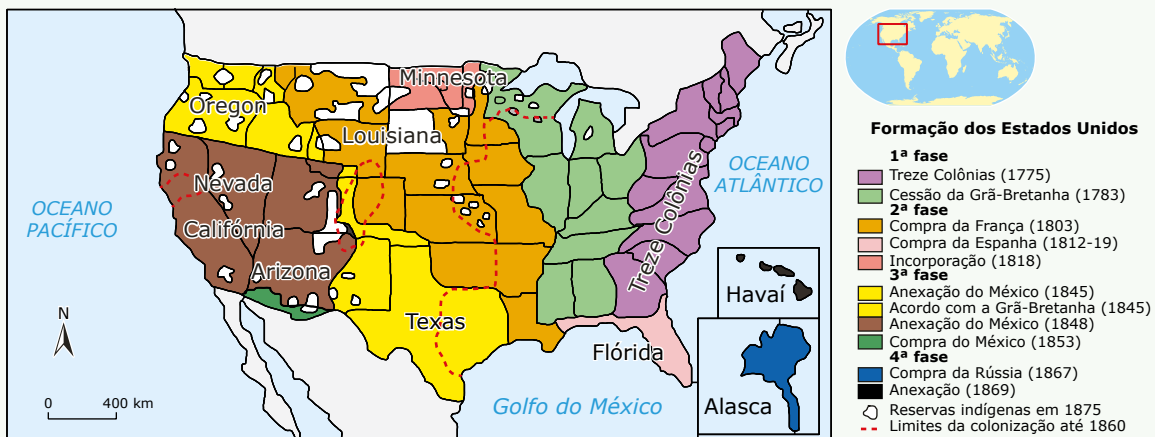
SECRETARIA DO CENSO AMERICANO. *Statistical Abstract the United States, 1982-1983*, 13. ed. Washington, D.C., 1982.

É correto afirmar que

- A) durante as décadas de 1840 e 1850, o fluxo de imigrantes cresceu substancialmente, sendo a maior parte deles originária da Inglaterra e Alemanha.
- B) após a guerra contra o México (1846-1848), houve decréscimo da imigração, em função da limitação do acesso aos novos territórios anexados.
- C) o surto de industrialização, ocorrido nas décadas de 1840 e 1850, aumentou a oferta de empregos na indústria, atraindo uma multidão de emigrantes europeus.
- D) os atrativos oferecidos aos imigrantes ingleses entre as décadas de 1840-1860 justificam a sua maior porcentagem na composição da imigração.
- E) as décadas de menor entrada de imigrantes nos Estados Unidos correspondem ao período de apogeu da expansão para o Oeste.

03. (UFSM-RS) Observe o mapa:

Expansão territorial norte-americana (século XIX)



ALVES, Alexandre.; OLIVEIRA, Leticia Fagundes. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 2. p. 95 (Adaptação).

Essa rápida expansão territorial dos Estados Unidos da América no século XIX, mostrada no mapa, foi impulsionada por uma ideologia propagadora da crença de que os norte-americanos eram um povo eleito pela vontade divina para conquistar o Novo Mundo e expandir os seus domínios sobre territórios e populações que estivessem no seu caminho da "marcha para o oeste". Trata-se

- A) do Fardo do Homem Branco.
- B) da Declaração de Independência.
- C) do Corolário Rooseveltiano.
- D) da Doutrina Monroe.
- E) do Destino Manifesto.

- 04.** (CEFET-MG) Os Estados Unidos iniciaram o século XX com uma produção industrial crescente. O país transformava-se na maior potência mundial, ultrapassando os países europeus, até mesmo a Inglaterra, em desenvolvimento econômico e em produtividade. A prosperidade tornou-se mais atrativa à emigração, impulsionando o crescimento demográfico do país. Contudo a produção industrial era cada vez mais controlada por grandes monopólios.

No contexto descrito, os Estados Unidos criaram

- projetos políticos, visando ao controle sobre os países vizinhos.
- normas sociais, assegurando o convívio pacífico entre os povos.
- planos humanitários, objetivando à diminuição da miséria mundial.
- doutrinas raciais, defendendo a igualdade biológica entre os seres humanos.

05.
0SHF



(Mackenzie-SP) Se a América Latina não foi esartejada como a África, deveu-se ao fato – é preciso reconhecê-lo – de ter tido, sem que houvesse solicitado, um “tutor”. Um tutor ousado, porque se atreveu a dizer que a América era para os americanos, num momento em que apenas tinha a ilusão de ser uma potência. No entanto, quando esse tutor se transformou em grande potência, mudou seu discurso e gritou que era dono.

BRUIT, Héctor Hernan. *O Imperialismo*. São Paulo: Atual, 1994. p. 49.

A partir da análise do texto, é correto afirmar que

- a América Latina, desde a primeira metade do século XIX, é um instrumento do imperialismo estadunidense, que, historicamente, impôs, àqueles países, políticas como a Doutrina Monroe e a Política do Big Stick.
- as divisões sofridas pela África, decorrentes do imperialismo do século XIX, não puderam acontecer no continente americano em virtude da imposição ao respeito, feita na Conferência de Berlim, entre EUA e potências europeias, da autodeterminação da América Latina.
- o século XIX viu nascer a pretensa hegemonia estadunidense sobre os países latino-americanos, envolvendo disputas – desde aquela época – entre capitalistas e socialistas, ambientados na Guerra Fria.
- os americanos, há dois séculos, convivem com a supremacia estadunidense sobre os diversos países do continente, resultando em políticas impositivas como a da “Boa Vizinhança” e a Aliança para o Progresso.
- a América sempre foi protegida, resultando na criação de diversos acordos econômicos e na aliança de todo o continente em torno deles, apesar do domínio que os Estados Unidos exercem sobre o restante do mundo.

- 06.** (UFJF-MG-2017) A Guerra de Secessão nos EUA terminou com a vitória dos estados do Norte, em 1865. Observe a imagem a seguir e acompanhe a proposta de tradução de seus principais dizeres. Ela foi publicada no *Harper Magazine* de Nova York, em 1874.



Tradução proposta dos principais dizeres da imagem:

The union as it was – A união como ela era

This is a white man's government – Esse é o governo de homens brancos

Worse than slavery – Pior que a escravidão

School – Escola

House – Moradia

A partir dessa imagem e de seus conhecimentos, faça o que se pede.

- Identifique a principal contestação realizada por organizações como a Ku Klux Klan nesse contexto histórico.
- Analise um impacto das atitudes que este tipo de organização causou na sociedade estadunidense nas décadas finais do século XIX.

- 07.** (PUC Rio) Leia o trecho a seguir:

Com a república independente, os congressistas dos estados escravistas dos EUA e os representantes dos estados onde a escravidão não mais existia fizeram, enquanto foi possível, acordos políticos para manter a convivência pacífica e os laços comerciais entre o norte e o sul. O chamado Compromisso do Missouri (1820) e a Resolução de 1848 serviram para regular a expansão aos novos territórios do oeste até o início da década de 1850, quando a crise se tornou iminente, e a secessão e a guerra, uma possibilidade real.

No terceiro ano de Guerra Civil, em 1863, Lincoln emitiu uma “Proclamação de Emancipação”, libertando os escravos apenas nos territórios e estados ainda revoltosos, criando, assim, mais dificuldades na *front* inimigo. Mas, foi só com o fim do conflito, em 1865, que o Congresso aprovou a 13ª Emenda da Constituição, e acabou com a escravidão no país como um todo.

Agora, responda ao que é solicitado.

- Explique 2 (dois) motivos para o desgaste mais acelerado das relações norte-sul ao longo da década de 1850 que levaria à secessão;
- Cite 2 (dois) desdobramentos que se seguiram ao fim da escravidão relacionados aos direitos do negro naquele país.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem)



ALBUQUERQUE, M. M.; REIS, A. C. F.; CARVALHO, C. D. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: Fename, 1977 (Adaptação).

Nos Estados Unidos, durante o século XIX, tal como representada no mapa, a relação entre território e nação foi reconfigurada por uma política que

- A) transferiu as populações indígenas para territórios de fronteira anexados, protegendo a cultura protestante dos migrantes fundadores da nação norte-americana.
- B) respondeu às ameaças europeias pelo fim da escravidão, integrando a população de escravos ao projeto de expansão por meio da doação de terras.
- C) assinou acordos com países latino-americanos, ajudando na reestruturação da economia desses países após suas independências.
- D) projetou o avanço de populações excedentes para além da faixa atlântica, reformulando fronteiras para o estabelecimento de um país continental.
- E) instalou manufaturas nas áreas compradas e anexadas, visando utilizar a mão de obra barata das populações em trânsito.

02. Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o *Homestead Act* de 1862, nos EUA, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999. [Fragmento]

As políticas rurais do Brasil e dos EUA no século XIX, a partir da Lei de Terras e do *Homestead Act*, são muito distintas, pois

- A) o *Homestead Act* refletiu o desejo dos EUA em atrair imigrantes que contribuíssem para o desenvolvimento do país, enquanto a Lei de Terras do Brasil mostrou o projeto do governo monárquico para conter a imigração europeia para o país.
- B) o *Homestead Act*, nos EUA, favoreceu a formação de minifúndios e o trabalho livre, o que pode ser contraposto à experiência brasileira, na qual a Lei de Terras consolidou a concentração fundiária e o predomínio da agricultura de exportação.

- C) a política rural dos EUA, evidenciada pelo *Homestead Act*, privilegiou a economia voltada para exportação, diferentemente do Brasil, que, durante o II Reinado, vivenciou a expansão da agricultura familiar.
- D) o *Homestead Act* não tem relação com o crescimento industrial estadunidense no final do século XIX. Já a Lei de Terras brasileira influenciou negativamente a formação de um sólido mercado interno em nosso país.
- E) os objetivos do governo estadunidense com o *Homestead Act* foram atingidos mediante a distribuição agrária e a ocupação do oeste do país, ao passo que, no Brasil, a legislação foi tratada com indiferença pela sociedade.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. B
- 03. A
- 04. A
- 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. C
- 03. E
- 04. A
- 05. A
- 06.
 - A) Essas organizações que seguiam a KKK recusavam-se a compartilhar os direitos constitucionais com negros.
 - B) Houve o incentivo de violência e segregação em relação à população negra, com anuência dos estados, sobretudo os do sul, acarretando a estruturação do racismo na sociedade, mal que perdura ainda hoje.
- 07.
 - A) A questão alfandegária foi um fator que gerou desgastes entre o norte e o sul, enquanto o norte defendia o protecionismo, o sul; defendia a diminuição das barreiras alfandegárias. Outro impasse na relação das duas regiões era a questão escravista; enquanto o norte defendia a abolição e a adoção do trabalho assalariado, o sul era contrário à abolição, de modo que, ao longo da década de 1850, essas questões tornaram-se ainda mais latentes.
 - B) O fim da escravidão não significou igualdade civil entre negros e brancos nos Estados Unidos. Em alguns estados existiam leis discriminatórias que proibiam o casamento entre negros e brancos, e grupos de extrema direita que defendiam o extermínio da população negra. A Klu Klux Klan foi um desses grupos e defendia a supremacia branca.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. B

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Imperialismo

Na segunda metade do século XIX, a Europa vivia transformações de ordem econômica e cultural que se fizeram sentir em outras partes do planeta. Nesse contexto, as principais potências europeias adotaram uma política imperialista, também chamada de neocolonialismo, para suprirem suas necessidades comerciais e expandirem suas zonas de influência sobre o restante do mundo.

O termo neocolonialismo apresenta a possibilidade de diferenciar o processo transcorrido no século XIX daquele colonialismo desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII, no contexto das Grandes Navegações. No colonialismo característico da Idade Moderna, as principais potências dominadoras eram Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra, que atuavam majoritariamente no continente americano. As metrópoles buscavam lucrar com as suas colônias e, para isso, incentivavam a exploração de gêneros tropicais, metais e pedras preciosas nos seus domínios. A mão de obra predominante nas áreas de domínio foi o trabalho compulsório, variando entre a escravidão negra e a servidão indígena.

O neocolonialismo do século XIX, por sua vez, foi adotado também por países fora do continente europeu. Além da Inglaterra, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Rússia e Holanda, os Estados Unidos e o Japão também atuaram na dominação de regiões. Outra diferença que pode ser apontada é que não só a América, mas também porções da África e da Ásia foram regiões dominadas. Os principais objetivos dos países imperialistas eram a busca por matéria-prima e mercado consumidor para os produtos industrializados, além da busca por regiões para investimentos de capital e escoamento do excedente populacional das grandes potências. A mão de obra predominante foi o trabalho assalariado, pois isso permitia a formação de mercados consumidores para esses países.

Observe o quadro a seguir, que sintetiza uma comparação entre o colonialismo do século XVI e o neocolonialismo desenvolvido no século XIX.

	Colonialismo do século XVI	Imperialismo do século XIX
Atuação	América	Ásia e África
Potências	Portugal, Espanha, Inglaterra e França	Europa, EUA e Japão
Objetivos	Busca de novas fontes de riquezas e expansão da fé católica	Investimentos externos e regiões para o excedente populacional europeu
Mão de obra	Escrava negra e indígena	Assalariada livre
Contexto	Expansão marítima europeia	Segunda Revolução Industrial

Tabela 1.

“EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO”

A dominação na Ásia e na África não se baseou somente em pressupostos econômicos. A política imperialista utilizou como justificativa para suas ações intervencionistas a ideia de “missão civilizadora”, ou seja, o pressuposto da superioridade do homem branco europeu sobre os não europeus. Assim, quando os europeus exerciam seu domínio em outras regiões, eles estariam, na verdade, levando o desenvolvimento e a civilização aos povos por eles considerados inferiores. O escritor inglês Rudyard Kipling chegou a chamar a dominação imperialista de “fardo do homem branco”, como se o imperialismo fosse uma obrigação penosa delegada por Deus aos europeus.

Teorias pseudocientíficas também foram desenvolvidas por pensadores europeus na tentativa de provar a sua suposta superioridade. Uma delas, o darwinismo social, alegava que, assim como existe a seleção natural entre as espécies – teoria proposta por Darwin –, entre os humanos existem raças mais ou menos desenvolvidas em meio a um processo natural. Assim, adaptando o darwinismo, essa corrente social julgava que o branco, naturalmente mais apto, seria o responsável por civilizar os demais povos.

Um dos defensores do darwinismo social foi o francês Gobineau, que, em 1853, escreveu o *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, no qual desenvolveu um estudo sobre a superioridade dos nórdicos. Mais tarde, outro darwinista social, o filósofo inglês Spencer, alegou que os indivíduos que se adaptassem melhor ao ambiente seriam superiores. Spencer defendia ainda que as raças superiores tinham o direito natural de exercer sua dominação sobre os povos considerados inferiores. Tais valores, além de demonstrarem o etnocentrismo reinante, justificaram posteriormente o aparecimento de teorias racialistas, como é o caso do nazismo.

CONTEXTO EUROPEU

A *Belle Époque*, período de crescimento econômico e avanço tecnológico, foi marcada por uma grande mudança no padrão de vida dos europeus, que passaram a usufruir de elementos como a energia elétrica e a indústria farmacêutica. O avanço tecnológico promovido pela Segunda Revolução Industrial, o período de paz no continente desde o fim da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a efervescência artística e a intensa vida cultural fizeram florescer um sentimento de otimismo e confiança no futuro.

Levando em conta o crescimento institucional e econômico registrado principalmente pelos países europeus durante o século XIX, esses passaram a buscar mercados consumidores e matéria-prima para as suas indústrias, que estavam em ampla expansão. Posto que o crescimento da economia europeia gerava acúmulo de capitais, estes eram reinvestidos na indústria, aumentando a capacidade produtiva, a contratação de funcionários e a modernização das máquinas, o que gerava consequências aparentemente benéficas às unidades produtivas. É necessário ressaltar, no entanto, que esse ciclo de reinvestimentos registrado pela economia europeia tem um limite dentro da lógica do capitalismo. Assim, por volta da década de 70 do século XIX, o mercado europeu se encontrava saturado de investimentos, ou seja, o excedente de capital europeu havia se tornado um problema.



Brooklyn Museum / Creative Commons

Vista da capital francesa, Paris, no primeiro ano do século XX. Paris foi o maior exemplo da Belle Époque europeia, chegando a influenciar a arquitetura de diversas cidades em todo o mundo.

A solução encontrada pelos grandes capitalistas do Velho Continente, portanto, foi buscar novas áreas para investir o excedente de capital europeu. Naquele momento, a África e a Ásia foram os continentes mais cobiçados para o estabelecimento de colônias, haja vista que grande parte da América havia se tornado independente ainda no início do século XIX. A partir do início da corrida imperialista, os excedentes antes acumulados na Europa foram redirecionados para as diversas colônias instaladas em solos africano e asiático. No entanto, esses investimentos visavam tão somente ao lucro das grandes corporações europeias e, dessa forma, não necessariamente produziram melhoria das condições de vida dos povos dominados. Ao contrário, promoveram o endividamento e a dependência econômica dessas populações.

Além da importância econômica da África e da Ásia para os países imperialistas, estes utilizaram suas colônias também para abrigar o seu excedente populacional surgido no século XIX devido aos avanços na indústria farmacêutica. O excesso de pessoas no continente europeu não era interessante para as potências imperialistas, pois acabava gerando uma grande massa de desempregados e, conseqüentemente, inúmeros problemas sociais.

No entanto, se, por um lado, as colônias foram capazes de receber os investimentos industriais europeus e o excedente populacional metropolitano, por outro, a corrida imperialista acabou fomentando também a exacerbação dos nacionalismos na Europa. A busca pela ampliação dos domínios criou divergências durante a divisão dos continentes africano e asiático e favoreceu a formação de um clima tenso na geopolítica europeia, influenciando, inclusive, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.



H9TW

Partilha da África e da Ásia

Assista à videoaula para compreender os artifícios e as motivações que levaram à busca de mercados em outras partes do globo pelas potências europeias no final do século XIX.

IMPERIALISMO NA ÁFRICA

A região que mais sofreu com a dominação imperialista foi a África, tanto que, no início do século XX, quase todo o continente estava dominado pelas potências europeias. As únicas regiões que conseguiram manter a sua independência diante da dominação imperialista europeia foram a Libéria e a Abissínia, atual Etiópia. A Libéria havia sido comprada pelos Estados Unidos para que estes pudessem utilizá-la para enviar os seus escravos negros recém-libertos. Tal atitude, autodenominada filantrópica pelo governo estadunidense, acabou sendo taxada de preconceituosa por diversos humanistas mundiais, pois, apesar da liberdade conquistada, parte dos negros foi arbitrariamente enviada à África, pois não fazia parte do projeto de construção dos Estados Unidos.

A partir de então, a Libéria passou a ser vista como um depositário de negros estadunidenses, posto esse que ostentou até 1845, quando conquistou a sua independência.

No caso da Abissínia, a dificuldade de dominar a região esteve relacionada à cultura de seu povo, afinal, os etíopes eram tradicionalmente conhecidos por serem exímios guerreiros, o que facilitava a sua resistência diante da presença dos europeus no continente africano. Além disso, a geografia da Abissínia, caracterizada pela existência de grandes cadeias montanhosas, dificultava as ações imperialistas em seu território.

A Abissínia e a Libéria, no entanto, foram exceções, pois, desde o início do século XIX, boa parte do continente africano já sofria influência das grandes potências. Naquele primeiro momento, as ações imperialistas eram exercidas por investidores particulares e não diretamente pelos Estados europeus. Um exemplo disso foi a ação dos franceses, que, em 1857, durante o governo de Napoleão III, já influenciavam o norte da África em regiões como a Argélia, a Tunísia, o Senegal e parte do Congo. Ainda no norte do continente, os franceses, em associação com os ingleses, mantinham dupla administração sobre o Egito, onde construíram o Canal de Suez, em 1869. Projetado pelo francês Ferdinand Lesseps, o canal artificial que liga o Mar Vermelho ao Mediterrâneo era de extrema importância para as duas nações, afinal, ele encurtava a distância entre os centros de dominação europeus e as áreas coloniais africanas e asiáticas.

Na porção sul do continente, foram os ingleses que comandaram as ações imperialistas, pois estes dominavam a região do Cabo, a de Transvaal e a de Orange, ricas em ouro e em pedras preciosas. Para exercerem a sua hegemonia, no entanto, os ingleses entraram em conflito com os holandeses, que já se faziam presentes na região, na chamada **Guerra dos Bôeres (1899-1902)**. Com a vitória dos ingleses, em 1910, houve a criação da União Sul-Africana, composta das regiões do Cabo, Transvaal, Orange e Natal.

Com base no exemplo dos franceses e dos ingleses, portanto, é possível perceber que a África já vinha sendo dividida, à força, pelas grandes potências europeias. Mesmo assim, a divisão oficial das zonas coloniais se fez necessária, principalmente após o rei da Bélgica, Leopoldo II, comprar a região do Congo, rica em diamantes, dos nativos. A partir desse ato, as demais potências se mobilizaram para garantir possessões para si, acirrando ainda mais a tensão na Europa.

Em 1885, após várias ações impositivas por parte dos europeus, ocorreu a **Conferência de Berlim**, formalizando a partilha da África. As potências europeias se reuniram a pedido da Alemanha, que havia entrado na corrida imperialista atrasada, quando, então, assinaram um documento no qual cada nação reconhecia o domínio da outra sobre as regiões africanas. Decidiu-se ainda que, sempre que uma potência dominasse uma nova região, deveria avisar às demais para evitar novos conflitos entre elas.

Dominação europeia na África



No continente europeu, as consequências da Conferência de Berlim foram imediatas, pois, confirmando a situação que existia antes mesmo do acordo, a maior parte do continente foi concedida aos franceses e aos ingleses. Dessa forma, as demais nações passaram a pressionar a França e a Inglaterra para que estas pudessem abrir mão de parte das suas possessões, criando um clima tenso na Europa. Alguns dos países que se sentiram desfavorecidos, como a Alemanha, patrocinaram colonos africanos, para que estes pudessem se revoltar contra suas metrópoles, desde que estas fossem a França ou a Inglaterra.

No continente africano, a inserção dos europeus gerava grandes impasses, como a segregação racial. Um dos maiores exemplos de situações como essa foi o regime do *Apartheid*, na África do Sul, onde os colonizadores ingleses estabeleceram práticas e leis severamente segregacionistas. Dessa forma, durante quase todo o século XX, a África do Sul abrigou uma sociedade dividida constitucionalmente entre uma minoria privilegiada de brancos e uma maioria desfavorecida de negros.

Diante da dominação europeia e da segregação racial imposta, vários reinos africanos procuraram resistir de formas variadas. Como muitos desses reinos africanos se mostraram intransigentes com as imposições europeias, várias batalhas foram travadas entre africanos e europeus, que, tecnologicamente superiores, na maioria das vezes se sagraram vencedores e ratificaram a sua política imperialista. Por outro lado, percebendo que não poderiam resistir às pressões europeias, alguns reinos africanos optaram por se aliar aos metropolitanos em busca de desenvolvimento tecnológico ou mesmo de armamentos para que pudessem combater um outro rival africano.

Independentemente da reação diante do imperialismo europeu, a partilha da África deixou marcas profundas nesse continente, pois, ao atender os interesses europeus, a divisão acabou segregando reinos que antes eram unidos entre si, ou mesmo unindo reinos até então rivais. Dessa forma, ainda hoje se registram em solo africano diversos conflitos, originados ainda no século XIX, como a guerra civil entre hutus e tutsis em Ruanda na década de 1990.

IMPERIALISMO NA ÁSIA

Índia

O interesse inglês na Índia data do século XVIII, pois, além do fornecimento de especiarias muito valorizadas no mercado europeu, a região representava um entreposto de ligação comercial entre a Inglaterra e o Extremo Oriente. As pretensões da Inglaterra eram tantas que, naquele mesmo século, os ingleses travaram com a França a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), oriunda da disputa pela Índia e por regiões na América do Norte. Como a Inglaterra saiu vitoriosa, após a guerra, a influência francesa na região foi afastada, o que abriu caminho para as ações imperialistas inglesas.

Inicialmente, o controle do comércio com a Índia ficou a cargo da Companhia de Comércio das Índias Orientais, sendo que os administradores da Companhia podiam arrecadar impostos e exercer funções judiciais na região. Em 1858, no entanto, tais prerrogativas foram transferidas para a Coroa britânica, que passou a adotar uma intervenção econômica mais efetiva junto aos indianos.

Mesmo com a mudança da postura dos ingleses na Índia, a dominação imperialista não acarretou grandes mudanças nos aspectos mais tradicionais da cultura indiana. A sociedade nativa, por exemplo, continuou dividida pelo sistema de castas, que define, de forma intransigente, as posições sociais por meio da hereditariedade. Tal posição era defendida pelos hindus, que acreditavam que cada membro de uma casta inferior teria a função de aproveitar as suas vidas para evoluir e, ao voltar em outra vida, ser incorporados em uma casta superior.

Por outro lado, no campo econômico, o artesanato indiano não conseguiu enfrentar a concorrência dos industrializados têxteis ingleses, chegando a atingir níveis de produção mínimos. Dessa forma, a predominância dos produtos ingleses na Índia acabou gerando grandes taxas de desemprego, além de submeter os nativos à pobreza, ao deslocamento populacional para as cidades manufatureiras e à concentração em cidades portuárias.

Um dos maiores conflitos ocorridos na Índia de dominação britânica foi a Revolta dos Cipayos (1857-1858). Os cipayos – ou sipaios – eram soldados indianos pertencentes à Companhia Britânica das Índias Orientais que estavam insatisfeitos com vários aspectos da vida militar, que iam desde o suposto uso de banha de vaca e porco nos cartuchos das armas (a vaca era um animal sagrado para os hindus e o porco um animal impuro para os muçulmanos) até os baixos soldos e a mistura de castas entre os soldados.

Além disso, algumas medidas de interferência na cultura indiana pelos ingleses também causaram a insatisfação de outros setores da população nativa, como a proibição de certos rituais religiosos. Os cipayos passaram a exigir o fim do domínio inglês na região por meio de violentas rebeliões, mas foram duramente reprimidos pelos ingleses, com o apoio dos sikhs e dos gurjas, grupos indianos que não concordavam com as exigências dos cipayos. Essa revolta resultou no fim do domínio da Companhia Britânica das Índias Orientais e no início do Protetorado Britânico da Índia, sob administração direta da Coroa.

Mesmo na ilegalidade, um movimento nacionalista composto de intelectuais indianos foi organizado para manter viva a luta pela resistência. O objetivo dos nativos era se apropriar de alguns aspectos culturais ingleses, para que estes possibilitassem o desenvolvimento da Índia e, logo, favorecessem a luta pela independência da região. Dessa forma, temendo uma nova rebelião em território indiano, a Inglaterra permitiu, em 1885, a existência de partidos políticos de representação nativa, desde que estes fossem controlados pela Coroa britânica. O mais importante desses partidos foi o Partido do Congresso Nacional Indiano, que mais tarde viria a ser um dos responsáveis pela independência do país.

China

A China, que já no século XIX era o país mais populoso do mundo, era comandada pela dinastia Manchu, composta de governantes impopulares que se mantinham no poder pelo uso da força. No plano econômico, os governantes chineses se caracterizavam por optar por um isolamento comercial em relação ao Ocidente, ou seja, havia uma resistência chinesa em relação ao consumo dos produtos ocidentais. A postura da China, entretanto, desagradava as nações imperialistas, que viam naquele país um grande mercado consumidor em potencial.

Um dos países que se interessavam pela China era a Inglaterra, que, além de ser a principal potência industrial europeia, já produzia ópio no continente asiático, mais especificamente em território indiano. Aproveitando a proximidade entre as regiões, os comerciantes ingleses contrabandeavam o ópio, recebendo produtos chineses – como seda, porcelana e arroz – em troca. Tal prática trouxe enormes problemas sociais para a China, pois o ópio é uma droga extraída da papoula, extremamente viciante. Dado o contrabando inglês, portanto, o consumo dessa droga se popularizou entre os chineses e, como cada vez mais pessoas de todas as classes sociais se tornavam dependentes do ópio, o governo chinês se empenhou em impedir o consumo da droga no país, passando a combater rigorosamente o contrabando.

Após a emissão de sucessivos alertas chineses aos contrabandistas, um enorme carregamento de ópio (aproximadamente 20 000 caixas) foi apreendido e destruído pelo governo. Aquela era a desculpa que a Inglaterra precisava para declarar guerra à China, o que foi feito em 1840. Do conflito entre os dois países, que ficou conhecido como Guerra do Ópio (1840-1842), os ingleses saíram vencedores. A China, por sua vez, foi obrigada a assinar os Tratados Desiguais, assim denominados porque favoreciam somente a Inglaterra. O mais importante deles foi o Tratado de Nanquim (1842), segundo o qual a China era obrigada a abrir cinco dos seus portos às potências imperialistas, além de passar o controle da ilha de Hong Kong para a Inglaterra. Hong Kong, que hoje é uma das regiões mais desenvolvidas da China, só foi devolvida aos chineses 155 anos depois (1997). Nas décadas que se seguiram aos conflitos, os ingleses ainda tiveram de conter a segunda (1857) e a terceira Guerra do Ópio (1859-1860). Naquelas ocasiões, a Inglaterra foi auxiliada pela França, que, por ser uma outra potência imperialista, também tinha interesse no mercado chinês. Dessa forma, após estancar a resistência chinesa, ingleses e franceses promoveram o chamado *break-up* da China, dividindo o país em áreas de influência entre as principais nações imperialistas europeias.



KEPPLER, Udo J. *O verdadeiro problema virá com o "despertar"*. 1900. 35 × 51 cm. Divisão de Imprensa e Fotografias da Biblioteca do Congresso Washington.

A charge retrata as diversas potências imperialistas dominando o "dragão" chinês.

Os Estados Unidos, que já vinham atuando de forma imperialista no continente americano, defenderam que a China, sendo um enorme mercado, deveria estar aberta a quem quisesse vender seus produtos lá, adotando uma política de portas abertas, *Open Door*. Dessa forma, além das maiores nações imperialistas da Europa, os Estados Unidos também passaram a manter relações comerciais com a China.

Mesmo com a reunião de diversas forças políticas e econômicas na vida institucional chinesa, a dominação no país não foi pacífica, pois os nativos organizaram diversos movimentos de resistência à dominação imperialista. Um desses movimentos foi a Revolta Taiping (1851-1864), encabeçada pelos camponeses, que defendiam a distribuição de terras e almejavam um cristianismo sincretizado com as tradições populares chinesas.

Cinco décadas mais tarde, foi a vez da eclosão da Guerra dos Boxers (1900), quando lutadores de artes marciais afrontaram o domínio estrangeiro, atacando missões religiosas e diplomáticas. A força dos nativos foi tanta que houve a necessidade da criação de uma força formada por ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e estadunidenses para acabar com a revolta.

Japão

Até meados do século XIX, o Japão vivia um regime comparável ao semifeudal, denominado xogunato. Apesar da existência de um imperador, o Micado, este não governava de fato; era a nobreza, camada mais privilegiada da sociedade, quem escolhia um dos seus iguais, muitas vezes por meio de guerras, para governar de acordo com os seus interesses. O regime do xogunato se caracterizava por isolar o Japão do mundo ocidental, e a singular cultura japonesa e a distância geográfica da ilha em relação à Europa acabavam favorecendo tal situação.

Em 1854, uma esquadra enviada pelos Estados Unidos ao Japão, forçou os japoneses a abrirem seus portos aos produtos estadunidenses, e, posteriormente aos europeus, dando início à dominação imperialista no país.

Buscando reagir ao processo de dominação, ainda no século XIX, parte da população japonesa promoveu uma guerra civil que derrubou o xogunato. Em 1868, após o fim das batalhas, o poder foi centralizado nas mãos do imperador Mutsuhito, que passou a adotar um conjunto de medidas modernizantes, que caracterizaram a chamada Era Meiji.

Entre essas medidas, pode-se ressaltar o investimento em educação, afinal, o governo japonês passou a bancar o estudo de alguns jovens no exterior, no intuito de que estes voltassem para aplicar no Japão estratégias semelhantes às adotadas pelas maiores potências da época. Houve também a modernização dos meios de transporte, com a aplicação de recursos para a construção de ferrovias e, principalmente, para melhorias no transporte marítimo. Pode-se mencionar ainda a ampliação e a modernização do Exército japonês, que, equipado com armamentos de origem ocidental, pôde fazer frente a diversos povos no continente asiático e, assim, levar adiante o projeto expansionista japonês.

Entretanto, o Japão só conseguiu promover esse conjunto de mudanças com o auxílio de outras nações imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, que pretendiam barrar o expansionismo russo no Oriente. Dessa forma, em 1904, a Rússia e o Japão travaram a Guerra Russo-Japonesa, que terminou com a derrota dos russos e com a ampliação da crise que levou à queda do regime czarista.

Em pouco tempo, o Japão se transformou em uma potência imperialista, realizando ações intervencionistas na China, reivindicando a região da Manchúria, rica em minério de ferro. Tal disputa acabou levando à Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), da qual o Japão saiu vitorioso. Com a derrota, a China foi obrigada a entregar a Ilha de Formosa (atual Taiwan) aos japoneses, além de aceitar a Independência da Coreia, região que foi anexada pelo Japão em 1910.



A charge representa a política expansionista do Japão, que acabou por anexar a Coreia ao seu Império.

Diante dos benefícios gerados pela Era Meiji e das conquistas oriundas do imperialismo, o Japão acabou materializando seu desenvolvimento nos *Zaibatsus*, grandes conglomerados industriais que passaram a caracterizar a economia japonesa no início do século XX. O crescimento foi tanto que, na década de 1930, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Japão invadiu a China. Além disso, várias ilhas do Sudeste Asiático foram postas sob o domínio nipônico, o que acabou contrariando os Estados Unidos, contra quem os japoneses lutaram durante a Segunda Guerra.

IMPERIALISMO NA AMÉRICA

A América também sofreu uma dominação imperialista, sendo os Estados Unidos a principal potência a exercer influência no continente. Desde a sua Independência, no século XVIII, os Estados Unidos realizavam ações imperialistas, como a expansão do seu território. No processo da Marcha para o Oeste, os estadunidenses suprimiram os interesses dos indígenas e dos mexicanos em nome dos seus.

Além disso, concomitantemente à expansão territorial, os estadunidenses elaboraram a doutrina do **Destino Manifesto**, um conjunto de ideias segundo as quais eles seriam um povo escolhido por Deus para levar a civilização à toda a América. Dessa forma, tal doutrina – uma adaptação da missão civilizadora utilizada pelos europeus na África e na Ásia – acabou servindo como a base ideológica responsável por justificar as ações impositivas por parte dos Estados Unidos no continente americano.

Para alguns autores, o marco inicial do imperialismo estadunidense foi a Doutrina Monroe (1823), que pretendia impedir a interferência europeia e garantir a América como área de influência para si. Baseados em tal doutrina, os estadunidenses foram os primeiros a reconhecer a Independência do Brasil e de outros países da América Latina, assim que estes se declararam independentes em relação às suas antigas metrópoles, na primeira metade do século XIX.

Quase um século mais tarde, Theodore Roosevelt, eleito pelo Partido Republicano como presidente dos Estados

Unidos em 1901, foi empossado na Presidência daquele país, assumindo deliberadamente a postura imperialista dos Estados Unidos da América. A chamada política do *Big Stick* (grande porrete, em português), iniciada por Roosevelt, acabou fazendo parte de um conjunto de medidas denominado Corolário Roosevelt, que serviu de base para as várias intervenções que os estadunidenses realizaram ao longo de boa parte do século XX, ou seja, mesmo após o final do mandato de Roosevelt.



DALRYMPLE, Louis. *O policial do mundo*. 1905. Divisão de Impressos e Fotografias da Biblioteca do Congresso Washington.

Com seu porrete na mão, Theodore Roosevelt é representado como "gendarme (policial) do mundo" em caricatura do começo do século XX.

Um grande exemplo do imperialismo estadunidense ocorreu em Cuba, um dos últimos países da América Espanhola a se livrar do domínio colonial. Até última década do século XIX essa ilha – onde os Estados Unidos possuíam grandes investimentos econômicos ligados à produção de açúcar, aos cassinos e ao plantio de tabaco – ainda estava sob o domínio espanhol. Em 1898, quando o navio estadunidense *Maine*, que se encontrava ancorado em Havana, foi queimado e afundado, os Estados Unidos afirmaram que a Espanha foi responsável pelo atentado, o que levou à eclosão da Guerra Hispano-Americana (1898).

Como a Espanha se encontrava em franca decadência à época, os estadunidenses não enfrentaram muitas dificuldades para derrotá-la. Assim, pelo Tratado de Paris (1898), além da independência de Cuba, os espanhóis foram obrigados a reconhecer o domínio dos Estados Unidos sobre Filipinas e Porto Rico, o qual até hoje sofre influência do governo dos Estados Unidos.

Em 1902, foi aprovada, pelo Senado dos Estados Unidos, a Emenda Platt, incorporada à Constituição cubana, que dava ao governo dos EUA o direito de intervir militarmente em Cuba, em caso de desordem interna. A Emenda também reservava às empresas estadunidenses a prioridade na exploração dos recursos naturais cubanos e concedia aos Estados Unidos o direito de construir a base militar de Guantánamo, que atualmente funciona como uma prisão estadunidense.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFTM-MG) Assinale a alternativa que apresenta fatores que explicam as práticas imperialistas, a partir da segunda metade do século XIX, pelas potências capitalistas.
- Buscava-se controlar as regiões fornecedoras de mão de obra escrava e ampliava-se a exploração de regiões mais afastadas com o objetivo de descobrir novas fontes energéticas e comprar metais preciosos.
 - Precisava-se de mão de obra da África e da Ásia para trabalhar como colonos na zona rural das potências europeias e realizar investimentos em áreas de urbanização, como transporte, saneamento e ferrovias.
 - Diante da existência de capitais excedentes na Europa, procuravam-se novos mercados consumidores, buscava-se controlar regiões produtoras de matérias-primas e direcionar para as áreas coloniais excedentes populacionais europeus.
 - Em função de um crescimento econômico sem precedentes na Europa, os capitais excedentes precisavam ser aplicados em áreas que necessitavam de investimentos humanitários, daí a escolha da África e da Ásia.
 - A Europa necessitava com urgência de metais preciosos, abundantes na África, e conflitos religiosos obrigaram os governos da França e da Inglaterra a mandarem para a Ásia parte dos religiosos mais radicais.

- 02.** (UFPA) Em 1909, o orientalista americano Duncan Macdonald, estudioso do mundo muçulmano, fez a seguinte afirmação:



Os árabes não se mostram especialmente fáceis na crença, mas teimosos, materialistas, questionadores, desconfiados, zombando de suas próprias superstições e usos, gostando de testes do sobrenatural – e tudo isso de um modo curiosamente irrefletido, quase infantil.

MACDONALD, Duncan. *A vida e atitude religiosas no Islã, 1909.*

A imagem dos árabes construída por Macdonald, no início do século XX, em pleno período do Imperialismo, demonstra claramente a concepção que os ocidentais desenvolveram sobre as populações asiáticas e africanas que estavam sendo conquistadas e submetidas ao domínio imperialista das potências ocidentais. A alternativa que retrata essa concepção é:

- Os povos asiáticos e africanos ainda estavam na infância do processo civilizatório, mas poderiam chegar, por si mesmos, à fase adulta, bastando apenas aceitar o domínio Ocidental.
 - A Ásia e a África eram reconhecidas pelos europeus como os continentes onde nasceu a civilização e, por isso, com fortes laços com a Europa, que herdou os elementos civilizatórios que caracterizam a cultura oriental.
 - As populações asiáticas e africanas eram vistas pelos europeus como inferiores, bárbaras, supersticiosas e, por isso, incapazes de dirigir seus próprios destinos, o que exigia a intervenção civilizadora dos europeus.
 - Para os europeus, a conquista da Ásia e da África revestia-se de um caráter meritório, já que representaria a confirmação da tese do arianismo, ou seja, da supremacia da raça branca. Caberia, assim, aos europeus o dever de civilizar os outros povos.
 - O mundo muçulmano, criado pela expansão árabe, por meio da “Guerra Santa”, seria, na visão dos europeus, o principal aliado do Mundo Cristão Ocidental na eliminação de seitas heréticas, que infestavam o Oriente.
- 03.** (PUC Rio) [...] Nós conquistamos a África pelas armas [...] temos direito de nos glorificarmos, pois após ter destruído a pirataria no Mediterrâneo, cuja existência no século XIX é uma vergonha para a Europa inteira, agora temos outra missão não menos meritória, de fazer penetrar a civilização num continente que ficou para trás [...]

DA INFLUÊNCIA civilizadora das ciências aplicadas às artes e às indústrias. *Revue Scientifique*, 1889.

A partir da citação anterior e de seus conhecimentos acerca do tema, examine as afirmativas a seguir.

- A ideia de levar a civilização aos povos considerados bárbaros estava presente no discurso dos que defendiam a política imperialista.
- Aquela não era a primeira vez que o continente africano era alvo dos interesses europeus.
- Uma das preocupações dos países, como a França, que participavam da expansão imperialista, era justificar a ocupação dos territórios apresentando os melhoramentos materiais que beneficiariam as populações nativas.
- Para os editores da *Revue Scientifique* (Revista Científica), civilizar consistia em retirar o continente africano da condição de atraso em relação à Europa.

Assinale a alternativa correta.

- Somente a afirmativa IV está correta.
- Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- Todas as afirmativas estão corretas.

04. (UERJ) A palavra “imperialismo”, no sentido moderno, desenvolveu-se primordialmente na língua inglesa, sobretudo depois de 1870. Seu significado sempre foi objeto de discussão, à medida que se propunham diferentes justificativas para formas de comércio e de governo organizados. Havia, por exemplo, uma campanha política sistemática para equiparar imperialismo e “missão civilizatória”.

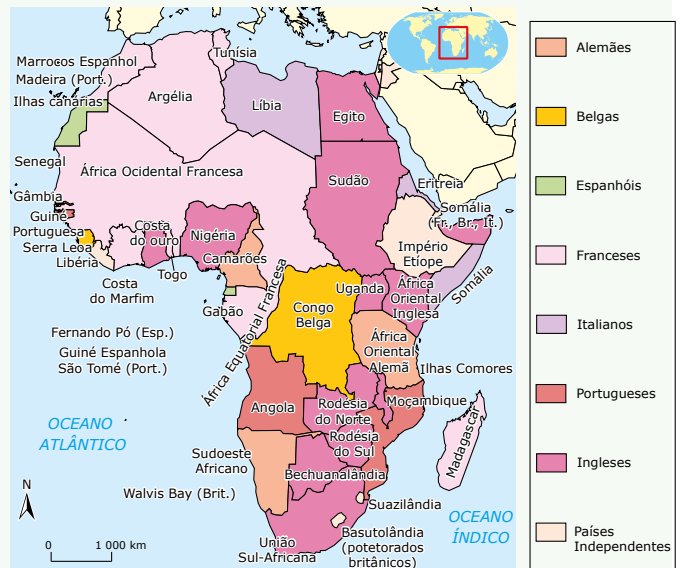
WILLIAMS, Raymond. *Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007 (Adaptação).

No final do século XIX, os europeus defendiam seus interesses imperialistas nas regiões africanas e asiáticas, justificando-os como missão civilizatória. Uma das ações empreendidas pelos europeus como missão civilizatória nessas regiões foi

- A) aplicação do livre-comércio.
- B) qualificação da mão de obra.
- C) padronização da estrutura produtiva.
- D) modernização dos sistemas de circulação.

05. (UFU-MG) A ideia de modernidade foi marcante no mundo na virada do século XIX para o XX, atingindo espaços públicos e privados, nações e indivíduos. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.

- A) A crença no poder do homem e da ciência sobre a natureza, a concepção de superioridade racial e o nacionalismo sustentaram as políticas imperialistas, nas quais o darwinismo social pregava que, assim como na natureza, os mais fortes conseguem suplantar os mais fracos.
- B) A ideia de modernidade envolvia o espetacular, o movimento, a transformação, a velocidade, o culto ao belo, atingindo o mundo das diversões com a invenção do cinema, o ambiente doméstico, as fábricas e as artes, tal como expressavam os artistas do movimento futurista.
- C) Ao clima de modernidade associava-se uma onda crescente de nacionalismo, a exemplo da Alemanha, unificada, industrializada, fortalecida militarmente e disposta a expandir seu território com o apoio de movimentos que pregavam a superioridade da raça germânica.
- D) O Japão, com a Restauração Meiji, e os Estados Unidos, tardiamente industrializados, eram nações que se mantinham isoladas dos progressos tecnológicos do mundo ocidental, o que se refletia, nesses países, respectivamente, na manutenção de tradições feudais e na frágil penetração das novidades trazidas pelo cinema.



Analisando o mapa, pode-se afirmar que

- A) em 1895, França, Grã-Bretanha, Portugal, Espanha, Alemanha e Itália fizeram um acordo de divisão da totalidade do continente africano.
- B) os impérios coloniais, a partir da Conferência de Berlim, dominaram a África para instalar indústrias, visto que era algo inexistente na Europa.
- C) os países envolvidos nesse processo necessitavam de mercados exteriores, matérias-primas agrícolas e minerais para compensar o declínio da industrialização na Europa.
- D) a repartição da África foi um projeto civilizador europeu, que, para ser estabelecido, exigiu a destruição social das oligarquias locais.
- E) o imperialismo apoiou-se também nas rivalidades nacionalistas britânica, francesa e alemã, que originaram novos espaços linguísticos na África.

02.
205X



(CMMG) Leia a seguir um trecho da ata da Conferência de Berlim de 1885.

Capítulo 1. – Declaração referente à liberdade de comércio na Bacia do Congo, suas embocaduras e regiões circunvizinhas, e disposições conexas.

Artigo 1. O comércio de todas as nações gozará de completa liberdade [...]

Artigo 5. Qualquer potência que exerça ou venha a exercer direitos de soberania nos territórios acima indicados não poderá conceder nem monopólio nem privilégio de nenhuma espécie em matéria comercial. Os estrangeiros gozarão indistintamente, quanto à proteção de suas pessoas e de seus bens, da aquisição e da transmissão de suas propriedades mobiliárias e imobiliárias, e quanto ao exercício das profissões, do mesmo tratamento e dos mesmos direitos que os nacionais.

Disponível em: <<http://newton-miranda.blogspot.com/2008/09/ata-daconferencia-de-berlim-1885.html>>.

Acesso em: 25 set. 2009.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp) O imperialismo colonial europeu do final do século XIX e início do século XX mudou a geopolítica do continente africano, fragmentando-o em fronteiras representadas pelo aparecimento de novos espaços linguísticos e novas dinâmicas espaciais e econômicas.

O trecho citado contraria uma versão corrente de que os territórios africanos foram divididos entre os signatários da Conferência com fronteiras já pré-definidas pelos interesses em questão.

A partir de seus conhecimentos históricos e da atenta observação do trecho anterior citado da ata, assinale a alternativa correta.

- A) O mais importante objeto de interesse europeu na África era a região congoleza, em função de sua importância estratégica na área setentrional do continente.
- B) A garantia da liberdade comercial europeia sobre o território africano somente respeitaria os interesses das grandes corporações já instaladas no continente.
- C) A criação de monopólios estaria proibida, evitando, assim, que as áreas ocupadas sofressem restrições ao comércio interno das nações africanas.
- D) A ocupação da África dependeu mais das condições de intervenção de cada país europeu, considerando-se as diversas reações das populações locais, do que de uma prévia delimitação territorial.

03.

UUBS



(UEFS) Leia os textos a seguir:

- I. O imperialismo contemporâneo pode ser também denominado como neocolonialismo, por possuir muitas semelhanças com o regime vigorado entre os séculos XV e XIX, o colonialismo. Imperialismo é a política de expansão e domínio territorial ou cultural e econômico de uma nação sobre outra, e ocorreu na época da Segunda Revolução Industrial.

O IMPERIALISMO. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/imperialismo/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

- II. Esta terceira fase do imperialismo moderno é marcada pela hegemonia do capital financeiro internacional, que é a força motriz por trás do fenômeno da globalização, e na prossecução das políticas neoliberais, no lugar das políticas keynesianas de gestão da procura nos países avançados e de “planejamento” ao estilo Nehru (ou aquilo que alguns economistas do desenvolvimento chamam de políticas dirigistas) no terceiro mundo.

ESTA TERCEIRA fase do imperialismo moderno...

Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr12_3_prabhatpatnaik.html>. Acesso em: 28 fev. 2016.

A comparação entre os dois textos permite concluir que o que caracteriza o imperialismo no século XXI é a

- A) hegemonia racial de uma nação industrial sobre outra de igual característica.
- B) manutenção das características do mercantilismo, vigentes no antigo sistema colonial.
- C) aplicação de políticas monopolistas de controle de mercado por parte das nações capitalistas.
- D) exploração oficializada de fontes de energia de caráter vegetal, como a madeira e o carvão vegetal.
- E) dominação do capital financeiro internacional no contexto da globalização.

04.

K1VP



(Unicamp-SP) No século XIX, surgiu um novo modo de explicar as diferenças entre os povos: o racismo. No entanto, os argumentos raciais encontravam muitas dificuldades: se os arianos originaram tanto os povos da Índia quanto os da Europa, o que poderia justificar o domínio dos ingleses sobre a Índia, ou a sua superioridade em relação aos indianos? A única resposta possível parecia ser a miscigenação. Em algum momento de sua história, os arianos da Índia teriam se enfraquecido ao se misturarem às raças aborígenes consideradas inferiores. Mas ninguém podia explicar realmente por que essa ideia não foi aplicada nos dois sentidos, ou seja, por que os arianos da Índia não aperfeiçoaram aquelas raças em vez de se enfraquecerem.

PAGDEN, Anthony. *Povos e Impérios*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 188-194 (Adaptação).

- A) Segundo o texto, quais as incoerências presentes no pensamento racista do século XIX?
- B) O que foi o imperialismo?

05.

(UFRGS-RS-2020) Leia o seguinte texto:

Durante anos [...], os quenianos foram educados em inglês, desde a creche até a universidade. Não é complicado imaginar o quão difícil que deve ter sido para todas aquelas crianças. Sua educação em inglês provocava uma fratura entre a língua que usavam em suas casas e a língua que usavam nas escolas, com a qual conceitualizavam o mundo. Na atualidade, há toda uma geração de jovens quenianos que vivem entre dois mundos. Têm um domínio perfeito do inglês, mas a cultura majoritária do Quênia pós-colonial, na qual vivem e trabalham, não é de fala inglesa.

THIONG’O, Ngugi wa. *Desplazar el centro*. La lucha por las libertades culturales. Barcelona: Rayo Verde, 2017. p. 164.

Assinale a alternativa que, segundo o texto, indica uma das principais consequências do colonialismo europeu no continente africano.

- A) A imposição do conhecimento de várias línguas para a inserção de africanos no mundo globalizado.
- B) A precarização da educação formal que impossibilita a correta formação para o mercado de trabalho.
- C) A negação, por parte dos africanos, de conceitualizar o mundo, a partir das línguas nativas, no contexto pós-colonial.
- D) A experiência de intercâmbio promovida pelas antigas colônias, permitindo que os africanos tenham dupla cidadania.
- E) A distância entre as formas culturais das sociedades africanas e o caráter eurocêntrico da formação escolar colonial.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) A conquista pelos ingleses de grandes áreas da Índia deu o impulso inicial à produção e venda organizada de ópio. A Companhia das Índias Orientais obteve o monopólio da compra do ópio indiano e depois vendeu licenças para mercadores selecionados, conhecidos como "mercadores nativos". Depois de vender ópio na China, esses mercadores depositavam a prata que recebiam por ele com agentes da companhia em Cantão, em troca de cartas de crédito; a companhia, por sua vez, usava a prata para comprar chá, porcelana e outros artigos que seriam vendidos na Inglaterra.

SPENCE, J. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996 (Adaptação).

A análise das trocas comerciais citadas permite interpretar as relações de poder que foram estabelecidas. A partir desse pressuposto, o processo sócio-histórico identificado no texto é

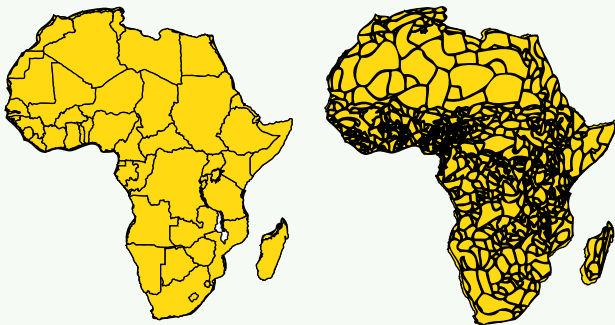
- A) a expansão político-econômica de países do Oriente, iniciada nas últimas décadas do século XX.
- B) a consolidação do cenário político entreguerras, na primeira metade do século XX.
- C) o colonialismo europeu, que marcou a expansão europeia no século XV.
- D) o imperialismo, cujo ápice ocorreu na segunda metade do século XIX.
- E) as libertações nacionais, ocorridas na segunda metade do século XX.

02. (Enem) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.

As fronteiras étnicas e políticas da África

Divisão política

Divisão étnica



ATUALIDADES / VESTIBULAR 2005, 1º sem, Abril, p. 68.

Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

- I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.
- II. As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.
- III. As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de Independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

03. (Enem) Colonizar, afirmava, em 1912, um eminente jurista, "é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e ao mesmo tempo levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar".

MÉRIGNHAC. Précis de législation et d'économie coloniales apud LINHARES, M. Y. *A luta contra a Metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A definição de colonização apresentada no texto tinha a função ideológica de

- A) dissimular a prática da exploração mediante a ideia de civilização.
- B) compensar o saque das riquezas mediante a educação formal dos colonos.
- C) formar uma identidade colonial mediante a recuperação de sua ancestralidade.
- D) reparar o atraso da Colônia mediante a incorporação dos hábitos da Metrópole.
- E) promover a elevação cultural da Colônia mediante a incorporação de tradições metropolitanas.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. C
- 03. E
- 04. D
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. D
- 03. E
- 04.
- 05. E
- A) A crença de que a descendência comum entre ingleses e indianos tornava incoerente a dominação imperialista de justificação racista.
- B) O imperialismo, ou neocolonialismo, foi a dominação realizada por Estados europeus em países dos continentes africano e asiático, com o objetivo de obtenção de matérias-primas e mercados consumidores, bem como de expansão do capital europeu na forma de investimentos.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. E
- 03. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

HISTÓRIA



SUMÁRIO

FRENTE A

- 3 Módulo 16: Independência da América Espanhola e do Haiti
- 6 Módulo 17: Ideias Sociais e Políticas do Século XIX
- 8 Módulo 18: Unificação Italiana, Alemã e Comuna de Paris
- 10 Módulo 19: Estados Unidos no Século XIX
- 13 Módulo 20: Imperialismo

FRENTE B

- 17 Módulo 13: Brasil Império: Período Regencial
- 18 Módulo 14: Bases Políticas do Brasil Império
- 20 Módulo 15: Grupos Sociais em Conflito no Brasil Império
- 23 Módulo 16: República Provisória e da Espada

Caderno Extra

MÓDULO 16

INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA E DO HAITI

- 01.** (IFTO–2018) Sobre a Independência da América Espanhola, é correto afirmar que:
- A) A independência dos países da América Espanhola significou a radical transformação socioeconômica vivida pelas populações latino-americanas.
 - B) A grande maioria dos intelectuais que defendiam e lutavam pela independência da América Espanhola era de origem crioula.
 - C) Todos os intelectuais que defendiam e lutavam pela independência da América Espanhola eram de origem espanhola.
 - D) Dois dos maiores líderes espanhóis para a independência da América Espanhola foram Simon Bolívar e José de San Martin.
 - E) A elite letrada da América Espanhola inspirou-se no conjunto de ideias renascentistas.
- 02.** (PUC Rio) As últimas décadas do século XVIII foram assinaladas por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, tanto na Europa quanto nas Américas. As afirmativas a seguir apresentam algumas dessas transformações. Examine-as.
- I. As treze colônias inglesas da América do Norte proclamaram-se independentes da Inglaterra, formando uma república federalista e presidencialista – os Estados Unidos da América do Norte.
 - II. Em São Domingos (atual Haiti), em 1794, a revolução dos negros escravos deu início à “Era da Abolição” nas Américas, que se completaria quase um século depois com a abolição da escravidão no Brasil.
 - III. Na França revolucionária de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, além de proclamar que “os homens nascem livres e iguais” perante a lei, pondo fim às hierarquias e privilégios que distinguiam a sociedade do Antigo Regime, afirmava que a propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável.
- IV. As conjurações e inconfidências lideradas pelos colonos, quer na América Espanhola quer na América Portuguesa, não se orientaram, em qualquer momento, pelas ideias e princípios defendidos pelos filósofos iluministas.
- Assinale a alternativa correta.
- A) Somente a afirmativa II está correta.
 - B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
 - C) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
 - D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - E) Todas as afirmativas estão corretas.
- 03.** (UFSM-RS) A expulsão das tropas napoleônicas da Espanha, em 1813, possibilita a restauração do trono espanhol. Com o objetivo de restabelecer a ordem, o novo rei reprime os movimentos de emancipação política que vinham ocorrendo nas colônias americanas, desde 1810. Essas novas determinações da metrópole abalam o quadro sociopolítico da América, gerando
- A) aceitação pacífica da elite *criolla*, tendo em vista que a desordem comercial e política ocasionada pelas revoltas seria superada.
 - B) restabelecimento do sistema de monopólio e incremento dos polos comerciais americanos, tanto para exportação de produtos primários quanto para importação de manufaturas.
 - C) consolidação do poder político da Coroa e controle dos grupos sociais nativos que aspiravam à independência política.
 - D) incremento das revoltas coloniais, em especial aquelas protagonizadas pelos trabalhadores das minas, dos campos e das oficinas de artesanato.
 - E) revitalização e fortalecimento dos projetos independentistas, liderados por membros da classe dos grandes proprietários de terras e minas.
- 04.** (UNIFESP) [...] os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm, não deverão, daqui por diante, ser considerados objetos de futura colonização por parte de quaisquer potências europeias [...]
- Mensagem da Presidência dos Estados Unidos ao Congresso em 1823.

Sobre essa mensagem, é correto afirmar que

- A) se tornou letra morta, pelo fato de esse mesmo governo iniciar uma política neocolonial no continente.
- B) alardeou os desígnios dos Estados Unidos no sentido de justificar sua futura dominação sobre a América Latina.
- C) nasceu da necessidade de o governo dos EUA ser aceito como parceiro no clube das potências da época.
- D) provocou entre as potências europeias uma perda de interesse pelo continente americano em geral.
- E) ficou conhecida como a Doutrina Monroe, a qual, naquele momento, expressava os interesses de toda a América.

05. (UFJF-MG) Entre 1791 e 1804, uma das colônias francesas no Novo Mundo, Saint Domingue (Haiti), passou por um processo marcado pela reação contra a dominação de uma elite branca que resultou na sua independência e na abolição da escravidão. Sobre este fato, é correto afirmar:

- I. A chegada de Napoleão Bonaparte ao poder foi um grande estímulo aos revoltosos, pois o novo governo da França aboliu definitivamente a escravidão em todos os domínios franceses nas Américas (1802).
- II. A eliminação dos dominadores brancos e o protagonismo de escravos, libertos e quilombolas foi motivo de grande preocupação entre as sociedades escravistas das Américas. Temia-se a “haitinização”, ou seja, que a revolta se espalhasse e colocasse em xeque a manutenção da instituição escravista em toda a região.
- III. A Revolução do Haiti foi um dos inúmeros casos nas Américas em que o rompimento do domínio colonial esteve associado à abolição da escravidão.
- IV. Após unir-se aos revolucionários, entre 1794 e 1802, o liberto François Dominique Toussaint (“Toussaint L’ouverture”) foi a principal autoridade da ilha. Depois da sua captura e deportação para a França, o ex-escravo Jean-Jacques Dessalines assumiu a liderança dos revoltosos que proclamaram a Independência do Haiti em 1804.

Quais estão corretas?

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) I, II, III e IV.

06. (UFU-MG) A Revolução Francesa introduziu novos princípios políticos nas relações internacionais; a rebelião de escravos de Sant-Domingue [Haiti] irradiou o medo por todas as colônias do Novo Mundo em que predominava a agricultura de latifúndio; dissidentes *criollos* da América Espanhola [...] fizeram propaganda por toda a Europa em favor da emancipação das colônias americanas [...].

Planos de conquista se alternaram com projetos de libertação; mas pouca coisa foi feita numa ou noutra direção antes de 1806, quando o poder naval da Inglaterra estava apto a garantir que ela, e não a França, se beneficiasse de uma desintegração cada vez maior do comércio colonial espanhol.

WADDELL, D. A. G. A política internacional e a Independência da América Latina. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: FAG, 1999. v. II. p. 231.

Considerando o contexto a que se refere o trecho, marque a alternativa que esclarece corretamente a problemática histórica central narrada anteriormente e suas relações com processos históricos vividos no Brasil no século XIX.

- A) Mudanças importantes no equilíbrio de forças europeu desde a virada do século XVIII-XIX tiveram forte vinculação com os movimentos de emancipação, de escravos ou política, ocorridos nas colônias espanholas e portuguesas na América nesse período.
- B) A Revolução Francesa mudou os rumos políticos na Europa e na América, e seus agentes revolucionários lideraram movimentos de Independência das colônias espanholas e do Brasil, inclusive com projetos de libertação.
- C) Movimentos de caráter liberal e igualitário mobilizaram do mesmo modo as forças revolucionárias na França, Inglaterra, Espanha e colônias na América, unificando os benefícios e conquistas para escravos, *criollos* e brasileiros.
- D) A desintegração do comércio colonial espanhol atendeu aos interesses ingleses e brasileiros. Além disso, favoreceu a emancipação dos escravos e das colônias espanholas e portuguesas, apesar do temor dos latifundiários.

07. (UEL-PR) A emancipação das colônias hispano-americanas, liderada pelos grandes senhores de terras e pela burguesia *criolla*, encontrou apoio nos setores médios e populares, os quais, em alguns momentos, chegaram a ameaçar a estrutura de dominação de classe imposta pelo regime colonial. Entretanto, com exceção dos Estados Unidos, que implantaram um regime liberal burguês, no restante da América a independência revelou-se um fato político. Realizada a autonomia, rompidos os vínculos com as metrópoles, as classes dominantes das antigas colônias tomaram o poder e constituíram Estados Nacionais que mantiveram afastada das decisões políticas a massa da população trabalhadora (majoritariamente indígena, camponesa ou não). A estrutura colonial não sofreu qualquer alteração de peso. A Inglaterra abriu mais ainda a sua porta no continente, assegurando-se de mercados consumidores e de matérias-primas; a propriedade territorial continuou nas mesmas mãos, a despeito de algumas tentativas de líderes liberais das Guerras de Independência; a população camponesa permaneceu sob a exploração e o domínio dos seus antigos senhores.

AQUINO, R. S. L. de; LEMOS, N. J. F.; LOPES, O. G. P. C. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 165-166.

De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A) A América Hispânica estava vivenciando, já há algum tempo, um maior grau de liberdade comercial em função da crise econômica metropolitana, bem como a crise política desencadeada pelo domínio francês, entre os anos de 1808 e 1813.
- B) O fenômeno da emancipação política na Nova Espanha foi peculiar na América. A Revolução Mexicana foi o movimento mais representativo do descontentamento da parcela camponesa da população contra o autoritarismo e dominação da Espanha, culminando na emancipação do território do México.
- C) Em toda a América Hispânica e também na Portuguesa, o processo de lutas pela emancipação dos diversos espaços geográficos, que futuramente se constituíram em espaços nacionais, foi conduzido pela Igreja, que lucrava com as emancipações, agregando mais terras ao seu já rico patrimônio.
- D) A participação dos Estados Unidos nos processos de Independência das Américas foi de crucial importância para a adoção do regime republicano pelos espaços recém-independentes.
- E) Após sua Independência, a América Portuguesa rompeu os laços com a metrópole – Portugal – e aliou-se às forças de Napoleão Bonaparte, adotando para esse espaço recém-independente os princípios da Revolução Francesa.

- 08.** (Unesp) Octávio Paz, escritor mexicano, assim se referiu à participação de índios e mestiços no movimento de Independência do México:

A guerra se iniciou realmente como um protesto contra os abusos da metrópole e da alta burocracia espanhola, mas também, e sobretudo, contra os grandes latifundiários nativos. Não foi a rebelião da aristocracia contra a metrópole, mas sim a do povo contra a primeira. Daí que os revolucionários tenham concedido maior importância a determinadas reformas sociais que à independência propriamente dita: Hidalgo decreta a abolição da escravatura; Morelos, a divisão dos latifúndios. A guerra de Independência foi uma guerra de classes e não se compreenderá bem o seu caráter se ignorarmos que, diferente do que ocorreu na América do Sul, foi uma revolução agrária em gestação.

O labirinto da solidão. 1976.

Segundo o autor, a luta pela Independência do México

- A) contou com o apoio dos proprietários rurais, embora eles considerassem desnecessária a questão da ruptura com a Espanha.
- B) opôs-se aos ideais políticos do Iluminismo europeu, dividindo o país em regiões politicamente independentes.
- C) recebeu a solidariedade de movimentos revolucionários europeus, dado o seu caráter de guerra popular.

D) enfraqueceu o Estado Nacional, favorecendo a anexação de territórios mexicanos pelos Estados Unidos da América.

E) apresentou um caráter popular, manifestando questões sociais de longa duração na história do país.

- 09.** (UERJ) Sendo iguais entre si os homens são também independentes na ordem da natureza: são livres [...] A sociedade, pois, é obra da vontade dos homens. A lei na sociedade é a expressão livre e solene da vontade geral.
Correo Semanario, político y mercantil do México, 1811.

O texto reflete o ideário liberal da Revolução Francesa que influenciou as colônias espanholas da América no momento de suas Independências.

Identifique e explique duas ideias apontadas no texto que evidenciem a relação entre a Independência do México e os princípios norteadores da Revolução Francesa.

- 10.** (UEFS-BA) A crise envolvendo os imigrantes [haitianos] gerou troca de farpas entre o governo de São Paulo e o acreano. Com a intensificação da vinda de imigrantes a São Paulo, o governo do Estado criticou o posicionamento do Acre na situação. [...] cerca de 160 imigrantes passaram a noite em um salão de festas convertido, temporariamente, em dormitório. Ficaram no chão, sobre colchões doados pela prefeitura.

CASO dos haitianos [...]. p. B8, 2014.

A migração de haitianos para o Brasil, na atualidade, além de resultar da crise interna vivida por um dos países mais pobres do mundo, massacrado por catástrofes naturais, é, também, uma consequência

- A) do temor de serem absorvidos pela política expansionista dos Estados Unidos no Caribe, o que agravaria suas limitações e carências.
- B) da predominância de negros na população haitiana, dominados por uma elite branca, em regime de segregação racial semelhante ao que prevaleceu na África do Sul.
- C) da falência de um país que se originou de uma colônia de exploração de domínio francês, cuja economia se fundamentou na exploração da agricultura de exportação movida pelo trabalho escravo.
- D) da sobrevivência de relações de trabalho semelhantes à escravidão em plantações de soja e algodão, de propriedade de descendentes de colonizadores franceses.
- E) da maior proximidade geográfica e cultural entre o Haiti e o Brasil, dispensando as perigosas viagens pelo Atlântico (enfrentadas por outros imigrantes), e a facilidade de integração, por falarem a mesma língua.

GABARITO

01. B
02. C
03. E
04. E
05. D
06. A
07. A
08. E
09. Duas entre as três ideias e respectivas explicações:
 - Liberdade – o homem deve respeitar a lei, desde que esta seja expressão da vontade dos cidadãos.
 - Soberania nacional – o poder de fazer as leis reside na nação, formada pelo conjunto de seus cidadãos, que o delega condicionalmente a seus representantes e governantes.
 - Igualdade civil – todos são iguais perante a lei e entre si, não sendo tolerado qualquer tipo de privilégio.
10. C

MÓDULO 17

IDEIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DO SÉCULO XIX

01. (UEL-PR) Partindo dos princípios da lei da mais-valia absoluta e relativa em Marx, um industrial, para aumentar seus lucros, deve
 - A) investir em novas tecnologias e diminuir a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e diminuindo a quantidade de horas de produção, com aumento de salários.
 - B) ampliar a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e aumentando a quantidade de horas de produção, com aumento de salários.
 - C) investir em novas tecnologias, diminuindo o ritmo e a quantidade de horas de produção, sem aumento de salários, pois as novas tecnologias são suficientes para aumentar os lucros.
 - D) aumentar o tempo das horas extras dos empregados, com aumento de salários, estimulando a melhoria do ritmo e da intensidade da produção sem introdução de novas tecnologias.
 - E) investir em novas tecnologias e ampliar a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e aumentando a quantidade de horas de produção, sem aumento de salários.
02. (Fatec-SP) A reação operária aos efeitos da Revolução Industrial fez surgirem críticos ao progresso industrial, os quais propunham reformulações sociais e a construção de um mundo mais justo – os teóricos socialistas.

Sabe-se que

 - A) Pierre Joseph Proudhon propunha a formação de uma sociedade em que não haveria ociosos nem a exploração do homem pelo homem.
 - B) Robert Owen tornou-se o líder do anarquismo terrorista ao apontar a violência como a única forma de alcançar uma sociedade sem Estado e sem desigualdade.
 - C) Friederich Engels acreditava ser possível reorganizar a sociedade com a criação dos falanstérios, fazendas coletivistas agroindustriais.
 - D) Charles Fourier implantou, na Escócia, uma comunidade de alto padrão e de igualdade absoluta; contudo, suas críticas à propriedade e à religião o forçaram a abandonar a Grã-Bretanha.
 - E) Karl Marx considerava inevitável a ação política do operariado, a Revolução Socialista, que inauguraria a construção de uma nova sociedade.
03. (UFMG) Os movimentos de propaganda e a imprensa operária foram dois importantes pilares da divulgação da cultura anarquista.

Assim, é incorreto afirmar que, no Brasil, as pautas dos jornais e a atuação dos militantes anarquistas incluíam a

 - A) crítica ao clericalismo, derivada da oposição do anarquismo aos credos religiosos.
 - B) defesa do Estado do bem-estar social, justificado por suas políticas sociais.
 - C) luta antiestatista, pois os anarquistas recusavam todo tipo de coerção institucional.
 - D) negação da ação parlamentar, considerada politicamente ineficaz.
04. (UFU-MG) Em relação às intensas mobilizações políticas e sociais ocorridas nas décadas finais do século XIX e no princípio do século XX, bem como seus desdobramentos na Europa e no Brasil, assinale a alternativa incorreta.
 - A) O anarquismo e o socialismo, embora sejam críticas radicais da sociedade, estão restritos ao contexto da passagem do século XIX para o XX. Esses referenciais foram abandonados pelos movimentos sociais, principalmente após o fim da União Soviética e a Queda do Muro de Berlim, na década de 1990.
 - B) Militantes anarquistas ou libertários elaboraram uma das críticas mais severas ao capitalismo e às suas consequências. Eles defendiam a necessidade de despertar, no homem, a liberdade, a fim de criar um novo modo de ser da sociedade, na qual sejam suprimidos o governo, a hierarquia e a propriedade privada, substituindo, assim, a organização autoritária burguesa.

- C) A primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, iniciada em Londres no século XIX, reuniu diferentes tendências entre os militantes do proletariado. Duas das mais importantes tendências presentes no movimento podem ser sintetizadas nos embates entre Bakunin, líder anarquista, e Marx, líder comunista.
- D) Devido ao temor em relação ao movimento operário europeu e, posteriormente, em função dos movimentos de greve ocorridos no Brasil no início do século XX, o governo brasileiro adotou medidas como a Lei Adolfo Gordo, que permitia ao Poder Executivo não só expulsar, mas também vetar a permanência de imigrantes radicais no país.
- 05.** (UEL-PR) Partindo dos princípios da lei da mais-valia absoluta e relativa em Marx, um industrial, para aumentar seus lucros, deve
- A) investir em novas tecnologias e diminuir a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e diminuindo a quantidade de horas de produção, com aumento de salários.
- B) ampliar a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e aumentando a quantidade de horas de produção, com aumento de salários.
- C) investir em novas tecnologias, diminuindo o ritmo e a quantidade de horas de produção, sem aumento de salários, pois as novas tecnologias são suficientes para aumentar os lucros.
- D) aumentar o tempo das horas extras dos empregados, com aumento de salários, estimulando a melhoria do ritmo e da intensidade da produção sem introdução de novas tecnologias.
- E) investir em novas tecnologias e ampliar a jornada de trabalho dos empregados, intensificando o ritmo e aumentando a quantidade de horas de produção, sem aumento de salários.
- 06.** (UFMG) Em 1891, o papa Leão XIII editou um documento – a encíclica *Rerum Novarum* – que deixou marcas profundas na Igreja Católica. A importância desse documento transcende os muros da Igreja, haja vista que ele redefiniu o pensamento católico e o modo como essa instituição se relacionava com as sociedades em que atuava.
- Considerando-se a influência da *Rerum Novarum*, é correto afirmar que essa encíclica
- A) significou uma condenação vigorosa da guerra e do colonialismo, pela manifestação do pacifismo e do humanismo inerentes aos valores cristãos.
- B) deu origem ao pensamento social católico, a partir do impacto da expansão do capitalismo e do crescimento do ideário socialista.
- C) transformou a Igreja em aliada do movimento fascista, abrindo caminho para a concordata entre o papa e o Estado italiano.
- D) representou uma tomada de posição do Vaticano contra a religião muçulmana, que crescia em ritmo acelerado e ameaçava a posição hegemônica do catolicismo.
- 07.** (UNIFESP) Do papa Leão XIII, na encíclica *Diuturnum*, de 1881:
- Se queremos determinar a fonte do poder no Estado, a Igreja ensina, com razão, que é preciso procurá-la em Deus. Ao torná-la dependente da vontade do povo, cometemos primeiramente um erro de princípio e, além disso, damos à autoridade apenas um fundamento frágil e inconsistente.
- Nessa encíclica, a Igreja defendia uma posição política
- A) populista. D) democrática.
- B) liberal. E) progressista.
- C) conservadora.
- 08.** (Unicamp-SP) Um dos mandamentos do século XIX, na Europa, era o evangelho do trabalho. Para os ideólogos da classe média, o ideal do trabalho implicava autodisciplina e sentido atento do dever. Até mesmo os mais devotos ousavam modificar a palavra de Deus. As Escrituras haviam considerado o trabalho como castigo severo imposto por Deus a Adão e Eva. Mas para os ideólogos burgueses, o trabalho era prevenção contra o pecado mortal da preguiça. O evangelho do trabalho era quase exclusivamente um ideal burguês. Em geral, os nobres não lhe davam valor. O desprezo aristocrático pelo trabalho era um resquício feudal.
- GAY, Peter. *O século de Schnitzler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 210-211, 214, 217-218.
- A) Segundo o texto, como o trabalho era visto pela Bíblia, pela burguesia e pela aristocracia?
- B) Como a burguesia buscou disciplinar os trabalhadores no contexto da Revolução Industrial?
- 09.** (PUC-SP) Para nós, a autoridade não é necessária à organização social; ao contrário, acreditamos que ela é sua parasita, que impede sua evolução e utiliza seu poder em proveito próprio de uma certa classe que explora e oprime as outras. Enquanto houver harmonia de interesses em uma coletividade, enquanto ninguém quiser ou puder explorar os outros, não haverá marcas de autoridade; mas, quando surgirem lutas internas e a coletividade se dividir em vencedores e vencidos, então a autoridade aparecerá, autoridade que, naturalmente, estará a serviço dos interesses dos mais fortes e servirá para confirmar, perpetuar e reforçar sua vitória.
- MALATESTA, Errico. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 25.
- O fragmento anterior defende a postura
- A) humanista – acredita na harmonia entre os homens e opõe-se a qualquer tipo de conflito social.
- B) anarquista – rejeita a necessidade da autoridade e a vê como instrumento de poder e de dominação.
- C) autoritária – concebe a autoridade como natural e exclui qualquer tentativa de utilizá-la na vida em comunidade.
- D) socialista – critica a autoridade exercida pela classe dominante e defende o poder nas mãos dos trabalhadores.
- E) liberal – celebra o valor universal da liberdade e recusa a imposição da vontade de uns sobre outros.

- 10.** (UFPR) No filme *Matrix* (1999), dos irmãos Andy e Larry Wachowski, a vida humana não passa de uma ilusão, pois os seres humanos vivem ligados às máquinas como baterias de um amplo sistema de controle tecnológico. Esse filme suscitou inúmeras reflexões e debates de natureza filosófica e religiosa, mas um aspecto que merece ser destacado é o político, pois é um filme que apresenta uma visão pessimista e antiutópica do futuro humano. Contudo, muito antes dos filmes de ficção científica, as esperanças e os desejos de uma sociedade ideal já inspiravam pensadores e escritores, que deixaram em suas obras modelos de transformação social. Sobre a imaginação utópica e seus fundamentos, é correto afirmar:
- A) As obras caracterizadas como utópicas são assim chamadas devido à sua natureza ficcional, sem nenhuma relação com a realidade.
- B) *A República*, obra utópica escrita por Platão, previa um mundo controlado pelos sacerdotes.
- C) Em seu livro *A Utopia*, o humanista inglês Thomas More, ao defender a propriedade privada e o enriquecimento, tinha como modelo ideal a seguir a sociedade inglesa de sua época.
- D) Durante o século XIX, multiplicaram-se as utopias de caráter socialista-comunista, como as de Owen, Saint-Simon e Fourier, enfatizando a transformação das condições materiais da sociedade.
- E) O livro *1984*, de George Orwell, é uma utopia socialista inspirada na Revolução Russa e na admiração do autor pelo sistema político soviético.

GABARITO

01. E
 02. E
 03. B
 04. A
 05. E
 06. B
 07. C
 08. A) De acordo com o texto, o trabalho, pela Bíblia, era visto como um castigo divino; pela burguesia, como um dever virtuoso, e pela aristocracia, com desprezo.
 B) Além da adoção do discurso de que o trabalho era virtuoso, a burguesia buscava disciplinar os trabalhadores por meio de longas jornadas de trabalho, da hierarquização e do autoritarismo nas unidades produtivas.
 09. B
 10. D

MÓDULO 18

UNIFICAÇÃO ITALIANA, ALEMÃ E COMUNA DE PARIS

- 01.** (Vunesp) Assinale a alternativa incorreta sobre o mundo contemporâneo.
- A) A unificação alemã, realizada por Bismarck, deu origem a uma questão solucionada pelo Tratado de Latrão (1929), que criou o Estado do Vaticano.
- B) A queda de Napoleão (1815) acarretou a reação absolutista na Europa, corporificada no Congresso de Viena.
- C) A Santa Aliança foi um pacto conservador de oposição aos movimentos liberais.
- D) Através da encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja procurou conciliar capital e trabalho.
- E) A imposição de José Bonaparte como rei da Espanha provocou uma insurreição que repercutiu na América.
- 02.** (UFAC) O surgimento do Império alemão e a formação do reino da Itália, bem como toda uma série de conflitos pelo controle da região dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos, estão inseridos no contexto daquilo que ficou conhecido, no panorama político europeu de meados do século XIX, como a “política das nacionalidades”. A consolidação da unificação italiana e alemã, no entanto, somente se completaria nos anos 1870-1871. O que estava por trás desses conflituosos processos de unificação?
- A) A afirmação de um poder aristocrático.
- B) A vitória dos ideais políticos e econômicos do liberalismo.
- C) A consolidação do Vaticano como expressão maior de poder sobre aquelas regiões.
- D) A derrota dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade expandidos pela Revolução Francesa.
- E) A consolidação do prestígio e poder de Napoleão III sobre aquelas regiões.
- 03.** (ESCS-DF) A segunda metade do século XIX ficou caracterizada pelos processos de unificações tardias da Alemanha e da Itália. O processo italiano ficou marcado pela forte presença da burguesia do Piemonte (norte dos Estados italianos), interessada na unificação do mercado da Península Itálica. Um fator que também contribuiu para o processo de unificação tardia da Itália foi
- A) o apoio dos Estados pontificiais interessados na possível proteção do novo Estado italiano à Igreja Católica na Europa.
- B) a ampla participação da população do sul dos Estados italianos, organizada em um exército popular liderado por Giuseppe Garibaldi.

- C) o total interesse da França na Independência italiana para que a jovem nação estabelecesse uma concorrência com a Inglaterra.
- D) a disseminação do pensamento absolutista que inspirou a criação de um governo central na Itália.
- E) o interesse dos nacionalistas italianos na integração da parte industrial do sul dos Estados italianos com a parte agrária do norte do país.
- 04.** (Unemat-MT) Comparando o processo de unificação italiana com a unificação alemã, pode-se apontar como ponto comum
- A) a união de vários povos com a mesma cultura e mesma religião, conduzido, principalmente, por líderes religiosos.
- B) a união de vários povos que falavam a mesma língua, com um passado comum, conduzido, principalmente, por uma casa real.
- C) a união de vários povos que falavam a mesma língua, com um passado comum, conduzido, principalmente por revolucionários como Garibaldi e Karl Marx.
- D) a união de vários povos etnicamente distintos que habitavam o mesmo espaço, conduzido, principalmente, por uma casa real.
- E) a união de vários povos étnica e linguisticamente distintos, reunidos pacificamente em uniões aduaneiras e comerciais.
- 05.** (Unifor-CE) A propósito dos processos de unificação alemã e italiana, pode-se afirmar que
- A) ambos foram conduzidos pela burguesia liberal, instituindo-se, na Alemanha e na Itália, regimes democrático-representativos.
- B) foram conduzidos pelos *Junkers* prussianos e pelo reino Sardo, porque, em virtude do desenvolvimento industrial retardatário dos dois países, a burguesia revelou-se incapaz de conduzir movimentos liberais vitoriosos.
- C) no caso da Itália a ação de Garibaldi e seus "camisas vermelhas" assegurou o predomínio dos socialistas no processo de unificação.
- D) por força da exaustão provocada pelos movimentos de unificação, Itália e Alemanha buscaram preservar as condições de paz e equilíbrio na Europa durante um longo período, de modo a garantir o reerguimento de suas economias.
- E) contribuíram para o declínio do nacionalismo na Europa, ao sufocar as aspirações de independência dos pequenos estados.
- 06.** (UFV-MG) A unificação política da Itália, ocorrida na segunda metade do século XIX, foi um processo tardio, considerando o contexto histórico europeu. Sobre essa unificação, é correto afirmar que ela
- A) possibilitou sua participação na corrida colonial, envolvendo-a no domínio do mercado internacional juntamente com a Inglaterra e a França.
- B) contribuiu em parte para romper o equilíbrio político-militar que, a partir do Congresso de Viena, fora estabelecido entre as nações europeias.
- C) acarretou o desenvolvimento do capitalismo, a partir de um intenso surto de industrialização que se estendeu por todo seu território.
- D) permitiu o reatamento das relações político-diplomáticas com o Vaticano e a garantia do direito de liberdade religiosa aos cidadãos.
- E) impediu o surgimento de fluxos de emigração de camponeses para o continente americano, devido à implantação de uma política de fechamento de suas fronteiras.
- 07.** (UNIFESO-RJ) Massimo d'Azeglio exclamou em 1860: "Fizemos a Itália, agora precisamos fazer os italianos". É correto afirmar que essa observação
- A) alude à necessária construção de uma identidade nacional italiana, já que nessa época, por exemplo, apenas uma fração ínfima dos habitantes da Itália falava italiano no dia a dia.
- B) aponta para a necessidade de se manter a unidade italiana através da anexação forçada de Roma, de Nice e da Savoia.
- C) chama a atenção para o caráter unilateral e autoritário da unificação imposta por Nápoles.
- D) esconde o verdadeiro objetivo social da insurreição no reino das Duas Sicílias sob o comando de Giuseppe Garibaldi.
- E) evidencia problemáticas que não tiveram maiores desdobramentos, seja no curso da unificação italiana, seja após seu término.
- 08.** (UERJ) O dia 12 de setembro de 1990 marcou o fim da Segunda Guerra Mundial: a Alemanha, vencida há quarenta e cinco anos, dividida e colocada sob a tutela de seus vencedores, encontrou, através de sua unificação, a sua soberania plena e completa. A última unidade alemã tinha sido proclamada em 1871, na galeria dos espelhos do Palácio de Versalhes, depois de uma guerra vitoriosa contra a França.
- LE MONDE, 13 set. 1990 (Adaptação).
- As conjunturas históricas indicadas no texto anterior representam aspectos diferenciados. Os dois momentos de unificação, no entanto, transformaram a Alemanha em
- A) um Estado unitário, com uma representação classista de deputados.
- B) uma potência central, com um papel decisivo no equilíbrio de poder europeu.
- C) uma república federal, com um regime parlamentar e uma Constituição liberal.
- D) uma nação democrática, com suas instituições liberais ampliadas do oeste para o leste.

- 09.** (UFF-RJ) À época de Bismarck (1871-1890), associam-se alguns elementos que vieram a reforçar o capitalismo industrial e financeiro na Alemanha recém-unificada. Assinale a opção que contém referências vinculadas ao momento político mencionado.
- A) Vitória dos cristãos-sociais mais moderados ao impor reformas do sistema de trabalho na década de 1880, greve dos mineiros do Ruhr, emigração maciça para o continente americano, imposição do livre-comércio de importação e exportação em 1879.
- B) Zollverein ou união aduaneira alemã, abolição do regime político-federal no Império Alemão, diminuição da influência dos *Junkers* prussianos, dissolução da Aliança do Centeio e do Aço.
- C) Unificação monetária alemã e fundação do *Reichsbank*, extensão das ferrovias, desaparecimento de numerosas pequenas empresas após a crise financeira de 1873, imposição do protecionismo alfandegário em 1879.
- D) Financiamento de seguros sociais pelo *Reichsbank* para aliviar tensões, condução a um período de paz social através da unidade alemã, privatização das ferrovias, entrada da Alemanha na corrida colonial ao anexar a Etiópia.
- E) Sacrifício da agricultura à indústria, reforço da posição dos industriais determinado pelo “novo curso” ligado ao chanceler Caprivi, formação, no *Reichstag*, da maioria chamada “do Cartel”, favorável ao grande capitalismo e a medidas antissindicais em 1879.
- 10.** (UEPA) A guerra pela unificação italiana ocorreu entre 1859 e 1861 e envolveu uma articulação militar e política resultante da nova conjuntura gerada pelas revoluções liberais que sacudiram a Europa na primeira metade do século XIX. A aliança entre a França de Napoleão III e o Reino de Piemonte-Sardenha, contra o domínio austríaco no norte da Itália, foi possível por conta da
- A) reação contra a ação imperialista do Império Austro-Húngaro baseada em ideais nacionalistas que mais tarde inspirariam a ascensão de governos fascistas na Itália e na Alemanha.
- B) posição de liderança que a França ocupava como potência liberal europeia, no século XIX (ao lado da Inglaterra), interessada em refazer a conjuntura política herdada do Congresso de Viena.
- C) simpatia francesa pelo movimento nacionalista dos “camisas vermelhas”, que atuou na conquista dos Estados do Sul da península Itálica sob o comando do republicano Giuseppe Garibaldi.
- D) força da organização secreta “Carbonária”, que atraía grupos políticos liberais por toda a Europa a apoiar a luta pela unificação italiana que contava com ampla base popular.
- E) tendência geral republicana do movimento de unificação nacional, assinalado pelo protagonismo do grupo dos “neoguelfos” na luta de unificação e sua orientação política pró-republicana.

GABARITO

01. A
02. B
03. B
04. D
05. B
06. B
07. A
08. B
09. C
10. B

MÓDULO 19

ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX

- 01.** (PUC Minas) A expansão estadunidense não é uma questão que perturba somente o nosso tempo. Desde o final do século XIX que a política externa ianque vem dando sinal de ser insaciável na obtenção de vantagens comerciais e políticas sobre o resto do mundo. Tendo em vista essa vocação, é correto afirmar:
- A) A Doutrina Monroe foi a principal peça política engendrada pelo governo americano para justificar seu expansionismo a partir da primeira metade do século XIX.
- B) A política do *Big Stick*, do governo de Franklin Delano Roosevelt, foi criada para fazer oposição ao modelo protagonizado pela Doutrina Monroe.
- C) Os americanos nunca propuseram oficialmente um imperialismo nas Américas. Somente tentaram conter os avanços do capitalismo europeu nesse continente.
- D) Semelhante na postura, mas diferente na ação, a invasão do Iraque, hoje, é um desdobramento da Doutrina Monroe.
- 02.** (UECE) O que opõe o Norte industrial ao Sul agrícola é uma divergência mais de ordem econômica: o primeiro é protecionista, o segundo quer a liberdade de comércio. Não é, portanto, a questão do escravismo que pode explicar a origem das hostilidades e de um conflito que causará a morte de mais de 600 mil americanos.
- KERSAUDY, François. Estados Unidos: o nascimento de uma nação. Tradução de Ana Montoia. *História Viva*, São Paulo: Duetto, n. 1, p. 28, nov. 2003.

De acordo com o texto, podemos reconhecer como fator que desencadeou a Guerra de Secessão americana

- A) a pretensão dos nortistas de impedir a expansão do escravismo nos territórios do oeste, ainda não constituídos em estados.
- B) o radicalismo antiescravista de Abraham Lincoln, que, eleito presidente da República, ameaçava os direitos dos proprietários de escravos.
- C) a ação da sociedade secreta Ku Klux Klan, que acabou com a segregação racial ao conceder o igual direito de voto aos negros.
- D) a manutenção do escravismo nos estados do Sul propiciava a industrialização nos estados do Norte, devido à mão de obra barata.

03. (Fatec-SP) A Guerra de Secessão, também chamada de Guerra Civil Americana, teve início no ano de 1861. Nesse momento, o Sul dos Estados Unidos proclama a sua separação e passa a se chamar ECA (Estados Confederados da América). Entre os motivos que causaram o início dessa guerra, podemos citar

- A) as tentativas por parte do Sul em modificar sua economia agrária ligada ao mercado europeu por um modelo econômico industrial.
- B) a conquista do oeste cujas terras, além do Texas, o norte esperava poder aproveitar para expandir a lavoura de algodão e outras plantações, usando da mão de obra escrava.
- C) a vitória do presidente Abraham Lincoln, que foi interpretada pelo Sul como a sentença de morte que colocaria em xeque o sistema escravista.
- D) a pretensão por parte dos fazendeiros do Sul em fundar um banco nacional com direitos exclusivos de emitir dinheiro, e um dinheiro "forte" para o pagamento de suas dívidas.
- E) a tarifa sobre importações, pois o Sul queria que esse imposto fosse elevado o bastante para oferecer alguma proteção contra a concorrência de manufaturas importadas.

04. (Unit-AL) "General: tive o prazer de ler com a máxima atenção os documentos que me confiou e agora lhe dou retorno em relação ao seu plano de introdução de negros libertos [norte-americanos] no Brasil. [...]. No entanto, nada dessa ordem poderá ser tentada em nosso país, pois temos uma lei que impede expressamente a entrada de qualquer negro liberto em nossas fronteiras. [...]. O projeto foi arquivado".

A elite política brasileira já estava focada na atração de imigrantes brancos europeus para o Brasil: planos de imigração e colonização estavam totalmente orientados no sentido do "branqueamento" da população brasileira, e mesmo propostas para trazer trabalhadores chineses falharam, porque o Parlamento não aceitou a vinda de "não brancos".

O DIA... 2017.

A questão racial nos Estados Unidos remonta ao período da colônia e se desdobra ao longo do tempo, como se pode inferir na

- A) consolidação dos princípios liberais e democráticos em toda sociedade estadunidense, após a independência, que excluiu o debate racial da esfera política.
- B) intenção dos estados nortistas em adiar o debate sobre a abolição da escravidão, objetivando evitar um conflito armado que provocasse ruptura na nação.
- C) tensão provocada pelas rebeliões dos escravos que, inspirados na independência do Haiti, provocaram a desorganização da produção açucareira.
- D) progressiva exclusão social e política dos negros nos estados sulistas, após a Guerra de Secessão, respaldados em uma legislação segregacionista.
- E) incapacidade de mobilização dos negros, nos anos 60 do século XX, diante do temor de uma guerra nuclear, o que paralisou a luta pelas questões raciais.

05. (UEL-PR) As interpretações predominantes afirmam que a escravidão, nos Estados Unidos da América, foi abolida devido ao fato de que

- I. o sistema escravista era incompatível com o funcionamento da República que, pela Constituição de 1776, previa igualdade plena de direitos à população.
- II. existia uma rivalidade entre o Norte industrializado e o Sul agrícola, que desencadeou uma guerra na qual o resultado final foi favorável ao norte.
- III. a escravidão limitava o crescimento do mercado interno ao diminuir a renda dos trabalhadores.
- IV. por ser o último país a permiti-la, os EUA estavam submetidos a fortes pressões, inclusive dos líderes religiosos, que ameaçaram excomungar os proprietários de escravos.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

06. (UFRJ) Leia o texto que se refere à Guerra de Secessão e responda ao que se pede.

A União compreendia 23 estados, com cerca de 28 milhões de habitantes; os Confederados tinham 11 estados com uma população de cerca de 9 milhões de indivíduos, dos quais 3 milhões e 500 mil eram escravos.

O sistema ferroviário da União era mais extenso e de melhor qualidade que o dos Confederados. Estes dependiam de armas, munições e medicamentos importados, o que não ocorria com a União devido ao desenvolvimento industrial do Norte. Além do mais, os estaleiros do Norte reforçavam sua esquadra, cujos navios afundaram os dos Confederados e bloquearam os portos sulistas cortando ligações com o exterior.

AQUINO, R. S. L. *et al. História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. p. 174.

Sobre a Guerra de Secessão, ocorrida nos Estados Unidos entre 1861 e 1865, é correto afirmar que

- A) as suas causas encontram-se nas medidas protecionistas tomadas pelos estados do Sul em processo de industrialização, uma vez que estes estavam sufocados pela concorrência dos produtos mais baratos do norte industrializado.
- B) ela tem início como uma reação do norte ao predomínio de sulistas no Congresso americano, o que fez com que os estados do Norte, apesar de altamente industrializados, ficassem com a fatia menor do orçamento da União.
- C) os exércitos confederados se levantam contra a política discriminatória de sucessivos presidentes do norte, que praticamente excluem o Sul de quaisquer investimentos para industrializar-se, aplicando, durante anos, a quase totalidade de recursos em estados do Norte.
- D) a classe dominante sulista, a burguesia mercantil, objetivava a constituição de um vigoroso mercado interno para escoar a produção agrícola de sua região, ao contrário dos estados do Norte, cuja classe dominante, a burguesia industrial, tinha como objetivo primeiro a ênfase no mercado externo.
- E) o conflito teve como um dos principais motivos as rivalidades cada vez maiores entre o norte industrializado e o Sul escravocrata em torno de problemas como a libertação dos escravos, desejada por políticos do Norte, que desorganizaria de modo central a economia agrícola sulista.

- 07.** (PUC Minas) A Guerra Civil estadunidense também chamada de Secessão, por se tratar do conflito entre o Sul e o Norte dos EUA, trouxe desdobramentos político-ideológicos graves para a formação da identidade nacional do país. Assinale o fato que mais aprofundou a radicalização dos conflitos étnicos em território americano ao longo do século XX.
- A) A criação da Ku Klux Klan em território sulista ao final da guerra.
 - B) A formação dos Estados Confederados liderados por Abraham Lincoln.
 - C) O estabelecimento da Doutrina Monroe, que garantia as liberdades civis a todas as raças nos EUA.
 - D) As leis a favor do *Apartheid*, promulgadas após o desfecho do conflito.

- 08.** (Unicamp-SP) Nos Estados Unidos da década de 1870, o projeto político sulista de excluir os negros venceu. Os Republicanos Radicais ficaram isolados em sua defesa dos negros e tiveram que enfrentar a oposição violenta do terrorismo branco no Sul. A Ku Klux Klan, formada por veteranos do exército confederado, virou uma organização de terroristas, perseguindo os negros e seus aliados com incêndios, surras e linchamentos. A depressão de 1873 apressou o declínio dos Republicanos Radicais, que sentiram a falta do apoio financeiro dos bancos. Para o público, a corrupção tolerada pelos Republicanos Radicais agora parecia um desperdício inaceitável.

EISENBERG, Peter Louis. *Guerra Civil Americana.* São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 102-105.

- A) De acordo com o texto, aponte dois fatores que levaram à vitória do projeto de exclusão dos negros no sul dos Estados Unidos após a Guerra da Secessão.
- B) Quais foram as causas da Guerra da Secessão?

- 09.** (UEL-PR) "O BRAZIL QUEM USA SOU EEUU"

Grafite escrito em um muro da cidade de São Paulo.

A frase irônica procura contextualizar a relação política entre os Estados Unidos da América e o Brasil desde os movimentos pela Independência no continente. Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas:

- I. A Independência dos Estados Unidos, em 1776, incentivou os brasileiros, que participaram de movimentos conspiratórios contra o poder colonial português.
- II. Os Estados Unidos da América obrigaram Portugal a reconhecer a Independência do Brasil, visando a obter para si vantagens comerciais e tributárias no continente europeu.
- III. A visão estadunidense do pan-americanismo, no século XIX, assegurou a independência econômica aos Estados americanos que conquistaram a liberdade política.
- IV. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os Estados independentes americanos, evidenciando a inter-relação da economia com a política.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas.
- B) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- D) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- E) Apenas as afirmativas I e III são corretas.

10. (UFRJ) Leia o texto.

[...] A depressão industrial de 1811 deveu-se não tanto ao funcionamento do sistema continental de Napoleão – embora isso tivesse impedido o comércio com a Europa – mas sim ao súbito fechamento do mercado americano, em reação aos decretos retaliatórios da Grã-Bretanha. Bancos faliram e o comércio de exportação entrou em colapso. E, além de tudo isso, ocorreu uma sucessão de más colheitas; de 1809 a 1812, o preço do trigo, que tinha sido em média 107s. 3 1/2d. por quarto, no período de 1800-1813, subiu, em agosto de 1812, para o pico sem precedentes de 156s., em Londres, e 180s., em Yorkshire.

RUDÉ, George. *A multidão na História*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p. 84-85.

No início da década de 10, do século XIX, a Europa e a América atravessavam um período de crise e mudança que afetava dramaticamente a área original da chamada Revolução Industrial. A reação dos trabalhadores frente àquela crise e a consequência dos desentendimentos entre britânicos e estadunidenses naquele momento, respectivamente, foram

- a organização de uma greve geral que acabou por derrubar o governo inglês e a declaração do presidente James Monroe contra a intervenção britânica na América (Doutrina Monroe).
- a mobilização operária em torno de petições ao Parlamento contra a alta de preços (Cartismo) e a proibição britânica do comércio triangular realizado por comerciantes estadunidenses.
- a criação de sindicatos (*trade unions*) para organizar a luta operária e a declaração de Independência estadunidenses contra os decretos britânicos (“Leis Intoleráveis”).
- o início da emigração para a América fugindo do desemprego e da miséria e a proibição da entrada de ingleses nos Estados Unidos agravando a crise econômica na Grã-Bretanha.
- a ação dos “ludistas” na destruição das máquinas e a Segunda Guerra de Independência (1812-1814), quando os estadunidenses reafirmaram o fim do domínio colonial inglês.

08. A) O texto atribui o fracasso dos republicanos radicais – defensores dos direitos civis dos negros – à falta de apoio por parte das instituições financeiras estadunidenses, assim como às ações violentas por parte da Ku Klux Klan, um grupo de extremistas que promoviam ataques aos afro-americanos e também aos republicanos radicais.

B) A Guerra Civil Americana, conhecida também como Guerra de Secessão, originou-se da diferença entre os estados do Norte e os do Sul, que compunham os Estados Unidos da América. Em virtude da colonização inglesa, os sulistas eram caracterizados pela divisão da terra em latifúndios, por fomentar a agroexportação e pela utilização do trabalho escravo negro. Os nortistas, por sua vez, eram mais voltados à industrialização, tendo o trabalho livre assalariado como a base da produção. Dessa forma, questões que envolviam a abolição do trabalho escravo e a intensidade das tarifas alfandegárias, por exemplo, acabavam sendo polêmicas e colocavam os estados do Norte e os do Sul em uma constante tensão, que acabou favorecendo o início da Guerra de Secessão.

09. C

10. E

MÓDULO 20**IMPERIALISMO**

- 01.** (UFSM-RS) A Segunda Revolução Industrial, no período de 1860 a 1910, caracteriza-se por novas tecnologias: o processo Bessemer de transformação do ferro em aço, a criação do dínamo (movido à eletricidade) e do motor a combustão interna (movido por derivados do petróleo).

ELLO, L. I. A.; COSTA, L. C. A. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1999. p. 201 (Adaptação).

Essas transformações tecnológicas permitem maior produtividade e acúmulo de capitais, possibilitando

- a consolidação das pequenas e médias empresas e o desaparecimento dos conglomerados industriais.
- o surgimento de grandes bancos, capazes de realizar empréstimos e financiamentos para empreendimentos industriais de grande vulto.
- a expansão imperialista da Inglaterra na Índia e na China.

GABARITO

- A
- A
- C
- D
- B
- E
- A

IV. a crise do neocolonialismo, uma vez que o acesso à matéria-prima para indústria assim como garantias para investimentos na Ásia, África e América estão assegurados pelas regras do livre-comércio.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas II e III.
- D) apenas II e IV.
- E) apenas III e IV.

02. (UFPel-RS) O francês P. Leroy-Beaulieu, professor do College de France, escreveu em 1891:

[...] a fundação de colônias é o melhor negócio no qual se possa aplicar os capitais de um velho e rico país, disse o filósofo inglês John Stuart Mill. [...] A colonização é a força expansiva de um povo, é seu poder de reprodução, [...] é a submissão do universo ou de uma vasta parte [...] a um povo que lança os alicerces de sua grandeza no futuro, e de sua supremacia no futuro. [...] Não é natural, nem justo, que os países civilizados ocidentais se amontoem indefinidamente e se asfixiem nos espaços restritos que foram suas primeiras moradas, que neles acumulem as maravilhas das ciências, das artes, da civilização, que eles vejam, por falta de aplicações remuneradas, os ganhos dos capitais em seus países, e que deixem talvez a metade do mundo a pequenos grupos de ignorantes, impotentes, verdadeiras crianças débeis, dispersas em superfícies incomensuráveis.

SCHMIDT, Mário Furley. *Nova história crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999.

O texto caracteriza a ideologia e a prática do

- A) mercantilismo, durante a Expansão Marítima na Revolução Comercial.
- B) Iluminismo da burguesia financeira, durante a Expansão Marítima.
- C) imperialismo europeu, na Idade Moderna, quando da partilha da América, da África e da Ásia.
- D) capitalismo industrial, originário da Europa, nos séculos XVI e XVII, as quais legitimaram o escravismo colonial.
- E) etnocentrismo da burguesia industrial na fase do capitalismo imperialista.

03. (UECE) Durante o século XIX, as nações imperialistas europeias justificaram seu poderio sobre grande parte do continente africano afirmando: "Age-se, assim, para o bem de todos. A Europa não abandonará, absolutamente, sua autoridade colonial. Ela está no comando e no comando deve permanecer".

SARRALT, Alberte. *Grandeza y servidumbres coloniales, 1931 apud BRUIT, Hector. O Imperialismo*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987. p. 11.

Sobre o neocolonialismo europeu, é correto afirmar que

- A) foi aceito e defendido sem restrições, especialmente pelos países do continente africano.
- B) foi um discurso ideológico e preconceituoso que em nenhum momento existiu na prática.
- C) foi amplamente justificado por meio de um discurso autoritário, civilizatório e eurocêntrico.
- D) foi justificado pelas ações expansionistas e imperialistas das nações europeias e aceito por todos os países.

04. (UFRGS-RS) Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir, relativas ao conjunto de conflitos decorrentes da dinâmica da expansão imperialista.

- () A Guerra Russo-Japonesa terminou com a derrota do Império Russo, intensificando as contradições internas que produziram o Ensaio Geral, e projetou a influência japonesa sobre a região da Manchúria.
- () A vitória na Guerra Hispano-Americana permitiu aos EUA consolidarem sua influência na América Central e reforçarem seus interesses econômicos no Oriente com a ocupação das Filipinas.
- () A Guerra dos Bôeres marcou a derrota da tentativa expansionista colonial britânica, impedindo que os setores monopólicos de Londres se apropriassem das riquezas do Transvaal e de Orange.
- () Na crise de Marrocos, Alemanha e França aliaram-se para reverter o monopólio britânico sobre o comércio local e impor uma "Política de Portas Abertas".
- () A Revolta dos Boxers contra a presença de interesses econômicos e militares estrangeiros na China foi promovida por grupos nacionalistas que destruíram ferrovias, missões religiosas e sedes diplomáticas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- A) F, V, V, V, V.
- B) F, F, V, F, F.
- C) V, F, F, V, V.
- D) F, V, F, F, F.
- E) V, V, F, F, V.

05. (Unesp) É difícil acreditar na guerra terrível, mas silenciosa, que os seres orgânicos travam em meio aos bosques serenos e campos risonhos.

DARWIN, Charles. *Anotação no Diário de 1839*.

Na segunda metade do século XIX, a doutrina sobre a seleção natural das espécies, elaborada pelo naturalista inglês Charles Darwin, foi transferida para as relações humanas, numa situação histórica marcada

- A) pela concórdia universal entre povos de diferentes continentes.
- B) pela noção de domínio, supremacia e hierarquia racial.
- C) pelos tratados favoráveis aos povos colonizados.
- D) pelas concepções de unificação europeia e de paz armada.
- E) pela fundação de instituições destinadas a promover a paz.

- 06.** (PUC-SP) Cessara de ser um espaço em branco ou um delicioso mistério – um retalho sobre o qual um garoto podia sonhar sonhos de glória. Tornara-se um lugar tenebroso.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Porto Alegre: L&PM, 1997. p. 13.

A observação anterior, feita por um personagem do romance de Conrad, de 1902, refere-se à colonização da África por países europeus durante o século XIX. Considerando a experiência histórica dessa colonização, pode-se dizer que as expressões “espaço em branco ou um delicioso mistério” e “um lugar tenebroso” podem se referir, respectivamente, à

- A) necessidade de se encontrar novas rotas de navegação e à crença de que havia um abismo no mar.
- B) disposição de se buscar novas aventuras e às inúmeras doenças, inclusive a Aids, encontradas na África.
- C) transformação da África numa zona de influência ocidental e à ausência de recursos minerais no continente.
- D) vontade de dominar novos territórios e às ações brutais que envolveram as investidas europeias.
- E) perspectiva de ampliar as relações diplomáticas e aos problemas climáticos enfrentados pelos europeus.

- 07.** (PUCPR) Com relação aos grandes imperialismos, correlacione corretamente as duas colunas:

Coluna 1

1. Os franceses exerceram protetorado nesta região africana.
2. A Itália submeteu esta nação africana em 1935.
3. A Inglaterra dominou esta antiga nação africana, depois da abertura do Canal de Suez.
4. Os ingleses dominaram esta região que era ocupada por descendentes de holandeses.
5. Os *boxers* lideraram o movimento contra a pressão inglesa existente desde a Guerra do Ópio.

Coluna 2

- () Sul da África
- () Argélia
- () China
- () Etiópia
- () Egito

A sequência correta é

- A) 4, 1, 5, 3, 2.
- B) 3, 4, 1, 2, 5.
- C) 3, 1, 4, 2, 5.
- D) 4, 1, 5, 2, 3.
- E) 1, 5, 4, 2, 3.

- 08.** (Unicamp-SP) O pan-africanismo, surgido no final do século XIX, foi fundamental para a tomada de consciência das elites culturais africanas em relação às questões econômicas, sociais, políticas e culturais do continente. A ideia de nação continental, que surgiu como sinônimo de solidariedade da raça negra, apresentava ao mundo o que significa ser africano, incluindo dois legados: o resgate da África pelos africanos e a ideia de pátria comum de todos os negros em solo africano, com supostos valores comuns para se pensar estruturas políticas autônomas.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 157.

- A) Por que a recriação de valores comuns foi útil ao pan-africanismo?
- B) A ocupação do continente africano pelos europeus se relaciona a dois processos históricos: o colonialismo do século XVI e o imperialismo do século XIX. Cite duas características de cada um desses processos que os diferenciem.

- 09.** (FGV-SP) O genocídio que teve lugar em Ruanda, assim como a guerra civil em curso na República Democrática do Congo, ou ainda o conflito em Darfur, no Sudão, revelam uma África marcada pela divisão e pela violência. Esse estado de coisas deve-se, em parte,
- A) às diferenças ideológicas que perpassam as sociedades africanas, divididas entre os defensores do liberalismo e os adeptos do planejamento central.
 - B) à intolerância religiosa que impede a consolidação dos Estados Nacionais africanos, divididos nas inúmeras denominações cristãs e muçulmanas.
 - C) aos graves problemas ambientais que produzem catástrofes e aguçam a desigualdade ao perpetuar a fome, a violência e a miséria em todo o continente.
 - D) à herança do colonialismo, que introduziu o conceito de Estado-nação sem considerar as características das sociedades locais.
 - E) às potências ocidentais que continuam mantendo uma política assistencialista, o que faz com que os governos locais beneficiem-se do caos.

- 10.** (UFG-GO) Leia o trecho do artigo de Demétrio Magnoli.

As etnias hutus e tutsis foram inventadas pelo poder colonial europeu, que encontrou uma sociedade organizada em torno de um rei de caráter sagrado, cuja autoridade se baseava numa aristocracia de proprietários de rebanhos (os tutsis) que subordinava a massa de camponeses (os hutus). Toda sociedade ligava-se por laços de dependência pessoal, que asseguravam certa coesão. Tudo começou com o censo, que registrou as duas "etnias". Em 1926, o governo colonial emitiu documentos de identidade com rótulos "tutsi" e "hutu". Manuais vulgares repetem, até hoje, narrativas históricas que opõem as etnias, usando, para tanto, razões científicas.

MAGNOLI, D. O país das cotas e do genocídio. *Folha de S.Paulo*, 19 ago. 2005. Ilustrada (Adaptação).

O autor discute a relação entre os dois grupos envolvidos no conflito ocorrido em 1994, em Ruanda. Sobre a emergência desse conflito contemporâneo, pode-se afirmar que

- A) o desacordo era anterior ao colonialismo, pois historicamente tutsis e hutus disputavam a posse da terra.
- B) a distinção entre tutsis e hutus reforçou a oposição ao domínio colonial europeu.
- C) o discurso histórico desqualificou a sacralidade da figura real, induzindo os grupos à rivalidade.
- D) a exploração dos proprietários de rebanhos sobre os camponeses definia as relações étnicas.
- E) as identificações étnicas, patrocinadas por ação governamental, fermentaram o conflito e o massacre.

GABARITO

- 01. C
- 02. E
- 03. C
- 04. E
- 05. B
- 06. D
- 07. D
- 08. A) O pan-africanismo significava, na prática, a superação de diferenças étnicas em função do bem comum do continente. É importante ressaltar que, desde o final do século XIX, o continente africano estava dividido entre as principais nações imperialistas estrangeiras e, por terem um inimigo em comum, os africanos acabaram desenvolvendo esse sentimento de fundamental importância para as lutas de independência do século XX.
- B) No colonialismo iniciado no século XVI, o continente africano estava sob jugo dos países ibéricos (Portugal e Espanha), que viam no continente africano uma importante fonte de fornecimento de escravos negros. Já o neocolonialismo do século XIX contou com a liderança dos anglo-franceses, que viam nas suas colônias grandes mercados consumidores, além de centros receptores de excedentes de capitais populacionais.
- 09. D
- 10. E

Caderno Extra

MÓDULO 13

BRASIL IMPÉRIO: PERÍODO REGENCIAL

- 01.** (Unesp) Mais importante, o país é abalado por choques de extrema gravidade; não mais os motins... mas verdadeiros movimentos revolucionários, com intensa participação popular, põem em jogo a ordem interna e ameaçam a unidade nacional. Em nenhum outro momento há tantos episódios, em vários pontos do país, contando com a presença da massa no que ela tem de mais humilde, desfavorecido. Daí as notáveis conflagrações verificadas no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Brasil, sociedade democrática*.
- Esse texto refere-se ao período
- A) da Guerra da Independência.
B) da Revolução de 1930.
C) agitado da Regência.
D) das Revoltas Tenentistas.
E) da Proclamação da República.
- 02.** (UNIFESP) Como elemento comum aos vários movimentos insurrecionais que marcaram o Período Regencial (1831-1840), destaca-se
- A) a oposição ao regime monárquico.
B) a defesa do regime republicano.
C) o repúdio à escravidão.
D) o confronto com o poder centralizado.
E) o boicote ao voto censitário.
- 03.** (Unesp) Diante do trono vazio defrontavam-se as províncias, com a propriedade territorial lhes ditando a contextura política, sequiosas de comandar o governo-geral, espreitadas por um gigante tolhido, mas ameaçador: o elemento monárquico, agarrado, em parte, ao manto roto de D. Pedro I e às fraldas do imperador menino. Identifique o período de nossa história a que se refere o texto anterior e ofereça subsídios adequados à compreensão dos motivos para as agitações políticas e sociais.
- 04.** (Unesp) No período de 1831 a 1845, ocorreram vários levantes armados no Brasil. Cite alguns deles. Por que ocorreram? Procure caracterizá-los.
- 05.** (FUVEST-SP) Sabinada na Bahia, Balaiada no Maranhão e Farroupilha no Rio Grande do Sul foram algumas das lutas que ocorreram no Brasil em um período caracterizado
- A) por um regime centralizado na figura do imperador, impedindo a constituição de partidos políticos e transformações sociais na estrutura agrária.
B) pelo estabelecimento de um sistema monárquico descentralizado, o qual delegou às províncias o encaminhamento da "questão servil".
C) por mudanças na organização partidária, o que facilitava o federalismo, e por transformações na estrutura fundiária de base escravista.
D) por uma fase de transição política, decorrente da abdicação de Dom Pedro I, fortemente marcada por um surto de industrialização, estimulado pelo Estado.
E) pela redefinição do Poder Monárquico e pela formação dos partidos políticos, sem que se alterassem as estruturas sociais e econômicas estabelecidas.
- 06.** (UEL-PR) [...] explodiu na província do Grão-Pará o movimento armado mais popular do Brasil [...] Foi uma das rebeliões brasileiras em que as camadas inferiores ocuparam o poder [...]
- Ao texto, pode-se associar
- A) a Regência e a Cabanagem.
B) o I Reinado e a Praieira.
C) o II Reinado e a Farroupilha.
D) o Período Joanino e a Sabinada.
E) a abdicação e a Noite das Garrafadas.
- 07.** (FJP-MG) Sobre a Guarda Nacional, criada em 1831 no Brasil Império, é correto afirmar que
- A) foi criada pelos proprietários de terra, que recebiam o título de coronel, e auxiliava as forças repressivas do governo regencial.
B) foi fundada por D. Pedro II e transformada, no Segundo Reinado, no destacamento conhecido por "Dragões da Independência".
C) surgiu como uma disposição da primeira Carta Constitucional brasileira com a função de policiar as ruas do Rio de Janeiro.
D) teve participação decisiva no controle da Confederação do Equador e da violenta "Noite das Garrafadas", em Pernambuco.

- 08.** (UDESC-SC) Os conflitos do Período Regencial e dos primeiros anos do governo de D. Pedro II revelam que a emancipação política do Brasil trouxe consigo o risco da fragmentação do território em vários países independentes, tal como havia acontecido na América Espanhola. Que exemplos podem ser dados acerca dessa situação difícil pela qual passou o nosso país e como ela foi superada?
- 09.** (Unesp) O resultado da discussão política e a aprovação da antecipação da maioria de D. Pedro II representaram
- o pleno conagraçamento de todas as forças políticas da época.
 - a vitória parlamentar do bloco partidário liberal.
 - a trama bem-sucedida do grupo conservador que fundara a Sociedade Promotora da Maioridade.
 - a anulação da ordem escravista que prevalecia sobre os interesses particulares.
 - a debandada do grupo político liderado por um proprietário rural republicano.
- 10.** (Unicamp-SP) Dois partidos lutam hoje em nossa pátria: o Restaurador e o Moderado. O primeiro foi leal ao monarca que abdicou e defende os inquestionáveis direitos do Sr. Pedro II. O segundo é partidário do sistema republicano e quer reduzir o Brasil a inúmeras repúblicas "fracas" e "pequenas", e assim seus membros poderiam tornar-se seus futuros ditadores.

O CARAMURU, 12 abr. 1832. In: CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. 1979 (Adaptação).

A partir do texto, responda:

- Em que período da história política do Brasil o texto foi escrito?
- Qual era o regime político defendido pelos partidos citados no texto?
- Quais são as críticas que o jornal *O Caramuru* faz ao Partido Moderado?

GABARITO

- C
- D
- Período Regencial. As agitações políticas do período relacionavam-se à intensa disputa de poder entre as províncias, à relativa vacância do poder imperial e aos embates entre o projeto liberal e a proposta conservadora e unitária. No âmbito social, as precárias condições de vida às quais estava submetida a maioria da população brasileira criavam o combustível para o apoio a movimentos contestatórios da ordem vigente.

- Podem ser citadas as rebeliões regenciais (Cabanagem, Sabinada, Farroupilha e Balaiada), movimentos baseados em razões distintas e com objetivos diferenciados, podendo requerer maior grau de autonomia provincial, assim como o reordenamento social das populações marginalizadas. As revoltas inserem-se em um quadro de instabilidade política, no qual a estrutura do poder imperial foi questionada em meio à incipiente formação do Estado Nacional.
- E
- A
- A
- Entre os exemplos, podem ser citados: Revolução Farroupilha (1835-1845), Cabanagem (1835-1840) e Balaiada (1838-1841). Esse cenário conflituoso foi superado mediante a forte repressão das tropas imperiais, a implementação de uma legislação centralizadora (Lei Interpretativa do Ato Adicional) em 1840 e a ascensão de D. Pedro II ao trono.
- B
- A) Período Regencial.
B) Monarquia.
C) O caráter federativo e republicano, proposto para a nascente nação brasileira, fragmentaria o país e poderia criar pequenos Estados autoritários, governados por caudilhos, como os países da América Espanhola.

MÓDULO 14

BASES POLÍTICAS DO BRASIL IMPÉRIO

- 01.** (UNITAU-SP) A partir do Golpe da Maioridade, em 1840, a vida partidária brasileira resumiu-se a dois partidos: o antes Partido Progressista passou a chamar-se Partido Liberal, e o Regressista passou a chamar-se Partido Conservador. Pode-se considerar como característica desses partidos:
- Os partidos do Império sempre tiveram plataformas políticas bem definidas.
 - As divergências entre as várias classes da sociedade brasileira estavam representadas nos programas partidários.
 - Do ponto de vista ideológico, não havia diferenças entre os liberais e os conservadores, pois eram "farinha do mesmo saco".
 - Os conservadores sempre estiveram no poder, e os liberais sempre estiveram na oposição.
 - Ambos tinham influência ideológica externa nos seus programas, apesar de proibido por lei.

- 02.** (UNIRIO-RJ) A consolidação do Império nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado está ligada à(ao)
- A) afirmação do projeto autonomista liberal, pondo fim às rebeliões provinciais.
 - B) recuperação das lavouras tradicionais, como a de açúcar, eliminando-se a hegemonia do setor cafeeiro.
 - C) conciliação entre liberais e conservadores, para conter o crescente movimento republicano.
 - D) hegemonia do projeto político conservador, centralizado e que projetava a Coroa sobre os partidos.
 - E) encaminhamento da abolição, garantindo-se a mão de obra à lavoura através da imigração.
- 03.** (Cesgranrio) No século XIX, as décadas de 50 e 60 são consideradas como o período de apogeu da história do Império. Assinale a opção que apresenta uma característica desse período.
- A) A superação das rebeliões que marcaram o período anterior e a estabilidade política simbolizada pela conciliação.
 - B) A consolidação política dos liberais, que amenizou a organização centralizada do Estado Imperial.
 - C) O encaminhamento da abolição, o qual favoreceu o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba.
 - D) A revogação da autonomia das províncias e a ocorrência de movimentos revolucionários no Norte e Nordeste.
 - E) O desenvolvimento material do período, a "Era Mauá", que propiciou a consolidação do movimento republicano.
- 04.** (FUVEST-SP) Há mais de um século, teve início no Brasil um processo de industrialização e crescimento urbano acelerado. Podemos identificar como condições que favoreceram essas transformações
- A) a crise provocada pelo fim do tráfico de escravos, que deu início à política de imigração e liberou capitais internacionais para a instalação de indústrias.
 - B) os lucros auferidos com a produção e a comercialização do café, que deram origem ao capital para a instalação de indústrias e importação de mão de obra estrangeira.
 - C) a crise da economia açucareira do Nordeste, que propiciou um intenso êxodo rural e a consequente aplicação de capitais no setor fabril em outras regiões brasileiras.
 - D) os capitais oriundos da exportação da borracha amazônica e da introdução de mão de obra assalariada nas áreas agrícolas cafeeiras.
 - E) a crise da economia agrícola cafeeira, com a abolição da escravatura, ocasionando a aplicação de capitais estrangeiros na produção fabril.
- 05.** (FUVEST-SP) Fazendo um balanço econômico do Segundo Reinado, podemos afirmar que ele foi um período no qual
- A) algumas atividades ganharam importância, como a criação de gado no Rio Grande do Sul e as lavouras de açúcar no Nordeste.
 - B) o Brasil deixou de ser um país essencialmente agrário, ingressando na era da industrialização.
 - C) a Amazônia passou a ter um grande destaque com o *boom*, desde 1830, da produção da borracha.
 - D) ocorreram grandes transformações econômicas com as quais o Centro-Sul ganhou projeção em detrimento do Nordeste.
 - E) as diversas regiões brasileiras tiveram um crescimento econômico constante, uniforme e progressivamente integrado.
- 06.** (Unesp) O transporte ferroviário no Brasil, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, mereceu prioritariamente o interesse estatal e particular. As condições históricas relacionadas com a ampliação da rede em ritmo crescente foram
- A) expansão da cafeicultura, principalmente em São Paulo, e o escoamento da produção para o exterior.
 - B) reservas de minério de ferro, do Quadrilátero Ferrífero, pouco acessíveis e demasiadamente distantes dos centros urbanos mais expressivos.
 - C) políticas de industrialização e de reflorestamento.
 - D) capitais externos em busca de lucros para a indústria automotiva e para as empresas distribuidoras de petróleo.
 - E) devastações de pinhais para a extração de madeira e para a produção de papel.
- 07.** (FUVEST-SP) Partindo do Rio de Janeiro, a cultura do café expandiu-se
- A) pelo litoral rumo à região açucareira de Campos e, transpondo a Serra do Mar, pelo Vale do São Francisco.
 - B) pelas serras do Rio de Janeiro, sul de Minas, Vale do Paraíba e Oeste Paulista.
 - C) pelo litoral sul de São Paulo, Vale do Ribeira e Vale do Paranapanema.
 - D) pelo litoral fluminense e espírito-santense rumo à Bahia.
 - E) nas áreas de colonização europeia do Vale do Itajaí e da Serra Gaúcha.

- 08.** (UNITAU-SP) Principal responsável pelas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX, reintegrou a economia brasileira nos mercados internacionais, contribuiu decisivamente para o incremento das relações assalariadas de produção e possibilitou a acumulação de capital que, disponível, foi aplicado em sua própria expansão e em alguns setores urbanos como a indústria, por exemplo. Foi ainda responsável pela inversão na balança comercial brasileira, que, depois de uma história de constante *deficit*, passou a superavitária entre os anos de 1861 a 1885.

O parágrafo anterior refere-se

- A) à borracha.
- B) ao cacau.
- C) ao algodão.
- D) à cana-de-açúcar.
- E) ao café.

- 09.** (UFPE) Durante o século XIX, a economia brasileira continuou essencialmente agroexportadora. O surgimento de uma nova cultura deslocou o centro econômico do país de uma região para outra, porque

- A) a expansão do mercado internacional do algodão deslocou para o Maranhão os capitais aplicados no tráfico negreiro, tornando essa região um grande centro econômico.
- B) o Nordeste perdia para a região Norte grandes contingentes populacionais, tendo em vista a importância da borracha para o comércio de exportação.
- C) o café, ao se tornar o produto de exportação mais rentável, transformou a região Sudeste no centro econômico mais importante do país, desequilibrando a relação de poder no Império.
- D) a cultura do cacau associada à da cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano deslocou para a região Nordeste capitais empregados na exploração das minas.
- E) o crescimento das exportações de açúcar tornou a região Nordeste o centro econômico mais produtivo durante todo esse período.

- 10.** (FUVEST-SP) Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por um processo de modernização, expresso por construções de ferrovias e avanços em outros setores da comunicação. Contudo, essa modernização não atingiu igualmente todo o território.

- A) Quais as áreas abrangidas por essas inovações tecnológicas?
- B) Explique um dos motivos da desigualdade regional no processo de modernização.

GABARITO

- 01. C
- 02. D
- 03. A
- 04. B
- 05. D
- 06. A
- 07. B
- 08. E
- 09. C
- 10. A) O Sudeste, tendo especial destaque Rio de Janeiro e São Paulo.

- B) O cultivo do café foi o principal motivo dos investimentos em infraestrutura nessas regiões. Com o mercado internacional em expansão, o consumo do café brasileiro rendia cada vez mais capitais para as regiões de cultivo. Paralelamente, a proibição do tráfico negreiro liberou capitais, permitindo o acúmulo de capital necessário para o início de um desenvolvimento industrial em São Paulo e no Rio de Janeiro. Soma-se a esse movimento a incapacidade de se estabelecer uma cultura agrícola no Nordeste que propiciasse tal acúmulo de capital.

MÓDULO 15

GRUPOS SOCIAIS EM CONFLITO NO BRASIL IMPÉRIO

- 01.** (FUVEST-SP) O Bill Aberdeen, aprovado pelo Parlamento inglês em 1845, foi
- A) uma lei que abolia a escravidão nas colônias inglesas do Caribe e da África.
 - B) uma lei que autorizava a Marinha inglesa a apresar navios negreiros em qualquer parte do oceano.
 - C) um tratado pelo qual o governo brasileiro privilegiava a importação de mercadorias britânicas.
 - D) uma imposição legal de libertação dos recém-nascidos, filhos de mãe escrava.
 - E) uma proibição de importação de produtos brasileiros para que não concorressem com os das colônias antilhanas.

- 02.** (Cesgranrio) As Leis Abolicionistas, a partir de 1850, podem ser consideradas como o nível político da crise geral da escravidão no Brasil, porque
- a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibiu o tráfico quando a necessidade de escravos já era declinante, face à crise da lavoura.
 - o sucesso das experiências de parceria acelerou a emancipação dos escravos, crescendo um mercado de mão de obra livre no país.
 - a Lei do Ventre Livre (1871) representou uma vitória expressiva do movimento abolicionista, tornando irreversível o fim da escravidão.
 - as sucessivas leis emancipacionistas foram paralelas à progressiva substituição do trabalho escravo por homens livres.
 - a Lei Áurea, iniciativa da própria Coroa, visava garantir a estabilidade e o apoio dos setores rurais ao Império.
- 03.** (Unicamp-SP) Leia o poema a seguir e responda:
- Itália, bela, mostre-se gentil
e os filhos seus não a abandonarão,
senão, vão todos para o Brasil,
e não se lembrarão de retornar.
Aqui mesmo ter-se-ia no que trabalhar
sem ser preciso para a América emigrar...
...A todo momento se ouve dizer
eu vou lá onde existe a colheita do café.
- ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. 1986.
- Quais os motivos da vinda de imigrantes italianos para o Brasil sugeridos pelo poema?
 - Por que o sonho de "fazer a América" não se concretizou para muitos italianos?
- 04.** (UECE) As transformações que vinham se processando na economia agrária brasileira a partir da segunda metade do século XIX, principalmente aquelas relacionadas à lavoura do café, contribuíram para a crise do escravismo. No que concerne a essa questão, pode-se afirmar corretamente que
- a partir da segunda metade do século XIX, o meio rural cresceu em importância econômica, desarticulando as cidades e fortalecendo o crescimento do trabalho assalariado.
 - a introdução do trabalho assalariado no meio rural foi um dos fatores que contribuíram para a crise do escravismo, ainda que sua inserção tenha se dado de forma lenta.
 - a modernização do trabalho no meio rural, com predominância das pequenas propriedades, foi outro fator importante para a crise do escravismo.
 - o reconhecimento dos direitos dos escravos e a compreensão do merecimento de um salário para eles foi fundamental para a crise do trabalho escravo, posto que esta era uma questão consensual entre os proprietários de terras.
- 05.** (Unesp) O Segundo Reinado, preso ao seu contexto histórico, não foi capaz de dar resposta às novas exigências de mudanças. Quando se analisa a desagregação da ordem monárquica imperial brasileira, percebe-se que ela se relacionou principalmente com a
- estrutura federativa vigente e com a conspiração tutelada pelo Exército.
 - bandeira do socialismo levantada pelos positivistas.
 - eliminação da discriminação entre brancos e negros.
 - forte diferenciação ideológica entre os partidos políticos.
 - abolição da escravidão e o desinteresse das elites agrárias com a sorte do trono.
- 06.** (FUVEST-SP) O descontentamento do Exército, que culminou na Questão Militar no final do Império, pode ser atribuído
- às pressões exercidas pela Igreja junto aos militares para abolir a monarquia.
 - à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira.
 - às tendências ultrademocráticas das forças armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos.
 - à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina.
 - à predominância do poder civil que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.
- 07.** (UNIRIO-RJ) O envolvimento do Brasil em sucessivos conflitos na região platina, na segunda metade do século XIX, pode ser explicado pela(o)
- tradicional rivalidade entre Brasil e Argentina com vistas ao controle do estuário do Prata, culminando com a derrubada de Rosas naquele país.
 - neutralidade do Império em relação à política uruguaia, obrigação assumida quando da Independência da Cisplatina.
 - Independência do Paraguai, apoiada pela Argentina, e suas pretensões expansionistas sobre o território brasileiro.
 - apoio inglês à restauração do vice-reino do Prata, criando uma unidade de domínio na região.
 - conflito do Império brasileiro com os países platinos em torno da competição no comércio de produtos pecuários.
- 08.** (Cesgranrio) A Proclamação da República, em 1889, está ligada a um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil, a partir de 1870, entre as quais se inclui
- a universalização do voto com a reforma eleitoral de 1881, efetivada pelo Partido Liberal.
 - o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro e de São Paulo, criando uma classe operária combativa.
 - a progressiva substituição do trabalho escravo, culminando com a Abolição em 1888.
 - a concessão de autonomia provincial, que enfraqueceu o governo imperial.
 - o enfraquecimento do Exército, após as dificuldades e os insucessos durante a Guerra do Paraguai.

09. (FUVEST-SP) “Naquela época não tinha maquinaria, meu pai trabalhava na enxada. Meu pai era de Módena, minha mãe era de Capri e ficaram muito tempo na roça. Depois a família veio morar nessa travessa da Avenida Paulista; agora está tudo mudado, já não entendo nada dessas ruas”.

Esse trecho de um depoimento de um descendente de imigrante, transcrito na obra *Memória e sociedade*, de Ecléa Bosi, constitui um documento importante para a análise

- A) do processo de crescimento urbano paulista no início do século atual, que desencadeou crises constantes entre fazendeiros de café e industriais.
- B) da imigração europeia para o Brasil, organizada pelos fazendeiros de café nas primeiras décadas do século XX, baseada em contratos de trabalho conhecidos como “sistema de parceria”.
- C) da imigração italiana, caracterizada pela contratação de mão de obra estrangeira para a lavoura cafeeira, e do posterior processo de migração e de crescimento urbano de São Paulo.
- D) do percurso migratório italiano promovido pelos governos italiano e paulista, que organizavam a transferência de trabalhadores rurais para o setor manufatureiro.
- E) da crise na produção cafeeira da primeira década do século XX, que forçou os fazendeiros paulistas a desempregar milhares de imigrantes italianos, acelerando o processo de industrialização.

10. (PUC-SP) A enorme visibilidade do poder era sem dúvida em parte devida à própria monarquia com suas pompas, seus rituais, com o carisma da figura real. Mas era também fruto da centralização política do Estado. Havia quase unanimidade de opinião sobre o poder do Estado como sendo excessivo e opressor ou, pelo menos, inibidor da iniciativa pessoal, da liberdade individual. Mas [...] este poder era em boa parte ilusório. A burocracia do Estado era macrocefálica: tinha cabeça grande, mas braços muito curtos. Agigantava-se na Corte, mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias. [...] Daí a observação de que, apesar de suas limitações no que se referia à formulação e implementação de políticas, o governo passava a imagem do todo-poderoso, era visto como o responsável por todo o bem e todo o mal do Império.

CARVALHO, J. Murilo de. *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: IUPERJ / Vértice, 1988.

O fragmento anterior refere-se ao II Império brasileiro, controlado por D. Pedro II e ocorrido entre 1840 e 1889. Do ponto de vista político, o II Império pode ser representado como

- A) palco de enfrentamento entre liberais e conservadores, que, partindo de princípios políticos e ideológicos opostos, questionaram, com igual violência, essa aparente centralização indicada na citação anterior e se uniram no Golpe da Maioridade.
- B) jogo de aparências, em que a atuação política do imperador conheceu as mudanças e os momentos de indefinição referidos no fragmento – refletindo as próprias oscilações e incertezas dos setores sociais hegemônicos –, como bem exemplificado na questão da abolição.
- C) cenário de várias revoltas de caráter regionalista – entre elas a Farroupilha e a Cabanagem – devido à incapacidade de o governo imperial controlar, conforme mencionado na citação, as províncias e as regiões mais distantes da capital.
- D) universo de plena difusão das ideias liberais, o que implicou uma aceitação por parte do imperador da diminuição de seus poderes, conformando a situação apontada na citação e oferecendo condições para a Proclamação da República.
- E) teatro para a plena manifestação do Poder Moderador, que, desde a Constituição de 1824, permitia amplas possibilidades de intervenção política para o imperador – daí a ideia de centralização da citação – e que foi usado, no Segundo Reinado, para encerrar os conflitos entre liberais e socialistas.

GABARITO

- 01. B
- 02. D
- 03. A) A Unificação Italiana, a industrialização, a modernização do campo e a falta de emprego, além da maior possibilidade de trabalho no Brasil.
- B) As condições de trabalho eram sub-humanas, praticamente mantendo-se a condição de escravo. Paralelamente, o sistema de parcerias mostrou-se um grande fracasso, não permitindo condições de emancipação econômica para os imigrantes. Dessa forma, a realidade do trabalho no Brasil não condizia com a propaganda governamental e com os anseios dos grupos provenientes da migração.
- 04. B
- 05. E
- 06. E
- 07. A
- 08. C
- 09. C
- 10. B

MÓDULO 16

REPÚBLICA PROVISÓRIA
E DA ESPADA

- 01.** (FUVEST-SP) O lema “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil associa-se aos
- A) monarquistas. D) regressistas.
B) abolicionistas. E) socialistas.
C) positivistas.
- 02.** (FAAP-SP) A Constituição de 1891 estabeleceu, exceto
- A) O federalismo.
B) O presidencialismo.
C) A ampliação da representatividade.
D) As eleições diretas.
E) O parlamentarismo.
- 03.** (Unesp) A República brasileira emergiu no auge de um processo cujas raízes se encontravam no II Reinado. Assinale a alternativa incorreta.
- A) A campanha abolicionista acabou por se confundir com a campanha republicana.
B) Nos termos da primeira Constituição republicana, o Brasil era uma República Federativa Presidencialista, e o Estado permaneceu atrelado à Igreja.
C) Para certos segmentos da sociedade, entre eles os cafeicultores, a forma republicana de governo era concebida como moderna, avançada e mais eficiente.
D) No primeiro aniversário da implantação do regime republicano, foi instalado o Congresso Constituinte, e, em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição.
E) Os militares, influenciados pelas ideias do positivismo, uniram-se à camada média da sociedade contra os monarquistas.
- 04.** (FUVEST-SP) Com a instalação da República no Brasil, algumas mudanças fundamentais aconteceram. Entre elas, destacam-se
- A) a militarização do poder político e a universalização da cidadania.
B) a descentralização do poder político e um regime presidencialista forte.
C) um Poder Executivo frágil e a criação de forças públicas estaduais.
D) a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e a instituição do voto secreto.
E) a fundação do Banco do Brasil e a descentralização do poder político.
- 05.** (FUVEST-SP) Firmemos, sim, o alvo de nossas aspirações republicanas, mas voltemo-nos para o passado sem ódios, sem as paixões efêmeras do presente, e evocando a imagem sagrada da pátria, agradeçamos às gerações que nos precederam a feitura desta mesma pátria e prometamos servi-la com a mesma dedicação, embora com as ideias e as crenças de nosso tempo.
- MENDES, Teixeira. 1881.
- De acordo com o texto, o autor
- A) defende as ideias republicanas e louva a grandeza da nação.
B) propõe o advento da república e condena o patriotismo.
C) entende que as paixões de momento são essenciais e positivas na vida política.
D) acredita que o sistema político brasileiro está marcado por retrocessos.
E) mostra que cada nova geração deve esquecer o passado da nação.
- 06.** (FUVEST-SP) A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana (de 1891) era particularmente discriminatória, pois, ao mesmo tempo retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial, e exigia para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer [...]
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*.
- A) Que relação o texto estabelece entre ensino público e exercício da cidadania política durante a Primeira República (1889-1930)?
B) O que a atual Constituição dispõe a respeito dessa relação?
- 07.** (FGV-SP) Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos no interior do Exército no início da República, eles se aproximavam em um ponto fundamental:
- A) Expressavam os interesses de uma classe social, defendendo uma República liberal com o Poder Executivo descentralizado.
B) Expressavam a opinião segundo a qual o Império deveria ser preservado, devendo, entretanto, sofrer algumas reformas levemente descentralizadoras.
C) Não expressavam os interesses de todo um segmento social, pregando o estabelecimento de uma forma de Poder Executivo descentralizado e adaptado às peculiaridades regionais.
D) Expressavam os interesses de algumas oligarquias do Império, defensoras da autonomia das províncias.
E) Não expressavam os interesses de uma classe social, posicionando-se como adversários do liberalismo e defendendo a República, dotada de um Poder Executivo forte.

- 08.** (FUVEST-SP) Caracteriza o processo eleitoral durante a Primeira República, em contraste com o vigente no Segundo Reinado,
- A) a ausência de fraudes, com a instituição do voto secreto e a criação do Tribunal Superior Eleitoral.
 - B) a ausência da interferência das oligarquias regionais, ao se realizarem as eleições nos grandes centros urbanos.
 - C) o crescimento do número de eleitores, com a extinção do voto censitário e a extensão do direito do voto às mulheres.
 - D) a possibilidade de eleições distritais e a criação de novos partidos políticos para as eleições proporcionais.
 - E) a maior participação de eleitores das áreas urbanas ao se abolir o voto censitário e se limitar o voto aos alfabetizados.

- 09.** (FUVEST-SP)
- Não entra a polícia! Não deixa entrar! Aguenta! Aguenta!
 - Não entra! Não entra! repercutiu a multidão em coro. E todo o cortiço ferveu que nem uma panela ao fogo.
 - Aguenta! Aguenta!

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 1890. Parte X.

O fragmento anterior mostra a resistência dos moradores de um cortiço à entrada de policiais no local. O romance de Aluísio Azevedo

- A) representa as transformações urbanas do Rio de Janeiro no período posterior à abolição da escravidão e o difícil convívio entre ex-escravos, imigrantes e poder público.
- B) defende a monarquia recém-derrubada e demonstra a dificuldade da República brasileira de manter a tranquilidade e a harmonia social após as lutas pela consolidação do novo regime.
- C) denuncia a falta de policiamento na então capital brasileira e atribui os problemas sociais existentes ao desprezo da elite paulista cafeicultora em relação ao Rio de Janeiro.
- D) valoriza as lutas sociais que se travavam nos morros e na periferia da então capital federal e as considera um exemplo para os demais setores explorados da população brasileira.
- E) apresenta a imigração como a principal origem dos males sociais por que o país passava, pois os novos empregados assalariados tiraram o trabalho dos escravos e os marginalizaram.

- 10.** (Unicamp-SP) No final do século XIX, monarquistas e republicanos disputavam sobre a criação de datas e personagens significativos que simbolizassem o "nascimento da nação". Para os monarquistas, o Brasil-Nação nascia com o "grito" de D. Pedro I. Para os republicanos, Tiradentes, executado pela monarquia portuguesa, era o verdadeiro herói nacional.

DPH. *Registros*, n. 15, 1992 (Adaptação).

- A) Explique os motivos da divergência entre monarquistas e republicanos apontada no texto anterior.
- B) Por que, a partir da República, a imagem espartilhada de Tiradentes é abandonada e substituída por sua imagem viva e de corpo inteiro?

GABARITO

- 01. C
- 02. E
- 03. B
- 04. B
- 05. A
- 06. A) O ensino público não era gratuito, uma vez que o Estado se eximia da função de mantenedor de uma educação universal, dessa forma restringindo ou impedindo que grande parcela da população fosse alfabetizada e, portanto, tivesse direito ao voto e à prática da cidadania no cotidiano.
- B) Na atual Constituição, a alfabetização é compreendida como premissa para o desenvolvimento nacional, sendo vislumbrada como direito a ser ofertado pelo Estado. Complementa essa nova relação o fato de o analfabetismo não se configurar como elemento formal de exclusão da vida política.
- 07. E
- 08. E
- 09. A
- 10. A) A Inconfidência Mineira tinha um caráter republicano, ao passo que D. Pedro I instalou a monarquia. Nota-se que a leitura realizada por cada grupo político atendia a seus respectivos interesses. Enfatizar o caráter republicano significava demonstrar a força de um sentimento republicano que remontava ao Período Colonial e que era possuidor de um histórico de lutas, como é observável na Inconfidência Mineira. Por sua vez, realçar a ruptura sem traumas realizada por D. Pedro I simbolizava demonstrar o peso da continuidade monárquica para a unidade política e territorial brasileira.
- B) Porque, até então, Tiradentes era tido como um homem a ser usado como castigo exemplar, a expressar a reação monárquica contra a anarquia da revolta, o que foi mudado com a República, quando sua imagem ganhou o peso de símbolo e modelo para a construção e consolidação da nação republicana.